REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

ANO LXIX - Nº 022 - QUINTA-FEIRA, 27 DE FEVEREIRO DE 2014

BRASÍLIA - DF

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

(Biênio 2013/2014)

PRESIDENTE	HENRIQUE EDUARDO ALVES (PMDB-RN)
1º VICE-PRESIDENTE	ANDRE VARGAS (PT-PR)
2º VICE-PRESIDENTE	FÁBIO FARIA (PSD-RN)
1º SECRETÁRIO	MARCIO BITTAR (PSDB-AC)
2º SECRETÁRIO	SIMÃO SESSIM (PP-RJ)
3º SECRETÁRIO	MAURÍCIO QUINTELLA LESSA (PR-AL)
4º SECRETÁRIO	BIFFI (PT-MS)
1º SUPLENTE	GONZAGA PATRIOTA (PSB-PE)
2º SUPLENTE	WOLNEY QUEIROZ (PDT-PE)
3º SUPLENTE	VITOR PENIDO (DEM-MG)
4º SUPLENTE	TAKAYAMA (PSC-PR)

CONGRESSO NACIONAL

ATO DO PRESIDENTE DA MESA DOCONGRESSO NACIONAL Nº 4, DE 2014

O Presidente da Mesa do Congresso Nacional, cumprindo o que dispõe o § 1º do art. 10 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que, nos termos do § 7º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001, a **Medida Provisória nº 628**, de 28 de novembro de 2013, publicada no Diário Oficial da União no dia 29, do mesmo mês e ano, que "Constitui fonte adicional de recursos para o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, autoriza a União a encerrar o Fundo de Recuperação Econômica do Estado do Espírito Santo e extingue o Grupo Executivo para a Recuperação Econômica do Estado do Espírito Santo", tem sua vigência prorrogada pelo período de sessenta dias.

Congresso Nacional, 26 de fevereiro de 2014. – Senador **Renan Calheiros,** Presidente da Mesa do Congresso Nacional.

CÂMARA DOS DEPUTADOS

SUMÁRIO

SEÇÃO I

1- ATA DA 031ª SESSÃO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, DELIBERATIVA EXTRAORDINÁRIA, MATUTINA, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 54ª LEGISLATURA, EM 26 DE FEVEREIRO DE 2014.

I – Abertura da sessão.

II – Leitura e assinatura da ata da sessão anterior.

III – Expediente.

IV – Breves Comunicações

MARLLOS SAMPAIO (PMDB, PI) – Relato da visita do orador a Municípios do Estado do Piauí..... 023

CARLOS SOUZA (PSD, AM) – Precariedade dos serviços prestados pela empresa Amazonas Energia. Falecimento de consumidora de energia elétrica de Manaus, Estado do Amazonas, ao ensejo de reclamação de contra exorbitante. 023

MAURO BENEVIDES (PMDB, CE) – Manifestação de pesar pelo falecimento da Sra. Margarida Caminha de Oliveira, viúva do ex-Vereador da Câmara Municipal de Fortaleza, Estado do Ceará, Francisco Bezerra de Oliveira. 023

DOMINGOS DUTRA (SDD, MA) – Solicitação ao Ministro de Minas e Energia, Edison Lobão, de convocação de reunião com o Governo do Estado do Pará, representantes de órgãos governamentais, Parlamentares e garimpeiros de Serra Pelada para a busca de solução para a categoria, tendo em vista o recente pedido de concordata pela empresa de mineração canadense Colossus..... 024

CELSO MALDANER (PMDB, SC) – Acordo celebrado entre a Secretaria de Defesa Agropecuária do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária para cooperação científica e formalização de parceria na condução do Programa Nacional de Melhoramento Genético Preventivo – Agropreventivo. Realização da 19ª edição do Dia do Campo da Cooperativa Regional Agropecuária de Campos Novos – COPERCAMPOS. 024

PRESIDENTA (Luci Choinacki) – Ato da Presidência sobre a criação de Comissão Especial destinada a proferir parecer ao Projeto de Lei n° 4.238, de 2012, do Senado Federal, que "altera o art. 19 da Lei n° 7.102, de 20 de junho de 1983, para dispor sobre o piso nacional de salário dos empregados em empresas particulares que explorem serviços de vigilância e transporte de valores" (o piso varia de oitocentos reais, grau mínimo, a mil e cem reais, grau máximo), e apensados. 025

ONOFRE SANTO AGOSTINI (PSD, SC) – Transcurso do 82º aniversário de conquista do voto feminino no Brasil. 025

JUTAHY JUNIOR (PSDB, BA) – Solicitação ao Governo Federal de continuação da execução do Programa Luz para Todos no Estado da Bahia. 025

CHICO ALENCAR (PSOL, RJ) – Carta Aberta dirigida à Presidenta Dilma Rousseff pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, reunidos no VI Congresso Nacional do MST em Brasília, Distrito Federal. Falecimento do violinista espanhol Paco de Lucía. 026

PRESIDENTA (Luci Choinacki) – Associação da Presidência às manifestações de pesar pelo falecimento do violista Paco de Lucía. 028

LUCI CHOINACKI (PT, SC) – Transcurso do 82º aniversário da implantação do voto feminino no País. 028

JAIR BOLSONARO (Bloco/PP, RJ) – Questão de ordem sobre a possibilidade da permissão de candidatura avulsa para a Presidência da Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Casa. 029

PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) – Resposta ao Deputado Jair Bolsonaro. 029

PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) – Convocação dos Deputados para início da Ordem do Dia. 029

EDUARDO CUNHA (PMDB, RJ) – Convocação dos Deputados integrantes da bancada do PMDB para início da Ordem do Dia. 029

PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) – Esclarecimento ao Plenário sobre a composição da pauta. Convocação dos Deputados para início da Ordem do Dia. 029

PAUDERNEY AVELINO (DEM, AM) – Convocação dos Deputados integrantes da bancada do DEM para início da Ordem do Dia. 029

ONOFRE SANTO AGOSTINI (PSD, SC – Pela ordem) – Convocação dos Deputados integrantes da bancada do PSD para início da Ordem do Dia. 029

COLBERT MARTINS (PMDB, BA – Pela ordem) – Anúncio do envio de requerimento de informações à PETROBRAS S.A. sobre destinação de recursos em eventos realizados em Brasília, Distrito Federal. 030

CELSO JACOB (PMDB, RJ) – Sucesso da transferência assistida dos alunos da Universidade Gama Filho e da UniverCidade, do Estado do Rio de Janeiro. 030

VANDERLEI SIRAQUE (PT, SP) – Anúncio da realização de seminário sobre o transcurso do 50º aniversário da indústria química no Brasil. 031

BENEDITA DA SILVA (PT, RJ) – Transcurso do 82º aniversário de conquista do voto feminino no Brasil. Avanços na participação da mulher na política. Nomeação do Arcebispo do Estado do Rio de Janeiro, D. Orani Tempesta, como Cardeal, pelo Papa Francisco. 031

PAUDERNEY AVELINO (DEM, AM – Pela ordem) – Divulgação do Censo Escolar da Educação Básica de 2013. Importância da valorização dos recursos destinados à educação oriundos da exploração de petróleo na camada do pré-sal. 032

COLBERT MARTINS (PMDB, BA – Pela ordem) – Reiteração do convite aos Deputados integrantes da bancada do PMDB para início da Ordem do Dia. 032

MANATO (SDD, ES) – Satisfação do orador com a permanência como titular na Comissão de Seguridade Social e Família. Cumprimentos ao GRES Independente de Boa Vista, do Município de Cariacica, Estado do Espírito Santo, pela vitória no Carnaval capixaba. 032

SILAS CÂMARA (PSD, AM) – Apelo ao Governo Federal em favor da liberação de recursos emergenciais para atendimento aos Municípios do Estado do Amazonas atingidos pelas cheias do Rio Madeira. 032

BETO ALBUQUERQUE (PSB, RS) – Convocação da bancada do PSB ao plenário. 033

CHICO LOPES (PCdoB, CE) – Posicionamento contrário à obrigatoriedade do uso de simuladores pelos centros de formação de condutores. 033

CARLOS SOUZA (PSD, AM – Pela ordem) – Pedido a autoridades federais de providências diante da greve dos servidores da Superintendência da Zona Franca de Manaus – SUFRAMA. Justeza das reivindicações da categoria. 033

HUGO NAPOLEÃO (PSD, PI) – Considerações sobre a importância de mais investimentos na área de defesa para o crescimento do Brasil no cenário internacional, diante da recente divulgação do contingenciamento de recursos orçamentários destinados ao setor. 034

ELIENE LIMA (PSD, MT) – Apoio a proposição do Deputado Estadual José Riva, em tramitação na Assembleia Legislativa de Mato Grosso, que proíbe cobrança de pedágio em estradas-parque e rodovias turísticas no Estado. 034

DANILO FORTE (PMDB, CE) – Elogio à Superintendência do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – DNIT no Ceará pela recuperação de rodovias federais no Estado. Defesa, pela bancada federal cearense, da manutenção do Superintendente José Luiz Viana Ferreira no cargo. 034

PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) – Presença na Casa do ex-Governador do Estado do Rio Grande do Sul Germano Rigotto. 036

MAJOR FÁBIO (Bloco/PROS, PB) – Apoio de policiais e bombeiros à eleição do orador. Anúncio de ampla divulgação, pelo Parlamentar, de compromisso consignado no programa de governo da Presidente Dilma Rousseff acerca do piso salarial nacional dos policiais e bombeiros. 036

ÍRIS DE ARAÚJO (PMDB, GO) – Transcurso do aniversário da conquista do voto feminino no Brasil. Conclamação às mulheres brasileiras por maior participação feminina na vida política nacional. 036

WELLINGTON FAGUNDES (Bloco/PR, MT) – Transcurso do 50º aniversário de fundação da Escola Estadual La Salle no Município de Rondonópolis, Estado de Mato Grosso. Entrega, pelo Ministro-Chefe da Secretaria de

Aviação Civil da Presidência da República, Moreira Franco, de caminhões de combate a incêndio aos aeroportos dos Municípios de Rondonópolis, Sinop e Alta Floresta, Estado de Mato Grosso. Vistoria pela autoridade das obras do Aeroporto Internacional Marechal Rondon, no Município de Várzea Grande, Estado de Mato Grosso. 036

MARLLOS SAMPAIO (PMDB, PI – Pela ordem) – Anúncio da realização pelo orador de atividades parlamentares no Estado do Piauí durante o período do carnaval. Criação do bloco carnavalesco infantil Algodão Doce pela Vice-Prefeita Paula Jeanne, do Município de Valença do Piauí, Estado do Piauí, destinado à inclusão social de crianças carentes. 038

MAURO BENEVIDES (PMDB, CE – Pela ordem) – Contentamento com a afirmativa do Ministro da Integração Nacional, Francisco Teixeira, de conclusão das obras de transposição do Rio São Francisco no prazo de 2 anos, em entrevista ao jornal *O Estado de S.Paulo*. 038

MARCELO ALMEIDA (PMDB, PR) – Congratulações ao Colégio de Líderes pela criação de Comissão Especial destinada à discussão de projeto de resolução relativo à sustação da obrigatoriedade da realização de curso de simulador de direção veicular como requisito para a aquisição da Carteira Nacional de Habilitação nas autoescolas. 038

HENRIQUE OLIVEIRA (SDD, AM) – Agradecimento ao Presidente Henrique Eduardo Alves pelo empenho na realização de acordo para a votação de proposta de emenda à Constituição relativa à prorrogação dos benefícios à Zona Franca de Manaus, Estado do Amazonas. 039

OTAVIO LEITE (PSDB, RJ) – Transcurso do 449º aniversário de fundação da cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro. Solidariedade à população carioca diante de problemas ambientais, de mobilidade urbana e no setor de saúde. 039

GERALDO SIMÕES (PT, BA) – Protesto contra a cassação, pelo Presidente do Supremo Tribunal Federal, Joaquim Barbosa, de liminares favoráveis à reintegração de posse de agricultores em litígio com falsos indígenas no sul do Estado da Bahia. 039

DOMINGOS DUTRA (SDD, MA – Pela ordem) – Protesto contra a realização de eleição indireta para Governador do Estado do Maranhão com a renúncia da mandatária Roseana Sarney, em razão da candidatura ao Senado Federal, e de seu vice, nomeado para o cargo de Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado. Desmoralização das instituições públicas maranhenses pela família Sarney. 040

RUBENS BUENO (PPS, PR – Como Líder) – Defesa da instalação de CPMI destinada à investigação de denúncias de corrupção, superfaturamento, cobranças de propinas e dilapidação do patrimônio da PETROBRAS durante os Governos Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff. 041

CHICO ALENCAR (PSOL, RJ – Pela ordem) – Preocupação com a paralisação dos trabalhos do Plenário ante a preocupação de Parlamentares da base governista com a possibilidade de instalação de Comissão Externa para investigação de denúncia de pagamento de suborno a funcionários da PETROBRAS. Apoio do PSOL à investigação da denúncia. Lançamento da pré-candidatura do Senador Randolfe Rodrigues à Presidência da República e da ex-Deputada Luciana Genro à Vice-Presidência. 042

EURICO JÚNIOR (PV, RJ) – Presença na Casa de Vereadores do Município de Paty do Alferes, Estado do Rio de Janeiro. 043

VALTENIR PEREIRA (Bloco/PROS, MT) – Posse do Ministro Antonio José de Barros Levenhagen na Presidência do Tribunal Superior do Trabalho – TST. Realizações do Ministro Carlos Alberto Reis de Paula na Presidência do TST. Cumprimentos aos Desembargadores responsáveis pela administração do Tribunal Regional do Trabalho da 23ª Região, com jurisdição no Estado de Mato Grosso. Atuação parlamentar do orador em parceria com a Justiça do Trabalho. 043

ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB, SP) – Necessidade de desobstrução da pauta para a votação de matérias de interesse de aposentados e pensionistas, em especial da proposta relativa ao fator previdenciário. 044

EDINHO BEZ (PMDB, SC) – Divulgação da meta de arrecadação do Governo do Estado de Santa Catarina, ao ensejo da realização do Encontro Fazendário. Empenho do Governo catarinense no combate à sonegação fiscal. 044

LUIZ FERNANDO MACHADO (PSDB, SP) – Posse do Desembargador José Renato Nalini na Presidência do Tribunal de Justiça de São Paulo. Pedido de inclusão na pauta da Proposta de Emenda à Constituição nº 10, de 2011, sobre a obrigatoriedade de elaboração e cumprimento do plano de metas pelo Poder Executivo Municipal, Estadual e Federal, com base nas propostas da campanha eleitoral. 045

FÁBIO TRAD (PMDB, MS) – Agradecimento à bancada do PMDB e ao Líder, Deputado Eduardo Cunha pela indicação do orador à 2ª Vice-Presidência da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania. 045

CLEBER VERDE (PRB, MA) – Decisão do Supremo Tribunal Federal – STF sobre o fim da contribuição previdenciária dos servidores públicos aposentados. Oportunidade da apreciação da Proposta de Emenda à Constituição nº 555, de 2006, concernente ao tema. 045

LINCOLN PORTELA (Bloco/PR, MG) – Término do período do orador na Presidência da Comissão de Legislação Participativa. Assunção do cargo pelo Deputado Zequinha Marinho. Designação do orador para Comissões Permanentes da Casa. Necessidade de votação da Proposta de Emenda à Constituição nº 308, de 2004, sobre a criação das polícias penitenciárias federal e estaduais. 045

RENAN FILHO (PMDB, AL) – Assassinato do empresário Guilherme Brandão em Maceió, Estado de Alagoas. 046

HUGO MOTTA (PMDB, PB) – Regozijo pela eleição do orador como Presidente da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle. 046

COLBERT MARTINS (PMDB, BA – Pela ordem) – Necessidade de comparecimento dos Deputados do PT ao plenário para registro de presença. 046

SILAS CÂMARA (PSD, AM – Pela ordem) – Presença da Presidenta Dilma Rousseff na inauguração de unidades habitacionais construídas pelo Governador Omar Aziz em Manaus, Estado do Amazonas. Regozijo do Parlamentar com a criação do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social – FNHIS durante a gestão do orador à frente da Comissão de Desenvolvimento Urbano. 046

EDUARDO CUNHA (PMDB, RJ – Pela ordem) – Solicitação aos Deputados do PMDB de comparecimento ao plenário para registro de presença. 047

JAIR BOLSONARO (Bloco/PP, RJ) – Relato de crimes praticados por menores de idade na cidade do Rio de Janeiro. Crítica ao PT pelo posicionamento contrário à redução da maioridade penal. Defesa da votação pelo Congresso Nacional de proposta de emenda à Constituição sobre a matéria. 047

NELSON MARQUEZELLI (PTB, SP) – Indignação do orador com os preços exorbitantes das passagens aéreas no País. Conclamação à Casa e ao Governo Federal para adoção de providências a respeito do assunto. 047

CAMILO COLA (PMDB, ES) – Solicitação à Presidência de registro de presença no plenário. 048

COLBERT MARTINS (PMDB, BA – Pela ordem) – Necessidade de investigação de denúncia sobre irregularidades em financiamento concedido pela Caixa Econômica Federal, PETROBRAS e Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES para realização do 6º Congresso Nacional do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST, em Brasília, Distrito Federal. 048

DANILO FORTE (PMDB, CE – Pela ordem) – Manifestação de apoio da bancada federal cearense à permanência no cargo do Superintendente Regional do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – DNIT no Estado do Ceará, José Luis Vianna Ferreira. Elogio à atuação do gestor à frente do órgão. 048

VANDERLEI MACRIS (PSDB, SP) – Crítica à manobra política do PT para não votação de requerimento de criação de Comissão Externa destinada à investigação das operações da empresa holandesa SBM Offshore no Brasil. .. 049

SUELI VIDIGAL (PDT, ES) – Agradecimento aos correligionários pela escolha da oradora para o cargo de Vice-Líder do PDT na Casa. Elogio à atuação do ex-Líder do partido, Deputado André Figueiredo. 049

PAULO MAGALHÃES (PSD, BA) – Alerta aos Deputados sobre problemas decorrentes de eventual instalação de Comissão Parlamentar de Inquérito relacionada à PETROBRAS. Elogio à gestão da Sra. Maria das Graças Silva Foster à frente da empresa. 050

IZALCI (PSDB, DF) – Pedido às bancadas do PSDB e do PT de comparecimento ao plenário para votação de requerimento apresentado em sessão anterior e da Proposta de Emenda à Constituição nº 290, de 2013, sobre o tratamento constitucional das áreas de ciência, tecnologia e inovação 050

PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) – Convocação dos Deputados ao Plenário para início da Ordem do Dia. ... 050

RUBENS BUENO (PPS, PR) – Convocação dos Deputados ao plenário para votação de requerimento de criação de Comissão Externa destinada à apuração de denúncia de pagamento de suborno a funcionários da PETROBRAS, feita pela empresa holandesa SBM Offshore. 050

FÁBIO TRAD (PMDB, MS – Pela ordem) – Apelo aos Deputados para conclusão da votação da proposta de reforma do Código de Processo Civil. 051

COLBERT MARTINS (PMDB, BA – Pela ordem) – Enaltecimento da atuação do Deputado Inocêncio Oliveira como Presidente do Centro de Estudos e Debates Estratégicos. Expectativa de aproveitamento de estudo realizado pelo órgão sobre terras-raras na apreciação da proposta do novo Código de Mineração. 051

ARNALDO JARDIM (PPS, SP) – Balanço da implantação e da aplicação da Política Nacional de Resíduos Sólidos no Brasil. 051

ARNALDO JORDY (PPS, PA) – Eleição do orador para a Presidência da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Casa. Recebimento, pelo colegiado, de nota técnica do Instituto Socioambiental sobre o estado de cumprimento das condicionantes referentes à proteção das terras indígenas impactadas pela construção da Usina Hidrelétrica Belo Monte. 053

JOSÉ STÉDILE (PSB, RS – Pela ordem) – Anúncio da realização de seminário nas dependências da Casa sobre o Dia Mundial das Doenças Raras. Indicação do orador para a composição da Mesa Diretora da Comissão de Finanças e Tributação e a participação em Comissões Permanentes da Casa. 053

CÉSAR HALUM (PRB, TO) – Apoio a manifestação popular pela pavimentação da Rodovia TO-126 no trecho entre os Municípios de Tocantinópolis e Maurilândia, Estado do Tocantins. 053

IVAN VALENTE (PSOL, SP) – Reunião de Parlamentares com o Ministro Teori Zavascki, do Supremo Tribunal Federal, a respeito do julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 4.650, sobre as doações de empresas a candidatos e partidos. Posicionamento do PSOL contra o financiamento privado de campanhas eleitorais. 054

VALDIR COLATTO (PMDB, SC) – Considerações sobre a eventual instalação de Comissão Parlamentar de Inquérito destinada à investigação de maus-tratos contra animais. 054

BENJAMIN MARANHÃO (SDD, PB) – Redução da capacidade dos reservatórios de água do Estado da Paraíba. Denúncia do envolvimento de oficiais das Forças Armadas em irregularidades na contratação de carros-pipas para

abastecimento de água de cidades nordestinas. Questionamento da oportunidade da criação de CPI destinada à apuração de casos de maus-tratos contra animais..... 054

INOCÊNCIO OLIVEIRA (Bloco/PR, PE – Pela ordem) – Sugestão à Presidência de suspensão da sessão e manutenção do painel eletrônico na abertura de nova sessão extraordinária. 055

PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) – Resposta ao Deputado Inocêncio Oliveira. 055

GORETE PEREIRA (Bloco/PR, CE – Pela ordem) – Agressões físicas e verbais à Vereadora Gilvaneide Sisnando, do Município de Santana do Cariri, Estado do Ceará, diante de denúncia de compra irregular de corante natural para utilização na merenda escolar. Solicitação de providências ao Secretário de Segurança Pública e Defesa Social do Estado do Ceará, Servilho Silva de Paiva, e ao Governo Federal. 055

RAIMUNDO GOMES DE MATOS (PSDB, CE – Pela ordem) – Apresentação de requerimento de informações aos Ministérios do Meio Ambiente e do Planejamento, Orçamento e Gestão sobre investimentos em parceria público-privada na Área de Proteção Ambiental – APA de Jericoacoara, no Estado do Ceará. Repúdio à obstrução pelo PT de votação de requerimento de criação de Comissão Externa destinada ao acompanhamento das investigações de denúncias de corrupção na PETROBRAS. Sugestão à Presidência de encerramento da sessão por falta de quórum. 056

PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) – Resposta ao Deputado Raimundo Gomes de Matos. 056

ONOFRE SANTO AGOSTINI (PSD, SC – Pela ordem) – Comunicado da Câmara Municipal de Xanxerê, Estado de Santa Catarina, de fechamento de trecho da BR-282 como pressão para retomada de obras de duplicação pelo Governo Federal. 056

COLBERT MARTINS (PMDB, BA – Pela ordem) – Solicitação aos Deputados do PMDB de comparecimento ao plenário. 057

MAURO BENEVIDES (PMDB, CE – Pela ordem) – Contradição entre o aumento da arrecadação federal em janeiro de 2014 e o contingenciamento de emendas parlamentares ao Orçamento Geral da União, com prejuízos a pequenos Municípios brasileiros. Expectativa quanto à divulgação da previsão do Produto Interno Bruto – PIB brasileiro de 2014 e da elevação da taxa básica de juros, a taxa SELIC. 057

ONOFRE SANTO AGOSTINI (PSD, SC – Pela ordem) – Solicitação à Presidência de divulgação de discurso proferido pelo orador nos órgãos de comunicação a Casa e no programa *A Voz do Brasil*. 058

FÁBIO TRAD (PMDB, MS – Pela ordem) – Apelo à Presidência de conclusão da votação do projeto de lei sobre a criação do novo Código de Processo Civil. 058

PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) – Resposta ao Deputado Fábio Trad. 058

PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) – Solicitação a Deputados de estabelecimento de diálogo com lideranças de mobilização de policiais militares do Distrito Federal no sentido de desistência de tentativa de invasão do Salão Verde da Casa. 058

SILAS CÂMARA (PSD, AM – Pela ordem) – Compromisso da Presidência de inclusão na pauta da sessão deliberativa do dia 18 de março da proposta sobre a prorrogação dos benefícios fiscais concedidos à Zona Franca de Manaus..... 058

MIRO TEIXEIRA (Bloco/PROS, RJ) – Questão de ordem sobre as razões da realização de marcha em direção ao Congresso Nacional..... 058

PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) – Resposta ao Deputado Miro Teixeira..... 059

COLBERT MARTINS (PMDB, BA – Pela ordem) – Elogio à atuação da Presidência..... 059

JOÃO CALDAS (SDD, AL) – Omissão da Assembleia Legislativa de Alagoas na adoção de providência para redução da escalada da violência no Estado. Conveniência de intervenção federal no Estado. 059

PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) – Comunicação ao Plenário sobre a presença de policiais militares nas dependências da Casa. Audiência de representantes da categoria e de Deputados Distritais com a Presidência..... 061

EDINHO BEZ (PMDB, SC – Pela ordem) – Atuação de Grupo de Trabalho da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle, destinado à apuração das denúncias de irregularidades praticadas pelas operadoras de telefonia fixa e celular. Conveniência da proibição da venda de novos números de aparelhos celulares pela Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL..... 061

COSTA FERREIRA (PSC, MA – Pela ordem) – Autorização ao Governo Federal, pelo Tribunal de Contas da União, do início do processo de concessão do primeiro trecho da Ferrovia da Soja entre os Município de Campinorte, no Estado de Goiás, e Lucas do Rio Verde, no Estado do Mato Grosso..... 061

PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) – Anúncio de encerramento da sessão..... 062

MIRO TEIXEIRA (Bloco/PROS, RJ – Pela ordem) – Solicitação à Presidência de abertura de novo painel. 062

PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) – Resposta ao Deputado Miro Teixeira..... 062

EDUARDO CUNHA (PMDB, RJ – Pela ordem) – Sugestão à Presidência de realização de sessão de debates no período vespertino. Expectativa de manutenção de requerimento de criação de Comissão Externa para investigação de denúncia de recebimento de suborno por funcionários da PETROBRAS como item prioritário da pauta. .. 062

MIRO TEIXEIRA (Bloco/PROS, RJ – Pela ordem) – Consulta à Presidência sobre as próximas sessões do Plenário. 062

PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) – Resposta ao Deputado Miro Teixeira..... 063
PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) – Esclarecimento sobre a pauta da próxima Sessão Deliberativa. 063
EDUARDO CUNHA (PMDB, RJ – Pela ordem) – Posicionamento da bancada do PMDB ante a pauta prevista para a próxima Sessão Deliberativa. 063
MIRO TEIXEIRA (Bloco/PROS, RJ – Pela ordem) – Consulta à Presidência sobre a pauta prevista para as próximas sessões deliberativas. 063
PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) – Resposta ao Deputado Miro Teixeira..... 063
AFONSO FLORENCE (PT, BA – Pela ordem) – Concordância do PT com o encerramento da sessão e a abertura de novo painel para a próxima sessão. 063
PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) – Esclarecimento ao Plenário sobre o cumprimento de acordo celebrado em reunião de Líderes e o processo de obstrução na presente sessão..... 063
RAIMUNDO GOMES DE MATOS (PSDB, CE – Pela ordem) – Posicionamento do PSDB favorável a encaminhamento da Presidência sobre a próxima sessão deliberativa, com inclusão de requerimento. 063
PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) – Resposta ao Deputado Raimundo Gomes de Matos. 063
ANTONIO BRITO (PTB, BA – Pela ordem) – Indagação à Presidência sobre a manutenção do painel na próxima sessão. 063
MIRO TEIXEIRA (Bloco/PROS, RJ – Pela ordem) – Pedido à Presidência de abertura de novo painel na próxima sessão. 063
EDUARDO CUNHA (PMDB, RJ – Pela ordem) – Pedido à Presidência de abertura de novo painel na próxima sessão. 064
PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) – Apelo aos Srs. Líderes de manutenção do painel. Abertura de novo painel, condicionada à concordância do Plenário. 064
V – Encerramento
2- ATA DA 032ª SESSÃO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, NÃO DELIBERATIVA DE DEBATES, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 54ª LEGISLATURA, EM 26 DE FEVEREIRO DE 2014
I – Abertura da sessão
II – Leitura e assinatura da ata da sessão anterior
III – Expediente
IV – Pequeno Expediente
LAEL VARELLA (DEM, MG) – Considerações sobre a bioadversidade, a propósito de artigo do pesquisador da EMBRAPA Dr. Evaristo E. de Miranda, publicado no jornal *O Estado de S.Paulo*..... 065
GERALDO SIMÕES (PT, BA) – Inauguração de iluminação pública em trecho da BR-415, no Município de Firmino Alves, Estado da Bahia. Cumprimentos ao Prefeito Aurelino Cunha pelo empenho na realização da obra. .. 066
PRESIDENTE (Marçal Filho) – Conversão das inscrições em Breves Comunicações em inscrições para o Pequeno Expediente. 066
GONZAGA PATRIOTA (PSB, PE) – Abertura do carnaval do Município de Petrolina, Estado de Pernambuco, pela Orquestra Philarmônica 21 de Setembro. Transcurso do 104º de fundação da orquestra. Votos de bom carnaval a todos. 066
MARCON (PT, RS) – Inclusão no PAC 3 do asfaltamento da Rodovia Transcampesina, no Estado do Rio Grande do Sul. Participação do orador em reunião no Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão a respeito da obra. 067
GIOVANI CHERINI (PDT, RS) – Apresentação do Projeto de Lei nº 7.191, de 2014, sobre a prevenção do abuso dos poderes de representação judicial. 067
MAURO BENEVIDES (PMDB, CE) – Anúncio da posse da nova Diretoria da Associação Nacional dos Membros do Ministério Público – CONAMP, sob a Presidência da Dra. Norma Angélica Reis Cardoso Cavalcanti. 067
MARÇAL FILHO (PMDB, MS) – Contrariedade ante a apresentação de recurso contra a apreciação conclusiva no Senado de projeto de lei, de autoria do orador, sobre a isonomia salarial entre mulheres e homens. 068
DR. UBIALI (PSB, SP) – Justificativa de ausência na sessão anterior. 068
FERNANDO MARRONI (PT, RS) – Satisfação com a divulgação de balanço positivo pela PETROBRAS. Contribuição da empresa para a contenção da inflação. 068
AMAURI TEIXEIRA (PT, BA) – Aumento do valor de mercado da PETROBRAS durante as gestões federais petistas. Agradecimento à Liderança e à bancada do PT pela escolha para a Presidência da Comissão de Seguridade Social e Família. 068
ONOFRE SANTO AGOSTINI (PSD, SC) – Anúncio de mobilização no Município de Xanxerê, Estado de Santa Catarina, em favor da duplicação da BR-282. 069
AMAURI TEIXEIRA (PT, BA – Pela ordem) – Pedido de substituição de termo nas notas taquigráficas. 070
PRESIDENTE (Gonzaga Patriota) – Resposta ao Deputado Amauri Teixeira. 070
RAIMUNDO GOMES DE MATOS (PSDB, CE) – Apresentação de requerimento na Comissão de Seguridade Social e Família para realização de audiência pública sobre a regulamentação do piso salarial dos agentes comunitários de saúde. Responsabilidade do PT pela inexistência de quórum para votação de requerimento de criação de Comissão Externa destinada à investigação de denúncia de suborno de funcionários da PETROBRAS. 070

FERNANDO FERRO (PT, PE) – Tentativa de destruição da imagem da PETROBRAS pela Oposição..... 070
OTAVIO LEITE (PSDB, RJ) – Ineficácia da atual gestão da PETROBRAS. Iniciativa do PSDB de inclusão de dispositivo na Constituição Federal impeditivo da alienação da empresa. 070
VALMIR ASSUNÇÃO (PT, BA) – Cumprimentos ao Deputado Amauri Teixeira pela assunção da Presidência da Comissão de Seguridade Social e Família. Início do carnaval em Salvador, Estado da Bahia. Importância de agremiações carnavalescas e culturais da Capital baiana. 071
FÁBIO TRAD (PMDB, MS) – Pedido à Mesa Diretora e ao Colégio de Líderes de votação de substitutivo, de autoria do orador, a projeto de lei sobre a tipificação de crimes contra a administração pública como crimes hediondos. 071
SIMÃO SESSIM (Bloco/PP, RJ) – Resultados do Censo da Educação Básica, realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP, do Ministério da Educação. Importância do ensino profissionalizante para a juventude brasileira. 071
COLBERT MARTINS (PMDB, BA) – Contrariedade à decisão do Ministério da Saúde de restrição à realização do exame de mamografia para mulheres na faixa etária de 40 a 50 anos de idade. 072
DR. UBIALI (PSB, SP – Pela ordem) – Escalada da violência no Município de Franca, Estado de São Paulo. Necessidade de maior atuação das prefeituras municipais na área da segurança pública. 072
EDINHO BEZ (PMDB, SC) – Indignação com a utilização de aparelhos celulares em presídios do Estado do Rio Grande do Sul com sinal de qualidade. Necessidade de interrupção da comunicação entre presos. Importância do atendimento pela Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL de sugestões apresentadas pelo orador para melhoria dos serviços prestados aos clientes de telefonia celular. 073
PEDRO EUGÊNIO (PT, PE) – Matérias da *Folha de Pernambuco* e do Portal Brasil 247, a respeito de críticas do orador ao posicionamento do Ministro do Supremo Tribunal Federal – STF Gilmar Mendes sobre as doações da militância petista em prol do pagamento das multas impostas pela corte de Justiça a condenados na Ação Penal 470. 074
PEDRO UCZAI (PT, SC) – Mobilizações da Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar da Região Sul – FETRAF-SUL/CUT nos Estados de Santa Catarina, Paraná e Rio Grande Sul, em defesa da aprovação do Projeto de Lei nº 4.765, de 2012, relativo ao aumento para 180 dias do período para recebimento do salário-maternidade, inclusive a segurada especial. 075
MANATO (SDD, ES) – Excelência das festas carnavalescas em Municípios do Estado do Espírito Santo. 077
VANDERLEI MACRIS (PSDB, SP) – Homenagem póstuma ao ex-Vice-Prefeito Dietrich Rudolf Friedrich Otto Reibel, do Município de Nova Odessa, Estado de São Paulo. 077
CELSO MALDANER (PMDB, SC) – Participação do orador na solenidade de entrega de unidades habitacionais do Loteamento Vida Nova, no Município de São Domingos, Estado de Santa Catarina. 077
FRANCISCO CHAGAS (PT, SP) – Artigo *Por que o Brasil é o país das oportunidades*, do ex-Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, publicado pelo jornal *Valor Econômico*. 078
JOSÉ STÉDILE (PSB, RS) – Transcurso do Dia Internacional das Doenças Raras. Inconformismo com a realização, pela PETROBRAS, do leilão do campo petrolífero de Libra, na Bacia de Santos, Estado de São Paulo. 081
MARCUS PESTANA (PSDB, MG) – Apresentação de projeto de lei relativo às as parcelas constitucionais não indenizatórias e ao teto remuneratório dos servidores públicos. Necessidade de ampliação da austeridade fiscal na administração pública. 081
MARLLOS SAMPAIO (PMDB, PI) – Encaminhamento de requerimento de informações ao Ministério de Minas e Energia sobre os constantes apagões ocorridos no Estado do Piauí. Inadimplência do órgão com a inauguração das subestações das cidades de Valença do Piauí, Parnaíba e Teresina. 081
PROFESSOR SÉRGIO DE OLIVEIRA (PSC, PR) – Imediata inclusão da pauta do Projeto de Lei Complementar nº 275, de 2001, que dispõe sobre a aposentadoria do funcionário policial, nos termos do art. 103, da Constituição Federal, para regulamentar a aposentadoria da mulher servidora policial. Urgente regulamentação da Lei nº 12.855, de 2013, que trata do adicional de fronteira para a Polícia Rodoviária Federal, Receita Federal e Polícia Federal.... 082
GERALDO RESENDE (PMDB, MS) – Artigo publicado pela revista *Veja* sobre a inclusão de Três Lagoas, Estado do Mato Grosso do Sul, entre as dez cidades brasileiras com maior número de criação de vagas de trabalho e salários considerados altos. 082
ESPERIDIÃO AMIN (Bloco/PP, SC) – Presença no plenário de prefeitos e autoridades de Municípios de Santa Catarina. 083
BENJAMIN MARANHÃO (SDD, PB) – Equívoco da política governamental de priorização da indústria automobilística em detrimento de transporte público de qualidade. Crise no setor sucroenergético. Necessidade do empenho suprapartidário na busca de solução para a crise na PETROBRAS..... 083
DOMINGOS SÁVIO (PSDB, MG) – Apoio à aprovação de proposta de emenda à Constituição concessiva de 5% do Orçamento da União para o setor de segurança pública. Ações do orador em prol da segurança pública de Municípios do Estado de Minas Gerais..... 084
JÔ MORAES (PCdoB, MG) – Nota técnica subscrita pelo Professor Arnaldo Oliveira Júnior, da Escola Superior Dom Helder Câmara, à Emenda Aglutinativa de Plenário nº 11, de 2013, referente à pensão alimentícia, apresentada pela bancada feminina à proposta do Código de Processo Civil. 084

BENEDITA DA SILVA (PT, RJ) – Transcurso do Dia Mundial da Justiça Social. Elevada produtividade dos campos petrolíferos do pré-sal. Elogio à atuação da Presidenta da PETROBRAS, Graça Foster. Recondução de D. Orani Tempesta, Arcebispo do Estado do Rio de Janeiro, a Cardeal, pelo Papa Francisco. 086

DANIEL ALMEIDA (PCdoB, BA) – Excelência do desempenho da Superintendência da Caixa Econômica Federal do Município de Feira de Santana, Estado da Bahia..... 087

VANDERLEI MACRIS (PSDB, SP – Como Líder) – Descontrole inflacionário no Governo Dilma Rousseff. 087

ANTHONY GAROTINHO (Bloco/PR, RJ – Como Líder) – Indignação com abandono de programas comunitários de estímulo à prática de esportes pelo Governador do Estado do Rio de Janeiro, Sérgio Cabral. 089

GERALDO SIMÕES (PT, BA – Pela ordem) – Inconformismo com a suspensão, pelo Presidente do Supremo Tribunal Federal, Joaquim Barbosa, de decisões liminares relativas à reintegração de posse a pequenos agricultores no Município de Ilhéus, Estado da Bahia. Aumento de conflitos de terra entre agricultores e indígenas com a decisão tomada pelo Ministro Joaquim Barbosa. 090

ONOFRE SANTO AGOSTINI (PSD, SC – Pela ordem) – Regozijo com o nascimento de filha do Deputado Heuler Cruvinel. Análise do Decreto nº 8.198, de 2014, a respeito da regulamentação da chamada Lei do Vinho, acerca da produção, circulação e comercialização do vinho e derivados da uva e do vinho. 090

AMAURI TEIXEIRA (PT, BA – Pela ordem) – Nota de repúdio da Comissão de Direitos Humanos e da Comissão de Promoção da Igualdade Racial da Seccional da Ordem dos Advogados do Brasil – OAB no Estado da Bahia contra declaração de caráter preconceituoso aos afrodescendentes do Secretário Municipal da Fazenda de Salvador, Mauro Ricardo Costa..... 091

FÁBIO TRAD (PMDB, MS – Pela ordem) – Imperiosa necessidade de nomeação de candidatos integrantes de cadastro de reserva relativo ao último concurso realizado pela Polícia Rodoviária Federal diante do grave déficit do efetivo da corporação em todo o País. 092

RAIMUNDO GOMES DE MATOS (PSDB, CE – Pela ordem) – Necessidade de providências da Defesa Civil do Ministério da Integração Nacional contra o avanço da erosão marítima no Estado do Ceará. Congratulações ao jornalista Fernando Maia pela publicação da reportagem *O mar avança* no jornal *Diário do Nordeste*..... 093

ZÉ GERALDO (PT, PA) – Anúncio pela Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária – INFRAERO da retomada das obras de ampliação do Aeroporto Internacional de Santarém – Maestro Wilson Fonseca, Estado do Pará. 094

MAURO BENEVIDES (PMDB, CE – Pela ordem) – Inclusão na pauta do dia 12 de março de 2014, para votação em segundo turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 247, de 2013, sobre a fixação de prazo de 8 anos para efetivação de defensores públicos em todas as unidades jurisdicionais..... 095

FERNANDO MARRONI (PT, RS – Pela ordem) – Falsa crise financeira e administrativa da PETROBRAS veiculada pela Oposição. Crescimento da empresa no Governo petista. 095

CARLOS SOUZA (PSD, AM) – Repúdio a publicação da revista francesa *France Football* sobre o Brasil e a Copa do Mundo de Futebol de 2014. 096

EDSON SANTOS (PT, RJ) – Imediata revisão de decisão judicial de concessão de liberdade provisória a jovem negro acusado indevidamente por furto de bolsa em *shopping center* da cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, diante da comprovada inocência do jovem. Conveniência de desculpas ao jovem, por parte do Governo do Rio de Janeiro, pelo constrangimento causado pelos órgãos de segurança pública. 096

JANDIRA FEGHALI (PCdoB, RJ – Como Líder) – Congratulações ao Presidente do Instituto Brasileiro de Turismo – EMBRATUR, Flávio Dino, pelo pedido feito à empresa Adidas de retirada de circulação de camisetas e materiais esportivos alusivos à Copa do Mundo de Futebol de 2014 que apresentam imagens com apelo sexual. Inoportuna participação de Deputados de partidos aliados ao Governo Federal em grupo criado para negociações políticas com a Presidenta Dilma Rousseff. Reafirmação da atuação do PCdoB na base aliada governista. Votos de feliz carnaval. 097

DÉCIO LIMA (PT, SC – Pela ordem) – Crescimento na geração de empregos formais em janeiro de 2014, com destaque para o Estado de Santa Catarina. Elogio ao Governo Federal. 098

COSTA FERREIRA (PSC, MA – Pela ordem) – Apresentação do Requerimento nº 9.613, de 2014, de inclusão na pauta do Projeto de Lei nº 1.881, de 2011, sobre o estabelecimento de nova base de cálculo para o adicional de insalubridade. 098

PASTOR MARCO FELICIANO (PSC, SP) – Agradecimento ao PSC, a familiares e amigos do orador pelo apoio dado durante a sua atuação na Presidência da Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Casa. 099

GONZAGA PATRIOTA (PSB, PE – Pela ordem) – Celebração em dependência da Casa, pelo Deputado Romário, do Dia Mundial das Doenças Raras. Apresentação de projeto de lei sobre redução da jornada de trabalho de servidora pública mãe de filho portador de doença rara. 099

PRESIDENTE (Giovani Cherini) – Registro da presença em plenário de Vereadores de Municípios do Estado do Rio Grande do Sul. 099

V – Grande Expediente

RONALDO CAIADO (DEM, GO) – Críticas ao Governo Federal pelo aparelhamento do Estado por militantes e apoiadores do Partido dos Trabalhadores. Proliferação de escândalos de desvio de recursos públicos em empresas estatais. Inoperância do Governo com relação à conclusão de obras de infraestrutura no País. 100

Aparteante: MAURO BENEVIDES (PMDB, CE). 101
SUELI VIDIGAL (PDT, ES) – Defesa da aprovação do Projeto de Lei nº 6.627, de 2009, sobre a obrigatoriedade da instalação de gerador de energia elétrica nos hospitais públicos e privados do País. 103
VI – Comunicações Parlamentares
GIOVANI CHERINI (PDT, RS) – Empenho na inclusão das obras da chamada Rota Transcampesina no PAC 3. Defesa da aprovação de projeto de lei sobre alteração do Código Civil, com relação a prazo de vigência de procuração e atribuição de responsabilidade ao procurador de prestação de contas nos autos do processo. 103
IVAN VALENTE (PSOL, SP – Pela ordem) – Greve dos trabalhares das escolas técnicas e faculdades de tecnologia do Centro Paula Souza, em São Paulo, Estado de São Paulo. 105
MARCON (PT, RS) – Louvor à iniciativa do Governador do Estado do Rio Grande do Sul, Tarso Genro, de aplicação de 12% do Orçamento Estadual no setor de saúde pública. 105
VIEIRA DA CUNHA (PDT, RS – Como Líder) – Repercussão na imprensa da iniciativa do Presidente Henrique Eduardo Alves de realização de reunião com Lideranças partidárias para definição da pauta de votações. Defesa do fortalecimento do PETROBRAS. Apoio à criação de Comissão Externa para apuração das denúncias de irregularidades no âmbito da estatal. 106
BENEDITA DA SILVA (PT, RJ) – Protesto contra a exclusão da Comunidade do Vidigal em reprodução fotográfica de São Conrado, por *shopping* da cidade do Rio de Janeiro. Natureza preconceituosa da prisão do ator e psicólogo Vinícius Romão. 107
LUIZ ALBERTO (PT, BA) – Inconsistência de denúncias feitas pela Oposição ao Governo da Presidenta Dilma Rousseff sobre a PETROBRAS. Repúdio a declaração do Secretário Municipal da Fazenda de Salvador referente à população soteropolitana. 109
CHICO LOPES (PCdoB, CE – Pela ordem) – Elogio à atuação do Superintendente do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes no Ceará, José Luis Vianna Ferreira. 110
MOREIRA MENDES (PSD, RO – Como Líder) – Registro do estado de calamidade pública das cidades de Porto Velho, Guajará-Mirim, Campo Novo e Nova Mamoré e isolamento do Estado do Acre por conta da intrafegabilidade da BR-364, na altura dos Distritos de Jaci-Paraná e Mutum-Paraná. Necessidade de aporte de recursos do Governo Federal para o Município de Rondônia. Anúncio da viagem de Comissão Externa da Casa ao Estado de Rondônia para averiguação dos prejuízos em Municípios do Estado, decorrentes de cheia no Rio Madeira e afluentes. Apelo ao Governo Federal para redução da burocracia e imediata liberação de recursos. 110
REGUFFE (PDT, DF – Pela ordem) – Defesa da aprovação de projeto de lei de autoria do orador sobre a obrigatoriedade de divulgação em *sites* oficiais dos órgãos governamentais da lista com a ordem na fila das cirurgias na rede pública de saúde. 111
IRAJÁ ABREU (PSD, TO) – Pedido de apoiamento a proposta de emenda à Constituição sobre a instituição de remuneração variável para servidores públicos da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, com base em critérios de mérito. Críticas ao Governo do Estado do Tocantins. Rompimento do Governador Siqueira Campos com o PSD tocantinense. Desempenho do orador como Secretário Estadual de Desenvolvimento Agrário e Regularização Fundiária. 111
RODRIGO DE CASTRO (PSDB, MG – Pela ordem) – Celebração de protocolo de intenções entre o Instituto Estadual de Florestas – IEF, de Minas Gerais, e a empresa Anglo American Brasil sobre o repasse de recursos para a preservação do Parque Estadual da Serra do Brigadeiro. 113
ÁTILA LINS (PSD, AM – Pela ordem) – Ausência de repasses do Governo Federal às empresas responsáveis pelas obras do Programa Luz para Todos no Estado do Amazonas. 113
ÂNGELO AGNOLIN (PDT, TO – Pela ordem) – Cumprimentos ao Deputado Damião Feliciano pela posse na Presidência da Comissão do Esporte. Solidariedade aos policiais rodoviários federais do Estado do Tocantins em sua luta pela regulamentação da Lei nº 12.855, de 2013, sobre o adicional de fronteira. 114
MIRIQUINHO BATISTA (PT, PA – Pela ordem) – Cumprimentos à Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Pará – FETAGRI-Pará e à Central Única dos Trabalhadores – CUT pelas atividades da Escola de Formação da CONTAG no Arquipélago do Marajó. 114
ROSANE FERREIRA (PV, PR – Como Líder) – Indicação da oradora como membro da Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado. Defesa da cultura da paz pelo PV. 115
RUBENS BUENO (PPS, PR – Como Líder) – Desempenho insatisfatório do Brasil no Programa Internacional de Avaliação de Estudantes – PISA. Considerações sobre a insuficiência de incentivos fiscais à educação e ao aperfeiçoamento profissional no Brasil, a propósito do artigo *Um Leão sem Educação*, de Bruno Villas Bôas, publicado no jornal *O Globo*. 116
VICENTINHO (PT, SP – Como Líder) – Êxito da PETROBRAS durante as gestões federais petistas. Importância estratégica e social da empresa. Posicionamento contrário à criação de Comissão Externa para investigação de denúncia da revista *Veja* referente à conduta de funcionários da PETROBRAS. Iniciativa da empresa na investigação do caso. 116
JOÃO PAULO LIMA (PT, PE – Pela ordem) – Proximidade de decisão do PT de Pernambuco acerca de apoio à candidatura do Senador Armando Monteiro ao Governo Estadual. Posição de Municípios pernambucanos em

levantamento da Frente Nacional de Prefeitos sobre o chamado G100, formado por cidades brasileiras grandes e médias com menor receita corrente por pessoa. 118

ROGÉRIO PENINHA MENDONÇA (PMDB, SC – Pela ordem) – Audiência concedida pelo Vice-Presidente da República, Michel Temer, ao Vice-Prefeito Gilliard Reis, do Município de Itapema, Estado de Santa Catarina. Anúncio de reunião da bancada de Parlamentares federais e estaduais de Santa Catarina com o Vice-Governador do Estado, Eduardo Moreira. Visita programada pelo orador a municipalidades catarinenses durante o carnaval. 119

MAURO BENEVIDES (PMDB, CE – Como Líder) – Marcos do processo de redemocratização do País, com destaque para a Declaração de Manifesto, ou Declaração de Poços de Caldas, a campanha Diretas Já, a votação da Emenda Dante de Oliveira e a Assembleia Nacional Constituinte. 119

WILSON FILHO (PTB, PB – Pela ordem) – Agradecimento ao PTB pela indicação do orador para Comissões Permanentes da Casa. 121

ALFREDO KAEFER (PSDB, PR – Pela ordem) – Instalação, na Casa, de Grupo de Trabalho para estudo de propostas para a reforma da legislação tributária nacional. 121

ÁTILA LINS (PSD, AM – Pela ordem) – Decretação de situação de emergência no Município de Lábrea, Estado do Amazonas. Necessidade de auxílio do Governo Federal a municipalidades amazonenses atingidas por enchentes. 121

BENJAMIN MARANHÃO (SDD, PB – Pela ordem) – Votos de feliz carnaval aos foliões da cidade de João Pessoa, Estado da Paraíba. Defesa do incremento do turismo no Nordeste. 122

MENDONÇA FILHO (DEM, PE – Pela ordem) – Contestação do balanço superavitário anunciado pela Presidenta da PETROBRAS, Graça Foster. Apoio à criação de Comissão Externa para apuração das denúncias de irregularidades na estatal 122

WEVERTON ROCHA (PDT, MA – Pela ordem) – Protesto contra o processo de desintrusão de famílias em Municípios do Estado do Maranhão 123

CHICO ALENCAR (PSOL, RJ – Pela ordem) – Posicionamento do orador, favorável à apreciação do Projeto de Lei nº 2.431, de 2011, que proíbe a Agência Nacional de Vigilância Sanitária da aplicação de veto sobre a produção e comercialização de medicamentos inibidores de apetite. 123

ASSIS CARVALHO (PT, PI – Pela ordem) – Solicitação ao Ministério do Turismo de inclusão do Corso de Teresina no calendário das festividades carnavalescas do País. 124

SANDRO ALEX (PPS, PR) – Inconformismo do PPS com a ausência de votações na Casa na semana em curso, em vésperas de carnaval. Descontentamento com a demora da votação de matérias de interesse das categorias de agentes comunitários de saúde e enfermeiros hospitalares 125

EDINHO BEZ (PMDB, SC – Pela ordem) – Defesa da aprovação do Projeto de Lei nº 7.153, de 2014, sobre a destinação de recursos aos hospitais filantrópicos situados em locais de interesse turístico. 125

LUCIANA SANTOS (PCdoB, PE – Pela ordem) – Homenagem prestada a Antônio Nóbrega no carnaval de Recife, Estado de Pernambuco, e ao artista Bajado nas festividades de Olinda. Louvor à iniciativa do Presidente da Empresa Brasileira de Turismo, ex-Deputado Flávio Dino, de retirada de circulação de propaganda alusiva a sexo 126

DOMINGOS SÁVIO (PSDB, MG – Como Líder) – Obstrução, pelos partidos da base de sustentação do Governo Federal, da votação de requerimento de criação de Comissão Externa destinada à apuração das denúncias de corrupção envolvendo a PETROBRAS. Irregularidade no repasse de recursos do erário à GEAP – Fundação de Seguridade Social. Perplexidade com a iniciativa do Governo Federal de edição de decreto, após a suspeição de irregularidade, autorizando contrato entre os Ministérios e a GEAP sem licitação. Apresentação de requerimento de convocação da Ministra do Planejamento, Orçamento e Gestão para esclarecimentos da iniciativa. 127

AMAURI TEIXEIRA (PT, BA – Pela ordem) – Anúncio da apresentação do Projeto de Lei nº 7.160, de 2014, sobre o estabelecimento da jornada de trabalho diária de 6 horas para o operador de máquina florestal e trabalhadores em viveiros de mudas. Contestação a discurso oposicionista sobre impedimento, pela base aliada, de criação de Comissão Externa relativa ao acompanhamento, na Holanda, de investigação de denúncia de corrupção na PETROBRAS. Incompetência de Comissão Externa para o exercício de função fiscalizadora. 128

FERNANDO FERRO (PT, PE – Pela ordem) – Participação do orador em reunião no Ministério da Educação para debate sobre a instalação de faculdade de Medicina no Município de Garanhuns e a expansão do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego – PRONATEC no Município de Petrolina, Estado de Pernambuco 129

WILSON FILHO (PTB, PB) – Atuação parlamentar do orador no combate ao consumo de drogas, especialmente o *crack*. Anúncio de apresentação de requerimento de informações ao Governo Federal sobre a aplicação dos recursos do Programa Crack, é Possível Vencer. Solicitação ao Governo Federal de providências quanto ao ambiente de insegurança predominante no Estado da Paraíba. 129

JORGINHO MELLO (Bloco/PR, SC – Pela ordem) – Defesa da Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 1999, sobre a concessão, a estudantes carentes, de bolsas de estudo e crédito educativo para o ensino médio e o superior em instituições privadas 130

ANDRÉ MOURA (PSC, SE e como Líder) – Expressiva manifestação popular, através do serviço 0800 *Fale Conosco*, da Câmara dos Deputados, pela aprovação do Projeto de Lei nº 5.476, de 2001, que extingue a cobrança

da chamada assinatura básica nos contratos de telefonia fixa. Encaminhamento ao Colégio de Líderes de pedido de prioridade à votação da matéria. Degradação da saúde pública no Estado de Sergipe. Empenho do orador pela inclusão na pauta da proposta que regulamenta o piso salarial nacional dos agentes comunitários de saúde e agentes de combate às endemias. 131

GUSTAVO PETTA (PCdoB, SP – Pela ordem) – Apelo ao Governador do Estado de São Paulo, Geraldo Alckmin, para negociação com movimento grevista de professores, funcionários e estudantes do Centro Paula Souza. Posicionamento do orador sobre alterações do Senado Federal ao projeto de lei sobre o novo Plano Nacional de Educação – PNE, em análise por Comissão Especial daquela Casa. 135

RENATO MOLLING (Bloco/PP, RS – Pela ordem) – Agradecimento ao PPS e ao Líder do partido, Deputado Eduardo da Fonte, pela indicação do orador ao cargo de Presidente da Comissão de Turismo. Congratulações ao Deputado Valadares Filho pelo desempenho na Presidência do colegiado. Importância do turismo para o crescimento da economia brasileira. 136

DOMINGOS DUTRA (SDD, MA – Pela ordem) – Denúncia do Ministério Público maranhense sobre ocultação, pelo Governo do Estado do Maranhão, de registros de homicídios na Região Metropolitana de São Luís em 2010 e 2011. 137

PROFESSOR SETIMO (PMDB, MA – Pela ordem) – Garantia de recursos orçamentários para pavimentação da BR-226 e construção do contorno rodoviário no Município de Timon, Estado do Maranhão. 137

PAULÃO (PT, AL – Pela ordem) – Consternação da população alagoana com o brutal assassinato do empresário Guilherme Brandão. Aumento significativo do número de latrocínios no Estado de Alagoas, conforme a publicação *VII Anuário Brasileiro de Segurança Pública*. Descaso do Governo do Estado ante a crescente criminalidade. 138

JOÃO CALDAS (SDD, AL) – Crítica à Assembleia Legislativa do Estado de Alagoas relativamente às questões de segurança pública. Defesa de intervenção federal em Alagoas devido ao aumento da criminalidade no Estado. 139

LINCOLN PORTELA (Bloco/PR, MG) – Aprovação, pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado Federal, do Projeto de Lei da Câmara nº 115, de 2013, de autoria do orador, sobre o estabelecimento do prazo de 30 dias para incineração das drogas apreendidas pela Polícia. Expectativa de aprovação da matéria pelo Plenário, sem alterações. Ocupação pelo orador do cargo de 1º Vice-Presidente da Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado. Fracasso do inquérito policial como método investigativo. Insatisfação da população brasileira com a Polícia e o Poder Judiciário. Necessidade de atuação firme do Ministério Público na condução de investigações. 140

VANDERLEI SIRAQUE (PT, SP – Pela ordem) – Estudo realizado pela assessoria do orador sobre o número de roubos e furtos de veículo no Estado de São Paulo durante as gestões do PSDB. Não implementação, pelo Governador Geraldo Alckmin, de lei estadual de autoria do Parlamentar sobre os chamados desmanches de veículos. 141

JORGINHO MELLO (Bloco/PR, SC – Pela ordem) – Presença na Casa da Vereadora Maria Helena Zimmermann e de Procuradora da Universidade UNIDAVI, do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina. 142

AMIR LANDO (PMDB, RO – Pela ordem) – Pedido ao Governo Federal de auxílio às comunidades atingidas pelas enchentes no Estado de Rondônia. Situação das barragens de usinas hidrelétricas no Rio Madeira. 142

RAIMUNDO GOMES DE MATOS (PSDB, CE – Pela ordem) – Eleição do Deputado Amauri Teixeira para a Presidência da Comissão de Seguridade Social e Família. Anúncio da apresentação de requerimento para realização de audiência pública, pela Comissão, sobre a regulamentação do piso salarial dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de combate às endemias. 143

ESPERIDIÃO AMIN (Bloco/PP, SC – Pela ordem) – Presença na Capital da República dos Prefeitos Márcio Búrigo, do Município de Criciúma, e Dieter Jannsen, do Município de Jaraguá do Sul, Estado de Santa Catarina. Participação do orador em audiências concedidas aos edis no Ministério das Cidades. Pedido às autoridades governamentais de extensão do Programa de Mobilidade Urbana aos Municípios catarinenses com mais de 150 mil habitantes. 143

MARINHA RAUPP (PMDB, RO – Pela ordem) – Apoio do Governo Federal ao Estado de Rondônia no enfrentamento das consequências da cheia do Rio Madeira. Apresentação de requerimento de Comissão Externa para acompanhamento da situação de emergência nos Estados de Rondônia e do Acre em decorrência das enchentes. Aprovação, pela Assembleia Legislativa de Rondônia, da criação de estrada parque no Parque Estadual de Guajará-Mirim. 143

NILTON CAPIXABA (PTB, RO – Pela ordem) – Atuação do Governo Federal e da bancada federal de Rondônia em favor da população atingida pelas enchentes no Estado. Importância de estrada parque para o fim do isolamento dos Municípios de Guajará-Mirim e Nova Mamoré. 144

CARMEN ZANOTTO (PPS, SC – Pela ordem) – Realização do II Fórum Catarinense sobre Doenças Raras e de seminário na Câmara dos Deputados ao ensejo do transcurso do Dia Mundial das Doenças Raras. 144

ROBERTO DE LUCENA (PV, SP – Pela ordem) – Homenagem ao Reverendo Orlando Silva, Presidente de Honra do Conselho Nacional das Igrejas O Brasil para Cristo – OBPC, ao ensejo do transcurso do Jubileu de Ouro de seu ministério pastoral. 146

DR. ROSINHA (PT, PR – Pela ordem) – Pioneirismo de ato promovido pelo PT na Praça Clóvis, na cidade de São Paulo, com respeito à campanha Diretas Já. 146

DELEGADO PROTÓGENES (PCdoB, SP – Pela ordem) – Críticas ao Ministério da Justiça pelo tratamento dado aos policiais federais. Realização de protesto pela categoria. 147

LUIZ COUTO (PT, PB – Pela ordem) – Apoio à luta da Federação Nacional dos Policiais Federais pela abertura de negociações com o Governo. Lançamento, pelo Governo da Paraíba, do Disque Denúncia Estadual e de programas em favor de crianças e adolescentes. Solidariedade ao ator negro Vinícius Romão, ante sua prisão injusta. Repúdio ao racismo presente no caso. 147

RONALDO BENEDET (PMDB, SC – Pela ordem) – Presença na Casa do Vereador Varnderlei Zilli, do Município de Criciúma, Estado de Santa Catarina. Relato de atividades parlamentares do orador em defesa de interesses de municipalidades catarinenses. Luta pela realização de obra de duplicação da BR-101, no Estado. Necessidade de aperfeiçoamento da administração pública no País. Escolha do Parlamentar para o cargo de 2º Vice-Presidente da Comissão de Minas e Energia. 148

PASTOR MARCO FELICIANO (PSC, SP – Pela ordem) – Caráter leviano de acusações feitas contra o filósofo Olavo Luiz Pimentel de Carvalho em páginas falsas criadas em redes sociais por grupos de esquerda. Defesa de aprovação pela Casa de proposições destinadas ao combate ao mau uso da Internet..... 148

ARNALDO JORDY (PPS, PA – Pela ordem) – Liderança do Estado do Pará na chamada lista suja de pessoas físicas e jurídicas investigadas pela submissão de trabalhadores a condições análogas à escravidão. Descrição da ocorrência de trabalho degradante no País. 149

RICARDO IZAR (PSD, SP – Pela ordem) – Indignação com a não votação pela Casa de proposta de criação de Comissão Parlamentar de Inquérito destinada à investigação de denúncias de maus-tratos a animais. 150

ZÉ GERALDO (PT, PA – Pela ordem) – Necessidade de ampliação da rede de agências da Caixa Econômica Federal no Estado do Pará..... 150

DR. UBIALI (PSB, SP – Pela ordem) – Elevada participação estrangeira no capital social da PETROBRAS. Elogio à gestão da Presidente Maria das Graças Foster. 151

JOÃO CALDAS (SDD, AL – Pela ordem) – Pedido de decretação de intervenção federal no Estado de Alagoas, diante do quadro de insegurança pública reinante na região..... 151

PRONUNCIAMENTOS ENCAMINHADOS:

DR. JORGE SILVA (Bloco/PROS, ES) – Implantação do Projeto Vida no Trânsito, do Ministério da Saúde, em parceria com órgãos estaduais e municipais de Vitória, Estado do Espírito Santo, com vistas à redução dos altos índices de acidentes no trânsito. 151

IRACEMA PORTELLA (Bloco/PP, PI) – Reportagem veiculada pelo jornal *O Globo* sobre a condição de vida de crianças e adolescentes nos abrigos brasileiros..... 152

NELSON PELLEGRINO (PT, BA) – Transcurso do 50º aniversário de fundação do Colégio Instituto Social da Bahia – ISBA. 153

CARLOS SOUZA (PSD, AM) – Defesa da Zona Franca de Manaus diante das críticas feitas pela União Europeia à política protecionista brasileira. Importância da prorrogação do prazo de vigência da Zona Franca de Manaus por mais 50 anos..... 153

ROMÁRIO (PSB, RJ) – Realização do Seminário *Dia Mundial das Doenças Raras*. Acerto da Política Nacional de Atenção Integral às Pessoas com Doenças Raras. Expectativa de aprovação do Projeto de Lei nº 4.411, de 2012, de autoria do orador, sobre importações de bens destinados à pesquisa científica e tecnológica. 154

PADRE TON (PT, RO) – Indignação com a aprovação, pela Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia, do Projeto de Decreto Legislativo nº 143, de 2014, acerca da desconstituição da Reserva Extrativista do Jaci-Paraná. Nota divulgada pelo Grupo de Trabalho Amazônico – GTA/RO sobre a aprovação da matéria e a participação de agentes políticos no crime de grilagem de terras no Estado. 156

FLAVIANO MELO (PMDB, AC) – Preocupação do orador com os preços exorbitantes das passagens aéreas entre Rio Branco, Estado do Acre, e Porto Velho, Estado de Rondônia, ante a impossibilidade de deslocamento terrestre entre as duas Capitais decorrente da cheia do Rio Madeira. 157

JOSÉ CHAVES (PTB, PE) – Desafio de desburocratização na criação de empresas no Brasil. 158

VII – ENCERRAMENTO

3 – PROPOSIÇÕES APRESENTADAS

PLP 375/2014, PL 7194/2014, PL 7195/2014, PL 7196/2014, PL 7197/2014, PL 7198/2014, PL 7199/2014, PL 7200/2014, PL 7201/2014, PL 7202/2014, PDC 1447/2014, INC 5855/2014, INC 5856/2014, INC 5857/2014, INC 5858/2014, INC 5859/2014, INC 5860/2014, RIC 4011/2014, RIC 4012/2014, RIC 4013/2014, RIC 4014/2014, RIC 4015/2014, RIC 4016/2014, RIC 4017/2014, RIC 4018/2014, RIC 4019/2014, RIC 4020/2014, RIC 4021/2014, RIC 4022/2014, RIC 4023/2014, RIC 4024/2014, RIC 4025/2014, RIC 4026/2014, RIC 4027/2014, REQ 9607/2014, REQ 9608/2014, REQ 9609/2014, REQ 9610/2014, REQ 9611/2014, REQ 9612/2014, REQ 9613/2014, REQ 9614/2014, REQ 9615/2014, REQ 9616/2014, REQ 9617/2014, REQ 9618/2014, REQ 9619/2014. 168

4 – PROPOSIÇÕES DESPACHADAS

MSC 18/2014, PL 7133/2014, PL 7139/2014, PL 7169/2014, ... 170

PDC 1442/2014, PDC 1443/2014, PDC 1444/2014, PDC, 1445/2014, REQ 9566/2014, REQ 9578/2014, REQ 9584/2014, REQ 9594/2014. 180

5 – DESPACHOS DO PRESIDENTE

Expediente

Ofícios n. 4.224/2014, n. 4.447/2014 e n. 4.465/2014 – do Supremo Tribunal Federal. 186

Ofícios. 015/2014 – do Senhor Felipe Cazuo Azuma, Presidente da 4ª Subseção da Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional do Mato Grosso do Sul. 186

Petição do Senhor Clemente Salomão de Oliveira Filho. Impugnação ao exercício de mandato de Deputado Federal pelo Senhor Edmar Moreira, suplente da coligação PP/PR/PPS/DEM/PSDB, de Minas Gerais. 186

Ofício nº 44/2014 – da Liderança do Bloco PR, PTdoB, PRP. 187

Ofício nº 68/2014 – da Liderança do PTB 187

Ofício nº 63/2014 – da Liderança do PTB 187

Ofício nº 70/2014 – da Liderança do PDT. 187

Ofício nº 29/2014 – da Liderança do Bloco PV, PPS. 187

Ofício nº 71/2014 – da Liderança do DEM 187

Ofício nº 70/2014 – da Liderança do DEM 187

Ofício nº 29/2014 – da Liderança do Bloco PV, PPS. 187

Ofício nº 72/2014 – da Liderança do PDT. 187

Ofício nº 45/2014 – da Liderança do Bloco PR, PTdoB, PRP 188

Ofício nº 114/2014 – da Liderança do PMDB. 188

Ofício nº 115/2014 – da Liderança do PMDB. 188

Ofício nº 116/2014 – da Liderança do PMDB. 188

Ofício nº 21/2014 – da Liderança do SDD 188

Ofício nº 11/2014 – da Liderança do Bloco PP, PROS. 188

Ofício nº 10/2014 – da Liderança do Bloco PP, PROS. 188

Ofício nº 117/2014 – da Liderança do PMDB. 188

Ofício nº 58/2014 – da Liderança do PSC. 188

Ofício nº 119/2014 – da Liderança do PMDB. 189

Ofício nº 118/2014 – da Liderança do PMDB. 189

Ofício nº 126/2014 – da Liderança do PT. 189

Ofício nº 124/2014 – da Liderança do PT. 189

Ofício nº 26/2014 – da Liderança do Bloco PV, PPS. 189

Ofício nº 30/2014 – da Liderança do Bloco PV, PPS. 189

Ofício nº 146/2014 – da Liderança do PSD. 189

Ofício nº 143/2014, da Liderança do PSD. 189

Ofício nº 148/2014 – da Liderança do PSD. 190

Ofício nº 71/2014 – da Liderança do PTB. 190

Ofício nº 67/2014 – da Liderança do PTB. 190

Ofício nº 67/2014 – da Liderança do PTB. 190

Ofício nº 09/2014 – da Liderança do PROS. 190

Ofício nº 129/2014 – da Liderança do PT. 190

Ofício nº 74/2014- da Liderança do DEM. 190

Of. S/N/2014 – do Dep. Tiririca. 190

Proposição

PEC 380/2014. 190

COMISSÕES

6 – ATA

Comissão Especial destinada a proferir parecer à Proposta de Emenda à Constituição nº 170-A/2012, 4ª Reunião Ordinária em 19/02/2014. 191

7 – DESIGNAÇÃO

Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática, em 26/02/2014. 192

8 – PARECER

Despacho do Presidente, PEC 247-C/2013. 196

SEÇÃO II

9 – ATOS DO PRESIDENTE

Dispensar: Alyson Gomes Pereira, Luiz Vicente da Costa Braga, Regina Pereira Games, Ricardo Modesto Vieira, Wellington Ferreira Gonçalves. 197

Designar: Alyson Gomes Pereira, Maria Clarice de Siqueira Cabral Dias, Maria de Fátima Morbach de Medeiros, Patricia Maria Nogueira, Raquel Silva de Faria, Regina Pereira Games, Ricardo Modesto Vieira, Vitor Brito Gomes de Souza. 198

10 – FUNDO ROTATIVO

Prestação de Contas Analítica do Fundo Rotativo da Câmara dos Deputados, relativa ao mês de janeiro de 2014..... 199

11 – ERRATA

Nº DCD nº 06, de 05/02/2014 (PL 2715-A/2011). Na página 950. 205

12 – MESA..... 213

13 – LÍDERES E VICE-LÍDERES..... 213

14 – DEPUTADOS EM EXERCÍCIO..... 215

15 – COMISSÕES..... 220

SEÇÃO I

Ata da 31ª Sessão da Câmara dos Deputados, Deliberativa Extraordinária, Matutina, da 4ª Sessão Legislativa Ordinária, da 54ª Legislatura, em 26 de fevereiro de 2014

Presidência dos Srs.: Henrique Eduardo Alves, Presidente. Onofre Santo Agostini, Luci Choinacki, Mauro Benevides, Alexandre Santos, Inocêncio Oliveira, nos termos do § 2º do artigo 18 do Regimento Interno

ÀS 11 HORAS COMPARECEM À CASA OS SRS.:

Henrique Eduardo Alves
Andre Vargas
Marcio Bittar
Simão Sessim
Biffi
Gonzaga Patriota
Takayama

RORAIMA

Chico das Verduras PRP PrPtdobPrp
Edio Lopes PMDB
Total de RORAIMA 2

AMAPÁ

Evandro Milhomen PCdoB
Fátima Pelaes PMDB
Janete Capiberibe PSB
Total de AMAPÁ 3

PARÁ

Arnaldo Jordy PPS
Beto Faro PT
José Priante PMDB
Josué Bengtson PTB
Lira Maia DEM
Zequinha Marinho PSC
Total de PARÁ 6

AMAZONAS

Carlos Souza PSD
Total de AMAZONAS 1

RONDÔNIA

Anselmo de Jesus PT
Marcos Rogério PDT
Nilton Capixaba PTB
Total de RONDÔNIA 3

ACRE

Antônia Lúcia PSC
Flaviano Melo PMDB

Sibá Machado PT
Taumaturgo Lima PT
Total de ACRE 4

TOCANTINS

Lázaro Botelho PP PpPros
Total de TOCANTINS 1

MARANHÃO

Carlos Brandão PSDB
Costa Ferreira PSC
Domingos Dutra Solidaried
Hélio Santos PSDB
Lourival Mendes PTdoB PrPtdobPrp
Professor Setimo PMDB
Sarney Filho PV
Weverton Rocha PDT
Total de MARANHÃO 8

CEARÁ

André Figueiredo PDT
Aníbal Gomes PMDB
Ariosto Holanda PROS PpPros
Chico Lopes PCdoB
Danilo Forte PMDB
Edson Silva PROS PpPros
João Ananias PCdoB
José Airton PT
José Guimarães PT
José Linhares PP PpPros
Manoel Salviano PSD
Mário Feitoza PMDB
Mauro Benevides PMDB
Raimundo Gomes de Matos PSDB
Vicente Arruda PROS PpPros
Total de CEARÁ 15

PIAUÍ

Assis Carvalho PT
Jesus Rodrigues PT
Júlio Cesar PSD
Marcelo Castro PMDB
Marllos Sampaio PMDB
Total de PIAUÍ 5

RIO GRANDE DO NORTE

Fátima Bezerra PT
João Maia PR PrPtdobPrp
Sandra Rosado PSB
Total de RIO GRANDE DO NORTE 3

PARAÍBA

Damião Feliciano PDT
Efraim Filho DEM

Hugo Motta PMDB
Leonardo Gadelha PSC
Luiz Couto PT
Major Fábio PROS PpPros
Manoel Junior PMDB
Nilda Gondim PMDB
Wellington Roberto PR PrPtdobPrp
Total de PARAÍBA 9

PERNAMBUCO

Augusto Coutinho Solidaried
Bruno Araújo PSDB
Carlos Eduardo Cadoca PCdoB
Eduardo da Fonte PP PpPros
Fernando Ferro PT
Inocêncio Oliveira PR PrPtdobPrp
João Paulo Lima PT
Jorge Corte Real PTB
Pastor Eurico PSB
Pedro Eugênio PT
Roberto Teixeira PP PpPros
Severino Ninho PSB
Vilalba PP PpPros
Total de PERNAMBUCO 13

ALAGOAS

Alexandre Toledo PSB
Renan Filho PMDB
Total de ALAGOAS 2

SERGIPE

Andre Moura PSC
Fabio Reis PMDB
Laercio Oliveira Solidaried
Márcio Macêdo PT
Total de SERGIPE 4

BAHIA

Afonso Florence PT
Amauri Teixeira PT
Antonio Brito PTB
Antonio Imbassahy PSDB
Daniel Almeida PCdoB
Edson Pimenta PSD
Fábio Souto DEM
Félix Mendonça Júnior PDT
Fernando Torres PSD
Geraldo Simões PT
João Carlos Bacelar PR PrPtdobPrp
João Leão PP PpPros
Josias Gomes PT
Jutahy Junior PSDB
Lucio Vieira Lima PMDB
Luiz Alberto PT
Márcio Marinho PRB

Mário Negromonte PP PpPros
Paulo Magalhães PSD
Valmir Assunção PT
Total de BAHIA 20

MINAS GERAIS

Aelton Freitas PR PrPtdobPrp
Domingos Sávio PSDB
Dr. Grilo Solidaried
Edmar Moreira PR PrPtdobPrp
Eduardo Barbosa PSDB
Humberto Souto PPS
Jairo Ataíde DEM
João Bittar DEM
Lael Varella DEM
Leonardo Quintão PMDB
Lincoln Portela PR PrPtdobPrp
Luiz Fernando Faria PP PpPros
Marcos Montes PSD
Marcus Pestana PSDB
Margarida Salomão PT
Nilmário Miranda PT
Rodrigo de Castro PSDB
Saraiva Felipe PMDB
Total de MINAS GERAIS 18

ESPÍRITO SANTO

Camilo Cola PMDB
Cesar Colnago PSDB
Dr. Jorge Silva PROS PpPros
Lauriete PSC
Manato Solidaried
Paulo Foletto PSB
Total de ESPÍRITO SANTO 6

RIO DE JANEIRO

Alexandre Santos PMDB
Alfredo Sirkis PSB
Anthony Garotinho PR PrPtdobPrp
Arolde de Oliveira PSD
Benedita da Silva PT
Celso Jacob PMDB
Edson Ezequiel PMDB
Edson Santos PT
Eduardo Cunha PMDB
Fernando Jordão PMDB
Glauber Braga PSB
Hugo Leal PROS PpPros
Rodrigo Maia DEM
Stepan Nercessian PPS
Walney Rocha PTB
Zoinho PR PrPtdobPrp
Total de RIO DE JANEIRO 16

SÃO PAULO

Alexandre Leite DEM
Antonio Bulhões PRB

Antonio Carlos Mendes Thame PSDB
Arnaldo Jardim PPS
Devanir Ribeiro PT
Dr. Ubiali PSB
Edinho Araújo PMDB
Eleuses Paiva PSD
Eli Correa Filho DEM
Francisco Chagas PT
Helcio Silva PT
Ivan Valente PSOL
João Dado Solidaried
Jorge Tadeu Mudalen DEM
Junji Abe PSD
Keiko Ota PSB
Luiz Fernando Machado PSDB
Luiza Erundina PSB
Mara Gabrilli PSDB
Marcelo Aguiar DEM
Missionário José Olimpio PP PpPros
Nelson Marquezelli PTB
Pastor Marco Feliciano PSC
Paulo Freire PR PrPtdobPrp
Paulo Pereira da Silva Solidaried
Penna PV
Ricardo Berzoini PT
Ricardo Izar PSD
Ricardo Tripoli PSDB
Roberto de Lucena PV
Roberto Santiago PSD
Tiririca PR PrPtdobPrp
Vaz de Lima PSDB
Vicente Candido PT
William Dib PSDB
Total de SÃO PAULO 35

MATO GROSSO

Carlos Bezerra PMDB
Eliene Lima PSD
Nilson Leitão PSDB
Total de MATO GROSSO 3

DISTRITO FEDERAL

Erika Kokay PT
Luiz Pitiman PSDB
Total de DISTRITO FEDERAL 2

GOIÁS

Carlos Alberto Leréia PSDB
Íris de Araújo PMDB
João Campos PSDB
Leandro Vilela PMDB
Magda Mofatto PR PrPtdobPrp
Pedro Chaves PMDB
Thiago Peixoto PSD
Vilmar Rocha PSD
Total de GOIÁS 8

MATO GROSSO DO SUL

Fábio Trad PMDB
Geraldo Resende PMDB
Vander Loubet PT
Total de MATO GROSSO DO SUL 3

PARANÁ

Assis do Couto PT
Cida Borghetti PROS PpPros
Dilceu Sperafico PP PpPros
Fernando Francischini Solidaried
João Arruda PMDB
Leopoldo Meyer PSB
Luiz Carlos Hauly PSDB
Luiz Nishimori PR PrPtdobPrp
Marcelo Almeida PMDB
Professor Sérgio de Oliveira PSC
Rosane Ferreira PV
Sandro Alex PPS
Zeca Dirceu PT
Total de PARANÁ 13

SANTA CATARINA

Celso Maldaner PMDB
Edinho Bez PMDB
João Pizzolatti PP PpPros
Luci Choinacki PT
Onofre Santo Agostini PSD
Pedro Uczai PT
Rogério Peninha Mendonça PMDB
Valdir Colatto PMDB
Total de SANTA CATARINA 8

RIO GRANDE DO SUL

Alexandre Roso PSB
Assis Melo PCdoB
Beto Albuquerque PSB
Bohn Gass PT
Darcísio Perondi PMDB
Giovani Cherini PDT
Henrique Fontana PT
Jose Stédile PSB
Luis Carlos Heinze PP PpPros
Marco Maia PT
Osmar Terra PMDB
Paulo Pimenta PT
Renato Molling PP PpPros
Ronaldo Zulke PT
Vieira da Cunha PDT
Vilson Covatti PP PpPros
Total de RIO GRANDE DO SUL 16

I – ABERTURA DA SESSÃO

O SR. PRESIDENTE (Onofre Santo Agostini) – A lista de presença registra na Casa o comparecimento de 234 Senhoras Deputadas e Senhores Deputados.

Está aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus e em nome do povo brasileiro iniciamos nossos trabalhos.

O Sr. Secretário procederá à leitura da ata da sessão anterior.

II – LEITURA DA ATA

O SR. MARCELO ALMEIDA, servindo como 2° Secretário, procede à leitura da ata da sessão antecedente, a qual é, sem observações, aprovada.

III – EXPEDIENTE

(Não há expediente a ser lido)

O SR. PRESIDENTE (Onofre Santo Agostini) – Passa-se às

IV – BREVES COMUNICAÇÕES

Nos primeiros 30 minutos da sessão, concederei a palavra por 1 minuto aos Deputados inscritos e começo concedendo a palavra ao Sr. Marllos Sampaio.

O SR. MARLLOS SAMPAIO (PMDB-PI. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero registrar mais uma vez nossas atividades parlamentares: no último sábado, estivemos na cidade de Paulistana, reunidos com representantes de diversas localidades da zona rural daquele Município, como a localidade de Tigre. E, conversando com lideranças como Osvaldo e José Neri, nós nos comprometemos a destinar uma emenda para a compra de uma patrulha mecanizada para dar assistência à agricultura familiar.

Assim nos entendemos, destinei essa emenda, e vamos trabalhar muito naquela região, toda a grande região de Paulistana, uma região pela qual nós temos um grande carinho e vamos fazer um serviço. De Paulistana, seguimos para Picos, onde fomos recebidos pela Vereadora Valdívia, do Bairro Fátima, zona rural daquele Município, que tem uma grande liderança e grandes serviços prestados. Lá também os Vereadores Maté e Antonio Afonso vão dar a representatividade de Picos.

Então, vamos continuar com a nossa agenda, trabalhando direto com a população.

Eu solicito o registro deste pronunciamento no programa *A Voz do Brasil*.

O SR. PRESIDENTE (Onofre Santo Agostini) – O próximo orador é o ilustre Deputado Carlos Souza, a quem concedo a palavra pelo tempo regimental.

O SR. CARLOS SOUZA (PSD-AM. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Sr. Presidente!

Sr. Presidente, eu volto a esta tribuna, e não tenho medidos esforços, para denunciar a famigerada empresa distribuidora de energia na minha cidade, Amazonas Energia, pelo descaso, pela incompetência, pelos apagões, pelos apaguinhos, pela irresponsabilidade, pela má-gestão daquela empresa. Eu não tenho medido esforços.

Agora, vou mais além, Sr. Presidente. Hoje, a denúncia que eu faço aqui em relação a essa empresa é mais grave. Esta semana, uma família me procurou no meu programa de televisão, lá no meu Estado, e denunciou a morte de uma senhora de 60 anos de idade, que foi destratada na empresa Amazonas Energia. Essa senhora passou mal e veio a falecer.

Eu quero providências, Sr. Presidente, do Ministro Edson Lobão, eu quero providências do Ministério de Minas e Energia. É uma vida que foi ceifada. Já não basta o descaso dessa empresa para com o povo da cidade de Manaus, para com os consumidores, pela irresponsabilidade e pela incompetência?

Agora, uma morte. Uma vida foi ceifada pelos maus-tratos das pessoas que estavam atendendo o povo. Essa senhora, que foi procurar informações sobre uma conta de energia exorbitante que havia recebido – isso é comum acontecer na cidade de Manaus – passou mal e faleceu.

Eu estou com o atestado de óbito dela aqui nas mãos e com o Boletim de Ocorrência da polícia. Espero que o Ministro de Minas e Energia tome as providências cabíveis.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Onofre Santo Agostini) – O próximo orador é o Deputado Jesus Rodrigues. Depois falarão os Deputados Fernando Torres e Manoel Junior.

Deputado Domingos Dutra, com a permissão de V.Exa., gostaria de ouvir o Deputado Mauro Benevides e, em seguida, V.Exa.

O SR. MAURO BENEVIDES (PMDB-CE. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, faleceu na tarde de ontem, em Fortaleza, a Sra. Margarida Caminha de Oliveira, viúva do empresário e ex-Vereador da nossa Câmara Municipal Francisco Bezerra de Oliveira, cujas virtudes peregrinas fizeram-na desfrutar do carinho de sua família e de incontáveis amigos, que nela sempre identificaram, de forma marcante, sentimento de solidariedade humana.

Ela, aliás, acompanhava, com vivo interesse, mas com discrição, as campanhas políticas do seu esposo, estimulando-o a cumprir com dignidade o múnus da representação popular, buscando o desenvolvimento da nossa metrópole, notadamente no florescente Bairro de Fátima, de cujos habitantes sempre mereceu apoio e solidariedade.

À noite de ontem, no velório ocorrido na Funerária Ethernus, me solidarizei com três de seus filhos: Ricardo Caminha de Oliveira, empresário e jornalista; Célia Caminha de Oliveira, recém-chegada dos Estados Unidos; e o escritor e acadêmico João Soares Neto, empresário realizado, responsável também por coluna dominical no *Diário do Nordeste*, por artigos estilisticamente aprimorados, fruto do seu talento privilegiado e da perceptibilidade para comentar os fatos do quotidiano, sempre ao lado de sua esposa, a Desembargadora Iracema do Vale, ínclita Presidente do Tribunal Regional Eleitoral e jurista de invulgar competência.

O sepultamento da Sra. Margarida Caminha de Oliveira está se realizando neste momento, após celebração de missa de réquiem. Teve lugar no Cemitério Parque da Paz, a que não me pude me fazer presente em razão da eleição hoje para direção das Comissões Técnicas, notadamente a de Constituição e Justiça e de Educação, às quais pertenço por indicação peemedebista.

Ao fazer este registro no plenário da Casa, desejo testemunhar à família enlutada a manifestação de nossas condolências, exaltando as excepcionais qualidades que ornaram uma figura benquista, que sempre se dispôs a servir aos seus semelhantes, notadamente os carentes e necessitados.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Onofre Santo Agostini) – Concedo a palavra ao próximo orador, o ilustre Deputado Domingos Dutra.

Só quero pedir permissão ao Deputado Domingos Dutra, que deseja ser Senador, para solicitar à ilustre Deputada Luci Choinacki que venha até aqui assumir a Presidência, em homenagem aos 82 anos da conquista pela mulher do direito de votar.

Deputado Luci Choinacki, minha conterrânea catarinense, mulher que tem todo o direito de votar e de ser votada, quero pedir a V.Exa. que assuma a Presidência desta Casa. Nunca vi V.Exa. presidir nenhuma sessão. Hoje vai ser o primeiro dia que V.Exa. vai assumir a presidência desta Casa. (*Palmas*.)

O SR. DOMINGOS DUTRA (SDD-MA. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu também faço um apelo, neste momento, ao Ministro Edison Lobão, do Ministério de Minas e Energia.

Há uma empresa chamada Colossus, que assinou um contrato com a Cooperativa dos Garimpeiros de Serra Pelada, em 2007, prometendo ouro, platina e paládio. Passados 7 anos, essa empresa corrompeu a diretoria da cooperativa, depositou na conta dos diretores 54 milhões, e até agora não entregou nenhum grama nem de ouro, nem de paládio, nem de prata.

Ontem, lá no Canadá, essa empresa entrou em concordata. Nós já solicitamos ao Ministro Edison Lobão que urgentemente convoque uma reunião com o Governo do Pará, com os garimpeiros, com o Ministério Público, com Parlamentares, para encontrarmos uma alternativa para o garimpo de Serra Pelada. Dos 460 funcionários que a empresa tinha, mais da metade já foram demitidos. Está funcionando apenas o bombeamento da água. Se essa empresa desligar as bombas, acaba a mina de Serra Pelada. Isso não pode acontecer.

A situação é muito grave. O Governo do Pará está tentando encontrar outras empresas interessadas em explorar o garimpo, mas é preciso que a Presidenta Dilma determine ao Ministro Edison Lobão que promova essa reunião, para encontrarmos uma alternativa urgentemente, a fim de diminuir o sofrimento, a angústia, a ansiedade de 38 mil garimpeiros brasileiros, 25 mil do Maranhão. Este é o apelo que faço ao Ministro Edison Lobão, de Minas e Energia.

O Sr. Onofre Santo Agostini, nos termos do § 2º do art. 18 do Regimento Interno, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pela Sra. Luci Choinacki, nos termos do § 2º do art. 18 do Regimento Interno.

A SRA. PRESIDENTA (Luci Choinacki) – O próximo orador inscrito é o Deputado Fernando Ferro. Antes de S.Exa. falar eu quero fazer aqui um agradecimento especial ao Deputado Onofre Santo Agostini, pela delicadeza, pela gentileza com as mulheres e o trato especial que destina à bancada.

Há situações de cavalheirismo e de respeito que a gente não aprende no banco da escola, mas a vida nos ensina.

Muito obrigada – eu tenho certeza –, em nome das mulheres catarinenses e do Brasil.

A SRA. PRESIDENTA (Luci Choinacki) – Com a palavra o Deputado Celso Maldaner. S.Exa. dispõe de 1 minuto.

O SR. CELSO MALDANER (PMDB-SC. Sem revisão do orador.) – É uma satisfação ter na Presidência a catarinense Deputada Luci Choinacki.

Sras. e Srs. Deputados, eu gostaria de destacar que o Secretário de Defesa Agropecuária do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Rodrigo Figueiredo, e o Presidente da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA, Maurício Lopes, assinaram na quinta-feira, 20 de fevereiro, em Brasília, um protocolo de intenções para cooperação científica e formalizaram a parceria das instituições na condução do Programa Nacional de Melhoramento Genético Preventivo – AGROPREVENTIVO.

O programa atua no desenvolvimento de variedades de plantas com resistência genética a pragas quarentenárias de alto risco para a atividade agrícola, antes que elas efetivamente entrem no território brasileiro, com consequências negativas para a competitividade do agronegócio nacional, a exemplo de barreiras fitossanitárias.

Com a assinatura do acordo, espera-se que as primeiras linhagens resistentes às pragas quarentenárias prioritariamente selecionadas estejam disponíveis para uso pelo mercado em tempo recorde, preparando o País para a eventual entrada desses organismos em território brasileiro.

Com isso, ganha o agronegócio brasileiro, já que estaremos associando o conhecimento tecnológico e científico dos pesquisadores da EMBRAPA ao conhecimento técnico e à experiência em ações de defesa agropecuária dos fiscais da DAS.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, gostaria de registrar que a 19ª edição do Dia de Campo da Cooperativa Regional Agropecuária de Campos Novos (COPERCAMPOS) teve início na manhã desta terça-feira, 25 de fevereiro.

Durante o evento, o público terá a oportunidade de conferir todas as novidades do setor agropecuário, com a difusão de novas tecnologias para a agricultura e pecuária, além de máquinas e implementos agrícolas que auxiliam na produtividade e rentabilidade das lavouras.

Não pude estar presente na abertura, em função de nossos trabalhos no Congresso Nacional, mas gostaria de destacar a importância desse evento, que já se consolidou como um dos maiores do setor e funciona como um combustível para desenvolver e especializar o trabalho do homem do campo.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTA (Luci Choinacki) – Antes de dar prosseguimento à sessão, esta Mesa dá conhecimento ao Plenário do seguinte

Ato da Presidência

Nos termos do inciso II do art. 34 do Regimento Interno, esta Presidência decide criar Comissão Especial destinada a proferir parecer ao Projeto de Lei n° 4.238, de 2012, do Senado Federal, que "altera o art. 19 da Lei n° 7.102, de 20 de junho de 1983, para dispor sobre o piso nacional de salário dos empregados em empíesas particulares que explorem serviços de vigilância e transporte de valores" (o piso varia de oitocentos reais, grau mínimo, a mil e cem reais, grau máximo), e apensados.

A Comissão será composta de 23 (vinte e três) membros titulares e de igual número de suplentes, mais um titular e um suplente, atendendo ao rodízio entre as bancadas não contempladas, designados de acordo com os §§ 1º e 2° do art. 33 do Regimento Interno.

Brasília, 26 de fevereiro de 2014. – **Henrique Eduardo Alves.** *Presidente da Câmara dos Deputados*

A SRA. PRESIDENTA (Luci Choinacki) – Concedo a palavra ao Deputado Onofre Santo Agostini.

O SR. ONOFRE SANTO AGOSTINI (PSD-SC. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidenta, primeiro, quero fazer o seguinte registro: V.Exa. está com uma postura bonita aí na presidência. Quem sabe, dentro de pouco tempo, V.Exa. se candidata a Presidente, porque V.Exa. dispõe de uma boa postura? Tenho certeza de que, se eleita, será uma excepcional Presidenta.

Mas eu quero fazer um registro. Vou reforçar, Sra. Presidenta. No dia 24, nós comemoramos 82 anos – 82 anos! – da conquista pela mulher do direito de votar. Eu já fiz esse registro no dia, mas vou reforçar na presença de V.Exa.

Ainda bem que foi reconhecido e corrigido o grande equívoco de que era proibido a mulher votar. A mulher, ao ser votada e também votar, demonstrou grande competência.

Por isso, em nome de V.Exa., quero cumprimentar todas as mulheres que passaram a ter esse direito há 82 anos.

Parabéns às mulheres brasileiras que têm desempenhado mandatos que nem o de V.Exa.!

A SRA. PRESIDENTA (Luci Choinacki) – Com a palavra o Deputado Jutahy Junior.

O SR. JUTAHY JUNIOR (PSDB-BA. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, Deputada Luci Choinacki, Sras. e Srs. Deputados, temos visto, nas últimas semanas, a grande preocupação da população brasileira com a falta de energia elétrica e as várias justificativas desencontradas por parte do Governo Federal sobre esse

assunto. Na Bahia, o que está havendo é um verdadeiro apagão no Programa Luz para Todos. Vários projetos e obras estão paralisados, impedindo o atendimento imediato a 64 mil famílias, inscritas no oitavo contrato do programa no nosso Estado, que já deveria ter sido iniciado. Restam ainda mais de 170 mil famílias que aguardam a execução das obras e, muitas delas, desde o lançamento desse programa, há 10 anos.

Sra. Presidente, peço ao Governo Federal que garanta com urgência a continuação da execução do Programa Luz para Todos na Bahia, pois estima-se que 6 mil trabalhadores especializados e treinados para atuar na elaboração dos projetos e na construção desse programa de energia serão demitidos, entre eles engenheiros, fiscais de obras, eletricistas, montadores de redes, e tantos outros profissionais.

Recebi essa solicitação de amigos e companheiros que me informaram dessa situação na visita que fiz no final da semana passada à região de Jequié, Itiruçu, Lajedo, Maracás, tantos Municípios com os quais tive contato, e todos eles estão preocupados com essa realidade de ver que o oitavo contrato do programa Luz para Todos não está sendo executado, o que gera consequências gravíssimas para todos que desejam energia e para os profissionais, que podem ser demitidos.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTA (Luci Choinacki) – Agora nós passamos a palavra ao Deputado Chico Alencar, do PSOL do Rio de Janeiro.

O SR. CHICO ALENCAR (PSOL-RJ. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente Luci Choinacki, parabéns por esta função, ainda que interina, ao celebrar, como lembrou o Deputado Onofre Santo Agostini, os 82 anos da conquista do voto feminino no Brasil, país de tanta tradição patriarcal e masculinista.

Eu queria, Sra. Presidente, deixar como lida a importante Carta Aberta do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, que V.Exa. conhece muito bem, endereçada à Presidenta Dilma, lembrando que ainda há mais de 100 mil famílias assentadas na beira de estradas, sob a lona preta, que nos assentamentos efetivos há necessidade de construção de mais 120 mil casas e que, mesmo programas para a agricultura familiar, como o Programa de Aquisição de Alimentos e o Programa Nacional de Alimentação Escolar, só atingem 5% dos camponeses. É um movimento ativo, propositivo, com objetivos claros, e isso só ajuda o Brasil a avançar.

Eu queria, por fim, Sra. Presidente, fazer uma menção triste. Faleceu essa noite no México um dos maiores violonistas contemporâneos, o espanhol Paco de Lucía. Ele trouxe, a partir de suas origens ciganas, a popularização do flamenco e nos encantava a todos com sua arte, com aqueles seus dedos que nos traziam, nas cordas, um pouco do divino.

Paco de Lucía faleceu subitamente, aos 62 anos. Creio que a Câmara dos Deputados do Brasil tem a obrigação de registrar a vida grandiosa dessa pessoa maravilhosa, que veio algumas vezes ao Brasil trazer a grandeza da sua arte.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR:

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados e todos que assistem a esta sessão ou nela trabalham, registro, nos Anais da Casa, a Carta endereçada pelo Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) à Presidenta da República, Dilma Rousseff, na semana passada. Os 15 mil militantes do MST reunidos no VI Congresso Nacional dos 30 anos de história do movimento reafirmam a centralidade de uma reforma agrária popular para que o Brasil supere suas crônicas injustiças sociais.

"CARTA À PRESIDENTA DILMA ROUSSEFF

Estamos aqui em Brasília (DF), com 15 mil militantes do nosso Movimento, o MST, vindos de 24 estados brasileiros, reunidos no VI Congresso Nacional.

Estamos discutindo os problemas sociais do campo, a realidade agrária e a necessidade urgente de fazer mudanças nas políticas agrárias do seu Governo.

Diante da grave situação que atinge a milhares de camponeses sem-terra em todo pais, resolvemos lhe escrever para denunciar e apresentar soluções emergenciais para os problemas que enfrentamos.

1. Há em todo Brasil mais de cem mil famílias acampadas debaixo da lona preta, organizadas por vários movimentos populares e sindicatos. Muitas famílias estão acampadas há mais de oito anos. O Governo foi incapaz de resolver esse grave problema social e político. A média de famílias assentadas por desapropriações foi de apenas 13 mil por ano, a menor média após os governos da ditadura militar. É necessário assentar, imediatamente, todas as famílias acampadas.

2. O Governo havia se comprometido de priorizar o assentamento de famílias Sem Terras nos projetos de irrigação do nordeste brasileiro. Sabemos que além dos vários projetos que estão sendo implantados, há mais de 80 mil lotes vagos, com água e a infraestrutura necessária para assentamentos.

Basta cumprir a promessa feita e ter agilidade administrativa para assentar milhares de famílias de camponeses nesses lotes. Mas, até agora, nada foi feito.

3. O Governo, na Medida Provisória que encaminhou o problema das dívidas de créditos passados, incluiu a privatização dos lotes da Reforma Agrária. Essa decisão irá permitir e incentivar a venda dos lotes nos assentamentos. É tudo o que os inimigos da Reforma agrária querem para desmoralizá-la, através da compra e venda de lotes dos assentamentos. Defendemos o que está na Constituição: a terra distribuída através da Reforma Agrária não pode ser vendida! E os assentados devem receber um titulo individual de Concessão Real de Uso, com direito a herança. Sugerimos que o governo e os parlamentares alterem a Medida Provisória.

4. O Governo implementou, nos últimos anos, dois programas importantes para ajudar e incentivar agricultura familiar e camponesa, o PAA (Programa Aquisição de Alimentos) e o PENAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar). Porém, esses programas só atingiram 5% das famílias camponesas. É necessário que o Governo aumente os recursos para esses programas, desburocratize e amplie para o maior numero possível de municípios do Brasil.

5. Existe a necessidade de construir, aproximadamente, mais de 120 mil casas nos assentamentos da Reforma Agrária. As famílias conquistaram a terra, mas não têm moradias dignas. Reivindicamos que a Caixa Econômica Federal amplie os recursos, desburocratize os processos para que todos as famílias assentadas tenham acesso ao programa Minha Casa Minha Vida, sob controle das famílias e suas associações.

6. No Brasil persistem diferentes formas de trabalho escravo em todo o território nacional. A Policia Federal libertou mais de 50 mil pessoas em 566 fazendas nos últimos anos. Exigimos que o Governo puna essa prática criminosa e aplique o que determina a Constituição Federal: a expropriação dessas fazendas para fins de Reforma Agrária.

7. Apoiamos e exigimos a legalização imediata de todas as terras indígenas e as áreas de quilombolas.

8. Queremos denunciar que o atual coordenador da CTNBio, que julga a liberação de sementes transgênicas, até ontem fazia consultoria para empresas transnacionais que obtém vultuosos lucros com a vendas dessas sementes. Isso é, no mínimo, falta de ética. Exigimos que essa pessoa seja substituída. E, solicitamos que os movimentos populares do campo e as universidades também tenham o direito de indicar cientistas para compor a comissão de analise das sementes transgênicas. Exigimos que o governo use sua base parlamentar para impedir o avanço dos projetos de lei que querem legalizar o uso da tecnologia que esteriliza as sementes. Nenhum país do mundo aprovou a "tecnologia terminator". O Brasil não pode ser essa exceção.

8. Há tempos apresentamos ao seu Governo algumas propostas que são muito importantes para resolver os problemas da população camponesa, como políticas estruturantes:

a) Propomos um grande programa de reflorestamento nas áreas dos pequenos agricultores e assentados. O Governo deveria incentivar e ajudar cada família camponesa a reflorestar 2 hectares de terra com árvores nativas e frutíferas.

b) Há ainda 14 milhões de trabalhadores analfabetos. Isso é inaceitável. Por isso, reivindicamos um programa nacional, num verdadeiro mutirão, de alfabetização de adultos em todo Brasil.

c) Precisamos garantir escolas de ensino fundamental e médio em todo interior do país. Não podemos aceitar que continuem fechando escolas no campo, como aconteceu com mais de 20 mil escolas nos últimos anos. Forçar as crianças e jovens a estudarem nas cidades, é um incentivo para promover o êxodo rural.

d) Reivindicamos que se ampliem os recursos do PRONERA, para multiplicar as possibilidades de acesso dos jovens do campo às universidades. Todos os anos faltam recursos orçamentários, impedindo a realização de muitos cursos.

9. O Governo avançou quando aprovou um plano nacional de agroecologia, discutido com as entidades e movimentos populares. Porém, esse plano continua na gaveta, sem recursos e sem programas efetivos. E, do outro lado, o Ministério da Agricultura afronta a ANVISA, ao liberar o uso de venenos agrícolas ainda mais perigosos para o meio ambiente e, sobretudo para a saúde das pessoas. Enquanto no mundo todo se aprovam leis para controlar e restringir o uso de venenos agrícolas, aqui vamos em direção contrária, facilitando a liberalização dos agrotóxicos. É um crime contra a população e uma vergonha para o país.

10. É preciso mudanças profundas na forma do Incra funcionar. É necessário e urgente contratar servidores, qualificá-los para a função especifica da Reforma Agrária e locar recursos suficientes para uma Reforma Agrária massiva.

A sociedade brasileira padece de graves problemas estruturais, na educação, no sistema tributário, na saúde e no transporte público, que precisam de soluções e que foram denunciados nas mobilizações populares do ano passado. Esses problemas não se resolvem com medidas paliativas.

É preciso mexer nos interesses dos bancos que se apropriam da maior parte dos recursos de nossos impostos. Por isso, nos somamos a dezenas de movimentos populares e organizações políticas para lutar por uma reforma do sistema político brasileiro, que hoje é refém dos interesses das empresas financiadoras. Defendemos a convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte Soberana e Exclusiva para fazer uma reforma política.

Esperamos que o Governo Federal perceba que o modelo de produção agrícola do agronegócio é um modelo perverso, concentrador da propriedade rural e da riqueza. Ele agride o meio ambiente, aumenta o uso de venenos e expulsa à mão de obra do campo. Serve apenas para uma pequena minoria de grandes proprietários rurais e, sobretudo, para gerar lucros para os bancos e as empresas transnacionais que exploram nossa agricultura.

A alternativa é o fortalecimento de uma agricultura voltada para o mercado interno, a aplicação das técnicas da agroecologia e a realização de uma profunda Reforma Agrária, que democratize a propriedade da terra.

Atenciosamente,

VI Congresso Nacional do MST

Brasília (DF), 12 de fevereiro de 2014."

Agradeço a atenção.

A SRA. PRESIDENTA (Luci Choinacki) – Esta Presidência se solidariza e compartilha do mesmo sentimento de beleza e grandeza da arte divina que Paco de Lucía representava. Que ele nos acompanhe e nos ajude a fazer com que os caminhos sejam melhores para todos os seres humanos que acreditam na arte, na cultura, na vida e no amor.

Passo esta Presidência ao Deputado Mauro Benevides, agradecendo a Onofre Santo Agostini pela gentileza de ter me convidado para comemorar os 82 anos do voto feminino no Brasil.

Muito obrigada.

A Sra. Luci Choinacki, nos termos do § 2º do art. 18 do Regimento Interno, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Mauro Benevides, nos termos do § 2º do art. 18 do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) – Ao assumir a direção dos trabalhos, concedo a palavra à Deputada Luci Choinacki, que até bem pouco dirigia os trabalhos desta sessão e que agora vai ocupar a tribuna, naturalmente para abordar temas importantes para o seu Estado e para o País.

A SRA. LUCI CHOINACKI (PT-SC. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente Mauro Benevides, início minha fala agradecendo a gentileza e o carinho do Deputado Onofre Santo Agostini por ter me convidado a presidir a Mesa para comemorar os 82 anos do voto feminino no Brasil em nome das mulheres brasileiras, das mulheres catarinense.

Para as mulheres de hoje talvez isso represente apenas mais um voto, mas para as mulheres que historicamente batalharam, que foram para as ruas para dizer que mulher pensa, que mulher pode escolher, que mulher tem direito, que mulher tem sabedoria, que a diferença entre homem e mulher é apenas biológica, isso representou um avanço muito importante na política brasileira, embora tarde. Vimos na história do Congresso vários depoimentos contrários. E nem é bom lembrar, porque envergonham a nossa política do passado, mas é bom lembrar o presente, porque o presente é a verdade. Agora, depois de 82 anos, termos eleito uma Presidenta da República com toda a energia, toda força política, mostrando que as diferenças são apenas biológicas. Muitas vezes para as mulheres o que falta é oportunidade.

Gostaríamos que na eleição deste ano fosse aumentada a participação das mulheres na bancada federal e na bancada estadual, que nós tenhamos na Presidência desta Câmara um dia uma mulher Presidenta. Por que não? É tão difícil, se nós criamos filho, limpamos a bunda dos nossos filhos, fazemos comida, geramos a vida, por que não somos capazes de presidir? Se houver uma mulher na Presidência da República, Deputado Onofre.

Que Deus nos ajude que um dia a mudemos a história e tenham mais mulheres e homens aqui Presidentes, com a visão de que entre homens e mulheres a diferença é apenas de sexo, e que as oportunidades possam ser dadas.

Eu torço para que as mulheres tenham mais coragem. Eu sou testemunha, porque vim do cabo da inchada e, quando comecei a fazer política, diziam que eu não conhecia o poder, que eu não saberia nem como caminhar dentro da Câmara. Não sabia mesmo, porque eu caminhava na roça, plantava milho, trigo, feijão,

o alimento que sustentava a minha família e os que precisavam dele, e o fazia com muito amor e dedicação, como exerço a política, com amor, gratidão e dedicação ao meu povo. Aqueles que me conhecem sabem que coloco neste trabalho minha energia, fé e convicção.

Por isso, a minha eterna gratidão aos catarinenses, ao meu partido, aos movimentos e a Deus por eu participar deste dia tão importante. (*Palmas*.)

Durante o discurso da Sra. Luci Choinacki, o Sr. Mauro Benevides, nos termos do § 2º do art. 18 do Regimento Interno, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Henrique Eduardo Alves, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) – Chamo os Srs. Parlamentares ao plenário, porque temos uma pauta importante hoje.

Faço um apelo aos Srs. Parlamentares que estejam nas Comissões, nos gabinetes para que venham ao plenário a fim de darmos início à nossa sessão, que tem uma pauta importante hoje.

O SR. JAIR BOLSONARO – Permita-me apresentar uma questão de ordem, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) – Pois não, Deputado Bolsonaro.

O SR. JAIR BOLSONARO (Bloco/PP-RJ. Questão de ordem. Sem revisão do orador.) – Trinta segundos.

Sr. Presidente, a questão de ordem refere-se às disposições legais do art. 58, § 1º, da Constituição Federal, e art. 7º, inciso I, e 39, § 3º, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

Quero passar à mão de V.Exa. esta questão de ordem que versa sobre a possibilidade de candidatura avulsa para a Presidência da Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados de Deputado de partido diverso ao definido por acordo de Líderes.

Essa é a questão de ordem que passo à mão de V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) – Pois não. Já posso antecipar a V.Exa. que não há nenhuma proibição regimental em relação à candidatura avulsa.

Na questão da Mesa, por exemplo, os membros da Mesa obedecem à proporcionalidade, mas, para Presidente, há várias candidaturas avulsas em várias eleições. Nas Comissões, igualmente. Não há nenhuma limitação, nenhuma objeção que impeça, portanto, candidatura avulsa nas Comissões.

O SR. JAIR BOLSONARO – Já está respondido.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) – Já está respondido corretamente.

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) – Apelo aos Srs. Parlamentares que compareçam ao plenário para termos quórum e darmos início à nossa sessão de hoje. Temos uma pauta importante a votar nesta última quarta-feira de votação do mês de fevereiro.

O SR. EDUARDO CUNHA – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) – Pois não.

O SR. EDUARDO CUNHA (PMDB-RJ. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o PMDB pede aos seus Parlamentares que venham ao plenário marcar presença, já que o primeiro item da pauta respeita o acordo de ontem. Que todos estejam presentes para encerrarmos rapidamente esta sessão.

Então, o PMDB pede aos seus Parlamentares para darem presença, pela dúvida que está sendo criada em função de termos pedido ontem para não darem presença. Estamos pedindo para dar presença agora.

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) – Eu tenho o dever de esclarecer que o primeiro item da pauta é a continuação da votação de ontem do requerimento da Comissão Externa em relação à Petrobras. É o item primeiro da pauta. Depois nós temos PECs a serem votadas e outras matérias.

Então, faço um apelo aos Srs. Parlamentares de todos os partidos para que venham ao plenário.

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) – Com a palavra o Deputado Pauderney Avelino.

O SR. PAUDERNEY AVELINO (DEM-AM. Sem revisão do orador.) – De igual modo, Sr. Presidente, eu faço um apelo aos ilustres Deputados do Democratas para que se façam presentes no plenário, a fim de que possamos votar matérias de extrema relevância, conforme disse V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) – Vamos aguardar a presença dos Parlamentares, para que tenha quórum e possamos dar início à Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) – Com a palavra o Deputado Onofre Santo Agostini.

O SR. ONOFRE SANTO AGOSTINI (PSD-SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Da mesma forma, Sr. Presidente, eu quero fazer um apelo aos Deputados do PSD para que venham, embora em todas as Comissões, neste momento, esteja havendo eleição da Mesa.

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) – Basta o Parlamentar votar e vir ao plenário.

O SR. ONOFRE SANTO AGOSTINI – Mas eu faço um apelo aos Deputados, principalmente do meu partido, para que venham aqui, porque nós temos a responsabilidade de dar quórum.

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) – Aqueles que estão votando nas Comissões podem dar os seus votos e vir ao plenário.

O SR. COLBERT MARTINS – Sr. Presidente, eu estou inscrito na relação para falar.

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) – Com a palavra V.Exa.

O SR. COLBERT MARTINS – Não. Eu pediria que V.Exa. seguisse a relação.

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) – Com a palavra V.Exa.

O SR. COLBERT MARTINS (PMDB-BA. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu peço licença a V.Exa. para poder falar da importância de nós termos esclarecimentos sobre as questões de transparência. Eu agora mesmo estou fazendo um requerimento de informações à Petrobras para que a empresa nos esclareça como investiu 650 mil reais nos últimos eventos que aconteceram aqui em Brasília.

Nada contra. A Petrobras pode investir o quanto quiser. É necessário até que ela invista, mas peço que informe qual foi o critério de investimento nesses eventos. Como aconteceu com o MST, eu acho absolutamente justo, mas quero ter uma ideia de quanto a Petrobras investiu nesses eventos de 2013 e qual o critério utilizado para que esses eventos sejam apoiados pela própria **PETROBRAS.**

Entendo absolutamente de forma normal que isso aconteça, mas, Sr. Presidente, a transparência, no nosso entendimento, está acima de tudo e precisa ser cada vez mais divulgada e ampliada.

Agradeço a V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) – Com a palavra o Deputado Celso Jacob.

O SR. CELSO JACOB (PMDB-RJ. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero dar como lido discurso em que eu parabenizo o MEC, o Ministro Paim, o Secretário de Regulação e Supervisão da Educação Superior – SERES, Jorge Messias, e toda sua equipe e também a Comissão de Educação da Câmara dos Deputados pela condução e pelo sucesso na transferência, assistida pelo MEC, dos alunos da Universidade Gama Filho e da UniverCidade.

Eu quero registrar que estamos agora na fase final, dando solução aos problemas que os alunos estão sofrendo por falta de transferência. Queremos registrar isso com muita satisfação. Nós vamos conseguir, nos próximos dias, encaminhá-los para as novas universidades e, com isso, solucionar um grande problema no Rio de Janeiro, que foi o fechamento da Gama Filho e da UniverCidade.

Muito obrigado.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR:

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, tenho a satisfação de vir a esta tribuna para parabenizar o Ministério da Educação, através da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior – SERES, a sua equipe técnica, a Comissão de Educação da Câmara dos Deputados, com sua representação ativa, que trabalharam em conjunto para que fosse possível a transferência assistida dos alunos da Universidade Gama Filho ocorrer com o menor transtorno.

Não é novidade que, ao longo do ano de 2013, houve várias reuniões com a representação de alunos, professores, servidores e a mantenedora da instituição. O MEC fez questão da participação da Comissão de Educação desta Casa para acompanhar todos os detalhes das inúmeras tentativas de evitar o descredenciamento. Infelizmente, não foi possível.

No entanto, buscando o melhor caminho para os alunos, muitos inclusive já na reta final de seus cursos, a Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior do MEC e a comissão representativa destinada a auxiliar esse processo trabalharam arduamente para efetivar os procedimentos do edital lançado em 21 de janeiro deste ano e já colhem frutos desse trabalho, com a seleção da Universidade Estácio de Sá (UNESA) para receber os alunos do curso de medicina.

Embora seja um resultado preliminar, que somente será confirmado após realização de visita *in loco* por uma comissão de avaliadores, é um excelente começo, superando inclusive o cronograma inicial.

Com total lisura no processo de escolha, as instituições concorrentes passaram por rigorosa análise de qualidade, regularidade e sustentabilidade financeira, cabendo destacar que a proposta vencedora assegura para todos os estudantes: capacidade instalada suficiente; campo de prática para o internato; proposta de aproveitamento de estudos adequada e satisfatória; garantia de manutenção dos valores das mensalidades; e garantia integral das políticas de descontos; aproveitamento de 100% das bolsas próprias concedidas pela instituição descredenciada, além das bolsas do PROUNI e dos contratos do FIES.

Estamos certos de que essa será a primeira vitória de muitas que ainda estão por vir neste processo de transferência assistida.

Parabéns ao MEC, parabéns à Comissão de Educação, parabéns aos alunos, que, sem dúvida, são os maiores vencedores dessa batalha.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) – Com a palavra o Deputado Vanderlei Siraque.

O SR. VANDERLEI SIRAQUE (PT-SP. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, como Presidente da Frente Parlamentar em Defesa da Competitividade da Cadeia Produtiva do Setor Químico, Petroquímico e Plástico do Brasil, anuncio que nós vamos realizar, no mês de abril, nesta Casa, seminário sobre os 50 anos da indústria química no Brasil, quando também vamos propor os desafios para os próximos 50 anos.

O País criou uma indústria química sem ter petróleo. Agora, nós temos o petróleo do pré-sal, bilhões de barris, e temos que fazer com que ele gere emprego, renda e produtos em nosso Brasil, pois a balança comercial está deficitária em torno de 33 bilhões de dólares na conta do setor químico, petroquímico e de plástico.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) – Com a palavra a Deputada Benedita da Silva.

A SRA. BENEDITA DA SILVA (PT-RJ. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, eu gostaria de fazer dois registros e de pedir sua divulgação no programa *A Voz do Brasil* e nos demais meios de comunicação desta Casa.

No primeiro registro, prestamos uma grande homenagem pela conquista do voto feminino no Brasil, comemorada no dia 24 de fevereiro. Sabemos da importância de termos esta presença feminina, mas, apesar dos avanços hoje conquistados, verificamos, no cotidiano das nossas Casas Legislativas, como Parlamentares eleitas em todo canto do País, que ainda não temos aqui uma presença. A prova disso foi agora constatar que apenas uma mulher será Presidenta de Comissão.

O segundo registro que faço é em homenagem a D. Orani Tempesta. Sabemos que sua nomeação como Cardeal representa muito para o Estado do Rio de Janeiro, onde desenvolve um grande trabalho não só com nossas comunidades. Nós temos depoimentos, revelações da sua caminhada cristã, na condição de pastor, no trabalho pastoral, fazendo um esforço enorme para unir as pessoas, raças, etnias, para que a religiosidade de cada um seja respeitada.

Então, eu parabenizo D. Orani pela sua simplicidade também. É alguém que tem se destacado no exercício pastoral.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

PRONUNCIAMENTOS ENCAMINHADOS PELA ORADORA:

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero prestar minha homenagem à conquista do voto feminino no Brasil, data de grande valor simbólico comemorada em 24 de fevereiro. Foi através de intensa campanha nacional que, em 1932, as mulheres tiveram o direito do voto assegurado pelo Código Eleitoral Provisório. A extensão do direito de voto às mulheres acompanhou o processo de transformação da sociedade brasileira ao longo de tantas décadas.

Atualmente, a legislação brasileira prevê a participação feminina na política por meio das cotas. Os partidos são obrigados a destinar 30% das candidaturas, 10% nas propagandas eleitorais e 5% dos recursos do fundo partidário em campanhas. Além disso, com a aprovação da minirreforma eleitoral de 2009, os partidos passaram a preencher 30% das vagas nas eleições de Vereadores e Deputados com candidatos de um dos sexos.

Os avanços hoje verificados no cotidiano de Casas Legislativas, com Parlamentares eleitas de norte a sul do País demonstram extrema vocação e competência, estabelecem firme diálogo com um passado não tão distante, em que corajosas mulheres questionaram uma lógica de exclusão, lamentavelmente multiplicada de diversas maneiras no tecido social. Lógica excludente nascida, em última instância, de lugares sociais e elementos culturais opressores, revelados na própria dinâmica de poder.

Certamente muito avançamos quanto à efetiva participação da mulher na esfera política, mas é preciso fazer mais. Segundo pesquisa do IBGE, 41% dos brasileiros apoiam o aumento do número de mulheres na política. Mas, em que pese essa constatação, devemos progredir, e a evidência maior dessa evolução será materializada com o maior quantitativo de representação feminina nas instâncias decisórias.

No Parlamento, buscamos ampliar a consolidação do espaço feminino, pois temos apenas 9% das vagas na Câmara dos Deputados e 13% no Senado Federal. Lutamos pela aprovação da PEC que prevê cotas para as mulheres nas Mesas Diretoras das duas Casas, proposta de nossa companheira Luiza Erundina.

Sras. e Srs. Deputados, nesses 82 anos da conquista do voto feminino no País, em que podemos escolher nossos representantes, saúdo todas as mulheres que ajudam a escrever valiosos capítulos da rica e multifacetada história da política brasileira, capítulos como a memorável eleição de nossa primeira Presidenta da República, Dilma Rousseff, fato marcante na política nacional.

Muito obrigada.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero deixar registrada minhas homenagens a D. Orani Tempesta, Arcebispo do Estado do Rio Janeiro, que esteve ausente do País para ser reconduzido a Cardeal pelo Papa Francisco.

A nomeação de D. Orani é motivo de orgulho para o País. Desde a sua chegada ao Rio de Janeiro, tem sido admirado por sua conduta e devoção, principalmente dando exemplo de cristão, dotado de hábitos simples e já reconhecido como pastor do povo.

Diversos depoimentos e informações revelam que em toda sua caminhada cristã na condição de pastor a discrição tem sido sua marca pastoral. Um líder da igreja católica que vem evangelizando há anos em silêncio e sempre defendo o respeito entre as diversas religiões cristãs.

D. Orani nasceu para servir ao próximo e dedicar a sua vida por inteiro à Igreja Católica. Dotado de uma alma espiritual profundamente generosa e de um humanismo cristão incomum, ganhou total respeito e confiança das igrejas católicas do meu Estado, numa clara demonstração de que seu estilo de vida tem sido fonte de inspiração para os fieis.

Não tenho dúvida de que o Papa Francisco foi muito feliz em conceder a D. Orani o titulo de cardinalato. É um homem despojado de qualquer vaidade e efemeridade. Não foi por acaso que, ao regressar ao Rio, visitou a Congregação das Missionárias da Caridade em Bonsucesso, uma casa que acolhe 24 idosas e, num gesto peculiar a sua pessoa, tomou café com elas.

Parabéns ao nosso querido D. Orani, que, pela sua simplicidade, se destaca pelo exercício pastoral, sempre a serviço do bem e do amor ao próximo.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) – Com a palavra o Deputado Pauderney Avelino.

O SR. PAUDERNEY AVELINO (DEM-AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, ontem, foi divulgado o Censo Escolar da Educação Básica de 2013.

Nós temos inúmeros problemas na educação brasileira. Agora, o que se apresenta é o ensino médio, que está perdendo alunos. Nós temos outros problemas graves. Apesar de termos crescido no ensino infantil, no número de creches e no número de crianças atendidas, ainda estamos muito aquém do que o Brasil precisa.

Portanto, nós verificamos que os números da educação básica de 2013 tiveram alguns avanços, mas também alguns retrocessos. Será necessário fazer um esforço muito maior para que essas crianças e jovens que saem do ensino fundamental possam ingressar efetivamente no ensino médio para concluir o ensino básico e, eventualmente, depois, cursar uma universidade. Temos que fazer isso.

Temos agora o Plano Nacional de Educação, que está destinando 10% do PIB para a Educação, com recursos do pré-sal. Nós entendemos que é necessário gastar bem esses recursos. E gastar bem significa colocar grade curricular e valorizar os profissionais da educação, significa equipamentos adequados e uma rede de infraestrutura adequada para o nosso País.

Portanto, precisamos fazer com que esses recursos cheguem efetivamente à ponta, que é a escola.

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) – Faço novo apelo aos Parlamentares que estejam votando em suas Comissões para que depois compareçam ao plenário.

O SR. COLBERT MARTINS (PMDB-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, é só para reiterar a necessidade da presença dos Deputados do PMDB. Nós estamos prontos para votar hoje. É importante a presença de cada uma e de cada um.

Portanto, a Liderança solicita a presença dos Deputados e Deputadas do PMDB no plenário, para que possamos iniciar as votações.

Obrigado a V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) – Temos uma pauta importante, e esta é praticamente a última semana deste mês, já que na próxima, por estarmos no carnaval, não teremos aqui sessões deliberativas.

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) – Com a palavra o Deputado Manato.

O SR. MANATO (SDD-ES. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu gostaria de registrar aqui que mais uma vez faço parte da Comissão de Seguridade Social e Família representando o Estado do Estado do Espírito Santo, representando também o Partido Solidariedade.

Então, Sr. Presidente, é com muita honra e dignidade que nós vamos participar dessa importante Comissão da nossa Casa.

Sr. Presidente, gostaria também de parabenizar a Escola de Samba Independente de Boa Vista, do Município de Cariacica, no Espírito Santo, que foi vencedora do carnaval capixaba, um carnaval tradicional, que ocorre 1 semana antes da data do carnaval. A Escola Boa Vista sagrou-se tricampeã.

Estarei no Município de Guarapari, curtindo o maior carnaval do Estado do Espírito Santo.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) – Com a palavra o Deputado Chico Lopes.

O SR. SILAS CÂMARA (PSD-AM. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, gostaria de fazer um registro importante.

Lá no nosso Estado do Amazonas, na calha do Rio Madeira, estamos sofrendo uma das maiores enchentes de toda a história daquela calha de rio.

Para V.Exa. ter uma ideia, Municípios como Autazes, Nova Olinda, Novo Aripuanã, Manicoré, Humaitá, já passam por situação de calamidade em todas as comunidades na área de várzea.

Portanto, aqui fica o meu apelo à Presidenta Dilma, aos órgãos de defesa civil desta Nação, para que possam agilizar, que possam priorizar e que possam olhar com atenção e carinho para aquela região, que precisa de socorro imediato!

Por isso, peço também que o Ministério da Integração Nacional, órgão responsável pela agilização da liberação desses recursos em situações de calamidade e extrema necessidade, como é o caso dessa cheia do Rio Madeira, que tome uma rápida solução sobre isso.

Peço também que seja divulgado nos órgãos de comunicação desta Casa este meu pronunciamento. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) – Com a palavra o Deputado Beto Albuquerque.

O SR. BETO ALBUQUERQUE (PSB-RS. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu quero fazer um apelo à bancada do PSB para que todos venham ao plenário e registrem suas presenças.

Nosso partido, ao contrário de outros, não está querendo a obstrução. Nós queremos votar. Há pautas importantes. V.Exa. elaborou uma pauta em comum acordo com todos nós Líderes e nós topamos votar esta semana matérias relevantes. Não há razão nenhuma para que este quórum continue baixo.

O que me cabe fazer é pedir a cada Deputada, a cada Deputado do Partido Socialista Brasileiro que venha ao plenário agora e registre presença. Vamos dar quórum e trabalhar. É isso, fundamentalmente, que viemos fazer esta semana, e, sob sua coordenação, temos uma agenda, uma pauta para deliberar.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) – Nós temos a PEC sobre a inovação tecnológica e científica, nós temos a CPI sobre os maus-tratos a animais e a pauta importante de hoje.

Volto a fazer apelo aos Srs. Parlamentares, para logo podermos abrir a Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) – Deputado Chico Lopes, V.Exa. tem a palavra.

O SR. CHICO LOPES (PCdoB-CE. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero me aliar àqueles que se colocam contra à aprovação do uso de simuladores nas escolas que orientam as pessoas para tirarem a carteira de motorista.

E falo aqui em nome da Vereadora Toinha Rocha, de Fortaleza, que é uma das lideranças nas escolas que ensinam a formar motoristas. Isso é uma despesa a mais, não tem importância nenhuma na aprendizagem de quem quer que seja; isso é um *videogame* que o DENATRAN está inventando para aumentar cada vez mais os preços que nós temos para tirar uma carteira de habilitação.

Portanto, quero pedir àquelas pessoas que não aprovem essa proposta, porque isso se tornou um plano para alguém ganhar dinheiro sem necessidade. Portanto, acho que é despropósito esse projeto de lei nesse momento.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. CARLOS SOUZA – Sr. Presidente, permita-me fazer um apelo?

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) – Pois não, Deputado.

O SR. CARLOS SOUZA (PSD-AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Eu quero fazer um apelo, Sr. Presidente, ao Ministro do Planejamento, ao Ministro da Indústria e Comércio, com relação à greve deflagrada pelos funcionários da nossa SUFRAMA.

São reivindicações justas, Sr. Presidente. Pedem planos de carreira e salários e a correção de salários defasados, haja vista, Sr. Presidente, que o Analista de Projetos lá da nossa querida SUFRAMA ganha 4.500 reais, enquanto esse mesmo Analista de Projetos, aqui no MDIC, em Brasília, ganha 13.500 reais por mês.

E nós já estamos tendo um prejuízo diário de cerca de 13 milhões de reais, que nossas indústrias deixam de faturar. E isso repercute no Estado, como também repercute em todo o Brasil, haja vista, Sr. Presidente, que nós somos o Estado da Região Norte que mais arrecada para o Governo Federal. Nós repassamos 8 bilhões por ano em impostos e tributos que arrecadamos, e recebemos em contrapartida somente 2,5 bilhões do Governo Federal.

Portanto, Sr. Presidente, peço providências com relação aos funcionários da SUFRAMA, ao Ministro do Planejamento e ao Ministro do MDIC.

Muito obrigado.

O SR. HUGO NAPOLEÃO – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) – Pois não, Deputado Hugo Napoleão.

O SR. HUGO NAPOLEÃO (PSD-PI. Sem revisão do orador.) – Eminente Presidente, Sras. e Srs. Deputados, apenas uma observação.

Nosso País hoje está situado no sexto ou sétimo posicionamento entre os que possuem as maiores riquezas, entre os países mais ricos economicamente do mundo. Mas não está ainda situado como grande potência por causa de dois vetores: índices sociais baixos – IDH baixo, analfabetismo alto – e falta de recursos mais intensos para as Forças Armadas.

Chegaremos lá! Vamos chegar um dia. Mas aqui quero apenas lamentar o corte na área de defesa, na situação orçamentária brasileira. Embora os programas sejam excelentes (advêm do ex-Presidente Lula e estão sendo continuados pela atual Presidente Dilma Rousseff), sejam extremamente válidos, em verdade, nós não podemos tê-los nessa área, pois o Brasil tem o tamanho de um continente. Mas o fato é que precisamos ter uma defesa adequada para sermos uma grande potência.

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) – Concedo a palavra ao Sr. Deputado Eliene Lima.

O SR. ELIENE LIMA (PSD-MT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu gostaria de fazer aqui um pronunciamento sobre as estradas-parque e estradas turísticas do Brasil. Quando nós fazemos um paralelo do turismo no Brasil com o de outras nações com menor potencial turístico, percebemos que estamos muito atrás. A questão da cobrança de pedágio das estradas-parque e estradas turísticas tem sido um empecilho. Lá, em Mato Grosso, por exemplo, na estrada que liga Cuiabá à Chapada dos Guimarães, há um estudo no sentido de se fazer ali cobrança de pedágio. Nós entendemos que há uma necessidade para a manutenção das rodovias do Estado. Mas essas estradas-parque e estradas turísticas, por atraírem o turismo, deveriam estar fora.

Então, quero aqui registrar que o Deputado José Riva, do meu partido, o PSD, tem um projeto de lei tramitando. E queremos reforçar que nas audiências públicas, na Chapada e em Campo Verde, a opinião contra esses pedágios é geral.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR:

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero falar nesta oportunidade sobre projeto de lei apresentado pelo Deputado Estadual José Riva, do meu partido, o PSD, que proíbe a cobrança de pedágio nas rodovias denominadas Estrada-Parque, em Mato Grosso. O projeto acrescenta dispositivos à Lei nº 6.142, de 17 de dezembro de 1992, de autoria do ex-Deputado Paulo Moura, que disciplinou a criação de estradas-parque no Estado.

Segundo a proposta do Deputado Riva, à legislação existente será acrescentado o art. 5º-A, estabelecendo que *"fica expressamente vedada a criação do sistema de pedágio ou qualquer tipo de cobrança pelo tráfego e uso das rodovias denominadas Estradas-Parque no Estado de Mato Grosso".*

Um parágrafo único determina que a vedação se estende também às denominadas Rodovias turísticas.

A motivação para esse projeto surgiu em função do grande debate público que se estabeleceu durante o período de recesso parlamentar, diante da proposta governamental de implantar uma praça de cobrança de pedágio na Rodovia Emanuel Pinheiro, a MT-251, que liga Cuiabá à Chapada dos Guimarães.

Sr. Presidente, Mato Grosso foi pioneiro no País na criação de estradas-parque e rodovias turísticas, assegurando tratamento diferenciado e condições adequadas para a preservação e o uso ambientalmente sustentado dessas vias de acesso.

A MT-251 foi declarada estrada-parque através do Decreto nº 1.473, de 9 de junho de 2000. As estradas-parque e as rodovias turísticas precisam de tratamento diferenciado, considerando-se o interesse em promover o acesso aos pontos turísticos, além de as populações tradicionais que moram no entorno da rodovia dela dependerem para o seu sustento, e, portanto, não podendo ser penalizadas com o pagamento de pedágios.

Há décadas o Deputado Riva vem defendendo o resgate do sistema de logística, para se assegurar o pleno suporte à produção, comercialização e transporte das riquezas produzidas no Estado. Sempre foi a favor da concessão ou privatização de rodovias, modelo que garante boas condições de trafegabilidade adequadas para eliminar os gargalos do escoamento da produção mato-grossense. Mas, no caso da MT-251 e de outras rodovias turísticas, o pedágio é indevido; e, além de afastar os turistas, ele penalizará duramente as comunidades tradicionais e milhares de estudantes que fazem o percurso Cuiabá-Chapada diariamente.

Portanto, faço aqui um apelo para que os Parlamentares da Assembleia Legislativa de Mato Grosso analisem e aprovem o projeto que proíbe pedágio ou qualquer tipo de cobrança pelo tráfego e uso de estradas-parque em Mato Grosso. Aliás, será acatada a sugestão do Deputado Dilmar Dal Bosco, de realizar audiências públicas para discutir o assunto em Cuiabá, Chapada dos Guimarães e outros Municípios que abrigam estradas-parque.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) – Concedo a palavra ao Sr. Deputado Danilo Forte.

O SR. DANILO FORTE (PMDB-CE. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente Henrique Eduardo Alves, na administração pública, a crítica ajuda mais do que o elogio. Tenho este sentimento, eis que estive à

frente de um órgão público e o exercitei bastante, prática a que dou continuidade aqui nesta tribuna. Há cerca de dois anos expus, em diversas ocasiões, a problemática das rodovias federais no Ceará e o descalabro no Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – DNIT. As obras de recuperação das estradas são intermináveis! Há dinheiro escorrendo pelo ralo, e o órgão responsável fulgura diariamente nas páginas policiais. Porém, precisamos ser justos. Quando criticamos, quando mostramos os erros, e estes são sanados, os ajustes são feitos, faz-se necessário o reconhecimento. E é salutar que seja público. É isto que venho fazer aqui.

Após anos de descaso, ceifando-se vidas, atrasando-se a economia pelo custo agregado ao escoamento da produção, as obras de recuperação das rodovias no Estado do Ceará tomaram impulso e já vemos resultados.

Tenho muita autoridade para falar sobre isso porque toda semana percorro as estradas do Ceará. Inclusive, em 2012, participei de *rally* na BR-222, um protesto organizado pelos moradores de Umirim, Itapagé e Sobral para denunciar a situação da rodovia, mais esburacada que uma tábua de pirulitos – como se dizia na época. Ressalto ser essa a mais importante rota de transporte de cargas entre a Capital do Ceará e os Estados do Norte do País, e que, em consequência, tornou-se emblemática do caos em que haviam se transformado as estradas no meu Estado, inclusive apresentadas no programa *Fantástico*, da Rede Globo. De 1º de janeiro a 15 de outubro de 2012 houve 906 acidentes na BR-222, com 48 óbitos, o maior número por colisões. Foram 596 colisões nesse período, justamente porque, para evitar os buracos, os veículos invadiam a outra pista. Então, aconteciam os acidentes, a uma média de 95 por mês ou 3,14 por dia.

Depois de uma intensa mobilização nossa aqui nesta Casa, denúncias ao Ministério dos Transportes e cobrança da imprensa cearense, o Governo fez o que precisava ser feito: substituiu o superintendente. E, com a troca do comando no órgão, licitações foram refeitas, obras retomadas, e, um ano e meio depois, já vemos os resultados.

O atual Superintendente assumiu o DNIT no Ceará em julho de 2012. Mineiro, faz jus à fama de trabalhar em silêncio. Nesse período, já recuperou 1.800 quilômetros de estradas, e o DNIT hoje mantém contrato de conservação em todas as rodovias federais do Ceará. A duplicação do Anel Viário de Fortaleza, esperada há 20 anos, já está com 40% de suas obras concluídas. Só no trecho que liga a BR-020 à localidade do Tabapuá, em Caucaia, são 8 quilômetros triplicados, o que acabou com os acidentes na área, principalmente os atropelamentos – portanto, está salvando vidas na região.

O mesmo podemos relatar quanto à BR-222, no trecho entre os quilômetros 108 e 112, em Itapagé, que era muito perigoso, e que recebera inclusive a denominação de curva da morte. Reivindicada, aguardada e prometida há anos, finalmente essa obra está em curso. Em janeiro deste ano foi feita a terceira explosão das rochas, o que permite a correção do trecho na curva da morte.

Essa capacidade de trabalho demonstrada pelo Superintendente do DNIT tem incomodado pessoas que desejam retroceder. Tomei conhecimento de um movimento que muito me surpreendeu. Não se trata somente de desestabilizar o atual Superintendente, mas de se voltar ao passado, um passado de escândalos no DNIT do Ceará.

Em abril, o DNIT do Ceará estará licitando a obra de duplicação da BR-020 até o Porto do Pecém, fundamental para a região que representa hoje o polo catalisador do desenvolvimento do Estado do Ceará, eis que sedia, siderúrgicas, dezenas de indústrias e, se Deus quiser, em breve uma refinaria da Petrobras. Ora, será essa licitação a responsável por este movimento que tenta desestabilizar o Superintendente? É a pergunta que nós, cearenses, fazemos neste momento.

Formalizamos, semana passada, nós da bancada cearense, um documento à Casa Civil em que defendemos a permanência do servidor José Luiz Viana Ferreira na Superintendência do DNIT no Ceará, porque tem feito um belo trabalho. E quero aqui reafirmar nosso apoio e dizer que este é o desejo do povo do Ceará.

Nós não podemos mais conviver com esse passado de escândalos no DNIT. Esse rapaz chegou lá – ninguém da bancada o conhecia – e fez uma verdadeira transformação nessa instituição, que é tão importante! Se hoje há uma instituição federal que trabalha bem no Estado do Ceará, que é reconhecida por todos os cearenses e que modificou totalmente a estrutura, é o DNIT. Inclusive se dizia que no Ceará as estradas federais não prestavam; que as boas eram as estradas estaduais.

Hoje, inverte-se isso, porque realmente essas obras estão mudando, estão repaginando toda a área rodoviária em nosso Estado. Então, não podemos aqui negar o nosso apoio e a nossa solidariedade a José Luiz, que está fazendo esse belo trabalho.

Portanto, peço aqui ao Ministro dos Transportes que tenha a compreensão de que é necessário manter, reconhecer os bons servidores públicos. E esse rapaz tem feito um trabalho extraordinário, que é reconhecido por todos nós, cearenses, que precisamos e que percorremos as estradas do Estado do Ceará. Não podemos voltar ao passado, quando o DNIT do Estado era avacalhado, desprestigiado, tendo sido vítima inclusive de

operações da Polícia Federal exatamente pelo desmando que lá acontecia. Então, nós não podemos reviver essa página tão trágica na história recente do Estado do Ceará.

Por isso, peço também o seu apoio, Sr. Presidente Henrique Eduardo Alves, para que nós mantenhamos esse bom servidor público, José Luiz, que está fazendo um extraordinário trabalho à frente do DNIT no Ceará.

Sr. Presidente, solicito a divulgação deste pronunciamento no programa *A Voz do Brasil*, na *TV Câmara* e nos demais veículos de comunicação desta Casa.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) – Antes de passar a palavra para o próximo Parlamentar, quero registrar, com muita honra, a presença em plenário do ex-Governador Germano Rigotto. Governador Rigotto, muito nos honra sua presença aqui em nossa Casa, na sua Casa.

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) – Concedo a palavra ao Deputado Major Fábio.

O SR. MAJOR FÁBIO (Bloco/PROS-PB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu fui eleito pelos policiais e bombeiros da Paraíba e, posso dizer, do Brasil. Policiais e bombeiros do Ceará, do Rio Grande do Norte, o seu Estado, de Pernambuco foram até o meu Estado pedir aos seus familiares e aos seus amigos que votassem em mim. Para Deputado Federal.

E eles pediram, eles queriam, que eu estive aqui para pedir a esta Casa a votação do segundo turno da PEC 300, que trata do piso nacional. O piso nacional – eu gostaria de chamar a atenção dos Deputados aqui –, dos policiais e bombeiros que já foi votado, em primeiro e segundo turnos, pelo Senado Federal. E esta Casa já votou o primeiro turno da PEC 300, e a aprovou por unanimidade.

Eu tenho um compromisso, Sr. Presidente, com os policiais e os bombeiros do Brasil, e nós sairemos pelo Brasil com o programa de governo da Presidente Dilma. Repito, nós sairemos pelo Brasil com o programa de governo da Presidente Dilma. Nós iremos pelo Brasil mostrar à sociedade brasileira que a Presidente Dilma prometeu aos policiais e bombeiros o piso nacional. Eu irei a cada praça deste Brasil para mostrar que a Presidente Dilma prometeu, no seu programa de Governo, entregue no Tribunal Superior Eleitoral. Eu irei mostrar aos brasileiros que a Presidente prometeu, e até hoje, já no seu último ano de mandato, nunca, nem sequer, citou o piso nacional dos policiais e bombeiros. Eu irei, Sr. Presidente, por todo o Brasil, mostrando esse programa de governo da Presidenta Dilma.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES – Sr. Presidente, só para dar como lido.

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) – A Deputada Iris está com a palavra, porque ela havia solicitado antes. As mulheres sempre em primeiro lugar.

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) – Concedo a palavra à Sra. Deputada Íris Araújo.

A SRA. ÍRIS DE ARAÚJO (PMDB-GO. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, assomo a esta tribuna, hoje, para fazer um breve registro a respeito da comemoração, no dia 24 último, da conquista do direito ao voto feminino.

Ao mesmo tempo em que parabenizo todas as mulheres pela data, faço uma reflexão no sentido de que, politicamente, de uma maneira contraditória, apesar de sermos a maioria do eleitorado, continuamos sendo minoria nas nossas Casas representativas. Ou seja, o Parlamento carece ainda de figuras femininas que disputem, dentro dos partidos, o seu espaço, para que possam, logicamente, disputar eleições.

Agradeço, Sr. Presidente, concluindo, já que há vários Deputados esperando para falar. Mas mantenho este alerta no sentido de que nos mobilizemos, para que essa conquista seja realmente uma conquista de fato, de direito, e não fique apenas como registro para se fazer em determinada data.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) – Concedo a palavra ao Sr. Deputado Wellington Fagundes.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco/PR-MT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, faço uma homenagem à escola La Salle, que comemorou 50 anos de sua fundação na minha cidade natal, Rondonópolis. Lá fui ex-aluno também, e sei que é indiscutível o papel que essa escola teve na formação da sociedade rondonopolitana.

Nós acompanhamos a evolução dessa unidade escolar e sempre notamos o engajamento das pessoas que acreditaram e ainda acreditam em um ideal de educação focada no ser humano, como agente transformador da sociedade.

A educação lassalista, baseada nos princípios de São João Batista de La Salle, é integradora das dimensões intelectuais e afetivas, promovendo relações fraternas e solidárias, bem como o respeito à diversidade.

Da mesma forma, quero dar como lido outro pronunciamento. Tivemos a presença do Ministro Wellington Moreira Franco na cidade de Cuiabá, nossa Capital, para fazer a entrega de três caminhões de bombeiro para os Municípios de Rondonópolis, Sinop e Alta Floresta, bem como para vistoriar o Aeroporto Marechal Rondon.

Era isso, Sr. Presidente. Muito obrigado.

PRONUNCIAMENTOS ENCAMINHADOS PELO ORADOR

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a minha fala hoje é para homenagear a Escola Estadual La Salle, de Rondonópolis, que há mais de 50 anos vem prestando à comunidade rondonopolitana serviços de educação, além de atuar firmemente na formação religiosa de milhares de crianças e jovens.

Eu tive a grata oportunidade de estudar nesse colégio e de fazer parte de uma comunidade escolar em que o estudante é protagonista no processo de construção do conhecimento e agente transformador da sociedade.

Comemorar 50 anos de história desse colégio é comemorar também parte da história de Rondonópolis. É indiscutível o papel que a Escola Estadual La Salle teve na formação da sociedade rondonopolitana. Nós acompanhamos a evolução dessa unidade escolar, e sempre notamos o engajamento das pessoas. Pessoas que acreditaram e ainda acreditam no ideal de educação focada no ser humano como agente transformador da sociedade.

A educação lassalista, baseada nos princípios de São João Batista de La Salle, é integradora das dimensões intelectual e afetiva, promovendo as relações fraternas e solidárias, bem como o respeito à diversidade.

No Brasil, os lassalistas estão presentes desde 1907, quando fundaram a sua primeira escola para os filhos dos operários que residiam no Bairro Navegantes, em Porto Alegre. Hoje, são mais de 200 Irmãos e 2.500 educadores, em 43 comunidades educativas, que atendem a mais de 50 mil crianças, jovens e adultos, em 11 Estados brasileiros.

A Escola Estadual La Salle de Rondonópolis iniciou suas atividades em março de 1963. A estadualização do ensino ocorreu em 1974, e atualmente a escola atende a 850 alunos com o ensino fundamental e médio.

Recentemente, o La Salle foi destaque por ter sido a escola mais bem classificada no ENEM, entre todas as unidades estaduais de Mato Grosso. O resultado representa o mérito de um trabalho coletivo de todos os segmentos que compõem o processo educativo do estabelecimento, Cito, em especial, a dedicação dos alunos, que a cada ano têm melhorado de desempenho e garantido o êxito para a unidade e para a educação estadual mato-grossense. E devemos tudo isso também aos professores, que não medem esforços para construir uma educação de qualidade com foco no ser humano.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, tive a felicidade de participar da entrega de novos caminhões de combate a incêndios em três Municípios de Mato Grosso, nesta última segunda-feira. Foram beneficiados Rondonópolis, Sinop e Alta Floresta. E, mais ainda, tive a honra de ser articulador da ação na Secretaria de Aviação Civil, do Poder Executivo.

Os veículos estão inseridos no Programa de Aviação Regional, que melhorará a infraestrutura de aeroportos no interior do País para facilitar a aviação regional.

Felizmente, o Ministro-Chefe Moreira Franco, que participou da solenidade, entendeu que era extremamente necessária a melhoria da infraestrutura aeroportuária do meu querido Estado, já que um lugar como Mato Grosso, que cresce econômica e socialmente a índices superiores aos de outros Estados brasileiros, deve ter desenvolvida a sua capacidade de receber aviões de grande porte e se inserir em rotas comerciais de maior frequência.

Além de acompanhar a entrega dos caminhões, o Ministro também vistoriou as obras do Aeroporto Marechal Rondon, em Cuiabá, e, pelo jeito, gostou do que viu. As obras caminham para o término e devem estar prontas até o final de abril. A melhoria da infraestrutura do Marechal Rondon busca não só atender à demanda da Copa do Mundo, mas também aumentar o fluxo de passageiros registrados nos últimos anos. Após o fim da reforma, o terminal estará apto a receber dois milhões e meio de passageiros a mais por ano.

A situação atual contrasta, e muito, com a descrença anterior da última visita. Chegaram inclusive a cogitar a hipótese de se usar lonas para substituir espaços físicos, na forma de um improviso. Por fim, o próprio Presidente da INFRAERO, Gustavo Vale, disse que apenas estão faltando itens de acabamento e a instalação de mais alguns equipamentos.

Aproveito para lembrar que está planejada a entrega de cinco novos caminhões de combate ao fogo ainda para este ano, nos Municípios de Barra do Garças, Cáceres, Juara, Juína e Tangará da Serra.

Ao todo, treze aeroportos de Mato Grosso irão receber investimentos do programa para que tenham sua estrutura ampliada e pistas melhoradas, além da expansão dos terminais, tanto os de passageiros quanto os de cargas.

Isso prova que não somente a confiança da população no bom trabalho do Estado e dos articuladores daqui do Legislativo gera resultados satisfatórios, mas também o próprio bom diálogo entre os poderes, que, quando bem feito, sempre supera metas e produz bons frutos.

Era o que tinha a dizer. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) – Com a palavra o Deputado Marllos.

O SR. MARLLOS SAMPAIO (PMDB-PI. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero registrar que, neste carnaval, continuaremos trabalhando diretamente nas bases. Não há descanso para o mandato parlamentar do Deputado Federal Marllos Sampaio.

Sexta-feira, estaremos em Novo Oriente entregando uma patrulha mecanizada, adquirida com emenda parlamentar minha no valor de 200 mil reais. Já está pronta para ser entregue aos agricultores da agricultura familiar de Novo Oriente. Estaremos lá também inaugurando uma academia popular para idosos, no valor de quase 200 mil reais, e assinando a ordem de serviço do ginásio poliesportivo daquela cidade, no valor de 800 mil reais.

É assim: carnaval trabalhando. No sábado, estaremos inaugurando uma creche de referência na cidade de Valença, junto com o Prefeito Walfredo Filho e a Vice-Prefeita Paula Jeanne, no valor de mais de 1 milhão de reais. Estaremos entregando também este presente em pleno carnaval para toda a criançada da cidade de Valença. Uma creche moderna que vai atender toda aquela cidade. Estaremos nesse dia trabalhando em pleno sábado de carnaval.

Quero fazer um outro registro especial. No domingo, haverá um importante trabalho de inclusão social na cidade de Valença do Piauí, feito pela Vice-Prefeita daquele Município, Paula Jeanne. Ela criou um bloco de carnaval infantil, o Algodão Doce, que vai promover a alegria de milhares de crianças naquele Município. Mais de 3 mil crianças carentes serão inseridas no carnaval de Valença. E elas não vão pagar nem um real por um abadá; brincarão gratuitamente. Enquanto muitos blocos vendem abadás caríssimos, e as crianças mais carentes não têm acesso ao carnaval, a Vice-Prefeita está fazendo diferente: distribuindo mais de 2 mil abadás para todas as crianças de todos os níveis, que brincarão no domingo de carnaval com muita alegria e animação. Nós também, como Parlamentares daquela região, estaremos com as crianças mais carentes do Município de Valença.

Então, quero parabenizar a Vice-Prefeita Paula Jeanne, que realiza esse evento com apoio da Prefeitura Municipal. Nós, como Parlamentares Federais, estamos dando todo apoio. Fico muito satisfeito de saber que as crianças valencianas de todos os níveis sociais vão ter a oportunidade de ter um momento de lazer e felicidade de forma gratuita.

Seguindo esse ritmo de trabalho, iremos também, durante o carnaval, percorrer as cidades em que temos representatividade, a fim de fiscalizar as obras realizadas com as nossas emendas parlamentares que estão em andamento. Inclusive, na capital Teresina e na cidade de Campo Maior.

Então, nós iremos trabalhar durante o carnaval. Não teremos folga, nem vamos fazer nenhum tipo de folia. O Deputado Marllos Sampaio é assim: trabalho em pleno carnaval.

Peço, Sr. Presidente, que este pronunciamento seja divulgado no programa *A Voz do Brasil*.

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) – Parabéns, Deputado Marllos, pela obstinação.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR:

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, hoje vim destacar, na tribuna desta Casa, um importante trabalho de inclusão na cidade de Valença do Piauí. A Vice-Prefeita do Município, Paula Jeanne, criou um bloco de carnaval infantil, o Algodão Doce, que vai promover a alegria de milhares de crianças naquele Município, no domingo de carnaval. O bloco já foi um grande sucesso no ano passado e este ano promete ser ainda melhor.

Serão distribuídos 1.600 abadás para crianças de todos os níveis sociais, que terão uma tarde de muita alegria com a animação do grupo da Galinha Pintadinha, um verdadeiro sucesso entre a garotada.

O bloco vai oferecer total segurança para os pequenos foliões; os pais vão poder ficar tranquilos. A concentração será às três horas da tarde no terminal rodoviário e o percurso será no corredor da folia, passando pelas principais ruas de Valença.

Estou muito satisfeito em saber que as crianças valencianas de todos os níveis sociais vão ter a oportunidade de ter um momento de lazer e felicidade de forma gratuita.

O SR. MAURO BENEVIDES – Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) – Com a palavra o decano da Casa, da Câmara, do Congresso, do País, Mauro Benevides.

O SR. MAURO BENEVIDES (PMDB-CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, é apenas um comentário sobre a entrevista que concedeu ao jornal *O Estado de S.Paulo* o Ministro da Integração Nacional, Francisco Teixeira, em torno da transposição da água do São Francisco. É um tema da maior importância para todos nós. E ele garante que a conclusão dessa obra ocorrerá daqui a 2 anos. Portanto, concretizará um sonho acalentado por sucessivas gerações de cearenses.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) – Com a palavra o Deputado Marcelo Almeida.

O SR. MARCELO ALMEIDA (PMDB-PR. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Primeiramente, eu queria dar os parabéns a V.Exa. e ao Colégio de Líderes quanto ao assunto simuladores de trânsito no Brasil. Acho que foi uma medida acertada. O Colegiado de Líderes decidiu fazer uma Comissão Especial, junto com a Comissão de Viação e Transporte e a Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, para que se dê um basta no assunto dos simuladores.

Vamos discutir, Sr. Presidente, a resolução e o projeto de lei que está no País.

Aproveito esses 30 segundos para deixar um recado: que todo dono de autoescola, que todos os centros de formação de condutores não comprem ainda a máquina do simulador, não façam comodato, não aluguem, porque o assunto ainda está sendo resolvido na Câmara dos Deputados.

Queria agradecer a todos os Líderes pela compreensão de um assunto que mexe com todos os brasileiros, principalmente com os brasileiros que têm 18 anos de idade, que tirarão a primeira habilitação, quando seria obrigatório fazer o curso de simulação nos simuladores do Brasil.

Obrigado, Sr. Presidente, pela sua maneira de agir.

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) – Com a palavra o Deputado Henrique Oliveira.

O SR. HENRIQUE OLIVEIRA (SDD-AM. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, brasileiros que nos assistem pela *TV Câmara,* tenho que demonstrar minha apreensão. Eu atravessei o Brasil, na segunda-feira – Floresta Amazônica, Pantanal e metade do Cerrado –, para chegar ao Distrito Federal com a bagagem de preocupação da população amazonense em relação aos destinos da Zona Franca de Manaus.

Encontrei, ontem, na sensibilidade de V.Exa., a certeza de que construiremos um grande acordo para vermos, não só pautada e votada, mas também aprovada, no próximo dia 18, a prorrogação, por mais 50 anos, da Zona Franca de Manaus, modelo que deu certo, que mantém a floresta em pé e que gera mais de 500 mil empregos diretos e indiretos para a nossa gente.

Muito obrigado, em nome de todos os amazonenses, porque hoje é estampada, em todos os meios de comunicação do nosso Estado, a sensibilidade que V.Exa. ontem externou à bancada do Amazonas, a todos nós, Deputados Federais e aos Senadores.

Então, aqui fica o nosso agradecimento. A apreensão é óbvia de que nos próximos dias construiremos esse acordo para que o PL também entre, favorecendo os Estados que precisam da prorrogação da Lei de Informática.

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) – Vamos nos encontrar, no dia 18, neste plenário, se Deus quiser, Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) – Com a palavra o Deputado Otavio Leite.

O SR. OTAVIO LEITE (PSDB-RJ. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu gostaria de expressar o meu respeito, a minha admiração e o meu amor à cidade do Rio de Janeiro, que completa 449 anos.

Se tivéssemos de escolher, dentre todas do Brasil, a cidade que mais sintetiza brasilidade, sem dúvida, a Cidade Maravilhosa, o Rio de Janeiro, ganharia.

Eu quero, portanto, homenagear todos os cidadãos do Rio de Janeiro, que hoje passam dificuldades muito grandes, por conta de problemas ambientais cada vez mais agudos, por problemas de mobilidade urbana, que cada vez mais se agravam. O dia a dia, o cotidiano faz com que as pessoas percam bastante em termos de qualidade de vida. O deslocamento na cidade está cada vez pior.

É obvio, temos uma agenda, temos Copa do Mundo, temos Olimpíadas, intervenções urbanas, mas há uma série de equívocos, no nosso entendimento, que provocaram um sofrimento à população do Rio de Janeiro. Eu fico a imaginar, na data do aniversário da nossa cidade, que presente a sociedade do Rio de Janeiro gostaria de obter. Eu não tenho dúvida que seria mobilidade urbana. E quanto ao setor de saúde, ao lado de outras cidades do Brasil, o Rio também o coloca como principal problema a ser enfrentado, desde que a saúde pública está longe ainda de alcançar mínimos parâmetros de atenção e respeito para com a dignidade humana.

Portanto, na data de aniversário do Rio de Janeiro, eu queria dizer da minha satisfação plena, da minha dedicação absoluta a essa que é a cidade-síntese brasileira.

Ao povo do Rio de Janeiro, o meu respeito, a minha admiração e, sobretudo, o meu compromisso como homem público.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) – Com a palavra o Deputado Geraldo Simões.

O SR. GERALDO SIMÕES (PT-BA. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, registro minha surpresa com a decisão do Presidente do Supremo Tribunal Federal, que ontem, de maneira monocrática, derrubou sete liminares de reintegração de possa lá no sul da Bahia. Surpreendeu a todos. A argumentação de S.Exa. é que o cumprimento da decisão judicial é tão importante quanto o cuidado com aqueles que invadiram a propriedade. Ora, Sr. Presidente, se isso se transformar em jurisprudência, eu não sei quanta confusão vai acontecer na área rural do Brasil.

Portanto, desejo muito que os pequenos produtores apelem para que essa decisão do Presidente do Supremo Tribunal seja levada para o plenário daquela Corte.

Era o que tinha a dizer.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR:

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, inúmeras vezes vim a esta tribuna expor os graves acontecimentos sucedidos no sul da Bahia.

Penso que o problema não está sendo bem abordado por vários setores, particularmente pelos vinculados à Justiça, que deveriam buscar realmente a solução dos conflitos e a convivência dos brasileiros, respeitando os direitos de todos e a Constituição de 1988, a melhor e mais democrática Constituição que teve nosso País.

No entanto, não é isso que vemos. Já me manifestei sobre a omissão do Ministro da Justiça, por ocasião do assassinato do assentado da reforma agrária, Juraci dos Santos, presidente do assentamento Ipiranga, cuja casa foi invadida, na madrugada do dia 10 de fevereiro, por supostos índios. Ele foi morto covardemente, deitado em sua cama. Atiraram em sua mulher e filha, que tiveram a sorte de escapar.

Segundo manifestei anteriormente, aqui mesmo, Juraci, juntamente com uma comitiva de agricultores do sul da Bahia e representantes da APAIUB – Associação de Pequenos Agricultores de Ilhéus, Una e Buerarema, solicitou, em audiência em Brasília, solução dos conflitos ao Ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, a quem pediu proteção policial.

A morte de Juraci é fato evidente que comprovam as autoridades.

No entanto, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, nesta semana fomos surpreendidos com nova medida da Justiça, na decisão monocrática do Presidente do Supremo Tribunal Federal, Joaquim Barbosa, que suspendeu, em uma decisão arbitrária, as liminares de reintegração de posse das terras invadidas violentamente por supostos indígenas.

Sinto, e assim tenho que manifestar-me senhores, que aqueles que deveriam ser os guardiães da Constituição, da Justiça e da concórdia entre os brasileiros, por suas ações – nada posso dizer das intenções, por não poder ler a mente de ninguém – atuam objetivamente estimulando conflitos, o que trará perda a todos os setores envolvidos.

Perderão os agricultores, principalmente aqueles mais pobres e desprotegidos, assentados da reforma agrária, como Juraci. Reforma agrária que marca presença há mais de 60 anos na região.

Perderão os verdadeiros indígenas, que verão seus direitos entrarem em confronto com direitos dos produtores, em uma escalada de violência que pode levar a conflitos generalizados, ocasionando mortes e retrocessos. Os mortos de ambos os lados, da terra ficam apenas com sete palmos. A violência exacerbada dos supostos indígenas somente indisporá maior parte da população e levará ao questionamento da verdadeira causa.

Quer desacreditar alguém? Leve-o a uma radicalização indevida. Essa é uma receita infalível.

Além disso, senhoras e senhores, o passado não pode ser esquecido. Deve servir de lição a todos nós, principalmente quando estamos todos no mesmo barco e queremos consolidar o processo democrático. A nacionalidade brasileira foi formada com sacrifícios, lutas, morticínios, escravidão e muita injustiça. Não podemos reparar as injustiças do passado cometendo novas injustiças e desrespeitando a Lei Maior, garantia de nosso acordo social, garantia dos direitos de todos. Direitos conflitantes têm que ser resolvidos em processos legais e pacíficos, sob o risco de entrarmos em dinâmicas desagregadoras da sociedade, como acontece cada vez mais em grande parte do mundo atual.

A cidadania brasileira deve ser garantida, direitos de verdadeiros indígenas devem ser garantidos, direitos dos produtores rurais devem ser garantidos e o direito à paz e prosperidade devem ser garantidos a todos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) – Com a palavra o Deputado Domingos Dutra. Depois, como Líder, o Deputado Rubens Bueno.

O SR. DOMINGOS DUTRA (SDD-MA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, há coisas que só acontecem no Estado do Maranhão. Em 2009, a oligarquia Sarney cassou o Governador Jackson Lago, do PDT, para colocar a atual Governadora no cargo.

Em 2010, para derrotar Flávio Dino, fizeram intervenção no PT e entregaram o partido para a oligarquia Sarney.

Em 2011, fizeram rodízio de Governadores. A Governadora viajou para o exterior, tirou 10 dias de licença, 7 dias eram dias inúteis, aí o Vice-Governador assumiu por um dia e foi para o Ceará dizer: *"Mamãe, sou Governador"*; o Presidente da Assembleia assumiu por um dia e foi a Passagem Franca dizer: *"Papai, sou Governador"*; o Presidente do Tribunal de Justiça assumiu por um dia e foi a Caxias dizer: *"Titia, sou Governador"*.

Em 2012, o Palácio, a cadeira de Governador já tinha nojo. A Governadora viajou, o Vice era candidato e, para não ser inelegível, se recusou a assumir e viajou para a Argentina; o Presidente da Assembleia tinha a filha candidata no Município de Colinas e, para não transformá-la em inelegível, foi se esconder na mata de Passagem Franca, para não assumir; o Presidente do Tribunal de Justiça, como sua mulher era candidata a Prefeita em Guimarães, para não deixar a mulher inelegível, se escondeu nos mangues da baia de Cumã, em Guimarães.

Agora, em 2014, estão fazendo outra novidade: a Governadora, para não entregar o cargo para o Vice, deu-lhe um presente no Tribunal de Contas, e ele renunciou ao cargo de Vice.

Agora, a Governadora vai renunciar para disputar o Senado e vão escolher um Governador e um Vice, de forma indireta, pela Assembleia Legislativa. Os 6 milhões de maranhenses vão ser substituídos por 42 Deputados, ou seja, a oligarquia Sarney transforma as instituições do Estado em um curral, em uma propriedade. É inadmissível que o Maranhão continue fora do mapa do Brasil, que tenha suas instituições transformadas em brinquedo.

Fica aqui o meu protesto. Espero que o povo do Maranhão, que tem sido desrespeitado e que de novo será desrespeitado, pois a vontade popular vai ser substituída pela de 42 Deputados, no dia 05 de outubro, dê o troco, mandando a oligarquia Sarney ou para o Amapá ou para o Afeganistão.

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) – Bom dia, Deputado Rubens Bueno. Tem V.Exa. a palavra para uma Comunicação de Liderança, pelo PPS.

O SR. RUBENS BUENO (PPS-PR. Como Líder. Pronuncia o seguinte discurso.) – Não é de hoje que nós, da Oposição, alertamos sobre os desmandos, o aparelhamento, a gestão temerária e a corrupção que se instalou na Petrobras durante os Governos do ex-Presidente Lula e da atual Presidente, Dilma Rousseff. A maior estatal do País, motivo de orgulho dos brasileiros, vem sendo, a cada dia, sucateada por este Governo. A situação da empresa, que vem apresentando queda nos lucros e sofre para conseguir saldar seus investimentos, é grave. Mostra, também, que a herança deixada pela Presidente Dilma, que comandou o Ministério de Minas e Energia, não é só maldita, mas é uma herança da incompetência.

Diante desse quadro e em defesa dessa empresa símbolo do Brasil, o PPS, o PSDB, o Democratas e o Solidariedade começaram a coletar no Congresso Nacional assinaturas para a instalação de uma CPI Mista para investigar as várias denúncias de corrupção, superfaturamentos, cobranças de propina e dilapidação do patrimônio da **PETROBRAS.**

Não podemos mais ficar impassíveis diante do que estão fazendo com a nossa petroleira. Desde a campanha *O Petróleo é Nosso*, que deu origem à criação da Petrobras, em 1953, o Brasil se orgulha dessa empresa. Mas o Governo do PT está se esforçando para desmoralizá-la.

Existem vários fatos determinados que justificam a criação dessa CPI. Vou citar apenas três, como exemplo:

Um: Queremos investigar os contratos firmados entre a Petrobras e a empresa holandesa SBM Offshore, tendo em vista denúncia veiculada pelas mídias internacional e nacional envolvendo suborno a funcionários da estatal para favorecimento da empresa holandesa.

Dois: É preciso apurar o contrato firmado entre a Petrobras e a construtora Odebrecht em 2010, no valor de U$825.600.000,00, objeto de investigação no Tribunal de Contas da União por suspeita de superfaturamento.

Três: É de interesse de toda a Nação investigar também a compra e venda de ativos no exterior da Petrobras, notadamente dos ativos que envolvem a refinaria de Pasadena, nos Estados Unidos, os ativos e ações da PESA, na Argentina, os ativos e participações dos blocos de petróleo na África e no Golfo e demais compra e venda de equipamentos, participações, blocos de exploração e qualquer ativo no exterior, visando esclarecer as denúncias de sobrepreço nas aquisições e subpreço nas alienações, constatados por reportagens veiculadas nas mídias nacionais e internacionais, feitas nos últimos 10 anos.

Uma das denúncias mais graves é a que sugere o pagamento de propina pela empresa holandesa SBM Offshore a funcionários da Petrobras para o fechamento de negócios relacionados a aluguel de navios-plataformas (FPSOs) para a petroleira brasileira. A denúncia foi publicada por ex-funcionário da SBM Offshore e já faz parte de investigação pelo Ministério Público da Holanda.

Segundo o denunciante, entre 2005 e 2011 a SBM pagou U$ 250 milhões em subornos, dos quais mais da metade, U$139 milhões, teriam sido desembolsados por meio de "comissões" a intermediários e a funcionários da Petrobras, a fim de se obterem contratos com a estatal.

Nem a Petrobras, nem a SBM informaram o valor dos contratos. Em seu último balanço, a SBM informa ter encomendas de U$ 23 bilhões, incluindo as plataformas Cidade de Paraty, Cidade de Maricá e Cidade de Saquarema. Segundo a denúncia, uma pessoa identificada como HT teria confirmado a divisão da comissão de 3%, sendo 1% para Júlio Faerman, representante comercial da SBM no Brasil, e 2% para funcionários da Petrobras**.**

Esse fato é grave e exige uma pronta e irrestrita apuração, por parte tanto do Congresso Nacional quanto dos órgãos do Poder Executivo. A Presidente da Petrobras, Graça Foster, anunciou que a companhia abriu

uma auditoria para apurar as denúncias. A comissão que está à frente da auditoria tem 30 dias para concluir a investigação. Mas isso não basta. O Congresso tem o dever de acompanhar de perto e apurar a fundo, com o poder de investigação de uma CPI, esse caso de extrema gravidade.

Cabe lembrar ainda as denúncias de compra e venda de ativos no exterior com superfaturamento na compra e também venda abaixo do valor real. Como exemplo, cito casos já divulgados na mídia, inclusive objeto de apuração no TCU, como a compra da refinaria de Pasadena, nos Estados Unidos, a preços extraordinários, ações judiciais em sequência e dispêndios superiores a U$ 1 bilhão.

Também é necessário ressaltar as denúncias da revista *Época* de venda das ações da Petrobras, na empresa PESA, na Argentina, por cerca de U$ 900 milhões abaixo do real valor, sem nenhuma oferta pública ou licitação. Há, dentro dessa empresa diversos investimentos já realizados pela Petrobras, em valores muito superiores ao apurado nessa venda, a um grupo político supostamente ligado à Presidente da Argentina, que já teria comprado da Petrobras uma refinaria na Argentina a preços também abaixo do valor real de mercado.

A Petrobras é a maior empresa brasileira, e vem, nos últimos tempos, sofrendo com a perda da sua capacidade de investimento, fundamental para o País, para a economia, para o nosso desenvolvimento e para a geração de empregos. Isso sem contar que milhares de brasileiros depositam as suas poupanças em ações da Petrobras, cujos valores de mercado sofreram quedas vertiginosas. Reclamações têm sido feitas no sentido de que o preço do combustível não reflete o ganho necessário que a empresa deveria obter, por isso torna-se necessário verificar o real custo de produção da empresa, sua variação nos últimos 10 anos e seu real preço negociável de venda e se a Petrobras terá condições de dar conta do maior desafio do País, que é a produção do pré-sal.

Tudo isso leva a uma preocupação com desperdício de dinheiro público, aumento do custo dos investimentos e das importações do País e perda da capacidade de alavancagem da Petrobras. Isso sem contar as suspeitas de irregularidades já fartamente denunciadas e objeto de apuração no TCU. É importante ressaltar que, mesmo com as investigações em curso no TCU, é de suma importância uma investigação profunda por parte do Congresso Nacional a respeito das supostas irregularidades.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, diante desse cenário preocupante, somente uma CPI Mista poderá esclarecer muitas dessas dúvidas e mostrar ao País a real situação daquela que, por ser a maior e mais importante empresa brasileira, tem a necessidade de bem desempenhar o seu papel na economia nacional, cumprindo os desafios da autossuficlência na produção de petróleo e da exploração do pré-sal, assim como de exercer o seu papel de contribuir para o desenvolvimento brasileiro.

Por tudo isso, peço aos colegas que nos apoiem e assinem o nosso requerimento, para permitir que não só o Congresso Nacional, mas toda a sociedade brasileira conheça a real situação da Petrobras, uma empresa que muito nos orgulha e que não pode, jamais, ser dilapidada.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) – Faço um apelo aos Srs. Parlamentares. Daqui a pouco alcançaremos o quórum e vamos abrir a Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) – Com a palavra o Deputado Chico Alencar.

O SR. CHICO ALENCAR (PSOL-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares e todos que acompanham esta sessão, estamos aqui neste 26 de fevereiro, uma quarta-feira, dia tido como nobre das atividades parlamentares *stricto senso*, com Comissões sendo constituídas e tendo suas direções eleitas e também com trabalho no Plenário.

O Governo parece que acabou valorizando em demasia um instrumento que ele teme, sabe-se lá por quê, e que é da natureza do Legislativo: a Comissão Externa, que, repito, não quer dizer "Comissão que vai à Holanda", mas sim a Comissão que vai verificar denúncias de suborno na Petrobras, que podem sim ter sido veiculadas por órgãos de imprensa absolutamente tendenciosos, como a revista *Veja*, mas que, neste caso, têm efetivamente muitos indícios de veracidade. E uma das funções irrenunciáveis do Parlamento é fiscalizar os outros Poderes.

Nesse sentido, o nosso apoio a essa Comissão e a nossa sugestão de que a primeira pessoa a ser ouvida por ela seja a própria Presidenta da Petrobras, a fim de que informe ao Parlamento brasileiro sobre as providências tomadas em relação a essas denúncias graves. Isso fortalece a Petrobras. Nós do PSOL queremos uma Petrobras 100% estatal, sob controle público e com gestão democrática, porque entendemos que ela é estratégica para o futuro do País, mas também queremos uma empresa que amplie, aprofunde suas pesquisas e seu apoio a energias alternativas, porque a matriz fóssil, como sabemos, até a metade deste século vai ser insuficiente para as necessidades da humanidade, isso sem contar, evidentemente, seu alto grau poluidor, cujos efeitos já vemos hoje.

Há aqui uma crise que tinha que se desfazer hoje ainda, para não termos que buscar esta solução que depõe contra o Parlamento que é a evasão para o carnaval. Há Deputados aí já dizendo que têm que ir embora, que não se vai votar mais nada, e por uma briga que vem da base aliada do Governo. Por isso eu brinquei ontem com a alegoria carnavalesca do bloco da escola de samba "Desunidos da Base". É preciso um entendimento, tendo em conta o interesse público. Isso é fundamental.

Portanto, vamos avançar na pauta, resolver essa questão da Comissão e esperar que ela faça um trabalho sem holofotes e sério, com presença expressiva, forte, fundamental do próprio PT.

Quero que todos nós nos imbuamos dessa necessidade de garantir o quórum e de continuarmos trabalhando. Depois o pessoal brinca, até quarta-feira, se esbalda. Mas não vamos paralisar o Parlamento, porque isso é muito negativo para nós.

Por fim, Sr. Presidente, quero anunciar o que todos já sabem, que nós do PSOL teremos fisionomia própria na disputa presidencial. Houve segunda-feira o lançamento da pré-candidatura do Senador Randolfe Rodrigues, do Amapá, à Presidência e da ex-Deputada Federal Luciana Genro à Vice-Presidência. Essa é uma chapa bem brasileira, do Oiapoque ao Chuí, jovem e com propostas alternativas para este País avançar. Mais à frente vamos detalhar tudo isso. Nosso programa de governo vai ser elaborado a partir de 12 seminários, realizados em diferentes capitais, e desde já peço a contribuição das forças vivas da sociedade, que, no geral, querem mudanças profundas, substantivas, na direção de um País fraterno, igualitário, democrático e justo. Este é o grande clamor da sociedade brasileira.

Obrigado, Presidente.

O SR. EURICO JÚNIOR – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) – Pois não.

O SR. EURICO JÚNIOR (PV-RJ. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu queria registrar a presença na Casa do Presidente da Câmara Municipal de Paty do Alferes, Vereador Cadinho, e dos Vereadores Leinho, Luciano e Nilson. Esses quatro Parlamentares do Município de Paty do Alferes, do qual já fui duas vezes Prefeito, estão visitando diversos Ministérios em busca de recursos para a atual administração.

É um grande orgulho para nós receber esses quatro Parlamentares...

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) – Seus eleitores, naturalmente, não é, Deputado?

O SR. EURICO JÚNIOR – É isso aí, Sr. Presidente. E todos flamenguistas, é muito importante ressaltar.

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) – Esse é o ponto negativo, e irreversível.

O SR. EURICO JÚNIOR – Tem um vascaíno. Já gritou ali.

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) – Melhorou.

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) – Com a palavra Deputado Valtenir Pereira.

O SR. VALTENIR PEREIRA (Bloco/PROS-MT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero deixar registrado que hoje o Ministro Antônio Levenhagen assume a Presidência do Tribunal Superior do Trabalho.

Quero desejar ao Ministro todo sucesso na sua gestão e também parabenizar o Ministro Carlos Alberto Reis de Paula, que nesse momento deixa a Presidência. Parabenizá-lo pelo trabalho excelente que fez, sucedendo o Ministro João Orestes Dalazen, que também fez uma ótima gestão.

Registro também essa parceria institucional que o nosso mandato, o mandato do Deputado Federal Valtenir Pereira, tem com o Tribunal Superior do Trabalho e também com a Justiça do Trabalho, como é o caso do Tribunal Regional do Trabalho, através do Desembargador Osmair Couto e também dos Desembargadores Edson Bueno e Tarcísio Valente.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR:

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, venho do meio jurídico. Sou defensor público de carreira. Sempre fui parceiro do Judiciário brasileiro, em especial no meu Estado.

No próximo dia 26 toma posse a nova administração do Colendo Tribunal Superior do Trabalho. Não posso deixar passar em branco tão importante data.

Aqui quero, primeiro, parabenizar o atual Presidente, Ministro Carlos Alberto, e sua competente equipe. Sua administração foi primorosa. Entronizou com galhardia o Judiciário trabalhista no século XXI.

O processo judicial eletrônico (PJ-e) saiu do sonho para a realidade. O Ministro João Oreste Dalazen, que antecedeu a atual administração, deu o pontapé inicial, criando a estrutura e as condições necessárias para a implantação do processo eletrônico. O Ministro Carlos Alberto, por sua vez, consolidou em definitivo o processo, tornando-o irreversível.

Aqui, abro um parêntese, para parabenizar também a administração do TRT da 23ª Região, lá do meu Estado de Mato Grosso, nas pessoas do Presidente anterior, Desembargador Tarcísio Valente, e do Presidente atual, Desembargador Edson Bueno. O TRT da 23ª Região, para não fugir à regra de Tribunal de excelência, foi

o primeiro no País, dentre os Tribunais do Trabalho, a ter 100% de suas varas implantadas com o processo judicial eletrônico.

Parabéns ao TRT da 23ª Região! Foi gratificante ter podido ajudar nesse processo de consolidação, quer seja no apoio aos projetos de criação de varas pelo interior do Estado, quer seja no aporte de recursos para construir as varas do trabalho e dotá-las de infraestrutura de informática necessária ao funcionamento do processo judicial eletrônico.

Voltando ao colendo TST, no próximo dia 26 tomam posse o Ministro Antônio José de Barros Levenhagen, mineiro, de Baependi, na função de Presidente; Ministro Ives Gandra da Silva Martins Filho, paulistano, na função de Vice-Presidente; e Ministro João Batista Brito Pereira, maranhense, de Sucupira do Norte, na função de Corregedor Geral.

Encerro, desejando sucesso à nova administração que em breve tomará posse, fazendo votos de que a Justiça do Trabalho continue sendo um oásis de excelência. Que o processo judicial eletrônico se consolide ainda mais, colocando o Judiciário trabalhista na vanguarda da modernidade do século XXI.

Enfim, podem continuar contando comigo. Naquilo que puder ajudar, ajudarei. Hoje e sempre.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) – Informo aos Srs. Deputados que iremos continuar com o painel aberto até alcançarmos o quórum, sem interrupção. Vamos continuar aguardando que se complete o quórum.

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) – Tem a palavra o Deputado Arnaldo Faria de Sá.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB-SP. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu queria deixar aqui registrada a necessidade de que a gente consiga desobstruir a pauta, decidir sobre o Marco Civil da Internet, que está segurando qualquer votação desde outubro do ano passado, e também votar as medidas provisórias. Só então podermos votar as matérias de interesse de aposentados e pensionistas, que reclamam alguma posição desta Casa, que reclamam a mudança desse maldito fator previdenciário e a recomposição das suas perdas. Sem dúvida nenhuma, essa é uma matéria extremamente importante. Muitos aposentados e pensionistas, mais de 30 milhões, aguardam com ansiedade alguma decisão desta Casa. Tenho certeza de que todos os Parlamentares têm pai e mãe, por isso devem ter essa preocupação. Ninguém aqui é filho de chocadeira para não se preocupar em resolver a questão de aposentados e pensionistas.

Esta é a nossa preocupação: votar essas matérias e, logo depois do carnaval, voltar a reclamar a votação da alteração do fator previdenciário, que é uma verdadeira excrecência que esta Casa tem sob sua responsabilidade.

Durante o discurso do Sr. Arnaldo Faria de Sá, o Sr. Henrique Eduardo Alves, Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Alexandre Santos, nos termos do § 2º do art. 18 do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Santos) – Com a palavra o Deputado Edinho Bez, que deixa agora a Presidência da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle, onde fez um grande trabalho para este Congresso.

O SR. EDINHO BEZ (PMDB-SC. Pronuncia o seguinte discurso.) – Obrigado, Sr. Presidente Deputado Alexandre Santos.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, na qualidade de Deputado Federal Presidente da Comissão Permanente de Fiscalização Financeira e Controle desta Casa, tomo a palavra nesta oportunidade para falar sobre os esforços do Governo do Estado de Santa Catarina no combate à sonegação, que têm como meta arrecadar R$ 2 milhões por mês.

No último dia 12 de fevereiro aconteceu o Encontro Fazendário, reunião de trabalho dos servidores da Pasta com o Secretário Antonio Gavazzoni e o Governador Raimundo Colombo. Durante o evento, o Governo do Estado, por meio da Secretaria de Estado da Fazenda, apresentou suas metas de arrecadação para 2014.

O desafio lançado é chegar a R$ 2 bilhões de arrecadação bruta mensal, 5 anos depois de se ter alcançado a marca do primeiro bilhão por mês. Para isso, a Fazenda estadual aposta principalmente no combate à sonegação. A meta é realizar 100 operações de fiscalização, contra 77 feitas em 2013.

O bom desempenho está diretamente ligado às ações de combate à sonegação e ao monitoramento mais próximo dos setores. Foram mais de 70 operações de presença fiscal e cruzamento de dados. A especialização dos grupos fiscais também fez a diferença.

Os bons resultados refletem a integração das diversas áreas da Fazenda, que também atua fortemente em controle interno, gestão de dívidas, contabilidade, planejamento e gestão de caixa.

Santa Catarina foi o único estado da Região Sul que fechou o ano com dinheiro em caixa. O balanço entre as receitas arrecadadas e as despesas realizadas resultou num superávit de R$ 1,4 bilhão.

No ano de 2013, o investimento consolidado bateu a casa de R$ 1,5 bilhão, recorde histórico no Estado, o que representa crescimento de 56%. Em 2012, esse valor não chegou a R$ 900 milhões. No ano passado, os

investimentos receberam reforço dos financiamentos obtidos para o Programa de Investimentos Pacto por Santa Catarina, que chegam a quase R$ 10 bilhões.

Espero dar doravante novas e boas notícias como esta.

Sr. Presidente, eu gostaria que V.Exa. desse ampla divulgação a este pronunciamento.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Santos) – Pois não, Deputado Edinho Bez.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Santos) – Agora, com a palavra o Deputado Luiz Fernando.

O SR. LUIZ FERNANDO MACHADO (PSDB-SP. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Sr. Presidente, Deputado Alexandre Santos.

Eu quero utilizar o plenário da Câmara Federal para felicitar pela posse o Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, Desembargador José Renato Nalini.

Na última quinta-feira, Sr. Presidente, o Desembargador José Renato Nalini esteve em Jundiaí sendo homenageado na Subseção da OAB pelo Presidente Bressan. Foi um evento muito bonito.

José Renato Nalini é um judiaiense que muito contribui para o desenvolvimento do Estado de São Paulo com a sua brilhante mão na magistratura.

Então, faço aqui este registro, pelo histórico que tem o Desembargador José Renato Nalini, que agora assume a Presidência do Tribunal de Justiça de São Paulo.

E, em tempo, Sr. Presidente, eu peço a compreensão do Plenário para que nós tenhamos, especialmente a Mesa, a chance de votar a Proposta de Emenda à Constituição nº 10. A PEC 10, de 2011, já está apta a vir a plenário, aprovada na Comissão Especial por consenso dos seus membros. Então, quero pedir para que se inclua na pauta a PEC 10, para que nós possamos...

(O microfone é desligado.)

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Santos) – Tem a palavra o Deputado Fábio Trad.

O SR. FÁBIO TRAD (PMDB-MS. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero agradecer a todos os membros da bancada do PMDB pela indicação do meu nome a 2º Vice-Presidente da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania.

Agradeço também, de forma muito clara e entusiasmada, ao Líder do meu partido, Deputado Eduardo Cunha, que hipotecou total solidariedade à indicação do meu nome para exercer essa nobre missão.

E coloco-me à disposição dos colegas Parlamentares para, na medida do possível, tentar atender a todas as demandas e consolidar este ano uma pauta que esteja à altura da importância da Comissão de Constituição e Justiça.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Santos) – Deputado Fábio Trad, V.Exa. é um orgulho para esta Casa. Aproveito para fazer referência ao seu pai, que muito homenageou, com o seu trabalho, esta Casa do Parlamento brasileiro.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Santos) – O Deputado Cleber Verde tem a palavra.

O SR. CLEBER VERDE (PRB-MA. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero me associar ao Deputado Fábio Trad, que no dia de ontem trouxe a informação de que o STF julgou um processo de aposentados do Paraná e garantiu o fim da contribuição previdenciária dos servidores públicos aposentados.

Sr. Presidente, eu acho que esta é uma oportunidade que temos, que esta Casa tem, de colocar em votação a PEC 555, que já foi aprovada na CCJC e na Comissão Especial. Não faz sentido a decisão do STF. Ou seja, a relatoria do Ministro Toffoli mostra de forma clara: essa foi uma decisão inconstitucional; mexeu-se com as cláusulas pétreas, com a coisa julgada e com o ato jurídico perfeito. Na verdade, não entendemos o porquê de se manter ainda a taxação dos inativos.

Portanto, viemos aqui, mais uma vez, para nos juntar àqueles que comungam conosco do apoio a essa proposição, para podermos colocar em votação a PEC 555 e pormos fim à taxação dos inativos aposentados do serviço público.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Santos) – Com a palavra o Deputado Lincoln Portela.

O SR. LINCOLN PORTELA (Bloco/PR-MG. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Deputado Alexandre Santos, eu estou deixando a Presidência da Comissão de Legislação Participativa, que será assumida pelo nobre Deputado Zequinha Marinho, do PSC. Sei que S.Exa. honrará aquele trabalho, e a CLP está de parabéns pela condução do Deputado Zequinha Marinho a sua Presidência.

Eu fico na CCJC, como membro titular, e também como membro titular da Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado. Também continuo na CLP, para poder ajudar ali o Deputado Zequinha Marinho em seu trabalho.

Lembro da PEC 308. Precisamos votar a PEC 308, que cria a polícia penal. Os agentes penitenciários não podem ficar sem qualificação, da maneira que muitos estão em muitos Estados. Precisamos criar a polícia penal, e a PEC 308 não traz nenhum impacto para a União.

PEC 308: polícia penal, ao invés tão somente de agentes penitenciários!

Era o que eu tinha a dizer.

Obrigado, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Lincoln Portela, o Sr. Alexandre Santos, nos termos do § 2º do art. 18 do Regimento Interno, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Inocêncio Oliveira, nos termos do § 2º do art. 18 do Regimento Interno.

O SR. RENAN FILHO – Sr. Presidente, V.Exa. me concede 1 minuto?

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) – Para uma breve intervenção, concedo a palavra ao ilustre Deputado Renan Filho.

O SR. RENAN FILHO (PMDB-AL. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Eu gostaria de agradecer a deferência do Deputado Hugo Motta, Presidente da Comissão de Fiscalização e Controle da Câmara dos Deputados, e utilizar o tempo que me foi concedido para dizer o seguinte: hoje é um dia de muita tristeza em Alagoas. Pela manhã, Sr. Presidente, foi assassinado, vítima de um latrocínio, o jovem Guilherme Brandão, proprietário de uma casa de eventos no Estado de Alagoas chamada Maikai, a principal casa de festas do Estado. Essa figura, que era um dos grandes realizadores de eventos em Alagoas, foi brutalmente assassinada hoje, dentro da sua casa de festas, em um bairro nobre da nossa Capital, em Alagoas.

Quero, ainda, comunicar que fiz minha inscrição para que hoje à tarde eu possa falar sobre esse caso e a violência que assola o Estado de Alagoas e amedronta as famílias alagoanas.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) – Concedo a palavra, para uma breve intervenção, ao ilustre Deputado Hugo Motta, do PMDB da Paraíba.

O SR. HUGO MOTTA (PMDB-PB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, primeiramente quero falar da nossa alegria de hoje assumirmos a Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Casa, uma Comissão importante.

Ao mesmo tempo, quero agradecer a confiança do meu partido, o PMDB, na pessoa do Líder, Deputado Eduardo Cunha, que nos designou para essa função, e à Comissão, que acolheu o nosso nome na manhã de hoje.

Vamos procurar fazer um grande trabalho, atuando com transparência e acima de tudo prezando e exigindo a boa aplicabilidade dos recursos públicos no Brasil.

É um orgulho e uma honra desempenhar essa função. Confiando primeiramente em Deus e nos companheiros do partido e da Comissão, procuraremos fazer um grande trabalho.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Colbert Martins) – Concedo a palavra, pela ordem, ao ilustre Deputado Colbert Martins. S.Exa. dispõe de 1 minuto.

O SR. COLBERT MARTINS (PMDB-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Será uma brevíssima intervenção.

Sr. Presidente, o PT parece que não está marcando presença, nem mesmo a presença de tantos assíduos Deputados do PT e de Deputadas também. É o caso da Deputada Benedita da Silva, que não marcou presença, mas já falou nesta sessão.

Estamos esperando que eles venham aqui para nós podermos começar esta sessão. É necessária a presença do Partido dos Trabalhadores, que se tem mantido na penumbra, não registrando suas presenças.

Estamos cobrando sua presença em plenário para nós iniciarmos esta sessão.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) – Para uma breve intervenção, concedo a palavra, pela ordem, ao ilustre Deputado Silas Câmara.

O SR. SILAS CÂMARA (PSD-AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero fazer um registro importante – e acho que não é tardio. A Presidenta Dilma esteve no Estado do Amazonas, na cidade de Manaus, e inaugurou 5.350 unidades habitacionais no Conjunto Viver Melhor, das quase 9 mil unidades que compõem esse Conjunto, competentemente construído pelo Governador Omar Aziz e sua equipe.

Eu estou muito feliz, Sr. Presidente, de ver essa expansão da entrega de casas populares no Brasil, porque, quando Presidente da Comissão de Desenvolvimento Urbano, junto com todos os Deputados que compunham aquela Comissão, aprovamos e instituímos o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social, que está dando lastro orçamentário para investimentos nesse sonho da casa própria no Brasil.

Peço a V.Exa. que este pronunciamento seja divulgado nos órgãos de imprensa desta Casa e no programa *A Voz do Brasil*.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Líder do PMDB, Deputado Eduardo Cunha.

O SR. EDUARDO CUNHA (PMDB-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu queria pedir aos Parlamentares do PMDB que viessem marcar presença. É bom que a gente fale isso repetidas vezes, porque está havendo uma confusão: ontem à noite nós pedimos para não marcar presença e agora nós estamos pedindo para marcar, porque a pauta está completa, com acordo.

Então, consequentemente, quero alertar que o PMDB não está mais obstruindo a presença, como estava ontem à noite.

Por isso, aos Parlamentares do PMDB que ainda não tomaram conhecimento e não vieram marcar presença, achando que está continuando a obstrução de ontem, informo que ela não persiste, porque a pauta está completa, com o acordo do Colégio de Líderes.

Pedimos que todos venham ao plenário e marquem a sua presença.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) – Concedo a palavra, por 3 minutos, no período de Breves Comunicações, ao ilustre Deputado Jair Bolsonaro, do Bloco Parlamentar PP/PROS do Rio de Janeiro.

O SR. JAIR BOLSONARO (Bloco/PP-RJ. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, apenas para marcar posição: há questão de 3 semanas, um menor vagabundo foi preso a um poste na Avenida Rui Barbosa, no Bairro do Flamengo, Rio de Janeiro. Ele praticava ali furtos – não existe pequeno furto nem grande furto; ele praticava furtos. Assim como não existem estupro e pequeno estupro, grandes e pequenos homicídios. O vagabundo praticava roubo naquela região.

A Deputada Benedita da Silva, emocionada, ocupou a tribuna defendendo aquele vagabundo, até levando para o caso de racismo, por ele ser afrodescendente, e criticando, obviamente, as pessoas que o haviam aprisionado.

Bem, Sr. Presidente, na semana passada, esse menor vagabundo voltou a cometer um crime. Logicamente, não foi no Flamengo; foi em Copacabana. Poderia ter sido um latrocínio. Inclusive, foi um crime cometido contra turistas estrangeiros. Imaginem a nossa imagem lá fora!

Eu quero que a Deputada Benedita da Silva venha aqui dizer por que o seu partido é contra a redução da maioridade penal.

E, mais ainda, há poucos anos, na Candelária, uns menores vagabundos praticavam assaltos, roubos, com caco de vidro no pescoço de motoristas. Bem, alguém aloprou, foi à noite lá e alguns desses marginais acabaram sendo mortos; alguns sobreviveram. Daí, uma socióloga do Rio de Janeiro chamada Yvonne Bezerra de Mello foi lá, comovida também, e, defendendo esses menores vagabundos, pernoitou alguns dias com eles lá.

Mas um detalhe: poucos anos depois, no episódio que ficou conhecido como o sequestro do ônibus 174, no bairro de Botafogo, o que aconteceu? Houve um sequestro de ônibus, e uma professora acabou sendo executada pelo sequestrador. Quem era o sequestrador? Um sobrevivente da Candelária.

Ou seja, se esse menor tivesse cumprido uma pena séria, com toda a certeza aquele crime não teria ocorrido lá na Candelária e, ele estando preso, não teria executado uma professora inocente alguns anos depois.

Então, esses menores não são recuperáveis. Quem acha que eles são recuperáveis que os bote para trabalhar no seu gabinete aqui na Câmara, para dirigir o carro da sua esposa, para levar a sua filha na faculdade, e não fique apenas defendendo esses marginais, que não têm recuperação.

Infelizmente, por 11 votos a 8, a CCJ do Senado rejeitou a PEC do Senador Aloysio Nunes Ferreira que visava apenas botar na cadeia o menor de 16 anos que, porventura, viesse a cometer crime hediondo. Assim mesmo, o PT foi contrário.

Eu lamento essa decisão e a falta de decisão destas duas Casas em botar para votar em plenário essa PEC. O povo pede a redução da maioridade penal, e nós temos que atender esse anseio popular.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) – Para uma breve intervenção, concedo a palavra ao ilustre Deputado Nelson Marquezelli. S.Exa. dispõe de 1 minuto na tribuna.

O SR. NELSON MARQUEZELLI (PTB-SP. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu quero agradecer a oportunidade que V.Exa. me dá, mas estou vendo algo aqui que os Parlamentares deveriam saber.

A passagem aérea de Brasília para São Paulo até ontem custava 400 reais, 450 reais; em algumas empresas, custava até 590 reais. Pasmem! Hoje – hoje! – está em 2.407 reais a mesma passagem que ontem custava 400 reais, 500 reais. Hoje ela passou para 2.407 reais! A mais barata, a partir de amanhã, custa 1.599 reais.

Não é possível que haja este disparate e as empresas aéreas do Brasil cobrem do povo brasileiro essa importância, que dá para ir a Miami e voltar – repito: dá para ir a Miami e voltar o que se paga por uma perna, daqui a São Paulo.

É um absurdo! O Governo precisa tomar providências, esta Casa precisa tomar providências. Estão mudando a Presidência da Comissão de Defesa do Consumidor e a da Comissão de Viação e Transportes. Elas devem convocar as empresas aéreas do Brasil.

Imaginem V.Exas., na época da Copa, quanto vai custar uma passagem interna no Brasil.

Tenho dó dos Parlamentares que vêm de Manaus, do Norte do Brasil, que devem estar pagando 4 mil, 5 mil reais por uma passagem para ir a São Paulo. Um absurdo!

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) – Concedo a palavra ao ilustre Deputado Camilo Cola.

O SR. CAMILO COLA (PMDB-ES. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Deputado Inocêncio, eu preciso que V.Exa. considere minha presença, porque eu tenho problema na digital e não pude fazê-lo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) – Concedo a palavra, pela ordem, ao ilustre Deputado Colbert Martins.

O SR. COLBERT MARTINS (PMDB-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Deputado Inocêncio, peço que V.Exa. aceite como lido este discurso que faço sobre os financiamentos que Petrobras, BNDES e Caixa fazem de eventos no País e determine a sua divulgação nos órgãos da Casa. É em nome da Lei da Transparência!

Agradeço a V.Exa.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

Sr. Presidente, senhoras e senhores aqui presentes e demais pessoas que estão nos ouvindo ou assistindo por meio da Internet, da *Rádio Câmara* ou da *TV Câmara*, e, em especial, ilustres cidadãos do Estado da Bahia, a quem tenho o orgulho de aqui representar, é com muita indignação que venho falar sobre as denúncias que vêm sendo divulgadas na grande mídia sobre o apoio – sem muita transparência – de órgãos públicos ao Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST).

De acordo com a imprensa, a Petrobras, o BNDES e a Caixa patrocinaram, sem licitação, o 6º Congresso Nacional do MST, realizado há 2 semanas em Brasília e que teve como resultado sequências de ações violentas promovidas pelos integrantes do Movimento na Praça dos Três Poderes. Em razão disso, 30 policiais ficaram feridos.

Algumas questões precisam ser esclarecidas. As parceiras do movimento precisam justificar a destinação de recursos públicos. Quais são as entidades beneficiadas? Que critério foi utilizado para aprovar a destinação da verba? Será que esse dinheiro todo não iria ser muito mais bem aproveitado se fosse destinado a entidades carentes, a instituições de apoio a doentes? O cidadão brasileiro merece essas respostas.

Ao todo foram gastos R$ 1,6 milhão dos cofres públicos e de empresas de economia mista. Precisamos chamar a atenção para essa questão e buscar o que motivou as estatais a realizarem tal ação. Se houve motivos comerciais para patrocinar o evento, ou qualquer outra irregularidade na negociação, isso precisa ser investigado.

Era o que eu tinha a dizer.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) – Com a palavra, pela ordem, o Deputado Danilo Forte, do PMDB do Ceará. S.Exa. dispõe de 3 minutos na tribuna.

O SR. DANILO FORTE (PMDB-CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o assunto que me traz à tribuna hoje – inclusive já fiz até um pronunciamento por escrito – é exatamente a preocupação que nós devemos ter em reconhecer o que é bem feito no serviço público e, ao mesmo tempo, criticar aquilo que é errado.

Criticar é muito fácil, principalmente os homens públicos e as mulheres que disputam votos e representam o povo, até porque há o conceito na sociedade de que o político, como tal, merece todas as ilações e as proposições, muitas vezes mal formuladas e mal entendidas por qualquer cidadão e cidadã.

Só que a política é feita por homens e mulheres iguais a qualquer um de nós. Todos têm o mesmo coração, sensibilidade, alguns com virtudes e outros com defeitos.

O exemplo vivo, fático dessa realidade é o que aconteceu com o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – DNIT no meu Estado, o Ceará. O DNIT, ao longo de sua história, trouxe consigo uma história de difícil entendimento por parte da sociedade exatamente porque abrigava, em si, diversos desvios de conduta, que culminaram, inclusive, infelizmente, com uma operação da Polícia Federal em razão da qual vários gestores do DNIT no Estado do Ceará foram presos e afastados e outros estão respondendo a processo

por malversação de recursos públicos importantes para a melhoria da qualidade da trafegabilidade das rodovias federais no meu Estado.

Em julho de 2012, depois de uma manifestação pública e de um rali feito nas estradas do Ceará – os cearenses sempre gostam de fazer ironia, humor com as tragédias –, dizia-se que estrada federal era estrada ruim e estrada boa era estrada estadual. Nós fizemos, liderados pelo Governador do Estado, Cid Gomes, um rali que chamou a atenção da grande mídia nacional, e expusemos publicamente que o Estado do Ceará abrigava as piores rodovias federais de todo o Nordeste brasileiro.

Com isso, o Ministro dos Transportes de então, Paulo Sérgio Passos, fez a intervenção no Ceará, colocando lá o engenheiro mineiro José Luis, desconhecido da sociedade cearense e da classe política cearense, que chegou com muita dúvida, muitas indagações se ele seria capaz de transformar ou não a realidade daquela instituição.

Para nossa surpresa, uma surpresa agradável, esse rapaz, engenheiro rodoviário por formação, engenheiro dos quadros do DNIT, com a competência que possui, conseguiu realmente transformar a imagem dessa instituição.

Nesse curto espaço de tempo, conseguiu recuperar, dentro do Estado do Ceará, 1.800 quilômetros de malha rodoviária federal. Além disso, todos os trechos de rodovia federal no Estado do Ceará, hoje, têm contrato de conservação. Ele conseguiu feitos extraordinários que, ao longo da história do Ceará, ninguém nunca conseguiria. Na minha estrada principal, que leva de Fortaleza a Itapajé, minha cidade, existia, no quilômetro 108, uma curva chamada de curva da morte. Ele está retirando a curva da morte com um projeto de engenharia ambicioso, extraordinário, inclusive com a retirada de pedras enormes, com dinamitação de trechos de serra, exatamente para dar maior fluidez e maior segurança ao trânsito. Também conseguiu avançar no anel viário de Fortaleza, obra que hoje está 40% concluída, incluindo um trecho que foi três vezes para a licitação e ninguém conseguia fazer porque nunca atendia a quem mandava no DNIT no Estado do Ceará.

Esse trabalho precisa ser reconhecido pelo mérito. E nós vivemos agora, nesta semana, em Fortaleza, um movimento que queria substitui-lo, exatamente para que houvesse a volta das lideranças passadas, de partidos políticos, que já ocuparam esse espaço no DNIT do Ceará.

Nós não vamos aceitar isso. A grande maioria, quase 80% da bancada, já assinou um abaixo-assinado em solidariedade ao José Luis. Nós não vamos aceitar isso, porque é um desrespeito ao cidadão, à cidadã e a todos nós que precisamos trafegar pelas rodovias federais do Estado do Ceará.

Então, manifesto a nossa solidariedade ao José Luis e o nosso compromisso com a sociedade cearense. Nós temos que parabenizar que faz aquilo que é bom, aquilo que faz melhor a gente e, pelo mérito do trabalho desse rapaz, precisamos fortalecê-lo na Direção dessa instituição que recupera a sua credibilidade no Estado do Ceará.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) – Com a palavra o Deputado Vanderlei Macris.

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB-SP. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu só queria, se V.Exa. me permite, dizer que parece que o bloco do PT já está na rua; não está no Congresso Nacional. O clima de carnaval já está presente na vida do PT.

Nós gostaríamos que estivessem aqui no Congresso Nacional, registrando presença, Sr. Presidente – nós percebemos que o PT não está marcando presença. Essa é uma clara e determinada obstrução do PT à votação do requerimento que nós apresentamos de criação de Comissão Externa temporária para acompanhar essas investigações que estão sendo feitas na Holanda acerca das operações e procedimentos, no Brasil, da empresa SBM Offshore, cuja sede situa-se naquele país.

Nós queremos essa Comissão Externa. Esse é um acordo feito no Colégio de Líderes.

O que é lamentável é que o PT não esteja marcando presença no painel, a fim de que não tenhamos quórum para discutir...

(O microfone é desligado.)

O SR. VANDERLEI MACRIS – Só para terminar, Sr. Presidente, eu acho que o carnaval vai começar daqui a pouco. Ainda não começou. É importante que a gente trabalhe, que a gente tenha, aqui, nesta proposta de criação de Comissão Externa, a votação do Parlamento brasileiro, para poder viabilizar essa investigação tão importante desse escândalo envolvendo a PetrobrasMuito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) – Concedo a palavra à ilustre Deputada Sueli Vidigal, do PDT do Espírito Santo.

A SRA. SUELI VIDIGAL (PDT-ES. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, obrigada pela deferência.

Eu quero, nesta oportunidade, agradecer ao meu partido, a todos os meus colegas de partido, na pessoa do nosso novo Líder, Deputado Vieira da Cunha, porque fui escolhida por unanimidade para ser uma das Vice-

-Líderes do PDT nesta Casa. Também tive oportunidade, na Legislatura passada, de ter assento nas Comissões Permanentes desta Casa, também por indicação do meu partido.

Devo dizer aqui, também, da importância do nosso Líder anterior nesta Casa, o Deputado André Figueiredo, um excelente Parlamentar, um grande colega.

Eu quero deixar registrada nos Anais desta Casa, Sr. Presidente, a minha felicidade de estar há 23 anos neste partido, o meu primeiro e único partido. Também eu gostaria de deixar registrada a minha alegria de poder contribuir com a sociedade brasileira...

(O microfone é desligado.)

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) – Concedo a palavra ao Deputado Paulo Magalhães. S.Exa. dispõe de 3 minutos na tribuna.

O SR. PAULO MAGALHÃES (PSD-BA. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, os brasileiros sabem da importância da Petrobras para a credibilidade do nosso País no mundo. Daí por que, Sras. e Srs. Deputados, venho a esta tribuna para alertar os meus pares para os problemas que poderão ser criados com a aprovação desta CPI.

A Presidente Graça Foster, Sr. Presidente, há cerca de 30 dias, esteve na Comissão de Minas e Energia e discorreu sobre tudo o que se passa na Petrobras, inclusive já prevendo o lucro de 23,5 bilhões. Ela mostrou aos Deputados da Comissão o desempenho da empresa e como ela estava enfrentando os problemas – esses que aí estão, com auditoria, com comissões, enfim, adotando todas as posições corretas no sentido de apurar. Se existiu desvio, se existiu comissão, tem que haver punição.

A Presidente Graça Foster, que foi escolhida a dedo pela Presidente Dilma para comandar os destinos da Petrobras, tem dado à nossa maior empresa uma condução correta e digna do povo brasileiro. Daí porque, Sr. Presidente, eu quero alertar os meus pares para que tenhamos cuidado. Não podemos abrir mão de fiscalizar, mas não podemos também atropelar.

Tenho certeza, Sr. Presidente, Srs. Deputados, de que a Presidente Graça Foster não vai faltar com o Brasil e nem com a Presidente Dilma; vai mandar apurar tudo e vai trazer para esta Casa o resultado de sua apurações.

Tenho certeza, Sr. Presidente, de que, se convocada, a Presidente virá à Comissão de Minas e Energia desta Casa, como veio há 30 dias e deu um show de conhecimento de todos os problemas da Petrobras. Falou, inclusive, sobre as posições que tinha adotado para solucionar os problemas. É por isso que nós, como brasileiros, temos a obrigação de...

(O microfone é desligado.)

O SR. PAULO MAGALHÃES – ...fortalecendo principalmente a presidente da Petrobras, que tem dado àquela empresa uma condução correta e digna, para que possamos nós, num futuro breve, dizer que a Petrobras voltou a ser empresa dos sonhos dos brasileiros.

Obrigado, Sr. Presidente. Obrigado, Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) – Para uma breve intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Izalci.

O SR. IZALCI (PSDB-DF. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, gostaria de pedir aos Parlamentares do PSDB que compareçam ao plenário, para que alcancemos o quórum para votar o requerimento cuja apreciação postergamos ontem.

Peço também à bancada do Partido dos Trabalhadores que compareça ao plenário, porque precisamos votar também a PEC 290, que é de suma importância para o Brasil. Precisamos deste quórum hoje, sem falta, para não deixarmos para depois do carnaval.

Portanto, faço este apelo à bancada do Partido dos Trabalhadores e à do PSDB, para que venham ao plenário.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) – A Presidência faz um apelo aos Srs. Parlamentares presentes nas diferentes dependências da Casa para que venham imediatamente ao plenário, a fim de que possamos atingir o quórum regimental e dar início à nossa Ordem do Dia.

Há 218 Deputados registrados no painel eletrônico, enquanto, na Casa, há 344. Então, reitero o apelo para que os Parlamentares venham ao plenário.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) – Concedo a palavra ao ilustre Deputado Rubens Bueno, que disporá de 1 minuto na tribuna.

O SR. RUBENS BUENO (PPS-PR. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, serei rápido, seguindo a mesma linha do pronunciamento do Deputado Vanderlei Macris e de V.Exa., ou seja, dessa convocação. Estamos a trinta e poucos Deputados apenas da obtenção do número necessário para votarmos o requerimento de criação de Comissão Externa destinada a acompanhar as investigações que estão ocorrendo com relação às denúncias da SBM, aquela empresa holandesa que divulgou que já aplicou 250 milhões de dólares em propinas, em comis-

sões e que, destes, 139 milhões de dólares foram destinados ao Brasil, à pessoa indicada para fazer a comissão e a funcionários da Petrobras.

É isso o que precisamos votar, para o bem do Brasil. Se nós temos uma Petrobras que pode voltar a ser a grande empresa do País, temos que começar a investigar o que está acontecendo e mudar o Governo, principalmente mudar o Governo. Aí, sim, nós poderemos ter uma nova Petrobras**.**

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) – Para uma breve intervenção, tem a palavra pela ordem o Deputado Fábio Trad, do PMDB de Mato Grosso do Sul.

O SR. FÁBIO TRAD (PMDB-MS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, recebi desta Casa a missão de presidir a Comissão Especial da Reforma do Código de Processo Civil.

Nas palavras do Presidente Henrique Eduardo Alves, trata-se da principal proposição legislativa desta Legislatura. Diante desta constatação, afirmada e reafirmada pelo Presidente da Casa, eu indago: por que, então, o Plenário não apressa a votação dos últimos destaques do novo Código de Processo Civil? Não se trata de pauta que atinge qualquer questão de natureza fiscal. Portanto, o Governo não tem essa preocupação. Não se trata de tema polêmico ou partidário que possa polarizar segmentos desta Casa.

Daí por que o meu apelo: vamos votar o novo Código de Processo Civil, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) – Ainda no período de Breves Comunicações, concedo a palavra ao ilustre Deputado Colbert Martins, do PMDB da Bahia, por 3 minutos.

O SR. COLBERT MARTINS (PMDB-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, senhoras e senhores que nos acompanham nesta sessão, boa tarde.

Presidente Inocêncio Oliveira, eu gostaria de fazer, neste momento, um preito a V.Exa., em reconhecimento ao trabalho que tem feito à frente do nosso centro de pesquisas, do nosso Centro de Estudos e Debates Estratégicos, que continua sendo um grande centro de produção de ideias e de conhecimento nesta Casa.

Nós devemos concluir agora a elaboração de um documento muito importante sobre terras-raras, uma proposta que eu relatei por indicação de V.Exa. naquele nosso Centro. E esperamos que, quando da votação, que deve ocorrer ainda no mês de março, do Código de Mineração, possamos dar a contribuição do nosso Centro com relação a um tema extremamente importante para o Brasil, que é o tema das terras-raras.

Fizemos um debate importante, trouxemos várias pessoas com grande nível de conhecimento numa área em que o Brasil é o segundo país no mundo, depois da China, em relação à quantidade de terras-raras.

E o nosso desafio, o desafio que vai estar expresso na proposta do nosso Centro, é este: temos que ter altíssima tecnologia para retirar os 17 microelementos que se encontram nas terras-raras e transformá-los efetivamente nas ligas que vão ser utilizadas nos celulares, nos televisores, nas lâmpadas, enfim, numa grande gama de produtos, inclusive em aplicações militares.

A China é responsável por 93% da produção mundial dessas ligas oriundas dos microelementos das terras-raras. O Brasil ainda precisa avançar muito.

Mas nós estamos estudando e trabalhando. E no nosso Centro não há votação. O que fazemos lá são debates de ideias e propostas que vão nos fundamentar e nos dar a condição de votar, como vamos fazer aqui, conforme o relato do Deputado Leonardo Quintão, o nosso Código de Mineração. Entendemos que essa parte da mineração – e temos outras partes importantes também; aliás, todas elas –, que essa questão das terras-raras é uma vertente extremamente importante do mundo da tecnologia. Quando conseguirmos as condições tecnológicas adequadas para retirar a matéria-prima e enviá-la para fora – isso nós fazemos hoje e estamos perdendo muito –, garanto a V.Exa., Sr. Presidente, e V.Exa. sabe disso mais do que eu, que teremos a possibilidade de dizer que esta Casa contribui, de forma direta e adequada, para que a área da mineração venha a ter, no que diz respeito às terras-raras, um avanço extremamente importante, que é o avanço da tecnologia.

Fico muito alegre, Sr. Presidente, em poder agradecer a todos os que trabalham naquele Centro, a toda a nossa grande Assessoria, que lá presta um grande serviço, e a V.Exa., que nos conduz.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) – Para uma breve intervenção, concedo a palavra ao ilustre Deputado Arnaldo Jardim, do PPS de São Paulo.

O SR. ARNALDO JARDIM (PPS-SP. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Sr. Presidente, meu caro Deputado Inocêncio Oliveira, que é uma referência para todos nós.

Sras. e Srs. Parlamentares, boa tarde. Venho à tribuna pedir o apoio dos nossos órgãos de comunicação para a repercussão de artigo feito por nós, em que fazemos um balanço da implantação da Política Nacional de Resíduos Sólidos.

Foi um momento importante para esta Casa quando se definiu o novo rumo para o cuidado com a questão do lixo. Geraram-se oportunidades de trabalho de forma muito significativa. Aqui, exatamente, faço um balanço sobre a logística reversa, sobre a situação dos acordos setoriais que se fazem para estabelecer a res-

ponsabilidade compartilhada, para fortalecer as cooperativas de catadores de materiais recicláveis. Nós temos aqui as diretrizes da Política Nacional de Resíduos Sólidos.

Muito se fez, mas há necessidade absoluta de avançar, de acelerar. Hoje mesmo, com o Dr. Alexandre Comin, do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior vamos cuidar da questão tributária, da desoneração tributária sobre resíduos.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR:

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) é um marco, como são a Política Nacional de Recursos Hídricos e a Política Nacional de Saneamento, que ainda não foram integralmente implantadas. E as Diretas Já foi um marco para a democratização do País, embora a democracia não esteja totalmente implementada. Considerado o movimento popular mais importante da história brasileira, a campanha que levou milhões de pessoas às ruas em 1984 foi tema de homenagem no Plenário do Senado no último dia 24 de fevereiro. Trinta anos depois, os participantes da sessão ressaltaram o caráter pacífico das manifestações da época, diferentemente do que tem marcado os recentes protestos populares, também originados na incapacidade do Estado em suprir direitos e serviços básicos à população.

Menciono este fato para estabelecer uma referência e assim verificar que é sempre um processo, e a quem quer que a legislação realmente se fixe cabe uma permanente mobilização.

As condições brasileiras ainda são precárias e dramáticas em muitos setores. E em geral os Municípios estão desestruturados para atender às diversas demandas dos seus cidadãos. No Panorama dos Resíduos Sólidos no Brasil 2012 (*http://www.abrelpe.org.br/panorama_apresentacao.cfm*), divulgado no final de maio do ano passado, a ABRELPE – Associação Brasileira de Empresas de Limpeza Pública e Resíduos Especiais constatou que "em 2012 mais de 3 mil cidades brasileiras enviaram quase 24 milhões de toneladas de resíduos para destinos considerados inadequados, o equivalente a 168 estádios do Maracanã lotados de lixo".

Menos de 10% dos então 5.565 Municípios brasileiros apresentaram seus planos para resíduos no prazo que expirou em 2 de agosto de 2012. Além disso, o Plano Nacional de Resíduos Sólidos, que foi objeto de audiências públicas em 2011, não foi promulgado pelo Executivo Federal. Os Estados também se movimentaram lentamente na elaboração de seus planos de gestão, sem dar o bom exemplo ou incentivar os Municípios à formulação de seus planejamentos.

Até agosto próximo, segundo a PNRS, todos os Municípios brasileiros precisam eliminar os lixões. O Brasil tem hoje 5.570 Municípios, e é evidente o esforço necessário para cumprir a lei, que enfrenta um problema antigo de afastamento e destinação do lixo, com origem no Brasil Colônia e em séculos de falta de atenção, gradativamente agravado pelo processo de industrialização e desenvolvimento que desconsiderou a sustentabilidade e pela concentração de 84% dos habitantes nas cidades.

A PNRS previu que a disposição ambientalmente adequada dos rejeitos deveria ser realizada em até quatro anos a partir da sua promulgação. Os prazos são importantes para a indispensável mudança de paradigma da gestão dos resíduos.

A PNRS levou quase 20 anos para ser aprovada no Congresso Nacional. É um tempo longo demais para um problema emergencial há séculos. De minha parte, fiz todo o esforço possível como presidente do Grupo de Trabalho que instituiu a política, aprovada por unanimidade e sancionada sem vetos e que se transformou na Lei nº 12.305, de 2010.

A PNRS conceitua de maneira moderna o que se costuma chamar de lixo, já separando no texto da lei dos resíduos sólidos – que podem ser reaproveitados para o bem da conservação ambiental e da economia – os rejeitos que, tratados, devem merecer um destino final ambientalmente correto. A primeira intenção, porém, é evitar a produção de resíduos rejeitos: não gerar, reduzir, reutilizar, reciclar.

A responsabilidade sobre os resíduos deve ser compartilhada entre o poder público, as empresas e os cidadãos. A gestão deve ser integrada e compreender, por exemplo, a elaboração de planos de gestão (nacional, estaduais, municipais e empresariais) e a inclusão social por meio do fortalecimento das cooperativas de catadores.

Quando eleito Deputado Federal, em 2006, assumi o compromisso de elaborar, articular e cobrar a aprovação da PNRS, após a bem-sucedida experiência com a Lei Estadual nº 12.300, de 2006, da qual fui o autor e com a qual disciplinamos a gestão dos resíduos sólidos no Estado de São Paulo, e assim conseguimos fazer.

A PNRS tem importantes repercussões sociais na área de saúde pública e na economia. Em 2012, por exemplo, a reciclagem de latas de alumínio para bebidas movimentou R$ 1,8 bilhão no País. Somente a etapa de coleta (a compra das latas usadas) fez circular R$ 645 milhões, o equivalente à geração de emprego e renda para 251 mil pessoas.

À PNRS devem se somar as outras políticas nacionais críticas para o desenvolvimento sustentável do País, como as de Saneamento, de Mudanças Climáticas, de Meio Ambiente e de Educação Ambiental. Aliás, sem educação continuada para a formação da cidadania como substância do desenvolvimento democrático, pouco se avançará na implantação da PNRS.

O Brasil desperdiça R$ 8 bilhões por ano ao não manejar adequadamente seus resíduos sólidos urbanos. Toneladas de embalagens e outros materiais remetidos ao "lixo" têm valor econômico destacado e podem basear o surgimento de novos e prósperos negócios oriundos da reciclagem, reuso e reaproveitamento de resíduos. Quem sabe não será por aí que as cidades brasileiras começarão a resolver o pagamento secular de uma das piores faturas das gestões municipais: a da coleta e do destino final dos resíduos e rejeitos gerados pela sociedade nas áreas urbanas?

Durante o discurso do Sr. Arnaldo Jardim, o Sr. Inocêncio Oliveira, nos termos do § 2º do art. 18 do Regimento Interno, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Henrique Eduardo Alves, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) – Faltam 33 Parlamentares chegarem ao plenário para alcançarmos o quórum e começarmos a Ordem do Dia. Temos uma pauta importante e vamos ficar aguardando por mais um tempo até que o quórum se complete.

Com a palavra o Deputado Arnaldo Jordy.

O SR. ARNALDO JORDY (PPS-PA. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero apenas comunicar a todos que tive a honra de ser ungido à condição de Presidente da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável por meus pares que compõem aquela Comissão, juntamente com o Deputado Penna e com o Deputado Antônio Roberto, do Partido Verde, e com o Deputado Márcio Macêdo, do Partido dos Trabalhadores. Fomos eleitos numa composição, num entendimento, numa chapa, por unanimidade, para conduzir as discussões naquela importante Comissão desta Casa.

E quero dizer que terá continuidade o brilhante trabalho exercido pelo Deputado Penna, que presidiu a Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável.

O Brasil tem uma agenda desafiadora e que merece a atenção desta Casa e do Poder Executivo, ou seja, a questão do desmatamento, a questão dos resíduos sólidos, a questão dos recursos hídricos, a questão da fauna, o impacto dos grandes projetos e das grandes obras, a exemplo da Usina Belo Monte.

Por falar nisso, nós recebemos ainda ontem a nota técnica do Instituto Socioambiental – ISA, que concluiu, no que diz respeito a Belo Monte, por inadimplência de 80% nos 22% apenas de contrapartida que foram executados até agora, como condicionantes exigidas e pactuadas pelo Governo Federal. Portanto, estamos longe de ter o razoável no que se refere às condicionantes cumpridas ou iniciadas no Complexo Belo Monte.

Era apenas este comunicado que queria fazer, agradecendo a indicação para presidir a Comissão de Meio Ambiente desta Casa.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) – Tem V.Exa. a palavra pela ordem, Deputado José Stédile.

O SR. JOSÉ STÉDILE (PSB-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, muito obrigado pelo espaço.

Eu queria informar a todos que, hoje, no Auditório Nereu Ramos, às 14 horas, realizaremos importante seminário, convocado pelo Deputado Romário, sobre as doenças raras no País.

Também queria informar que fui honrosamente indicado para compor a Mesa Diretora da Comissão de Finanças e Tributação, além de ser membro da Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania, da Comissão de Viação e Transportes e da Comissão de Minas e Energia.

Na Comissão de Finanças e Tributação, acho importante lembrar, Sr. Presidente, que vamos tratar de um setor em que o Brasil está na contramão da história no que se refere a tributos, o setor de bicicletas – e as ciclovias têm aumentado no País. Está na contramão da história porque a tributação sobre os veículos tem diminuído, e sobre a indústria de bicicletas tem aumentado a tributação. E esta é uma das nossas lutas, do Partido Socialista Brasileiro, para que diminua a tributação sobre as bicicletas produzidas no País.

Era isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) – Concedo a palavra ao Deputado César Halum.

O SR. CÉSAR HALUM (PRB-TO. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu gostaria aqui de registrar o nosso apoio a manifestação que está ocorrendo no Estado do Tocantins, com a interdição de trecho da rodovia TO-126 que liga o importante e histórico Município de Tocantinópolis ao de Maurilândia.

Essa interdição está sendo feita por índios apinajés, pelas comunidades de Ribeirão Grande, Folha Grossa e Pedro Bento, por fazendeiros e chacareiros da região, pela pavimentação da estrada. O projeto do Governo de

Tocantins está pronto, mas, por questões de licença ambiental, a execução não foi feita. Hoje está tudo pronto, mas há essa manifestação. A estrada está interditada desde segunda-feira.

Eu gostaria aqui de hipotecar o nosso apoio a esse movimento pela pavimentação da TO-126, que liga Tocantinópolis a Maurilândia, no Estado de Tocantins.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) – Concedo a palavra ao Deputado Ivan Valente.

O SR. IVAN VALENTE (PSOL-SP. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, queria fazer um comunicado.

Nós vamos agora para o Supremo Tribunal Federal para falar com o Ministro Teori Zavascki. Vão o Senador Randolfe Rodrigues, a bancada do PSOL e os Senadores Pedro Simon, Eduardo Suplicy possivelmente e Pedro Taques, para discutir com ele a Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 4.650, que está em debate no Supremo Tribunal Federal, ajuizada em 2011 pela Ordem dos Advogados do Brasil, para acabar com o financiamento empresarial, com a contribuição de pessoas jurídicas às campanhas eleitorais.

Lembro que quatro Ministros já votaram favoravelmente a essa medida, inclusive o Presidente do Supremo, Ministro Joaquim Barbosa, e que houve pedido de vistas pelo Ministro Teori Zavascki.

Por isso a bancada do PSOL, que entende isso como a moralização da política e o combate duro à corrupção, o fim do financiamento privado e empresarial –, vai estar presente, pedindo ele que libere imediatamente o seu voto, para que o Supremo possa continuar esse debate e que essa proposta do financiamento público e exclusivo, acabando com o financiamento empresarial, particularmente, feita pela OAB, seja viabilizada ainda no ano de 2014, ou seja, para esta campanha eleitoral.

Nós entendemos essa questão como uma questão-chave da democracia brasileira, porque possibilita muito mais igualdade na competição entre os partidos, entre os candidatos. É um ato da moralização política, da não interferência do poder econômico no processo político-eleitoral brasileiro. Seria muito mais transparente se isso acontecesse.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) – Concedo a palavra ao Deputado Valdir Colatto.

O SR. VALDIR COLATTO (PMDB-SC. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu queria levantar aqui uma discussão que ontem não consegui fazer. É sobre a CPI destinada a investigar os maus-tratos contra animais.

Nós precisamos, nesta Casa, trabalhar com muito cuidado essa questão para não trazermos para cá uma discussão ideológica, fazendo com que o Brasil tenha grandes dificuldades para levar à frente essa questão e fazendo com que não sejam divulgadas coisas erradas.

Com relação ao bem-estar animal, hoje, na área de alimentação, é feito um trabalho muito grande de pesquisa pela EMBRAPA, que tem todos os cuidados no abate, sobre como fazer e como não fazer. Quando você envolve a questão do bem-estar animal com os maus-tratos, acaba, pontualmente, trazendo algumas coisas que vão levar à ideia, à imagem de que o Brasil não está cuidando dos animais.

Quando se trata de cães e gatos, é uma coisa. Uma questão que também temos de cuidar é a da humanização dos animais. Daqui a pouco – e já está acontecendo –, animais serão mais importantes do que pessoas.

Também temos de ver as questões culturais, ou seja, os rodeios, as vaquejadas, essas questões de lazer, que, na verdade, são uma amostra daquilo que se faz no campo no dia a dia, como o tiro de laço, pelo peão que está lá. Que possamos trabalhar isso.

Eu queria dizer a V.Exa., Sr. Presidente, que temos de discutir para enquadrar essa questão dos bons tratos ou dos maus-tratos contra os animais num parâmetro que possamos discutir claramente com a sociedade e não levar para o lado ideológico, irracional, que vai prejudicar inclusive o mercado externo de exportação de carne do Brasil, que é um grande exportador.

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) – Com a palavra o Deputado Benjamin Maranhão.

O SR. BENJAMIN MARANHÃO (SDD-PB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, há algum tempo estamos discutindo a questão dos bons tratos ou dos maus-tratos contra animais. Quero tratar de um tema recorrente para o Nordeste, especialmente para a Paraíba. Nós continuamos enfrentando a maior estiagem do século passado. Não se tem notícia de coisa igual. Nós precisamos enfrentar esse problema e debatê-lo nesta Casa.

Apesar de ser muito grande a bancada nordestina, eu noto pouca mobilização em relação aos nossos reservatórios de água. A capacidade dos reservatórios da Paraíba está reduzida a 28%, um caos completo no abastecimento de diversas cidades e regiões que, no passado, eram ricas em água, como o Brejo da Paraíba, que se encontra em colapso absoluto há muito tempo.

Nós estamos já atravessando o período que normalmente seria de chuvas. Meu companheiro Raimundo Gomes de Matos, que é do Ceará, sabe disso. Esse período já está passando na região do Sertão, e no cha-

mado Agreste da Paraíba isso já está chegando ao limite do tempo a que as chuvas normais chegariam. Não se vê nenhuma medida concreta para resolver isso, como obras do tipo da transposição de águas do Rio São Francisco e as interligações de barragens, que são essenciais.

É uma reflexão que nós temos que fazer. O povo nordestino não pode estar submetido a um estado eterno de abastecimento por carro-pipa, que, muitas vezes, rodam mais de 100 quilômetros. E existem já, conforme constatadas, máfias formadas, inclusive – e daqui eu denuncio – com a presença e com a interferência de oficias das Forças Armadas, de onde nunca se pensou que haveria. Deputado, Raimundo, até na contratação desses carros-pipas há propinas.

Precisamos acabar com essa vergonha nacional. Não é possível, em pleno século XXI, uma população de milhões de brasileiros se submeterem a tamanha indignidade e desrespeito.

Aí, sim, há direito fundamental do ser humano, enquanto nós perdemos tempo falando aqui como se fosse essencial a criação de CPI sobre bons tratos a animais.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) – Concedo a palavra pela ordem ao Deputado Inocêncio Oliveira.

O SR. INOCÊNCIO OLIVEIRA (Bloco/PR-PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, em face da grande obstrução do PT, nós propomos a suspensão da sessão, com esse mesmo quórum até as 15 horas, para que possamos recomeçar com 232 Deputados no plenário e fazer a segunda sessão extraordinária.

Eu acho que é uma ideia interessante porque vem ao encontro do que a Casa quer, ou seja, votar matérias mais importantes. Então, suspendendo agora a sessão, ficariam 233 registros no painel eletrônico, e nós iríamos, então, almoçar e voltar para votar essas matérias.

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) – O.k. Decido já.

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) – Com a palavra a Deputada Gorete Pereira.

A SRA. GORETE PEREIRA (Bloco/PR-CE. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, estou vindo à tribuna porque a Vereadora Gilvaneide, do Município de Santana do Cariri, no Ceará, fez uma denúncia. O Prefeito comprou uma tonelada de colorau, aquela pigmentação que se bota na merenda escolar.

E essa Vereadora, porque denunciou, foi agredida por um Vereador chamado João Cabral e agredida pela irmã da Prefeita. É um Município que não tem segurança pública, não tem uma viatura, está tudo ao léu!

Então, está um verdadeiro caos. Um Prefeito comprar uma tonelada de colorau com dinheiro público federal para ser colocado em 18 pequenas escolas no Município de Santana do Cariri é um verdadeiro absurdo!

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELA ORADORA:

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, diante do verdadeiro escândalo que se tornou a compra de alimentos para merenda escolar em Santana do Cariri, Município do sul do Ceará, sinto-me no dever de vir a esta tribuna para expor a gravidade da situação e defender a Vereadora Gilvaneide Sisnando, minha correligionária, que tem sofrido toda sorte de agressões, físicas, verbais, morais, tudo em função de denunciar as supostas irregularidades na aquisição dos alimentos.

Munida de documentos e testemunhos de agricultores que sustentam a denúncia, e principalmente exercendo seu papel de fiscalizar os atos do Poder Executivo local, a Vereadora Gilvaneide se viu cerceada de seus direitos como mulher, cidadã e Parlamentar.

É inconcebível que 18 escolas e creches consumam mais de 1 tonelada de colorau, corante natural fabricado a partir da semente de urucum, sem nenhum valor nutritivo para o organismo, sendo que no ano anterior, o Município utilizou apenas 35 kg.

Para adquirir o colorau, a Prefeitura de Santana do Cariri optou pela compra direta, na qual o gestor dispõe de até 30% dos recursos do Governo Federal destinados à aquisição de itens de produtores locais para a merenda escolar. A modalidade dispensa a licitação a fim de incrementar a agricultura familiar. Mas a quantidade exorbitante causou estranheza porque a região do Cariri não produz o urucum.

Sr. Presidente, ao denunciar essa aberração, a Vereadora Gilvaneide Sisnando despertou a ira dos apoiadores da Prefeita Danieli de Abreu Machado. A Vereadora está sendo vítima de constantes agressões físicas, psicológicas e verbais.

Inconformado com o vergonhoso episódio, o Vereador João Cabral, um violador da Lei Maria da Penha e sem qualquer respeito aos princípios basilares da democracia, agrediu a Vereadora Gilvaneide, utilizando-se das mais diversas formas de violência.

Integrante da CPI da Violência contra a Mulher, procuradora da mulher na Câmara dos Deputados, Presidente do PR Mulher Nacional, enfim, uma lutadora pelo fim de todas as formas de violência contra a mulher,

solidarizo-me com a Vereadora Gilvaneide Sisnando. Repudio o comportamento do Vereador João Cabral e vou cobrar dos órgãos competentes, em todas as instâncias, a devida apuração e punição para o caso.

Como se não bastasse, a Vereadora Gilvaneide Sisnando em visita ao Sítio Guritiba, para ouvir agricultores envolvidos na compra direta, foi vítima de agressão física e verbal pela suplente de Vereadora, Ana de Abreu Machado, irmã da atual Prefeita.

Sr. Presidente, de imediato, estou enviando ofício ao Secretário de Segurança Pública e Defesa Social do Ceará, Dr. Servilho Silva de Paiva, solicitando providências para o caso.

Santana do Cariri está abandonada no que se refere à segurança pública. A cidade não dispõe de nenhuma viatura policial. Além disso, vou acionar o Governo Federal tendo em vista que o caso envolve verba da União.

Vale destacar que a história de violência política no Município assusta lideranças como o ex-Deputado Federal Iranildo Pereira, o irmão do ex-Deputado e marido da Vereadora Gilvaneide, Zé Pereira, ambos meus amigos e aos quais manifesto meu total apoio nesse momento.

Vou finalizar com o entendimento de que combater a corrupção é dever de todos os cidadãos. Parabenizo a guerreira Vereadora Gilvaneide Sisnando pelo ato de coragem e bravura em defesa da coletividade, ressaltando que ela não está sozinha. Da Câmara Federal, estarei vigilante e empenhada na elucidação dos fatos e na punição dos responsáveis. Conte comigo nesta luta.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Deputado Raimundo Gomes de Matos.

O SR. RAIMUNDO GOMES DE MATOS (PSDB-CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, nós queremos registrar, para a divulgação pelos órgãos de imprensa desta Casa, a apresentação de dois requerimentos de informação, ao Ministério do Meio Ambiente e ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, em relação à APA de Jericoacoara.

Houve reuniões em Jericoacoara, no Município de Jijoca de Jericoacoara, no Estado do Ceará, que muitos Parlamentares conhecem, e foi feito um estudo sobre a possibilidade de se fazer uma parceria público-privada. É claro que nós somos também favoráveis a PPP. Entretanto, construir prédios, hotéis e lanchonetes em APAs é totalmente irregular.

Nós passamos vários anos aqui debatendo o Código Ambiental, e o Ministro da Integração Nacional, a Ministra do Meio Ambiente e a Ministra do Planejamento mandam técnicos para lá, para uma reunião com a comunidade, da qual a população e o Prefeito não tomaram conhecimento. Tanto é que o Deputado João Jaime, na Assembleia Legislativa, já apresentou requerimento para realizar audiências públicas, assim como esses dois requerimentos que estou apresentando à Ministra do Meio Ambiente e à Ministra do Planejamento, para que deem esclarecimentos em relação a esses procedimentos.

Também na APA de Ubajara está prevista a participação da iniciativa privada. Fechado esse pacto, aquele parque nacional se tornará propriedade da iniciativa privada.

Então, nós solicitamos a divulgação deste nosso pronunciamento pelos órgãos de imprensa desta Casa e solicitamos a todos os ambientalistas que façam mobilizações no sentido de evitar essa invasão – pode-se dizer assim – do Governo Federal, mediante essas ações lá em Jericoacoara, em Ubajara, em Sete Cidades e em outros Municípios onde o Ministério do Planejamento está fazendo essas ações. Contrataram uma empresa de Portugal para fazer esse levantamento porque nós não temos condições de contratar empresas nacionais. A Idom, de Portugal, está fazendo esse levantamento.

O PT está abertamente contra a transparência, o PT está abertamente contra investigarmos os desmandos na Petrobras. Nós observamos a ausência do partido, que está traindo os trabalhadores – justamente o Partido dos Trabalhadores –, não permitindo a transparência. Cadê o líder do PT? Cadê a bancada do PT neste plenário? É vergonhoso não termos aqui a presença dos Parlamentares, que obstruem a prerrogativa da Câmara dos Deputados, a prerrogativa dos Parlamentares de fazer investigação, de fazer análises, principalmente sobre esse problema relativo à Petrobras.

Creio que V.Exa. deverá, Sr. Presidente, a pedido do Deputado Inocêncio Oliveira, dando oportunidade aos Parlamentares de se manifestarem, encerrar esta sessão e abrir a sessão ordinária, praticamente sem pauta oficial nesta tarde de hoje.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) – Nós temos na Casa 348 Srs. Deputados. No painel, agora, apenas 235 registros.

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) – Deputado Onofre Santo Agostini com a palavra.

O SR. ONOFRE SANTO AGOSTINI (PSD-SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, a Câmara Municipal de Xanxerê envia o seguinte expediente a este Deputado e a outros.

"Após muito empenho, solicitações e visitas às autoridades de Brasília junto aos Ministérios do Transporte, do Planejamento; Superintendente do DNIT, Ministério Público Federal, Senadores, Deputados Estaduais e Federais, buscando a retomada das obras da duplicação da BR-282, trecho Xanxerê, percebemos que a inclusão no PAC dos recursos necessários para a conclusão da obra já citada só se dará com muita pressão (...)."

Por isso, neste dia 28, a sociedade de Xanxerê vai fechar a BR-282 a partir das 7 horas da manhã.

Daqui, queremos cumprimentar o Presidente da Câmara de Vereadores, João Paulo Menegatti, e dizer que nós, Deputados catarinenses, temos nos empenhado, Deputado Mauro, para que essa duplicação da BR-282 ocorra. Mas, infelizmente, não temos recursos.

Aquele trecho de Xanxerê, principalmente, está em péssimas condições. Naquela região estão as grandes produções agrícolas, as agroindústrias que não conseguem transportar, devido à dificuldade da estrada.

Queremos fazer este registro e dizer que não podemos estar presentes, mas estamos torcendo não só pela Câmara de Vereadores de Xanxerê, mas por toda a sociedade de Xanxerê por essa feliz ideia de fechar a BR-282, a fim de chamar a atenção das autoridades, principalmente no setor de transporte.

Então, o Ministro dos Transportes que tome providência urgente para duplicação da BR-282.

O SR. COLBERT MARTINS – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) – Pois não, Deputado.

O SR. COLBERT MARTINS (PMDB-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, nós convidamos mais uma vez os Deputados e as Deputadas do PMDB a virem ao plenário. Temos neste momento 236 presenças. Se suspendermos esta sessão agora para abrir outra, aí, sim, as dificuldades serão muito maiores. Faltam apenas 20 presenças para podermos começar a Ordem do Dia.

Portanto, insistimos: Deputados e Deputados que estão em seus gabinetes, venham a plenário. Temos na pauta matérias muito importantes para votar na tarde de hoje.

Obrigado a V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) – Deputado Mauro Benevides, com a palavra.

O SR. MAURO BENEVIDES (PMDB-CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, a imprensa divulgou, com destaque, que a arrecadação federal, no mês de janeiro último, alcançou a cifra de 123 bilhões de reais, superando em 0,9% a de período do ano anterior, o que mostra a eficiência da máquina estatal, fato que mereceu realce na mídia, comprovando o esforço despendido para equilibrar as nossa finanças.

Na simultaneidade desta auspiciosa constatação, os Parlamentares ontem comentaram os cortes orçamentários implacavelmente registrados, inclusive no que tange às emendas, alcançando pequenas dotações destinadas às comunas brasileiras, em plena fase do chamado orçamento impositivo, sugerido por V.Exa., que neste momento se mantém à testa dos destinos desta Casa.

Sr. Presidente, essa constatação mostra a absoluta injustiça que se pratica com pequenas cidades do interior do País, que foram beneficiadas com dotações razoáveis que lhes permitirão realizar empreendimentos voltados inteiramente para o interesse coletivo.

É o meu pronunciamento, Sr. Presidente.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR:

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a imprensa divulgou hoje, com destaque, que a arrecadação federal, no mês de janeiro último, alcançou a cifra de 123 bilhões de reais, superando em 0,9% a de período do ano anterior, o que mostra a eficiência da máquina estatal, fato que mereceu realce na mídia, comprovando o esforço despendido para equilibrar as nossa finanças.

Na simultaneidade desta auspiciosa constatação, os Parlamentares ontem comentaram os cortes orçamentários implacavelmente registrados, inclusive no que tange às emendas, alcançando pequenas dotações destinadas às comunas brasileiras, em plena fase do chamado orçamento impositivo, sugerido pelo próprio Presidente da Casa, Henrique Eduardo Alves e respeitado pela própria Comissão de Orçamento, após exaustivo debate, com a participação do Executivo, através da Ministra das Relações Institucionais, Ideli Salvatti.

Aliás, setores da Receita atribuem o recorde de arrecadação ao pagamento da primeira cota – ou cota única – alusiva ao último trimestre de 2013 do Imposto de Renda Pessoa Jurídica e da Contribuição Social sobre Lucro Líquido.

Além disso, menciona-se, igualmente, que houve valores antecipados pelas empresas relativos ao ajuste anual do IRPF e CSLL, referentes ao lucro obtido em todo o ano passado.

Aguarda-se, agora, o anúncio, amanhã, do Produto Interno Bruto, que deverá permanecer em torno de 2%, o que é, aliás, considerado aquém das expectativas do Governo, alvitradas em pelo menos 2,3%, de conformidade com declarações anteriores do Ministro Guido Mantega.

Retornando, hoje, ao nosso País, após o encontro, em Bruxelas, promovido pela União Europeia, a Presidente Dilma Rousseff deter-se-á sobre esses números, já que é de seu dever acompanhar, atentamente, as evoluções de tudo quanto se arrecada para os cofres da União.

Enquanto isso, o COPOM dará a conhecer, à tarde, a nova taxa SELIC, estimando-se que ocorra novo aumento de 0,25%, numa elevação justificada como necessária para conter o aumento da inflação.

O SR. ONOFRE SANTO AGOSTINI (PSD-SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, solicito a V.Exa., por gentileza, determinar a publicação nos Anais da Casa, principalmente na *Voz do Brasil*, deste meu relato para chamar a atenção das autoridades.

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) – Atendo a V.Exa.

O SR. ONOFRE SANTO AGOSTINI – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) – Com a palavra o Deputado Fábio Trad.

O SR. FÁBIO TRAD (PMDB-MS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, não tenho receio de ser enfadonho, repetitivo, mas eu me sinto na obrigação de reforçar a reiteração do apelo a V.Exa. no sentido de liderar, com a autoridade moral que tem perante este Parlamento, a cruzada de fazer o Brasil merecedor de um novo Código de Processo Civil.

Nas palavras de V.Exa., trata-se da principal proposição legislativa desta Legislatura. Por isso, Sr. Presidente, sendo ela a principal, sendo ela a mais importante, sendo ela aquela que não afeta a questão fiscal do Governo Federal, sendo ela aquela que não polariza de forma polêmica opiniões no plenário, por que não fazer um mutirão para votarmos os últimos destaques e darmos, na linha da pauta positiva que V.Exa. tão bem protagoniza nesta Casa, ao Brasil um novo Código de Processo Civil?

É o apelo que o Presidente da Comissão de Reforma do Código de Processo Civil, indicado por V.Exa. quando Líder do PMDB, faz a esta Casa na pessoa desse grande Presidente do Parlamento brasileiro, da Câmara dos Deputados, o Deputado Henrique Eduardo Alves.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) – Já estamos chamando para terça-feira, logo depois do carnaval, pauta prioritária do CPC, porque diante do baixo quórum de hoje está difícil.

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) – Faço um apelo aos Srs. Parlamentares que têm ligações com lideranças militares em Brasília, porque nos chega a informação de que 2 mil policiais militares estão vindo à Esplanada, vão ficar diante do Congresso Nacional, e talvez haja tentativa de entrar na Câmara para manifestação no Salão Verde. Como isso não é permitido, por razões óbvias, faço um apelo aos Parlamentares que podem interceder para acalmar os ânimos, a fim de que esta Casa possa cumprir também o seu dever.

Deixo essa advertência aos Srs. Parlamentares para que possam nessa hora, junto aos colegas e outros ligados a esses segmentos, evitar esse constrangimento, que poderá de forma grave acontecer.

O SR. MIRO TEIXEIRA – É a PM do DF?

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) – Do DF, 2 mil policiais.

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) – Concedo a palavra ao Deputado Silas Câmara.

O SR. SILAS CÂMARA (PSD-AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero, novamente usando a tribuna desta Casa, fazer um registro importante. Agradeço a V.Exa., Presidente Henrique, a gentileza que teve em atender ontem a bancada federal do Amazonas.

Em conversa com V.Exa., ficou estabelecido o dia 18 como data para a votação da emenda constitucional que trata da prorrogação da Zona Franca de Manaus por mais 50 anos. Compromisso esse feito com o nosso Estado, com o nosso povo pela Presidenta Dilma e muito bem conduzido por V.Exa., que entendeu que Deputados Federais que compõem esta Casa têm obviamente a prerrogativa de solicitar, e V.Exa. atender, o pedido da bancada federal.

Portanto, muito obrigado! O Amazonas fica feliz de poder contar com essa designação de data e com o empenho de V.Exa. pela aprovação dessa emenda constitucional.

Solicito a V.Exa. que meu pronunciamento seja publicado no programa *A Voz do Brasil*.

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) – Pois não.

E, dia 18, com certeza, estaremos votando a matéria.

O SR. MIRO TEIXEIRA – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem relevante sobre o que V.Exa. comunicou, porque está havendo uma marcha que pretende ocupar o Congresso.

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) – Tem V.Exa. a palavra.

O SR. MIRO TEIXEIRA (Bloco/PROS-RJ. Questão de ordem. Sem revisão do orador.) – A questão é a seguinte: a título de que está havendo essa marcha e qual seria a razão da ocupação?

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) – Uma pauta de reivindicações. Eu soube que a Deputada Erika Kokay é quem está comandando essa manifestação, até o momento pacífica e ordeira. Mas é bom termos cuidados para que isso não se exceda.

O SR. MIRO TEIXEIRA – Eu quero sugerir algo a V.Exa. Parece que a Deputada Erika Kokay, pelo que eu ouvi, é que fez o contato com a Presidência? Poderia repetir, por favor?

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) – Não, não.

Eu soube que ela está liderando essa movimentação e vindo com eles. Tudo bem, vamos tentar um contato.

O SR. MIRO TEIXEIRA – Então, ótimo! Vamos comemorar isso.

Eu sugiro, por acontecimentos já vividos, que se entre em contato com a Deputada para ver se ela organiza uma comissão...

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) – Exatamente.

O SR. MIRO TEIXEIRA – ...e essa comissão tenha acesso ao gabinete de V.Exa....

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) – Isso. Exatamente, Deputado.

O SR. MIRO TEIXEIRA – ...com ela, para apresentar a pauta. V.Exa. pode até convidar Líderes partidários…

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) – Isso.

O SR. MIRO TEIXEIRA – ...também, para estarem presentes. Aí os manifestantes se manifestam, a democracia se fortalece...

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) – Esta Casa também.

O SR. MIRO TEIXEIRA – E o Parlamento...

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) – Isso.

O SR. MIRO TEIXEIRA – E o Parlamento os recebe de maneira civilizada.

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) – Mais uma vez estamos trocando pensamentos, Deputado Miro.

O SR. MIRO TEIXEIRA – Não, Deputado Henrique, não é bem assim. É que eu captei os seus, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) – Eu fiz chegar à Deputada exatamente isto: que nós estaríamos à disposição para receber uma comissão, uma delegação dos senhores policiais militares, para discutir uma pauta. Mas o que não pode acontecer são excessos que venham afetar a ordem desta Casa, que tem que ser exemplar em sua conduta.

O SR. MIRO TEIXEIRA – Mas eu acho que assim fica todo mundo bem.

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) – Espero, não é?

(O Sr. Presidente faz soarem as campainhas.)

O SR. MIRO TEIXEIRA – Até porque, se eles recusarem, eles terão...

Essas campainhas e esse negócio de cortar microfone lembram muito hipódromo, quando toca a campainha do hipódromo para levantar a faixa do chamado *starting gate*. Isso é a depreciação do Parlamento, mas tudo bem.

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) – Deputado Miro, faltam 17 Parlamentares para o quórum.

O SR. MIRO TEIXEIRA – Aí V.Exa. terá estendido aqui a mão para cumprimentar esses manifestantes. Se eles se recusarem, será outra discussão, partiremos para outra discussão.

O SR. COLBERT MARTINS (PMDB-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, V.Exa. conta com o nosso apoio. Está defendendo o Poder Legislativo de forma democrática, que é como V.Exa. sabe ser. Então, entenda que nós o estamos apoiando nas suas ações.

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) – Não há nenhuma revelação de intenção. Estou só me prevenindo e esperando que...

O SR. COLBERT MARTINS – Prudência. A prudência de V.Exa. é elogiável.

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) – Faltam 17 Parlamentares para alcançarmos o quórum. Vamos prosseguir até 14 horas na tentativa de alcançar o quórum.

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) – Concedo a palavra ao Deputado João Caldas.

O SR. JOÃO CALDAS (SDD-AL. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, já houve pronunciamento nesta Casa hoje a esse respeito, e todos nós sabemos como andam os índices de violência no Estado de Alagoas.

Eu queria chamar a atenção das bancadas do PT, do PSDB e do PMDB, porque a Assembleia Legislativa de Alagoas é uma verdadeira omissão. Nós temos mais de 15 mil assassinatos em Alagoas. Hoje ocorreu mais um crime bárbaro. Toda semana é assassinado um empresário, um comerciante, uma dona de casa, um profissional liberal, um estudante. Está uma verdadeira barbárie, ninguém aguenta mais!

O Brasil Mais Seguro está lá, são vários helicópteros sobrevoando o Estado. Há uma Assembleia corrupta, uma Assembleia que está assaltando Alagoas. Nenhuma providência foi tomada ainda pelas autoridades. Não sai CPI. Não há fiscalização no Governo. Há um silêncio sepulcral. Pessoas estão morrendo no meio da rua. Não há comando.

A sociedade não tem mais a quem apelar. Fizemos apelo ao Ministro da Justiça e à Presidente Dilma para fazer uma intervenção federal em Alagoas. É preciso uma intervenção federal em Alagoas. A Presidente Dilma precisa saber disso. O Ministro da Justiça não adianta. O Governo perdeu o comando, o Governo não tem mais força. Hoje foi vaiado o Secretário de Segurança, que foi lá ver *in loco* o crime de um jovem empresário dono do Maikai, de uma das maiores casas de festa de Alagoas, conhecido por todos nós, por toda a juventude, por todos os donos de bares, restaurantes e similares. Há uma revolta a cada instante, a cada dia em Alagoas.

É preciso que morra alguma autoridade, é preciso que morra alguém para que o Governo Federal tome providências. Sr. Presidente Henrique Alves, nós estamos pedindo mais uma vez intervenção federal no aparelho policial de Alagoas. Perdeu-se o comando. Não existe Assembleia Legislativa, o Governo perdeu as forças, perdeu o time. O Governo agora está acabando. O Governo está se desmilinguindo. O Governador perdeu a capacidade de negociar, de dizer à opinião pública que está tomando conta do Estado.

Convoco, inclusive, toda a bancada federal. Nós temos o Presidente do Senado da República alagoano, o Senador Renan Calheiros, que precisa tomar providência. Toda a bancada federal de Alagoas, o Senador Fernando Collor, o Senador Benedito de Lira precisam tomar providências. É muito fácil ficar aqui falando, discursando e não tomar nenhuma providência. A bancada precisa pedir ao Governo Federal intervenção, que será uma premissa urgente. Agora, é preciso que essa bancada se reúna.

Eu estou aqui provocando a bancada, o Presidente do Congresso Nacional, Senador Renan Calheiros, o Senador Fernando Collor, o Senador Benedito de Lira, todos os membros da bancada de Alagoas para tomarem uma providência, porque não é possível que se assista de camarote, passivamente, a essa barbárie que está acontecendo em Alagoas. Todos os dias se trucidam cidadãos nas vias públicas, na sua casa, no seu lar, no seu lugar de trabalho. E nenhuma providência é tomada.

Repito e reitero o pedido de intervenção no aparelho policial, em Alagoas, e que a bancada tome uma providência, para deixar de demagogia. Ficam falando e não tomam nenhuma providência. Tudo sem providência é demagogia, é crime de omissão e de prevaricação.

Sr. Presidente, para concluir, as famílias enlutadas de Alagoas, a sociedade, as viúvas, os órfãos, os viúvos não aguentam mais ver tanto sangue, tanta violência em Alagoas.

Reitero o pedido para que a bancada se pronuncie e tome uma providência. Que a bancada vá ao Ministro da Justiça, vá à Presidente Dilma e tome uma providência.

O resto é falácia. O resto é responsabilizar só uma pessoa. O Governador e o Secretário de Segurança é que são responsáveis diretos por isso, porque estão lá para fazer o serviço policial.

Mas nós precisamos tomar uma posição política, Sr. Presidente. E essa posição cabe a nós, Parlamentares, à bancada, neste instante, tomar uma providência enérgica, uma providência que tenha efeitos efetivamente conclusivos, que tenha uma ação enérgica, porque a sociedade não aguenta mais!

Está na hora de a sociedade alagoana parar: parar aeroportos, parar estradas, fazer uma greve geral. Está na hora de Alagoas ir para a rua, parar Alagoas. Parar! Todos os cidadãos alagoanos pararem Alagoas, de uma forma inteligente, ordeira e pacífica, parar, para mostrar ao Brasil que não aguentamos mais ver nossos irmãos, nossos filhos, nossos amigos tombarem no meio da rua a cada instante, assassinados banalmente, crimes fúteis. É um absurdo. Não tem como colocar, não tem como se falar mais. Precisamos de uma providência. E esta bancada tem que estar responsável e corresponsável por essa providência, Sr. Presidente. É lamentável.

Concluo, Sr. Presidente. Neste momento em que todos nós nos preparamos para o momento momesco, todos nós nos preparamos para o carnaval, para uma festa do Brasil, Alagoas chora. Alagoas chora a cada dia, a cada instante a morte de seus filhos por assassinato. São mais de 15 mil assassinatos. Não é possível! O número é maior do que em muitas guerras, é maior do que na guerra do Kuwait, é mais do que está se matando na Síria, e não há providência.

Pedimos urgentemente uma providência! Que o povo de Alagoas se mobilize para dar um basta nisso e que a bancada que tem o Presidente do Congresso Nacional, que tem três Senadores e a bancada dos Deputados, vá ao Ministro da Justiça e à Presidência da República pedir intervenção federal em Alagoas.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) – Só para informar à Casa que são 600 policiais militares. Já mantivemos contato e eles estão organizando uma comissão com três Deputados Distritais. Vamos atendê-los na Presidência daqui a pouco.

O SR. MIRO TEIXEIRA – Eles aceitaram organizar a comissão?

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) – Sim.

O SR. MIRO TEIXEIRA – Ótimo. Já organizaram a comissão inclusive, normal, democrática, respeitosa, com entendimento.

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) – Com a palavra o Deputado Edinho Bez.

O SR. EDINHO BEZ (PMDB-SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, meus colegas Parlamentares, quero registrar um dos trabalhos que a Comissão de Fiscalização Financeira e Controle fez, em especial a partir de 12 de junho de 2013, quando constituímos na Comissão um Grupo de Trabalho para tratar da discussão sobre telefonia fixa e celular. Visitamos o Paraná, São Paulo, Rio de Janeiro, e foi muito proveitoso. Só que, comprovadamente, as operadoras não têm a menor condição de continuar vendendo novos telefones celulares. Precisamos dar um basta nisso para que melhore a capacidade técnica dos serviços prestados.

Mas quero aqui enaltecer também a Anatel, porque dois itens que solicitamos foram cumpridos, como diminuir o custo telefônico. Houve iniciativa da EMBRATEL junto às operadoras, e o consumidor que tem o telefone poderá reclamar e cancelar os serviços contratados.

Gostaria de continuar, Sr. Presidente, dizendo que a Comissão fez um trabalho exemplar nesse sentido sobre telefonia fixa e sobre telefone móvel, que é o nosso conhecidíssimo telefone celular. Tenho dito que o telefone celular no Brasil, em alguns momentos, fala quando ele quer e não quando a gente quer, porque você não sabe.

Agora, na temporada, no meu Estado de Santa Catarina, que recebe turistas do mundo inteiro, aumentando o número de aparelhos celulares, nós temos dificuldade de falar, porque foram vendidos aparelhos além da capacidade técnica.

Eu espero que a Anatel, que tomou a iniciativa de baixar o custo do telefone fixo e do celular no Brasil e de autorizar o proprietário a cancelar, também tome a iniciativa de proibir a venda de novos números de aparelhos celulares, em respeito aos 270 milhões de brasileiros que adquiriram aparelho celular no Brasil. Não funcionam!

Sei da dificuldade de instalar novas antenas, mas, enquanto não resolvermos esse problema, sugiro que suspendam as novas linhas. Já falamos em nome da Comissão e esperamos que a Anatel tome essa providência.

Era isso, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. COSTA FERREIRA – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) – Pois não.

O SR. COSTA FERREIRA (PSC-MA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, em sessão realizada semana passada, no dia 12, o Tribunal de Constas da União autorizou o Governo a iniciar o processo de concessão do primeiro trecho da Ferrovia da Soja entre Campinorte, Goiás, e Lucas do Rio Verde, Mato Grosso do Sul.

Esse é um passo importante no desdobramento do processo de concessões que, segundo os planos do Governo Federal, precisa ser realizado para fomentar a expansão sincronizada da malha ferroviária, a produtividade e a competitividade do setor.

Sem dúvida, a decisão do TCU é um sinal positivo para solucionar as divergências impeditivas entre os grandes do setor, principalmente a Associação Brasileira da Indústria Ferroviária – ABIFER e a Associação Nacional dos Transportadores Ferroviários – ANTF, quanto à execução do plano de concessão.

O sistema ferroviário nacional ainda é acanhado e se expandiu, formando sistemas isolados sem fundamento calcado em logística de mercado, sem ramificações interligando mercados.

O novo pacote de recursos do Governo Federal para o setor vem como um alento que fortalece a composição público-privada, na qual o Governo Federal pretende investir 91 bilhões de reais para a construção de mais 10 mil quilômetros de ferrovias, dando ênfase às rotas produtoras, principalmente do Centro-Oeste. Os recursos devem ser aplicados num período de 25 anos, um investimento que certamente fortalecerá a economia como um todo.

Sr. Presidente, atualmente o Brasil possui 28.366 quilômetros de ferrovias, dos quais 5.500 quilômetros são subutilizados, mas precisaria, segundo a Associação Nacional dos Transportes Ferroviários, de pelo menos 52 mil quilômetros para atender à demanda e comportar a perspectiva de crescimento econômico do País.

O transporte ferroviário, a longo prazo, compensa satisfatoriamente o custo alto de sua implantação, a começar pela disparidade potencial de transporte. Enquanto uma carreta transporta pouco mais de 25 toneladas, um trem pode chegar a 3 mil toneladas, com um custo 20% menor que o do caminhão.

Quanto maior a distância, maior a compensação, situação adequada em um país de dimensões continentais. Ainda hoje é mantida a predominância do transporte terrestre, algo em torno de 62%. O transporte ferroviário ocupa apenas 23%, com grande prejuízo à nossa economia.

Os 15 anos de ferrovias sob a administração provada, que investiu mais de 30 bilhões de reais no sistema, trouxe grandes melhorias em todos os setores ferroviários. Com os investimentos, tudo pode melhorar. A indústria do setor ferroviário também se beneficiará expandindo seu parque e gerando mais empregos diretos e indiretos. As rodovias podem aumentar sua sobrevida com a redução do trânsito pesado.

Um projeto dessa natureza e envergadura não pode omitir as regiões Norte e Nordeste, nem se concentrar em Estados que desenvolveram determinados setores. Precisa ter a visão de explorar os potenciais. A chegada da rodovia certamente promoverá o desenvolvimento de diversos setores que se espalham em cadeia.

Portanto, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a Presidente Dilma tem a nossa concordância e respeito pela ousadia de incrementar o sistema rodoviário, sempre deixado em plano secundário. É um sonho ver o Brasil entrecortado de rodovias e o Custo Brasil reduzido a níveis aceitáveis.

A expansão ferroviária requer planejamento minucioso e precisa seguir à risca o estabelecido, um planejamento que, por ultrapassar os limites de uma legislatura, evoca compromisso envolvendo um pacto político de grande envergadura, subordinando todos aos ideais do projeto.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) – Diante da falta de quórum, até porque, mesmo que o alcançássemos, nós sabemos, haveria obstrução – portanto, impossível vencer hoje esta batalha –, vamos encerrar esta sessão, convocando uma ordinária, com pauta normal de trabalho.

O SR. MIRO TEIXEIRA (Bloco/PROS-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, antes de V.Exa. anunciar a pauta, por favor, eu acho necessário que haja outro painel, por uma razão política.

Nós estamos com 46. Reabrindo agora com o mesmo painel, daqui a pouco alcançamos o quórum com a desmobilização dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) – É verdade. Tem razão V.Exa.

O SR. MIRO TEIXEIRA – Fica mal aquele Deputado que quiser trabalhar, que tiver coisas para fazer...

Então, eu peço um novo painel, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) – Certo.

O SR. MIRO TEIXEIRA – Se V.Exa. concordar, se V.Exa. achar melhor.

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) – Até porque haverá Comissões à tarde, se todos concordarem, nós faríamos à tarde apenas uma pauta não-deliberativa para o pronunciamento dos Srs. Parlamentares no Grande Expediente.

O SR. MIRO TEIXEIRA – Eu concordo. A realidade é superior ao conhecimento. A realidade é essa.

Um novo painel, por favor.

O SR. EDUARDO CUNHA – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) – Com a palavra o Deputado Eduardo Cunha.

O SR. EDUARDO CUNHA (PMDB-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Em primeiro lugar, obviamente, eu havia alertado ontem que não haveria quórum hoje. Já era sabido que estamos numa semana de carnaval e que, efetivamente, devido à dificuldade de voos, muitos Parlamentares se ausentaram após a marcação de presença nas Comissões. Não há nenhuma novidade nisso.

Acho correto V.Exa. fazer a sessão de debates à tarde, até porque, senão, iríamos querer que continuasse a mesma pauta, o que levaria ao mesmo tipo de processo, e nós não gostaríamos.

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) – Exatamente.

O SR. EDUARDO CUNHA – Mas o que nós queremos colocar para V.Exa. é que a vida não acaba hoje, a vida continua. Então, nós queremos dizer a V.Exa. que, na sessão ordinária, de 11 de março em diante, o PMDB não votará nenhuma matéria sem que esse requerimento seja apreciado previamente. Então, que V.Exa. cumpra o compromisso e mantenha na pauta, como primeiro item da pauta, o requerimento. Nós vamos votar tudo, Marco Civil da Internet, tudo o que precisar votar. Mas, preliminarmente, nós vamos apreciar esse requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) – Já tínhamos pautado.

O SR. MIRO TEIXEIRA (Bloco/PROS-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, é sobre essa Ordem do Dia e sobre o funcionamento do Congresso Nacional na semana que vem. V.Exa. hoje já está dizendo que à tarde teremos, e eu concordo, uma sessão de debates, o que nos leva a uma provável sessão de debates amanhã. Se hoje à tarde temos...

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) – Amanhã também. Nós temos painel pela manhã e sessão de debates.

O SR. MIRO TEIXEIRA – Painel pela manhã e sessão de debates. Muito bem.

Eu penso que V.Exa. poderia nos esclarecer como se resolverá a questão da quinta-feira que sucede a quarta-feira de cinzas. Notoriamente, não haverá quórum. Essa é uma decisão política. Se o Parlamento será

submetido... E eu sou uma pessoa presente aqui. Pode buscar as imagens de arquivo que eu estou aqui nesse tipo de oportunidade, até porque eu sei que as pautas se voltam muito para esses dias.

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) – Deputado Miro, na quarta-feira de cinzas, não teremos sessão na Casa, mas acertamos com o Senado Federal que, tanto eles lá quanto nós aqui, faremos, na quinta e na sexta, sessão de debates na Casa – tanto o Plenário do Senado quanto o Plenário da Câmara. Na quarta-feira não haverá sessão na Casa.

O SR. MIRO TEIXEIRA – Eu não estava falando da quarta-feira, não. É que a Câmara dos Deputados tem uma certa síndrome. A Câmara dos Deputados é autofágica. Eu estarei aqui na quinta-feira, mas V.Exa. vai ver as fotos que sairão deste plenário.

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) – É, mas foi uma decisão conjunta da Câmara e do Senado de que deveria ser assim. Na quinta e na sexta após o carnaval, teremos sessão não deliberativa, mas de debates, para os Parlamentares que aqui quiserem comparecer.

O SR. MIRO TEIXEIRA – É que a próxima renovação do Senado é de um terço.

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) – Eu quero dizer ao Deputado Eduardo Cunha que já havíamos determinado, na preparação da pauta com os Srs. Líderes, que na terça-feira, dia 11, antes das urgências constitucionais, o primeiro item da pauta fosse o requerimento que não conseguimos votar hoje, mais uma vez.

O SR. EDUARDO CUNHA – Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) – Antes da pauta das urgências constitucionais. Nossa intenção, se os Líderes concordarem, é deixarmos a terça e a quarta para encerrarmos todas as urgências constitucionais.

O SR. EDUARDO CUNHA (PMDB-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – O PMDB concorda plenamente. Só continuaremos a apreciar as urgências, se vencida a apreciação do requerimento. Qualquer retirada de pauta do requerimento vai implicar, por parte do PMDB, na obstrução.

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) – Primeiro item da pauta.

O SR. MIRO TEIXEIRA (Bloco/PROS-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – E o projeto do Código de Processo Civil.

O SR. RAIMUNDO GOMES DE MATOS – Sr. Presidente, o PSDB...

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) – À noite, na extraordinária, o CPC.

O SR. MIRO TEIXEIRA – Como, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) – À noite, extraordinária, o CPC.

O SR. MIRO TEIXEIRA – Na terça feira?

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) – Na terça-feira.

O SR. MIRO TEIXEIRA – Obrigado.

O SR. AFONSO FLORENCE (PT-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, registro que o PT concorda com o encerramento desta sessão e com a abertura de novo painel para sessão de debates em seguida.

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) – Quero registrar mais uma vez que, desde ontem até hoje, cumprimos rigorosamente o Regimento e o acertado, na reunião de ontem, com todos os Líderes da base.

Não houve nenhuma inovação, nenhuma alteração nem manobra de espécie alguma. Do jeito que às vezes uma obstrução interessa a um pedaço do Plenário, há outras que interessam outro pedaço, e nós temos que respeitar as estratégias de um e de outro.

Portanto, cumprimos rigorosamente o acertado com os Srs. Líderes.

O SR. RAIMUNDO GOMES DE MATOS (PSDB-CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o PSDB concorda plenamente com o encaminhamento anunciado por V.Exa., desde que na próxima sessão deliberativa possamos votar esse requerimento. É claro que as sessões de debates continuam, inclusive após o carnaval.

Então, o posicionamento do PSDB é favorável ao encaminhamento de V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) – Certo. Volto a afirmar que o primeiro item da pauta do dia 11 – antes, portanto, das urgências constitucionais que tentaremos resolver – é o requerimento que, não tendo sido votado ontem nem hoje, terá precedência.

O SR. ANTONIO BRITO (PTB-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, vai ser mantido esse painel na próxima sessão?

O SR. MIRO TEIXEIRA (Bloco/PROS-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Eu fiz a objeção quanto ao painel. Porém, já que V.Exa. diz que será uma sessão de debates, talvez possamos até ficar sem painel.

Se for para manter, eu peço um novo painel. As coisas têm que ser feitas às claras. A Câmara dos Deputados tem que recuperar o tempo em que as coisas eram feitas muito às claras. É uma sessão de debate, como o é, muitas vezes, na segunda-feira, sem painel. Eu peço um novo painel.

O SR. EDUARDO CUNHA (PMDB-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Eu vou me permitir discordar do Deputado Miro Teixeira. Por uma razão muito simples, aqueles que fizeram obstrução vão ficar com falta na sessão. Deixe-os com a falta, porque nós estamos aqui presentes para votar. Então, o PMDB quer zerar o painel.

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) – Eu faria um apelo aos Srs. Líderes para que seja mantido o painel, para fazermos o debate com o painel que conseguimos até este momento

O SR. EDUARDO CUNHA – Sr. Presidente, eu pediria para zerar o painel. É um direito individual e eu pediria para zerar o painel.

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) – Zerar o painel. O Deputado Miro Teixeira também deseja zerar o painel.

Então, se todos assim concordam, zeramos o painel e reabriremos às 14 horas.

V – ENCERRAMENTO

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) – Nada mais havendo a tratar, vou encerrar os trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) – Encerro a sessão, antes convocando Sessão Não Deliberativa de Debates para hoje, quarta-feira, dia 26 de fevereiro, às 14 horas.

(Encerra-se a sessão às 13 horas e 49 minutos.)

Ata da 32ª Sessão da Câmara dos Deputados, Não Deliberativa de Debates, da 4ª Sessão Legislativa Ordinária, da 54ª Legislatura, em 26 de fevereiro de 2014

Presidência dos Srs.: Gonzaga Patriota, 1º Suplente de Secretário.

Marçal Filho, Inocêncio Oliveira, Átila Lins, Giovani Cherini, Ângelo Agnolin, Luiz Couto, Amauri Teixeira, nos termos do § 2º do artigo 18 do Regimento Interno.

I – ABERTURA DA SESSÃO

O SR. PRESIDENTE (Marçal Filho) – Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus e em nome do povo brasileiro iniciamos nossos trabalhos.

O Sr. Secretário procederá à leitura da ata da sessão anterior.

II – LEITURA DA ATA

O SR. Gonzaga Patriota, servindo como 2° Secretário, procede à leitura da ata da sessão antecedente, a qual é, sem observações, aprovada.

III – EXPEDIENTE

(Não há expediente a ser lido)

O SR. PRESIDENTE (Marçal Filho) – Passa-se ao

IV – PEQUENO EXPEDIENTE

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Lael Varella, para dar seu discurso como lido.

O SR. LAEL VARELLA (DEM-MG. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu gostaria que o meu pronunciamento fosse dado como lido e que fosse autorizada a sua divulgação nos órgãos da Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Marçal Filho) – Está registrada e autorizada a divulgação do pronunciamento de V.Exa. no programa *A Voz do Brasil.*

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR:

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a insanidade de certas leis ambientalistas vem causando preocupação, doenças e muito prejuízo em Minas Gerais e nos outros Estados da Federação. Nas áreas rurais, os brasileiros enfrentam uma dura e cotidiana batalha contra a bioadversidade, como pragas e doenças que atacam pessoas, animais, cultivos e o meio ambiente. Muitas delas que pareciam extintas vêm galopando de volta sob o silêncio e a omissão dos governantes. Na verdade, a biodiversidade se transforma em bioadversidade.

O pesquisador da EMBRAPA Dr. Evaristo E. de Miranda publicou no jornal *O Estado de S.Paulo*, 24 de janeiro de 2014, um esclarecedor artigo contra esta bioadversidade, no qual ele aponta os males absurdos que o

ambientalismo dominante vem trazendo para o Brasil e para a própria natureza. Cita o exemplo da proliferação das capivaras em espaços urbanos e áreas agrícolas.

Para o pesquisador, além da destruição da vegetação, as capivaras disseminam a febre maculosa, por meio do carrapato-estrela, responsável pela morte de muita gente Brasil afora. Ele mostra que até placas já são colocadas pelas prefeituras com a advertência: *"Capivaras. Afaste-se. Risco de febre maculosa"*. Se de um lado não é tarefa fácil eliminá-las, de outro, constitui crime ambiental inafiançável, o que deixa os prefeitos de mãos atadas.

Mas se fossem apenas as capivaras! Problema semelhante ocorre com a proliferação de micos, saguis e até do macaco-prego, capazes de devorar ovos e filhotes, mesmo nos ninhos mais escondidos. Eles causam o declínio e a extinção local de populações de aves, ademais de invadir residências e destruir a vegetação.

Outro exemplo que o estudioso cita é o das pombas, chamadas de ratos do céu; e o das maritacas que já começam a invadir as cidades, e que não cessam de se multiplicar, causando danos às instalações elétricas. Com a pomba-amargosa e outras pragas aladas, as maritacas chegam a impossibilitar o cultivo de girassol, sorgo e outras plantas. E ainda danificam a fruticultura, atacam grãos como o amendoim durante o transporte.

Outro grave problema apontado é a multiplicação das lebres e dos javalis provenientes da Argentina e do Uruguai. Para o Dr. Evaristo de Miranda, a superpopulação da lebre europeia virou caso de segurança aeroviária. O grande número desses animais ágeis e de hábito noturno preocupa a operação de aeroportos. Sua reprodução crescente e rápida torna inviável a produção de hortaliças. Elas destroem plantações de maracujá, laranjais e cafezais em formação. Não há cerca ou tela capaz de contê-las. Um dos maiores prejudicados é o coelho nativo. O tapiti e seus filhotes são mortos pela lebre, que invade e ocupa suas tocas. Já o javali segue em expansão e ataca as mais diversas lavouras e ambientes naturais. Não há defesa contra esse animal agressivo, que chega a 200 quilos, atua em bandos e invade até mesmo criações de suínos em busca de fêmeas. Em áreas protegidas, o javali ocupa o hábitat e concorre com a queixada e o cateto.

Insiste o estudioso da EMBRAPA que, sem manejo adequado, a recuperação das áreas de preservação permanente e de reserva legal, determinada pelo novo Código Florestal, criará corredores e novos espaços para ampliar ainda mais essas pragas e as doenças transmitidas. Seu contato com a fauna selvagem e doméstica ampliará a proliferação de várias doenças, como febre amarela, aftosa, lepra, raiva e leishmaniose, entre outras. Sem gestão territorial e ambiental, a introdução e a aproximação desses animais de áreas rurais e urbanas tornará inviável a eliminação de diversas doenças e trará novas – e difíceis – realidades ao combate às zoonoses.

E o rol das adversidades continua aumentando com os invertebrados como mosquitos, pernilongos, carapanãs, borrachudos e assimilados. A dengue, transmitida pelo mosquito *Aedes aegypti*, ultrapassou 1,5 milhão de casos em 2013, três vezes mais do que em 2012! Um recorde como nunca antes se viu na História deste País. Foram 500 as mortes registradas. E crônicas prosseguem a febre amarela, a malária, a oncocercose.

E não para aí. A bioadversidade provocada por vermes e assimilados também faz o seu caminho: esquistossomose, chagas, toxoplasmose, amebíases, lombrigas e giardíases proliferam. A falta de saneamento e de água tratada afeta criticamente tanto populações amazônicas ao longo de grandes rios como a periferia de cidades e áreas rurais. Mais de 88% das mortes por diarreia se devem à falta de saneamento, e 84% dessas mortes atingem as crianças. As infecções são contraídas pela ingestão de água ou alimentos contaminados. Apesar dos progressos (entre 2010 e 2011 houve um aumento de 1,4 milhão de ramais de água e 1,3 milhão na rede de esgotos), não se coleta nem metade do esgoto. E, do coletado, apenas 38% recebe algum tratamento. As inundações de verão, além de deslizamentos, trazem a leptospirose e o perigo do tifo e do tétano.

Se tudo isso não bastasse, Sr. Presidente, o competente pesquisador aponta para os exércitos de carrapatos, percevejos, moscas, mutucas, baratas, escorpiões, aranhas, morcegos hematófagos e transmissores da raiva, caramujos gigantes, serpentes peçonhentas e outras ameaças que sempre recebem reforços externos. A recém-chegada lagarta *Helicoverpa armigera* já trouxe prejuízos de bilhões à agricultura brasileira! Isso não se resolve apenas com reflexões metafísicas, é preciso agir.

E o autor do estudo afirma que explicações simplistas de que o desmatamento ou o "desequilíbrio ecológico" levam esses animais a se refugiar em cidades não servem nem como piada. No mundo inteiro existem gestão e manejo ambiental, como abate direcionado de animais e uso preventivo do fogo, por exemplo, até em unidades de conservação. No Brasil não se pode fazer manejo e gestão ambiental nem sequer em áreas agrícolas. Capacitar técnicos para o manejo seria indução ao crime. A política resume-se a aplicar redomas legais de proteção sobre territórios e espécies, mesmo se invasoras ou em superpopulação. Não existem ações efetivas de controle dessas populações.

Sr. Presidente, a situação sanitária atual e futura precisa ser objeto de uma atenção mais racional e preventiva. Como enfrentar essa bioadversidade quando qualquer tipo de caça é crime, e a posse de armas, mesmo em áreas rurais isoladas, é quase impossível?

Atente-se, Sr. Presidente, para a conclusão do Dr. Evaristo de Miranda:

"Maior que o desafio de preservar a natureza é o de geri-la e controlar suas populações animais. Enfrentar a bioadversidade exige, além de financiamento, um cabedal de ciência, inovação e competência, algo raro, quase em extinção, no campo ambiental".

Tenho dito.

O SR. PRESIDENTE (Marçal Filho) – Concedo a palavra ao Deputado Geraldo Simões, do PT da Bahia. S.Exa. dispõe de 1 minuto.

O SR. GERALDO SIMÕES (PT-BA. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, neste pronunciamento que faço, ao qual reivindico divulgação nos meios de comunicação da Casa, principalmente no programa *A Voz do Brasil,* parabenizo o Prefeito de Firmino Alves, Aurelino Cunha, pela conquista importante para aquele Município. Na data de ontem, nós iluminamos, Sr. Presidente, todo o trecho da BR-415 ocupada pelo Município de Firmino Alves. Foi uma luta de 1 ano desse Prefeito diligente e querido pela sua população.

A ideia é esse trecho da BR-415, Sr. Presidente, se transformar em uma área de negócios do Município, numa área de gastronomia, de restaurantes, de lanchonetes, em um ponto de parada para quem trafega naquela avenida.

Portanto, eu quero parabenizar o Prefeito de Firmino Alves, Aurelino Cunha, e toda a sua equipe por essa conquista.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marçal Filho) – Quero esclarecer às Sras. e aos Srs. Parlamentares que, como não havia previsão desta sessão ordinária não deliberativa, não houve inscrições para o Pequeno Expediente.

Então, nós vamos converter as inscrições às Breves Comunicações para o Pequeno Expediente. Ainda há tempo para se inscrever. O painel está aberto para quem quiser se inscrever para as Breves Comunicações. Neste período, vamos continuar com o tempo destinado aos discursos dados como lido.

O SR. PRESIDENTE (Marçal Filho) – Em permuta com este Deputado que ora preside a sessão, concedo a palavra ao Deputado Gonzaga Patriota, por 1 minuto.

O SR. GONZAGA PATRIOTA (PSB-PE. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o carnaval já está pegando fogo lá em Pernambuco e também no Brasil inteiro: em São Paulo, no Rio de Janeiro.

Quero fazer um registro aqui de uma banda, Deputado Fernando Ferro, a Orquestra Philarmônica 21 de Setembro. Eu registrei há 4 anos o centenário da Philarmônica 21 de Setembro lá de Petrolina, e ela abre o carnaval de Petrolina, com 104 anos. Há membros na banda da idade de Fernando Ferro, com 104 anos, ainda tocando, e que foram da inauguração. *(Risos.)*

Quero parabenizar a Philarmônica 21 de Setembro e desejar a todos, pernambucos, brasileiros, cidadãos do mundo, um bom carnaval, que se cuidem bem, porque o carnaval é bom, é gostoso. Eu inclusive estou preparando as canelas para pinotear por, pelo menos, 5 dias.

Parabéns aos brasileiros que vão brincar o carnaval e aos que não vão. Que brinquem com cuidado!

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR:

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a Philarmônica 21 de Setembro abre a temporada 2014 de apresentações nessa quarta- feira, 26 de fevereiro. Com o tema *21 no passo*, devido às festividades de carnaval, a banda apresentará músicas típicas do carnaval pernambucano. O evento é gratuito e acontecerá na Concha Acústica de Petrolina, Sertão de Pernambuco, às 19h30min.

"A apresentação carnavalesca é a abertura de uma série de trabalhos que serão realizados o ano inteiro", explica o coordenador e regente da banda, Ozenir Luciano da Silva Júnior.

Além dos 49 músicos da banda, três cantores convidados e um tecladista vão se apresentar. Os cantores são Camila Iasmin, Rose Aline e Alan Silva, que já começaram a ensaiar marchinhas de carnaval e músicas de frevo do repertório da apresentação.

Ozenir Luciano fala sobre o trabalho da banda: *"Trabalhamos o segundo semestre do ano passado pensando em aparecer de maneira mais completa, para fazer essas apresentações. Queremos chegar o mais perto possível das pessoas. 'Centenária, amiga, sua' afinal, esse é o slogan da banda"* – ressalta o regente.

A Philarmônica foi fundada em 1910 e, pela primeira vez, faz uma apresentação como essa, específica para o carnaval. A banda tem convênio com o IF Sertão, que cuida da parte musical, técnica e administrativa. A Concha Acústica fica na Praça Maria Auxiliadora, ao lado da Catedral, no Centro da cidade.

Parabéns a todos os membros da Philarmônica pela apresentação e dedicação na preservação dos valores culturais do carnaval pernambucano.

O SR. PRESIDENTE (Marçal Filho) – Concedo a palavra ao Deputado Marcon, do PT do Rio Grande do Sul, por 1 minuto.

O SR. MARCON (PT-RS. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero dar como lido o meu discurso.

No dia de hoje, nós tivemos uma audiência no Ministério do Planejamento, Sr. Presidente, nós e o Deputado Cherini, do Rio Grande do Sul, para discutir a implementação de uma rodovia chamada Transcampesina, que passa por cinco Municípios interligados, entre assentamentos e agricultura familiar, e que se interliga também com o Uruguai – são 150 quilômetros: Municípios de Hulha Negra, Candiota, Aceguá, Pedras Altas e Herval –, com representantes de todas as Câmaras de Vereadores, o Prefeito de Hulha Negra, Erone Londero, e o Prefeito de Candiota, Luiz Carlos Folador. Nós queremos que o Governo Federal coloque no PAC 3 essa obra que liga o Brasil ao Uruguai.

Eu gostaria, Sr. Presidente, de divulgar o meu pronunciamento na mídia interna e no *A Voz do Brasil*.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marçal Filho) – Está autorizada a divulgação do pronunciamento de V.Exa., Deputado Marcon.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR:

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, venho a esta tribuna, mais uma vez, para ressaltar a importância da inclusão do asfaltamento da rodovia Transcampesina no PAC 3. Essa rodovia interliga os Municípios gaúchos de Candiota, Herval, Aceguá, Pedras Altas e Hulha Negra.

A colocação de asfalto na rodovia Transcampesina, que corta o interior dos Pampas gaúchos em mais de 150 quilômetros, traria enorme desenvolvimento para mais de 5 mil famílias da região, beneficiando diversos assentamentos, a agricultura familiar, comunidades quilombolas, bem como o agronegócio.

A Transcampesina vai se tornar um corredor de interligação do Brasil com o Uruguai, ligando a região do Porto de Rio Grande a Montevidéu, capital uruguaia.

Assim, nobres colegas, é de grande importância que a colocação de asfalto na rodovia Transcampesina, que está orçado em torno de 150 milhões de reais, esteja incluído entre as obras beneficiadas pelo PAC 3.

Ressalto que nesta quarta-feira, dia 26 de fevereiro de 2014, o Prefeito de Candiota, Sr. Luiz Carlos Folador, o Prefeito de Hulha Negra, Sr. Erone Londero, bem como representantes das Prefeituras e Câmaras de Vereadores dos demais Municípios que serão beneficiados por essa obra, estiveram reunidos no Ministério do Planejamento para demonstrar a importância da Transcampesina para a região.

Com isso, venho conclamar os colegas para a importância da inclusão da obra de colocação de asfalto na rodovia Transcampesina no PAC 3, pois essa obra trará um enorme desenvolvimento econômico para cerca de 100 mil pessoas, que vivem numa região, os Pampas gaúchos, que precisa da atenção do poder público.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marçal Filho) – Deputado Giovani Cherini, do PDT do Rio Grande do Sul, V.Exa. dispõe de até 1 minuto.

O SR. GIOVANI CHERINI (PDT-RS. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, apresentei ontem, aqui nesta Casa, o Projeto de Lei nº 7.191, de 2014, em função do caso rumoroso que aconteceu lá em Passo Fundo de um advogado ter desviado recursos judiciais de clientes, mais de 100 milhões de reais. Coloquei, no art. 38 do Código Civil, dois parágrafos:

> "§ 1º A procuração que for conferida com os poderes especiais referidos no caput deverá ser convalidada de dois em dois anos pelo outorgante.
>
> "§ 2º O procurador que levantar o alvará expedido em nome da parte deverá prestar contas nos autos do processo, comprovando a destinação dos recursos recebidos."

Parece-me que esse problema de Passo Fundo, de Maurício Dal Agnol, é um problema do Brasil. Vamos resolver isso com o meu projeto, que está em discussão.

Eu gostaria que o meu pronunciamento fosse divulgado no programa *A Voz do Brasil*.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marçal Filho) – Está autorizada a divulgação do pronunciamento de V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Marçal Filho) – Tem a palavra o Deputado Mauro Benevides, por 1 minuto.

O SR. MAURO BENEVIDES (PMDB-CE. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o Presidente da Associação Nacional dos Membros do Ministério Público – CONAMP fixou a data de 18 de março para a solenidade de posse dos novos membros da Diretoria, Conselho Fiscal e Diretores Regionais, com mandato de 12 anos, conforme estabelecem os estatutos respectivos.

A nova Diretoria terá à sua frente, na condição de Presidente, a Dra. Norma Angélica Reis Cardoso Cavalcanti, ilustre integrante da carreira, cuja competência há sido comprovada em marcante atuação no Ministério Público, destacando-se por sua inquestionável competência e solidez da cultura jurídica em que se acha revestida.

Durante o trâmite da Proposta de Emenda à Constituição nº 37, a sua articulada participação fê-la projetar-se diante do Congresso Nacional, em seguidas reuniões de que participou, expondo razões capazes de justificar – como de fato ocorreu – a rejeição de tal iniciativa pela quase unanimidade deste Plenário soberano.

É de esperar, portanto, que a nova dirigente da prestigiosa entidade leve a cabo gestão fecunda, assinalada por expressivas realizações.

Revestida da confiança de seus pares e do respeito da coletividade, a nova dirigente da CONAMP compreenderá ação profícua, voltada para os legítimos interesses da sociedade brasileira, da qual o Ministério Público é, inequivocamente, indômito guardião, atento às suas responsabilidades sempre crescentes, na presente conjuntura, quando há conscientização perfeita dos direitos de cidadania.

Durante o discurso do Sr. Mauro Benevides, o Sr. Marçal Filho, nos termos do § 2º do art. 18 do Regimento Interno, deixa a cadeira da Presidência, que é assumida pelo Sr. Gonzaga Patriota, 1º Suplente de Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Gonzaga Patriota) – Com a palavra o eminente Deputado Marçal Filho, que preside mais do que o Deputado Amauri Teixeira.

O SR. MARÇAL FILHO (PMDB-MS. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, mais um 8 de março, o Dia Internacional da Mulher, está chegando, e novamente nós estamos com um projeto engavetado no Senado Federal.

Eu apresentei um projeto pela igualdade salarial entre homens e mulheres. Esse projeto foi aprovado aqui na Câmara. Foi ao Senado, aprovado por todas as Comissões, e, ao final, um grupo de Senadores, que deve ser um grupo machista, porque não tem outra explicação, entrou com um recurso no Senado da República, e esse projeto está lá parado. Ele trata da igualdade salarial entre homens e mulheres – um projeto, inclusive, que a Presidente Dilma, à época, já queria sancionar e já contava como aprovado. Esse grupo de Parlamentares se mobilizou e tomou essa atitude, que é regimental, mas que acaba prejudicando as mulheres que continuam ganhando menos do que os homens neste País.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Gonzaga Patriota) – Com a palavra o Deputado Dr. Ubiali.

O SR. DR. UBIALI (PSB-SP. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, enquanto o Deputado Fernando Marroni vai até a tribuna, eu queria justificar a minha ausência na sessão da manhã. Eu estava tomando posse como 1º Vice-Presidente da Comissão de Educação e não fui avisado de que a sessão estava acontecendo. Por isso, quero justificar a minha ausência na sessão da manhã.

O SR. PRESIDENTE (Gonzaga Patriota) – V.Exa. está graúdo. Como Presidente da Comissão de Educação, com certeza, este País vai duplicar a educação.

O SR. PRESIDENTE (Gonzaga Patriota) – Com a palavra o Deputado Fernando Marroni.

O SR. FERNANDO MARRONI (PT-RS. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, venho aqui registrar a alegria que sinto de ver a nossa poderosa Petrobras, essa empresa que é orgulho de todos os brasileiros, apresentar o seu balanço com 23 bilhões de reais de lucro.

Há uma crítica no sentido de que, se a Petrobras não tivesse subsidiado a gasolina, segurando os preços para o Brasil, a Petrobras teria tido um lucro de 35 bilhões ou 36 bilhões de reais. Afinal, para que serve a nossa poderosa empresa, senão para que o povo brasileiro possa usufruir dos seus recursos naturais, do petróleo? Ela ajudou a segurar a inflação, teve um lucro extraordinário e vai continuar tendo. Vem mais por aí. Aqueles que torcem contra o Brasil e contra a Petrobras se preparem, porque vem mais por aí.

O SR. PRESIDENTE (Gonzaga Patriota) – Com a palavra o eminente Deputado Amauri Teixeira, que já presidiu esta Casa mais do que Ulysses Guimarães.

O SR. AMAURI TEIXEIRA (PT-BA. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, como o Deputado Marroni, eu também quero aqui deixar registrado, ao contrário do que a Oposição diz, que a Petrobras hoje vale oito vezes mais do que valia à época do Sr. Fernando Henrique Cardoso. Teve uma receita de venda de R$304,89 bilhões, 8% a mais; um lucro de R$23,6 bilhões. É uma empresa sólida, que está crescendo e se expandindo, e a Oposição está tentando macular a imagem dessa grande empresa. Então, nós vamos continuar investindo na Petrobras, no pré-sal.

Eu quero também agradecer a todos os colegas, ao meu Líder, ao meu partido, por terem me escolhido para presidir a Comissão de Seguridade Social.

Sr. Presidente, quero deixar registrado o artigo Lucro da Petrobras sobe 11% e alcança R$23,6 bilhões em 2013, do G1, em São Paulo, e solicitar a divulgação do meu pronunciamento no programa A Voz do Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Gonzaga Patriota) – V.Exa. será atendido.

ARTIGO A QUE SE REFERE O ORADOR

No quarto trimestre, resultado da empresa caiu 19% em relação a 2012. Em 2012, lucro da estatal foi de R$21,2 bilhões.

O lucro da Petrobras atingiu R$23,6 bilhões em 2013, alta de 11% em relação aos R$21,2 bilhões alcançados em 2012. No quarto trimestre do ano passado, no entanto, a empresa apresentou lucro líquido de R$6,28 bilhões, uma queda de 19% em relação ao mesmo período de 2012.

O balanço foi divulgado nesta terça-feira (25), após o fechamento da BOVESPA, que encerrou o dia em baixa, influenciada pelas ações da companhia. Junto com os números, a Petrobras também anunciou seu plano estratégico até 2030.

"Esse aumento é explicado pelos maiores preços de venda de combustíveis, em função dos 3 reajustes do diesel e 2 da gasolina realizados ao longo do ano, pelo significativo aumento da produção de derivados em nosso parque de refino, pelos expressivos resultados de redução de custos e aumento de produtividade, bem como pelos ganhos com as operações de venda de ativos", disse a Presidente da companhia, Graça Foster, no balanço.

O lucro de 2013 foi o segundo menor nos últimos seis anos, desde a crise mundial econômica de 2008. O pior resultado nesse período foi o de 2012, quando o lucro caiu 36% em relação ao do ano anterior.

Veja abaixo o lucro líquido anual da Petrobras nos últimos anos:

2008: R$ 32,99 bilhões

2009: R$ 28,98 bilhões

2010: R$ 35,19 bilhões

2011: R$ 33,13 bilhões

2012: R$ 21,18 bilhões

2013: R$ 23,57 bilhões

Produção abaixo do previsto

A produção de petróleo da Petrobras em 2013 ficou 2,5% abaixo do planejado, com a média de 1,931 milhão de barris diários (bpd). O endividamento total da empresa subiu 36% no ano, para R$267,82 bilhões e o de longo prazo aumentou 38%, para R$249 bilhões. Também houve alta de 27% na alavancagem, calculada a partir da dívida líquida dividida pelo lucro antes de impostos (EBITDA), para 3,57.

A estatal tem sido vista com desconfiança pelo mercado, por conta da produção estagnada, das importações de combustível em alta e das dívidas bilionárias – que tendem a continuar crescendo.

No resultado do ano, foi destacado o aumento de 43% das reservas provadas no pré-sal em comparação a 2012. Na manhã desta terça, a Petrobras anunciou que a produção do pré-sal bateu novo recorde, chegando a 407 mil barris por dia.

Também foi citado no balanço o mais recente reajuste no preço dos combustíveis, de 8% para o diesel e 4% para o gasolina, em novembro do ano passado, além das vendas de ativos do "Programa de Desinvestimentos", que renderam uma contribuição de R$8,5 bilhões ao caixa da empresa em 2013.

Estratégia para limitar perdas

Em 2013, a Petrobras passou a usar uma estratégia contábil para limitar o impacto do dólar no balanço e limitar as perdas financeiras. O instrumento usado é o hedge, uma forma de se proteger de ganhos ou perdas com a variação do dólar lançando variações do endividamento em função do câmbio no patrimônio líquido, e transferindo essa diferença para o resultado financeiro na medida em que as exportações forem realizadas.

"Essa medida promove um maior alinhamento entre os resultados contábeis e nossa política de gestão de risco, mitigando oscilações bruscas em função de volatilidades do câmbio sobre o resultado financeiro, o que poderia não refletir adequadamente o desempenho econômico da companhia em determinado período", diz Graça, no relatório do resultado.

Receita

A receita de vendas da empresa cresceu 8% no ano passado, para R$304,89 bilhões.

O custo dos produtos vendidos subiu 11% no ano, para R$233,726 milhões. A empresa atribui a alta ao aumento de 4% no volume de vendas de derivados no mercado interno, maiores volumes de importações de gás natural e de petróleo, e maiores gastos com produção de óleo, por conta do maior número de intervenções em poços e da entrada em operação de novas instalações que ainda não produzem a capacidade total.

O SR. PRESIDENTE (Gonzaga Patriota) – Com a palavra o eminente Deputado Onofre Santo Agostini, com a permissão do Senador Raimundo Gomes de Matos.

O SR. ONOFRE SANTO AGOSTINI (PSD-SC. Sem revisão do orador.) – Já é Senador? Parabéns, Senador.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu quero reforçar um grande movimento no dia 28 em Xanxerê. Município de Xanxerê, Deputado Celso Maldaner. V.Exa. está aí? Eles vão fechar a BR-282 e com razão, porque aquela rodovia está intransitável. Lá está a riqueza de Santa Catarina, a região mais produtora está lá, mas não tem rodovia para o transporte de seus produtos.

Por isso a Câmara de Vereadores, num movimento forte, vai fechar a BR-282, Deputado Pedro Uczai, para chamar a atenção do Ministro dos Transportes. Está na hora de duplicar a BR-282 em toda a sua extensão, mas principalmente na região produtora, que é a região do oeste de Santa Catarina, onde há as maiores agroindústrias. A Câmara de Vereadores fará esse grande movimento dia 28, a partir das 7 horas da manhã.

Sr. Presidente, eu peço que V.Exa. divulgue nos Anais da Casa e também na programa *A Voz do Brasil*.

O SR. PRESIDENTE (Gonzaga Patriota) – V.Exa. será atendido nos termos regimentais.

O SR. PRESIDENTE (Gonzaga Patriota) – Tem a palavra o Deputado Amauri Teixeira.

O SR. AMAURI TEIXEIRA (PT-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu solicito que se retire das notas taquigráficas a expressão "denegrir", trocando-a por "macular", porque eu sinto, e peço perdão, que não é adequada.

Solicito também a divulgação do meu pronunciamento no programa *A Voz do Brasil*.

O SR. PRESIDENTE (Gonzaga Patriota) – V.Exa. será atendido.

O SR. PRESIDENTE (Gonzaga Patriota) – Com a palavra o Deputado Raimundo Gomes de Matos.

O SR. RAIMUNDO GOMES DE MATOS (PSDB-CE. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, solicito divulgação do pronunciamento que faço. Dei entrada hoje em um requerimento na Comissão de Seguridade Social, para realizarmos uma audiência pública novamente com os agentes comunitários de saúde. Esse requerimento já foi protocolado na Comissão de Seguridade Social, a fim de fazermos uma mobilização. Muitos partidos disseram que não votariam nada se não se regulamentasse a Emenda Constitucional de nossa autoria do piso salarial dos agentes comunitários de saúde.

Deputado Amauri, se a Petrobras deu milhões de dólares de lucro, imagine se não tivesse essa matéria na Veja dando conta de que milhões de dólares foram desviados.

Hoje, o PT não deu quórum para aprovarmos o requerimento a fim de investigarmos a Petrobras. É bom os ouvintes do programa A Voz do Brasil saberem que o Brasil poderia estar bem melhor se não fosse o PT no Governo.

O SR. PRESIDENTE (Gonzaga Patriota) – V.Exa. será atendido nos termos regimentais.

O SR. PRESIDENTE (Gonzaga Patriota) – Tem a palavra o Deputado Fernando Ferro, do PT de Pernambuco.

O SR. FERNANDO FERRO (PT-PE. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu queria lamentar que a Oposição virou uma repetidora de jornais e revistas de direita; não tem criatividade para fazer um debate, fica se valendo de matérias como essa da Veja para tentar destruir a imagem de um patrimônio do povo brasileiro, que é a Petrobras, uma empresa que deu lucro, empresa que agora entra na exploração do pré-sal, com 407 mil barris na exploração do petróleo do pré-sal, o que deveria ser comemorado e elogiado. O que nós ouvimos aqui é uma voz contra esse patrimônio do povo brasileiro, usando os argumentos de revistas que seguramente favorecem interesses internacionais, que querem destruir esse patrimônio.

É lamentável que os nossos oposicionistas, por falta criatividade – e eu sei que tem muita gente inteligente –, precise ficar repetindo manchete de jornal, senão vão ter que pagar *royalties* à revista *Veja* ou à *Folha de S.Paulo*, porque nada mais serão, e são, do que repetidores de notícia ruim de uma imprensa que está comprometida com interesses internacionais.

O SR. PRESIDENTE (Gonzaga Patriota) – Com a palavra o Deputado Otavio Leite.

O SR. OTAVIO LEITE (PSDB-RJ. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, nós ouvimos comentarem aqui – sobretudo o PT – o lucro que a Petrobras obteve. Eu queria lembrar que parte desse lucro é proveniente da venda de um ativo da Petrobras, campos em exploração na África – 2 bilhões e lá vai fumaça. A Petrobras vendeu o patrimônio dela própria.

Ora, a Petrobras, pelo que está posto, a continuar essa gestão ineficaz, daqui a pouco vai ter que vender cada vez mais espaço. Significa dizer que o problema de privatizar a Petrobras pode ser um problema provocado pelo próprio Governo do PT.

Agora, quem propôs neste Congresso Nacional que haja na Constituição da República uma cláusula que impede a alienação da Petrobras não foi o PT, fomos nós do PSDB, por entendermos que a Petrobras é um patrimônio dos brasileiros.

Portanto, não podemos deixar de considerar esse tipo de gestão tão ineficaz que hoje tem a Petrobras, que é uma nação dentro da Nação. Viva a Petrobras! Queremos que a Petrobras esteja na Constituição sem possibilidade de ser alienada, porque do jeito que está, daqui a pouco, o PT vai vender toda a Petrobras para saldar dívidas.

O SR. PRESIDENTE (Gonzaga Patriota) – Concedo a palavra ao Deputado Valmir Assunção, do PT da Bahia.

O SR. VALMIR ASSUNÇÃO (PT-BA. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, venho a esta tribuna para parabenizar o Deputado Amauri Teixeira por ter assumido a Presidência da Comissão de Seguridade Social. S.Exa. é um Deputado baiano que tem capacidade e experiência. Tenho convicção de que vai fazer um excelente trabalho à frente dessa Comissão.

Por isso, nós todos Deputados da Bahia, tenho convicção, estamos felizes por essa decisão.

Em segundo lugar, Sr. Presidente, peço a V.Exa. que dê como lido o meu discurso sobre o carnaval de Salvador, que começa amanhã, uma grande festa, a maior festa de rua do mundo e que envolve trabalho e, ao mesmo tempo, diversão. É um momento onde parte da população tem a sua renda, o seu trabalho.

Quero parabenizar ao Governador Jaques Wagner pela quantidade de investimento que tem feito no carnaval de Salvador. Isso é uma demonstração de carinho e de fortalecimento da nossa cultura e de uma festa popular, Sr. Presidente.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR:

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a partir de amanhã, quinta-feira, Salvador será palco de uma das maiores festas do planeta: o carnaval de rua, uma festa que se estende por vários quilômetros, em três áreas distintas da cidade: o Centro Histórico, que compreende a parte mais antiga da cidade, como o Pelourinho; a região central, que compreende o Campo Grande; e a orla, que engloba os bairros da Barra e Ondina.

Milhares de baianos e turistas poderão ver a miscigenação de cores, através dos blocos afros, afoxés, trios elétricos, bandas de sopro e percussão, e a mistura de raças: negros, brancos, amarelos, numa diversidade cultural só possível em uma térrea onde se busca a igualdade dos direitos e as tolerâncias de credos, cultura e religiões.

A população baiana, apesar de algumas posturas equivocadas de setores conservadores da sociedade, procura a integração com as diferenças, quer na música, quer na dança, nas manifestações religiosas e de natureza étnica, não cabendo, portanto, qualquer ação discriminatória.

E por que falo isso? Porque Salvador é negra! Negra na sua população, de maioria afrodescendente; negra na sua música, na sua dança e na sua religiosidade, demonstrada nas ruas, nas figuras dos blocos afros, nos afoxés, nos *reggae* e nos pagodes. E cabem os blocos de trios, as músicas eletrônicas e as sertanejas. Enfim, há ali uma diversidade que só mostra a pluralidade da nossa cultura e modo de viver.

Reforço isso porque foi nas ruas de Salvador, e no seu carnaval, nos bairros pobres e de população negra, que despontaram para o Brasil e para o mundo nomes como Olodum, Ilê Aiyê, Malê de Balê, Filhos de Gandhy e Mudança do Garcia, entre outros, que são agremiações carnavalescas e culturais que, ao longo do ano, desempenham importantes papéis sociais junto à população da periferia da cidade e que, no carnaval, enaltecem essa cultura e nossas origens, ao tempo em que se transformam em importantes instituições na luta contra o preconceito, a discriminação e a intolerância.

Por isso, ao nos referirmos ao carnaval de Salvador, fazemos questão de destacar essas agremiações, que não só contribuem para o brilhantismo da festa popular, mas também exercem o papel de vigilantes da nossa luta pela igualdade de direitos e contra qualquer forma de discriminação, sejam elas religiosas, sejam elas culturais ou étnicas.

Sr. Presidente, solicito que este pronunciamento seja divulgado no programa *A Voz do Brasil* e nos demais meios de comunicação desta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Gonzaga Patriota) – Concedo a palavra ao Deputado Fábio Trad, que dá continuidade ao grande trabalho do Deputado Nelson Trad.

O SR. FÁBIO TRAD (PMDB-MS. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Sr. Presidente, pelo carinho e generosidade.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu fui incumbido de fazer um substitutivo, condensando todas as propostas que transformavam em crime hediondo os crimes contra a administração pública, isto é, corrupções ativa e passiva, peculato e concussão. O substitutivo está pronto, Sr. Presidente, há quase 1 ano.

Eu faço um apelo para que a Mesa e o Colégio de Líderes deliberem sobre a votação, em breve, desse projeto, que é fundamental para a racionalização do sistema punitivo estatal.

Solicito a V.Exa. que o meu pronunciamento seja divulgado no programa *A Voz do Brasil*.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Gonzaga Patriota) – O pronunciamento de V.Exa. será totalmente divulgado.

O SR. PRESIDENTE (Gonzaga Patriota) – Concedo a palavra ao eminente Deputado Simão Sessim, do Rio de Janeiro.

O SR. SIMÃO SESSIM (Bloco/PP-RJ. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero registrar um pronunciamento que faço sobre o Censo da Educação Básica. É um trabalho do Instituto Nacional de Estudos e

Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP, do Ministério da Educação. Foi divulgado em todos os jornais de hoje, principalmente no jornal *O Globo*, que quer destacar manchetes negativas, embora nessa pesquisa a gente também possa apreciar excelente notícia com relação ao crescimento que houve na área dos alunos matriculados no ensino de primeira infância.

Faço aqui uma análise de todo resultado do Censo, para dizer que, realmente, o ensino fundamental teve um problema de evasão, mas o ensino profissionalizante é a grande conquista do ex-Presidente Lula e da Presidenta Dilma.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Gonzaga Patriota) – V.Exa. será atendido nos termos regimentais.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR:

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, os jornais de hoje, quarta-feira, 26 de fevereiro, divulgam o resultado do Censo da Educação Básica, um trabalho do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP, do Ministério da Educação.

Como a imprensa prefere as conotações ruins, por motivos vários, nenhum deles razoável ou compreensível, as manchetes e chamadas de capa são sobre a queda no número de alunos no ensino médio, situação que o jornal *O Globo*, por exemplo, chama de *"o maior gargalo escolar"*.

Contudo, há nos resultados do Censo notícias positivas sobre a política de educação e que sinalizam o acerto do Governo em alguns campos.

Eu destaco o crescimento de 7,5% em apenas 1 ano, de 2012 para 2013, no número de matriculados no ensino na primeira infância (creches), providência que os especialistas em educação e aproveitamento escolar reconhecem como o melhor investimento social.

Chamo a atenção também para a variação de 45,2% na educação integral no ensino fundamental, tese central de um dos melhores educadores brasileiros, o professor e Senador Darcy Ribeiro. Por fim, com mais satisfação, registro o crescimento de 5,7% na educação profissional no mesmo período.

A defesa do ensino profissionalizante é uma bandeira que hasteio todos os dias quando saio para o trabalho, desde os meus tempos como professor na Baixada Fluminense, há 40 anos. E, quando olhos os dados do Censo, eu me pergunto: porventura não será o crescimento das matrículas na educação profissional o dado que justifica, de algum modo, a redução de 0,7% nas matrículas do ensino médio, fato explorado pela imprensa como *"o maior gargalo escolar"*? Eu acredito que, ao serem oferecidas oportunidades de profissionalização, os jovens brasileiros, principalmente os mais pobres e da classe média, prefiram esse caminho ao do ensino que não lhes abra as portas para o trabalho qualificado.

Verifico com alegria que começa a dar resultados positivos a obstinação do ex-Presidente Lula, reafirmada pela Presidente Dilma, por políticas públicas que ofereçam à juventude motivos de realização pessoal, tendo como base a educação e o trabalho.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Gonzaga Patriota) – Concedo a palavra ao eminente Deputado Colbert Martins, da Bahia.

O SR. COLBERT MARTINS (PMDB-BA. Sem revisão do orador.) – Deputado Gonzaga Patriota, que preside esta sessão, senhores que nos acompanham, senhores funcionários, o Ministério da Saúde, já há muitos anos, trabalha na perspectiva de prevenção de câncer de mama em mulheres com mamografias dos 40 até os 69 anos de idade. É a faixa de maior incidência, Sr. Presidente.

No entanto, o Ministério da Saúde resolveu mudar e só vai autorizar mamografias entre 50 e 69 anos. Entre 40 e 50 anos vai depender de uma autorização específica e em uma mama só – uma mama só, Sr. Presidente! Nós precisamos discutir esse assunto. Não é o caso de se tomar tal medida, já que há uma incidência extremamente grande ainda, em várias regiões do País, de câncer de mama. Não tem sentido o Ministério da Saúde fazer uma modificação dessas e obrigar que entre 40 e 50 anos se escolha uma mama para fazer a mamografia.

Essa discussão deve ocorrer, Sr. Presidente. A bancada feminina desta Casa deve se mobilizar. E nós estaremos muito atentos para mudar essa situação.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Gonzaga Patriota) – Concedo a palavra ao eminente Deputado Dr. Ubiali, do PSB de São Paulo.

O SR. DR. UBIALI (PSB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a insegurança na cidade de Franca, a minha cidade, aumenta cada vez mais, com moradores de rua e uma série de coisa que nós não víamos no passado. Isso precisa ser corrigido.

Nós estamos muito preocupados com isso. Estamos preocupados. Até vemos a polícia atuando. Recentemente em um assalto, no Bairro São Joaquim, a polícia chegou em tempo de prender os assaltantes. Mas hoje não se sai de casa mais sem temer ser assaltado.

Precisamos mudar muito, não só o Código Penal – e nós estamos trabalhando para isso –, mas também a ação. O Governo do Estado não consegue mais, sozinho, reverter essa situação. É preciso que o Município atue também. E não adianta argumentar que o Município não tem dinheiro, está no extremo das suas despesas. É preciso, sim, ser responsável pela segurança do cidadão, e o Município é o responsável por isso também, assim como o Governo Federal.

O SR. PRESIDENTE (Gonzaga Patriota) – Concedo a palavra ao Sr. Deputado Edinho Bez.

O SR. EDINHO BEZ (PMDB-SC. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Gonzaga Patriota, Sras. e Srs. Deputados, na qualidade de Deputado Federal, ex-Presidente da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle, que, juntamente com a Comissão de Integração Nacional, compôs o Grupo de Trabalho da Telefonia, tomo a palavra nesta oportunidade para mostrar a minha indignação com uma matéria veiculada na TV e rádios intitulada: *"Presídios têm sinal de celular melhor que delegacia no Rio Grande do Sul".*

> "Escutas policiais indicaram que presos usam telefones dentro dos presídios mesmo com apreensões de 21 mil aparelhos nos últimos dois anos e meio.
> Um teste com o sinal dos celulares comprovou que eles funcionam melhor dentro das prisões gaúchas do que do lado de fora. Ao todo, 21 mil aparelhos foram apreendidos nas penitenciárias nos últimos dois anos e meio, mas as escutas policiais indicam que eles são rapidamente substituídos pelos presos."

Existe um mercado clandestino de celulares no maior presídio do Rio Grande do Sul, só para citar um exemplo. É um negócio feito de preso para preso, com aparelho novo e usado. Esta reportagem é pontual para o caso do Rio Grande do Sul, mas a situação Brasil afora não é diferente.

Continua a reportagem:

> "Usando um aplicativo para celular, a equipe de reportagem comparou o sinal no presídio central com outras áreas da cidade, incluindo uma delegacia, emergência de hospital, a sala do juiz que fiscaliza as principais cadeias e no Ministério Público e comprovou que, atrás das grades, a comunicação é melhor do que fora delas."

Como podemos aceitar uma situação dessas? É um absurdo saber que chegamos neste ponto!

> "'É um sinal claro, limpo, de fácil percepção, o que acaba nos ajudando em termos de investigação criminal, mas que nos causa uma determinada repulsa em saber que o sinal de telefonia dentro de pessoas reclusas do sistema prisional – que não deveriam ter acesso a esse tipo de serviço – acabam tendo mais facilidade que nós', lamenta o delegado Tiago Baldin (...)
> O mesmo teste foi realizado na PASC – Penitenciária de Alta Segurança de Charqueadas, a 60 quilômetros da capital gaúcha. O sindicato que representa as empresas de telefonia diz que não cabe a elas solucionar o problema. 'Não há discriminação entre localidades. Os locais que têm condição geográfica mais favorável a princípio têm sinal de melhor qualidade', afirma Sérgio Kern, diretor do SINDITELEBRASIL.

Como Presidente do Grupo de Trabalho aqui na Câmara dos Deputados, Governos Estaduais e Federal queremos que as operadoras ajudem a encontrar uma saída para acabar com as comunicações entre presos, uma vez que os testes realizados com bloqueadores em presídios fracassaram.

A única certeza que todos nós temos é que, no momento em que o telefone celular ingressa no presídio e o preso faz uso deste telefone celular, a principal função da prisão, que é conter o sujeito, deixa de existir, aumentando a insegurança da população, porque os crimes de roubo, tráfico e homicídio seguem sendo praticados com o uso deste veículo de comunicação, muitas vezes com mais eficiência do que se os bandidos estivessem fora das cadeias.

Precisamos ser firmes e encontrar uma saída, que ao meu entender não deverá ser tão difícil, levando em consideração o avanço tecnológico, a era digital, velocidade na comunicação, como também Internet, Facebook, Twitter, entre outros.

Estamos fazendo a nossa parte cobrando solução neste sentido. Inclusive, recentemente, conversei com a Secretária de Estado da Justiça e Cidadania de Santa Catarina, Ada De Luca, e falamos muito sobre isso quando ela relatou alguns avanços nesse sentido no Estado de Santa Catarina.

Era o que tinha a dizer.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR:

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, na qualidade de ex-Presidente da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle desta Casa, na qual tive a honra de presidir também o Grupo de Trabalho da Telefonia, instalado em 12 de junho de 2013 no âmbito daquela Comissão, tomo a palavra nesta oportunidade para falar sobre as cobranças que estamos fizemos e estamos fazendo junto à ANATEL, Ministério das Comunicações, Tribunal de Contas da União e Operadoras de Telefones Fixo e Móvel/Celular, entre elas o custo muito alto das tarifas, uma das maiores do mundo; a péssima qualidade dos serviços prestados, especialmente as ligações dos celulares; o atendimento ruim quando os clientes querem reclamar. O cliente/ consumidor não consegue cancelar, há despesas excedentes; planos, etc.

No entanto, as novas regras para os serviços de telefone fixo, celular, Internet e TV por assinatura foram autorizadas depois de larga discussão entre nós do Congresso Nacional.

Vale lembrar que a ANATEL atendeu a dois dos nossos pedidos:

No último dia 21 de fevereiro, a ANATEL – Agência Nacional de Telecomunicações aprovou as mudanças, e o consumidor vai poder cancelar contratos sem passar pelo atendente. As mudanças são uma esperança para acabar com a saga que o consumidor enfrenta quando quer cancelar um contrato, e começa a valer em 4 meses.

Atendeu também ao nosso pedido sobre quando o consumidor questionar o valor ou o motivo de uma cobrança. A empresa terá 30 dias para dar uma resposta. Se não responder nesse prazo, ela terá que corrigir a fatura automaticamente ou devolver em dobro o valor questionado.

Também atendeu ao nosso pedido para cancelar o contrato quando não estiver correspondendo com o contrato original, ficando mais fácil cancelar os contratos. As empresas serão obrigadas a oferecer no atendimento eletrônico a opção de cancelamento automático dos serviços. O consumidor não precisará mais falar obrigatoriamente com um atendente, e o cancelamento poderá ser feito também pela Internet. A operadora terá dois dias úteis para confirmar o pedido.

As promoções passam a valer para todos os assinantes, novos e antigos. Atualmente, as empresas fazem ofertas para atrair novos clientes e não oferecem as mesmas condições pra quem já é assinante.

As regras prometem resolver outra reclamação frequente do consumidor: a ligação cair antes de se conseguir uma solução. Se isso acontecer, a empresa será obrigada a ligar de volta. A ligação tem que ser gravada, e o consumidor pode pedir uma cópia.

A Anatel diz que foi o grande número de reclamações, mais de três milhões só no ano passado, que provocou essa mudança. "Eu acho que o usuário está ganhando mais importância na relação com as empresas. É ele que consome, é ele que gasta, portanto ele tem que ser mais respeitado", disse o Sr. João Rezende, Presidente da Anatel.

Outro detalhe das novas regras é que os créditos para celular pré-pago terão validade mínima de 30 dias. As medidas devem sair no Diário Oficial nos próximos dias. A partir da publicação, as operadoras têm de quatro a 18 meses para se adaptar. Agradeço o atendimento por parte da Anatel, apenas discordando do prazo de 4 a 18 meses para se adaptar.

A Associação Brasileira de Televisão por Assinatura e o SINDITELEBRASIL, que representam os prestadores de serviços de telecomunicações, disseram que vão aguardar a publicação para analisar as regras.

Valeu até aqui o nosso esforço, mas a luta continua!

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Gonzaga Patriota) – Com a palavra o Deputado Pedro Eugênio, Líder da bancada do Nordeste.

O SR. PEDRO EUGÊNIO (PT-PE. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, agradeço a deferência, lembrando que sou apenas um humilde coordenador da bancada, que lideramos todos conjuntamente, com a ajuda de V.Exa.

Sr. Presidente, eu gostaria que fossem registradas nos Anais da Casa uma matéria publicada na *Folha de* Pernambuco e outra, no Portal Brasil 247, a respeito de entrevista que dei à *Radio Folha 96,7 FM* sobre o posicionamento do Ministro Gilmar Mendes, que classifiquei naquele momento de preconceituoso, do ponto de vista ideológico, contra o Partido dos Trabalhadores.

O Ministro extrapolou completamente as suas funções de Ministro, fez presunção de culpa sem prova e agiu como militante político de oposição ao Partido dos Trabalhadores, denegrindo a posição daqueles que devem ser neutros e exercer com equilíbrio a função de Ministro Supremo.

Por favor, peço que seja...

(O microfone é desligado.)

O SR. PRESIDENTE (Gonzaga Patriota) – Será encaminhado o pronunciamento de V.Exa.

MATÉRIAS A QUE SE REFERE O ORADOR

Eugênio critica postura de Gilmar no STF

O deputado federal Pedro Eugênio (PT) criticou, em entrevista à **Rádio Folha 96,7 FM**, a postura do ministro do Superior Tribunal Federal (STF) Gilmar Mendes, que cobrou uma "vaquinha" para o ressarcimento ao erário público do que teria sido desviado durante o mensalão. Na carta, o magistrado indica que essa vaquinha deveria chegar pelo menos perto dos "R$ 100 milhões subtraídos dos cofres públicos".

"Gilmar Mendes extrapola sua função no Supremo Tribunal Federal. Ele presumiu culpa do PT e fez uma acusação grave por puro preconceito ideológico. O PT tem base social, tem muita gente querendo doar. Há uma rede de solidariedade. É uma acusação que ele tem que prestar contas. É uma calúnia. Ele teria que apresentar provas, não querer aparecer na mídia", disparou o petista.

Eugênio: "Gilmar tem preconceito ideológico"

O deputado federal Pedro Eugênio (PT) realizou pesadas críticas ao ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Gilmar Mendes, que ridicularizou as doações feitas pela militância do PT em prol do pagamento das multas dos petistas condenados no processo do mensalão, além de sugerir uma nova "vaquinha", para "ressarcir os R$ 100 milhões subtraídos dos cofres públicos"; "Gilmar Mendes presumiu culpa do PT e fez uma acusação grave por puro preconceito ideológico. É uma acusação que ele tem que prestar contas. É uma calúnia. Ele teria que apresentar provas, não querer aparecer na mídia", disse o parlamentar.

Pernambuco 247 – O deputado federal Pedro Eugênio (PT) realizou pesadas críticas ao ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Gilmar Mendes, que ridicularizou as doações feitas pela militância do PT em prol do pagamento das multas dos petistas condenados no processo do mensalão, além de sugerir uma nova "vaquinha", para "ressarcir os R$ 100 milhões subtraídos dos cofres públicos". De acordo com Eugênio, as atitudes de Mendes demonstram um "preconceito ideológico" do ministro contra o partido e que ele teria que "apresentar provas, não querer aparecer na mídia".

"Gilmar Mendes presumiu culpa do PT e fez uma acusação grave por puro preconceito ideológico. É uma acusação que ele tem que prestar contas. É uma calúnia. Ele teria que apresentar provas, não querer aparecer na mídia", afirmou Eugênio, nesta sexta-feira (14), em entrevista à Rádio Folha.

Em um documento enviado ao senador Eduardo Suplicy (PT), Mendes ironizou as doações realizadas para os ex-dirigentes do PT Delúbio Soares, José Genoíno e José Dirceu, condenados pelo STF na Ação Penal 470, mais conhecida como "mensalão". De acordo com o ministro, as doações "sabotam e ridicularizam o cumprimento da pena – que a Constituição estabelece como individual e intransferível – pelo próprio apenado, fazendo aumentar a sensação de impunidade que tanto prejudica a paz social no país".

Para Mendes, a "capacidade de arrecadação" demonstrada pelos petistas deveria servir também para que fosse feita uma nova "vaquinha", que teria como objetivo ressarcir os cofres públicos da quantia desviada durante o mensalão. "Quem sabe o ex-tesoureiro Delúbio Soares, com a competência arrecadatória que demonstrou – R$ 600.000,00 em único dia, verdadeiro e inédito prodígio! –, possa emprestar tal expertise à recuperação de pelo menos parte dos R$ 100 milhões subtraídos dos cofres públicos", ironizou o ministro, na carta.

A desconfiança do ministro do STF acerca das doações realizadas pelo PT foram rebatidas por Pedro Eugênio, que afirmou que "o PT tem base social, com muita gente disposta a doar. "Existe uma rede de solidariedade. Gilmar Mendes extrapola sua função no Supremo Tribunal Federal", disparou o parlamentar.

Não é a primeira traulitada realizada por Mendes ao sistema de doações do PT. No último dia 4, o ministro insinuou que o dinheiro doado poderia ser um artífice para um processo de "lavagem de dinheiro". "Eu acho que está tudo muito esquisito. Se a gente aprende a ler sinais vai ver que está muito esquisito. Coleta de dinheiro, com grandes facilidades", declarou o ministro, na ocasião. O sistema de doações realizado pelas famílias e amigos dos petistas arrecadou cerca de R$ 1 milhão para o pagamento da multa-pena de Delúbio Soares e de R$ 700 mil em prol de José Genoino. Há dois dias no ar, o site de José Dirceu arrecadou R$ 225 mil de mais de mil doadores.

O PRESIDENTE (Gonzaga Patriota) – Concedo a palavra ao eminente Deputado Pedro Uczai.

O SR. PEDRO UCZAI (PT-SC. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero neste momento dar conhecimento e publicidade ao nosso pronunciamento e, ao mesmo tempo, convocar todas as mulheres deste País, principalmente as da agricultura familiar, para se unirem àquelas que, amanhã, estarão se mobilizando no Sul do País para conquistar um direito fundamental, não só para a mãe, mas também para suas crianças, seus filhos: a ampliação da licença-maternidade de 4 para 6 meses.

Está comprovado que é fundamental para o futuro da criança o aleitamento materno no primeiro ano de vida, e é fundamental não só como direito social da mãe, mas também como direito educacional da criança, já que o primeiro ano de boa alimentação, com boa formação cerebral, vai definir, em grande parte, não

só que possíveis doenças sejam evitadas no futuro, mas também o direito de aprender a ler e escrever, a se alfabetizar, e a estudar.

Por isso amanhã...

(O microfone é desligado.)

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR:

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero aqui registrar novamente a importância da alteração do período de concessão da salário-maternidade de 4 para 6 meses, tema do Projeto de Lei 4.765, de 2012, de minha autoria.

Trata-se de uma demanda legítima das trabalhadoras, tanto urbanas quanto rurais, ou seja, de todas as mulheres brasileiras e, sobretudo, de um direito de seus filhos, como também dos segmentos sociais ligados ao tema da proteção à saúde da criança.

Essa mudança irá beneficiar todas as mulheres, independentemente da forma de trabalho delas. Por isso, somam-se a essa nossa iniciativa importantes movimentos de mulheres, como o coletivo de mulheres integrantes da regional sul da Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar – FETRAF-SUL.

Por meio de manifestação do Coletivo de Mulheres FETRAF-Sul, vemos que:

> "Ao longo da história sabemos da persistência das mulheres na luta por seus direitos. Não é diferente para as agricultoras familiares, essas que são agentes da organização familiar, da educação dos filhos, dos trabalhos domésticos, da produção dos alimentos, da geração de renda e principalmente centro de aconchego da família. (...) como exemplo de persistência, principalmente das mulheres, que em 1988, com a Constituição Federal, em 1991 com a lei nº 8.213, que o direito a aposentadoria por idade foi garantido e os agricultores e agricultoras familiares reconhecidos através de seu árduo trabalho durante sua vida, pela previdência social. Esse direito fez com que nossas mulheres pudessem organizar-se financeiramente, aumentando sua autoestima e, consequentemente, melhorando a sua qualidade de vida e de sua família. O empoderamento dessas mulheres fez com que mais delas se libertassem da submissão, muitas vezes sofrida, a seus companheiros e à própria sociedade, proporcionando acesso às demais políticas públicas existentes e à construção de novas que atendessem às demais demandas necessárias."

Mas, na aludida manifestação, as militantes trabalhadoras da agricultura reforçam que não era suficiente o alcance dos demais benefícios previdenciários sem o direito à proteção à maternidade da agricultora familiar. Por isso partiram para a luta em busca de mais direitos, o que resultou no direito, em sede de legislação previdenciária, ao acesso ao salário-maternidade de 120 dias para as agricultoras familiares. Tal garantia proporcionou à mãe e à criança a necessária tranquilidade nos primeiro meses da chegada do bebê. Entretanto, tanto o Ministério da Saúde como as demais autoridades médicas sustentam que os cuidados essenciais para um recém-nascido passam pelo aleitamento materno como alimentação exclusiva até os 6 meses de idade da criança. E é por esse motivo que entendemos a necessidade de ampliação de 4 para 6 meses do benefício previdenciário do salário-maternidade, de forma ampla e irrestrita, tanto para agricultoras familiares quanto para empregadas urbanas, para que assim essas mulheres possam ter o mínimo existencial, em termos materiais, e, portanto, tranquilidade para cuidar de seus bebês.

Ainda que a ampliação em mais 60 dias do salário-maternidade impacte em termos previdenciários, convém enfatizar que, no caso do regime próprio dos servidores públicos, esse impacto já está plenamente consolidado no Orçamento desde a promulgação da Lei 11.770/2008. Por outro lado, o novo ônus recairá sobre o Regime Geral da Previdência Social, que atualmente contabiliza apenas 120 dias para pagamento do benefício. No entanto, essa despesa é a menor entre todos os gastos com pagamentos de benefícios previdenciários. Segundo dados divulgados oficialmente, corresponde a menos de 1% do total dos pagamentos do RGPS.

Além disso, especialistas apontam que o Orçamento Geral da Seguridade Social terá um ganho na medida em que já está comprovado que o tempo ampliado de aleitamento reduz em 17% as internações por pneumonia no Sistema Único de Saúde, além da redução também das doenças alérgicas decorrentes de problemas nutricionais, entre outros. Portanto a redução dessa despesa fica indicada como compensatória do possível aumento na despesa previdenciária.

A direção da Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar da Região Sul (FETRAF-SUL/CUT) organizou as mobilizações que acontecerão em Santa Catarina, Paraná e Rio Grande do Sul, no próximo dia 27 de fevereiro. O principal motivo das mobilizações é a ampliação da licença-maternidade de 4 para 6 meses para todas as mulheres trabalhadoras brasileiras e a garantia e manutenção dos direitos previdenciários dos trabalhadores e tem como lema *Mulheres do campo e da cidade lutando por seis meses de licença-maternidade*.

Os sindicatos da Federação coletaram mais de 100 mil assinaturas, que já foram entregues ao Governo Federal, no abaixo-assinado reivindicando esse direito das mulheres.

Os atos de mobilização e reivindicação, aos quais sou respeitoso, solidário e defensor, pelas razões aqui expostas, acontecerão em diversos Estados do País.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Gonzaga Patriota) – Com a palavra o Deputado Manato, que disporá do tempo que desejar.

O SR. MANATO (SDD-ES. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu gostaria de fazer um registro, porque neste final de semana começa o carnaval, e o Espírito Santo tem um dos melhores carnavais do País.

O nosso carnaval é muito direcionado ao litoral. O carnaval do litoral sul, em Guarapari, Anchieta, Piúma, Marataízes, Itapemirim e Presidente Kennedy, é uma maravilha. Cada cidade tem a sua característica: Piúma tem trio elétrico; Guarapari tem os blocos de carnaval, tem a escola de samba; Anchieta, no bairro de Iriri, tem o carnaval das famílias, o carnaval de disputa de som. Cada localidade tem uma particularidade.

E nós estamos lá para receber os turistas. Que sejam bem-vindos os mineiros, os cariocas, os paulistas, os candangos, daqui de Brasília, que vão ser sempre bem recepcionados pelo Estado do Espírito Santo.

E há, também, o carnaval no norte do Estado: Guriri, São Mateus, Conceição da Barra, etc.

Tenho certeza de que quem for ao Espírito Santo não vai se arrepender.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Gonzaga Patriota) – Com a palavra o Deputado Vanderlei Macris.

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB-SP. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu quero apenas comunicar à Casa que nós tivemos, no último dia 22, o falecimento em minha cidade, Americana, do ex-Vice-Prefeito do Município de Nova Odessa Dietrich Rudolf Friedrich Otto Reibel, conhecido também como Dieter Reibel.

Dos anos que conheci o Sr. Dieter, ressalto o senso de justiça, de inteligência. Foi uma pessoa de digno trato com todos aqueles que se aproximavam dele.

Ele tinha origem em uma família trabalhadora e que deu uma grande contribuição à cidade de Nova Odessa, especialmente aos empresários da cidade. Ele tinha uma empresa de sucesso, hoje tocada pelos filhos.

Ele contribuiu muito com a história da cidade e foi um industriário, realmente, de sucesso.

Eu queria deixar, aqui, a minha solidariedade a toda a família, meus cumprimentos à família, e dizer que essa solidariedade se deve à relação pessoal que eu tinha com esse grande homem público que foi o Dieter Reibel, na cidade de Nova Odessa.

Eu queria pedir, inclusive, a V.Exa. que o programa *A Voz do Brasil* divulgue este meu discurso.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Gonzaga Patriota) – V.Exa. será atendido nos termos regimentais, e o pronunciamento será transmitido no programa *A Voz do Brasil*.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR:

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, faleceu no último dia 22, em minha cidade, Americana, São Paulo, o ex-Vice-Prefeito do Município de Nova Odessa, no Estado, Dietrich Rudolf Friedrich Otto Reibel, também conhecido como Dieter Reibel.

Dos anos que conheci o Sr. Dieter, ressalto o senso de justiça, a inteligência e o digno trato com todos que dele se aproximavam. Era um homem integro e honesto, respeitado por toda a Região Metropolitana de Campinas.

Durante o seu mandato como Vice-Prefeito de Nova Odessa, entre os anos de 1989 a 1993, o Sr. Dieter contribuiu para a história da cidade, tanto pelo seu trabalho quanto pelos seus relatos de vida.

Foi industriário, proprietário da empresa Miabel, fundador do MDB de Nova Odessa e fundador e primeiro presidente do Esporte Clube Lítero, no ano de 1962.

Homenageando a atuação do ex-Vice-Prefeito, em 2008, o nome de Dieter Reibel foi dado ao Centro de Alimentação Escolar da Prefeitura Municipal de Nova Odessa.

Nos últimos anos, mesmo com a idade já avançada, era um dos diretores da Sociedade Geriátrica de Nova Odessa, atuando para garantir melhor qualidade de vida para os idosos do Município.

É por isso, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, que quero deixar aqui, no Plenário desta Casa, minha homenagem ao ex-Vice-Prefeito do Município de Nova Odessa, Dieter Reibel.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Gonzaga Patriota) – Com a palavra o Deputado Celso Maldaner.

O SR. CELSO MALDANER (PMDB-SC. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, eu gostaria de registrar que participamos, na última sexta-feira, dia 21 de fevereiro, da solenidade

de entrega de 100 novas unidades habitacionais do Loteamento Vida Nova, no Município de São Domingos. Com a finalidade de resolver um problema habitacional histórico no Município, o Governo Municipal viabilizou a construção de um conjunto habitacional com toda a estrutura necessária para que as famílias que viviam em situação de risco – as margens do Rio Bonito e em ocupações irregulares – pudessem ter uma moradia digna com qualidade de vida.

As novas unidades – construídas por meio do Programa Minha Casa, Minha Vida – possuem aquecimento solar e terão à disposição ruas pavimentadas, passeios, rede de água e energia, iluminação pública, uma praça com quadra coberta, quadra de areia e *playground* para momentos de lazer e esportes. Também fazem parte do conjunto de ações do Loteamento Vida Nova a construção da ponte sobre o Rio Bonito e a pavimentação asfáltica da Rua XV de Novembro. Os investimentos se aproximam a 8 milhões de reais, sendo o maior projeto habitacional no Brasil em Municípios com até 50 mil habitantes. Eu gostaria de parabenizar a Administração Municipal e me colocar à disposição para viabilizar novas parcerias com o Governo Federal para melhorar a vida de todos os munícipes de São Domingos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Gonzaga Patriota) – Com a palavra o Deputado Francisco Chagas.

O SR. FRANCISCO CHAGAS (PT-SP. Sem revisão do orador.) – Obrigado.

Sr. Presidente, é para encaminhar como lido um pronunciamento que faço hoje, no qual trato do artigo publicado, ontem, no jornal *Valor Econômico*, do Presidente Lula. Nesse artigo, o Presidente Lula faz um balanço dos últimos 11 anos do Governo do PT. Sobre a existência de uma inflação descontrolada, que a Oposição tem falado muito aqui, quero dizer que nós saímos de 12,5% para 5,9%. Sobre a nossa dívida pública, que se reduziu pela metade, entre outros assuntos, o nosso Presidente trata com muito vigor.

Peço a V.Exa. que encaminhe o meu pronunciamento como lido e o publique nos meios de comunicação desta Casa e no programa *A Voz do Brasil*, inclusive, nos Anais desta Casa, anexando o artigo do Presidente Lula na íntegra.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Gonzaga Patriota) – V.Exa. será atendido nos termos regimentais.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR:

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o jornal *Valor Econômico*, na sua edição de ontem, dia 25, publicou artigo do Presidente Lula intitulado: *Por que o Brasil é o país das oportunidades.* Ele faz uma retrospectiva dos 11 anos de mandato do Partido dos Trabalhadores à frente dos destinos desta Nação.

No texto, o Presidente Lula traz detalhes sobre o grande salto que o Brasil deu, seja econômico, seja social, pois a política adotada desde 2003 foi de crescer com distribuição de renda. Muito diferente do que fez o Governo FHC, que preferiu o caminho da privatização ao fortalecimento das empresas públicas, patrimônio do povo brasileiro.

Só para termos ideia – os números colocados no artigo mostram com clareza este crescimento com justiça social –, o PIB cresceu em dólares, neste período, quase quatro vezes e meia, superando U$ 2,2 trilhões. O comércio externo saltou de U$ 108 bilhões para 480 bilhões ao ano, colocando o Brasil entre os cinco maiores destinos de investimentos externo direto.

A inflação, que a Oposição tanto fala aqui desta tribuna que está fora de controle, foi reduzida de 12,5%, em 2002, para 5,9% nos dias de hoje, e os esforços da equipe econômica continuam para trazê-la ao centro da meta. A dívida pública líquida foi reduzida praticamente pela metade do que tínhamos no Governo tucano, caindo dos 60,4% para 33,8%.

Os investimentos do setor industrial, apoiados pelos Governos Lula e Dilma, com a disponibilização de crédito e desonerações, mostra que não somos apenas grandes produtores de grãos – setor importantíssimo no equilíbrio da balança comercial –, seja na produção vinda do agronegócio, seja na produção da agricultura familiar. Mas também nos destacamos como grandes produtores em outros setores, como o automobilístico, o de máquinas agrícolas, o de aviões e o de alumínio, entre outros.

A implantação de políticas sociais colocou os mais pobres no centro do mercado consumidor, reduzindo as desigualdades e gerando oportunidades de consumo para aqueles que antes nunca fizeram parte das pesquisas que avaliam o crescimento nas vendas, principalmente no varejo.

Foram gerados, neste período, mais de 21 milhões de empregos de acordo com pesquisa recente divulgada pelo IBGE, e 36 milhões de brasileiros e brasileiras saíram da pobreza extrema, além dos 42 milhões que alcançaram a classe média.

Para os pessimistas de plantão, queremos que mostrem a nós e ao povo brasileiro *"quantos países conseguiram tanto, em tão pouco tempo, com democracia plena e instituições estáveis?"* – pergunta o Presidente Lula em seu artigo.

Hoje o Brasil deixou de ser um país vulnerável, enquanto que do final da década de 90, até 2002, apenas uma neblina em qualquer economia dos chamados países ricos ou desenvolvidos causava uma tempestade na economia brasileira.

O Brasil dispõe hoje de reservas que chegam a U$ 376 bilhões, e isto significa que temos mais de dez vezes o que tínhamos em 2002. *"Que outro grande país, além da China, tem reservas superiores a 18 meses de importações?"* – volta a indagar o Presidente Lula, em seu brilhante artigo.

Várias são as indagações feitas pelo Presidente Lula nesse artigo, para os que diariamente tentam mostrar um país em crise, um caos, o que sabemos não ser verdade. Mas em contraponto, o Presidente Lula demonstra o quanto o Brasil é hoje um país diferente, competitivo, com economia estável, com geração de empregos acima de 10,5 milhões, enquanto o resto do mundo destruía 62 milhões de empregos, segundo a OIT.

Enquanto a oposição trabalha na direção da política do quanto pior melhor, como tentaram fazer ontem aqui neste plenário, sem sucesso, aprovar requerimento de Comissão Externa para investigar denúncias contra a Petrobras, feitas por um veículo de comunicação como a revista Veja, que vem ao longo dos últimos 11 anos tentando denegrir a imagem do nosso Governo, a Petrobras investe US$ 236 bilhões para dobrar a produção até 2020, colocando o Brasil entre os seis maiores produtores mundiais de petróleo. "Quantos países oferecem oportunidades como estas?" – volta a perguntar o nosso Presidente Lula.

Em resposta aos que tentam cotidianamente desqualificar o trabalho que vem sendo desenvolvido na Petrobras por sua Presidenta Graça Foster, seus diretores e todos os demais trabalhadores, a resposta veio nesta terça-feira, dia 25, com a divulgação do seu balanço do ano de 2013, em que obteve um crescimento de 11% em relação a 2012, alcançando um lucro de R$ 23,6 bilhões.

Na EMBRAER a situação não é diferente. O lucro de R$ 777 milhões no ano passado e divulgado ontem, dia 25, com um crescimento em relação a 2012 de 11,5% foi acima da expectativa do mercado e seus dirigentes afirmam ter atingido todas as principais estimativas para 2013.

Na área da educação os investimentos foram triplicados, e o Presidente Lula novamente faz algumas indagações e apresenta os números dos avanços nesse setor. Vejamos: *"Qual o país no mundo, segundo a OCDE, que mais aumentou o investimento em educação? Que triplicou o orçamento federal do setor; ampliou e financiou o acesso ao ensino superior, com o PROUNI, o FIES e as cotas, e duplicou para 7 milhões as matrículas nas universidades? Que levou 60 mil jovens a estudar nas melhores universidades do mundo? Abrimos mais escolas técnicas em 11 anos do que se fez em todo o século XX. O PRONATEC qualificou mais de 5 milhões de trabalhadores. Destinamos 75% dos royalties do petróleo para a educação".*

Nestes 11 anos de governo fizemos muito, mas sabemos que muito mais precisa ser feito, e o Presidente Lula ressalta isto no seu artigo quando afirma: *"É preciso fazer mais: simplificar e desburocratizar a estrutura fiscal, aumentar a competitividade da economia, continuar reduzindo aportes aos bancos públicos, aprofundar a inclusão social que está na base do crescimento. Mas não se pode duvidar de um país que fez tanto em apenas 11 anos".*

Para finalizar, Sr. Presidente, quero apenas ressaltar mais um dado importante que faz parte do referido artigo. Trata-se da indústria naval brasileira, que no Governo FHC chegou a zero e que no nosso Governo foi reerguida e hoje emprega 78 mil pessoas e já é a terceira maior do mundo.

Para encerrar, solicito a V.Exa. que autorize a divulgação deste meu pronunciamento nos meios de comunicação da Câmara dos Deputados e que fique registrado, na íntegra, nos Anais da Casa o artigo do Presidente Lula, anexo ao meu pronunciamento.

Era o que tinha a dizer.

ARTIGO A QUE SE REFERE O ORADOR:

Por que o Brasil é o País das oportunidades

Por Luiz Inácio Lula da Silva

Passados cinco anos do início da crise global, o mundo ainda enfrenta suas consequências, mas já se prepara para um novo ciclo de crescimento. As atenções estão voltadas para mercados emergentes como o Brasil. Nosso modelo de desenvolvimento com inclusão social atraiu e continua atraindo investidores de toda parte. É hora de mostrar as grandes oportunidades que o país oferece, num quadro de estabilidade que poucos podem apresentar.

Nos últimos 11 anos, o Brasil deu um grande salto econômico e social. O PIB em dólares cresceu 4,4 vezes e supera US$ 2,2 trilhões. O comércio externo passou de US$ 108 bilhões para US$ 480 bilhões ao ano. O país tornou-se um dos cinco maiores destinos de investimento externo direto. Hoje somos grandes produtores

de automóveis, máquinas agrícolas, celulose, alumínio, aviões; líderes mundiais em carnes, soja, café, açúcar, laranja e etanol.

Reduzimos a inflação, de 12,5% em 2002 para 5,9%, e continuamos trabalhando para trazê-la ao centro da meta. Há dez anos consecutivos a inflação está controlada nas margens estabelecidas, num ambiente de crescimento da economia, do consumo e do emprego. Reduzimos a dívida pública líquida praticamente à metade; de 60,4% do PIB para 33,8%. As despesas com pessoal, juros da dívida e financiamento da previdência caíram em relação ao PIB.

Colocamos os mais pobres no centro das políticas econômicas, dinamizando o mercado e reduzindo a desigualdade. Criamos 21 milhões de empregos; 36 milhões de pessoas saíram da extrema pobreza e 42 milhões alcançaram a classe média.

Quantos países conseguiram tanto, em tão pouco tempo, com democracia plena e instituições estáveis?

A novidade é que o Brasil deixou de ser um país vulnerável e tornou-se um competidor global. E isso incomoda; contraria interesses. Não é por outra razão que as contas do país e as ações do governo tornaram-se objeto de avaliações cada vez mais rigorosas e, em certos casos, claramente especulativas. Mas um país robusto não se intimida com as críticas; aprende com elas.

A dívida pública bruta, por exemplo, ganhou relevância nessas análises. Mas em quantos países a dívida bruta se mantém estável em relação ao PIB, com perfil adequado de vencimentos, como ocorre no Brasil? Desde 2008, o país fez superávit primário médio anual de 2,58%, o melhor desempenho entre as grandes economias. E o governo da presidenta Dilma Rousseff acaba de anunciar o esforço fiscal necessário para manter a trajetória de redução da dívida em 2014.

Acumulamos US$ 376 bilhões em reservas: dez vezes mais do que em 2002 e dez vezes maiores que a dívida de curto prazo. Que outro grande país, além da China, tem reservas superiores a 18 meses de importações? Diferentemente do passado, hoje o Brasil pode lidar com flutuações externas, ajustando o câmbio sem artifícios e sem turbulência. Esse ajuste, que é necessário, contribui para fortalecer nosso setor produtivo e vai melhorar o desempenho das contas externas.

O Brasil tem um sistema financeiro sólido e expandiu a oferta de crédito com medidas prudenciais para ampliar a segurança dos empréstimos e o universo de tomadores. Em 11 anos o crédito passou de R$ 380 bilhões para R$ 2,7 trilhões; ou seja, de 24% para 56,5% do PIB. Quantos países fizeram expansão dessa ordem reduzindo a inadimplência?

O investimento do setor público passou de 2,6% do PIB para 4,4%. A taxa de investimento no país cresceu em média 5,7% ao ano. Os depósitos em poupança crescem há 22 meses. É preciso fazer mais: simplificar e desburocratizar a estrutura fiscal, aumentar a competitividade da economia, continuar reduzindo aportes aos bancos públicos, aprofundar a inclusão social que está na base do crescimento. Mas não se pode duvidar de um país que fez tanto em apenas 11 anos.

Que país duplicou a safra e tornou-se uma das economias agrícolas mais modernas e dinâmicas do mundo? Que país duplicou sua produção de veículos? Que país reergueu do zero uma indústria naval que emprega 78 mil pessoas e já é a terceira maior do mundo?

Que país ampliou a capacidade instalada de eletricidade de 80 mil para 126 mil MW, e constrói três das maiores hidrelétricas do mundo? Levou eletricidade a 15 milhões de pessoas no campo? Contratou a construção de 3 milhões de moradias populares e já entregou a metade?

Qual o país no mundo, segundo a OCDE, que mais aumentou o investimento em educação? Que triplicou o orçamento federal do setor; ampliou e financiou o acesso ao ensino superior, com o Prouni, o FIES e as cotas, e duplicou para 7 milhões as matrículas nas universidades? Que levou 60 mil jovens a estudar nas melhores universidades do mundo? Abrimos mais escolas técnicas em 11 anos do que se fez em todo o Século XX. O Pronatec qualificou mais de 5 milhões de trabalhadores. Destinamos 75% dos royalties do petróleo para a educação.

E que país é apontado pela ONU e outros organismos internacionais como exemplo de combate à desigualdade?

O Brasil e outros países poderiam ter alcançado mais, não fossem os impactos da crise sobre o crédito, o câmbio e o comércio global, que se mantém estagnado. A recuperação dos Estados Unidos é uma excelente notícia, mas neste momento a economia mundial reflete a retirada dos estímulos do Fed. E, mesmo nessa conjuntura adversa, o Brasil está entre os oito países do G-20 que tiveram crescimento do PIB maior que 2% em 2013.

O mais notável é que, desde 2008, enquanto o mundo destruía 62 milhões de empregos, segundo a Organização Internacional do Trabalho, o Brasil criava 10,5 milhões de empregos. O desemprego é o menor da nossa história. Não vejo indicador mais robusto da saúde de uma economia.

Que país atravessou a pior crise de todos os tempos promovendo o pleno emprego e aumentando a renda da população?

Cometemos erros, naturalmente, mas a boa notícia é que os reconhecemos e trabalhamos para corrigi-los. O governo ouviu, por exemplo, as críticas ao modelo de concessões e o tornou mais equilibrado. Resultado: concedemos 4,2 mil quilômetros de rodovias com deságio muito acima do esperado. Houve sucesso nos leilões de petróleo, de seis aeroportos e de 2.100 quilômetros de linhas de transmissão de energia.

O Brasil tem um programa de logística de R$ 305 bilhões. A Petrobras investe US$ 236 bilhões para dobrar a produção até 2020, o que vai nos colocar entre os seis maiores produtores mundiais de petróleo. Quantos países oferecem oportunidades como estas?

A classe média brasileira, que consumiu R$ 1,17 trilhão em 2013, de acordo com a Serasa/Data Popular, continuará crescendo. Quantos países têm mercado consumidor em expansão tão vigorosa?

Recentemente estive com investidores globais no Conselho das Américas, em Nova Iorque, para mostrar como o Brasil se prepara para dar saltos ainda maiores na nova etapa da economia global. Voltei convencido de que eles têm uma visão objetiva do país e do nosso potencial, diferente de versões pessimistas. O povo brasileiro está construindo uma nova era – uma era de oportunidades. Quem continuar acreditando e investindo no Brasil vai ganhar ainda mais e vai crescer junto com o nosso país.

Luiz Inácio Lula da Silva é ex-presidente da República e presidente de honra do PT

O SR. PRESIDENTE (Gonzaga Patriota) – Tem a palavra o Deputado José Stédile, do Rio Grande do Sul.

O SR. JOSÉ STÉDILE (PSB-RS. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Presidente, que também é socialista, de Pernambuco.

Eu quero registrar o Dia Internacional das Doenças Raras. Nosso Deputado Romário, do Partido Socialista Brasileiro, articulou um grande debate no Auditório Nereu Ramos para tratar das doenças raras que preocupam a Nação inteira e que precisam não só da atenção deste Parlamento, mas do Governo brasileiro.

Também, Sr. Presidente, quero lamentar que o debate em torno da Petrobras, seja feito através da mídia, das revistas... Na nossa opinião, o principal problema da Petrobras se deu no ano passado, naquele famoso leilão do campo de Libra. Ele não deveria ter ocorrido, deveria ter sido cancelado. Foi um péssimo negócio para a Nação brasileira. Foi um leilão em que apenas um grupo estava habilitado, e ganhou com preço mínimo, um leilão que foi direcionado. Quem se preocupa com a Petrobras deveria ter lutado para impedir aquele leilão que prejudicou o futuro da nossa Nação.

O SR. PRESIDENTE (Gonzaga Patriota) – Concedo a palavra ao eminente Deputado Marcus Pestana, do PSDB.

O SR. MARCUS PESTANA (PSDB-MG. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu gostaria de pedir apoio à Casa. Há uma grave crise fiscal. Como diz o Senador Aécio, é preciso gastar mais com a sociedade, com a população, e menos com a máquina do Governo. As expectativas se montam muito em torno do desarranjo fiscal. O Brasil está vivendo uma crise de confiança por parte dos investidores.

Eu apresentei hoje um projeto de lei normatizando de vez a questão do teto salarial. Há uma lacuna legal, nós tropeçamos na questão dos procuradores federais, e volta e meia essa lacuna na regulamentação da Constituição se coloca. Portanto, o projeto de lei fixa aquilo que está excluído do teto – 13º, verba de trabalho noturno, serviço extraordinário, férias, adicional por atividades penosas – e fixa claramente o que está dentro do teto. Tudo o que não estiver aqui obviamente está incluído no teto, essas aqui estão excluídas.

Então, peço apoio às Lideranças para que a gente enfrente isso de vez. Nós precisamos dar sinais de austeridade, de responsabilidade fiscal. Então, eu peço que seja divulgada essa iniciativa que vai no sentido da responsabilidade fiscal e de dirimir de vez a questão da parcela constitucional não indenizatória e do teto salarial dos servidores públicos.

O SR. PRESIDENTE (Gonzaga Patriota) – V.Exa. será atendido nos termos regimentais.

O SR. PRESIDENTE (Gonzaga Patriota) – Eu falei hoje aqui de um grande Parlamentar que Deus mandou buscar, Nelson Trad. O Themístocles Sampaio foi quem mais presidiu esta Casa. Vai falar o seu filho, Deputado Marllos Sampaio, do Piauí.

O SR. MARLLOS SAMPAIO (PMDB-PI. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Eu queria aqui registrar que estou pedindo novas informações ao Ministério de Minas e Energia e queria solicitar ao Ministro Edison Lobão que mantenha sua palavra, cumpra os compromissos que fez perante a bancada do Piauí e inaugure as subestações das cidades de Valença do Piauí, Parnaíba e Teresina, que até hoje o Ministério, sua equipe técnica e o Ministro, ninguém deu satisfação sobre a ida dele ao Estado, que estava agendada e foi cancelada sem prévio aviso. Esse é meu pedido.

O problema continua grave no Estado do Piauí. Os apagões continuam sucessivamente acontecendo na Capital do Piauí e no interior do Estado. Estamos chegando a mais um carnaval, e o litoral sempre é prejudicado – o litoral de Parnaíba e Luís Correia – com problemas de energia elétrica. Esperamos que neste ano isso

não aconteça, que mandem técnicos para o nosso litoral e para as cidades que desenvolvem o carnaval com maior intensidade, para bem receber os turistas. E que o Ministro de Minas e Energia cumpra seu compromisso.

A cidade de Valença do Piauí continua com oscilações constantes na energia, naquela subestação ainda não se resolveu o problema. Ainda está faltando complemento para ser inaugurada! Na cidade de Esperantina, os apagões também são constantes! Na Capital Teresina não é diferente! E é assim por todo o Estado do Piauí!

Ministro Edison Lobão, do meu partido, o PMDB – parece que é uma capitania hereditária do Maranhão –, cumpra seu compromisso! Cumpra a sua palavra! Seja homem para honrar seus compromissos! E vá ao Estado do Piauí resolver o problema de energia elétrica!

Solicito que meu pronunciamento seja divulgado em *A Voz do Brasil*, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Gonzaga Patriota) – Concedo a palavra ao eminente Deputado Professor Sérgio de Oliveira, do Paraná.

O SR. PROFESSOR SÉRGIO DE OLIVEIRA (PSC-PR. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero tratar de dois breves assuntos.

Primeiro, nós temos o PL 275, de 2001, para o qual solicitamos prioridade para que seja colocado na pauta de votações. Esse projeto já foi aprovado no Senado e em todas as Comissões da Câmara. Ele trata da aposentadoria especial para as mulheres da Polícia Federal e da Polícia Rodoviária Federal. Que essas servidoras tenham direito de se aposentar, como outras categorias já têm, com 25 anos de contribuição.

Segundo, quero solicitar que seja regulamentada, o mais breve possível, a Lei nº 12.855, de 2013, que trata do adicional de fronteira para a Polícia Rodoviária Federal, Receita Federal e Polícia Federal. Sou de Foz do Iguaçu, no Paraná, Sr. Presidente, região de fronteira com o Paraguai, com a Argentina. Temos, por exemplo, os Municípios de Foz do Iguaçu, Guaíra, Cascavel nessa região, e gostaríamos de ver também esses Municípios contemplados dentro da regulamentação do adicional de fronteira. O Brasil tem mais de 16 mil quilômetros de fronteira, e a Polícia Federal, a Receita Federal, a Polícia Rodoviária Federal são fundamentais, são categorias importantes na repressão de todo tipo de crime nas fronteiras nacionais.

Então, são dois pedidos, Sr. Presidente: a regulamentação da Lei nº 12.855, de 2013, que trata do adicional de fronteira; e que se coloque na pauta de votação o Projeto nº 275, de 2001, que tramita há 13 anos e que trata da redução para 25 anos da contribuição da aposentadoria para as mulheres da Polícia Federal e da Polícia Rodoviária Federal.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Gonzaga Patriota) – V.Exa. será atendido.

O SR. PRESIDENTE (Gonzaga Patriota) – Agora vamos cumprir o horário rigorosamente, há seis oradores ainda para encaminhar.

Tem a palavra o Deputado Geraldo Resende.

O SR. GERALDO RESENDE (PMDB-MS. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, esta semana, a revista *Veja* publicou artigo importante, matéria de capa, que mostra os dez Municípios do País que mais se destacam em vários setores, principalmente na geração de emprego, dois deles localizados em Mato Grosso do Sul.

Ontem eu falei sobre Dourados, hoje eu falo sobre Três Lagoas, terceiro lugar no *ranking* de Municípios onde há empregos com salários bastante avantajados, acima de 5 mil reais.

Eu gostaria de dizer da importância de fazer este registro e de mostrar a boa administração que a Prefeita Marcia Moura está fazendo, seguindo a administração anterior da hoje Vice-Governadora Simone Tebet. Nós conhecemos tão bem Três Lagoas: 3 mil empresas, nos últimos 8 anos, mais de 51 indústrias...

(O microfone é desligado.)

O SR. PRESIDENTE (Gonzaga Patriota) – V.Exa. será atendido nos termos regimentais.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR:

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a revista *Veja* publicou no último final de semana uma reportagem que aborda as dez cidades do Brasil com o maior número de criação de vagas de trabalho com salários considerados altos. Duas cidades de Mato Grosso do Sul alcançaram o pódio.

Como falei em pronunciamento anterior, a minha cidade de Dourados ficou em segundo lugar. Mas neste discurso quero evidenciar a medalha de bronze desse *ranking*: Três Lagoas.

Os empregos gerados na cidade, que chamaram a atenção da publicação, são aqueles com vencimentos acima de R$ 5 mil, ou sete salários mínimos. Segundo o Ministério do Trabalho e Emprego, as grandes metrópoles também vêm gerando empregos, porém, com salários abaixo de R$1.448,00, ou seja, dois salários mínimos.

A cidade, que faz divisa com o Estado de São Paulo, já é um dos orgulhos dos sul-mato-grossenses pelos resultados na atração de grandes empresas, crescimento do Produto Interno Bruto – PIB e o impacto desses avanços na qualidade de vida de sua gente.

O Município apresenta uma população de 109.600 habitantes e uma qualidade de vida considerada alta pela revista, além de demandar por profissionais da área de engenharia e da indústria química. Nos últimos 10 anos, através de uma política arrojada, já atraiu mais de 3 mil empresas e 54 indústrias aportaram com suas plantas na cidade a oeste do Estado. Esse movimento gerou um aporte de recursos privados investidos na monta de R$ 12 bilhões.

Além de abrigar uma das maiores indústrias de celulose do mundo, a Fibria, nos próximos anos, a fábrica de celulose Eldorado Brasil, essa sim a maior do planeta, planeja investir na cidade mais R$ 7,5 bilhões, com a duplicação de sua estrutura.

Três Lagoas apresenta os três modais logísticos – rodoviário; ferroviário e hidroviário – para o transporte de sua produção. A cidade é responsável, atualmente, por 50% do volume de exportação industrial do Estado, sendo os principais itens a celulose e o farelo de soja. A importação também segue crescente, devido à demanda necessária para a produção das indústrias instaladas no Município, tendo como principais produtos de consumo industrial os materiais têxteis, cereais e siderurgia.

Em setembro do ano passado, a Petrobras inaugurou em Três Lagoas a sua quarta fábrica de fertilizantes nitrogenados do País e a maior da América Latina. A empresa investiu R$ 2 bilhões em uma estrutura que vai gerar 400 novos empregos entre engenheiros, administrados e funções técnicas.

Três Lagoas cresce a olhos vistos. Com 60% de suas vias asfaltadas, com moradias e hospitais, a Prefeitura dota o Município de estrutura para receber esses investimentos.

Em breve, a cidade inaugurará seu primeiro *shopping center*. Enquanto isso, suas seis escolas particulares realizam reformas para atender a uma demanda maior que a oferta, sem contar com os empreendedores da área de serviços, como restaurantes, academias de ginástica, dentre outros que prosperam por perceber a vocação para o crescimento do Município.

Porém, aqui é importante fazer justiça com a classe política de Mato Grosso do Sul. Toda essa pujança e o desenho de um futuro ainda melhor se encontram em duas gestões consecutivas de mulheres do PMDB: a atual Vice-Governadora Simone Tebet e a atual Prefeita Marcia Moura, como protagonistas de um planejamento a longo prazo. Sou um parceiro dessas administrações e luto, junto com as Prefeitas, para conquistar recursos aqui em Brasília para melhorar a qualidade de vida da população.

Durante o ano de 2013, nós nos esforçamos para habilitar o Hospital Nossa Senhora Auxiliadora como de Alta Complexidade Oncológica (UNACON), de modo a participar do Plano Nacional de Expansão da Radioterapita. A cidade não seria contemplada por ter se cadastrado fora do prazo. Através de muito esforço, conseguimos assegurar o investimento de R$ 3 milhões para a aquisição e implantação de um acelerador linear no hospital, que servirá para atender pacientes com câncer do Município e região.

Três Lagoas pode contar e se orgulhar deste Parlamentar, ao mesmo tempo em que parabenizo e reafirmo o orgulho que todos os sul-mato-grossenses têm por Três Lagoas.

Muito obrigado pela atenção

O SR. PRESIDENTE (Gonzaga Patriota) – Tem a palavra o Deputado Benjamin Maranhão, da Paraíba.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN – Sr. Presidente, se o Deputado Benjamin Maranhão permitir, só quero fazer um registro.

O SR. BENJAMIN MARANHÃO – Pois não, Governador. V.Exa. pode falar.

O SR. PRESIDENTE (Gonzaga Patriota) – Pois não, Governador. Com a permissão do Deputado Benjamin Maranhão, V.Exa. tem a palavra.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco/PP-SC. Sem revisão do orador.) – Eu quero registrar aqui a presença de um outro Benjamin, o Secretário de Planejamento de Jaraguá do Sul; do Prefeito de Jaraguá do Sul, cidade que é um símbolo de desenvolvimento em Santa Catarina; do Prefeito de Criciúma, que está aqui ciceroneado pelo nosso jovem Deputado Onofre Santo Agostini, o mais jovem da Casa; e do querido amigo Celito, integrante do clã Heinzen, da cidade de Criciúma, em Santa Catarina; Criciúma que faz tempo é Série A, Sr. Presidente.

Muito obrigado, Deputado Benjamin Maranhão.

O SR. PRESIDENTE (Gonzaga Patriota) – Eminente Governador Esperidião Amin, V.Exa. está graúdo com esses Prefeitos, que obviamente vão mandar V.Exa. para cá, a fim de dar continuidade a este grande trabalho que faz...

O SR. BENJAMIN MARANHÃO – Para o Senado, não é?

O SR. PRESIDENTE (Gonzaga Patriota) – Para o Senado. O trabalho que faz não apenas em nome de Santa Catarina, mas do Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Gonzaga Patriota) – Tem a palavra o eminente Deputado Benjamin Maranhão.

O SR. BENJAMIN MARANHÃO (SDD-PB. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Deputado Gonzaga Patriota.

Em meio a toda essa crise da Petrobras e até às iniciativas da Câmara de investigar denúncias, eu quero usar a tribuna para fazer uma reflexão sobre a política de transporte do Brasil. Há um equívoco tremendo, uma priorização da indústria automobilística em detrimento de um transporte público de qualidade.

É um erro que fez com que a frota de veículos no Brasil mais do que quadruplicasse. E a raiz desse prejuízo da Petrobras está no subsídio cruzado da gasolina, que causou outros prejuízos, não só em relação à situação financeira da empresa, mas também aos Municípios e aos Estados, já que a CIDE, que era utilizada para recuperação da malha viária, foi totalmente zerada, causando um prejuízo gigantesco para as já combalidas finanças de Estados e Municípios.

Ao mesmo tempo, de forma indireta, todo o setor do etanol, que era uma grande esperança do Brasil como energia alternativa, como desenvolvimento do agronegócio no campo, tem sofrido prejuízos tremendos. V.Exa., como Deputado de Pernambuco, sabe a crise por que o setor passa, o setor sucroenergético. E uma grande causa disso é a atual política de se privilegiar o consumo de gasolina importada, que vem causando prejuízo gigantesco na nossa balança comercial, sufocando o desenvolvimento de um setor que há poucos anos era apontado como a grande esperança de desenvolvimento do País e de geração de energia limpa.

Então, essa crise, senhores, tem que ser estudada a fundo.

O SR. PRESIDENTE (Gonzaga Patriota) – Para concluir, Deputado.

O SR. BENJAMIN MARANHÃO – E nós não podemos admitir que se criem nem cortina de fumaça, nem cabo de guerra. E que Governo e Oposição venham, juntos, procurar uma saída para a **PETROBRAS.**

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Gonzaga Patriota) – V.Exa. será atendido nos termos regimentais.

O SR. VANDERLEI MACRIS – Sr. Presidente, gostaria de falar pela bancada do PSDB.

O SR. PRESIDENTE (Gonzaga Patriota) – Líder do PSDB, V.Exa. disporá do tempo regimental.

O SR. LUIZ ALBERTO – Sr. Presidente, ele vai falar como liderança?

O SR. PRESIDENTE (Gonzaga Patriota) – É regimental, vai falar como Líder do PSDB.

O SR. LUIZ ALBERTO – Mas ele é o Líder do PSDB?

O SR. PRESIDENTE (Gonzaga Patriota) – Ele tem delegação, está por escrito aqui.

O SR. LUIZ ALBERTO – Ah, sim.

O SR. PRESIDENTE (Gonzaga Patriota) – Com a permissão do Líder, faltam apenas três Deputados. O Deputado Padre Ton está ausente. O seguinte é o Deputado Domingos Sávio.

O SR. PRESIDENTE (Gonzaga Patriota) – Concedo a palavra ao Deputado Domingos Sávio. S.Exa. dispõe de 1 minuto.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB-MG. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, é apenas para uma breve comunicação.

Nós estamos preocupados com a questão de segurança. Inclusive tenho aqui uma PEC de minha autoria que propõe 5% do orçamento federal para a área de segurança. Alguém pode até pensar: *"Mas é pouco"*. É triste dizer, mas a verdade é que o Governo Federal hoje investe menos de 1% em segurança pública, 0,8%. E aí a gente fica lutando para conseguir, com os parcos recursos do Estado, enfrentar um problema que é do País inteiro.

Na segunda-feira, eu estive no Comando Geral da Polícia Militar em Minas Gerais, tratando com o Comandante, Coronel Santana, a questão do policiamento em Cláudio, em todo o centro-oeste mineiro e também no Campo das Vertentes. Amanhã vou estar com o Secretário da Defesa trabalhando em prol da região de Salinas, que quer implantar ali uma APAC, e de Diamantina, que também quer implantar uma APAC. Além disso, fazendo...

(O microfone é desligado.)

O SR. PRESIDENTE (Gonzaga Patriota) – Com a permissão do Deputado Vanderlei Macris, vamos ouvir a líder das mulheres, Jô Moraes.

A SRA. JÔ MORAES (PCdoB-MG. Sem revisão da oradora.) – Agradeço ao Deputado Vanderlei Macris a concessão.

Sr. Presidente, eu queria lembrar aos Deputados e Deputadas que nós deveremos votar ainda a pensão alimentícia no Código de Processo Civil. Deixo aqui, então, nota técnica, solicitada pela bancada feminina, do Prof. Arnaldo Oliveira Junior, da Escola Superior Dom Helder Câmara, na qual justifica exatamente a importância de se registrar e manter o direito do alimentando de receber pensão alimentícia.

Aproveito meus últimos segundos para dizer ao Deputado que me antecedeu que, ao se dirigir ao Ministro, disse *"Seja homem, Ministro, cumpra a sua palavra!"*, que as mulheres também cumprem a sua palavra e que é melhor não repetir isso, porque é discriminativo.

NOTA TÉCNICA A QUE SE REFERE A ORADORA:

Pensão Alimentícia

Nota Técnica sobre a Emenda Aglutinativa de Plenário N°. 11/2013

Referência: Projeto de Lei N°. 6.025/2005 e 8.046/2010

Autor: Professor Arnaldo Oliveira Junior1

No que se refere a presente Emenda Aglutinativa, segue abaixo questões de ordem técnica e também pragmática que visam fortalecer os argumentos da Emenda, vejamos:

1.Em primeiro lugar é preciso entender do que se trata o regime semiaberto. Segundo a própria Lei de Execução Penal o art. 91 diz que: *"A Colônia Agrícola, Industrial ou Similar destina-se ao cumprimento da pena em regime semiaberto "*.

2.Com isso, precisamos desmistificar que semiaberto não é o mesmo que autorizar o preso a trabalhar;

3.Com isso, temos uma dura realidade nacional, qual seja: com a falta de estabelecimentos prisionais com estrutura agrícola ou industrial. Consequentemente, o preso que é condenado a uma pena restritiva de liberdade em regime semiaberto acaba cumprindo a prisão em regime aberto, que por sua vez é definido no art. 93 da mesma Lei: *"A Casa do Albergado destina-se ao cumprimento de pena privativa de liberdade, em regime aberto, e da pena de limitação de fim de semana "*.

4.Neste passo, temos ainda outro problema, se existe insuficiência para o cumprimento do regime semiaberto, o problema ainda é mais grave no regime aberto, o que acaba obrigando os juízes a concederem a prisão domiciliar, já que, a maioria dos municípios no Brasil não possui estrutura para cumprimento de regime aberto e semiaberto;

*5.*Segundo o Departamento Penitenciário Nacional (Depen) órgão ligado ao Ministério da Justiça, em todo o País temos apenas 47 casas de Albergados e 38 Colônias Agrícolas, Industriais ou similares. Alguns estados, tais como: SP, ES, RN, AC, TO, PR, PB, ES, DF, AL e AP não possuem Casa de Albergados para cumprimento do Regime Aberto e, AC, AL, ES, MA, RN, RR, SC e SE não possuem Colônias Agrícolas. *

6.Como consequência, sem qualquer possibilidade de inclusão de milhares de presos para os sistemas sugeridos no projeto a ser votado, estamos a excluir de vez o regime aberto e semiaberto, na prática para o regime domiciliar;

7.Deste modo, por estarmos envolvidos com dois direitos fundamentais, o direito à vida e à sobrevivência, respeitado a dignidade da pessoa humana e a liberdade do indivíduo, temos que lembrar que o artigo em discussão visa a proteção de um destes direitos, qual seja, o direito do alimentando à vida e à sobrevivência. A prisão do devedor é apenas uma consequência do descumprimento da sua OBRIGAÇÃO.

8.Sobre o prazo para manifestação do devedor, deve ser lembrado que os três dias compreendem, às vezes, até mais de 10 dias, pois, depois que o juiz ordena o pagamento o prazo do executado só começa a contar depois de ser intimado e o oficial de justiça devolver o mandado judicial. Em média, os oficiais devolvem esses mandados de uma a duas vezes por semana e somente quando é juntado aos autos é que começa a contagem do prazo. Ademais, a perspectiva do novo CPC é para agilizar os procedimentos judiciais e não para tardar. E ainda, estamos tratando de algo que está entre as garantias mais importantes da Constituição: O DIREITO À VIDA. Em geral as pensões são para os hipossuficientes, ou seja, aqueles incapazes de prover o próprio sustento. Tardar o cumprimento judicial é o mesmo que prolongar a fome daquele que necessita.

9. Hoje, diante do sistema jurídico atual o sujeito até ser preso demora de 6 meses a um ano pelos trâmites normais do processo e às vezes o executado procura procrastinar ainda mais o pagamento. Com o regime aberto ou domiciliar será ainda pior, pois, a pena será abrandada e a pressão para pagar e se retomar sua liberdade de ir e vir acabou desta maneira. A dificuldade que se tinha para receber os alimentos do devedor tende a piorar, e o destinatário da proteção deste artigo, que é o alimentando, passa a ser mais degradante e portanto, inaceitável.

10. Não se pode aceitar tampouco o regime de prisão domiciliar. Isto porquê: 1. A questão de possibilidade de separar os presos de P.A. dos presos comuns já tem sido resolvida na maioria dos estados da federação, visto que os mesmos estão ficando em lugares de prisão provisória, com a devida separação; 2. Porque esta preocupação estrutural compete ao executivo estadual; 3. Porque seria o mesmo que aceitar que os juízes não condenem à prisão o que pratica um delito sob o argumento das superlotações dos presídios. Ou seja, cabe ao legislativo, sobretudo a Câmara dos Deputados, proteger os interesses do povo. E neste caso o destinatário desse artigo é o alimentando, ou seja, o hipossuficiente, aquele que não possui condições de prover o próprio sustento. Aquele que deve sabe que é devedor e procura se escusar da sua obrigação, que diga-se de passagem, já foi objeto de ação judicial anterior que julgou ou acordou em quais parâmetros será obrigado a contribuir para o hipossuficiente. Com o regime domiciliar de prisão se estará privilegiando o devedor, e ainda, prolongando o sofrimento do alimentando. Basta consultar qualquer advogado pra saber que quando o sujeito vai preso por falta de pagamento de pensão alimentícia, os seus próprios familiares o ajudam para

livrá-lo da prisão. Logo, o devedor conseguiria resolver o problema antes da prisão mas não o faz. Pode ser que bastasse a venda de um bem ou abrir mão de algum gasto ou despesa, porém, estas atitudes mais firmes só são realizadas quando o mesmo vai preso, protelando o pagamento a todo custo.

Não obstante se aceite os outros argumentos fundados no direito e, sobretudo, no Estado Democrático de Direito, pode-se perceber que no texto da Emenda Aglutinativa não há qualquer prejuízo aos direitos e garantias individuais do indivíduo.

E o nosso parecer!

Era isto, Senhor Presidente.

1. Arnaldo Oliveira Junior é advogado militante e professor Universitário. É Pós-graduado em direito processual civil pela Universidade Gama Filho e em Direito do Trabalho pela Università Degli studi di Roma Tor Vergata. Mestre em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais. E graduado em Direito pela Universidade FUMEC (2009). Tem experiência na área de Direito, com ênfase em Direito Processual Civil, atuando principalmente nos seguintes temas: direito do trabalho, previdenciário e direitos autorais.

A SRA. BENEDITA DA SILVA – Sr. Presidente, eu queria fazer um registro.

O SR. PRESIDENTE (Gonzaga Patriota) – Pois não, Deputada.

A SRA. BENEDITA DA SILVA (PT-RJ. Sem revisão da oradora.) – Eu queria pedir a divulgação na íntegra do meu discurso, porque no dia 20 de fevereiro é celebrado o Dia Mundial da Justiça Social, e nós sabemos que foi importante para o Brasil, em que pesem todos os nossos problemas, ter apresentado agenda altamente propositiva e positiva nesse sentido.

Como nós estamos num momento de grande polêmica, tratando aqui da Petrobras, de criar Comissão Externa para examinar as ações ou denúncias que provavelmente estão sendo feitas – espero que sejam infundadas –, eu queria também comunicar que a Petrobras tem coisas para serem anunciadas, pois, sob o comando de Graça Foster, bateu recorde de produção no pré-sal. Eu queria fazer este registro e dizer que nós temos coisas boas e positivas para apresentar.

O SR. PRESIDENTE (Gonzaga Patriota) – V.Exa. será atendida, eminente Deputada Benedita da Silva.

PRONUNCIAMENTOS ENCAMINHADOS PELA ORADORA:

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o Dia Mundial da Justiça Social, celebrado em 20 de fevereiro, representa importante data comemorativa no calendário da Organização das Nações Unidas.

A Assembleia Geral da ONU, ao instituir essa importantíssima data, tenta estabelecer conexão direta com a consolidação de esforços da comunidade internacional não somente para a erradicação da pobreza, mas também para a promoção do pleno emprego, do trabalho digno, da efetiva igualdade de gênero e da justiça no seu sentido mais amplo.

Sim, o Dia Mundial da Justiça Social representa verdadeiro alerta para que tomemos, com a máxima urgência, medidas concretas no sentido de revertermos possíveis vulnerabilidades socioeconômicas que atingem, em última instância, a dignidade humana.

A recente crise econômica e financeira mundial, responsável por gerar milhões de desempregos em vários países, evidencia com total clareza a pertinência da data comemorativa escolhida pela ONU. De fato, quando mencionamos justiça social, fazemos associação a medidas protetivas, cruciais para construção de realidades sociais mais inclusivas e equitativas.

Felizmente, no Brasil, muito avançamos no progresso econômico vinculado ao desenvolvimento na esfera social. Segundo dados governamentais recentes, o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) está repassando R$2,1 bilhões em fevereiro para mais de 14 milhões de famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família em todo o País. Menciono tal dado por considerá-lo marcante no conjunto das ações governamentais voltadas para o bem-estar da população que mais necessita.

E, se no Bolsa Família muito avançamos, no campo dos investimentos em educação e qualificação profissional a realidade não é diversa. Cada aluno formado no Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC) do Plano Brasil sem Miséria simboliza o retrato de um novo País, cada vez mais qualificado profissionalmente.

Sabemos que os desafios voltados para a efetiva inclusão social ainda são múltiplos e de natureza complexa. Quando cito tais vitórias, não quero tornar nossos problemas relativos. Quero, sim, demonstrar que podemos – e devemos – buscar soluções urgentes e partir para ações concretas.

Nobres Parlamentares, desejo que o Dia Mundial da Justiça Social contribua, de maneira decisiva, para o fortalecimento de modelos diferenciados de desenvolvimento, sempre conectados a práticas de igualdade e de inclusão social.

Muito obrigada.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, venho comunicar que a Petrobras, sob o comando de Graça Foster, bateu o recorde de produção no pré-sal, com 407 mil barris de petróleo por dia.

Segundo notícia divulgada pela empresa, o recorde foi obtido com a contribuição de somente 21 poços produtores, o que evidencia a elevada produtividade dos campos já descobertos na camada pré-sal.

Desde que foi descoberto, em 2006, a produção do pré-sal impulsiona o desenvolvimento do País. O fundo social está nos ajudando a erradicar a miséria e estruturar, com qualidade, nossa saúde e educação, ciência e tecnologia.

Atualmente, a produção do pré-sal ocorre em dez diferentes plataformas, mas a previsão é de que entrem em operação mais 11 novas plataformas nos próximos 3 anos. Isso permitirá que a produção de petróleo da camada pré-sal supere, em 2017, 1 milhão de barris de petróleo por dia.

Com esta boa notícia, aproveito para elogiar a gestão de Graça Foster à frente da estatal. Desafios estão sendo superados e conquistas têm sido alcançadas. Devido a seu conhecimento técnico e institucional, Graça Foster, tem contribuído para reafirmar a importância e a referência da Petrobras no cenário brasileiro e internacional.

Muito obrigada.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero deixar registradas as minhas homenagens a D. Orani Tempesta, Arcebispo do Estado do Rio Janeiro, que esteve ausente do País para ser reconduzido a Cardeal pelo Papa Francisco.

A nomeação de D. Orani é motivo de orgulho para o País. Desde a sua chegada ao Rio de Janeiro, tem sido admirado por sua conduta e devoção, principalmente dando exemplo de cristão, dotado de hábitos simples e já reconhecido como pastor do povo.

Diversos depoimentos e informações revelam que em toda a sua caminhada cristã na condição de pastor, a discrição tem sido a sua marca pastoral. É um líder da Igreja Católica que vem evangelizando há anos em silêncio e sempre defendo o respeito entre as diversas religiões cristãs.

D. Orani nasceu para servir ao próximo e dedicar a sua vida por inteiro à Igreja Católica. Dotado de uma alma espiritual profundamente generosa e de um humanismo cristão incomum, ganhou total respeito e confiança das igrejas católicas do meu Estado, numa clara demonstração de que seu estilo de vida tem sido fonte de inspiração para os fiéis.

Não tenho dúvida de que o Papa Francisco foi muito feliz em conceder a D. Orani o titulo do cardinalato. É um homem despojado de qualquer vaidade e efemeridade. Não foi por acaso que, ao regressar ao Rio, visitou a Congregação das Missionárias da Caridade em Bonsucesso, casa que acolhe 24 idosas, e, num gesto peculiar a sua pessoa, tomou café com elas.

Parabéns ao nosso querido D. Orani que, pela sua simplicidade, se destaca pelo exercício pastoral, sempre a serviço do bem e do amor ao próximo.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Gonzaga Patriota) – Para concluir estes encaminhamentos, tem a palavra o eminente líder da Bahia, Daniel Almeida. E aqui se encerra essa parte.

O SR. DANIEL ALMEIDA (PCdoB-BA. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero fazer um registro saudando o desempenho da Superintendência da Caixa Econômica Federal na região norte da Bahia, que tem sua localização em Feira de Santana. Ela atingiu o topo em desempenho, em comparação com todas as Superintendências no Brasil.

Eu destaco isto, Sr. Presidente, porque são mais de 200 Municípios que se localizam no Semiárido, Municípios pequenos, onde é muito difícil essa atividade para o apoio às ações que a Caixa Econômica desenvolve.

Por essa razão, merece destaque o desempenho dessa Superintendência, principalmente o papel do Superintendente José Raymundo Cordeiro e de toda sua equipe, de todos os funcionários da Caixa Econômica, bem como de todos aqueles que se beneficiam das ações e das políticas desenvolvidas pela Caixa Econômica Federal.

Parabéns!

O SR. PRESIDENTE (Gonzaga Patriota) – Encerrada essa parte de encaminhamentos de pronunciamentos, com a anuência do Plenário, já que não houve inscrições para o Pequeno Expediente, vamos passar para as breves comunicações com prazo de 5 minutos, em vez de 3 minutos.

Antes, concederei a palavra a dois Líderes que se inscreveram. O primeiro é o Deputado Vanderlei Macris, a quem peço desculpas por ter demorado a atender. Nos termos regimentais, o Deputado Vanderlei Macris disporá do tempo do PSDB.

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB-SP. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sem problemas, Sr. Presidente.

Sras. e Srs. Deputados, em nome da bancada do PSDB, eu gostaria de falar hoje sobre o descontrole da inflação no Governo Dilma. A inflação significa aumento no valor dos preços.

No Brasil, o nosso índice inflacionário é medido pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA e normalmente divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, que registrou em 2013 a variação anual de 5,91%, índice acima da meta, que era de 4,5%, e um pouco abaixo do limite da meta, que era de 6,5%. Portanto, 5,91% foi a inflação medida em 2013.

Mais uma vez, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o índice mostra que o Governo da Presidenta Dilma não demonstrou nenhuma eficiência no controle da inflação, pois nos 3 anos de Governo estourou a meta. Em 2011, 4,5% era a meta, mas houve 5,5% de inflação; em 2012, a meta era de 4,5%, mas houve 5,84% de inflação; em 2013, a meta era de 4,5%, mas houve 5,91% de inflação.

Então, vejam que há um descontrole total do processo inflacionário, que vem crescente ao longo dos últimos anos.

Levando em consideração o Índice de Preços ao Consumidor – IPC divulgado pela Fundação Getúlio Vargas, que mede a variação de preços de um conjunto fixo de bens e serviços componentes de despesas de famílias com renda entre 33 salários mínimos mensais, mais uma vez o grupo alimentação bateu o recorde. Eu vou repetir: o grupo alimentação bateu o recorde. Alcançou um percentual de 9,28% em 2013. Ou seja, quem está pagando o preço dessa inflação alta do índice de alimentos, de 9,28% durante o ano de 2013, são aqueles que o PT disse que defende – são os pobres, são os mais necessitados, são as pessoas que precisam do alimento no dia a dia; ganham dinheiro de manhã para comer à noite. Esses pagaram quase 10% de inflação em 2013. Essa é a grande verdade.

Esse aumento impacta, diretamente, nas famílias de baixa renda que gastam cerca de 30% do seu orçamento na compra de alimentos, conforme afirma o Economista do Instituto Brasileiro de Economia – IBRE, André Braz. Ele fala sobre os 30% de comprometimento. O economista destacou, inclusive, que vários produtos da cesta básica registraram avanços de preços significativos em 2013 – destaque para o leite longa vida, com alta de 21%; pão francês, com alta de 14,5%; tomate, o vilão de grande parte do ano, com alta de 18%. Todos pelo IPC, índice da Fundação Getúlio Vargas.

Outra sinalização de descontrole da inflação é a informação divulgada pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos – DIEESE, por ocasião da Pesquisa da Cesta Básica Nacional, que mostra o aumento de gasto mensal dos trabalhadores para produtos relacionados. Em várias capitais, o valor total da cesta de janeiro de 2013 foi superior – Campo Grande, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo e outras capitais mostraram aumento.

No Índice de 2013, o grupo que mais pesou no resultado foi o de alimentos e bebidas. Mesmo com a isenção do Imposto Sobre Produtos Industrializados – IPI, do PIS e da COFINS para os produtos da cesta básica a partir do mês de março passado, houve o aumento desse Índice.

A inflação dos alimentos e bebidas, que tem maior peso no cálculo do IPCA, teve a maior alta – 8,48%, dentre os grupos de habitação (3,40%), roupas (5,38%), transporte (3,29%), saúde (6,95%), despesas pessoais (8,39%) e educação (7,94%).

Vejam, Sr. Presidente, Srs. Deputados, exatamente aí que reside o grande problema da inflação neste País: a inflação é para os pobres. A inflação é para quem mais precisa, para quem depende do seu pouco dinheirinho para comprar o alimento para a sua família.

Sr. Presidente, como divulgado pela mídia, o transporte público não foi reajustado em várias cidades brasileiras em decorrência dos movimentos populares de rua. Além disso, o aumento da gasolina só ocorreu no mês de dezembro, o que minimizou a variação do grupo transporte no cálculo do índice. Os preços administrados subiram apenas 1,5% em 2013; já os preços livres aumentaram 7,3%, a maior alta em 10 anos.

O Sr. Sério Vale, Economista-Chefe da MB Associados, diz que, sem esse controle, o Governo teria extrapolado a meta de 6,5%. É natural, o Governo segurou transportes, segurou uma série de coisas. A meta seria muito maior – o índice seria muito maior do que a meta estabelecida em 6,5%. Com essas manipulações que o Governo tem feito de maneira recorrente, todas as desonerações – não aumentar a gasolina na proporção precisa, não ter aumento de transporte este ano –, se se considerar tudo isso, essa inflação deveria ser 7,2% no acumulado de 2013.

Está aí mais uma sinalização de descontrole da inflação, essa tragédia da má gestão da economia brasileira – essa que é a verdade – por parte dessa "gerentona" do Brasil, Dilma Rousseff.

Sr. Presidente, todos os índices mostram o comportamento da inflação que vem vindo de maneira galopante. Estão aqui alguns dados: expectativas de mercado: inflação nos próximos 12 meses. IPCA há 4 semanas, 5,09; há uma semana, 6,05; hoje, 6,11. Inflação em alta novamente, Sr. Presidente.

Para concluir, quero dizer a V.Exa. que esse é o grande gerenciamento que se faz da inflação neste País. A inflação está corroendo o salário dos mais pobres, dos mais humildes, daqueles que o PT defende com unhas e dentes, mas que na verdade deixa na rua da amargura, porque é exatamente inflação de alimentos: aquela que mais compromete o dia a dia dos brasileiros, dos mais pobres, que estão pagando mais caro pela incompetência do gerenciamento da inflação neste País.

Muito obrigado, Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Durante o discurso do Sr. Vanderlei Macris, o Sr. Gonzaga Patriota, 1º Suplente de Secretário, deixa a Presidência, que é ocupada pelo Sr. Inocêncio Oliveira, nos termos do § 2º do art. 18 do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) – Concedo a palavra ao nobre Deputado Anthony Garotinho, para uma Comunicação de Liderança, pelo Bloco PR/PTdoB/PRP, por 6 minutos.

O SR. ANTHONY GAROTINHO (Bloco/PR-RJ. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, no final de semana, eu visitei diversas comunidades no Rio de Janeiro e confesso que hoje estou triste. Por exemplo, na Cidade de Deus, uma das comunidades que visitei, a Casa da Paz, construída no meu governo, está fechada. Os jovens me paravam, Deputado Onofre Santo Agostini, para me perguntar: *"Garotinho, por que o Cabral acabou com o programa da Escolinha de Futebol do Zico? Por que acabou com o programa da Escolinha de Vôlei da Jaqueline?"* Todos são programas sociais. Ouvi, numa outra comunidade chamada Chacrinha, em Jacarepaguá, jovens reclamando: *"Nós não temos mais o Jovens pela Paz."* Um deles, inclusive, comentou comigo: *"Puxa vida, eu hoje sou o que sou, trabalho na INFRAERO, no Aeroporto Santos Dumont, porque tive a oportunidade de participar do programa Jovens pela Paz."*

O Governador Sérgio Cabral – hoje eu o chamo no jornal de o demolidor do futuro – demoliu as esperanças dos jovens das comunidades pobres do Rio de Janeiro. E eles me perguntaram: *"Mas, Garotinho, o que ele fez com o dinheiro do Cheque Cidadão, do Jovens pela Paz, da Casa da Paz, da Escolinha de Futebol?"*

Eu, então, fui obrigado, Deputado Vanderlei Macris, a fazer as contas. Vamos lá. Quanto o Sr. Sérgio Cabral gastou em publicidade nesses 7 anos de governo, entrando pelo 8º ano? Um bilhão e 200 milhões de reais.

Não confundam o número. Não é 1 milhão, não, viu, gente? É 1,2 bilhão de reais, dos quais mais de 700 milhões, às Organizações Globo. Mas em que mais Sérgio Cabral gastou dinheiro? Sérgio Cabral gastou 1,5 bilhão na reforma do Maracanã. E, depois de o estádio pronto, entregou-o à administração do seu amigo que empresta o jatinho, o Sr. Eike Batista, Deputado Izalci. Mas em que mais gastou o dinheiro público o Sr. Sérgio Cabral? Num escândalo de precatórios, que eu acabei de apurar, junto ao Tribunal de Contas do Estado, que envolve mais de 1 bilhão de reais – 1 bilhão de reais em fraudes de precatórios. Mas em que mais o dinheiro público foi gasto pelo Governador perdulário e hoje o mais impopular do País? Em incentivos fiscais, acredite! Eu fico aqui entre chorar e rir, porque é difícil acreditar no que está aqui: incentivo fiscal concedido à Termas Aeroporto.

Deputado Giacobo, se o Governador do seu Estado concedesse incentivo para termas, o que V.Exa. pensaria? Incentivo fiscal a Werner Cabeleireiros. Quem é Werner Cabeleireiro? O cabeleireiro da Primeira-Dama Adriana Ancelmo, a mulher dele.

É uma vergonha, um descaramento. Tira dos jovens pobres da comunidade a Escolinha de Futebol do Zico, a Escolinha de Vôlei da Jaqueline, fecha o centro comunitário da Casa da Paz, mas dá dinheiro para essas vergonhas todas aqui – e duas, especiais.

Esta eu preciso narrar: Athina Onassis é uma das mulheres mais ricas do mundo. O seu esporte preferido é o hipismo. Ela quis fazer uma apresentação dos seus cavalos no Rio de Janeiro. Conseguiu de patrocínio do Governo do Estado 15 milhões de reais. Não satisfeita com os 15 milhões de reais, D. Athina Onassis fez uma exigência, meu querido Deputado Cherini. Ela disse que o clima do Rio de Janeiro era muito quente para os cavalos dela e exigiu um contêiner com ar refrigerado para cada cavalo, e o Governador deu, pagou! Isso é uma vergonha!

O povo que anda nos trens do Rio, embaixo de calor, que anda nos ônibus apertados do Rio não tem ar refrigerado, mas os cavalos da D. Athina Onassis o têm, porque Sérgio Cabral acha que eles merecem. Francamente, Sr. Presidente!

O Rock in Rio foi um evento pago – ninguém entrou no Rock in Rio sem pagar ingresso. Mas, como o Sr. Medina é uma figura querida da sociedade carioca, ele deu de presentinho, além dos incentivos fiscais, Deputado Fábio Trad, 15 milhões de reais de patrocínio do Governo do Estado para o Rock in Rio. Para as crianças da Maré não tem; para as crianças do Complexo do Alemão não tem; para as crianças da Cidade de Deus não tem; para Athina Onassis e para os cavalos dela tem; para o Sr. Medina fazer farra no Rock in Rio tem; para incentivo fiscal de terma tem.

Eu lamento, Sr. Presidente, ter que subir à tribuna nesta tarde para revelar ao povo brasileiro aquilo que ele levou um tempo para descobrir uma parte – só uma parte. Quando eu falava aqui, alguns anos atrás, sobre Sérgio Cabral, alguns achavam que eu estava exagerando, até que vieram os movimentos e mostraram a verdadeira face desse Governador incompetente, desrespeitoso com o povo, perdulário, irresponsável, almofadinha, que usa helicóptero para transportar o seu cachorrinho de estimação.

Hoje o povo está conhecendo um pouco mais, mas isso ainda é pouco perto do que vem fazendo o demolidor do futuro, das esperanças dos jovens cariocas.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) – Daremos agora, no Pequeno Expediente, 5 minutos.

Concedo a palavra ao primeiro inscrito, ilustre Deputado Geraldo Simões, do PT da Bahia.

O SR. GERALDO SIMÕES (PT-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, ontem, o sul da Bahia, principalmente os Municípios de Ilhéus, Una e Buerarema, foi surpreendido por uma decisão do Sr. Presidente do Supremo Tribunal Federal, Dr. Joaquim Barbosa, que suspendeu sete liminares de reintegração de posse concedidas pela Justiça lá em Ilhéus, que conhece do assunto, porque é um conflito em andamento, reafirmadas pelo Tribunal Regional Federal da 1ª Região, sob a alegação de que tão importante como cumprir uma decisão judicial é ter cuidado com a movimentação do público em questão.

Esse pedido de suspensão da reintegração de posse de propriedades de pequenos agricultores da agricultura familiar, Sr. Presidente, foi questionada pelo Ministério Público Federal e pela Procuradoria-Geral da República na gestão interina do Ministro Ricardo Lewandowski, que pediu informação à Justiça Regional Federal e à Justiça de Ilhéus sobre tal assunto.

A Justiça de Ilhéus ainda não respondeu ao Supremo Tribunal Federal, e o Ministro Joaquim Barbosa suspendeu essa liminar de reintegração, sob a argumentação de que tão importante quanto cumprir uma ordem judicial é o cuidado com o público em questão.

Eu pergunto, Sr. Presidente: e como fica aquele pequeno proprietário de terra – 10 hectares, 20 hectares – que foi expulso da sua propriedade por declarados tupinambás e que hoje está acampado em barraca de lona preta na praça de Buerarema, um dos Municípios em questão?

Quero dizer, Sr. Presidente, que é muito difícil essa labuta de 20 mil pessoas da área em questão, que primeiro estão recorrendo administrativamente de um laudo fraudulento da FUNAI que destina 47 mil hectares a uma etnia dita tupinambá, que no ano 2000 tinha 200 declarados e hoje tem 8.500.

Para defender a posse dos declarados tupinambás, tem o Ministério Público Federal e a Procuradoria-Geral da República. Mas, para entrar com pedido de reintegração de posse de uma propriedade ocupada há três, quatro gerações, com documentos que vêm de 1750, um agricultor familiar tem que fazer vaquinha para conseguir 5 mil reais e contratar um advogado a fim de ter essa reintegração de posse que o Ministro Joaquim Barbosa suspende.

O Ministro está estimulando novas ocupações de propriedades nessa área, Sr. Presidente. Que recado o Ministro deu? Pode invadir, porque, se tiver reintegração de posse em Ilhéus, se tiver reintegração de posse por parte do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, o Supremo Tribunal derruba.

Sr. Presidente, se isso virar jurisprudência, eu não sei como vai ficar a situação no campo brasileiro. Repito: eu não sei como vai ficar a situação no campo brasileiro, se tiver os que se declaram índios.

Para o Ministério Público Federal e a Procuradoria da República moverem ação junto ao Supremo Tribunal Federal, só resta aos pequenos agricultores fazer leilão de sacos de farinha, de cachos de banana, de galinhas, de porcos para levantar recursos e contratar um advogado em Brasília, que, todo mundo sabe, é caro, para recorrer dessa decisão açodada do Presidente do Supremo Tribunal Federal.

Temos que recorrer ao Plenário daquela Corte para corrigir essa decisão do Presidente do Supremo Tribunal Federal que só faz ajudar a aumentar o conflito na minha região e no Brasil.

Sr. Presidente, gostaria que meu pronunciamento fosse divulgado pelos meios de comunicação da Casa.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) – Concedo a palavra, para uma breve intervenção, ao ilustre Deputado Onofre Santo Agostini, do PSD de Santa Catarina.

S.Exa. dispõe de 5 minutos na tribuna.

Vou presidir agora reunião do Centro de Estudos e Debates Estratégicos. Passarei a Presidência dos trabalhos ao ilustre Deputado Átila Lins.

O SR. ONOFRE SANTO AGOSTINI (PSD-SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, povo brasileiro, meus cumprimentos.

Deputado Fábio Trad, eu estou muito feliz hoje, porque, primeiro, nasceu nesta madrugada a filha do meu prezado amigo Heuler Cruvinel, Alice. O Deputado Heuler está feliz da vida e eu também. Desejo a ele, a sua esposa e à Alice saúde e paz.

Sras. e Srs. Deputados, o Governo Federal, até que enfim, criou o Decreto nº 8.198, de 20 de fevereiro de 2014, publicado no *Diário Oficial* do dia 21, agora. É a Lei do Vinho. A medida é uma antiga solicitação dos produtores de todo o País. Esse decreto reconhece quatro zonas de produção em Santa Catarina: Litoral Sul, Planalto, Vale do Rio do Peixe e Vale do Rio Tijucas.

A Lei do Vinho é uma antiga solicitação dos produtores de vinhos. Alinha as regras brasileiras sobre a produção, a normatização do sistema fitossanitário e a fiscalização às normas vigentes nos demais países do MERCOSUL.

O texto publicado no *Diário Oficial* da União regulamenta os procedimentos de produção do vinho, definido como uma bebida obtida pela fermentação alcoólica do mosto simples da uva sã, fresca e madura.

A nova legislação, no entanto, infelizmente, não trata da inclusão dos pequenos e microprodutores no SIMPLES Nacional e não reconhece o vinho como complemento alimentar, o que traria benefícios para o setor de vinhos do País, principalmente na redução de tributos.

De acordo com o Capítulo sobre as disposições do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, caberá à Pasta: registrar os produtos vinhos e derivados; classificar e padronizar as uvas, os vinhos e os derivados; realizar a fiscalização sanitária dos estabelecimentos produtores; regulamentar e controlar o período de envelhecimento e a capacidade máxima dos recipientes utilizados para armazenamento e a comercialização do produto.

Sem dúvida nenhuma, a lei não é completa – efetivamente, não é –, porque a carga tributária do vinho desmotiva os nossos produtores de vinho, principalmente do Sul. Evidentemente que o Nordeste é também excelente produtor de vinhos. Nós temos, no entanto, no Litoral Sul de Santa Catarina, Urussanga, toda aquela região, com excepcionais produtores de vinho; como no Planalto, na minha terra; na região no Alto do Rio do Peixe e no Vale do Rio Tijucas, excelentes produtores de vinho, Deputado Amauri Teixeira. Hoje não se precisa mais importar. O Rio Grande do Sul é excepcional produtor de vinho, mas o Nordeste brasileiro também está produzindo vinho de primeiríssima qualidade.

Hoje, o nosso vinho – catarinense, gaúcho, paranaense, nordestino – concorre com outros vinhos. Pernambuco e Bahia são excelentes produtores de vinho, Deputado Fábio Trad. O nosso vinho não perde para o vinho oriundo da Argentina, do Chile, da Itália, dos países mais desenvolvidos, pela alta qualidade.

A única coisa que é complicada é a alta carga tributária, infelizmente. Mas tivemos o primeiro passo: o reconhecimento do Governo brasileiro, através do Decreto 8.198, que criou a Lei do Vinho. Faltam algumas coisas que temos que corrigir, como diminuir a carga tributária para que o vinho catarinense – brasileiro – possa concorrer com os vinhos oriundos de outros países da Europa, do MERCOSUL. Assim, nós podemos concorrer com eles pela carga tributária. Nossa dificuldade é a carga tributária, que é muito alta. Por via de consequência, o vinho tem em um preço alto.

Fico feliz que o Governo, se não 100%, mas 85% já satisfaz o produtor de vinho brasileiro. Quero cumprimentar o Governo brasileiro.

Sr. Presidente, solicito a divulgação deste pronunciamento para satisfazer os produtores de vinho do Brasil.

O Sr. Inocêncio Oliveira, nos termos do § 2º do art. 18 do Regimento Interno, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Átila Lins, nos termos do § 2º do art. 18 do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Átila Lins) – Em função de permuta com o Deputado Gonzaga Patriota, concedo a palavra ao Deputado Amauri Teixeira.

A Mesa informa aos Srs. Deputados que passará agora a conceder 3 minutos aos oradores para que todos possam usar da tribuna.

O SR. AMAURI TEIXEIRA (PT-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu tenho audiência hoje e não vou usar o tempo todo.

Eu quero registrar aqui importante nota lançada pela Comissão de Direitos Humanos da OAB da Bahia em repúdio a uma declaração lastimável do Sr. Mauro Ricardo, Secretário Municipal da Fazenda de Salvador, Deputado Fábio Trad, que disse que, infelizmente, hoje, não se faz como antigamente, quando se colocavam as pessoas no pelourinho para pagar tributo. Hoje, não, é a Justiça. Ele queria que fosse o quê? Que colocassem as pessoas no pelourinho? Ou seja, esse tipo de cidadão é que está dirigindo a Secretaria da Fazenda do Município mais negro do Brasil: Salvador.

Salvador repudia o paulista racista Mauro Ricardo!

Sr. Presidente, deixo meu pronunciamento como lido e peço sua divulgação no programa *A Voz do Brasil*.

O SR. PRESIDENTE (Átila Lins) – V.Exa. será atendido.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR:

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, ocupo esta tribuna para registrar a Nota da Comissão de Direitos Humanos e da Comissão de Promoção da Igualdade Racial da OAB da Bahia sobre a infeliz declaração de Secretário da Fazenda da Bahia.

> "A Comissão de Direitos Humanos e a Comissão de Promoção da Igualdade Racial da OAB da Bahia vêm a público manifestar o seu repúdio à infame declaração do secretário municipal da Fazenda Mauro Ricardo, no dia 20 de fevereiro, que trouxe ao povo de Salvador – formado em sua maioria por afrodescendentes – a vergonhosa memória de violência, arbítrio e crime da escravidão. Durante entrevista ao vivo a uma emissora de rádio local, ao ser questionado por um cidadão sobre a demora na cobrança de inadimplentes com o Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU), o secretário respondeu: 'Antigamente se botava as pessoas no pelourinho pra poder pagar as suas dívidas. Infelizmente hoje não é mais assim. Hoje é a Justiça. É a Justiça quem define e o prazo é o prazo estabelecido pela Justiça.'
> *A OAB da Bahia considera intolerável que – na cidade mais negra fora do continente africano – um gestor municipal lamente a abolição do pelourinho, poste colocado em praça pública onde se expunham e se castigavam os escravos insubmissos aos desmandos dos seus senhores, num espetáculo hediondo planejado para incutir medo nos corações dos que pensassem em se rebelar.*
> *A OAB da Bahia considera inaceitável que uma autoridade do Executivo municipal venha à público lamentar a impossibilidade do uso de violência física na cobrança de tributos, prática há muito banida pelo direito e pela justiça, para o bem da civilização.*
> *Em nome do direito e da justiça, e em defesa da população de Salvador, a OAB da Bahia ingressou com uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADIN) no Tribunal de Justiça do Estado da Bahia (TJBA) contra o escorchante aumento do IPTU, planejado e executado pelo secretário. Honrando seu compromisso constitucional com a cidadania, a OAB da Bahia tem resistido firmemente a ataques covardes e antiéticos dirigidos contra a instituição e os seus representantes. E resistirá agora, ainda mais, ao escárnio da própria justiça e do direito e ao elogio de crimes que o tempo nunca apagará da nossa memória.*
> *Deste modo, a OAB da Bahia proclama o seu mais veemente repúdio à declaração do secretário, reiterando à sociedade que se manterá em sua defesa, para que fatos como este não mais aconteçam.*
> *Comissão de Direitos Humanos*
> *Comissão Especial de Promoção da Igualdade Racial*
> *Salvador, 22 de fevereiro de 2014."*

O SR. PRESIDENTE (Átila Lins) – Com a palavra o Sr. Deputado Fábio Trad em permuta com o Deputado Fernando Marroni, que disporá de 3 minutos.

O SR. FÁBIO TRAD (PMDB-MS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, inicialmente, faço um agradecimento especial à gentileza do Deputado Fernando Marroni.

Sr. Presidente, é histórico, para não dizer crônico, o déficit de efetivo da Polícia Rodoviária Federal ao longo dos 70 mil quilômetros de estradas sob a competência da União.

Para atender a parte dessa demanda reprimida, o Governo Federal realizou, em 2013, concurso para preencher mil vagas e prover um contingente de outros mil classificados em cadastro de reserva.

Nas provas classificatórias, somente 766 candidatos foram aprovados para a inscrição no cadastro de reserva, credenciando-se, portanto, ao ingresso na academia de formação policial, quando convocados.

A ampliação progressiva do déficit de policiais rodoviários federais, por circunstâncias naturais, como aposentadoria, desistência da carreira ou morte, aponta para a urgente necessidade de convocação dos inscritos no cadastro de reserva, cuja preparação profissional demandará tempo até que estejam aptos a atuar em nossas desprotegidas estradas.

Para que se tenha uma ideia da grave expansão desse déficit de contingente, hoje formado por apenas 10.158 policiais, nada menos que 850 deles estão em vias de se aposentar. Estima-se que, até meados de 2017, a aposentadoria tire das estradas federais 1.500 policiais, além daqueles em condições de abono de permanência.

A convocação dos 766 candidatos, devidamente qualificados para ingressar na academia, impõe-se como medida racional e urgente, até porque, ao grave aprofundamento, digamos, natural do déficit, se somam a expansão vertiginosa da frota de veículos, o crescimento da malha viária federal e o aumento de tráfego que eventos, como Copa do Mundo e Olimpíadas, certamente gerarão.

Há ainda um fator importantíssimo: caso não convoque os integrantes desse cadastro de reserva, a Polícia Rodoviária Federal corre o risco de perder muitos deles, que, frustrados, buscariam naturalmente outros concursos públicos. Nesse caso, a União perde os investimentos despendidos na realização do concurso e,

principalmente, a oportunidade de estancar, ao menos parcialmente, o grave déficit de policiais rodoviários nas estradas brasileiras.

Sr. Presidente, peço que o meu pronunciamento seja divulgado nos meios de comunicação da Casa e no Programa *A Voz do Brasil*.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Átila Lins) – Deputado Fábio Trad, V.Exa. será atendido.

O SR. PRESIDENTE (Átila Lins) – Com a palavra o Deputado Raimundo Gomes de Matos, do PSDB do Ceará. V.Exa. dispõe de 3 minutos.

O SR. RAIMUNDO GOMES DE MATOS (PSDB-CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, nobres Parlamentares, telespectadores da *TV Câmara*, o nosso pronunciamento é para chamar a atenção do Governo Federal no tocante às áreas litorâneas do nosso Brasil. Em matéria do *Diário do Nordeste*, do Estado do Ceará, foram feitos dois cadernos especiais, do jornalista Fernando Maia, que visitou, durante 12 dias, toda a costa litorânea do nosso Estado.

Ele demonstra realmente que há um avanço do mar, que as ações de defesa civil não se concretizam e que isso está gerando grandes problemas em várias áreas litorâneas para as colônias dos pescadores, para a indústria do turismo, para a geração de emprego e renda dessas comunidades. Há áreas que já avançaram mais de 7 metros, e umas já foram destruídas em virtude desse avanço do mar.

O Ministério da Integração Nacional precisa ser mais efetivo nas suas ações. No ano passado, no Orçamento, tinha 400 milhões de reais, que não foram disponibilizados para ações como essa. À medida provisória que está em tramitação nesta Casa, nós apresentamos duas emendas: uma para Caucaia, no valor de 100 milhões de reais, e outra para Beberibe, de 50 milhões de reais, a fim de que nós possamos fazer as contenções e não gerar esse problema.

Nós queremos parabenizar o nobre jornalista Fernando Maia por essa matéria, amplamente divulgada, que precisa ser encaminhada ao Ministério da Integração, para que a Defesa Civil possa tomar as providências cabíveis a fim de que nós possamos minimizar esse quadro.

Aqui, nós presenciamos, em todo o litoral cearense, várias outras áreas como a Praia de Bitupitá e os Municípios de Camocim e Beberibe, onde há várias áreas afetadas. Em algumas comunidades há ONGs trabalhando nesse sentido, como, quero registrar, a RECICRIANÇA, que vem fazendo um trabalho também na Praia de Canoa Quebrada.

Nosso apelo é para que o Governo Federal se sensibilize, assim como também há todo um trabalho das universidades, como a Universidade Federal do Ceará, de geólogos, de profissionais do curso de geografia e de geomorfologia costeira, de área oceânica. Que nós possamos, através dessas zonas e das parcerias com laboratórios, minimizar esse quadro.

Este nosso pronunciamento é para enaltecer o *Diário do Nordeste*, pela matéria, o jornalista Fernando Maia e nosso Kid Júnior, que passaram 12 dias no litoral cearense.

Muito obrigado.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR:

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, assunto que já nos trouxe a esta tribuna várias vezes e que nos fez incluir duas emendas na Medida Provisória nº 673, de 2013, destinando R$ 100 milhões para Caucaia e outros R$ 50 milhões para Beberibe, Municípios cearenses que estão sofrendo continuamente com a erosão marítima, foi tema de dois cadernos especiais do *Diário do Nordeste*. Publicada na editoria Regional nos últimos dias 21 e 22 de fevereiro, em reportagem assinada pelo jornalista Fernando Maia e imagens do repórter fotográfico Kid Júnior, a reportagem apresentou um raio-x da situação do litoral leste e oeste, sob o título *O Mar Avança*.

Durante 12 dias, no início deste mês de fevereiro, a equipe de reportagem do *Diário do Nordeste* visitou 13 localidades do litoral cearense, constatando que há um nível gravíssimo de erosão nas Praias de Bitupitá, Maceió, Carnaubinha, Icaraí, Canto Verde e Icapuí. No nível considerado grave, está a famosa e internacional Jericoacoara, além das Praias do Morgado, de Icaraí de Amontada, do Morro Branco, de Fortim e de Canoa Quebrada. Já a Capital, Fortaleza, encontra-se no nível médio de erosão.

O cenário mostrado é de pessoas resistindo em sair do local aonde cresceram, mesmo sob a ameaça do mar avançar ainda mais; barraca tendo que ser reconstruída diversas vezes; obstáculos de pedras para que o hóspede chegue à pousada; postes de iluminação destruídos e muros de casas de veraneio derrubados.

Mas foi em meio a tanto sofrimento que o jornalista Fernando Maia conseguiu mostrar a esperança de um futuro melhor. Na Praia de Canoa Quebrada, atua desde 1998 a Organização não Governamental (ONG) RECICRIANÇA, que realiza um trabalho em defesa da natureza na Vila Estevão. Entre as atividades desenvolvidas com as crianças das escolas estaduais e municipais da região, está a trilha na Área de Proteção Ambiental

(APA), oportunidade em que elas aprendem a lidar com a natureza e a defende-la das agressões. Outro exemplo positivo destacado foi o Porto do Pecém, que, por ser *offshore* (afastado da costa), permite o transporte de sedimentos.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, esta é uma preocupação que precisa ser suprapartidária e necessita de um compromisso mais efetivo por parte do Governo Federal, pois envolve famílias inteiras que, no caso mais extremo, precisam ser removidas de suas casas. Destaco aqui relato dessa rica reportagem do *Diário do Nordeste*, ficando constatado que já há um sem-número de ruas, avenidas, casas, escolas, pousadas, prédios públicos e empreendimentos que desapareceram do mapa devido às ações violentas das ondas. Outras praias caminham para esse triste fim, como é o caso de Bitupitá, que pode desparecer, a exemplo do que já aconteceu com Iparana, em Caucaia, e Carnaubinha, em Paracuru.

Especialistas no assunto foram ouvidos pelo jornal. Para o Professor de Geografia da Universidade Estadual do Ceará (UECE), membro do Laboratório de Geologia e Geomorfologia Costeira Oceânica e também especialista em impactos ambientais em zonas costeiras, Paulo Roberto Silva Pessoa, a ocupação é, sem dúvida, um dos fatores responsáveis pelo avanço no mar na costa litorânea cearense.

Nessa mesma linha de raciocínio, a coordenadora do curso de Oceanografia da Universidade Federal do Ceará (UFC), Lidriana de Souza Pinheiro, lembra que os impactos na Caponga, área que estuda há 15 anos, não são recentes. Foram 150 metros de praia perdidos em 1993 por conta da ocupação de casas e pousadas construídas ali.

Também ouvido pela reportagem, o Professor do Instituto de Física da Universidade de São Paulo (USP), Paulo Artaxo, avalia que:

> *"Uma solução de desenvolvimento para o Nordeste tem que levar em conta as peculiaridades atuais e futuras do clima da região. Definir um modo de desenvolvimento que contemple agricultura, industrialização, pecuária e produção energética tem que ser decidido pelo conjunto da sociedade, e não atendendo interesses particulares ou políticos locais ou de Brasília".*

Davis Pereira de Paula, doutor em Ciências do Mar, faz outro alerta sobre o problema da estiagem na região:

> *"Sem chuva, diminui consideravelmente o aporte de sedimentos dos rios nas praias. Sem água para transportar os sedimentos, muitos rios estão com a embocadura assoreada, repleta de areia. Afora essa questão natural, não podemos esquecer que as barragens construídas ao longo desses anos dificultam mais ainda o transporte dessa areia",* frisou.

Diante da gravidade que tende a se agravar se medidas não forem tomadas em tempo hábil e elencadas como prioridade, o que requer recursos financeiros liberados pelo Governo Federal, relato aqui alguns dos exemplos de situações presenciadas pelo *Diário do Nordeste*. Lembro, são só alguns dos muitos exemplos que carecem de medidas urgentes: no Icaraí a erosão já corroeu calçadas, estradas e ameaça a barraqueiros e até condomínios; em Beberibe, as barracas no local possivelmente terão que ser removidas diante da gravidade do problema em uma das praias mais visitadas devido ao seu monumento natural, que são as falésias; no Iguape, desde agosto, são registradas ondas fortes impulsionadas pelo vento que chegaram a destruir a iluminação pública e casas de veraneio e de pescadores.

Era o que tínhamos a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Átila Lins) – Com a palavra o Deputado Zé Geraldo, por 1 minuto.

O SR. ZÉ GERALDO (PT-PA. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu me reuni hoje com o Superintendente de Obras da INFRAERO, Sr. Adilson Lima, para tratar da paralisação nas obras de ampliação do Aeroporto de Santarém.

Realmente, a empresa que havia ganhado a licitação abandonou a obra, mas está sendo preparada uma nova licitação, no valor de mais de 8 milhões de reais. As obras deverão estar contratadas até o final de junho e vão mais do que dobrar o atendimento de embarque e desembarque naquele aeroporto, com o prazo de 1 ano para a conclusão.

Sr. Presidente, eu queria pedir a V.Exa. que autorizasse a ampla divulgação pelos meios de comunicação desta Casa, inclusive pelo programa *A Voz do Brasil*, deste meu pronunciamento e que o considere como lido.

O SR. PRESIDENTE (Átila Lins) – V.Exa. será atendido.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR:

Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados e todos os que nos acompanham pelos veículos de comunicação da Casa, estive na INFRAERO solicitando agilidade na ampliação do Aeroporto de Santarém. A am-

pliação do Aeroporto de Santarém encontra-se atualmente paralisada pelo motivo de a empresa contratada ter abandonado a obra, o que necessita de urgente solução para oferecer qualidade aos passageiros do Município.

Em reunião, hoje (26), com Adilson Lima, Superintendente de Obras da INFRAERO, foi assegurado que as obras de ampliação do Aeroporto irão mais que duplicar a capacidade de embarque e desembarque, que haverá melhorias na esteira de restituição, na área de fila de *check-in*, nos balcões de *check-in* e no saguão para elevar o dinamismo e o conforto na prestação de serviços. Os recursos para efetivar a obra são do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC Regional.

Sr. Presidente, o novo processo licitatório está sendo preparado para ser lançado até o mês de junho deste ano, com previsão de as obras já iniciarem em julho, contemplando serviços que não estavam licitados anteriormente, cujo valor era de 6 milhões e agora ultrapassa os 8,4 milhões.

A previsão para e conclusão da melhoria no Aeroporto é de 12 meses, ou seja, o seu prazo final de execução é agosto de 2015.

Senhoras e senhores, o nosso Mandato parlamentar acompanhará de perto, cobrando a necessária obra para a população santarena.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Átila Lins) – Tem a palavra o Deputado Mauro Benevides por 1 minuto.

O SR. MAURO BENEVIDES (PMDB-CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, desejo apenas hoje lembrar aos Srs. Parlamentares que a Câmara dos Deputados foi convocada para a próxima quarta-feira, dia 12, a fim de apreciar a Proposta de Emenda Constitucional nº 247, de 2013, denominada PEC das Comarcas, que vai permitir que a Defensoria possa ocupar, num espaço de 8 anos, todas aquelas vagas existentes na estrutura judiciária brasileira.

Como V.Exa. sabe, numa primeira discussão, foram 388 votos favoráveis, uma verdadeira consagração. Se não fora a manifestação da Liderança do PT, a maioria teria garantido o segundo turno e, consequentemente, teríamos ultimado, nesta Casa, o trâmite dessa importante proposição.

Como isso não ocorreu, Sr. Presidente, eu quero lembrar aos Parlamentares que permaneçamos aqui atentos a esse compromisso...

(O microfone é desligado.)

O SR. MAURO BENEVIDES – ...de todo o País.

Muito obrigado, Sr. Presidente; muito obrigado, Deputado Fernando Marroni, que esperou esta minha manifestação.

O SR. PRESIDENTE (Átila Lins) – Com a palavra, pela ordem, o Deputado Fernando Marroni.

O SR. FERNANDO MARRONI (PT-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Sras. e Srs. Deputados e aqueles que nos acompanham, eu quero daqui sustentar mais uma vez o tema da importância econômica e social que tem hoje a PETROBRAS para o nosso País.

A Oposição e os grandes veículos de comunicação falam da grave crise da PETROBRAS e, com todas as letras, dizem: "A incompetência do Governo do PT para gerenciar a PETROBRAS".

E o golpe veio ontem à tarde: 407 mil barris de petróleo no pré-sal. Novo recorde. Em 2017, chegaremos a 1 milhão de barris no pré-sal, quando ficarem prontas as novas plataformas. Isso nos remete à campanha do Presidente Lula, quando as plataformas eram todas feitas fora do Brasil. Pois bem. O Presidente Lula disse: "Tudo o que puder ser feito no Brasil será feito no Brasil". A minha região tem um polo naval, hoje, e já entregou quatro plataformas à Petrobras. E são essas plataformas, construídas pelo povo brasileiro, que estão explorando a camada do pré-sal.

À noite veio o segundo golpe, quando a Presidenta da Petrobras, Maria das Graças, anunciou o balanço da empresa: 23 bilhões de reais de lucro.

É essa a incompetência do Governo do PT, que recuperou a Petrobras para os brasileiros – que já tinha até outro nome no Governo do PSDB: "PETROBRAX" –, que aprofundou os estudos na camada pré-sal e descobriu a maior reserva de petróleo do mundo, a maior descoberta dos últimos tempos. E o povo brasileiro está se beneficiando disso, já, porque está se beneficiando com Ciência e Tecnologia, com emprego, com inovação, com a recuperação da indústria naval no nosso País.

Mais que isso: esses recursos do pré-sal serão, sim, usufruídos pelo povo brasileiro. Que seja na forma de subsídio do petróleo. Quem defende que a Petrobras teve prejuízo porque segurou os preços dos combustíveis para os brasileiros defende os interesses privados, dos acionistas privados da Petrobras, e não os interesses do povo brasileiro, os interesses da Petrobras pública.

E fazem esse ataque sobre corrupção, e querem fazer Comissão para ir passear na Holanda, quando já existem os órgãos que devem fazer essa fiscalização. Não tem cabimento. A Oposição está desmoralizada diante do sucesso que é hoje a nossa Petrobras, sob o Governo do Presidente Lula e sob o Governo do PT.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR:

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, todos aqueles que nos assistem e nos acompanham pela TV Câmara, hoje ocupo este espaço para, com muito orgulho, falar sobre a Petrobras. A nossa Petrobras, que virou alvo de críticas da oposição e dos ditos especialistas de economia, especialistas estes que insistem em dizer que a nossa estatal atravessa uma "grave crise". A oposição – que carece de pauta e de projeto –, evidentemente, aproveitou-se disso e usou a Petrobras para atacar o Governo. Queriam vender a ideia de que a Petrobras estava "falida". Eu disse "queriam", no passado, porque ontem eles foram completamente desmascarados com a divulgação do balanço, pela Presidenta Graça Foster.

No início da tarde, veio o primeiro golpe: o pré-sal bateu recorde de produção, com 407 mil barris por dia. A expectativa é de que cheguemos ao número de 1 milhão de barris/dia até 2017, com as novas plataformas que estão sendo construídas pelo povo brasileiro.

Mas, como eu falei, esse foi apenas o primeiro golpe sofrido pela oposição. O segundo, e definitivo, veio no início da noite, com a divulgação do balanço de 2013. Em 2013, a Petrobras cresceu 11% a mais do que em 2012. O lucro da estatal, Sras. e Srs. Deputados, foi de R$ 23 bilhões. Vou repetir: R$ 23 bilhões! Com esse valor, a Petrobras puxou o PIB brasileiro. E mais: a Petrobras ajudou a segurar a inflação brasileira ao segurar o preço do combustível. Hoje, a nossa estatal vale oito vezes mais do que valia no governo FHC. Algo em torno de 200 bilhões de dólares de investimentos em exploração e produção de petróleo será feito apenas no Brasil – o equivalente a cerca de 70% do total que será investido pela companhia.

E, o mais importante, Sras. e Srs. Deputados, com os *royalties* do petróleo iremos investir na educação e na saúde brasileira: 75% na educação e 25% na saúde. Até 2022, serão cerca de R$ 112 bilhões investidos na educação do nosso País.

Para concluir, Sr. Presidente, quero dizer que isso é apenas o começo. Vem mais por aí. A Petrobras vai crescer ainda mais. Não adianta a oposição brasileira e parte da mídia tentarem pregar o contrário. Ontem, após a divulgação do balanço, os especialistas, incrédulos, diziam: "Tá bom, mas tá mau". Ou seja, não tinham como negar que a Petrobras deu lucro e que não está em crise, mas não podiam dar o braço a torcer.

Viva a Petrobras!

Muito obrigado, Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Átila Lins) – Com a palavra o Deputado Carlos Souza, por 1 minuto.

O SR. CARLOS SOUZA (PSD-AM. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Eu venho a esta tribuna para repudiar a última edição de uma revista francesa de nome *France Football*, que saiu com uma capa em que aparece uma tarja preta, ou seja, uma edição de luto pelo fato de o Brasil sediar os jogos da Copa do Mundo de Futebol deste ano.

E essa revista vai mais longe ainda no agravo ao nosso País, Sr. Presidente, dizendo que a corrupção no Brasil é endêmica, do governo ao povo brasileiro, e chamando os brasileiros de analfabetos.

Na edição dessa revista denominada *France Football*, vê-se um total desrespeito para com o nosso País, um total desrespeito para com a nossa soberania.

Fica aqui, Sr. Presidente, o meu repúdio a essa revista, que não tem moral, que não tem credibilidade para falar do nosso País.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Átila Lins) – A Mesa se associa a essa manifestação de repúdio apresentada por V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Átila Lins) – Com a palavra o Deputado Edson Santos.

O SR. EDSON SANTOS (PT-RJ. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu venho lamentar um fato que ocorreu no Rio de Janeiro. Um jovem negro foi preso, acusado de ter furtado a bolsa de uma senhora. Esse jovem foi preso no dia 10 deste mês de fevereiro e continua preso até hoje, apesar de ter sido constatado que o jovem é um trabalhador – aliás, estava saindo exatamente do trabalho, em um *shopping center* do Rio de Janeiro – e que já trabalhou como ator em uma novela da *TV Globo.* Mas, por conta de uma denúncia não apurada devidamente pelos órgãos de segurança do Rio de Janeiro, ele se encontra até hoje preso.

Quando veio à luz essa questão, noticiada pelo jornal *O Globo*, e diante da apuração feita pela polícia, constatou-se que ele não tinha nada a ver com o que aconteceu com a senhora que teve a bolsa roubada, mas o que mais me estranha é a decisão da Justiça de colocá-lo em liberdade provisória, o que significa que ele tem que comparecer mensalmente à Justiça e não pode se ausentar da cidade.

Ora, esse jovem deveria receber uma reparação do Estado do Rio de Janeiro! Esse jovem deveria receber um pedido de desculpas do Estado do Rio de Janeiro e não continuar a sofrer o constrangimento de estar sob liberdade provisória, tendo que comparecer à Justiça, sem poder se ausentar da nossa cidade.

Então, isso marca mais uma vez, Sr. Presidente, a herança histórica da escravidão no nosso País, em que o cidadão negro é visto, em primeiro lugar, enquanto marginal.

O Sr. Jorge da Silva, um Coronel da Polícia Militar negro, diz o seguinte: *"Quando a polícia entra num ônibus revistar os passageiros, o primeiro a ser revistado é um cidadão negro"*. Isso estar acontecendo no início do século XXI é lamentável.

Eu espero que o Estado do Rio de Janeiro, que o Governador do Estado do Rio de Janeiro se desculpe perante esse jovem e que a Justiça do Rio de Janeiro reveja a sua decisão de colocá-lo sob liberdade provisória. Na verdade, quem deve ser punido por esse fato são exatamente os funcionários da Secretaria de Segurança Pública que fizeram essa violência e levaram ao constrangimento esse jovem da nossa cidade.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Átila Lins) – A Presidência vai interromper as breves comunicações para conceder a palavra à nobre Deputada Jandira Feghali, para uma Comunicação de Liderança, pelo PCdoB.

V.Exa. dispõe de até 4 minutos.

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB-RJ. Como Líder. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, em primeiro lugar, acompanhando as denúncias, como fez o Deputado Edson Santos com relação ao jovem psicólogo e ator negro, abordado incorreta, arbitrária e violentamente pela polícia do Rio de Janeiro, eu gostaria de fazer o registro da atitude do ex-Deputado Flávio Dino, Presidente da EMBRATUR, que conseguiu impedir que a empresa Adidas continuasse com a sua campanha, expressa em camisetas e materiais esportivos, de transformar a mulher, de novo, num símbolo sexual e de atração para os eventos esportivos no Brasil. Todo o esforço que o movimento de mulheres vem fazendo, todo o esforço que o Brasil vem fazendo para retirar essa imagem do Brasil como um lugar de turismo sexual a Adidas tentou romper, com um objeto de lucro e de muito mau gosto, ao expressar, nas suas camisetas, essa imagem que nós buscamos superar há muitos anos.

Eu quero parabenizar o Deputado Flávio Dino pela atitude rápida, ousada e firme, ao fazer com que a Adidas recue na comercialização dos seus materiais e na sua propaganda.

Queria também aqui deixar um registro, Sr. Presidente, de quem vivenciou essa semana várias reuniões com o Presidente da República em exercício, Michel Temer, com o Ministro-Chefe da Casa Civil, Aloizio Mercadante, sobre o que ocorreu em plenário e tudo o que vem ocorrendo na imprensa com o surgimento do tal Blocão – e eu fiquei me lembrando do Centrão da Constituinte; não é, Deputada Benedita da Silva? –, em que partidos se somam, não necessariamente com posições avançadas, mas com posições muitas vezes recuadas, num tensionamento indevido, inoportuno e incorreto. Sendo da base do Governo, tensionam o Governo.

Este Governo se pauta por uma atitude socialmente avançada. Economicamente, enfrenta um dos momentos de maior adversidade internacional, mantendo inflação baixa, mantendo quase pleno emprego no Brasil, mantendo a renda do salário mínimo em alta, mantendo programas sociais e ampliando os recursos para os programas sociais.

Na minha opinião, é muito inoportuno que um grupo de partidos que fazem parte da base, que inclusive ajudaram a construir este momento político da Presidenta Dilma Rousseff, crie fatos políticos que expressem uma divisão na base do Governo. Sabe-se lá com que interesses o comando desse processo se dá.

Quero deixar aqui, em nome do PCdoB, a nossa reafirmação de participação na base do Governo e de defesa desse projeto que se estrutura no Brasil. Obviamente, há limites. Também temos críticas, também temos reivindicações; também exercemos a nossa independência quando necessário, mas o apelo que se faz neste momento, diante de um ano de grandes embates políticos e de disputa de projetos, é para que se evitem retrocessos, para que se evitem criar fatos políticos em cima de interesses que não sejam os do povo brasileiro e para que garantamos aqui a unidade da base para que o nosso País avance.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

Um abraço a todos e bom carnaval.

Durante o discurso da Sra. Jandira Feghali, o Sr. Átila Lins, nos termos do § 2º do art. 18 do Regimento Interno, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Giovani Cherini, nos termos do § 2º do art. 18 do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Giovani Cherini) – Vamos passar para o período do Grande Expediente. O primeiro orador inscrito é o Deputado Ronaldo Caiado, que terá 25 minutos.

Eu vou passar a palavra, se o Deputado Ronaldo Caiado permitir, ao Deputado Pastor Marco Feliciano, por 1 minuto, para fazer o seu registro.

Em seguida, nós retornaremos. Todos os Deputados querem falar, inclusive eu, que estava esperando. Então, eu peço paciência aos Srs. Parlamentares.

O SR. DÉCIO LIMA – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Giovani Cherini) – Tem V.Exa. a palavra.

O SR. DÉCIO LIMA (PT-SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, peço a V.Exa. que considere como lido o meu pronunciamento e autorize sua divulgação pelos meios de comunicação desta Casa.

Agradeço ao Deputado Ronaldo Caiado.

O SR. PRESIDENTE (Giovani Cherini) – Recebido.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR:

Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, venho a esta tribuna comemorar mais um resultado positivo: em janeiro, o mercado formal de trabalho brasileiro gerou 29.595 empregos formais, correspondendo a um crescimento de 0,07% em relação ao estoque de empregos de dezembro de 2013.

O resultado é superior ao ocorrido em janeiro de 2013, quando foram gerados 28.900 empregos, sendo o sexto mês consecutivo com desempenho favorável, se comparado ao mesmo período do ano anterior.

O saldo de janeiro foi oriundo de 1.778.077 admissões e de 1.748.482 desligamentos, ambos representando o segundo maior resultado para o período. Nos últimos 12 meses foram criados 1.045.848 postos de trabalho, equivalentes à expansão de 2,64%, e, no período de janeiro de 2011 a janeiro de 2014, um total de 4.511.820 postos de trabalho foram gerados, representando um crescimento de 10,24% sobre o estoque de dezembro de 2010.

As informações são do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED) e foram divulgadas na última quinta-feira, 20 de fevereiro, pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE).

Os dados de janeiro ressaltam a continuidade do movimento de expansão do emprego formal no País, ainda que num ritmo de crescimento menor que o dos anos anteriores. A expectativa, segundo o MTE, é de que o País gere 1,4 milhão de empregos este ano.

O Estado de Santa Catarina se destacou dos demais gerando 18.317 postos (0,92%). A Região Sul ficou em evidência, pois gerou 39.892 postos (+0,54%), seguida da Região Centro-Oeste, que criou 15.480 postos de trabalho e obteve crescimento de 0,49%.

Em Santa Catarina, os setores que mais contribuíram foram: Indústria da Transformação (+7.372), Agropecuária (+7.742), Serviços (+3.862) e Construção Civil (+3.251).

No *ranking* das 30 maiores cidades de Santa Catarina, Fraiburgo foi a que mais gerou empregos com carteira assinada, com total de 2.248 postos de trabalho. A minha querida Blumenau (+1.753) e Joinville (+1.104) ficaram respectivamente com o 2º e o 3º lugar. Florianópolis gerou 633 empregos e ficou em 5º lugar. No oeste catarinense, Chapecó conquistou a 7ª posição, com mais 452 empregos formais.

Estes dados são motivos para combater a onda de pessimismo que a oposição ao Governo Dilma Rousseff tenta emplacar. Os números mostram que a economia vai bem e que o Governo Federal tem feito o dever de casa, que é o de valorizar a indústria nacional, gerando emprego e renda para os brasileiros.

Era o que tinha a dizer.

Gostaria, Sr. Presidente, que este meu pronunciamento fosse transcrito nos Anais desta Casa de Leis.

O SR. PRESIDENTE (Giovani Cherini) – Tem a palavra o Deputado Costa Ferreira.

O SR. COSTA FERREIRA (PSC-MA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, é só para dar como lido meu pronunciamento, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Giovani Cherini) – Está registrado seu pronunciamento.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR:

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, apresentei hoje (26/02) o Requerimento nº 9.613, de 2014, no intuito de incluir o PROJETO DE LEI Nº 1.881, de 2011, de minha autoria, na pauta da Ordem do Dia. Lembro que o PL 1.818 tem a finalidade de alterar o art. 192 da Consolidação das Leis do Trabalho, para dispor sobre a base de cálculo do adicional de insalubridade.

Apensado ao Projeto de Lei nº 2.549, de 1992, e outros, o PROJETO DE LEI Nº 1881, de 2011, que se reveste de grande importância por abordar um tema ainda não definido em lei, está pronto para ser pautado e ser apreciado pelo plenário desta Casa.

O adicional de insalubridade, importante parcela da remuneração de milhares de trabalhadores brasileiros, tornou-se, assim, fonte de incontáveis processos judiciais.

Como o salário-mínimo regional foi extinto pelo Decreto-lei nº 2.351, de 7 de agosto de 1987, que instituiu o Piso Nacional de Salários, e hoje, de acordo com o que estabelece o inciso IV do art. 7º da Constituição Federal, o salário mínimo é nacionalmente unificado, sendo vedada sua vinculação para qualquer fim, segui a linha constante neste projeto.

É, portanto, urgente e necessário que o Congresso Nacional se manifeste sobre a matéria, estabelecendo nova base de cálculo para o adicional de insalubridade, compatível com o que dispõe a Constituição Federal.

Nossa proposta é no sentido de que o adicional de insalubridade seja calculado sobre a remuneração do trabalhador. Entendemos não fazer sentido estabelecer base de cálculo menor, pois o adicional, além de servir de indenização pelos prejuízos sofridos pelo empregado no que diz respeito à sua saúde, deve também representar um estímulo para que as empresas invistam em um ambiente de trabalho saudável e livre de agentes agressivos.

Este PL 1.818 é também uma resposta aos apelos de trabalhadores maranhenses insatisfeitos e às constantes frustrações com a falta de normatização do tema em questão. Indefinição que posterga decisões judiciais através de infindáveis de manobras de advogados habilidosos.

Portanto, é necessário que esta Casa aprecie essa matéria e dê parâmetros claros à questão da base de cálculo do adicional de insalubridade. O trabalhador merece.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Giovani Cherini) – Concedo a palavra ao Deputado Pastor Marco Feliciano.

O SR. PASTOR MARCO FELICIANO (PSC-SP. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Nobre Deputado Ronaldo Caiado, grande Líder, muito obrigado por me dar a oportunidade de falar neste minuto.

Hoje eu entreguei, com muita honra, a Presidência da Comissão de Direitos Humanos e Minorias. Por 1 ano a fio fiquei em silêncio nesta Casa, sofrendo com a mídia, sendo achincalhado, violado. A minha família e os meus amigos sofreram junto comigo. Mas eu mostrei que, com equilíbrio e com pluralidade, é possível manter um mandato com brio, com a amizade de todos os companheiros.

Agradeço ao meu partido, o PSC, sob a Liderança do Deputado André Moura, que fez um trabalho hercúleo para me manter à frente da Comissão de Direitos Humanos.

Agradeço a todas as pessoas que trabalharam direta ou indiretamente para que isso acontecesse, principalmente a todas as instituições religiosas do Brasil. Entre os evangélicos, 40 milhões, e mais um grande número de católicos.

Já vou concluir, Sr. Presidente. Fiquei 1 ano sem falar. Uma grande multidão esteve ao meu lado. Então, eu quero daqui, deste microfone, agradecer a todos, com muita emoção. E quero agradecer às famílias brasileiras que foram para a rua em minha defesa.

E conseguimos um fato inédito na Casa: a Comissão mais desprezada da Casa, porque é a última a ser escolhida, de repente se torna a primeira ou a primazia da Casa.

Que os direitos humanos sejam de fato respeitados, que os direitos humanos sejam alavancados no nosso País. Neste ano, em 2014, na Comissão de Direitos humanos haverá o bom debate, coisa que não ocorreu na outra Legislatura porque Deputados ficaram com vergonha de estarem presentes. Desta vez isso não vai acontecer isso.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Giovani Cherini) – Concedo a palavra ao Deputado Gonzaga Patriota.

O SR. GONZAGA PATRIOTA (PSB-PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o Deputado Romário está realizando neste momento, no Auditório Nereu Ramos, o Encontro do Dia Mundial das Doenças Raras.

Sr. Presidente, solicito a V.Exa. que encaminhe um projeto de lei que apresento agora, que permite à servidora pública que tenha filho com doenças raras a metade do expediente, ou seja, 50% do horário normal.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Giovani Cherini) – Antes de passar a palavra ao Deputado Ronaldo Caiado, faço o registro da presença neste plenário do Vereador Marcus Leitzke, do Município de Hulha Negra, região carbonífera no sul do Estado do Rio Grande do Sul; do Vereador Guilherme Barão, do Município de Candiota, Estado do Rio Grande do Sul; do Vereador Fábio Ferreira Dias, do Município de Pinheiro Machado, Estado do Rio Grande do Sul; do Vereador Renan Cunha, Presidente da Câmara de Vereadores de Piratini, primeira Capital do Rio Grande do Sul; e do Vereador Getúlio Porto, do Município de Hulha Negra.

A presença dos Vereadores, enquanto acompanham a nossa sessão neste plenário, muito honra este Parlamento.

O SR. PRESIDENTE (Giovani Cherini) – Passa-se ao

V – GRANDE EXPEDIENTE

Concedo a palavra ao Deputado Ronaldo Caiado. S.Exa. dispõe de 25 minutos.

O SR. RONALDO CAIADO (DEM-GO. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, do ponto de vista republicano e institucional, o Brasil está em crise. Esse é o chamamento que quero fazer daqui a todos os colegas Parlamentares, para que realmente não deixem de analisar com profundidade o momento político que estamos vivendo.

Nós assistimos há poucos dias, Sr. Presidente, a um discurso da Presidente Dilma Rousseff, no interior do Brasil. E, no decorrer do discurso, ela realmente falou aquilo que sente e que faz. Palavras dela: *"Na eleição podemos fazer o diabo"*.

Infelizmente, Sr. Presidente, esse processo não é feito apenas na campanha eleitoral. Esse quadro tomou conta de todo o período de governo do Partido dos Trabalhadores. Isso é o que tem preocupado a sociedade brasileira. Preocupado por quê, Sr. Presidente? Porque nós vemos que o PT está transformando a República, o Governo em aparelho de partido. Essa é a nossa preocupação, essa é a preocupação da população brasileira. Ou seja, eles não sabem separar a estrutura partidária da estrutura de Estado. O Estado está de tal maneira aparelhado, o Estado está de tal maneira engessado que este Governo não aceita críticas, não aceita fiscalização, não aceita convocação de Ministros. Posa como dono da verdade, e qualquer uma dessas iniciativas é tolhida e ameaçada duramente.

O que diferencia a democracia de uma ditadura? A democracia amplia todos os mecanismos de fiscalização. Quanto mais, melhor. As ditaduras os restringem ao máximo ou os anulam. A pergunta que faço a todos é esta: *"Existe algum Poder independente em nosso País?"* Eu respondo: *"Não, não há nenhum"*. *"Existe alguma entidade independente e capaz de vocalizar o sentimento da sociedade brasileira?" "Não, nenhuma"*. Porque a ação de poder cada vez mais se ocupar das estruturas, sejam do Legislativo, sejam do Judiciário, sejam das entidades representativas de classe neste momento está criando algo que realmente preocupa todos aqueles que são defensores, verdadeiramente, da democracia.

Esse aparelhamento e essa ação de inibir a fiscalização, o debate e o contraditório vêm preocupando a sociedade como um todo. É para isso que nós precisamos, neste momento, cada vez mais atentar para esses passos que o Governo está dando.

Nós só valorizamos as liberdades quando as perdemos. E o que nós estamos assistindo hoje é um silêncio um pouco covarde por parte de muitas entidades. E, neste momento, Sr. Presidente, eu vejo que estamos diante de um quadro em que os escândalos proliferam numa proporção geométrica. No entanto, a fiscalização ou as punições são totalmente desativadas e muitas vezes já desacreditadas pela população brasileira.

Nós estamos assistindo ao escândalo da Petrobras. Por várias vezes subimos à tribuna para denunciar esse fato. A Petrobras, que era a quarta maior empresa do mundo, hoje está numa situação em que perde até para a estatal colombiana, em termos de valor e de reconhecimento no cenário internacional.

Mas não é apenas isso, Sr. Presidente. O que nós estamos vendo é a deterioração completa do quadro, ou seja, são as negociatas que estão ocorrendo hoje dentro da estrutura da Petrobras. Essa estrutura é pública também. Há dinheiro público lá dentro. E assistimos exatamente ao escândalo de Pasadena. O desvio imaginado ou denunciado é de um valor que chega a 1 bilhão de dólares. Para aonde foi esse dinheiro, dessa compra feita pela Petrobras em Pasadena, nos Estados Unidos da América?

Nós estamos vendo hoje o Ministério Público holandês mostrar o percentual equivalente a milhões de dólares que foi repassado a funcionários da Petrobras por uma empresa interessada em ganhar as licitações para fechar contratos de aluguel de plataformas para exploração, aqui no Brasil, do nosso petróleo.

Com esses escândalos sucessivos, nós estamos vendo todas as estatais brasileiras serem desestruturadas ou quase quebradas por uma ação nociva do Governo. Em relação à ELETROBRAS, a Presidente usou o tempo de rádio e televisão para nos dizer que haveria uma diminuição de 20% na conta de luz, que estaríamos incentivando a iniciativa privada e a indústria e que, com isso, o cidadão pagaria menos. E estamos vivendo um momento de apagões sucessivos pelo interior deste Brasil afora. Esta é a realidade que estamos vendo. Além disso, o Governo está pagando, com previsão para 2014, quase 20 bilhões de reais a mais para manter as termoelétricas ligadas.

Sr. Presidente, isso não acontece de graça. O Governo brasileiro vai repassar, depois das eleições, esse valor para a conta de energia elétrica da população brasileira.

Nós estamos assistindo ao escândalo do BNDES. Já são mais de 300 bilhões de dólares repassados a empresas que foram identificadas como "as empresas campeãs", as financiadoras da campanha eleitoral do PT. Trezentos bilhões de reais.

O lado social do BNDES foi esquecido. Pequenas e microempresas não têm acesso a esse crédito. As facilidades são exatamente para aquelas empresas que têm o poder de determinar onde o BNDES vai fazer a obra

e qual obra vai financiar. Além disso, essas empresas têm o poder, hoje, por financiarem o Governo do PT, de dizer quais dívidas o Brasil deve anistiar. É inédito isso. Anistiam-se dívidas de ditadores da África porque isso beneficia algumas empresas que têm o poder de decidir a política de investimentos deste País. Nós estamos vendo sobre um repasse feito a Cuba e a Angola uma tarja: a de empréstimos secretos. Nenhum de nós, Deputados e Senadores, nenhuma autoridade do Brasil pode ter acesso a esses empréstimos. Eles vão voltar de que forma? Para construir o quê? Qual é a garantia do povo brasileiro? Como esse dinheiro está sendo aplicado?

Mas nós não paramos aí, Sr. Presidente. Desafiamos este Governo a vir a público dizer ao povo brasileiro qual de suas obras foi terminada e apresentada à população. Nenhuma. Este é um governo que não tem nenhuma obra concluída.

Não estou sendo justo, talvez, por não reconhecer o Porto de Mariel como uma obra brasileira. A única obra concluída foi o Porto, em Cuba, na qual o Governo do Brasil gastou milhões e milhões de dólares, enquanto não temos nenhum porto com estrutura e capacidade de poder atender à demanda da nossa produção mineral, agropecuária e industrial.

A que ponto o Brasil chegou? Não consegue fazer a tarefa de casa e se acha na condição de poder fazer grandes investimentos em outros países e também de anistiá-los, para que a população brasileira tenha que pagar essa conta. Este é o momento que nos preocupa, Sr. Presidente.

Já que estamos falando em obras, Sras. e Srs. Deputados, informo que o Democratas se preocupou em fazer um documento, que tem toda a sua base no SIAFI, órgão do Governo Federal, sobre todas as obras e todos os projetos de governo da então candidata a Presidente Dilma Rousseff registrados no Tribunal Superior Eleitoral. Foi, sem dúvida nenhuma, catalogado. E passo a citar as promessas – dados do Governo Federal: ampliar para 2 bilhões de reais a verba para a aquisição de alimentos de pequenos agricultores – não cumpriu nada, Sr. Presidente; controlar a inflação – hora nenhuma esteve no centro da meta; durante todo o tempo acima e até acima do teto da meta.

Nós ouvimos, Sr. Presidente, o Governo dizer que ia promover um crescimento acelerado, que nós absorveríamos a mão de obra dos jovens e que o Brasil estava numa curva ascendente de crescimento. Em nenhum ano do Governo Dilma atingiu-se a meta do PIB projetado pelo seu plano de governo.

O Sr. Mauro Benevides – V.Exa. me permite um aparte, Deputado Ronaldo Caiado?

O SR. RONALDO CAIADO – Pois não.

O Sr. Mauro Benevides – E há a expectativa de que amanhã seja anunciado o PIB referente ao ano passado. As conjecturas não são tão favoráveis. Se havia aquela perspectiva inicial de 2,5%, depois de 2,3%, há agora um vaticínio de que ele vai se circunscrever talvez a 2% apenas, o que frustrará o Governo e todos aqueles que se preocupam com os rumos econômico-financeiros do País. Cumprimentos a V.Exa. pelo excelente discurso.

O SR. RONALDO CAIADO – Muito obrigado, Deputado Mauro Benevides, pela experiência de V.Exa. na área política.

Realmente, os dados econômicos estão mostrando que o Brasil deixou de ser aquele País sobre o qual havia expectativas, por compor o BRICS. Hoje, vemos diminuir a sua capacidade de investimentos e vemos outros países crescendo muito mais.

Só para a sua informação, Excelência, na América Latina, o Brasil só está crescendo mais do que a Venezuela. Apenas. Todos os outros países estão crescendo mais do que o Brasil. Então, a nossa posição é extremamente constrangedora e mostra a incapacidade do atual Governo.

O compromisso de aumentar para 7% os investimentos em educação também o Governo Dilma não cumpriu, em nenhum dos anos.

O compromisso de construir 6 mil creches também não atingiu hora alguma. Pelo contrário: das 4.500 previstas para 2013, só concluiu 1.400 creches.

Sobre a promessa de construir quadras poliesportivas nas escolas, com a previsão de 10.116, concluiu pouco mais de 3 mil.

É lógico que não vou me estender nisto porque tenho que cumprir o tempo do Grande Expediente, mas cito ainda a relação entre a venda de álcool e gasolina e o compromisso com o meio ambiente. Também não cumpriu em nenhum ano. Ou seja, nós passamos a queimar muito mais combustíveis fósseis do que realmente o biodiesel e o álcool em nosso País.

Obras de defesa civil: o Japão já resolveu o problema causado por um grande *tsunami*, e o Brasil é incapaz de resolver a situação de Petrópolis e de outros tantos Municípios do Brasil que foram atingidos por enchentes.

Na área da saúde, o compromisso era o de implantar 500 Unidades de Pronto Atendimento no País, programa do Governo Dilma. Conseguiu implantar pouco mais de 150 Unidades de Pronto Atendimento. Não cumpriu a sua meta hora alguma.

Sobre os investimentos em 8.694 Unidades Básicas de Saúde, em nenhum ano cumpriu a meta.

E, para finalizar, Sr. Presidente, a Polícia Federal foi totalmente desmontada. Em nenhum ano do Governo Dilma foi cumprida a meta orçamentária prevista para o combate à criminalidade e a inibição da corrupção avassaladora que vem tomando conta, principalmente, de todas as obras públicas deste País, cujos resultados veremos depois da Copa do Mundo de Futebol, diante dos escândalos de que todos sabemos e que até o momento estão sendo duramente abafados, para não virem à tona.

Sr. Presidente, eu encerro dizendo que sempre me dediquei muito ao estudo e ao trabalho sobre um assunto que é nosso: a reforma política. Nós hoje estamos debatendo, assim como o Supremo Tribunal Federal, o financiamento das campanhas eleitorais. O que eu pergunto – e estava discutindo isto com a área jurídica do nosso partido – é se nós não temos que entrar com Ação Direta de Inconstitucionalidade, no momento em que a Presidente da República, usando da prerrogativa de nomear Ministros, como toda a mídia noticia, utiliza hoje uma ferramenta republicana para que um programa seja cumprido, para que seja em benefício da população brasileira, utiliza os 39 Ministérios, autarquias e fundos de pensão para distribuir, a partir dos políticos, como se fossem verdadeiramente feudos, que eles recebem de porteira fechada, para garantir a ela o apoio e o tempo de rádio e televisão na campanha eleitoral. Ou seja, isso é o desequilíbrio maior que pode haver num jogo político-eleitoral. Isso é total agressão às regras. Um governo, em vez de ter uma visão de país, tem uma visão voltada para a sua reeleição e para a manutenção do PT no Governo. Isso tem-nos preocupado sobremaneira.

O PT, a cada momento, acha válido que Lula faça declarações de apoio ao Presidente Nicolás Maduro, da Venezuela. De apoio. Gravação direta na mídia. Ele diz que aquele era o sonho de Chávez, enquanto matam jovens, as prateleiras estão desabastecidas, as pessoas que tinham qualquer propriedade são saqueadas. Esse sistema bolivariano já mostrou que é um populismo perigoso, porque cada vez mais marcha para impedir a liberdade dos cidadãos e também da imprensa, da mídia naquele país. Cancelaram todas as informações repassadas pela *CNN*, cortaram os sinais, estão agindo cada vez mais brutalmente contra a população, alimentados pelos tais "coletivos", que são milícias urbanas treinadas e armadas para matar todos aqueles que se rebelam contra o Governo de Chávez.

Nós estamos vendo o Governo brasileiro consolidar um acordo que desrespeita o direito do cidadão, exatamente esse contrato com Cuba pelo qual os médicos vêm para cá e são submetidos, aqui, a regras cubanas, sem poderem sequer, Deputado Lupion, ter convivência com brasileiros, participar de eventos ou pretender casar um dia. Eles recebem 952 reais, e os outros médicos, 10 mil reais.

Mas o mais grave, Deputado Lira, é que estivemos com a Ministra da Secretaria de Direitos Humanos e expusemos tudo aquilo a ela. O que imaginávamos? Que naquele momento, por ser a Ministra de Direitos Humanos, ela estava ali acima de qualquer sigla partidária e defenderia aquilo em que acredita. Naquela hora nós ouvimos da Ministra um silêncio obsequioso. Calou. Os direitos humanos no Brasil só existem para os petistas. Sobre os cubanos, mesmo com os tratados internacionais, com os direitos humanos, com todos os acordos assinados pelo Governo, o Governo brasileiro se cala, não comenta os seus direitos humanos.

A OAB se cala; as centrais sindicais estão amordaçadas; a UNE, financiada pelo Governo, transformou-se em tentáculo do Governo Federal. As entidades todas estão muito bem servidas financeiramente para assistirem a todo esse desrespeito à democracia, à República, às instituições e ficarem caladas, porque são muito bem financiadas pelo dinheiro público.

Sr. Presidente, é isto o que me preocupa cada vez mais: esse silêncio dos bons, esse silêncio desta Casa. Muitas vezes, Parlamentares se sentem atendidos porque seu partido recebeu um Ministério, e aquilo pode garantir a sua reeleição. Eles não sabem o mal que estão fazendo à democracia brasileira.

O Governo da Presidente Dilma e do PT transformou a democracia numa casca fina, débil, mais ainda pode enganar a população, destruir e cupinizar todas as estruturas que mantêm a liberdade de expressão, o direito de ir e vir, a democracia neste País.

O SR. PRESIDENTE (Giovani Cherini) – Peço a V.Exa. que encerre, Deputado.

O SR. RONALDO CAIADO – Sr. Presidente, ao concluir, eu quero pedir a todos os colegas e pares que reflitam sobre isso e analisem bem o momento que nós estamos vivendo, vendo o que está ocorrendo hoje na Venezuela, vendo o que está ocorrendo hoje com os nossos contratos com Cuba, com as nossas instituições. Sem dúvida nenhuma, Sr. Presidente, temos que reagir duramente a esse processo de "venezualização" do País.

Contra isso me insurgirei durante todo o meu mandato e nesta campanha eleitoral, porque o País está em marcha batida para esse sistema populista...

O SR. PRESIDENTE (Giovani Cherini) – Obrigado, Deputado.

O SR. RONALDO CAIADO – Que a população realmente acorde, que as lideranças levantem a cabeça e que possamos manter a democracia brasileira viva, altiva e resistente a este momento que o Governo do PT quer.

Como diz a Presidente Dilma, *"nós podemos fazer o diabo para nos mantermos no Governo"*. Vamos realmente derrubar e exorcizar esse diabo, vamos fazer com que graças maiores cheguem ao Governo deste País nas eleições de 2014.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Giovani Cherini) – Concedo a palavra, pela ordem, à Deputada Sueli Vidigal e passo a Presidência para o Deputado Ângelo Agnolin.

A SRA. SUELI VIDIGAL (PDT-ES. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, hoje me deparei com uma matéria no jornal *Bom Dia Brasil* em que um paciente com câncer, que não podia esperar pelo atendimento, teve que ser medicado num hospital em São Paulo praticamente às escuras, tendo como única iluminação a luz de um celular. Tudo isso, colegas Deputados, em função da falta de um gerador de energia elétrica no hospital – presente, aliás, em todos os estádios de futebol do País. Nada contra, mas defendo um olhar diferenciado para a saúde.

O Conselho Regional de Medicina de São Paulo aponta que 57% dos pacientes são atendidos nos corredores dos hospitais.

Por que falo isso, colegas Deputados? Porque sou autora do Projeto de Lei nº 6.627 de 2009, que obriga os hospitais públicos e privados a instalarem geradores de energia elétrica em suas unidades e dá outras providências.

O Projeto foi aprovado na Comissão de Seguridade Social e Família, da qual sou membro, com o voto em separado do Deputado Alexandre Roso, médico, que foi sensível a essa tão importante proposição. Colegas Deputados, o Relator do da matéria, na época, não era favorável à proposição, e até hoje não entendi o porquê.

Solicito que meu pronunciamento fique registrado nos Anais desta Casa.

Muito obrigada pela tolerância, meu colega, Deputado do meu partido.

O SR. PRESIDENTE (Ângelo Agnolin) – Pois não, Deputada Sueli Vidigal. É um prazer registrarmos aqui a sua manifestação, o seu pronunciamento.

Durante o discurso da Sra. Sueli Vidigal, o Sr. Giovani Cherini, nos termos do § 2º do art. 18 do Regimento Interno, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Ângelo Agnolin, nos termos do § 2º do art. 18 do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Ângelo Agnolin) – Vai-se passar ao horário de

VI – COMUNICAÇÕES PARLAMENTARES

Tem a palavra o Sr. Deputado Giovani Cherini, pelo PDT.

O SR. GIOVANI CHERINI (PDT-RS. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Deputado Ângelo Agnolin; Sras. e Srs. Parlamentares, hoje nós estivemos no Ministério do Planejamento, junto com o Deputado Marcon, com lideranças dos Municípios de Aceguá, Candiota, Hulha Negra, Pedras Altas, Erval, Piratini e Pinheiro Machado, da Região da Campanha, a região sul do nosso Rio Grande do Sul, talvez a última fronteira agrícola do Estado. O grande sonho dessa região é uma obra muito importante, que vai ligá-la ao Uruguai e ao Porto de Rio Grande, a chamada Rota Transcampesina.

Hoje nós estivemos juntos com os Vereadores Marcos Leitzke, de Hulha Negra; Guilherme Barão, de Candiota; Fabio Dias, de Pinheiro Machado; Renan Vargas, Presidente da Câmara de Vereadores de Piratini; e Getulio Porto, de Hulha Negra. Todos estão trabalhando incansavelmente, liderados pelo Prefeito Luiz Carlos Folador e pelos demais Prefeitos e Vereadores da região, e o grande sonho é colocar no PAC 3 a Rota Transcampesina, uma obra de 150 milhões de reais que a nossa bancada gaúcha já estabeleceu por duas vezes como prioridade e para a qual já destinou recursos. Muitos Deputados estão lutando por essa rodovia, porque essa é uma região em que há grande quantidade de agricultores, em especial de pequenos agricultores, de assentamentos agrícolas da reforma agrária que estão dando certo, mas eles precisam de estrada, eles precisam de asfalto, eles precisam de ligação com o Porto de Rio Grande, eles precisam de ligação com o país vizinho, que é o Uruguai.

Estamos fazendo este registro para que, quem sabe, a Presidente Dilma, o nosso Governo, o Governo Federal, coloque no PAC 3 a Rota Transcampesina.

Não há dúvida nenhuma de que essa é uma fronteira agrícola, que produz sementes de hortaliças para o Brasil inteiro, que produz soja e arroz para o Brasil inteiro, e hoje ela está com as estradas totalmente abandonadas. A grande saída é o sonho do asfalto para ligar essa região de Aceguá, Candiota, Hulha Negra, Pedras Altas, Herval, Piratini, Pinheiro Machado, ao Porto de Rio Grande e também ao nosso país vizinho, o Uruguai.

Portanto, Sr. Presidente, estou fazendo este registro acerca da construção da Rota Transcampesina, que considero muito importante.

E gostaria também de registrar agora que ontem eu protocolei, aqui nesta Casa, o Projeto de Lei nº 7.191, de que há pouco fiz registro, e gostaria que isso fosse veiculado em todos os meios de comunicação desta Casa. Este é um projeto de lei que pode ajudar a resolver a vida de muita gente neste País.

Lá em Passo Fundo, a Capital do Planalto, surgiu um grande escândalo causado por um advogado chamado Maurício Dal Agnol, um homem que ficou rico com ações judiciais. Lesou 30 mil pessoas, segundo a denúncia, em mais de 100 milhões de reais. Trinta mil pessoas foram lesadas com esse golpe que esse advogado e seu escritório cometeram.

Quando um cidadão contrata um advogado neste País lhe concede uma procuração com plenos poderes e esquece isso. Acaba acontecendo que a ocasião faz o ladrão.

Eu fiz um projeto acrescentando dois parágrafos ao art. 38 do Código Civil. O primeiro parágrafo diz o seguinte:

> "Art. 38. .....
> § 1º A procuração que for conferida com os poderes especiais referidos no caput deverá ser convalidada de dois em dois anos pelo outorgante."

Toda procuração, de 2 em 2 anos, de acordo com essa lei, terá que ser renovada, convalidada.

O segundo parágrafo acrescentado foi o seguinte:

> "Art. 38. .....
> *§ 2º O procurador"* – ou seja, o advogado – *"que levantar o alvará expedido em nome da parte deverá prestar contas nos autos do processo, comprovando a destinação dos recursos recebidos".*

Ou seja, todo advogado sério deste País vai querer a aprovação desse projeto de lei que aqui apresentei.

Essa proposição traz em seu cerne a motivação para que seja realizado um amplo debate sobre o tema, vislumbrando uma solução para o problema em tela, abrindo caminho para a elaboração de uma proposição futura, mais completa, específica e impositiva, mesmo que sejam necessárias novas alterações ou incrementos de disposições legislativas ao Código de Processo Civil, Código Civil ou Estatuto da Ordem dos Advogados do Brasil.

Não se pode permitir que a conduta acima descrita desse advogado – e não se sabe se outros advogados agiram assim – seja adotada, mesmo que isso seja feito por um número mínimo de maus profissionais, de maus advogados que acabam por manchar e arranhar profundamente a atividade exercida pelo advogado, de importância vital para o cidadão brasileiro.

A causa maior que pode vir a ensejar esse tipo de crime é o esquecimento daqueles que contrataram esses advogados para entrar com determinada demanda judicial, pois esquecem, na maioria das vezes, quem foi por eles contratado e, até mesmo, em alguns casos, de que são autores de ações judiciais, fato que pode ser atenuado com a convalidação, de 2 em 2 anos, do instrumento procuratório que traz poderes especiais, como, por exemplo, transigir e sacar valores em nome do autor da demanda.

A prestação de contas, embora relação de direito material entre cliente e advogado, caso seja efetuada nos autos do processo pelo patrocinador da causa, após o recebimento dos valores que seriam destinados à parte, quando efetuado o levantamento de alvará expedido em seu nome pelo advogado, também pode ser uma forma de coibir a conduta lesiva supracitada, pois o Judiciário terá condições de analisar o destino do recurso que deveria ser recebido pela parte.

Pelo exposto, eu estou aqui, mais uma vez, querendo salvaguardar os bons advogados, a transparência da advocacia no Brasil e a proteção ao cidadão, porque nós não podemos mais continuar dando um cheque em branco ao advogado, de modo que, depois de muitos anos que as ações são decididas, o alvará é expedido, o profissional retira os recursos, e o cidadão sequer fica sabendo. Foi isso que ocorreu nesse caso de Passo Fundo, em que um advogado tem um avião de 28 milhões e um apartamento em Manhattan, em Nova Iorque, tudo conseguido, dizem, com o dinheiro da advocacia – na verdade, com o dinheiro dos clientes que se esqueceram das suas causas, dos clientes que não receberam o dinheiro que era seu, em função da contratação do serviço de advocacia.

Portanto, Sr. Presidente, este é o Projeto de Lei nº 7.191, que apresentei aqui nesta Casa.

Para encerrar, quero registrar ao cidadão Orildo Lamonato, de Espumoso, que me escreveu uma carta dizendo o seguinte:

> "Meu, Deputado, se eu sou aposentado e continuo trabalhando, por que descontam o meu INSS? Se eu preciso de um atestado médico, o INSS não me paga nada porque sou aposentado. Será que é justo ou não?"

Eu acho que é injusto, seu Orildo. A nossa luta será para, quem sabe um dia, fazer com que o aposentado não pague mais INSS.

Ele também dá outra sugestão, dizendo que as propriedades no Brasil deveriam ter um teto máximo, Deputado Marcon. Quem sabe um dia a gente vai ter coragem de estabelecer um teto máximo para as propriedades neste País e não haverá mais propriedades latifundiárias enormes como as que existem no Brasil! Está na hora de nós atacarmos esta questão.

Muito obrigado, Sr. Presidente. Gostaria que meu discurso fosse registrado nos Anais da Casa e divulgado no programa *A Voz do Brasil*.

O SR. IVAN VALENTE – Sr. Presidente, eu gostaria de dar como lido meu pronunciamento.

O SR. PRESIDENTE (Ângelo Agnolin) – Pois não. V.Exa. terá a palavra por 1 minuto. O Deputado Vieira da Cunha já está na tribuna.

Mas eu queria, antes mesmo de ambos utilizarem da palavra, anunciar a presença aqui do time feminino de basquete do Sport Clube do Recife, que está prestigiando a nossa sessão da tarde de hoje. Bem-vindos ao Parlamento brasileiro! *(Palmas.)*

O Deputado Ivan Valente tem a palavra.

O SR. IVAN VALENTE (PSOL-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Sr. Presidente; obrigado, Deputado Vieira da Cunha.

Eu queria deixar registrado nesta Casa o nosso pronunciamento em defesa do ensino técnico e tecnológico e dos trabalhadores do Centro Paula Souza, em São Paulo, que se encontram em greve. São mais de 200 as escolas – ETECs e FATECs – do Centro Paula Souza. Já temos mais de 50% de adesão a essa greve, e o Governador se recusa a uma negociação decente com o Sindicato dos Trabalhadores do Centro Paula Souza. Há reivindicações que já haviam sido acordadas anteriormente, além da necessidade de um plano de carreira para a categoria. Não está prevista pelo Governo sequer a correção salarial anual pela inflação na negociação com os trabalhadores do Centro Paula Souza.

Nossa solidariedade à luta dos trabalhadores pela qualidade do ensino técnico e tecnológico em São Paulo.

Obrigado, Sr. Presidente.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR:

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, não há ensino de qualidade sem valorização dos trabalhadores da educação. Entretanto, parece que o Governo Alckmin é incapaz de entender essa relação.

Os trabalhares das escolas técnicas (ETECs) e faculdades de tecnologia (FATECs) do Centro Paula Souza, em São Paulo, estão em greve desde o último dia 17. A paralização tem mais de 50% de adesão e está sendo duramente reprimida pelo Governo do Estado.

Por meio dos diretores, os grevistas estão sendo ameaçados com corte de ponto e até mesmo abandono de serviço, uma ação política truculenta e abusiva diante do direito constitucional de greve.

Esta justa greve foi motivada pelo descumprimento, por parte do Governo, de acordo firmado em julho do ano passado. Naquela rodada de negociação entre o Governo Estadual, a Superintendência do Centro Paula Souza e o SINTEPS (Sindicato dos Trabalhadores do Centro Paula Souza), diversas reinvindicações foram acordadas. A principal delas era o plano de carreira, luta da categoria desde 2011. Foi também garantido o direito à licença maternidade de 180 dias, sexta parte e vale-transporte.

No projeto a ser enviado à ALESP pelo Governo para implantação a partir de julho deste ano, houve desconfiguração do plano de carreira e não há menção à concessão dos direitos acordados previamente. Além disto, não está prevista a correção anual salarial pela inflação, já que o enquadramento no novo plano de carreira, defasado em 1 ano, tem que ser revisto com valores atualizados.

Nosso mandato se solidariza à luta dos trabalhadores por condições de trabalho que garantam qualidade e democracia na educação tecnológica para a nossa juventude. Seguimos ao lado dos que reivindicam direitos contra o modelo opressor implantado em nosso Estado por 20 anos de governo do PSDB.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE – (Ângelo Agnolin) – Com a palavra, pela ordem, o Deputado Marcon.

O SR. MARCON (PT-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu quero dar como lido meu discurso e quero falar aqui do investimento que o Governador do Estado do Rio Grande do Sul, Tarso Genro, está fazendo na área da saúde: 12% da receita líquida está sendo investido na saúde; todos os Municípios do Rio Grande do Sul estão tendo acesso à infraestrutura de saúde nos hospitais, tanto em equipamentos quanto em reforma e ampliação.

Gostaria, Sr. Presidente, que se fizesse constar nos Anais desta Casa, na mídia interna e no programa *A Voz do Brasil* o trabalho que o Governador do Estado do Rio Grande do Sul está fazendo na área da saúde.

Muito obrigado ao orador que está na tribuna, Deputado Vieira da Cunha, por me ceder este tempo. Obrigado.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR:

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, venho a esta tribuna para exaltar a atitude do Governador do Estado do Rio Grande do Sul, Sr. Tarso Genro, que vem afirmando que irá em investir 12% do Orçamento estadual na área da saúde.

O investimento de 12% do Orçamento do Estado na saúde determinará uma grande evolução para o povo gaúcho. É importante ressaltar que ao assumir o Governo do Estado do Rio Grande do Sul, o Governador Tarso Genro encontrou uma realidade bem diferente, pois somente 5,7% do Orçamento era investido na saúde.

A meta de investir 12% do Orçamento do Rio Grande do Sul na área da saúde é mais um passo para o melhoramento do atendimento à sociedade gaúcha. Ressalto ser mais um passo, pois ano após ano os investimentos na área da saúde vêm sofrendo um circunstancial aumento, promovido tanto por parte do Governo do Estado do Rio Grande do Sul quanto pela Presidenta Dilma.

Para reforçar a evolução dos investimentos na área da saúde, ressalte-se que recebemos diversas manifestações de instituições de saúde que afirmam ter recebido mais investimentos nos últimos 2 anos do que nos últimos 14 anos.

Assim, nobres colegas, é de grande importância que os brasileiros, em especial os gaúchos, tenham conhecimento do esforço que o Governador Tarso Genro e Presidenta Dilma têm realizado para aumentar os investimentos na área da saúde.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ângelo Agnolin) – Concedo a palavra ao Deputado Vieira da Cunha, que pacientemente aguardou, mesmo tendo preferência, por ser Líder do nosso partido, o PDT.

O SR. VIEIRA DA CUNHA (PDT-RS. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Deputado Ângelo Agnolin. Minha saudação a V.Exa., que preside esta sessão, e aos colegas e colegas Deputados.

Eu não poderia, como Líder da bancada do Partido Democrático Trabalhista, deixar de usar a tribuna hoje para me manifestar sobre as repercussões na imprensa das reuniões que realizamos nos últimos dias, entre partidos políticos, oito partidos, para discutir questões atinentes ao Poder Legislativo. Fomos convidados para essas reuniões pelo Presidente Henrique Eduardo Alves, que, ao nos fazer o convite, manifestou a sua preocupação, da qual compartilhamos, com a necessidade de estabelecermos uma pauta de votações e uma agenda do nosso Legislativo que responda aos anseios da população que representamos nesta Casa. Trata-se de uma iniciativa com a qual concordamos, portanto, absolutamente, não podemos concordar nem admitir que esse grupo que tem se reunido seja chamado, como já estamos batizados por alguns órgãos de imprensa, de "centrão", muito menos que se diga que esse grupo foi criado para algum tipo de jogo político, para barganhar espaços ou cargos ou Ministérios com o Executivo.

Quero dizer desta tribuna que o PDT não participou, não participa e jamais participará de encontros que tenham este tipo de objetivo, ou seja, pressionar o Governo em troca de benesses, de cargos ou de qualquer outra coisa. Não participaremos de encontros que não sejam aqueles para os quais fomos convidados, para discutir a pauta do Legislativo, para discutir o que nós vamos votar, o que nós vamos apreciar.

Quero, como Líder do PDT, reafirmar que temos compromissos que são conhecidos. Nosso partido tem ideologia, tem programa e tem princípios dos quais não nos afastamos. Foi por isso, por exemplo, que nos posicionamos contra o leilão de Libra na forma como ele foi realizado, e é por isso que estamos apoiando o requerimento de constituição de Comissão Externa para investigar, o que é nosso dever, não só nosso direito, é um dever do Parlamento: denúncias seriíssimas de corrupção dentro da Petrobras, denúncias que têm autor e têm valor. Não podemos nos omitir do dever da investigação.

Há poucos dias, quando o Líder que recém usou do microfone, Deputado Ivan Valente, nos apresentou um requerimento a fim de que fosse pautada a urgência da Proposta de Emenda à Constituição nº 555, de 2006, para corrigirmos uma injustiça praticada contra os aposentados do País, que depois que se aposentam têm que continuar vendo descontada dos seus proventos a contribuição previdenciária – o que é uma injustiça! –, nós colocamos nele a assinatura do PDT, porque, repito, nós nos pautamos nesta Casa de acordo com o programa do nosso partido, de acordo com os nossos princípios.

Sr. Presidente, quero repelir com veemência as insinuações, que às vezes são afirmações mesmo, de que nosso partido, o PDT, estaria servindo de instrumento para que outros partidos – ou outro partido – pressionem o Governo em troca de Ministérios, de cargos ou de benesses. Não participamos desse tipo de jogo político! Não estaríamos nessa mesa se esta fosse a pauta.

Sr. Presidente, para concluir, eu quero dizer do nosso compromisso com uma empresa pública, com uma estatal que foi fundada pelo criador do trabalhismo no Brasil, Getúlio Dornelles Vargas, no dia 3 de outubro de 1953, portanto uma empresa que tem mais de 60 anos. Essa empresa precisa ser não só reconhecida, mas valorizada e defendida. Todas as ações da nossa bancada, da bancada do Partido Democrático Trabalhista nesta Casa, visarão sempre à defesa e ao fortalecimento da Petrobras. Não é possível que nós vamos jogar para debaixo do tapete denúncias da maior seriedade, da maior gravidade.

Temos, repito, o dever de investigar! Se depender do PDT, essa Comissão Externa será aprovada nesta Casa.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ângelo Agnolin) – Vamos, então, dar continuidade às Comunicações Parlamentares. Eu passo a palavra à Deputada Benedita da Silva, pelo PT.

A SRA. BENEDITA DA SILVA (PT-RJ. Sem revisão da oradora.) – Eu tenho direito a 5 minutos, não é, Sr. Presidente? Eu estou falando pelo PT. Então, tenho direito a 10 minutos, que vou dividir com meu companheiro – 5 e 5. Por favor, eu gostaria que pudesse...

O SR. PRESIDENTE (Ângelo Agnolin) – Já está liberado agora o seu tempo.

A SRA. BENEDITA DA SILVA – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, hoje eu li uma notícia sobre um caso de "desaparecimento" que me chamou a atenção e me deixou um pouco preocupada. Um *shopping* da cidade do Rio de Janeiro onde existem lojas sofisticadíssimas e que é ponto de encontro da juventude da alta classe média carioca e coisas dessa natureza, que fica em São Conrado, estampa uma reprodução fotográfica de São Conrado, das montanhas e dessa parte tão linda da cidade, sem uma comunidade pobre.

Eu fiquei um tanto quanto preocupada, Sr. Presidente, porque nessa reprodução fotográfica de São Conrado, com as montanhas – coisa belíssima –, a favela foi removida digitalmente, quem sabe, talvez, para mostrar um cartão postal mais bonito.

Eu, que nasci em uma comunidade que foi removida, sei o quanto os efeitos terríveis desse autoritarismo de excluir a favela, na tentativa de compensar uma política, são extremamente difíceis e ruins: perde-se a identidade, perde-se a oportunidade de mostrar os seus valores, a sua qualificação. As pessoas descem dessas favelas para construir as belas paisagens que nós temos, arquitetonicamente falando, em nosso Estado, em nossa cidade.

Para que ninguém fique achando que esse pensamento de exclusão, de remoção é uma questão de Governadores ou de Prefeitos do passado, eu digo que esse é um pensamento que eu conheço há décadas e décadas e vem de setores da sociedade que ainda não entenderam qual é o preço de morar numa favela. Um dos mais altos impostos que um cidadão pode pagar é morar na favela – e só se mora lá porque não se tem condição de fazer diferente.

Sr. Presidente, nós não temos que ter medo nem vergonha. É uma beleza a descoberta de que hoje os favelados têm, dentro da comunidade, que disputar até mesmo com o mercado comercial estrangeiro, que está ocupando as nossas comunidades para ali colocar os seus grandes comércios, os seus abrigos sofisticados e coisas dessa natureza.

Sr. Presidente, eu solicito a divulgação, na íntegra, deste meu pronunciamento, que está voltado para a invisibilidade desse cartão postal, apesar de o *shopping* dizer que foi um equívoco, um erro, que seria consertado.

Outra coisa que também me chamou a atenção foi lida no *Correio Braziliense*. É um fato que já foi abordado aqui pela Deputada Jandira Feghali e pelo Deputado Edson Santos e que eu, neste momento, também abordo: segundo a informação, um cidadão, o ator e psicólogo Vinícius Romão, foi preso, humilhado, algemado e colocado na prisão porque o acharam parecido com uma pessoa que tinha cometido um ato indevido com uma vítima de furto. Esse rapaz foi humilhado.

Esse rapaz é filho de um Tenente-Coronel do Exército, é um rapaz de classe média, é conhecido por suas diversas atuações, e não apenas como coadjuvante em novelas – atuou novela *Lado a Lado*, da *Rede Globo*. É um rapaz que trabalha e, quando estava saindo do seu trabalho e indo para a sua residência, foi abordado.

Mais tarde, vem aquela história: "*Foi um equívoco. Foi por engano*". Mas e se ele tivesse sido linchado e espancado pela população, principalmente por ter sido tomado como alguém que teria cometido um ato dessa natureza, alguém tentando furtar ou roubar uma pessoa indefesa, quem é que pagaria pela honra desse homem, desse cidadão?

E há muito mais do que isso. Nós não podemos conviver com essa história. Já não cabe mais no Brasil; já não tem espaço no Brasil para isso.

Fale quem quiser; eu não me calarei e continuarei dizendo desta tribuna que ainda temos um País que usa a prática de racismo. Foi a cor desse rapaz que o levou a essa situação; não importou sua qualificação profissional ou social, Sr. Presidente.

Para concluir, quero apenas pedir a divulgação, na íntegra, dos meus pronunciamentos.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Ângelo Agnolin) – Obrigado, Deputada Benedita da Silva.

PRONUNCIAMENTOS ENCAMINHADOS PELA ORADORA:

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, hoje eu li uma notícia sobre um caso de "desaparecimento" que me chamou a atenção e me deixou um pouco preocupada. Um *shopping* da cidade do Rio de Janeiro onde existem lojas sofisticadíssimas e que é ponto de encontro da juventude da alta classe média carioca e coisas dessa natureza, que fica em São Conrado, estampa uma reprodução fotográfica de São Conrado, das montanhas e dessa parte tão linda da cidade, sem uma comunidade pobre. A favela foi removida digitalmente da fotografia, quem sabe para ela ficar mais bonita.

O *shopping* nega a intenção e diz que vai corrigir esse deslize, mas é importante ler os comentários feitos no *site* do jornal pelos leitores para entender a cabeça de quem fez essa montagem e entender a quem essa pessoa tentava agradar. Qual é o pensamento que motiva a remoção, seja digital ou real?

Eu nasci em uma comunidade que foi removida. Eu assisti, em muitos casos, aos efeitos terríveis do autoritarismo da tentativa de compensar a falta de política habitacional com a "limpeza étnica e social" que alguns Governos fizeram no passado e que, graças a Deus, está superada na cabeça dos urbanistas e gestores atuais.

Mas essa é uma luta política também, e, como toda luta política, pode sofrer retrocessos. Por isso é importante sempre estar atento a esse pensamento. Diz um leitor do jornal, em um comentário: "*Acho ótimo! É como tinha que ser! A parte miserável, excluída da foto, está lá por causa de invasão. Ou seja, eles são invasores do nosso terreno. O Rio de Janeiro seria muito mais bonito sem estas favelas*".

Esse pensamento, da exclusão, da remoção para ninguém saber, não surgiu na cabeça dos Governadores e Prefeitos do passado. Esse é um pensamento recorrente em alguns setores da sociedade que ainda não entenderam que morar numa favela é um preço alto, é um dos mais altos impostos que um cidadão pode pagar: fica excluído da cidade, é usado como força de trabalho barata, mas totalmente abandonado na hora em que precisa descansar e se unir a sua família.

O problema das favelas não é exclusivamente nosso – o mundo inteiro discute onde os trabalhadores e as pessoas mais pobres vão morar –, mas tivemos aqui soluções que são resultado do vazio das nossas políticas, da ausência total do Estado e do desprezo de parte da sociedade que necessita de empregadas domésticas, de porteiros, de garçons, de jardineiros, de serviçais de toda ordem, mas não se importa muito com onde eles vão morar. Essa parcela da sociedade gostaria mesmo de remover todas as favelas para que a cidade fosse "mais bonita".

Mas por que, para esses setores, a favela não pode ser bonita ou melhorada? Um estrangeiro vê beleza nas construções do Vidigal – que foi este ano um dos altos pontos das festas de Ano-Novo e onde florescem pousadas que atraem centenas de turistas. Como não ver beleza no Chapéu Mangueira, onde o chão da creche foi feito pelas mães da comunidade com um lindo mosaico de azulejos reaproveitados? Eu estava lá, participando, e me lembro muito bem. Como não ver beleza nas construções que inovam na criatividade, nas vielas cobertas por pinturas e grafite, como no Morro dos Prazeres?

Há muita beleza a se descobrir nas favelas, porque elas superaram o *apartheid* e a separação com o asfalto, se pacificaram, descobriram a empresa familiar, a música como expressão cultural. É da favela, dessa parte que esses setores querem apagar, que vieram as escolas de samba que daqui a alguns dias mostrarão a nossa riqueza na passarela.

A favela pode não ser o sonho de habitação da classe média. Foi um problema, foi muita tristeza. Ainda em alguns lugares sofremos com os desafios do saneamento. Mas não é apagando a favela que vamos resolver esses problemas. Não é escondendo nossos problemas sociais que vamos ser mais bonitos. O Rio não é a Cidade Maravilhosa porque tem uma montanha coberta de floresta e um mar azul. Nossa condição de "maravilhosa" está relacionada à geografia, mas também às pessoas, que lá são bem-vindas, que lá encontram abrigo, emprego, esperança.

Não tenham vergonha das favelas. Elas são o resultado da nossa desigualdade, mas podem ser transformadas, melhoradas, podem virar pontos turísticos, podem dar dignidade a todos. Existem vários casos onde isso aconteceu, e o Rio é um bom exemplo de que a pacificação transforma a vida dessas comunidades.

Como diz a letra do samba deste ano da São Clemente:

"A fome de amor faz meu sonho sonhar.
Na minha lida desço o morro pra vencer.
Quero justiça pra poder viver.
Devemos dar as mãos e juntos caminhar.

Minha favela coisa mais bela não há".

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, hoje, ao abrir as páginas do *Correio Braziliense*, eu me deparei com o título *Erro reconhecido, ator solto*. Trata-se de mais uma prisão ilegal: a do ator e psicólogo Vinícius Romão, que recentemente atuou como figurante na novela *Lado a Lado*, da Rede Globo.

Segundo a informação, ele fora preso baseado apenas na versão e no reconhecimento da vítima, certamente movida pelo imaginário de que todo negro é um marginal em potencial.

O psicólogo Vinicius Romão de Souza, além de ser ator, trabalhava como vendedor em uma loja de roupas no *shopping* perto do local onde foi preso. Após sair do trabalho, caminhava para sua residência, quando foi abordado pela polícia, jogado no chão, algemado e levado para a delegacia. De lá foi direto para a prisão, num rito sumário baseado apenas no primeiro reconhecimento feito pela vítima.

É mais uma história de vida de um negro preso "por engano" simplesmente por causa da cor da pele, numa clara demonstração de que vivemos e sobrevivemos dentro de uma lógica social racista que determina ao Estado brasileiro que o fato de ser um negro torna o homem um assaltante em potencial, principalmente na concepção de determinados policiais e de parte do Judiciário brasileiro.

É lamentável! Também é irrefutável que o Brasil, por trás do malfadado refrão de que é um país em que há cordialidade racial, esconde uma dura realidade de extermínio que cotidianamente é intentado contra a comunidade afrodescendente, desfazendo por completo a velha retórica e a falácia de que o problema do negro é exclusivamente de ordem social.

Pois bem, o rapaz é ator e psicólogo! É filho de um Tenente-Coronel do Exército! Portanto, é de classe média! Nada disso resolve. Não basta estudar. Não basta ascender socialmente. A cor da pele negra é fator determinante para viver ou não neste País.

Por fim, fico ainda a imaginar como seria se a tese dos justiceiros fosse determinante para se aplicar a justiça com as próprias mãos. Certamente, nesta hora, teríamos um inocente cravado num poste ou num madeiro.

Ser negro e manter a sua negritude ou manter o seu cabelo estilo *black power* tornou-se uma afronta para uma parcela da sociedade e de agentes públicos do Estado brasileiro.

Como bem disse o jovem Enderson Araújo no programa *Diz Aí*, do *Canal Futura*, voltado para a juventude: "*A gente não tem perspectiva de vida, mas, sim, expectativa de morte*". Esta é a dura realidade da maioria dos negros no País. Não importa se é pobre ou não; não importa se é letrado ou não; não importa se é doutor ou não; a cor da pele negra é o único determinante e agravante na hora da investigação, da prisão e da punição judicial.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Ângelo Agnolin) – Concedo a palavra ao Deputado Luiz Alberto, pelo PT.

O SR. LUIZ ALBERTO (PT-BA. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Presidente.

Quero agradecer também à Deputada Benedita da Silva, com quem compartilhei o tempo do Partido dos Trabalhadores.

Sr. Presidente, eu queria comentar essa crise inventada pelo PSDB, pelo DEM e pelo PPS sobre a Petrobras. Foi uma crise inventada. Bastou a Petrobras atrasar a divulgação do seu balanço financeiro para a Oposição dar o recado ao mercado de que a empresa teria obtido baixo desempenho financeiro, ou seja, um lucro baixo. Foi divulgado, portanto, um lucro inesperado pela Oposição, de cerca de 23 bilhões.

Se a Petrobras produz pouco ou tem baixo lucro, a Oposição critica; se a Petrobras, como se anunciou agora, bate recorde de produção de petróleo da camada do pré-sal, com cerca de 400 mil barris de petróleo, a Oposição quer fazer um discurso para mascarar essa boa notícia.

Foi divulgado esse lucro gigantesco da Petrobras, e a Oposição continua querendo mascarar essa boa notícia. Foi divulgado o plano de investimentos da Petrobras, e a Oposição tenta esconder mais essa bela notícia.

A Oposição, portanto, precisa combinar com os meios de comunicação que a apoiam. A revista *Veja* publicou esta semana uma notícia inesperada: *Sorria: bons empregos à frente.* A revista divulgou as dez cidades que mais apresentam oportunidades de emprego. Isso toca exatamente no ponto em relação ao qual a Oposição criticou o Presidente Lula na ocasião, Deputada Benedita, quando resolveu que no Brasil seriam construídas as plataformas de petróleo. O meu Município, Maragogipe, no interior da Bahia, que recebeu um estaleiro da indústria naval, é o sexto Município do País com maior oferta de emprego, de qualidade. Portanto, essa crítica da Oposição precisa ser combinada.

Ao mesmo tempo, faz a crítica de que a inflação está descontrolada. A inflação continua sob controle. Aliás, nós recebemos do Governo passado, do PSDB, a inflação no patamar de 12% a 13%. No Governo do Presidente Lula e da Presidenta Dilma Rousseff, a inflação não ultrapassa 6%. Portanto, é uma crítica infundada. E essa crítica está se desmoralizando com a realidade.

Eu queria, Deputada Benedita, também comentar um fato que tem a ver com essa exacerbação da prática do racismo no Brasil. Em Salvador, a cidade com o maior percentual de população negra do Brasil, o Secretário da Fazenda daquele Município, que foi importado do Governo do PSDB de São Paulo, com acusação de envolvimento na máfia do ISS, fez uma proposta, que foi aprovada pela Câmara de Vereadores, de escorcha do valor do IPTU, chegando a mais de 1.800%. Portanto, mais do que fez a Prefeitura de São Paulo. E os grandes meios de comunicação não divulgam isso. E, para amedrontar a sociedade que resiste em pagar aquela escorcha, o Secretário disse que, infelizmente, Salvador não tinha mais pelourinho onde amarrar os devedores para obrigá-los a pagar aquela taxa escorchante do IPTU.

A OAB lançou uma nota de protesto, eu lancei uma nota de protesto, os Parlamentares do PT também. O PT entrou na Justiça contra esse IPTU, o PCdoB entrou na Justiça contra esse IPTU, a OAB entrou na Justiça. Portanto, é uma reação democrática da sociedade.

A permanência desse Secretário, que já era acusado de estar envolvido na máfia do ISS e já deveria ter sido demitido pelo Prefeito, agora ficou insustentável à frente da Secretaria da Fazenda do Município de Salvador.

Era esse o meu pronunciamento, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. CHICO LOPES – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Ângelo Agnolin) – Deputado Chico Lopes, só um minutinho, por favor, para eu me organizar.

Nós temos aqui, inscrito pela Liderança do PSD, o Deputado Moreira Mendes, que tem precedência. Eu gostaria de pedir ao Deputado Moreira Mendes a gentileza de conceder 1 minuto ao Deputado Chico Lopes. *(Pausa.)*

Com a palavra o Deputado Chico Lopes.

O SR. CHICO LOPES (PCdoB-CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Eu só queria ratificar o discurso do Deputado Danilo Forte com respeito ao Sr. Luis, Superintende do DNIT do Ceará, que vem fazendo um trabalho correto e sério. Nas BRs 222, 116 e 060 não havia como trafegar, e hoje nós já temos mais de 1.800 quilômetros concluídos graças à seriedade desse cidadão.

Obrigado, Sr. Presidente.

Obrigado, Deputado Moreira Mendes.

O SR. PRESIDENTE (Ângelo Agnolin) – Concedo a palavra ao Deputado Moreira Mendes, para uma Comunicação de Liderança, pelo PSD. Logo em seguida, concederei a palavra ao Deputado Reguffe, por 1 minuto.

O SR. MOREIRA MENDES (PSD-RO. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Peço a compreensão do ilustre Deputado. Eu realmente tenho um compromisso inadiável, mas serei breve.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, já tratei deste assunto aqui nesta tribuna, nestas últimas semanas, seguramente umas duas ou três vezes. Falo sobre o estado de calamidade pública em que vive hoje a cidade de Porto Velho, Capital do Estado de Rondônia, e, junto com ela, a cidade de Guajará-Mirim, no Vale do Rio Guaporé, a cidade de Campo Novo e a de Nova Mamoré. E agora, definitivamente, o Estado do Acre inteiro está isolado, por conta da intrafegabilidade da BR-364, na altura dos Distritos de Jaci-Paraná e Mutum-Paraná.

É um desastre! Uma calamidade pública! Mais de 1.700 famílias já estão desabrigadas, o que representa quase 5 mil pessoas, e o Rio Madeira não dá sinais de ceder a essa pressão! Nas cabeceiras do Rio Madeira e dos seus grandes afluentes, que vêm do país vizinho, Bolívia, as chuvas são muito intensas. O degelo dos Andes contribui muito para que o Rio Madeira e todos esses rios da Bolívia recebam enorme volume de águas, e, somado a todos os rios caudalosos, que já são afluentes do Rio Madeira a montante de Porto Velho, a situação é gravíssima.

Esta semana, o Presidente Henrique Eduardo Alves atendeu a um requerimento do meu colega do meu Estado, o Deputado Marcos Rogério, e anunciou, na segunda-feira, a criação de uma Comissão Externa destinada a avaliar toda essa situação a que estou me referindo agora.

Eu também faço parte dessa Comissão Externa. Amanhã, sairemos às 6 horas da manhã de Brasília com destino a Porto Velho. Iremos um avião da FAB. Se houver possibilidade de o avião pousar em Guajará-Mirim, iremos até lá, pelo menos para mostrar a presença deste Parlamento e o seu comprometimento com a população nesta situação de calamidade, de sofrimento que ela vive, tanto no Estado de Rondônia, nas cidades já citadas, como no vizinho Estado do Acre. Deverão participar também Deputados que compõem a bancada do Acre.

Esta é uma situação, como disse, de calamidade. A Prefeitura já exauriu a sua capacidade de contornar o problema. Enviou uma nota, com uma informação dada pelo Prefeito Mauro Nazif, de que já gastou cerca de 80 milhões de recursos dos cofres do Município e que, portanto, não tem mais condições de agir, se não houver aporte forte de recursos por parte do Governo Federal.

O Porto do Rio Madeira, do qual depende a navegação de Porto Velho até Manaus, por onde se leva a soja, já está paralisado. Nós temos cerca de 1 milhão de toneladas de grãos sobre caminhões no trecho da BR-364. É um desastre, em todos os sentidos!

As usinas de Santo Antônio e de Jirau deixaram de produzir energia. Por conta da situação de risco, as comportas estão todas abertas, e a situação é de extrema gravidade.

Mas, para mim e para quem conhece a região da Amazônia como eu conheço, o mais grave é a vida dos ribeirinhos, pessoas que foram criadas e educadas às margens do Rio Madeira e que vivem naquela região há mais de 100 anos e estão sendo obrigadas a desocupar, a sair de suas casas, porque não têm condições de lá permanecer. Isso é um desastre para essas famílias.

Quero dizer à população de Porto Velho, de Guajará-Mirim e do Acre que estaremos lá amanhã para levar a nossa solidariedade.

Por fim, quero fazer um pedido ao Governo Federal: emergência é emergência. Não adianta a gente ficar correndo atrás de papel, de licitação, de *e-mail*, disso, daquilo. Emergência é emergência! O Governo Federal precisa ter sensibilidade para liberar os recursos e o material necessário para minimizar o sofrimento daquelas famílias. Já esteve lá o Ministro, e sabemos que o Governo está envidando esforços. Quero aqui fazer um apelo para que a gente passe por cima da burocracia e consiga dar uma assistência mais rápida e mais de perto a essa população sofrida e abatida com essa inundação do Rio Madeira.

Muito obrigado.

O Sr. Ângelo Agnolin, nos termos do § 2º do art. 18 do Regimento Interno, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Inocêncio Oliveira, nos termos do § 2º do art. 18 do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) – Concedo a palavra, para uma breve intervenção, ao ilustre Deputado Reguffe, que disporá de 3 minutos.

O SR. REGUFFE (PDT-DF. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu apresentei nesta Casa um projeto de lei que obriga os Governos a divulgar nos seus *sites* oficiais a ordem na fila das cirurgias da rede pública de saúde. Infelizmente, estamos vendo hoje, em razão de uma série de influências políticas, pessoas furarem a fila das cirurgias. A bem da transparência, a bem da decência, os Governos deveriam publicar na Internet a ordem das filas de cirurgia. Eu coloquei no projeto que deverá constar o número do CPF ou da carteira de identidade do paciente, para preservar a sua privacidade, mas a ordem tem que estar disponível na Internet, a bem da transparência e em favor de toda a sociedade. Porque não tem cabimento uma pessoa procurar um Parlamentar, ou um Governador, fazer a fila ser furada, prejudicar outras pessoas.

Eu acho que esta Casa prestaria um grande serviço à sociedade brasileira se aprovasse este projeto que obriga os Governos, em todos os níveis, a disponibilizar na Internet a lista com a ordem na fila das cirurgias, bem como com a data em que cada um entrou nessa fila.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) – Concedo a palavra ao ilustre Deputado Irajá Abreu, pelo PSD. S.Exa. dispõe de 10 minutos na tribuna.

O SR. IRAJÁ ABREU (PSD-TO. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, amigos tocantinenses que nos acompanham pela *Rádio Câmara* e pela *TV Câmara*, tenho a alegria e o orgulho de apresentar a esta Casa uma PEC de minha autoria que propõe nova redação ao § 7º do art. 39 da nossa Constituição. Neste parágrafo, nós instituímos que a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios estabelecerão critérios de remuneração variável, tendo como referência os indicadores previstos nas respectivas instituições, a fim de reconhecer a eficiência na gestão pública pelo critério da meritocracia.

Essa PEC, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, tem como propósito instituir a política nacional da meritocracia na gestão pública. Nada mais racional e nada mais atual do que nós termos, na gestão pública, servidores reconhecidos e valorizados por suas respectivas instituições.

Um critério que é altamente eficaz na iniciativa privada, que premia, reconhece e valoriza os bons profissionais das empresas, da indústria, do comércio e dos serviços e do setor primário, também serve de exemplo para que as instituições públicas – seja no Executivo, seja no Legislativo – valorizem os seus talentos e reconheçam e premiem esses profissionais, servidores públicos, que são também da maior competência.

Peço aqui, nesta oportunidade, o apoiamento dos Srs. Deputados e das Sras. Deputadas para a coleta das 171 assinaturas necessárias para que nós possamos protocolar esta PEC, a fim de que ela tramite nesta Casa e, assim, possamos dar um sinal de modernização na gestão pública, como reconhecidamente existe na iniciativa privada.

Também venho, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, aproveitar esta oportunidade na tribuna da Câmara dos Deputados para falar de um assunto que vai ficar em evidência este ano: as nossas eleições para Governador, para Presidente da República, para Senador, para Deputados Federais e Deputados Estaduais.

Estamos a pouco mais de 4 meses, 5 meses de iniciar essas eleições. Num passado recente, mais precisamente no ano de 2010, nós tivemos um grande embate lá no meu Estado, o Tocantins, quando disputávamos a vaga aqui, no Congresso Nacional, e também as respectivas vagas do Senado, do Governo e da Assembleia Legislativa.

Confesso que acreditávamos no então Governador Siqueira Campos, um líder respeitado naquele Estado, que por 3 mandatos esteve à frente do Governo do Tocantins e sempre teve a marca de grandes realizações, de grandes obras à frente do Governo do Estado. Por isso, mais de 365 mil tocantinenses depositaram no Governador Siqueira Campos o seu voto de confiança, a sua esperança de que tempos melhores chegariam para o Estado do Tocantins.

Confesso que, embora tenha ajudado a eleger este Governo que aí está, nós cometemos um grande engano, porque votamos – nós, tocantinenses – no Governador Siqueira Campos, o elegemos como Governador de direito, mas elegemos, de fato, como Governador, o seu filho, o ex-Senador Eduardo Siqueira Campos, o que se revelou um dos maiores golpes eleitorais que já aconteceu no Estado do Tocantins.

Entretanto, a justiça bíblica tarda, mas não falha, Sr. Presidente, e ela diz que as autoridades são constituídas pela vontade do povo, e não por uma procuração que um pai confere ao seu filho para comandar um Estado e o destino de mais de 1 milhão e meio de tocantinenses, como é o caso do Estado do Tocantins.

Mais de 3 anos já se completaram. Esperamos pacientemente que o Governo desse a resposta esperada pelo povo tocantinense. O primeiro ano do Estado do Tocantins seria o ano da recuperação econômica, para que pudesse retomar a sua credibilidade. O segundo ano seria o tempo do início das obras, que alavancariam o desenvolvimento do nosso Estado. No terceiro ano, nada aconteceu.

Tive inclusive a oportunidade – em uma tentativa de ajudar o Governo do Estado – de assumir a Secretaria do Desenvolvimento Agrário e da Regularização Fundiária. Embora a Secretaria fosse inexpressiva, tinha uma grande importância, pois entregava títulos aos produtores rurais de todo o Estado, pessoas que estavam há 30 anos na ilegalidade ou na informalidade.

Junto com a minha equipe, dei o meu melhor, tenho certeza absoluta disso, e nós entregamos uma Secretaria muito mais moderna, mais simplificada, reduzimos mais de 87% das taxas cobradas dos nossos produtores e ainda entregamos o dobro de títulos, se compararmos ao ano de 2012.

Mesmo assim, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o Governador decidiu romper com o nosso grupo político, com o nosso partido, o PSD, por não compreender e não saber respeitar opiniões divergentes. O PSD, esteja onde estiver, na Oposição ou na Situação, saberá criticar quando houver erros, mas também saberá aplaudir quando houver acertos. Essa, sim, é a democracia que nós vivemos e conhecemos.

Estamos, meus amigos, passando pelo pior Governo dos últimos 25 anos da história do Estado de Tocantins, desde que ele foi constituído, em 1988, por esta Casa. Confesso a V.Exas. que esta não é a minha opinião; é a opinião das pessoas, constatada por meio das pesquisas de opinião pública. O Governo do Estado de Tocantins foi reprovado por mais de 48% dos tocantinenses, que nele depositaram seus votos de confiança.

Na última pesquisa do IBOPE, de dezembro de 2013, o Governo do Estado de Tocantins foi avaliado como um dos cinco piores do Brasil. Eu tenho certeza de que não é esse o nosso desejo nem o do nosso Estado. A nossa saúde pública é um caos completo. Faltam remédios, faltam médicos e faltam hospitais para atender a nossa população. Em menos de 3 anos, sete Secretários de Saúde assumiram a Pasta. São mais de dois secretários por ano, o que mostra que alguma coisa está errada, e a culpa certamente não é desses gestores.

O IGEPREV, o Instituto de Previdência dos nossos servidores públicos, foi investigado pela Polícia Federal, pelo Ministério da Previdência e também pelo Ministério Público. Identificou-se nele um rombo de mais de 500 milhões de reais, desviados da aposentadoria dos nossos servidores públicos, que trabalham há 30 anos, 40 anos para ter garantida sua aposentadoria quando chegar a uma determinada idade da vida.

O Estado do Tocantins editou este ano, 2014, a toque de caixa, uma medida provisória para criar mais de 700 cargos comissionados, para os que nós chamamos de cabos eleitorais, para a eleição deste ano, cuja campanha está para se iniciar agora em julho, e deixou de convocar mais de mil servidores que foram aprovados nos concursos públicos. Mostrou, assim, um descaso completo com essas pessoas que estudaram, se prepararam e estão aguardando ansiosamente para serem convocadas, depois de terem prestado concurso público e terem sido aprovadas.

Agora, no dia de hoje, o Governo do Estado, não satisfeito, enviou para a Assembleia Legislativa, para que seja aprovada pelos Deputados Estaduais, uma medida provisória que aumenta em mais de 1.000% as taxas dos cartórios do Estado do Tocantins. Um produtor, ao registrar um contrato de custeio ou de investimento,

hoje paga 200 reais, e a proposta do Governo é aumentar essa taxa para 6.500 reais, o que inviabiliza qualquer financiamento, porque se torna mais cara a taxa do cartório do que o juro cobrado no financiamento bancário.

Mas este mesmo Governo, minha gente, que desvia recursos dos nossos funcionários públicos, das suas aposentadorias, ainda chantageia os Prefeitos de todos os partidos, lá no Estado do Tocantins, coagindo-os, ameaçando-os com processos de cassação no TRE, de reprovação das suas contas pelo Tribunal de Contas do Estado. E este mesmo Governo, que se utiliza dessas práticas sórdidas, maquiavélicas, quer se perpetuar no poder.

Mas eu tenho certeza absoluta de que este pesadelo está acabando, porque nós vamos discutir, no Estado, não os 25 anos que se passaram, mas os próximos 25 anos, e nós queremos a libertação do nosso Estado do Tocantins, a independência das pessoas. E a industrialização é que vai garantir, com certeza absoluta, que o nosso Estado possa gerar empregos além da nossa ferrovia, da nossa hidrovia, da duplicação da Belém-Brasília, que vai ligar Anápolis até Palmas, no Estado do Tocantins.

Por fim, meu Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o PSD quer colaborar com o Estado do Tocantins e com o seu desenvolvimento, pregando o que é mais correto na vida pública, que é agir com espírito público, fazendo o bem sem saber a quem, e ter o senso de urgência, que é o mais importante.

Muito obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) – Para uma breve comunicação, concedo a palavra ao ilustre Deputado Rodrigo de Castro, do PSDB de Minas Gerais.

O SR. RODRIGO DE CASTRO (PSDB-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Sr. Presidente. É um privilégio falar para V.Exa.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, venho registrar que ontem, no Município de Araponga, foi assinado um convênio entre o IEF e a empresa Anglo American, monitorado pelo IBAMA, para o repasse de 5 milhões de reais para medidas ambientais no Parque Estadual da Serra do Brigadeiro, como o registro de terras, verbas para trilhas de turismo e a revitalização da casa antiga do parque.

Sr. Presidente, isso é um marco para a história da nossa região e para Minas Gerais. O Parque Estadual da Serra do Brigadeiro é um dos biomas mais bonitos do nosso Estado, e agora ele terá mais condições de ser preservado.

Quero cumprimentar o Secretário-Adjunto de Meio Ambiente, Danilo Vieira, competente no seu trabalho, o Diretor-Geral do IEF, Dr. Bertholdino Teixeira, e o ex-Ministro do Meio Ambiente José Carlos Carvalho, que não mediram esforços no sentido de tornar esse parque realidade. Este é mais um marco no Governo de Minas para o meio ambiente.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR:

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, participei, na terça-feira dia 25, em Araponga, junto com o Prefeito Anylton Sampaio, da solenidade de assinatura de protocolo de intenções entre o IEF (Instituto Estadual de Florestas) e a Anglo American, um acontecimento marcante, pois irá possibilitar o repasse de verbas para aplicação no Parque Estadual da Serra do Brigadeiro.

Verificar a viabilização de R$ 5 milhões, que irão possibilitar a regularização fundiária de algumas áreas do Parque, bem como a execução de obras de restauração do casarão da Fazenda Brigadeiro, foi motivo de grande orgulho.

A melhoria da infraestrutura para o turismo é um exemplo positivo de parceria, construída com o apoio do IBAMA. O objetivo das partes envolvidas é a preservação desse patrimônio ambiental, para que possa ser oferecido aos visitantes e comunidades do entorno um local seguro, bonito e saudável.

Os recursos são oriundos da Compensação Ambiental, instrumento de política pública que proporciona a incorporação dos custos sociais e ambientais da degradação gerada por determinados empreendimentos nos seus custos globais.

Agradecemos à Anglo American pelo repasse dos recursos, ação que muito contribuirá para a restauração e preservação desta magnífica reserva ambiental de Minas, e parabenizamos a competente ação do Secretário-Adjunto de Meio Ambiente, Danilo Vieira, do dedicado Diretor-Geral do IEF, Bertholdino Teixeira, e do ex-Ministro do Meio Ambiente José Carlos Carvalho.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) – Concedo a palavra ao ilustre Deputado Átila Lins, do PSD do Amazonas.

O SR. ÁTILA LINS (PSD-AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Eu quero levar ao conhecimento das autoridades o recebimento de carta do Presidente da Associação Amazonense dos Municípios.

O Prefeito de Boca do Acre, Antonio Iran de Souza Lima, manifesta preocupação com as empresas que ganharam a licitação pública para continuar o programa de obras do Luz para Todos, no Estado do Amazonas, que estão sem receber o valor desses contratos. Já investiram mais de 50 milhões de reais em mobilização de equipes, aquisição de material, e até agora, Sr. Presidente, não receberam nenhum tostão do Governo Federal.

Elas estão fazendo um apelo ao Governo Federal, à ELETROBRAS, porque a ELETROBRAS Amazonas Energia não tem cumprido esses acordos. Para não prejudicar o Luz para Todos, é preciso que se tome providências para resolver essa questão.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) – Concedo a palavra ao ilustre Deputado Ângelo Agnolin, por 1 minuto. Em seguida falará o Deputado Miriquinho Batista.

O SR. ÂNGELO AGNOLIN (PDT-TO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero parabenizar o meu colega Deputado Damião Feliciano, hoje empossado Presidente da Comissão Permanente do Esporte, e dar como lido pronunciamento em que presto apoio e solidariedade ao policiais rodoviários federais do Estado do Tocantins em sua luta pela regulamentação da Lei nº 12.855, que dispõe sobre o adicional de fronteira. Naturalmente, os policiais do Tocantins pleiteiam o recebimento desse adicional, tendo em vista inclusive a dificuldade de manter um quadro permanente lotado naquela unidade da Polícia Rodoviária Federal.

É isso, Sr. Presidente.

Obrigado.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR:

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, venho hoje à tribuna deste plenário prestar meu apoio e solidariedade aos policiais rodoviários federais do Estado do Tocantins em sua luta incansável pela regulamentação da Lei nº 12.855, de 2013, sancionada em setembro do ano passado.

Essa lei dispõe sobre o adicional de fronteira e institui a indenização para os profissionais que atuam em delegacias e postos de regiões consideradas primordiais, situadas em localidades estratégicas ou de difícil fixação de efetivo, vinculadas à prevenção, controle, fiscalização e repressão de delitos fronteiriços.

O texto encontra-se, deste então, no Ministério do Planejamento, à espera da redação de um decreto que estipule quais cidades serão incluídas no rol das áreas estratégicas. Nesse sentido, eu gostaria de ressaltar que a proposta inicial faz parte do Plano Estratégico de Segurança Nacional.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o Estado do Tocantins pertence à macrorregião da Amazônia Legal, portanto constitui-se em importante corredor logístico, unindo as Regiões Norte e Nordeste ao Centro-Sul do País. Da mesma forma, figura como relevante porta de entrada de drogas no território brasileiro, funcionando como entreposto das rotas aéreas e terrestres do tráfico internacional e nacional.

O Departamento de Polícia Rodoviária Federal no Tocantins sofre de baixa insistente de servidores. Ao longo dos anos, muitos optaram por não permanecer no Estado, ratificando a dificuldade de fixação do efetivo.

Caros colegas, destaco ainda que essa dificuldade de fixação do efetivo em Palmas é preexistente. Diversos órgãos públicos e as forças militares instaladas na cidade são indenizados por atuarem em local considerado inóspito, de difícil fixação ou penoso.

Ademais, considerando os diversos indicadores que implicam tanto no atendimento do critério de localização estratégica de combate aos delitos transfronteiriços quanto na demonstração da dificuldade de fixação de efetivo, é evidente que a carreira de policial rodoviário federal está em situação severamente deficitária. O quadro está sujeito a altos índices de rotatividade, o que reflete direta e negativamente nos resultados.

Destarte, indicadores seguem uma tendência clara e certamente se agravarão caso Palmas não seja contemplada pela citada lei.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, nada mais justo, portanto, que a carreira dos policiais rodoviários federais tenha essas condições reconhecidas pelo Governo Federal e que Palmas seja incluída entre os Municípios alcançados pela referida indenização.

Muito obrigado.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) – Concedo a palavra ao ilustre Deputado Miriquinho Batista.

O SR. MIRIQUINHO BATISTA (PT-PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero dar como lido pronunciamento em que parabenizo a Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Pará e a Central Única dos Trabalhadores pelo belíssimo trabalho da Escola de Formação da CONTAG no Arquipélago do Marajó, para assegurar o aprendizado sobre concepção e prática sindical, como fazer sindicalismo e desenvolvimento sustentável, com o método aprender fazendo.

Foram 7 dias de atividades em 7 Municípios no Marajó, em um barco que virou escola, com 80 sindicalistas trabalhando essa formação. Quero parabenizá-los e dar como lido o nosso pronunciamento.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR:

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros da Mesa, Sras. e Srs. Deputados e demais presentes neste plenário, boa tarde! Boa tarde aos que nos assistem pela TV ou Internet e a todos aqueles que nos ouvem!

Senhoras e senhores, peço que este registro conste nos Anais desta Casa e que se lhe dê publicidade no jornal impresso, na rádio, no *site* da Câmara e no programa *A Voz do Brasil*.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero parabenizar a FETAGRI-PA, que é a Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Pará, e a CUT, Central Única dos Trabalhadores, pelo belíssimo trabalho da Escola de Formação da CONTAG no Arquipélago do Marajó, para assegurar o aprendizado sobre concepção e prática sindical, como fazer sindicalismo e desenvolvimento sustentável, com o método aprender fazendo.

A caravana seguiu para o Arquipélago do Marajó levando 80 dirigentes sindicais incumbidos de formar os trabalhadores ribeirinhos.

A realidade dos trabalharem ribeirinhos é árdua. Não é fácil enfrentar as adversidades amazônicas e marajoaras no dia a dia e ainda sobreviver com qualidade e desenvolver-se com sustentabilidade.

Também não foi fácil para os dirigentes fazer sindicalismo cutista e integrar o rural com o urbano, encontrar maneiras de mostrar que é possível acessar as políticas públicas e romper o cordão sanitário do isolamento que cerca a Região Norte, a Amazônia e, especialmente, o Marajó.

A caravana da jornada pedagógica durou 7 dias e 7 noites e percorreu 7 Municípios do Marajó num barco que virou escola e moradia de 80 dirigentes sindicais.

A jornada focou:

O desenvolvimento sustentável e seus desafios: de cultivo, de assistência técnica e de escoamento;

O acesso à saúde;

A educação e a educação no campo;

A segurança em terra e em água com a pirataria;

O financiamento para o pequeno produtor;

O tráfico de drogas;

A violência contra as mulheres;

O tráfico humano;

A Internet precária; e

A falta de agências bancárias.

Embora o Arquipélago do Marajó seja o maior do planeta e em seus 16 municípios vivam aproximadamente 500 mil pessoas, o Índice de Desenvolvimento Humano ali é dos mais baixos do País.

Como um dos resultados da caravana, foi elaborado um plano de lutas pela implantação das políticas públicas.

Parabenizo a CUT; o Martinho Sousa, Presidente da CUT-PA; a Vera Paoloni, Secretária de Comunicação da CUT-PA; a FETRAGRI; a Carmen Foro, Vice-Presidente Nacional da CUT; a Maria Rosa, dirigente da CUT e da FETAGRI-PA; e todos os participantes da caravana por esta brilhante iniciativa.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) – Para uma Comunicação de Liderança, pelo PV, concedo a palavra à ilustre Deputada Rosane Ferreira.

A SRA. ROSANE FERREIRA (PV-PR. Como Líder. Sem revisão da oradora.) – Muito obrigada, Sr. Presidente.

O Partido Verde tem no seu programa 12 valores. Entre esses valores, nós temos o pacifismo – a cultura da paz –, a cidadania feminina, a espiritualidade.

Esse programa foi construído lá em 1986. Deputado João Paulo Lima, que me ouve com atenção, era muito estranho, em 1986, dizer que um partido defendia a cultura da paz, o pacifismo, hoje fundamental para a nossa sociedade. Eu subi a esta tribuna para lembrar isto, que desde 1986 o Partido Verde fala da necessidade de investirmos na construção da paz social.

Portanto, registro que recebi com muita satisfação a indicação do meu partido para membro da Comissão de Segurança Pública desta Casa. Lá nós temos muito a fazer.

A ONU considera epidêmicas as taxas de violência quando há mais de 10 mortes violentas para cada 100 mil habitantes. Pois bem, no Brasil essas taxas estão em torno de 24 mortes, ou seja, o dobro e mais um pouco. Nós não podemos continuar aceitando que mais de 50 mil pessoas, na sua grande maioria jovens, sejam assassinadas todos os anos em nosso País. É urgente que façamos alguma coisa! E esse fazer-alguma-coisa vai

além de polícia, vai além de abrir espaços em penitenciárias, vai muito além, ele tem que ser o somatório do esforço de cada cidadão e de cada cidadã deste País para construir a política da paz.

Precisamos rever nossos conceitos. Precisamos discutir segurança pública em todas as demais Comissões desta Casa. Precisamos discutir a harmonia da vida em sociedade em todas as Comissões desta Casa, porque o tema é transversal. As pessoas estão morrendo assassinadas em nosso País de forma epidêmica.

Era isso, Sr. Presidente.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) – Para um Comunicação de Liderança, pela Liderança do PPS, concedo a palavra ao Deputado Rubens Bueno.

O SR. RUBENS BUENO (PPS-PR. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, o Brasil teve desempenho fraco no Programa Internacional de Avaliação de Estudantes —PISA, um exame aplicado a cada 3 anos, que tem como objetivo testar as habilidades em leitura, escrita, ciências e matemática de estudantes de 15 anos e 16 anos que já concluíram ou estão para concluir o ciclo da educação básica.

São as informações do PISA que permitem a elaboração de indicadores contextuais e ainda relacionam o desempenho educacional dos alunos com variáveis demográficas e socioeconômicas.

O Brasil, na avaliação ocorrida em 2012, ficou em 55º lugar, abaixo de países como Chile, Uruguai, Romênia e Tailândia. Segundo o relatório da OCDE, parte do mau desempenho do País pode ser explicado justamente pela expansão do número de alunos de 15 anos na rede, em séries defasadas.

Em ciências, o Brasil obteve o 59° lugar no *ranking* com 65 países. Apesar de ter mantido a pontuação de 405, o País perdeu 6 postos desde 2009. Nessa disciplina, a média dos países da OCDE foi de 501 pontos.

Isso demonstra que muito ainda deve ser feito pelos nossos estudantes e que a educação deve ser prioridade de todos.

Recente artigo de Bruno Villas Bôas intitulado *Um Leão sem Educação*, publicado no periódico *O Globo*, demonstra-nos que os incentivos à educação e à especialização ainda estão longe de ocorrer.

Nessa linha, do Imposto de Renda de 2014, ano-base 2013, dos gastos com filho em educação só podem ser descontados até 3.230 reais. Na educação com o próprio contribuinte, considerada fundamental para qualificar a mão de obra nacional, o valor a ser descontado do Imposto de Renda é o mesmo.

Em outros países o incentivo é bem maior. Na Alemanha, o valor a ser descontado é 342% maior; na Índia, 176%; nos Estados Unidos, 130%; no México, 80%. Destacamos ainda que países como o Reino Unido permitem a dedução integral de gastos com o desenvolvimento profissional; no Peru, os gastos com dependentes, incluindo aulas de inglês, informática e livros; no Paraguai, para pessoas com renda inferior a US$ 1.077; e ainda na Venezuela há dedução para dependentes, incluindo o gasto com livros.

Sabemos que a OAB vem movendo uma Ação Direta de Inconstitucionalidade – ADI no Supremo Tribunal Federal para derrubar o limite da dedução de gastos com educação. Na visão do Presidente da OAB, educação é como saúde: um direito básico social do povo brasileiro. Não pode existir, portanto, nenhum limite para a dedução.

Destaco que os países desenvolvidos, que têm ensino público de qualidade, voltam seus incentivos para o aperfeiçoamento profissional. Como o Brasil tem carências de formação de mão de obra, é preciso incentivar as pessoas a se aperfeiçoarem, a estudarem. Para tanto, é necessário que incentivos sejam criados. A nosso ver, a dedução dos gastos com educação deve seguir o mesmo processo utilizado pelo Imposto de Renda para os gastos com saúde, ou seja, ser sem limites, colocando também a educação como item prioritário, de fato, no Brasil, em todos os níveis.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) – Concedo a palavra ao nobre Deputado Vicentinho, para uma Comunicação de Liderança, pelo PT. S.Exa. dispõe de 10 minutos na tribuna.

O SR. VICENTINHO (PT-SP. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Sras. e Srs. Deputados, eu tenho acompanhado nos últimos dias esse diálogo a respeito da Petrobras. Num momento em que a empresa cresce e anuncia lucros, aqui se trata o caso de maneira politizada, oportunista, com posições e posturas que ferem a própria história da Petrobras. Quanta gente pessimista, meu Deus do céu!

Então eu queria falar da Petrobras. Primeiro, dos investimentos, que não chegavam a 5 bilhões de dólares por ano entre 1992 e 2000, portanto antes de o Lula entrar, e no Governo Lula alcançaram a ordem de 10 bilhões de dólares por ano em 2005, isto é, duplicamos o investimento.

O Plano de Negócios e Gestão 2014-2018 da Petrobras, recém-divulgado, prevê um total de 220 bilhões de dólares para o período, média de 45 bilhões de dólares por ano. Ou seja, praticamente multiplicamos por dez os investimentos em relação ao período anterior a 2003.

Este significativo aumento de investimentos se refletiu no aumento dos esforços em exploração e produção, o que nos levou à descoberta do pré-sal, em cujos consórcios a Petrobras, com o novo marco legal para o petróleo (criação do regime de partilha), é a operadora com no mínimo 30% de participação. Neste ponto, um novo sucesso: alcançamos o recorde de produção de 407 mil barris de óleo por dia no pré-sal. Com as novas descobertas, tanto no pré-sal como fora, chegaremos a uma produção total de 4 milhões de barris em 2020, basicamente duplicando nossa produção atual. Com todos estes investimentos, ainda conseguimos aumentar o lucro, atingindo 26,3 bilhões em 2013 – vou repetir, 23,6 bilhões em 2013 –, alta de 11% em relação aos 21,2 bilhões alcançados em 2012. Mas nisso ninguém fala.

Logo, a Petrobras é uma empresa estratégica para o País. com repercussões em toda a economia, não só pela produção de combustíveis, mas também pelas suas compras no mercado interno, que inclusive alavancaram vários setores, como, por exemplo, a indústria naval.

A Petrobras nasceu com a luta O Petróleo é Nosso, e chegamos aos seus 60 anos podendo dizer que O Pré-Sal é Nosso.

Já pensaram? Quiseram privatizar a Petrobras, até a chamavam de "Petrobrax". Ainda bem que, com a entrada do Lula, isso não aconteceu.

Produção.

As reservas provadas totais atingiram 15,7 bilhões de barris, devendo ser duplicadas com a exploração do pré-sal. O Índice de Reposição de Reservas (IRR) no Brasil ficou em 103% e a relação reserva/produção, em 19,3 anos. Pelo 21º ano consecutivo, a companhia mantém no Brasil um IRR acima de 100%.

O índice de sucesso exploratório da Petrobras é de 64%, enquanto a média mundial é de aproximadamente 30% – já no pré-sal este índice chega a 82%.

Conteúdo Local.

O conteúdo local, que é a política de se produzirem no País os insumos para a Petrobras, é importante para o Brasil por uma série de razões, entre outras o aumento do parque fabril e a consequente geração de empregos: entre sondas de perfuração, plataformas de produção e navios, encomendaram-se à indústria naval no Brasil 137 unidades para a atividade prioritária de produção de petróleo. Entre as empresas com as quais se mantiveram relacionamentos industriais, estão dezenas de estaleiros e canteiros de obras navais, em toda a costa brasileira. Entre as obras a serem construídas em estaleiros brasileiros até 2020, estão 38 plataformas de produção, 28 sondas de perfuração marítima, 49 navios-tanque e 568 embarcações de apoio. Também se investiu no desenvolvimento de profissionais para a indústria naval e offshore.

Sr. Presidente, estes dados mostram por si a preocupação com o País.

Qualificação profissional.

O Plano Nacional de Qualificação Profissional (PNQP) foi estruturado, em 2006, para atender à demanda por pessoal qualificado para o setor de óleo e gás. Por meio de cursos gratuitos no âmbito do Programa de Mobilização da Indústria Nacional de Petróleo e Gás Natural (PROMINP), promoveu-se a capacitação de milhares de profissionais no Brasil, com o envolvimento de 44 instituições de ensino.

Em 2012 investiram-se aproximadamente 51 milhões de reais na capacitação de cerca de 18 mil pessoas. No consolidado do PNQP, desde 2006, foram investidos 269,2 milhões, o que resultou no treinamento de cerca de 92 mil profissionais, em 17 Estados brasileiros. O Plano também oferece aos alunos que estão desempregados bolsas-auxílio mensais, conforme o curso, que pode ser de nível básico, médio, técnico e superior, em 185 categorias profissionais.

Investimento Social.

Em 2012, investiram-se cerca de 552 milhões de reais em mais de 1,5 mil projetos sociais, ambientais, culturais e esportivos, no Brasil e nos diversos países onde atuamos. O ano foi marcado pela realização conjunta das seleções públicas do Programa Petrobras Desenvolvimento & Cidadania e do Programa Petrobras Ambiental, que destinarão, em 2 anos, de 102 milhões a 145 milhões de reais a projetos sociais.

Sr. Presidente, faço este pronunciamento apenas para mostrar o quanto as pessoas não têm a devida informação sobre uma empresa orgulho do povo brasileiro. A impressão que eu tenho é de que tem gente que deseja o mal da Petrobras. Esta riqueza, este investimento, este programa futuro, se a empresa tivesse sido privatizada pelo Governo do PSDB, nada disso estaria acontecendo. Não tenhamos memória curta. Faz pouco tempo. Vamos ver se empresas que foram privatizadas tiveram esse compromisso.

Quero terminar dizendo que, se existem denúncias, em que pese, como eu já disse, elas serem feitas por revistas como a *Veja*, então nós já descontamos mil, porque essa revista chegou a fazer mais de 50 capas sobre o Presidente Lula, e, dessas mais de 50, mais de 50 eram contrárias àquele que foi considerado o melhor Presidente da história deste País, portanto eu já desconfio... Quando a ideia vem da Oposição, em que pese o

respeito que tenho à Oposição... Não sejamos ingênuos, pessoal! Estamos em ano eleitoral. Vão tentar fazer de tudo para desqualificar o que há de bonito e belo, o que estamos vendo aqui.

Por isso, vamos fazer com que o diálogo seja permanente, mas com a verdade sendo sempre restabelecida.

Se houver alguma coisa, alguma postura incorreta de servidor da Petrobras, a empresa será a primeira a punir, tanto isso é verdade que ela já abriu comissões de sindicância, com participação do Ministério Público e da Polícia Federal, todos dispostos a acompanhar as investigações. Não podemos concordar com a criação de uma Comissão Externa que fará apenas a política da destruição. Como é que uma Comissão desta Casa vai pegar dados sigilosos na Holanda? Vai viajar?

Tudo isso é para refletirmos. Queremos informação, queremos transparência, queremos punição, mas, por favor, pessoal, não escondam a importância de um patrimônio como este, preservado, protegido porque não foi privatizado, porque não foi entregue a grupos econômicos.

Se o petróleo era nosso, se o pré-sal é nosso, também a Petrobras é nossa, é do povo brasileiro.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) – Para uma breve intervenção, concedo a palavra ao ilustre Deputado João Paulo Lima.

O SR. JOÃO PAULO LIMA (PT-PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, venho a esta tribuna fazer dois breves registros. O primeiro é sobre a importância, para nós que vivemos em Pernambuco, de o diretório estadual do PT, a Executiva do PT, recolher um terço das assinaturas para a indicação e discussão do nome do nosso Senador candidato ao Governo de Pernambuco, porque se não forem recolhidas essas assinaturas nós não poderemos discutir a possibilidade de apoiá-lo. O PT vai caminhar com uma única posição: a de candidatura própria.

Outra questão que trago à tona, Sr. Presidente, é sobre o resultado da pesquisa feita pela Frente Nacional dos Prefeitos, da qual fui Presidente por dois mandatos, que traz uma situação muito incômoda para Pernambuco.

Entre os cem Municípios com população de mais de 80 mil habitantes, Pernambuco ocupa o topo do *ranking* dos Estados brasileiros com mais Municípios de menor receita corrente *per capita*. E aqui nós temos Municípios como São Lourenço da Mata, Jaboatão dos Guararapes, Abreu e Lima, Santa Cruz do Capibaribe, Vitória de Santo Antão, Garanhuns, Igarassu, Caruaru, Camaragibe, Petrolina, entre outros.

Eu queria, Sr. Presidente, que este pronunciamento fosse registrado aqui na Casa e também divulgado no programa *A Voz do Brasil*.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR:

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Pernambuco se prepara para enfrentar uma das mais difíceis eleições da sua história. E o Partido dos Trabalhadores, que governou a capital por 12 anos e possui boa densidade eleitoral no Recife e na Região Metropolitana, onde se concentra a maioria do eleitorado do Estado, terá um papel importante a desempenhar no próximo pleito, seja com candidatura própria, seja compondo aliança com o Senador Armando Monteiro.

Pelo Estatuto do PT, na próxima sexta-feira, 28 de fevereiro, encerra-se o prazo para que o mínimo de um terço dos membros do Diretório ou de sua Comissão Executiva apresentem proposta de apoio a candidato majoritário fora do partido, para que sejam definidas a política de alianças e a tática eleitoral.

A minha posição é que, se o Partido não se define por candidatura própria, as tendências e movimentos como a Mensagem ao Partido, a Articulação de Esquerda tomem a decisão, até esse prazo, pelo apoio à candidatura do Senador Armando Monteiro. O presidente Rui Falcão, em visita ao Estado, já sinalizou para essa possível aliança.

Esse apoio deve ser selado a partir de um compromisso que considero importantíssimo: retirar Pernambuco da lista de Estado campeão em Municípios pobres do Brasil. Pernambuco ocupa o topo do *ranking d*e Estado brasileiro com mais Municípios no G100, lista que une as cem cidades brasileiras com menor receita corrente *per capita* e que possua mais de 80 mil habitantes. São 12 os Municípios pernambucanos que fazem parte da lista. A maioria faz parte da Região Metropolitana ou é cidade-polo. A pior situação é a do Município de São Lourenço da Mata (10º), seguido por Abreu e Lima (14º), Paulista (16º), Santa Cruz do Capibaribe (18º), Vitória de Santo Antão (20º), Olinda (24º), Jaboatão dos Guararapes (39º), Garanhuns (57º), Igarassu (62º), Caruaru (63º), Camaragibe (73º) e Petrolina (87º).

O *ranking*, organizado anualmente pela Frente Nacional de Prefeitos, da qual já fui presidente por dois mandatos, mostra uma realidade cruel. Nesses Municípios, a porcentagem da população que vive em extrema pobreza é o dobro do que habita as demais cidades com mais de 80 mil habitantes.

Outro dado preocupante é que nos Municípios pernambucanos que constam na lista a taxa média de violência é de 37,8 homicídios para cada cem mil habitantes. O número é três vezes superior ao que a organização Mundial de Saúde considera como uma epidemia de homicídios.

Essa situação é muito preocupante, e retirar Pernambuco desse quadro vergonhoso deve ser a nossa meta número um para os quatro primeiros anos de governo, seja com a opção de candidatura própria, seja compondo aliança com o Senador Armando Monteiro.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) – Para uma breve intervenção, concedo a palavra ao Deputado Rogério Peninha.

O SR. ROGÉRIO PENINHA MENDONÇA (PMDB-SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, rapidamente, eu quero fazer referência ao fato de que agora há pouco estive em uma audiência com o nosso Vice-Presidente da República, Michel Temer, em que ele recebeu o Vice-Prefeito de Itapema, o meu amigo Giliard Reis.

Quero dizer também, Sr. Presidente, que este final de semana, mesmo com o carnaval, eu estarei com uma programação muito intensa. Amanhã, por exemplo, às 16 horas, nós teremos uma grande reunião com o Vice-Governador de Santa Catarina, Eduardo Moreira, a bancada estadual e a federal, em Rio do Sul, à noite; na sexta-feira estarei em José Boiteux, Santa Emma, Rio do Sul, Ibirama e Atalanta; no sábado, em Presidente Getúlio, Ituporanga, Imbuia e, novamente, em Ituporanga; e, no domingo, no Município de Rio do Campo.

Assim, nos dias de carnaval também estarei com uma atividade muito intensa, Sr. Presidente. Isso é para mostrar que nós, Deputados, trabalhamos muito aqui, e muito mais, mesmo nos feriados, nas nossas bases.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) – Para uma Comunicação de Liderança, pelo PMDB, concedo a palavra, por 9 minutos, ao ilustre Deputado Mauro Benevides, ressaltando seu espírito de solidariedade para com os colegas, pois S.Exa. cedeu a vez para que o Líder Vicentinho falasse primeiro.

Em seguida falará o Deputado Mendonça Filho, por 5 minutos. Depois, o Deputado André Moura.

O SR. MAURO BENEVIDES (PMDB-CE. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Inocêncio Oliveira, Sras. e Srs. Deputados, esta Casa cometeria uma omissão imperdoável se não realçasse, a exemplo do que fez recentemente o Senado Federal, os acontecimentos que devem ser cognominados de luta em favor da normalização política institucional brasileira. E o grande passo, direi mais, o passo inicial dessa grande arrancada em favor da normalização da vida político-institucional brasileira ocorreu em novembro de 1983, quando dois eminentes homens públicos, Tancredo Neves e Franco Montoro, numa declaração ao povo brasileiro denominada Declaração de Manifesto, lavrada em Poços de Caldas, Minas Gerais, conclamaram os brasileiros a que iniciassem a grande cruzada em busca da normalização democrática brasileira.

Aquele documento, que obteve uma ressonância extraordinária em todos os recantos do território brasileiro, alcançou imediatamente a acolhida dos segmentos conscientizados do nosso povo, que se agrupou gradualmente, em cada recanto do território nacional, naquela cruzada considerada verdadeiramente indomável desde os primeiros momentos, no sentido de que iniciássemos imediatamente a busca indispensável à normalização da vida institucional brasileira.

Se isso ocorreu em novembro de 1983, em Poços de Caldas, Minas Gerais, já em janeiro do ano seguinte, 1984, em Curitiba, Paraná, às forças políticas e aos sindicatos, também alicerçados a essa mobilização, juntaram-se todas aquelas forças vivas da nacionalidade, ali, no Paraná, para que nós pudéssemos iniciar a mobilização das massas, a fim de alcançar, no menor espaço de tempo possível, aquilo que seria, sem dúvida, a normalidade da política brasileira.

E aquele grande acontecimento, de que nós fomos partícipes, mesmo à distância naquele momento, revestidos que estávamos da conquista de um item significativo nessa linha democratizante, que era exatamente a autonomia política das capitais, para fazer com que cessasse aquele constrangimento que alcançava um eleitorado de escol, que era o eleitorado das capitais brasileiras, nós alcançaríamos em 1985: a restituição caracterizada da autonomia das capitais, com a eleição dos primeiros prefeitos de capital de todo o País, depois daquilo que representava uma conspurcação inaceitável para o povo brasileiro, que era todos os prefeitos serem eleitos pelo voto direto, ficando apenas os eleitores das capitais, aqueles que eram mais conscientizados ainda, impedidos de exercitar essa prerrogativa que lhes teria sido recusada pelas normas decorrentes dos atos institucionais vigorantes no País.

O grande momento em Curitiba incendiou o País. De Curitiba, realizou-se logo em seguida um comício no Rio de Janeiro, o comício da Candelária, com as figuras de maior expressão da vida pública brasileira, a começar por Leonel Brizola, que ali estava conclamando o povo carioca para aquela nova mobilização, que iria, naturalmente, desembocar logo em seguida naquilo, Sr. Presidente, a que eu tive o privilégio de assistir.

Não assisti à concentração de Curitiba, também não estive presente à do Rio de Janeiro, na Candelária, mas tive o privilégio histórico de participar do grande comício do Vale do Anhangabaú, aquela massa compacta, 1 milhão e 200 mil pessoas aguardando ansiosamente as figuras de maior expressão da vida pública brasileira.

Ali estavam, Sr. Presidente, o grande Governador Franco Montoro e o seu Vice, Orestes Quércia. Ali estava aquele que seria logo depois eleito, mesmo que pela via indireta, Presidente da República: o grande Tancredo Neves, que falava ao povo com aquela voz mansa, mas, quando preciso, contundente, para vergastar aqueles que pretendiam impedir a normalização da vida política brasileira. Ali estava também, ao lado deles, aquele que seria guindado posteriormente à Presidência da República, o hoje Senador José Sarney, que teve uma postura irrepreensível naqueles episódios, até alçar-se à chefia da Nação e, nessa condição, convocar a Assembleia Nacional Constituinte.

Ainda me recordo com absoluta perceptibilidade de memória de quando o Senador Teotonio Vilela, já com a saúde combalida, comparecia, com esforço inaudito, àquela concentração monumental e, num momento de delírio para aquela multidão, se incumbia de deixar esvoaçar aquele pombo da paz, para que levasse consigo uma mensagem de identificação entre os líderes da política brasileira e todas as camadas da população brasileira, da nossa população.

Pois bem, aqueles fatos nós vivenciávamos. Estava eu ao lado daquele que foi o autor da emenda das diretas frustrada pelo Plenário da Câmara dos Deputados na ocasião, o saudoso Deputado Dante de Oliveira, que também foi indicado fara falar, como eu fui, por ter sido autor da emenda das diretas nas capitais. Fomos convocados para falar, Srs. Deputados, por 3 minutos apenas, Dante de Oliveira e eu, porque, no contexto dos oradores listados pelo coordenador Osmar Santos, o tempo teria que ser delimitado, a fim de se permitir que falassem as grandes expressões da política, bem maiores do que Dante de Oliveira e a minha modesta personalidade de ex-Senador da República, naquela transição em que nós nos encontrávamos, no meu caso entre o primeiro e o segundo mandato que desempenhei na outra Casa do Parlamento brasileiro: Tancredo Neves, com aquela mensagem de homem experimentado nas grandes refregas políticas; e Franco Montoro, com seu discurso empolgante de um grande tribuno, uma das maiores figuras da sua geração, com a responsabilidade de dirigir o Estado de São Paulo.

Nós passamos praticamente a viver a antecipação de um fato que terminaria a chegar, e chegaria sim, Srs. Parlamentares, quando o Presidente José Sarney...

(O microfone é desligado.)

O SR. MAURO BENEVIDES – Sr. Presidente, eu pediria a generosidade de V.Exa., porque estou tentando rememorar fatos históricos de repercussão imensa. Se não vou me comportar rigorosamente no prazo regimental, espero que V.Exa. condescenda, porque V.Exa. já notou que eu falo muito devagar nos pronunciamentos que faço nesta Casa.

Como eu dizia, Sr. Presidente, o grande momento da normalização institucional foi quando o Presidente José Sarney convocou a Assembleia Nacional Constituinte. E aqui nós estivemos, no dia 1º de fevereiro de 1986, numa sessão monumental, com um discurso – posso dizer neste momento porque estava presente – muito bem elaborado do grande Ministro Moreira Alves, que dirigia o Supremo Tribunal Federal e nos conclamou a todos nós, Senadores e Deputados Constituintes, a cumprir a nossa tarefa em tempo hábil, porque havia uma expectativa do povo brasileiro de que nós ingressássemos naquela fase de reconstitucionalização do País.

E assim se fez. Em 1º de fevereiro se instalava a Assembleia Nacional Constituinte, aquela fase de apresentação de proposições, porque não aceitamos o projeto perfeito e acabado que, muito bem intencionadamente, José Sarney entendeu de confiar a juristas renomeados, para que eles oferecessem um documento que teve à frente na Comissão um Constituinte que logo depois haveria de pontificar nesta mesma tribuna, uma das figuras estelares da vida pública brasileira, o grande Afonso Arinos, Senador por Minas Gerais.

Sr. Presidente, fluiu aquele prazo de quase 2 anos: 18 meses. Fluiu aquele prazo, sim, e neste plenário, com as cadeiras repletas de Parlamentares e convidados, as galerias também repletas, milhões de telespectadores assistiram àquele ato soleníssimo da promulgação da Carta de 5 de Outubro de 1988. E todos ainda se recordam daquela figura austera, do indomável Ulysses Guimarães, de quando se ergueu, todos nós sentados à mesa, mas as palmas estrugindo no plenário, para proclamar aquele homem a quem se atribui, sem dúvida, o reestabelecimento entre nós do Estado Democrático de Direito. Ele se ergueu e nos disse a todos: *"Esta é a Carta Cidadã, e que ninguém ouse ultrajá-la, porque ela representa, sem dúvida, direitos inconspurcáveis da cidadania"*. *(Palmas.)*

Portanto, chegamos a este momento, Sr. Presidente, e esta Casa teria que comemorar esse fato sob aplausos dos nossos companheiros aqui presentes, menos a mim e muito mais àqueles que laboraram numa porfia incessante para que vivenciássemos esse clima de democracia, com o Congresso funcionando na amplitude

das suas prerrogativas e pretendendo construir, sem dúvida, a felicidade do povo brasileiro, que teve naqueles instantes o grande marco, a grande arrancada, a grande cruzada pela felicidade do povo brasileiro.

Muito obrigado, Sr. Presidente. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Deputado Mauro Benevides, se não houvesse tantos oradores inscritos, nós lhe daríamos todo o tempo necessário para fazer essa prédica sobre a reconquista da democracia, a reforma política.

Durante o discurso do Sr. Mauro Benevides, o Sr. Inocêncio Oliveira, nos termos do § 2º do art. 18 do Regimento Interno, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Luiz Couto, nos termos do § 2º do art. 18 do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Concedo a palavra ao Deputado Wilson Filho.

O SR. WILSON FILHO (PTB-PB. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Deputado Luiz Couto, eu venho, neste momento, falar pela segunda vez durante o dia de hoje para agradecer ao Partido Trabalhista Brasileiro – PTB, partido do qual faço parte, a oportunidade de fazer parte de quatro Comissões importantíssimas desta Casa: Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado, Comissão de Integração Nacional, Desenvolvimento Regional e da Amazônia e Comissão de Educação. Todas elas são vinculadas a uma bandeira que eu defendo com sinceridade, com verdade, desde os primeiros dias de meu mandato.

Na Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado vem à tona aquela bandeira do combate às drogas, do enfrentamento às drogas, do enfrentamento à violência, da defesa da vida das famílias e de um clima de segurança melhor para o meu Estado, para as cidades paraibanas e para o Brasil.

A Comissão de Educação levanta o tema do novo ensino médio brasileiro. Eu fui, com muita honra, Relator dessa matéria durante todo o ano de 2013. E vou poder defender, como membro da Comissão de Educação, minha proposta como Relator do projeto do novo ensino médio brasileiro. Como o gargalo do crescimento do Brasil é a educação, o maior entrave da educação hoje é o ensino médio.

E a terceira e última Comissão, já que a quarta é a Comissão de Mista de Orçamento, é a de Integração Nacional, Desenvolvimento Regional e da Amazônia, da qual já fui Presidente no segundo ano, em 2012. Lá vou poder levantar a bandeira da Paraíba com relação à seca, a maior seca dos últimos 50 anos, a maior seca que os paraibanos já vivenciaram. E eu tenho certeza de que a Paraíba está olhando e clamando para que V.Exa., como Deputado paraibano, assim como nós e tantos outros, possa levantar essa bandeira, já que esse tema infelizmente foi esquecido durante um tempo.

Peço a V.Exa. que esse discurso seja reproduzido pelos meios de comunicação da Casa.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Deputado, V.Exa. será atendido.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – O Deputado Mendonça Filho, Líder do Democratas, já solicitou a palavra. Tendo em vista que temos quatro Parlamentares pedindo 1 minuto, pergunto a S.Exa. se consente. *(Pausa.)*

Tem que viajar. Então, nós vamos dar a palavra agora ao Deputado Alfredo Kaefer, que pediu antes, e em seguida, os outros.

O Deputado vai ter que viajar e não vai poder esperar.

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Alfredo Kaefer para uma breve comunicação.

O SR. ALFREDO KAEFER (PSDB-PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Deputados, quero registrar aqui que hoje à tarde instalamos o Grupo de Trabalho da reforma tributária, da reforma da legislação tributária nacional. Esse Grupo de Trabalho, que nós estamos coordenando, terá a relatoria do Deputado José Guimarães.

O Grupo vai produzir, nos próximos 90, 120 dias, uma proposta, um encaminhamento, levantando dados, fazendo um diagnóstico e apresentando resoluções, para que a gente possa ter uma estrutura tributária diferenciada no nosso País. Precisamos reduzir a carga tributária, simplificar os impostos e distribuir melhor a receita para os nossos entes federados.

Então, este é o nosso registro: a partir do fim do carnaval, iniciaremos os trabalhos ordinários desse grupo de trabalho.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Com a palavra o Deputado Átila Lins.

O SR. ÁTILA LINS (PSD-AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero apenas registrar o fato de que lá no Amazonas estamos novamente enfrentando um período muito intenso de enchentes dos rios. Agora, mais um Município do Estado entrou em estado de emergência, que é o Município de Lábrea. O Prefeito Evaldo Gomes teve inclusive que suspender as comemorações do aniversário de fundação do Município exatamente pelo fato de que as enchentes já estão deixando muitos desabrigados na cidade de Lábrea.

E afora a cidade de Lábrea, já estão em estado de calamidade Boca do Acre, Pauini, Canutama, Humaitá, Guajará, Ipixuna e Envira, e eu quero dizer, Sr. Presidente, que, mesmo a despeito de o Governador Omar e o Vice-Governador José Melo e outras autoridades estarem ajudando, é preciso que Ministério da Integração Nacional e a Secretaria Nacional de Defesa Civil nos ajudem o Amazonas a socorrer aqueles que estão ao desabrigo.

Este é o registro.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Concedo a palavra ao Deputado Benjamin Maranhão por 1 minuto.

O SR. BENJAMIN MARANHÃO (SDD-PB. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, pedindo licença ao Deputado Mendonça Filho, próximo orador, quero fazer um rápido registro.

Já estamos em clima carnavalesco, e a cidade de João Pessoa hoje está em festa. Está se concentrando o bloco Muriçocas do Miramar, da nossa querida João Pessoa. Essa agremiação sai às ruas de João Pessoa desde o ano de 1986 e irá congregar hoje muitas centenas de foliões.

Eu desejo a todos que participam do carnaval de João Pessoa que ele seja feito em paz e que não haja nenhum problema, só alegria.

Ao mesmo tempo, quero dizer que nós estamos na Comissão de Turismo, mais uma vez, lutando para defender o turismo no Nordeste e eventos como o pré-carnaval da cidade de João Pessoa.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Concedo a palavra ao Deputado Mendonça Filho. S.Exa. dispõe de até 5 minutos.

O SR. MENDONÇA FILHO (DEM-PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, subo à tribuna para fazer um discurso a respeito de tema que talvez tenha sido o principal da semana.

Houve comentários a respeito do desempenho de uma empresa, que é brasileira, que pertence ao povo brasileiro e que vive momentos críticos em relação ao seu desempenho econômico. Eu me refiro especificamente à Petrobras, que ontem anunciou, pela sua Presidente Graça Foster, o balanço de 2013. Com grande pompa, a Presidente da empresa, Graça Foster, anunciou um lucro de 23,6 bilhões de reais, enchendo a boca para dizer para o Brasil e o mundo que a Petrobras estaria numa situação sadia e que teria inclusive aumentado a lucratividade com relação ao ano anterior, 2012.

Só que, como tudo que acontece no Governo da Presidenta Dilma, na administração liderada pelo Partido dos Trabalhadores, esse balanço pode ser caracterizado como um balanço fake, para usar a linguagem da Internet, dos jovens brasileiros, um balanço falso. Mas falso por que, minha gente? Porque, na verdade, esconde, primeiro, que 8,5 bilhões dos 23,6 bilhões de reais são decorrentes de ativos que foram vendidos pela Petrobras, alienados, venda realizada durante a gestão de Graça Foster, nos últimos 12 meses, o que mostra inclusive uma dúvida com relação a muitas das operações de venda dos ativos.

Algumas plataformas, meu caro Deputado Chico Alencar, foram comercializadas, vendidas ou desmobilizadas – para usar a linguagem do setor – para que elas viessem a ser arrendadas, pela própria Petrobras, a empresas como a suspeita SBM. É uma coisa estarrecedora.

Além dos 8,5 bilhões de reais que contribuíram para os 23 bilhões de lucro total da empresa, nós temos mais 12 bilhões de reais que são fruto da maquiagem pura no balanço da empresa, porque ela se utilizou da questão da variação cambial do real frente ao dólar para que se diluísse um total de 12 bilhões de reais em 12 anos.

Se somarmos 12 bilhões de reais com mais 8,5 bilhões de reais, o que é que vai sobrar? Praticamente nada! Três bilhões de reais. Esse é o lucro real, efetivo, da empresa, o que mostra que a mania adotada pelo Ministro da Fazenda, Guido Mantega, de maquiar as contas do Governo está se disseminando por toda a área governamental, inclusive em uma empresa do padrão, da história da Petrobras, que, lamentavelmente, de 2010 a 2013, aumentou o endividamento substancialmente.

O endividamento da empresa hoje é considerado o maior do setor de petróleo no mundo – saiu de 63 bilhões de reais para 221 bilhões de reais. E por esse motivo, entre outros, evidentemente, é que hoje a Petrobras está valendo 50% daquilo que valia há alguns anos.

E a produção da empresa como fica, meu caro Presidente? Estagnada, paralisada, em uma situação que mostra que, do ponto de vista de qualidade de gestão, temos uma gestão que compromete a produção. A produção de petróleo, inclusive, decresceu com relação ao ano de 2012. Toda aquela festa para anunciar a autonomia na produção de petróleo feita pelo então Presidente Lula foi apenas marketing político, porque hoje a Petrobras é importadora de derivados de petróleo e, inclusive, de petróleo. Então, é mais uma farsa que se desmancha e se mostra de forma muito clara e efetiva.

E, além da má gestão na empresa, eu quero, mais uma vez, insistir com o tema que foi motivo, inclusive, de intenso debate, na noite de ontem, que diz respeito à questão da investigação e da Comissão Externa que

nós propusemos, com o apoio da base oposicionista na Casa e com amplo apoio de vários partidos que compõem a Câmara dos Deputados.

Sr. Presidente, esse apoio se faz necessário porque essa investigação, ao contrário do que disse o Líder do Governo ontem na sessão, não foi uma iniciativa da Oposição, ou de A ou B, e sim uma iniciativa do processo investigativo lá fora, na Holanda, envolvendo países como a Inglaterra e os Estados Unidos, denunciando ou colocando sob suspeita as operações de contratação de plataforma por esta empresa, que pertence a todo o povo brasileiro.

O que é que se vive, para sintetizar? Um mix de incompetência, de falta de responsabilidade e zelo na gestão da Petrobras. De um lado, com atos suspeitos de corrupção, que precisam ser apurados após o carnaval. E eu peço apenas um minuto, Sr. Presidente, com a sua disciplina democrática, para dizer o seguinte: após o carnaval – e eu espero que o bloco que foi formado não se extinga no período momesco, que ele vá além do período momesco, e que a gente possa reunir o PSC, o PMDB, o PSD – vários partidos que compõem a base do Governo possam se unir para dar o grito de independência, para mostrar que o Parlamento brasileiro não vai se submeter aos caprichos do Executivo; muito menos da Presidente Dilma, que pensa que a situação está sob controle, mas está longe de estar sob controle. Ela está perdida; a condição política e a condução política estão cada vez piores; o sentimento das ruas é de desalento, de desesperança; e eu não tenho dúvida que isso vai se se refletir diretamente no processo eleitoral de 2014.

Muito obrigado. Um abraço e bom carnaval a todos.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Para uma breve comunicação, concedo a palavra ao Deputado Weverton Rocha. Depois terá a palavra o Deputado Chico Alencar.

O SR. WEVERTON ROCHA (PDT-MA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, que pena que nós do Maranhão não podemos dizer hoje ao Brasil que estamos comemorando o carnaval – afinal, já estamos em clima de carnaval. Infelizmente, lá no Maranhão, principalmente na região noroeste do Estado, em São João do Caru, Zé Doca, Araguanã e Municípios do Entorno, Bom Jardim, estamos de luto, luto pela covardia que se vê desde o sábado no processo de desintrusão de quase 1.200 famílias da região.

Ontem, autoridades fizeram um apelo ao Ministro da Justiça, para que ele intercedesse junto ao Ministro Gilberto Carvalho a fim de que pelo menos esperassem até que se garantisse um local adequado para o reassentamento daquelas famílias. Parece que ele entendeu o contrário, porque o que pediu foi que fizessem mais rapidamente a desintrusão: hoje chegaram mais 50 homens, mais máquinas, mais força bruta, para derrubar as casas e prender quem pensa em reagir.

Estamos de luto. Lamento, Ministro Gilberto Carvalho, o senhor não entender que as pessoas que os senhores estão retirando de lá são famílias brasileiras.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Com a palavra o Deputado Chico Alencar.

O SR. CHICO ALENCAR (PSOL-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero deixar registrada nesta Casa uma reflexão sobre o Projeto de Lei nº 2.431, de 2011, que trata da revogação de uma resolução da ANVISA autorizando a utilização de certas substâncias para contenção de apetite em pessoas obesas. Há um recurso neste plenário e, pensando sobretudo na saúde pública e no interesse público, nós deveríamos apreciá-lo de acordo com todas as informações técnicas que foram buscadas. O recurso não deve ser utilizado como instrumento protelatório. Assim como este, há outros projetos que merecem ser apreciados pelo Plenário, que agora se encontra vazio, numa quarta-feira nobre. Estamos numa obstrução que não tem cabimento, e pega muito mal para esta Casa essa paralisia pré-carnavalesca. Temos, por exemplo, aquele projeto que revoga a criação dos simuladores obrigatórios nas autoescolas; a PEC 290, sobre a qual falamos ontem, que é singela, tem maioria aqui; o projeto que regulamenta a profissão de historiador. Enfim, temos um sem-número de matérias que poderiam e deveriam estar sendo apreciadas por esta Casa, mas não estão. O que se vê aqui é uma vazante já carnavalesca por uma obstrução incompreensível, aliás, do próprio PT.

Fica aqui o repto para que esta Câmara funcione.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR:

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados e todos e todas que assistem a esta sessão ou nela trabalham, no final do ano passado, a Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania desta Casa aprovou o Projeto de Lei nº 2.431/2011. O PL anula decisão da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA que vetou a comercialização de alguns medicamentos inibidores de apetite (anfepramona, femproporex e mazindol) e impôs restrições à de outro (sibutramina). Subscrevi, então, com dezenas de outros Parlamentares, recurso apresentado pelo Deputado Dr. Rosinha para que o projeto fosse submetido à apreciação do Plenário da Casa. Tenho recebido questionamentos, por parte de pessoas que buscam tratamento para a obesidade, sobre minha posição

contrária a esse PL. Venho a esta tribuna, então, para expor a preocupação que mantenho sobre a matéria e a convicção de que é preciso que este Parlamento a examine sem protelação, mas com prudência e cautela.

Solidarizo-me com o drama vivido pelas pessoas que buscam perda de peso e recuperação de sua qualidade de vida. Entendo que a obesidade é um grave problema de saúde, uma doença crônica que vem ganhando *status* de epidemia global. No nosso País, milhões de pessoas ainda são privadas de educação alimentar, oportunidades de acesso à alimentação saudável a preço justo, e de terem tempo para a prática cotidiana de exercícios físicos. É preciso que enfrentemos esses problemas estruturais.

Porém, devemos ter responsabilidade diante de um projeto de lei que autoriza a comercialização de medicamentos cuja eficácia e segurança não são cientificamente comprovadas.

A médica Suely Rozenfeld, pesquisadora titular da conceituada Fundação Oswaldo Cruz, especialista em medicamentos, farmacoepidemiologia e farmacovigilância, chama a atenção para o fato de que essas drogas inibidoras de apetite não trazem relação minimamente razoável de risco/benefício. O benefício da perda de peso é incerto e pouco significativo, e sob o risco de se gerar ou agravar problemas cardiovasculares. O tratamento da obesidade, de acordo com a Dra. Suely, exige sobretudo mudanças de hábitos. Quando existam outras causas para o sobrepeso, como desarranjos hormonais, estes devem ser investigados e tratados. Como os inibidores não tratam esse tipo de causa, os pacientes, muitas vezes, quando deixam de tomá-los, recuperam rapidamente o peso que porventura tenham perdido, A Câmara Técnica de Medicamentos – CATEME da ANVISA recomendou, em 2011, que não se autorizasse, em hipótese alguma, a comercialização da anfepramona, femproporex, mazindol e sibutramina. Segundo os especialistas dessa Câmara, o uso dessas drogas geraria efeito nulo ou reduzido para a perda de peso, e além disso, implicaria riscos de doenças cardiovasculares e alterações no sistema nervoso central.

A ANVISA foi mais permissiva do que sua Câmara Técnica: vetou a comercialização da anfepramona, femproporex e mazindol, mas não a da sibutramina. Esta última droga está autorizada, mas sob certas restrições, para que seja utilizada exclusivamente caso não existam alternativas possíveis de tratamento. A agência também está sendo mais permissiva do que outros países, pois a sibutramina é proibida na Europa e nos Estados Unidos, por exemplo, desde 2009.

Penso que só se justifica que a Câmara dos Deputados revogue uma decisão da ANVISA em casos nos quais a decisão da agência seja desprovida de debate público e fundamentação científica acerca da segurança e eficácia do uso de um medicamento. Não estou convencido, até o momento, de que seja este o caso aqui.

Este Plenário deve aprofundar a discussão sobre o tema e apreciar o mérito do PL 2.431/2011, e é este o objetivo do Recurso 261/13. Continuo, porém, aberto ao debate – comprometido exclusivamente com os bons argumentos científicos e com a saúde dos potenciais interessados no uso dos medicamentos, e não com os lucros de determinados setores econômicos interessados em sua comercialização.

Agradeço a atenção.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Concedo a palavra ao Deputado Assis Carvalho.

O SR. ASSIS CARVALHO (PT-PI. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, do final desta semana até o dia 5 de março, o Brasil praticamente para com as festividades carnavalescas, o que faz parte da cultura do nosso País.

Quero aproveitar para destacar aqui o Corso de Teresina, que é realizado há bastante tempo na capital do Piauí e que, este ano, foi um sucesso absoluto. Trata-se de uma atividade que junta aproximadamente 350 mil pessoas. Neste ano, tivemos 420 caminhões cadastrados. As pessoas se fantasiam com vestimentas carnavalescas e as melhores apresentações são premiadas.

Como realizamos o maior Corso do mundo, queremos solicitar ao Ministério do Turismo que inclua, portanto, essa grande festa do Estado do Piauí no calendário das festividades carnavalescas do nosso País. Este é o apelo que nós fazemos aqui.

Aproveito para parabenizar todos os foliões do Estado do Piauí que fizeram uma festa, graças a Deus, com muito cuidado e com muita responsabilidade.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR:

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, do final desta semana até a próxima quarta feira, 5 de março, o Brasil para a festa de carnaval que acontece em todos os seus cantos e recantos, das pequenas às grandes cidades de nosso Brasil.

Quero fazer referência, hoje, à realização do Corso de Teresina, a popular festa pré-carnavalesca que acontece anualmente na capital do Piauí e que, neste ano, foi realizada no último sábado, 22 de fevereiro.

A folia reuniu cerca de 350 mil pessoas, segundo dados da Policia Militar do Piauí, que ocuparam duas avenidas da capital, a avenida Marechal Castelo Branco e a Avenida Raul Lopes, num percurso de 12 quilômetros.

O Corso de Teresina é o maior pré-carnaval do mundo, registrado inclusive no livro dos recordes, o *Guiness Book*. Trata-se de um desfile carnavalesco de caminhões enfeitados, temáticos, e pessoas vestindo fantasias carnavalescas. É uma festa democrática da qual participam pessoas oriundas de todas as partes da cidade, de todas as idades.

O Corso é organizado pela Prefeitura Municipal de Teresina, através da Fundação Cultural Monsenhor Chaves, que viabiliza a estrutura nas vias públicas, cadastra os veículos que participam do desfile e premia os três veículos mais bem enfeitados. A divulgação do resultado é aguardada com muito expectativa, já que é grande o numero de participantes. Neste ano foram cadastrados 420 veículos.

O pré-carnaval de Teresina, o seu Corso, vem da década de 30 e como foi crescendo a cada ano, o poder publico municipal começou a organizá-lo há cerca de 15 anos. Hoje, quero registrar a necessidade de o Ministério do Turismo colocar o Corso de Teresina no calendário de eventos nacionais, pois é Teresina que realiza o maior evento do mundo neste gênero.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Concedo a palavra ao Sr. Deputado Sandro Alex.

O SR. SANDRO ALEX (PPS-PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) -Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o PPS se faz presente nesta sessão. Infelizmente, nós não tivemos uma semana produtiva aqui na Câmara Federal. Isso nos entristece, assim como, tenho certeza, a toda a sociedade brasileira, que aguarda votações importantes. Nós temos projetos que estão aguardando a votação, inclusive já com encaminhamentos dados. Por exemplo, a categoria dos agentes comunitários de saúde há muito aguarda a votação de seu piso, em reconhecimento a seu trabalho, como também a categoria dos enfermeiros, pelas 30 horas semanais de jornada. Há compromissos que foram feitos com essas categorias, que aguardam essas votações.

Nós estamos hoje com um quórum de 319 Parlamentares, e nenhum projeto está sendo votado. Infelizmente, nós vamos deixar para a sociedade uma semana improdutiva na Câmara Federal.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Com a palavra o Deputado Edinho Bez, por 1 minuto.

O SR. EDINHO BEZ (PMDB-SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, dei entrada nesta Casa, no dia 19 de fevereiro, ao PL 7.153/2014, que destina recursos aos hospitais filantrópicos situados em locais de interesse turístico.

Todos nós conhecemos a debilitada situação em que se encontra a saúde em nosso País e, nesse contexto, também a dos hospitais filantrópicos. Faltam recursos. E eu entendi que seria importante usarmos um critério para ajudar principalmente o SUS com recursos para melhorar o atendimento.

Nesse cenário, os Municípios com vocação turística, ao mesmo tempo em que se beneficiam dos ganhos econômicos que chegam com os fluxos turísticos, se veem sensivelmente prejudicados com os problemas que também acompanham esse crescimento sazonal de sua população. Isso significa que o percentual dos seguros feitos nos Municípios turísticos vai direto para o Tesouro, e o Tesouro devolve proporcionalmente aos Municípios turísticos, que recebem…

(O microfone é desligado.)

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR:

Sr. Presidente, na qualidade de Deputado Federal, membro da Frente Parlamentar em defesa da Saúde, tomo a palavra nesta oportunidade para dar ciência aos nobres pares e ao Brasil que dei entrada, nesta Casa, no dia 19 de fevereiro, ao PL 7.153/2014, que destina recursos aos hospitais filantrópicos situados em locais de interesse turístico.

Todos nós conhecemos a debilitada situação em que se encontra a saúde em nosso País e, nesse contexto, também a dos hospitais filantrópicos.

Faltam recursos, mas o pior é a falta de boa gestão. Não é possível continuar como está.

Por ser membro da Comissão de Turismo e Desporto, aqui em Brasília, acompanho o desenvolvimento da nossa indústria do turismo, justificado pela potencialidade turística de inúmeros de nossos Municípios, o que tem fomentado crescente fluxo interno de viajantes em busca de lazer e do esplendor de nosso patrimônio cultural e natural.

Nesse cenário, os Municípios com vocação turística, ao mesmo tempo em que se beneficiam dos ganhos econômicos que chegam com os fluxos turísticos, se vêm sensivelmente prejudicados com os problemas que também acompanham esse crescimento sazonal de sua população, sendo o principal deles a agravada demanda pela já incipiente infraestrutura hospitalar de que dispõem.

Nossa proposição pretende apoiar essas cidades-destino.

Nela estabelecemos que do percentual de 45% da arrecadação total do Seguro Obrigatório DPVAT (cerca de R$7,1 bilhões em 2012), hoje compulsoriamente repassados ao Sistema Único de Saúde – SUS, 2% da

referida arrecadação sejam utilizados exclusivamente em ações do interesse e necessidade dos hospitais filantrópicos situados em locais de interesse turístico do Município, assim caracterizados de acordo com a Lei nº 6.513, de 20 de dezembro de 1977.

Pelo proposto em nosso texto temos:

> "Art. 1º Esta lei direciona recursos aos hospitais filantrópicos situados em locais de interesse turístico, assim caracterizados de acordo com o disposto na Lei nº 6.513, de 20 de dezembro de 1977, que 'dispõe sobre a criação de Áreas Especiais e de Locais de Interesse Turístico; sobre o inventário com finalidades turísticas dos bens de valor cultural e natural; acrescenta inciso ao art. 2º da Lei nº 4.132, de 10 de setembro de 1962; altera a redação e acrescenta dispositivo à Lei nº 4.717, de 29 de junho de 1965; e dá outras providências'.
> Art. 2º Do repasse ao SUS – Sistema único de Saúde, relativo à arrecadação anual do Seguro Obrigatório de Danos Pessoais causados por Veículo Automotores de Vias Terrestres, ou por sua carga, a pessoas transportadas ou não (DPVAT), de que trata a Lei nº 6.194, de 19 de dezembro de 1974, estabelecido pela Lei nº 8.212, de 24 de junho de 1991, que dispõe sobre a organização da Seguridade Social, institui Plano de Custeio e dá outras providências" (art. 27, parágrafo único), e na forma determinada pelo Decreto nº 1.107, de 23 de dezembro de 1993, percentual correspondente a 2% (dois por cento) da arrecadação total desse seguro será aplicado exclusivamente em ações do interesse e necessidade dos hospitais filantrópicos situados em locais de interesse turístico do Município, assim caracterizados de acordo com a Lei nº 6.513, de 20 de dezembro de 1977.
> § 2º A distribuição dos recursos relativos ao repasse de que trata o caput dar-se-á proporcionalmente, na forma da regulamentação, de acordo com o fluxo turístico da respectiva localidade.
> § 3º Os recursos relativos ao repasse de que trata o caput serão creditados diretamente pela rede bancária arrecadadora, mensalmente, ao Tesouro Nacional que os repassará, no prazo de 15 dias, aos respectivos Tesouros Estaduais."

A sugestão partiu de um conceituado médico, meu amigo Dr. Airton Moraes, residente na cidade Turística de Laguna, Santa Catarina. Acatei a sugestão, modernizando-a também tecnicamente.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Há uma Comunicação de Liderança. O Líder Domingos Sávio já pediu a palavra. Mas antes concedo 1 minuto à Deputada Luciana Santos.

A SRA. LUCIANA SANTOS (PCdoB-PE. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Muito obrigada.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, Pernambuco, como deve ser de conhecimento de V.Exa., já se encontra em ritmo de pleno carnaval. Este ano o carnaval de Recife homenageia Antônio Nóbrega, um tesouro da cultura brasileira, que merece toda a nossa reverência e carinho. O carnaval de Olinda faz sua homenagem principal a Bajado, um artista de Olinda. Não haveria melhor ícone das cores, das paixões, do espírito olindense. Assim, brincaremos o carnaval em Recife e Olinda inspirados por esses dois símbolos da alegria e do talento do povo brasileiro.

Por isso, gostaria de saudar os Prefeitos Geraldo Julio e Renildo Calheiros por esse grande esforço em fazer uma festa inclusiva, segura, bonita, alegre e que permite o desenvolvimento da economia e do turismo.

Quero saudar todos o blocos e todo o povo pernambucano que já toma as ruas na expressão mais legítima dos seus sons, das suas cores, da nossa cultura.

Também gostaria de citar aqui, por fim, Sr. Presidente, um fato muito importante que aconteceu nesta semana pré-carnavalesca e que guarda certa relação com o tema. Ontem a soberania nacional e a luta contra a exploração sexual feminina tiveram uma grande vitória. Numa ação legítima, o presidente da EMBRATUR, nosso ex-Deputado Flávio Dino, repudiou a vinculação, por parte da Adidas, da imagem do nosso País a apelos sexuais e conseguiu que a empresa retirasse de circulação os materiais com a referida propaganda.

Essa ação, Sr. Presidente, de repúdio e de exigência da retirada de circulação dos materiais fortalece a luta das mulheres brasileiras pela eliminação de todas as formas de discriminação e pelo combate à cultura do machismo que mata, agride, oprime as nossas mulheres.

Às vésperas do Dia Internacional da Mulher e na semana do carnaval, que coloca nosso País em evidência internacional, não poderíamos deixar passar esse incidente que perpetua a cultura do machismo; uma cultura que é responsável pela morte de 15 mulheres por dia, nos últimos dez anos. Só em Pernambuco, este ano, foram 38 mulheres – mulheres que tinham nome, expectativas, sonhos e o direito de ser feliz.

Parabéns, Flávio Dino, pela ação rápida e precisa. O turismo brasileiro segue num bom caminho sob o seu comando. Essa vigilância precisa star presente em cada um de nós – sobretudo nos gestores publicos –

que temos a responsabilidade de proteger e cuisar para que a nossa sociedade possa se desenvolver livre de preconceitos e discriminação.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Parabenizo V.Exa. pelo pronunciamento e também o ex-Deputado Flávio Dino pela ação enérgica de proibir e fazer com que nós não possamos dar condições efetivas para que a mulher brasileira seja desrespeitada.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Concedo a palavra Deputado Domingos Sávio, para Comunicação de Liderança, pela Minoria. S.Exa. disporá de até 6 minutos.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB-MG. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, colegas Parlamentares, inicialmente eu quero lamentar que ontem tenha sido feito um grande esforço, e não só pelos partidos de oposição, justiça seja feita.

Eu, que aqui represento, na condição de Líder da Oposição ou Líder da Minoria – e não me canso de lembrar, uma minoria que já representa o sentimento da maioria do povo brasileiro, que quer mudanças, que não concorda com o que está aí...

Ontem nós tivemos a oportunidade de apresentar um requerimento à Mesa – portanto matéria sobre a mesa sujeita à deliberação – assinado por mim, como Líder, também assinado pelas Lideranças do PSDB, do PPS, do Democratas e do Solidariedade, e que teve, na reunião do Colégio de Líderes, o apoio da maioria dos Líderes da base do Governo, à exceção do PT e de alguns outros que me fogem à memória. Mas tem, por exemplo, o apoio da Liderança do PMDB, maior partido de apoio ao Governo, e de outros partidos, entendendo que o requerimento era extremamente importante para o País.

E de que tratava esse requerimento que ontem o PT obstruiu, que o próprio Líder do Governo obstruiu, não permitindo a sua votação? O requerimento apenas, de maneira singela, estabelecia de maneira clara e formal a autorização para que a Câmara cumpra aquilo que a Constituição já estabelece como uma das suas principais funções, que é ser um órgão que, além de legislar, fiscaliza, cumpre o dever do equilíbrio e da independência entre os Poderes de fiscalizar os atos do Executivo. Isso é elementar! Sem isso, a democracia e o Estado de Direito estão feridos de morte!

E por que eu digo que era simplesmente para autorizar o cumprimento do que a própria Constituição já prevê? É que o requerimento tratava – e trata, porque ele ainda continua pendente, sujeito à deliberação final – da autorização da Câmara para que se crie uma Comissão Externa para verificar um fato grave, que é a denúncia de corrupção envolvendo a Petrobras. Não é uma mera suspeita, não é uma acusação vã feita pela Oposição. Trata-se de algo concreto ocorrido, envolvendo uma empresa holandesa, cujo processo já tramita no Ministério Público da Holanda, investigando a acusação de que essa empresa holandesa, para contratar negociação de plataformas de petróleo com a Petrobras, pagou propina de milhões de reais.

Ora, se há uma acusação de que uma empresa pública brasileira está tendo em seus quadros servidores que se valem disso e recebem propinas para fazer contratos, e essa empresa é o grande patrimônio dos brasileiros, que é a Petrobras, por que impedir uma Comissão Externa? Ora, alguém pode perguntar: "Mas por que uma Comissão Externa?" Porque alguém tem que agir, e isso não se dá aqui dentro do Congresso, isso se dá fora do Congresso. "Ah, mas requeiram à Petrobras!" Já requeremos, mas ela não respondeu. "Ah, mas a própria Presidente da Petrobras já admitiu que o assunto é grave e disse que está montando uma comissão de sindicância".

Ora, mas a Diretora da Petrobras agora substitui o Congresso Nacional, a Câmara Federal? Ela própria vai se autofiscalizar, e nós vamos nos dar por satisfeitos? Isso é o absurdo dos absurdos! Isso é varrer para debaixo do tapete! Isso gera a impressão para o Brasil de que, de fato, deve haver corrupção. A Oposição quer apenas investigar, quer apenas verificar, até para preservar a imagem da Petrobras, e vem o Governo, e vem o PT e diz: "Não, não pode investigar".

Soma-se a isso, Sr. Presidente, a matéria que veio do *Correio Braziliense* esta semana, demonstrando o desvio ou a forma inadequada, ao arrepio da lei, com que dinheiro público vem sendo repassado à GEAP – Fundação de Seguridade Social. Fala-se em mais de 2 bilhões de reais, Deputado Amauri Teixeira.

Isso é matéria comprovada, e com o Tribunal de Contas da União e o Supremo Tribunal Federal participando e se manifestando sobre o caso. O Tribunal de Contas, em análise das contas do Ministério da Saúde, indicou que a contratação desta Fundação estava ao arrepio da lei, portanto contratação ilegal, porque foi feita sem licitação.

O Supremo foi provocado, e o Supremo decidiu, no mérito, que, de fato, o Tribunal de Contas tem razão, que é ilegal. Pois bem, diante disso, a Ministra do Planejamento e a Presidente da República baixam um decreto, dizendo que é para todos os Ministérios contratarem sem licitação a GEAP, envolvendo mais de 2 bilhões de reais.

Portanto, é absoluto o descaso à Constituição brasileira, ao Supremo, ao Tribunal de Contas, como se este País fosse propriedade de alguém que decide sozinho o que faz, ao arrepio da lei.

Protocolei, como Líder da Minoria, na Comissão Mista de Orçamentos, requerimento convocando a Sra. Ministra a vir dar explicação sobre se ela e a Presidenta estão acima do Supremo, estão acima do Tribunal de Justiça. O dinheiro público não pode ser usado dessa forma.

Portanto, Sr. Presidente, eu concluo dizendo que existe, sim, oposição, e oposição responsável, respeitosa, que fica indignada, sim. Nós queremos investigar uma denúncia de corrupção na Petrobras, e nos impedem; nós queremos votar matérias de interesse do povo brasileiro, como os 10% para a saúde, em que a igreja colheu 1 milhão e 600 mil assinaturas, e o projeto está travado, porque a pauta está travada. Por que está travada? Porque projetos com urgência regimental do Governo travam a pauta, e a base do Governo se recusa a votá-los. O Congresso não pode legislar, porque a pauta está travada, e agora não pode fiscalizar também, porque o PT obstrui e não deixa o Congresso fiscalizar. Mas nós estaremos aqui, gritando e dizendo aos quatro cantos que o Brasil não aceita isso, que queremos mudanças e que vamos insistir nisso.

Portanto, a Comissão Mista de Orçamentos, da qual participo, estará tendo a nossa cobrança permanente, para que aprove o requerimento, trazendo aqui a Ministra do Planejamento.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Deputado Amauri Teixeira. S.Exa. dispõe de 1 minuto.

O SR. AMAURI TEIXEIRA (PT-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, peço que seja considerado como lido este discurso, em que se registra que nós formatamos o Projeto de Lei nº 7.160, de 2014, a pedido dos membros do SINTREXBEM, do Presidente Silvânio de Oliveira e da diretoria, para que a jornada de trabalho dos operadores de máquina florestal e dos trabalhadores em viveiros de mudas seja de 6 horas.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, desde ontem me incomoda o discurso demagógico e falso da Oposição segundo o qual estamos impedindo fiscalização. Não, nós estamos impedindo que eles façam um passeio pela Europa, vão à Holanda e talvez passem por Paris.

Comissão Externa não é instrumento próprio para se realizar fiscalização. Quer fiscalizar? Recolha então assinaturas e propicie o estabelecimento de CPI. A ida de comissão de Deputados à Europa, sem nenhuma garantia de acesso a documentos, supostamente para pongar uma investigação do Ministério Público holandês, é uma aventura inaceitável.

O que a Oposição fez, de ontem para hoje, foi bloquear a pauta indiretamente, foi criar um factoide. A Oposição deveria ler o manual infantil da política, *O Pequeno Príncipe*, que diz que não se deve dar uma ordem que não pode ser cumprida.

Designar comissão desta Casa para ir a Europa investigar é desmoralizar a instituição, porque Comissão Externa não tem esse papel. O papel de investigação é feito pelo Parlamento, sim, mas o instrumento próprio, neste caso, é a CPI, e eles não recolheram assinaturas para fazer isso. Estão fazendo demagogia. Estão fazendo discurso para o público.

Sr. Presidente, solicito que este pronunciamento seja divulgado pelos órgãos de comunicação da Casa e no programa *A Voz do Brasil*.

Muito obrigado.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR:

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, ocupo esta tribuna para informar que apresentei o Projeto de Lei nº 7.160, de 2014, a fim de reduzir, para 6 horas diárias, a carga horária dos empregados que desempenham a função de operador de máquina florestal e dos trabalhadores em viveiros de mudas.

Nós tivemos uma reunião com o Presidente do Sindicato dos Trabalhadores na Silvicultura, no Plantio, nos Tratos Culturais, Extração e Beneficiamento da Madeira em Atividades Florestais e Indústrias Moveleiras no Extremo Sul da Bahia – SINTREXBEM, Silvânio de Oliveira, e com outros dirigentes sindicais.

A reunião foi promovida pelo Vereador Edinaldo Rezende, de Teixeira de Freitas, e a diretoria do SINTREXBEM, que reivindicou a alteração do art. 58 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT.

Foi realizada análise das atividades desenvolvidas no viveiro – coleta das estacas, estaquia, preparação de bandejas, seleção e expedição de mudas – e nas máquinas de colheita Harvester e Forwarder, o que inclui a operação de corte e processamento de árvores e coleta de toras de madeira.

É evidente que as situações se caracterizam como fatores de risco ergonômico e determinantes de agravos relacionados à saúde dos trabalhadores da empresa Veracel Celulose S.A., tendo em vista a ocorrência de doenças musculoesqueléticas relacionadas com o trabalho, conforme se pode constatar por meio da relação de trabalhadores desse setor da empresa que foi encaminhada à DIVAST-CESAT, na qual consta um número significativo de operadores que apresentaram afastamentos por patologias do sistema musculoesquelético.

As doenças musculoesqueléticas relacionadas com o trabalho, conhecidas com LER-DORT, comprometem a região cervical e membros superiores. Têm sido associadas às diversas tarefas que impõem posturas estáticas do pescoço e dos ombros e cargas estáticas ou dinâmicas em estruturas de braços e mãos. Decorrem especialmente daquelas tarefas repetitivas executadas de forma contínua.

Se considerarmos o corte de aproximadamente cem árvores por hora, constataremos que se cortam, em uma jornada de 8 horas diárias, aproximadamente 800 árvores. Em cada árvore, são necessários cerca de seis acionamentos de serra, dez movimentos de rolo, quatro movimentos de pulso de faca, dois movimentos de abrir e fechar cabeçote associados a movimentos de alavanca para os movimentos de braço: lança, giro rotador direito, anti-horário. No mínimo, aproximadamente 25 movimentos de repetição, em desvantagem biomecânica para a árvore.

Em sua atividade, o operador de máquinas florestais realiza aproximadamente 2.500 movimentos por hora e cerca de 20 mil movimentos por dia, sem pausas suficientes para a recuperação funcional do segmento. São, portanto, fatores de risco de lesão musculoesquelética.

As complicações são associadas a vários fatores de risco, incluindo-se características individuais, postura de trabalho, movimento repetitivo e estilo de trabalho. São fatores de risco ocupacionais. Desordem musculoesquelética, decorrente de sobrecargas biomecânicas, é a principal causa de invalidez em trabalhadores com idade entre 18 e 64 anos.

Esses motivos nos levaram a apresentar o PL 7.160/14, em relação ao qual esperamos o apoio de todos os Parlamentares desta Casa.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Deputado Fernando Ferro. S.Exa. disporá de 1 minuto.

O SR. FERNANDO FERRO (PT-PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, há pouco, no Ministério da Educação, foi apresentado um pleito de diversos segmentos, sobre faculdade de Medicina na cidade de Garanhuns. Trata-se da instalação da FAMEG, o que está pendente de avaliação do Conselho Nacional de Educação.

Isso responde não só às expectativas do Programa Mais Médicos, mas também à ansiedade daquela comunidade do Agreste Meridional de Pernambuco, que reivindica mais uma escola de Medicina. É uma escola privada que pode, perfeitamente, contribuir para a formação de médicos.

Além disso, Sr. Presidente, tratamos da expansão do PRONATEC, em favor da cidade de Petrolina, da presença também dos institutos federais, bem como de emendas em apoio às nossas universidades que foram interiorizadas e que estão fazendo parte desse processo de ampliação do acesso de estudantes do Brasil ao ensino público.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Em Comunicações Parlamentares, dividindo o tempo com o Deputado Paes Landim, concedo a palavra ao Deputado Wilson Filho, pelo PTB. S.Exa. dispõe de 5 minutos.

O SR. WILSON FILHO (PTB-PB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, peço inicialmente que seja reiniciada a marcação do nosso tempo. Agradeço ao PTB a oportunidade, e a V.Exa., como Deputado do meu Estado da Paraíba.

Venho aqui hoje, ressaltar, mais uma vez, a problemática das drogas no nosso Brasil, em especial no meu Estado, nos Municípios paraibanos. Realmente, há um caos muito grande!

Sr. Presidente, na segunda-feira, eu estava lendo o jornal *O Globo*, e, na capa, havia uma manchete que tratava de mais uma batalha que perdemos para o *crack*. A maior causa de abandono de crianças e jovens, em todo o nosso Brasil, acontece devido a pais viciados, principalmente em *crack*.

Então, essa é mais uma batalha que perdemos de uma guerra que precisamos ganhar. Temos que começar a contra-atacar, ao invés de só levar pancada. O Brasil começou a ver isso de forma tardia. Aliás, não é tão tarde assim: vamos agir que ainda dá tempo!

Sr. Presidente, V.Exa. me conhece. Este é o meu primeiro mandato, e desde o primeiro dia aqui tenho batalhado por essa bandeira que defendo, porque acho que merece ser defendida. É uma bandeira pela qual eu luto, clamo, de forma sincera, verdadeira, porque como jovem eu acho que tenho a obrigação e mesmo o dever de levantar essa bandeira. É uma bandeira que não dá votos, mas que pode salvar vidas. E, se eu conseguir salvar uma única vida, até o final do meu mandato, tenho certeza de que vou poder bater no peito e dizer que o meu mandato foi positivo para meu Estado.

Ainda no começo do meu mandato, fui o autor do requerimento que criou, pela primeira vez na história desta Casa, a única Comissão que trata exclusivamente do enfrentamento às drogas, Deputado André Moura.

E, realmente, nós vimos fazendo um excelente trabalho desde 2011. Tornei-me Vice-Presidente e, depois, Presidente daquela Comissão; e pude trabalhar, estudar e aprofundar o tema.

Visitei os 27 Estados da nossa Federação; visitei outros países; fiz quase cem palestras no meu Estado, em todas as regiões do Estado da Paraíba, levando a teoria, o conhecimento, os dados, as informações. Infelizmente, pouca coisa aconteceu até o momento, não apenas em relação aos Municípios, ao nosso Estado, mas também em relação ao Governo Federal.

Nós trabalhamos no final de 2011 para que o Programa Crack, é Possível Vencer virasse realidade. Estivemos com a Presidente Dilma Rousseff, e com tantos outros do Governo, para montar esse programa, que foi publicado em todo o Brasil no dia 7 de dezembro de 2011. A partir dessa data, minha luta foi reforçada, minha esperança foi renovada, no sentido de podermos, no Estado da Paraíba, virar uma página da teoria e chegar à prática, chegar a investimentos, não apenas palestras, nas áreas de segurança, educação, saúde, fazendo com que não apenas a repressão ao tráfico fosse o foco, mas, principalmente, a prevenção nas escolas, a recuperação daqueles que foram e seguiram o caminho errado, mas que querem voltar atrás, queriam e querem seguir o caminho certo.

Sr. Presidente, conseguimos levar ao Estado da Paraíba, no primeiro semestre de 2013, com muita luta, com muita garra, com muita dedicação, com muito esforço, o Ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo. Lá, S.Exa. fez a divulgação do nosso trabalho, a divulgação do trabalho do Governo Federal, de que estariam chegando para a Paraíba 108 milhões de reais, para essas lutas, não apenas contra as drogas, mas contra a insegurança, a violência, o medo que está no olhar, que está no rosto de cada um dos paraibanos no nosso Estado.

Sr. Presidente, esse clima não mudou. A insegurança ainda prevalece no nosso Estado. A Paraíba está entre os cinco Estados mais violentos do Brasil. A nossa Capital está entre as dez mais violentas do País. A Paraíba está perplexa como ainda não conseguimos dar o primeiro passo nessa linha.

Sr. Presidente, estou esforçando-me. V.Exa. é um dos maiores batalhadores do País, Deputado Luiz Couto, quando se fala em combate ao crime organizado. Infelizmente, não estamos conseguindo levar os recursos que a Paraíba merece. Precisamos de um olhar especial do Governo Federal.

Por isso, apresentei no ano passado, e irei reapresentar na Comissão de Segurança, um requerimento de pedido de informações sobre como estão chegando e como estão sendo gastos os recursos do Programa Crack, é Possível Vencer no meu Estado.

Precisamos avançar! Precisamos avançar porque, realmente, a cada dia, mais pessoas são assaltadas, mais pessoas são vítimas de violência. Basta dizer que na Paraíba 80% dos homicídios têm a ver diretamente com a questão das drogas. Infelizmente, se nós não combatermos as drogas, nós não iremos diminuir a violência e a insegurança no nosso Estado.

Por isso, Sr. Presidente, para concluir a minha fala, eu peço aqui um olhar especial do Governo Federal, uma atenção especial do Governo Estadual, uma dedicação dos governos municipais, até porque a Paraíba tem que estar em primeiro lugar, o povo paraibano tem que estar em primeiro lugar; menos pessoas têm que morrer, menos pessoas têm que viver sob esse clima de insegurança.

A Paraíba precisa avançar!

E peço realmente, para concluir, que, neste clima de carnaval, a campanha Diga não às Drogas prevaleça, para que nós possamos concluir o final deste momento festivo, para que possamos chegar ao final dele, ao final desse feriado, com muito mais assuntos positivos e muito menos assuntos negativos a tratar.

Sr. Presidente, peço que a nossa fala seja registrada pelos meios de comunicação da Casa, pelo programa *A Voz do Brasil*, e peço, com certeza, que esta Casa fique ainda mais atenta à questão do enfrentamento das drogas, para que a gente possa avançar e pensar em um futuro melhor para o nosso Brasil, para os nossos brasileiros.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – V.Exa. será atendido.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – O próximo orador inscrito para a fase de Comunicações Parlamentares é o Deputado Andre Moura. Como fará também uma Comunicação de Liderança, vai dispor do prazo de 13 minutos.

Antes, porém, concedo a palavra, pela ordem, por 1 minuto, ao Deputado Jorginho Mello, que dará como lido o seu discurso.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco/PR-SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, gostaria que fosse considerado como lido o meu pronunciamento sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 1999, da qual sou Relator. Peço a V.Exa. que autorize a divulgação deste discurso no programa *A Voz do Brasil*.

É um pronunciamento que considero da mais alta importância. Trata de um tema relevante sobretudo para os estudantes economicamente carentes.

Por fim, agradeço ao Deputado Andre Moura a oportunidade de me manifestar neste momento.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – V.Exa. será atendido, Deputado Jorginho Mello.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR:

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, subo a esta tribuna para falar sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 1999, a que estão apensadas a PEC 27/03, a PEC 28/03, a PEC 82/03, a PEC 102/03 e a PEC 209/07, pois todas tratam de assuntos correlatos. A proposta visa a concessão de bolsas de estudo e crédito educativo referentes ao ensino médio e ao superior para estudantes carentes em instituições privadas. Acrescenta inciso VIII ao art. 208 da Constituição Federal.

O art. 208 da Constituição, que trata dos deveres do Estado com a educação, passará a contar com o seguinte inciso VIII:

"VIII – concessão de bolsas de estudos e financiamento de ensino superior para estudantes economicamente carentes, conforme necessidade profissional regional, na forma da lei."

Destaco que foi realizado, no dia 25 de abril, na Assembleia Legislativa de Santa Catarina, seminário estadual para debater os efeitos da aprovação da PEC, promover esclarecimentos à população e angariar sugestões daqueles que seriam diretamente atingidos pelas alterações sugeridas. Essa fase de tramitação da proposta passa pela oitiva da população interessada, em que colheremos informações úteis para melhorar as propostas, visando, sobretudo, aproximar a atuação desta Casa daqueles que nos elegeram.

Ressalto que os benefícios serão percebidos por todos. Afinal, ao se garantir *status* constitucional à concessão de bolsas de estudo para estudantes em instituições privadas, a proteção e o incentivo à educação ganham nova amplitude.

Tendo em vista o caráter programático de nossa Constituição Federal, que, além de reger as situações atuais, adota também uma postura de planejamento, sempre voltado para a promoção do bem da sociedade, essas alterações hoje propostas são fundamentais para um futuro próspero, para o qual o melhor caminho passa pela instrução da população.

As propostas aqui tratadas são medidas que produzirão resultado positivo a longo prazo, uma vez que munirão as próximas gerações da melhor ferramenta para promover o desenvolvimento global do País: a educação.

É certo que o desenvolvimento econômico e social sustentável de qualquer nação depende do grau de instrução de seu povo. Percebe-se que as nações mais ricas e desenvolvidas são justamente aquelas que investem significativamente no sistema de ensino.

Nesse contexto, as alterações trazidas pela presente proposta são fundamentais para o ensino brasileiro como um todo, o que terá como consequência o desenvolvimento de nosso País, a ser proporcionado pelas próximas gerações. Mas, para tanto, as medidas devem ser tomadas agora.

E mais: em se tratando de ensino, a interpretação e a abordagem devem ser sempre as mais abrangentes possíveis, visando atingir o maior número de cidadãos. É essa a finalidade do Estado. É esse o papel a ser desempenhado por esta Casa Legislativa.

Lembro que o processo de ensino não se esgota apenas com a transferência do conhecimento, já que engloba também a criação de possibilidades para a sua produção.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Concedo a palavra ao nobre Deputado André Moura, para uma Comunicação de Liderança, pelo PSC, e para Comunicações Parlamentares, pelo prazo de até 13 minutos.

O SR. ANDRÉ MOURA (PSC-SE e como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, ocupo a tribuna para falar de um tema que, sem sombra de dúvidas, tem chamado a atenção da sociedade brasileira.

Durante alguns anos – e não foi diferente no ano passado, 2013 –, através da participação popular, do 0800, do *Fale Conosco* da Câmara Federal, o projeto de lei em tramitação nesta Casa com mais manifestações da sociedade brasileira com pedido de que seja pautado pelo Plenário, para que seja votado e aprovado, é exatamente o PL 5476, de 2001. Há 13 anos essa proposta tramita nesta Casa. Somente no ano passado, ela liderou o *ranking* de manifestações, através do *Fale Conosco*, com mais de 16.500 manifestações pedindo sua votação e aprovação. E a proposta versa exatamente sobre o fim da tarifa básica na telefonia fixa.

Nós aprovamos, Sr. Presidente, no ano passado, com o apoio dos Líderes partidários, um requerimento de urgência para que essa matéria pudesse ser pautada e votada. Infelizmente, não conseguimos.

Vamos levar, como Líder do PSC, à próxima reunião de Líderes, logo após o período carnavalesco, ao Colégio de Líderes, um pedido de prioridade para a votação dessa matéria aqui. Desde a criação, em 1997, da Lei Geral de Telecomunicações, o número de linhas telefônicas no Brasil saltou de 800 mil para os atuais 265 milhões, sendo que o setor de telefonia fixa agrega 39 milhões e 500 mil assinantes.

Entre 1995 e 1999, a assinatura básica custou 66 centavos de real. Com a privatização, subiu para 10 reais, e os aumentos tornaram-se anuais. Hoje, os quase 40 milhões de assinantes da telefonia fixa pagam, em média – vejam bem, em média – 36 reais mensais pela assinatura básica de algo que não utilizam.

A cobrança da assinatura básica na telefonia fixa vem sendo contestada na Justiça faz muito tempo. Desde 2000 foram propostas milhares de ações coletivas por entidades de defesa do consumidor e pelo Ministério Público, em cerca de sessenta varas da Justiça Estadual e Federal. Outras quase 80 mil ações foram propostas nos Juizados Especiais ou na Justiça Estadual, de modo individual, por assinantes.

É lógico: nós não podemos admitir que, num país como o nosso, em que a telefonia fixa é utilizada principalmente por aquelas pessoas com baixa renda, alguém tenha de pagar 36 reais somente para ter o direito ao uso da linha, mesmo não utilizando o telefone mensalmente.

É um absurdo! É a mesma coisa de alguém estar em um ponto de ônibus para pegar um transporte coletivo, para adentrar em um ônibus, e ter de pagar só para ter o direito de entrar. Porque em adentrando lá, terá de pagar, logicamente, o preço da tarifa do ônibus, ou seja, a passagem. É um absurdo! Isso tem de acabar.

No ano passado, nós tivemos o apoio dos Líderes partidários para o nosso requerimento de urgência, que vamos levar ao Colégio de Líderes. Como Líder do PSC, levarei a matéria, o mais rápido possível, para que seja pautada na Casa.

Nesta Casa, a Comissão de Fiscalização e a Comissão de Controle e de Integração e Desenvolvimento Regional apresentaram, em outubro do ano passado, um relatório final do grupo de trabalho de telefonia, criado para formular uma proposta de novo marco regulatório das telecomunicações.

Sr. Presidente, solicito a V.Exa. que o meu tempo seja corrigido, porque, quando comecei, foram acrescentados os três minutos e mais cinco apenas.

Pois bem. Entre as principais sugestões do grupo está o fim da cobrança da assinatura básica na telefonia fixa. As propostas determinam que as empresas de telecomunicações ofereçam ao menos um plano em que não seja cobrada assinatura básica para telefone fixo, pois não há dúvida de que o principal obstáculo para o aumento do número de terminais telefônicos nas residências dos brasileiros é justamente a cobrança da tarifa de assinatura básica mensal, por sinal muito alta para a maioria da nossa população.

Portanto, temos de nos apressar para votar o PL 5.476/2001, que propõe uma nova estrutura tarifária para os serviços de telefonia fixa, prestados em regime público, com remuneração apenas das ligações efetuadas. É injusto que um cidadão pague por aquilo que não está utilizando. É justo, sim, que ele pague somente os pulsos daquelas ligações que são por ele verdadeiramente utilizadas; é justo que pague, logicamente, para falar com qualquer outra pessoa, e não só no Brasil, mas em todo o mundo. Ou seja, o assinante pagará apenas pelos pulsos e minutos efetivamente utilizados.

A Anatel já enviou parecer oficial ao Congresso Nacional, manifestando-se contra o fim da assinatura básica, alegando uma suposta necessidade de compensação. Segundo o parecer da Agência, caso a assinatura seja extinta, deverá ocorrer um realinhamento tarifário, a par de aumento no valor dos cartões de orelhão, para equilibrar a receita das empresas. Vejam o absurdo: cerca de 40% do faturamento do setor vem da assinatura básica! Um montante, Sras. e Srs. Deputados, que soma 1 bilhão e 400 milhões de reais por mês, feito por meio de uma cobrança indevida ao cidadão brasileiro, àquele que não utiliza a linha, ou utiliza muito pouco, pagando por uma assinatura que não esteja sendo plenamente utilizada, quando se faz uso diário do telefone para qualquer tipo de ligação.

E o engraçado, se é que podemos encontrar alguma graça nisso, é que a própria Anatel já estuda uma redução de até 538 mil, dos 950 mil telefones públicos existentes no País. Aliás, ainda segundo a própria Anatel, 180 mil desses aparelhos já podem ser desligados agora mesmo, porque estão praticamente sem uso.

Não quero, com isso, afirmar que a telefonia de uso público tenha deixado de ser um serviço essencial, especialmente para a população mais pobre, que não tem condições de possuir um telefone fixo ou móvel. Quero dizer que as alegações da Anatel tornam-se sem efeito, se parte do valor da assinatura básica serve apenas para manter os orelhões.

Quanto ao realinhamento tarifário, um estudo produzido pela União Internacional de Telecomunicações sobre as tecnologias de informação, considerado o mais completo do mercado, aponta que o preço pago pelos serviços de telecomunicações no Brasil – Internet, banda larga, telefonia fixa e celular – tem um dos custos mais altos no mundo; portanto, já bem acima do padrão desejável.

O povo brasileiro, sobretudo a camada mais carente da população do nosso País, precisa usufruir dos avanços tecnológicos que agora são comuns à maioria das pessoas mundo afora, inclusive aqui mesmo no Brasil. E não podemos admitir que as operadoras de telefonia continuem a sacar o bolso do cidadão, cobrando os olhos da cara, enquanto elas mesmas prestam um serviço com qualidade sofrível, de péssima qualidade,

atrasado tecnologicamente, inacessível para uma parcela significativa da população, que mesmo assim tem de pagar uma das taxas mais caras do mundo!

Então, reafirmo aqui que devemos apressar a votação do Projeto de Lei nº 5.476/01, para modificar a Lei-Geral de Telecomunicações, instituindo uma estrutura tarifária pela qual o assinante da telefonia fixa pague apenas o que efetivamente utilizar.

Acima de tudo, temos a certeza de que estaremos aqui legislando, ouvindo o clamor da sociedade brasileira, que pede, que clama. A prova maior disso é que, durante vários anos consecutivos, essa demanda lidera o *ranking* do *Fale Conosco* aqui da Câmara, através da participação popular daqueles que se manifestam com a vontade e o desejo de ver esse projeto finalmente votado.

Sr. Presidente, outro tema que aqui eu trago rapidamente, mais uma vez, é a questão da saúde em Sergipe, o meu querido Estado. A saúde pública no Estado de Sergipe está cada vez pior; ela está verdadeiramente um caos, está na UTI! Nós não podemos admitir isso! Uma portaria foi assinada pela própria Secretaria do Estado de Saúde, a Secretária Joélia, quando ela mesma relata o caos instalado na saúde pública no Estado de Sergipe.

O Ministério Público Estadual, juntamente com o Ministério Público Federal, solicitou intervenção na saúde do Estado de Sergipe. E estamos aguardando, porque a população mais carente, mais humilde, é quem está sofrendo, pagando o preço mais caro pelos desmandos que estão ocorrendo, cada vez mais, na saúde do Estado de Sergipe.

O Governo do Estado de Sergipe anunciou recentemente a compra de mais de 10 bilhões de reais de medicamentos, mas nós não encontramos esses medicamentos nos postos de saúde, nos hospitais de urgência do Estado de Sergipe, atendendo à população carente do nosso Estado. Muito pelo contrário, o que presenciamos recentemente foi a incineração de vários medicamentos do Governo do Estado de Sergipe, já vencidos, já fora da validade.

Portanto, isso é a prova da incompetência que infelizmente ainda toma conta do Estado de Sergipe, mas que nós sabemos que tem mês e dia para terminar: o dia 31 de dezembro de 2014.

Então, chamamos aqui a atenção, mais uma vez, do Ministério Público Estadual, do Ministério Público Federal, que estão fazendo a sua parte. Mas é necessário que providências sejam tomadas imediatamente, porque famílias estão sofrendo e passando pela dor de ver entes queridos morrendo por falta de atendimento nos hospitais de Sergipe, por falta de condições de trabalho dos médicos do Governo do Estado. A prova maior foi, na semana passada, o fato de os médicos pediatras de Sergipe que prestam serviço no hospital de urgência do nosso Estado terem pedido demissão.

Não podemos admitir isso! Nós não podemos mais admitir que, num Estado como o nosso, não tenhamos médicos pediatras para atender às nossas crianças, às crianças do Estado de Sergipe, por falta de condições de trabalho. Os médicos preferem, portanto, pedir demissão, a ficar ali trabalhando sem as condições necessárias para desenvolver um bom trabalho.

No mais, Sr. Presidente, quero dizer que nós vamos retomar a nossa luta – na verdade, ela nunca parou – para que nós possamos também, agora, depois do período do carnaval, construir um entendimento, a fim de podermos votar aqui, a partir da próxima semana, logo depois do carnaval, a questão do piso salarial dos agentes comunitários de saúde e de endemias. Esta é uma luta de todos nós, porque se trata de uma categoria que merece o nosso respeito, que faz trabalho preventivo, para que milhões de brasileiros não tenham necessidade de buscar os postos de saúde e hospitais. Então, é necessário esse reconhecimento, por parte deste Parlamento, de uma categoria de profissionais tão importante no Brasil.

Vamos continuar nossa luta para que venha a ser apreciado, aqui no plenário, o piso salarial dos agentes comunitários de saúde e de endemias, uma luta mais do que justa; é o reconhecimento que esta Casa, este Parlamento, pode fazer a uma categoria que luta muito e trabalha muito para poder prestar um serviço essencial, principalmente para as pessoas mais humildes e mais carentes.

Sr. Presidente, peço que o nosso pronunciamento seja amplamente divulgado pelos meios de comunicação desta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – V.Exa. será atendido, Deputado André Moura.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR:

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, aos que estão acessando a Internet e redes sociais, além daqueles que sintonizam a *Rádio* e a *TV Câmara* em todo Brasil.

Prezados colegas, desde a criação, em 1997, da Lei Geral de Telecomunicações (LGT), o número de linhas telefônicas no Brasil saltou de 800 mil para os atuais 265 milhões, sendo que o setor de telefonia fixa agrega 39 milhões e 500 mil assinantes. Todos os 5.565 Municípios brasileiros possuem acesso aos serviços de telefonia fixa, e, paralelamente, o acesso à Internet de banda larga. Entre 1995 e 1999, a assinatura básica custava 66

centavos de real. Com a privatização, subiu para 10 reais, e os aumentos tornaram-se anuais. Hoje, os quase 40 milhões de assinantes da telefonia fixa pagam em média 36 reais mensais pela assinatura básica. Ademais, não devemos esquecer que sobre a assinatura básica e o restante da conta telefônica ainda incidem impostos como o ICMS (com alíquotas de 25% a 35%, a depender do Estado) e os tributos federais: COFINS (3%) e PIS (0,65%).

A cobrança da assinatura básica vem sendo contestada na Justiça faz muito tempo. Desde 2000 foram propostas milhares de ações coletivas por entidades de defesa do consumidor e pelo Ministério Público, em cerca de 60 varas de Justiça, estaduais e federais. Outras quase 80 mil ações foram propostas nos juizados especiais ou na Justiça estadual, de modo individual por assinantes. A Anatel, alegando o risco de decisões contraditórias sobre o mesmo assunto, ingressou com um conflito de competência no Superior Tribunal de Justiça, e em janeiro de 2005 o STJ decidiu centralizar todas as ações coletivas sobre assinatura básica.

A decisão do STJ agrupou os processos contra as empresas telefônicas na 2ª Vara Federal de Brasília, a exemplo do que ocorreu com as ações que envolviam a Agência Nacional de Telecomunicações. Ainda em 2005, o STJ também concentrou na 2ª Vara Federal de Brasília as causas individuais contra a cobrança da tarifa por quatro das empresas que operam no País, por solicitação dessas mesmas operadoras. O STJ decidiu ainda que os processos fiquem sobrestados (ou seja, suspensos) e que questões urgentes sobre o tema sejam resolvidas também pela 2ª Vara Federal do Distrito Federal, que ainda julga as ações. E o cidadão a esperar...

Nesta Casa, as Comissões de Fiscalização Financeira e Controle e de Integração Nacional, Desenvolvimento Regional e da Amazônia apresentaram, em outubro passado, o relatório final do Grupo de Trabalho da Telefonia, criado para formular uma proposta do novo Marco Legal das Telecomunicações. A legislação vigente (Lei nº 9.472) é de 1997, quando os avanços tecnológicos ainda eram muito tímidos e não havia toda essa expansão atual. O texto elaborado pelos Deputados Jerônimo Goergen (PP/RS) e Edinho Bez (PMDB/SC) reúne as sugestões tiradas das diversas reuniões com órgãos de governo e empresas telefônicas, além de compilar temas que já são objeto de outros projetos de lei que tramitam no Congresso Nacional.

Entre as principais sugestões do Grupo está o fim da cobrança da assinatura básica na telefonia fixa. A proposta determina que as empresas de telecomunicações ofereçam ao menos um plano em que não seja cobrada a assinatura básica para o telefone fixo, pois não há dúvida, Sras. e Srs. Deputados, de que o principal obstáculo para o aumento no número de terminais telefônicos nas residências dos brasileiros é justamente a cobrança da assinatura básica mensal, muito alta para a maioria da nossa população. Talvez fosse o caso, Sr. Presidente, de apressarmos a votação do PL 5476/01, de autoria do Deputado Marcelo Teixeira (PMDB/CE), que modifica a LGT, que teria uma nova estrutura tarifária para os serviços de telefonia fixa prestados em regime público, com remuneração apenas sobre as ligações efetuadas; ou seja, o assinante pagará só pelos pulsos e minutos efetivamente utilizados.

A Anatel já enviou parecer oficial ao Congresso Nacional manifestando-se contra o fim da assinatura básica, alegando uma suposta necessidade de compensação. Segundo o parecer da Agência, caso a assinatura seja extinta, deverá ocorrer um realinhamento tarifário e um aumento no valor dos cartões de orelhão, para equilibrar a receita das empresas – cerca de 40% do faturamento do setor vêm da assinatura básica; um montante, Sras. e Srs. Deputados, que soma 1 bilhão e 400 milhões de reais por mês! O engraçado, se é que podemos encontrar alguma graça nisso, é que a própria Anatel já estuda uma redução de até 538 mil dos 950 mil telefones públicos existentes no País. Aliás, ainda segundo a própria Anatel, 188 mil desses aparelhos já podem ser desligados agora mesmo porque estão praticamente sem uso.

A telefonia pública brasileira utiliza tecnologia de 20 anos atrás, com dificuldades evidentes de funcionalidade dos aparelhos, do sistema de cobrança e até mesmo de acesso. Por uma decorrência histórica, a maioria dos orelhões está concentrada nos grandes centros urbanos. Menos de 140 mil orelhões estão instalados em vilarejos com 100 a 300 habitantes, como determina a legislação. Na maior parte, os telefones públicos estão localizados em cidades onde o morador conta com ofertas de celular pré-pago de três empresas. Os dados apontam que 49% dos orelhões, ou cerca de 420 mil, fazem menos de 60 chamadas ao mês ou menos de duas ligações ao dia.

Não quero com isso afirmar, Sr. Presidente, que a telefonia de uso público tenha deixado de ser um serviço essencial, especialmente para a população mais pobre, que não tem condições de possuir um telefone fixo ou móvel. Mas as alegações da Anatel tornam-se sem efeito, se parte do valor da assinatura básica serve para manter os orelhões. Quanto ao realinhamento tarifário, um estudo produzido pela União Internacional de Telecomunicações sobre tecnologias da informação, considerada a avaliação mais completa do mercado, aponta que o preço pago pelos serviços de telecomunicações no País (Internet banda larga, telefonia fixa e celular) tem um dos custos mais altos do mundo, portanto, já bem acima do padrão desejável.

O povo brasileiro, sobretudo a camada mais carente da população do nosso amado País, precisa usufruir dos avanços tecnológicos que agora são comuns à maioria das pessoas mundo afora, inclusive aqui mesmo no

Brasil. Mas não podemos admitir, Sr. Presidente, prezados colegas, que as operadoras de telefonia continuem a assacar o bolso do cidadão, cobrando os olhos da cara, enquanto prestam um serviço com qualidade sofrível, atrasado tecnologicamente e inacessível para uma parcela significativa da população.

Reafirmo, portanto, que devemos apressar a votação do PL 5476/01 para modificar a Lei Geral de Telecomunicações, instituindo uma estrutura tarifária pela qual o assinante da telefonia fixa pague apenas o que efetivamente usar.

Sr. Presidente, peço que meu pronunciamento seja repercutido nos meios de comunicação da Casa e no programa *A Voz do Brasil*.

Era o que tinha a dizer. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Terá a palavra agora, pela ordem, por 1 minuto, o Deputado Gustavo Petta. Depois, falarão os Deputados Renato Molling, Domingos Dutra e Professor Setimo.

Com a palavra o Deputado Gustavo Petta.

O SR. GUSTAVO PETTA (PCdoB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero fazer realmente um apelo ao Governador do Estado de São Paulo, Geraldo Alckmin. Está havendo uma greve dos professores, dos funcionários e dos estudantes do Centro Paula Souza, que hoje administra as FATECs e as Escolas Técnicas do Estado de São Paulo.

Há uma reivindicação justa por um plano de carreira para os professores e um plano de assistência estudantil para os alunos. Hoje, 60% dos estudantes oriundos de escolas públicas acabam saindo, durante o curso, das FATECs e das ETs do Estado de São Paulo.

Portanto, é preciso uma negociação urgente por parte do Governador do Estado de São Paulo, Geraldo Alckmin, no que diz respeito a essa situação. Nós sabemos o quanto é importante o investimento no ensino técnico, no ensino tecnológico. Esses profissionais, esses professores e esses estudantes esperam uma resposta por parte do Governador.

Quero, Sr. Presidente, prestar a minha solidariedade ao DCE da FATEC, à União Estadual dos Estudantes, aos trabalhadores e funcionários que realizam agora essa paralisação, por conta desse acontecimento.

Sr. Presidente, deixo registrado o apelo e lhe peço que este discurso, após ser considerado como lido, seja divulgado pelos órgãos de comunicação desta Casa e no programa *A Voz do Brasil*.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Amauri Teixeira) – Considero o pronunciamento de V.Exa. como lido e determino sua divulgação pelos órgãos de comunicação da Casa e no programa *A Voz do Brasil*.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR:

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o motivo que me traz a esta tribuna não poderia ser mais importante. Falo do Plano Nacional de Educação, que ontem foi tema de audiência pública realizada pela Comissão Especial que analisa as mudanças introduzidas pelo Senado na proposta aprovada em 2012 pela Câmara dos Deputados.

Foram convidados para participar da audiência diversos setores que estão diretamente envolvidos com o assunto. Menciono representantes do Ministério da Educação, do Conselho Nacional de Secretários de Educação e da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação. Isso mostra que a discussão acerca do PNE ganhou e vem ganhando corpo. Não se trata de um projeto partidário, mas de uma política de Estado que pode e deve ser abraçada por todos aqueles que se preocupam com o presente e o futuro do nosso País.

Essa discussão não é nova. Há muito tempo, movimentos sociais, estudantes e educadores reivindicam o aumento de recursos para a educação. No primeiro PNE (2001-2011), o Congresso tinha aprovado 7% do PIB para a educação, mas isso foi vetado pelo então Presidente Fernando Henrique Cardoso.

Agora, após muitas manifestações da sociedade civil organizada, na qual se inclui a UNE e outras entidades estudantis, os Deputados aumentaram para 10% do PIB o dinheiro que o Governo deve investir em educação após a publicação do novo PNE.

Atualmente, o Governo investe cerca de 6% do PIB na área, o que consideramos muito pouco, tendo em vista que o Brasil está crescendo muito rápido e exigindo mão de obra cada vez mais qualificada. Nossas escolas ainda se encontram em situação precária, se comparadas às de países vizinhos, que são mais pobres. De acordo com a versão aprovada pela Câmara, toda a verba deve ser investida no ensino público. Porém, no texto dos Senadores, os investimentos em educação contemplam também as entidades privadas.

Essa é apenas uma das alterações das quais discordamos. Eu poderia falar da educação especial, destinada aos alunos com deficiência, ou da diretriz que visa a superação das desigualdades educacionais com ênfase na promoção da igualdade relacionada a raça, gênero e orientação sexual. Entendo que as alterações e

supressões feitas pelo Senado vão contra a tendência mundial de buscar, via educação, a construção de uma realidade mais justa e igualitária para minorias historicamente oprimidas pelo preconceito.

A audiência pública foi de suma importância porque pudemos ouvir a opinião da sociedade sobre essas duas propostas. O pensamento majoritário é pela manutenção do texto original aprovado pela Câmara. A Comissão espera votar a versão final do PNE até o fim de março, para que ele possa ser votado em plenário e depois sancionado pela Presidenta Dilma. Por isso chamo a atenção dos nobres colegas para a relevância de fazermos esse debate o mais rápido possível, uma vez que está em jogo questão de suma importância para a Nação.

Aproveito estes últimos minutos que me restam para tocar em outro tema relativo à educação: a redução dos investimentos nessa área feita pelo Governo de São Paulo. O projeto de orçamento para 2014, enviado pelo Governador Geraldo Alckmin à Assembleia Legislativa, prevê o corte de milhões de reais na maioria das universidades paulistas. A USP, por exemplo, receberá cerca de 58 milhões de reais a menos do que recebeu no ano passado.

O mesmo ocorre com o Centro Paula Souza, que administra as FATECs e os cursos de educação tecnológica de São Paulo. Em 2013, o Governador tinha destinado 289 milhões para realização de investimentos e melhorias. Para 2014, contudo, o valor foi reduzido em mais de 80 milhões. Isso sem falar no descumprimento de acordos firmados com os professores, que reivindicam há 2 anos um plano de carreira.

Além do plano de carreira, que nunca saiu do papel, o Sindicato dos Trabalhadores do Centro Paula Souza alega que nenhuma das propostas negociadas com o Governo em 2011 foram aplicadas, entre elas a progressão salarial de acordo com o tempo de serviço, o acréscimo de 20% no salário para os que somam mais de 20 anos de trabalho na instituição, vale-transporte, auxílio-refeição e licença-maternidade de 180 dias para professoras e funcionárias contratadas em regime CLT.

O descaso do Governo Alckmin com a educação levou à greve dos funcionários e professores das FATECs e ETECs. Agora, esse mesmo Governo ameaça os grevistas com o corte de ponto, ou seja, desconto na folha de pagamento dos servidores que estão paralisados. Trata-se de uma tentativa de amedrontar o movimento grevista, que está crescendo em ritmo acelerado.

Prova disso é que a União Estadual dos Estudantes entrou firme na luta, ao lado dos trabalhadores do Centro Paula Souza, e está cobrando uma reunião com o Governador Geraldo Alckmin para debater as reivindicações dos professores e também dos alunos, que pedem mais laboratórios, melhor infraestrutura, prédios próprios, assistência estudantil e mais democracia nas instituições.

Enquanto o Governo de São Paulo continuar tratando a educação como questão secundária, greves como essa continuarão a acontecer. Não adianta adiar o inevitável, Governador. É preciso encarar o problema. A educação é uma questão de Estado. Sem ela, não haverá cidadãos capacitados, e, portanto, não haverá Nação.

Era isso o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

> Durante o discurso do Sr. Gustavo Petta, o Sr. Luiz Couto, nos termos do § 2º do art. 18 do Regimento Interno, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Amauri Teixeira, nos termos do § 2º do art. 18 do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Amauri Teixeira) – Concedo a palavra ao Deputado Renato Molling, por 1 minuto.

O SR. RENATO MOLLING (Bloco/PP-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Amauri Teixeira, eu queria registrar aqui o meu agradecimento ao Partido Progressista e ao nosso Líder Eduardo da Fonte por me ter indicado para assumir a Presidência da Comissão de Turismo.

Essa é uma Comissão que foi criada agora, de extrema importância, porque o turismo tem um potencial muito grande no Brasil para crescer, e esperamos, juntamente com os funcionários, com os membros da Comissão, desenvolver um grande trabalho para que o turismo possa crescer cada vez mais no nosso País, possa gerar empregos, possa gerar renda para tantas pessoas que se dedicam a isso.

Temos um grande acontecimento neste ano, que é a Copa do Mundo, e precisamos aproveitar esses momentos para receber bem o turista, porque depois ele vai lá fora fazer propaganda, volta, e assim o turismo cresce.

Por isso, os meus agradecimentos ao partido; e esperamos realmente fazer um grande trabalho.

Sr. Presidente, gostaria que fosse divulgado este meu discurso nos meios de comunicação, especialmente em *A Voz do Brasil*.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Amauri Teixeira) – Acolho-o como lido na íntegra. Determino sua publicação e veiculação, inclusive em *A Voz do Brasil*.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR:

Exmo. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, amigos, equipe da Comissão de Turismo e todos os presentes, hoje assumi o posto de Presidente da Comissão de Turismo desta Casa, a CTUR.

Primeiramente, parabenizo o Deputado Federal Valadares Filho (PSB/SE) pelo belo trabalho desempenhado como presidente anterior do colegiado. Nobre colega Valadares Filho, sua dedicação e comprometimento com a Comissão foram cruciais neste importante momento ao qual o nosso País se encontra!

Agradeço também ao Líder do meu partido, Deputado Eduardo da Fonte (PP/PE), pela indicação e confiança.

Sinto-me honrado em assumir essa nova Comissão, pois que, desmembrada da do Desporto, agora se dedicará apenas a assuntos relacionados ao setor do turismo.

Hoje iniciamos um novo ciclo. Estou e sempre estarei à disposição de todos que, a partir de hoje, iniciam junto comigo esta nova etapa. As portas da CTUR estão abertas para o diálogo, para as ideias propositivas.

Convido todos os membros a desempenharmos um trabalho de excelência, com comprometimento e transparência. Que os frutos de nosso trabalho possam ser colhidos principalmente pelos brasileiros. Que possamos primeiramente oferecer a nossa Nação cultura através do turismo, e também condições de acessibilidade a viagens dentro do nosso País. Temos um Brasil rico em destinos turísticos a serem mais explorados por todos. Viajar é compartilhar e dividir experiências. É disseminar nossa tão vasta cultura e, principalmente, fomentar a renda de mais de 10 milhões de pessoas que diretamente ou indiretamente trabalham com turismo.

Destaco aqui a importância do turismo para o Brasil, citando as informações do Boletim de Desempenho Econômico do Turismo, que é uma publicação trimestral e leva ao público o resultado de uma análise de caráter qualitativo da conjuntura econômica do turismo no Brasil. A análise considera as principais variáveis econômicas do ambiente em associação com os resultados de um levantamento amostral da opinião de diversos segmentos do turismo.

As economias emergentes continuam a registrar o maior aumento nos gastos do turismo internacional, sendo que o grupo BRIC, com exceção da Índia, acusou crescimento de dois dígitos, tanto a China – que se destacou, com um aumento extraordinário nos gastos (+31%) –, quanto a Federação Russa (+28%) e o Brasil (+16%) registraram aumentos significativos durante os primeiros 8 meses de 2013.

De acordo com informações da EMBRATUR (Instituto Brasileiro de Turismo), o crescimento da entrada de turistas estrangeiros representa ganhos econômicos diretos para, pelo menos, 10 milhões de brasileiros que ganham sua vida trabalhando com turismo. Obviamente, o impacto econômico da entrada de dólares por meio do turismo se estende a vários outros segmentos da sociedade. O nosso País recebeu 6 bilhões de dólares em 2013, um recorde histórico para o período. Convertido em moeda nacional, esse montante significou uma receita de R$12 bilhões para o País, 10,7% a mais que no mesmo período do ano passado.

Neste ano, com a disputa da Copa do Mundo no Brasil a partir de junho, a expectativa da EMBRATUR é de que a entrada de divisas supere o volume registrado no ano passado. Já o total de turistas estrangeiros, que superou 6 milhões em 2013, deve chegar a 7 milhões em 2014. Nos últimos 3 anos, período de crise na economia mundial, as despesas dos turistas estrangeiros no Brasil ficaram sempre acima de US$6 bilhões.

Essas eram as minhas considerações, senhoras e senhores. Agradeço-lhes a confiança e me comprometo a trabalhar intensamente em prol do setor do turismo no nosso País.

Sr. Presidente, peço que meu discurso seja registrado nos Anais desta Casa, bem como divulgado pelo programa *A Voz do Brasil*.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Amauri Teixeira) – Com a palavra, pela ordem, o Deputado Domingos Dutra.

O SR. DOMINGOS DUTRA (SDD-MA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, solicito que seja feito o registro, pelos meios de comunicação da Casa, do seguinte fato: o Governo do Maranhão não deixa de causar vexame nacional.

Agora o Ministério Público Estadual descobriu que, em 2010 e 2011, o Governo do Maranhão, coordenado pela Sra. Roseana Sarney "Mubarak", escondeu 400 homicídios ocorridos na Região Metropolitana de São Luís. Para evitarem o impacto do número exorbitante de homicídios, eles modificaram a estatística, esconderam, colocaram debaixo do tapete, omitiram o registro de 400 homicídios em 2 anos. São 200 homicídios a menos só na Região Metropolitana.

Lamento que a Governadora Roseana Sarney só dê vexame...

(O microfone é desligado.)

O SR. PRESIDENTE (Amauri Teixeira) – Com a palavra, pela ordem, o Deputado Professor Setimo. S.Exa. dispõe de 1 minuto.

O SR. PROFESSOR SETIMO (PMDB-MA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, nós do Maranhão, depois de uma longa luta pelo asfaltamento da BR-226 no Estado,

chegamos agora a uma realidade. Em relação ao DNIT, conseguimos aprovar hoje emenda de remanejamento de 32 milhões em favor da BR-226. Quanto ao contorno rodoviário da cidade de Timon, 25 milhões estão garantidos no PAC.

Fica registrado o nosso agradecimento à Presidente Dilma e, ao mesmo tempo, o nosso reconhecimento do trabalho do DNIT. Ressalte-se a atuação do Diretor-Geral, o General Jorge Fraxe, que, durante toda a sua administração, tem demonstrado interesse no andamento das obras sob a alçada do DNIT. Ele merece de todos nós parabéns pela forma como vem viabilizando a construção de rodovias no Brasil e, principalmente, no Estado do Maranhão.

Eu não poderia deixar de reconhecer também o trabalho do Diretor-Executivo, nosso amigo, o Dr. Tarcísio Gomes, que, por meio de operações técnicas, tem viabilizado todas essas obras no Estado do Maranhão.

Nós estamos vendo a eficiência da Assessoria Parlamentar do DNIT em receber os nossos pleitos e assim continuar trabalhando pelo Brasil e pelo Maranhão.

O DNIT está de parabéns pela maneira como vem realizando esse trabalho no que diz respeito às rodovias no Brasil. E o Maranhão agradece a todos os técnicos desse órgão, que estão viabilizando o mais rápido possível as obras que o DNIT precisa fazer neste País.

O SR. PRESIDENTE (Amauri Teixeira) – Concedo a palavra ao Deputado Paulão, por 1 minuto.

O SR. PAULÃO (PT-AL. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, colegas Deputados, eu queria que fosse dado destaque a esta notícia: latrocínio cresce quase 160% em Alagoas.

Mais uma vez, venho falar aqui sobre a violência no Estado de Alagoas, que chega a níveis insuportáveis com a prática de crimes bárbaros, como o assassinato de Guilherme Brandão, de apenas 39 anos, empresário do Maikai, uma conhecida casa de shows no Bairro de Jatiúca, em Maceió. De acordo com a Polícia Militar, ele foi morto com um tiro no rosto durante um assalto ao estabelecimento na manhã desta quarta-feira.

Aqui, Sr. Presidente, não vou entrar aqui no mérito, mas lamento a posição equivocada do Secretário de Defesa Social, que foi Procurador-Geral de Justiça. Quando ele chegou ao local do crime, os amigos e os familiares vaiaram de uma forma estrondosa o Procurador e hoje Secretário de Defesa Social. Foi quando, de forma lamentável, Sr. Presidente, ele disse: *"Se fosse num bairro da periferia, isso não teria comoção."* Grande equívoco! Na realidade, hoje o Estado de Alagoas vive com medo porque não tem segurança, não tem gestão.

Eu gostaria que fosse dado destaque a este pronunciamento nos meios de comunicação da Casa e, principalmente, no programa *A Voz do Brasil*.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Amauri Teixeira) – Acolho como lido o pronunciamento, e determino sua publicação nos Anais e sua divulgação em *A Voz do Brasil*.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR:

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, mais uma vez, venho falar aqui sobre a violência no Estado de Alagoas, que chegou a níveis insuportáveis, com crimes bárbaros, como o assassinato do empresário Guilherme Brandão, de 39 anos, dono do Maikai, uma conhecida casa de *shows* no bairro da Jatiúca, em Maceió.

De acordo com a Polícia Militar, ele foi morto com um tiro no rosto, durante assalto ao seu estabelecimento na manhã desta quarta-feira (26). Guilherme foi assassinado enquanto trabalhava. É mais um entre milhares de casos emblemáticos ocorridos em Alagoas, Estado que lidera o *ranking* nacional de latrocínios – roubo seguido de morte.

Conforme o *VII Anuário Brasileiro de Segurança Pública*, divulgado no final do ano passado, o número de latrocínios teve um aumento assustador em Alagoas de 2011 para 2012. Subiu quase 160%, precisamente 159,3%.

A insegurança é generalizada. E, para piorar a situação, a Polícia Civil ameaça parar as atividades durante o carnaval.

Esse é um quadro de muita temeridade! De 2012 para cá, pelas notícias que vemos nos jornais locais todos os dias, o número de crimes não para de crescer.

Esse tipo de ocorrência assusta a sociedade e causa ainda maior sensação de insegurança. Se não bastasse Alagoas ser recordista nacional em crimes contra mulheres e jovens negros, agora o Estado está no topo dos casos de latrocínio. Do jeito que está não dá para ficar! A vida de cada cidadão, do mais jovem ao mais velho, do mais simples ao mais abastado, corre risco.

Está na hora de o Governo Estadual acordar e enfrentar a violência de forma estratégica, sistemática, atacando as diversas vertentes do problema. A população está em pânico, e o Governo do PSDB em nenhum momento se empenha em combater a criminalidade.

O povo não suporta mais tanto descaso! O que está em jogo são vidas humanas, que jamais poderão ser recuperadas. É um crime que não tem volta.

Minha solidariedade aos familiares de Guilherme Brandão e de tantos outros alagoanos anônimos que perderam a vida em decorrência da violência.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Amauri Teixeira) – Tem a palavra o Deputado João Caldas, pelo Solidariedade. S.Exa. dispõe de 10 minutos.

O SR. JOÃO CALDAS (SDD-AL. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu já tive a oportunidade de vir à tribuna. Agora acabo de ouvir a fala do Deputado Paulão. Eu chamei a atenção para o fato de que Alagoas passa por alguns problemas. A Assembleia Legislativa de Alagoas cruzou os braços. Nós precisamos que a bancada do PT assuma lá uma postura. O Deputado Judson Cabral tem adotado posição firme, mas outros dois Deputados do PT têm bico de tucano. Eu queria que eles fizessem cobranças com veemência, assinassem os requerimentos de CPI, cobrassem fiscalização do Governo, porque nós estamos numa verdadeira guerra civil em Alagoas. E é uma guerra sem causa, uma guerra que ninguém sabe de onde vem.

Mas nós sabemos que o problema é a falta da Assembleia Legislativa, que está fechada. A Assembleia está desmoralizada, podre, e vem assaltando o Estado de Alagoas. Perdeu o poder de fiscalizar, de constituir CPI, de fazer o acompanhamento. E quem está pagando caro por isso é a sociedade alagoana, são os filhos de Alagoas que estão sendo assassinados barbaramente a cada dia, cidadãos de bem, crianças, adolescentes, mulheres, trabalhadores de todas as classes, médicos, engenheiros, advogados, esportistas. É um perigo hoje ficar nas ruas de Maceió.

O Brasil Mais Seguro está gastando lá mais de 200 milhões, e não resolve nada. A bancada também não toma uma posição efetiva. O Presidente do Senado, o Senador Renan Calheiros, é de Alagoas, é Presidente do Congresso Nacional, está em Alagoas toda semana, participa aqui das discussões do Brasil, comanda o Congresso Nacional, e não toma nenhuma providência. O Senador Benedito de Lira não fala no assunto. O Senador Fernando Collor não toca no assunto. Quando se toca no assunto, é *en passant*.

Nós precisamos em Alagoas, Sr. Presidente – já fiz esse pedido, que reitero –, é de intervenção federal no Estado. O Governo Federal não precisa fazer de Alagoas um laboratório do crime, colocar isso nas estatísticas. É preciso que a Presidente Dilma e o Ministro da Justiça, José Eduardo, façam uma intervenção em Alagoas.

Agora, pasmem! O General Sá, que botou a bomba no Riocentro, foi Secretário de Segurança de Alagoas e também da Bahia. Foi Secretário de Segurança. Vejam só que Secretário de Segurança nós tínhamos.

Chegamos ao fundo do poço. É preciso uma reação do Governo Federal. Ou Alagoas não é um Estado federado?

Eu cobro do Presidente do Congresso Nacional, o Senador Renan Calheiros, que faça alguma coisa. Não adianta falar em *blog*, não adianta dar entrevistinha para jornal, não! O que o Presidente do Senado Federal deveria fazer era marcar uma audiência com a Presidente Dilma, com a bancada federal, chamar o feito à ordem e pedir uma intervenção, subscrita, assinada pela bancada federal, porque nós não podemos mais assistir a essa situação.

Eu estava conversando com o presidenciável Pastor Everaldo, do PSC, que me dizia, Sr. Presidente, da sua preocupação. Quer fazer um pacto – não é PAC, é pacto – pela vida, pela família. O Pastor Everaldo, candidato à Presidência da República pelo PSC, está com essa preocupação de ver a família, de ver o lar de cada um. Quem vê a casa vê a rua; quem vê a rua vê a cidade; quem vê a cidade vê o Estado; quem vê o Estado vê o Brasil como um todo. Está correto o Pastor Everaldo. Se não houver essa preocupação com a casa de cada um, com a família de cada um, se não houver segurança, nós estaremos perdidos.

Alagoas é um caso típico do que está acontecendo, desse desleixo, dessa falta de compromisso com as famílias por parte dos que representam o Estado.

Sr. Presidente, reitero o pedido: intervenção federal já! Daqui por diante, cada vítima que tombar em Alagoas vai ter que entrar nas estatísticas da omissão do Governo Federal, da Presidente Dilma e do Ministro da Justiça. Eles serão responsáveis também por quem tombar a partir de agora, porque sabem do caos em que está Alagoas. Há relatório, o Ministro vai para lá e para cá, manda-se dinheiro, mas não se toma atitude.

E nós estamos sem comando no aparelho policial. Não é nada pessoal, mas não se pode colocar no Estado de Alagoas alguém que não tenha experiência, que não tenha formação, que não tenha carreira na Polícia Civil ou na Polícia Militar. É preciso que seja um especialista, um delegado de carreira. É preciso um conselho para administrar a segurança e o combate ao crime em Alagoas. Chega! Basta!

Eu conclamo também os alagoanos, Sr. Presidente, para fazer uma mobilização, parar Alagoas, parar as estradas, parar o aeroporto, fazer uma greve geral em favor da vida, porque a omissão é grande demais. A omissão e a covardia são gritantes. Se alguém fala, e não toma atitude, é porque alguma coisa há por trás, há algum compromisso, Outras coisas estão por trás disso.

Nós precisamos salvar Alagoas desse caos. O caminho é a intervenção, subscrita pela bancada federal. Eu sugiro que o Presidente do Congresso Nacional – o Senador Renan Calheiros –, o Senador Fernando Collor e o Senador Benedito de Lira marquem uma audiência, de maneira urgentíssima, com a Presidente da República, seja no carnaval, seja amanhã, hoje, daqui a pouco, para que seja tomada uma providência em relação a Alagoas. Chega!

Neste momento, agora, às 19 horas, o Parque das Flores chora, as famílias choram, a indignação está no meio das ruas, está todo o mundo enlutado. Hoje, bares e restaurantes não vão abrir, toda a orla marítima está fechada, em solidariedade a um empresário, por compaixão, por piedade para com um cidadão. E o pai dele, o Brandão, um policial rodoviário federal, investiu muito no turismo, encantou-se com o turismo, abriu as melhores casas de Alagoas, muito receptivas, como a Casa do Brandão, frequentada por mim, por Senadores, por Deputados, pelo próprio Governador, que é amigo da família. Isso dói, Sr. Presidente. Isso é inadmissível!

Nós não podemos assistir a isso sem tomar providências. Falar, falar, falar... Para que falar? É preciso agir. O Estado tem que ser enérgico. A Presidente sabe que Alagoas está falida, que a Polícia não funciona, que o número de homicídios cresce, que a Força Nacional está lá e não resolve nada, que os milhões do Brasil Mais Seguro não serviram para nada! Nós não podemos assistir a isso.

Presidente Amauri, se V.Exa. conhecesse o jovem que foi assassinado hoje, se conhecesse a família dele e a dos que já tombaram por causa de um celular, por causa de um tênis, por causa de uma briga de trânsito, porque alguém olhou para outro de cara feia... E as pessoas andam armadas! Andam armadas até os dentes, e não há nenhuma providência. O crime está disseminado nos 102 Municípios do Estado, a droga entra de um lado e de outro.

Sr. Presidente, todos nós, em cada Município, sabemos quem são os traficantes, quem são os pistoleiros assassinos. Só quem não sabe disso é a Polícia, é a Secretaria de Segurança, é o Governador. Todo o mundo sabe, mas ninguém vai lá, o Estado não chega lá. É preciso que haja uma intervenção!

É preciso, Sr. Presidente, que os Senadores, que a bancada peça já à Presidente, como estou pedindo desta tribuna, que se pronuncie, que não vá para Alagoas achando que vai ser bem recebida, com uma claque toda organizada, porque as pessoas estão morrendo do outro lado.

Precisamos agir! Chegou a hora, Presidente! Não dá para esperar mais.

O SR. PRESIDENTE (Amauri Teixeira) – Tem a palavra o Deputado Lincoln Portela, pelo Bloco Parlamentar PR/PTdoB/PRP, por 10 minutos.

Peço aos Deputados que dispõe do prazo de 10 minutos que o economizem um pouco, se puderem, porque diversos Deputados também querem falar.

O SR. LINCOLN PORTELA (Bloco/PR-MG. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Amauri Teixeira, Sras. e Srs. Parlamentares, a Comissão de Constituição e Justiça do Senado acabou de aprovar o Projeto de Lei da Câmara nº 115, de 2013, de minha autoria, que faz com que as drogas apreendidas sejam incineradas num prazo de 30 dias. Esse projeto foi aprovado na Câmara dos Deputados e, agora, na CCJ do Senado. O Relator naquela Casa é o Senador Humberto Costa, do Partido dos Trabalhadores. O projeto foi aprovado por unanimidade.

Representa um avanço desta Casa e um avanço do Senado. Ele agora tem cinco sessões para ir a plenário. Espero que também no plenário ele seja aprovado sem nenhuma emenda, para que, dessa forma, não procrastinemos esse projeto, tão importante para o Brasil.

Será de 30 dias o prazo para a incineração das drogas. As drogas ficam nas delegacias ou em outros lugares, sujeitas a roubo. As delegacias, por incrível que pareça, podem ser assaltadas, porque a insegurança acaba chegando até mesmo à área de segurança pública. Esse projeto é importante para a Nação brasileira. Ficará ali apenas uma parte mínima das drogas apreendidas, para que sirva de contraprova. Mais uma vez digo: vitória desta Casa, vitória do Senado.

Sr. Presidente, quero comunicar ainda a esta Casa que hoje assumi a 1ª Vice-Presidência da Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado, cuja Presidência cabe ao Deputado Pauderney Avelino. Esperamos fazer ali, juntos, um grande trabalho em favor dessa área tão difícil, que representa um gargalo, um problema não só para a Federação, mas para todos os Estados, um problema não só para o Governo Federal, mas para todos os Governos Estaduais. É um problema difícil, um problema que não tem solução imediata, mas algo de imediato nós podemos fazer.

Por falar nisso, Sr. Presidente, quero aproveitar a oportunidade, nestes 7 minutos que me restam, para destacar, mais uma vez, os enormes problemas que vive o sistema judiciário nacional, sufocado por excesso de trabalho e contradições internas.

Refiro-me, hoje, particularmente, à fragilidade do inquérito policial no Brasil, que padece de vícios estruturais, incompatíveis com os anseios da população por modernidade e agilidade da Justiça.

No ano passado, no simpósio Sistemas de Investigação Criminal, organizado pela Escola Superior do Ministério Público da União, o então Procurador-Geral da República, Roberto Gurgel, declarou que *"o inquérito policial encontra-se falido"*. A afirmação veio ao encontro da percepção de especialistas e cidadãos comuns, que comprovam o fracasso de um método investigativo que tem baixíssima eficácia e causa frustração em todos os envolvidos.

O Brasil registra uma média de 50 mil homicídios por ano, número alarmante, que nos coloca no patamar de países em guerra civil, como eu já tenho denunciado há 8 anos nesta Casa. Muito além do número, em si mesmo chocante, chama a atenção o fato de que as investigações conduzem à elucidação de apenas 4 mil desses crimes por ano. A média nacional de elucidação de homicídios varia entre 5% e 8%, o que tem conduzido a um descrédito cada vez maior na atuação da Polícia. Às vezes, dependendo do ano, chega-se a 3,5%, um absurdo maior ainda.

Apesar dos gastos crescentes do País com segurança, a população está muito insatisfeita tanto com a Polícia quanto com o Poder Judiciário, porque ambos acabam ficando reféns de um sistema retrógrado. Segundo pesquisa realizada pela Fundação Getulio Vargas, em 2012, 63% da população de São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Bahia, Rio Grande do Sul, Pernambuco e Distrito Federal acaba não confiando nas forças de segurança pública.

O excesso de burocracia e a falta de coordenação entre os órgãos envolvidos têm conduzido a essa perda de credibilidade dos métodos de investigação criminal no País, o que resulta na sensação de impunidade dos infratores observada entre a maioria da população.

Outro aspecto considerado crítico é a divisão de funções entre o Ministério Público, titular da ação penal, e a Polícia Civil, responsável pela investigação. É o que se passou a chamar de pingue-pongue entre o delegado responsável pela investigação e o MP, o que protela indefinidamente a conclusão do inquérito ou conduz a seu arquivamento.

Quero deixar bem claro o trabalho sério que o Ministério Público e também as forças policiais do bem vêm realizando no País. Querem o melhor para a Nação brasileira.

O fato é que a população exige uma modernização urgente do Judiciário, que não tem conseguido responder satisfatoriamente à demanda crescente da sociedade por soluções rápidas e menos onerosas para todos os envolvidos, inclusive o próprio Estado. O Poder Judiciário acaba ficando refém, mais uma vez, desse processo retrógrado.

É importante que o Ministério Público atue com firmeza para que as investigações ocorram de forma célere e eficiente, conduzindo a resultados objetivos. Mas é imprescindível que as polícias disponham de pessoal qualificado e em número suficiente para dar conta do aumento do trabalho. Sem isso, sem pessoal e sem estrutura física, nenhuma metodologia produzirá os resultados esperados.

A insegurança e a impunidade são venenos para a democracia e costumam produzir graves crises políticas. É por isso que são necessárias mudanças urgentes na forma como são conduzidos os processos criminais no País.

Sr. Presidente, eu não tenho poupado, às vezes, nem mesmo o meu próprio Estado, o Estado de Minas Gerais, que tem feito um excelente trabalho, com o Governador Antonio Anastasia, relativamente à questão da segurança pública. Não poupo outros Estados, tampouco tenho poupado o Governo Federal quando, às vezes, procrastinamos determinadas matérias. Mas, quanto a esse projeto de minha autoria, que foi aprovado na CCJ do Senado hoje e estabelece o prazo de 30 dias para que ocorra a incineração das drogas apreendidas, quero parabenizar o Ministério da Justiça, que atuou com celeridade, o Ministro José Eduardo Cardozo, o Dr. Marivaldo, o Dr. Gabriel, o Dr. Leandro, que trabalharam para que esse projeto fosse aprovado.

Agradeço também a atuação de um Senador que, com muita competência e com muita clareza de entendimento, fez com que o projeto pudesse ser aprovado. Agradeço pessoalmente ao Senador Humberto Costa, que realizou esse trabalho.

Espero, como disse no início, que o Plenário do Senado Federal aprove essa matéria o mais rápido possível, porque isso é bom para o Brasil, é bom para o combate ao crime.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Amauri Teixeira) – Com a palavra o Deputado Vanderlei Siraque.

O SR. VANDERLEI SIRAQUE (PT-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Deputados, o meu gabinete fez um estudo sobre o número de roubos e furtos de veículos no Estado de São Paulo, de 1995, quando começou o primeiro Governo com a sigla PSDB, até o final do ano de 2013. Eu fiquei assustado e mandei fazer o levantamento duas vezes, porque foram roubados ou furtados 3 milhões e 500 mil veículos no Estado de São Paulo. Ou seja, de cada dez carros produzidos no Brasil, durante a gestão do PSDB em São Paulo, um foi roubado ou foi furtado no Estado de São Paulo.

Eu mandei isso para a Secretaria de Segurança Pública de São Paulo. Por que o Governador Geraldo Alckmin não implementou a lei que acaba com o desmanche clandestino de veículos no Estado de São Paulo? Trata-se de uma lei de minha autoria, de quando eu era Deputado Estadual. Nós sabemos que a maioria dos veículos roubados ou furtados no Estado de São Paulo vai parar nos desmanches clandestinos, que, aliás, é também um antro de corrupção.

Nós lamentamos o que está acontecendo no Estado de São Paulo, até porque o valor do seguro de veículos em São Paulo é um dos maiores do Brasil. Há bairros em que as seguradoras não querem mais fazer seguro. São 3 milhões e 500 mil veículos roubados ou furtados durante a gestão do PSDB em São Paulo.

O SR. PRESIDENTE (Amauri Teixeira) – Com a palavra o Deputado Jorginho Mello, que dispõe de 1 minuto.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco/PR-SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu quero registrar a presença da Vereadora Maria Helena Zimmermann, do PR de Rio do Sul, e da Procuradora da Universidade UNIDAVI, de Rio do Sul, que estão tratando aqui em Brasília da criação de um novo curso de Medicina na região. Elas vieram aqui conhecer o Parlamento e eu disse a elas que as cadeiras estão dessa forma porque nós já encerramos os trabalhos de hoje e, como o carnaval se avizinha, cada um está voltando para o seu Estado.

Portanto, eu faço o registro da honrosa presença dessas duas catarinenses que orgulham o Estado de Santa Catarina.

O SR. PRESIDENTE (Amauri Teixeira) – Sejam bem-vindas.

O SR. PRESIDENTE (Amauri Teixeira) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Deputado Amir Lando.

O SR. AMIR LANDO (PMDB-RO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, mais uma vez assomo a esta tribuna para pedir à Nação socorro para Rondônia.

Rondônia está sendo tomada pelo Rio Madeira, desde Guajará-Mirim, passando por Nova Mamoré. Abunã, Sr. Presidente, é uma vila, é um distrito de Porto Velho. Hoje está isolada. Numa região plana, não há como sequer se evacuar aquela localidade. Abunã pede socorro. Estive ontem com uma comissão. A vila está perdendo tudo, o gado, as galinhas, os animais, a plantação. A situação é dramática. É preciso que o Governo Federal, urgentemente, dê apoio logístico para acudir as pessoas que estão sendo atingidas pelas águas silenciosas, mas devastadoras.

Por isso eu tenho aqui falado de Porto Velho, sobremodo, e ainda de Jaci-Paraná, Mutum. Todas essas são comunidades que estão ameaçadas pelas águas. As águas estão chegando, cobrindo o teto das casas, a cumeeira das casas.

Sr. Presidente, a jusante, no caso de Porto Velho, há as comunidades do Madeira. Todas elas estão tomadas pelas águas, abandonadas, são cidades fantasmas. Por isso, eu venho aqui dizer o seguinte: Rondônia tem pressa, Rondônia não pode esperar.

Se lá estão as duas grandes barragens que vão gerar energia para a Nação brasileira, queremos agora o socorro do País, porque essas comunidades merecem viver. Essas comunidades estão perdendo tudo. Nós temos que pensar em como recuperar a vida normal das pessoas.

Esse já é um programa pós-enchente. A enchente mal está começando. Certamente, até o mês de abril, as águas ainda vão subir, subir. Infelizmente, nós temos que ter um cuidado muito especial com as barragens. Hoje não estão mais produzindo energia, estão soltando toda a água. Têm que soltar a água, porque senão ela vai tomar as barragens. Na realidade, há perigo iminente para nós.

Trata-se de desastre ecológico. Nos lagos, por exemplo, houve a supressão da floresta. Essas árvores deviam ter sido levadas para fora da bacia, mas ficaram lá, enterradas, contra a lei, contra toda a ordenação ecológica e ambiental. Agora, como as águas estão subindo, há desastre ecológico. Peixes estão morrendo em razão das resinas. As árvores que estavam amontoadas debaixo da terra estão hoje matando os peixes, estão matando a nossa fauna.

É realmente preocupante. A fiscalização falhou, todo o mundo falhou. Agora, o Governo Federal e o Governo do nosso Estado certamente não vão falhar, vão salvar as vidas hoje ameaçadas.

Sr. Presidente, eu queria que V.Exa. determinasse que este pronunciamento fosse divulgado pelos meios de comunicação da Casa e no programa *A Voz do Brasil*.

O SR. PRESIDENTE (Amauri Teixeira) – Determino a divulgação do discurso de V.Exa. no programa *A Voz do Brasil*.

O SR. PRESIDENTE (Amauri Teixeira) – Nós vamos ser rigorosos quanto ao tempo, que já estouramos. O prazo será de 3 minutos. Não haverá prorrogação para ninguém.

Estes são os próximos oradores inscritos: Deputados Chico Alencar, Renan Filho, Domingos Sávio, Jô Moraes, Daniel Almeida, João Paulo Lima, Arnaldo Jordy, Benedita da Silva, Gustavo Petta, Luiz Alberto, Luis Carlos Heinze, Wilson Filho, Mauro Benevides, Esperidião Amin.

Antes, tem a palavra pela ordem, por 1 minuto, o Deputado Raimundo Gomes de Matos.

O SR. RAIMUNDO GOMES DE MATOS (PSDB-CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Nobres Parlamentares, o nosso estimado Deputado Amauri Santos Teixeira foi eleito Presidente de uma das Comissões mais importantes desta Casa, a Comissão de Seguridade Social, que vai tratar de toda a problemática da nossa saúde, da previdência social, da assistência social. Com sua vivência não só como auditor fiscal, mas também como Subsecretário de Saúde da Bahia, sendo profundo conhecedor da sistemática da saúde, vai fazer com que realizemos grandes debates naquela Comissão.

A propósito, eu já apresentei requerimento sobre a possibilidade de retomarmos, em audiência pública, a questão dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de combate às endemias. V.Exa., Sr. Presidente, sempre foi um grande defensor do tema, por conhecer realmente o SUS e por defender esse sistema.

Ressalto, por fim, que todos os membros da Comissão de Seguridade Social confiaram o voto em V.Exa.

Sr. Presidente, solicito que este pronunciamento seja divulgado pelos órgãos de comunicação desta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Amauri Teixeira) – Obrigado.

O discurso de V.Exa. receberá a devida divulgação.

O SR. PRESIDENTE (Amauri Teixeira) – Tem a palavra o Deputado Esperidião Amin por 3 minutos.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco/PP-SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero registrar a presença entre nós, em Brasília, do Prefeito de Criciúma, Márcio Búrigo, e do Prefeito de Jaraguá do Sul, Dieter Jannsen, municipalidades de Santa Catarina.

Tive o privilégio de acompanhá-los, ambos, ao Ministério das Cidades para tratar de alguns assuntos, e quero registrar a forma objetiva como tanto a Secretaria de Saneamento Ambiental como o Ministro receberam a ambos. No caso de Criciúma, os visitantes receberam respostas objetivas a respeito do prosseguimento das obras no canal, que beneficiaram, com a drenagem, as águas do centro da cidade.

Também registro que o Deputado Benedet oportunamente fará o relatório da visita ao Ministério da Saúde, na qual a questão do hospital foi debatida. É um desejo de todos nós do fórum que Criciúma receba do Ministério da Saúde os recursos prometidos pelo próprio programa do Ministério da Saúde. Mas deixo essa comunicação do Deputado Benedet.

Da parte do Prefeito de Jaraguá do Sul, estão confirmados os recursos para as obras que vão dar segurança hídrica ao abastecimento de água daquela cidade, Deputada Carmen Zanotto, que é importantíssima para Santa Catarina e para todo o Brasil.

Quero registrar ainda que V.Exa., Deputada Carmen, pelo seu conhecimento na área da saúde, também ajudou a instruir esse pedido que o Deputado Benedet acompanhou hoje.

Finalmente, quero deixar registrado aqui o nosso apelo às autoridades que assessoram a Presidenta Dilma, com vista à necessidade de se estender o programa de mobilidade urbana para os Municípios com mais de 150 mil habitantes. Hoje só são atendidos aqueles que contam com mais de 250 mil habitantes. E para Santa Catarina isso significa, Deputado Benedet, limitar dramaticamente a possibilidade de atender às municipalidades. Entre 150 mil e 250 mil, nós temos uma faixa importante de Municípios no Estado catarinense. Com mais de 250 mil habitantes, essa faixa fica muito restrita.

O Prefeito Dieter Janssen tem um projeto de excelente qualidade que dá mobilidade urbana à cidade de Jaraguá, e seria importante que o Governo anunciasse a extensão desse programa de mobilidade e acessibilidade para os Municípios nessa faixa populacional.

Agradeço a V.Exa., Deputado Amauri Teixeira, e vou contribuir com 11 segundos, para serem acrescentados ao tempo dos demais inscritos. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Amauri Teixeira) – Obrigado a V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Amauri Teixeira) – Estão inscritos os Deputados Izalci, Paulo Foletto, Padre João e Carmen Zanotto. Antes, vou conceder a palavra à Deputada Marinha Raupp por 1 minuto e, em seguida, ao Deputado Nilton Capixaba.

A SRA. MARINHA RAUPP (PMDB-RO. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, queremos agradecer a oportunidade de novamente aqui nesta Casa registrar o apoio do Governo Federal, do Ministério da Integração e da Secretaria Nacional da Defesa Civil, neste momento de dor e de sofrimento por que passa a população do Estado de Rondônia por causa das cheias.

Sobre isso já falou o Deputado Amir Lando. Aqui está presente o Deputado Nilton Capixaba, nosso coordenador de bancada. Recentemente, estivemos em uma audiência pública com o Ministro da Integração, e eu tenho certeza de que o Deputado Nilton Capixaba falará a respeito disso.

Nós e o Deputado Marcos Rogério apresentamos um requerimento de criação de uma Comissão Externa para acompanhar esses momentos difíceis por que passam os Estados de Rondônia e do Acre em decorrência das enchentes.

Ainda hoje, na Comissão de Viação e Transportes e na Comissão da Amazônia, criamos um grupo de trabalho com o objetivo de acompanhar de perto a situação para termos informações dos técnicos, porque sabemos que poderemos ter problemas ainda maiores com as chuvas que estão vindo da Bolívia.

Sr. Presidente, quero registrar, neste momento, a notícia que recebi agora da Secretária de Estado do Desenvolvimento Ambiental de Rondônia, a Secretária Nanci, de que a Assembleia Legislativa aprovou o projeto encaminhado pelo Governador do Estado de Rondônia que cria a estrada parque, no Parque Estadual de Guarajá-Mirim, onde duas cidades estão isoladas: Nova Mamoré e Guarajá-Mirim.

Essa será a oportunidade de essas duas cidades saírem do isolamento. E, com certeza, para fazer a recuperação da BR-421, precisamos do DNIT, do 5º Batalhão de Engenharia de Construção do Exército – BEC, do DER e das Prefeituras.

Então, queremos parabenizar o Governador Confúcio Moura pela determinação e a Assembleia Legislativa, a Secretária Nanci e toda a sua equipe pelo apoio técnico.

Meu muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Amauri Teixeira) – Concedo a palavra ao Deputado Nilton Capixaba.

O SR. NILTON CAPIXABA (PTB-RO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, nós tivemos agora uma audiência com o Ministro da Integração Nacional e com o General da Secretaria Nacional de Defesa Civil.

Fomos recebidos lá e ficamos sabendo do que está sendo feito em Rondônia – das aeronaves, do navio-saúde que está cuidando do nosso pessoal em um momento difícil pelo qual Rondônia está passando, em especial as cidades de Guarajá-Mirim, Nova Mamoré, Porto Velho e o Baixo Madeira.

Então, o povo está passando por uma dificuldade muito grande. Hoje nós já estamos lá com um índice muito alto de desabrigados, mas, graças a Deus, até agora Deus tem guardado. Não houve nenhuma vítima.

O apoio do Governo Federal, neste momento, está sendo muito importante para Rondônia, neste momento em que nós estamos todos sofrendo lá. A bancada está unida e dando todo o apoio. Eu estou na coordenação da bancada. A Deputada Marinha Raupp estava falando há pouco. O Deputado Amir Lando também já falou. E todos nós estávamos na audiência com o Ministro e pedimos as informações do que estava sendo feito, dos *kits* que estão mandando para lá, remédios, colchões e barracas para abrigar o pessoal.

Graças a Deus, o Governo Federal está nos dando todo o apoio. E quero agradecer esse apoio. Isso é muito importante neste momento para não termos nenhuma vítima no Estado de Rondônia, porque a vida não tem preço. Pedimos ao Ministro informações sobre o que vai ser feito, em curto prazo, depois que as águas baixarem. Depois, o que será feito em longo prazo.

A Assembleia Legislativa aprovou agora essa estrada parque que vai ser muito importante. Nós estamos com dois Municípios isolados, que são Guarajá-Mirim e Nova Mamoré. Com essa estrada parque, vamos ligá-las, vamos tirá-las do isolamento. Essas duas cidades vão ser ligadas a Ariquemes, na BR-421. Havia uma reserva lá no meio que impedia de fazer essa estrada. E eram só 12 quilômetros que impediam de tirar essas cidades do isolamento.

Então, graças a Deus, quero parabenizar a Assembleia Legislativa e o Governador do Estado de Rondônia, Confúcio Moura, por essa iniciativa. Com certeza, com a união de todos nós e com Deus nos abençoando, nós vamos conseguir fazer o melhor para aquele povo.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Amauri Teixeira) – Com a palavra a Deputada Carmen Zanotto, por 3 minutos. Agradeço a paciência a V.Exa.

A SRA. CARMEN ZANOTTO (PPS-SC. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Obrigada a V.Exa., Deputado Amauri Teixeira, que a partir de hoje preside também a Comissão de Seguridade Social e Família.

Quero também cumprimentar os colegas Deputados Ronaldo Benedet e Esperidião Amin, assim como os demais que estão conosco neste plenário. Quero pedir que seja dado como lido na íntegra e divulgado nos veículos de comunicação da Casa o nosso discurso sobre o II Fórum Catarinense de Doenças Raras. Na tarde de hoje, foi realizado no Auditório Nereu Ramos um belíssimo seminário, o terceiro, e nós já estamos tendo avanços, em especial com a Portaria nº 199, que trata da Política Nacional de Atenção Integral às Pessoas com Doenças Raras, inclusive buscando recursos financeiros de custeio dentro dessa portaria e a inclusão de novos exames.

Lá em Santa Catarina, nós já temos uma lei estadual que trata do Dia Estadual da Doença Rara. E isso é importante por quê? E por que nós também comemoramos o Dia Mundial? É importante porque os pacientes com doenças raras são praticamente invisíveis aos olhares da sociedade, aos olhares dos gestores, dos trabalhadores do Sistema Único de Saúde e também dos planos de saúde.

Então, falar sobre as doenças raras, sobre esse conjunto da população brasileira que precisa ser assistida de forma integral é fundamental para que possamos despertar a magnitude – e foi o que aconteceu no

seminário realizado agora à tarde, presidido brilhantemente pelo Deputado Romário, com a participação da Senadora Ana Amélia, do Senador Eduardo Suplicy, assim como da nossa Colega Parlamentar Mara Gabrilli e de vários Parlamentares que passaram por lá. O seminário mostra que nós precisamos de políticas públicas que venham a inserir esse conjunto da população. Mesmo sendo um grupo pequeno, é fundamental que ele seja assistido pelo Sistema Único de Saúde.

Além dessa portaria, assim como as demais iniciativas que nós temos aqui na Casa, também tivemos a oportunidade hoje de protocolar, junto com o Deputado Romário, a Deputada Mara e demais colegas que a subscreveram, a exemplo do que nós temos em Santa Catarina, um projeto de lei que institui o Dia Nacional da Doença Rara, que possa ser comemorado além do Dia Mundial. Nós acreditamos efetivamente que estamos construindo uma política pública que fará diferença para esse conjunto da população.

Quero neste momento agradecer a todas as entidades que apoiam País afora os portadores de doenças raras. Quero agradecer a sensibilidade ao conjunto de mulheres, mães que, por terem tido um filho com doença rara, normalmente têm seu casamento dissolvido. Os dados mostram que a grande maioria dos casamentos se dissolve, e essas crianças, esses pacientes ficam sob a responsabilidade, mais uma vez, da mulher.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELA ORADORA:

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, as políticas públicas voltadas ao diagnóstico, encaminhamento e atendimento médico, a genética clínica e a utilização de ferramentas para o diagnóstico de doenças raras foram os principais temas abordados durante o II Fórum Catarinense sobre Doenças Raras na manhã de segunda-feira, dia 24.

O II Fórum Catarinense de Doenças Raras é uma promoção da Assembleia Legislativa em parceria com a Escola do Legislativo Deputado Lício Mauro da Silveira, Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência e Associações Catarinenses de Doenças Raras. O evento reuniu pesquisadores da área da saúde, profissionais de educação, assistência social e lideranças políticas.

O II Fórum Catarinense sobre Doenças Raras tem como base a Lei nº 15.949, de 2013, que nasceu de uma parceria entre os Deputados Dado Cherem (PSD) e instituiu o dia Estadual das Doenças Raras em Santa Catarina.

Pioneiro no Brasil, Santa Catarina foi o primeiro Estado a Implantar o Dia das Doenças Raras, que é lembrado em 29 de fevereiro.

Como participante do Fórum, destaquei a recente Portaria nº 199, de 30 de janeiro de 2014, que trata da Política Nacional de Atenção Integral às Pessoas com Doenças Raras, que aprovou Diretrizes para Atenção Integral no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), fundamental para a organização dos serviços de saúde dentro do planejamento e organização do SUS.

A geneticista Louise Lapagesse Camargo Pinto atua no Hospital Infantil Joana de Gusmão e está entre os únicos quatro profissionais ativos em Santa Catarina. Segundo a médica, *"os pacientes estão há muito tempo na caminhada até chegar a uma consulta com um médico geneticista. No País, são 200 médicos especialistas. No Brasil, há pouca oportunidade de estudo na área, sendo oferecidas de 10 a 15 residências médicas por ano em todo o País. No Estado de Santa Catarina não há essa especialidade".*

Apenas 5% das doenças raras têm tratamento específico, ainda destacou Louise. *"O histórico familiar e investigação pré-natal podem ser determinantes para a confirmação das patologias e o início precoce do tratamento. Entre as características investigadas estão defeitos morfológicos congênitos, déficit intelectual, alterações de crescimento, abortamento e infertilidade em sequência, idade materna avançada, entre outros".*

A bióloga e geneticista Ingrid Tremel Barbato falou do uso de ferramentas para o diagnóstico das doenças raras:

> "A maioria das doenças ainda é diagnosticada clinicamente, sem testes específicos. Estudos apontam a existência de pelo menos 7 mil patologias raras passíveis de diagnóstico.
>
> O tratamento é caro e oferecido pelo Sistema Único de Saúde por meio de ação judicial. Segundo os especialistas, o valor pode chegar a R$ 100 mil por mês e minimiza a progressão da doença, e não a cura.
>
> O teste do pezinho é determinante para a identificação de várias síndromes e pode prevenir a doença mental ou a morte precoce da criança. Podemos iniciar o tratamento antes de aparecerem os sintomas da doença".

O conceito de doença rara utilizado pelo Ministério da Saúde é o mesmo recomendado pela Organização Mundial de Saúde (OMS), ou seja, distúrbios que afetam até 65 pessoas em cada 100 mil indivíduos (1,3 para cada 2 mil pessoas).

A política vem sendo debatida com o Governo Federal desde 2012 e contou com a participação de representantes de associações de pacientes e instituições de pesquisa. A principal meta é reduzir o índice de mortalidade apresentado por essas doenças, suas manifestações secundárias e contribuir para a melhoria da qualidade de vida das pessoas.

Entre as novas diretrizes previstas estão a coordenação dos serviços do SUS e também a possibilidade de que instituições credenciadas para o atendimento a portadores de doenças raras possam receber recursos para o seu custeio.

De acordo com Gisele Rozone de Luca, médica especialista em Genética Clínica, outra medida prevista pela portaria é a coordenação das ações voltadas à promoção da prevenção e detecção precoce das enfermidades e ao tratamento dos pacientes de doenças raras. *"Uma política se constrói dentro das necessidades verificadas. Entre elas, o envolvimento de diferentes esferas públicas e a articulação de profissionais de diversas áreas. A criação de uma política específica para o setor é um grande passo neste sentido",* disse.

Dia Estadual das Doenças Raras. Um dos incentivadores do fórum, Deputado Dado Cherem (PSDB), destacou *"a sua importância como forma de divulgar informações sobre o diagnóstico e o tratamento das doenças raras no Estado. É do Parlamentar, em parceria com os colegas José Nei Ascari e Gelson Merisio, ambos do PSD, a autoria da Lei nº 15.949, de 2013, que fixou 29 de fevereiro como o Dia Estadual das Doenças Raras"*.

A principal meta é reduzir o índice de mortalidade apresentado por essas doenças, suas manifestações secundárias e contribuir para a melhoria da qualidade de vida das pessoas.

Uma política só se constrói dentro das necessidades verificadas. Entre elas, o envolvimento de diferentes esferas públicas e a articulação de profissionais de diversas áreas. A criação de uma política específica para o setor é um grande passo nesse sentido.

Não podemos deixar de ressaltar que esta Casa está promovendo hoje, pelo terceiro ano consecutivo, das 14 horas às 18 horas, no Auditório Nereu Ramos, um seminário para lembrar o Dia Mundial das Doenças Raras. A ideia é discutir os cuidados e os direitos dos pacientes.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Amauri Teixeira) – Com a palavra o Deputado Roberto de Lucena.

O SR. ROBERTO DE LUCENA (PV-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, ilustre Deputado Amauri Teixeira, orgulho da bancada baiana, a quem eu cumprimento pela eleição na manhã de hoje como Presidente da Comissão de Seguridade Social e Família, neste importante e estratégico ano, Sras. e Srs. Deputados, Deputado Pastor Marco Feliciano, no momento em que o Brasil se ressente da falta de ícones de referência, eu quero aqui, com muita justiça, registrar o transcurso do Jubileu de Ouro do ministério pastoral de um dos homens mais dignos e mais honrados deste País, que é o Reverendo Orlando Silva, Presidente de Honra do Conselho Nacional das Igrejas do Brasil para Cristo.

O Pastor Orlando Silva foi pastor do meu pai e é meu pastor. Foi Presidente Nacional da Igreja O Brasil para Cristo, que me antecedeu e me sucedeu.

Esta semana, ele completou 50 anos de ministério pastoral, de conduta ilibada, digna e honrada. É um exemplo de pai de família, de pastor, de líder religioso e de líder espiritual.

E eu quero aqui, na pessoa do Pastor Orlando Silva, reconhecendo o seu trabalho e a sua honradez, homenageá-lo, homenagear a sua família e a todos os pastores da Igreja O Brasil para Cristo em todo o território nacional.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Amauri Teixeira) – Concedo a palavra ao Deputado Dr. Rosinha.

O SR. DR. ROSINHA (PT-PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu só quero fazer uma observação. Na segunda-feira, houve uma sessão no Senado, organizada pelo Senador Álvaro Dias, em que foi homenageado o movimento Diretas Já. E disseram que Curitiba é o local onde se iniciou o movimento.

Eu quero chamar a atenção de V.Exas. para o seguinte: Curitiba foi a Capital das Diretas Já num ato suprapartidário. Lá estavam presentes todos os partidos que iniciaram a luta pelas Diretas Já, porém, meses antes, o primeiro ato pelas Diretas Já foi realizado na Praça Clóvis, em São Paulo, organizado pelo Partido dos Trabalhadores. E o PT, naquela ocasião – eu lembro disso, sou fundador do partido –, convidou os demais partidos para participar desse ato. Porém, talvez por não ter dado tempo de decidir, a maioria ou todos os partidos não aceitaram participar daquele primeiro ato na Praça Clóvis.

Então, eu queria lembrar que houve um ato antes. O de Curitiba foi importante porque somou todos os partidos e iniciou o grande movimento para a retomada e a construção da democracia no nosso País.

Acho que isso é importante para que não se perca a história, senão dá a impressão de que a história começa a partir de algum momento e não registra tudo o que ocorreu. A história verdadeira é essa iniciativa.

Até lembro que quem presidiu o PT foi o ex-Presidente Lula. Foi ele que formulou o convite, naquela ocasião, para todos os partidos iniciarem o movimento Diretas Já. Então, nós do PT que iniciamos e nos somamos a todos os demais partidos para começar aquele ato em Curitiba.

O SR. PRESIDENTE (Amauri Teixeira) – Deputado Delegado Protógenes, eu também agradeço sua paciência. V.Exa. tem 3 minutos.

O SR. DELEGADO PROTÓGENES (PCdoB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, colegas Deputadas e Deputados, recebi uma notícia hoje com muita preocupação: "Polícia Federal compra 36 blindados para a Copa do Mundo". Estão pensando que o Brasil vive como no Sítio do Pica-Pau Amarelo, como se aqui não houvesse responsabilidade pública pelo que está acontecendo na Polícia Federal brasileira; como se aqui nós déssemos as costas para aqueles que dão suor, sangue e lágrima para sustentar a segurança pública em âmbito federal, que vive sob penúria.

Sras. e Srs. Deputados, ali na frente no Ministério da "injustiça" – não é o Ministério da Justiça – está havendo um protesto de policiais federais. Eles falam da penúria em que se encontra o órgão, da falta de reestruturação. Isso é uma falta de respeito.

E mais: há dados de que foram investidos, desde 2011, 400 milhões de reais para a preparação da Copa do Mundo na Polícia Federal. Desse montante, 90 milhões de reais foram para a aquisição de equipamentos.

Quero dizer aos colegas Deputados e Deputadas que policiais federais não comem pneu de automóvel; que policiais não mastigam os fuzis novos que estão comprando; policiais federais não se alimentam de seus uniformes operacionais. Os policiais federais têm suas famílias, que precisam se alimentar, que precisam de assistência médica de saúde com qualidade, têm seus salários aviltados e não recebem preparação pscicológica após as complexas operações da Polícia Federal que nós realizamos. O nível de suicídio, Srs. Deputados, é alarmante. Esse tipo de providência é que deveria estar sendo tomada em prol da Polícia Federal, e não se utilizar dessa forma demagógica de vir aqui tampar o sol com a peneira ou jogar a poeira para debaixo do tapete, na questão da segurança pública, em relação aos policiais federais do Brasil. Isso é um desrespeito.

E vou além: hoje haverá um protesto de servidores públicos federais, que não estão sendo tratados com dignidade pelo atual Governo da Presidenta Dilma Rousseff. E não é culpa da nossa Presidenta. Eu sei muito bem da capacidade e da competência de S.Exa. Ela é uma mulher muito digna, honesta, honrada e corajosa, mas os asseclas que a cercam de mentiras, de mapas, enganando-a à luz do dia aqui no Palácio do Planalto, têm que acabar. E cabe a nós Deputados, desta tribuna, levar a mensagem para a nossa Presidenta Dilma, para o povo brasileiro e para os colegas Deputados.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Amauri Teixeira) – Os três últimos Deputados a falar são: Luiz Couto, Ronaldo Benedet e Pastor Marco Feliciano. Nós já desligamos os microfones aí de baixo, porque nós já encerramos a sessão. Vamos garantir a palavra apenas aos três.

Com a palavra o Deputado Padre Luiz Couto.

O SR. LUIZ COUTO (PT-PB. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, em primeiro lugar, eu queria dizer que apoiamos a luta da Federação Nacional dos Policiais Federais pela abertura de negociações com o Governo. É preciso cuidar dessa categoria, porque ela é fundamental na luta contra o crime organizado, contra o narcotráfico, contra o contrabando.

Principalmente os agentes da Polícia Federal necessitam de ter uma abertura do diálogo, de negociação. É nesse sentido que nós pedimos ao Ministro da Justiça, à nossa Presidenta e à Ministra do Planejamento que acolham essas pessoas e negociem com elas a melhoria das suas condições de trabalho e salário.

Sr. Presidente, eu também quero registrar o lançamento, na sexta-feira passada, do Disque-Denúncia 123, lá no meu Estado, a Paraíba. Vão receber denúncias de violações contra crianças e adolescentes, idosos e também pessoas com deficiência. Também foi lançado pelo Estado da Paraíba o Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte. Além disso, também há o programa da Secretaria de Desenvolvimento Humano, que está realizando ações em favor da criança e do adolescente e contra as violações cometidas contra essas pessoas.

Finalmente, quero parabenizar o Governo do Estado, o Sr. Ricardo Coutinho, a nossa Secretária Aparecida Ramos, a Daniela, responsável pelo lançamento do Disque Denúncia 123, e também o Dr. Bruno, que esteve lá representando a nossa Ministra Maria do Rosário.

Sr. Presidente, eu quero registrar, finalmente, a minha solidariedade ao ator negro Vinícius Romão, preso injustamente por um crime que não cometeu. Deixo aqui o meu repúdio também porque, além da prisão injusta, a vítima do assalto achou que porque ser negro ele era o bandido. Aí o homem continuou vários dias na prisão. Agora ele foi solto, mas as marcas ficaram.

Nesse sentido, eu queria me solidarizar com o ator e repudiar o ocorrido, porque é crime de racismo, é também prisão injusta, e nós não podemos aceitar isso.

Muito obrigado, Sr. Presidente. Eu gostaria que a esses registros fosse dada a devida publicidade nos meios de comunicação desta Casa, inclusive em *A Voz do Brasil*.

O SR. PRESIDENTE (Amauri Teixeira) – Determino a publicação e a divulgação do pronunciamento de V.Exa. em *A Voz do Brasil*.

O SR. PRESIDENTE (Amauri Teixeira) – Deputado Ronaldo Benedet, V.Exa. tem 3 minutos. Vamos ser rigorosos. Depois nós vamos conceder 1 minuto a cada um dos três, rigorosamente, cortando até o som do microfone.

O SR. RONALDO BENEDET (PMDB-SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero saudar a presença na Casa do Vereador Vanderlei Zilli, da cidade de Criciúma. Ele foi Presidente da Câmara Municipal e veio nos acompanhar em uma audiência importante realizada hoje no Ministério da Saúde, com o Sr. *Helvécio*, para tratarmos do término da construção do Hospital Materno de Santa Catarina, que já é hospital infantil e tem uma UTI neonatal. Estivemos com o Prefeito Márcio Búrigo, como anunciou aqui o Deputado Esperidião Amin.

É uma obra muito importante e para seu término receberá como contribuição emendas parlamentares, inclusive deste Deputado, do Deputado Esperidião Amin e de outros Deputados, além de recursos do Ministério da Saúde e do Governo do Estado, para que terminemos o primeiro hospital público que funcionará abaixo de Florianópolis.

Também estivemos no Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – DNIT para tratar do elevado sobre a estrada de ferro entre as cidades de Siderópolis e Treviso, que vai dar acesso à serra. Aliás, fomos muito bem atendidos.

Nós também estivemos hoje à tarde no Ministério da Integração Nacional, para tratar da barragem do Rio do Salto, tão importante para abastecer de água a região de Turvo, do Rio Grande do Sul e de outras cidades. Temos água, mas ela acaba se perdendo nos rios. Para abastecimento, é água de excelente qualidade.

Também quero comunicar que fui escolhido hoje 2º Vice-Presidente da Comissão de Minas e Energia, por indicação do meu Líder, Deputado Eduardo Cunha, com muito orgulho.

Quero ainda dizer que Santa Catarina está recebendo do Governo Federal uma obra importante, que é a duplicação da BR-101. Travamos numa luta muito grande para a construção da quarta pista, com interferência de vários órgãos para não deixar o DNIT fazer essa obra.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, em sua reeleição, a Presidenta Dilma tem de ter um programa para nós fazermos um País que invista mais nos órgãos-fim do que nos órgãos-meio. O Brasil é um país de burocracia. O País tem um órgão como o DNIT para fazer estrada e contei sete, mas quero chegar a dez para não deixar fazer.

O Brasil vive uma crise em sua gestão, na administração pública federal, estadual e municipal. É difícil trabalhar neste País. Nós precisamos fazer algo a respeito neste Congresso. Que a Presidenta Dilma mande para cá ainda neste ano mudanças no jeito de governar deste País, senão nós vamos ficar para trás no nosso desenvolvimento, porque o Governo não consegue fazer obras neste País.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Amauri Teixeira) – Concedo a palavra ao Deputado Pastor Marco Feliciano, por 3 minutos.

O SR. PASTOR MARCO FELICIANO (PSC-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, há 1 ano, neste mesmo mês, eu conheci uma pessoa, um grande brasileiro que infelizmente não mora mais na nossa terra, deixou o Brasil há algum tempo e, segundo ele, não volta mais para cá.

Um homem de mente lúcida, com um palavreado bem polido, uma mente brilhante, assim por dizer. Trata-se de Dr. Olavo de Carvalho, professor, escritor e considerado um dos maiores filósofos do Brasil ainda vivos. E é sobre ele que eu quero falar neste momento, Sr. Presidente, dizendo que nos redutos da "esgotosfera" do nosso País ainda existem pessoas que militam na área de destruir imagens, destruir reputações.

Faço uso desta tribuna para denunciar manobras sórdidas, perpetradas por grupos que, tudo leva a crer, pertencem a partidos políticos de esquerda que criaram páginas falsas no Facebook com a única finalidade de destruir a reputação do jornalista Dr. Olavo de Carvalho. A tática segue os mais rasteiros ensinamentos bolcheviques: acuse-os de tudo aquilo que você faz, e, assim, você vai minando o que possa restar de credibilidade da pessoa a quem se quer destruir e intimidar.

Fui informado de que tal página da Internet foi aberta por uma pessoa que pertence a uma agência de publicidade que presta serviço a uma grande estatal brasileira. Espero que seja apenas coincidência, no que não acredito, Sr. Presidente.

A revista *Veja*, dias atrás, em matéria de capa, mostrou a todo Brasil o maquiavelismo perpetrado por um grande partido deste nosso País que usa varias agências em que militantes pagos com o dinheiro público montam páginas falsas na Internet com a única finalidade de defender o partido, disseminar informações de seu interesse e destruir aqueles que eles têm como inimigos.

Em relação ao Dr. Olavo, essas páginas foram criadas por pessoas com nebulosa intenção, pois tentam denegrir sua imagem, citando processos antigos, anteriores a 1989, que já foram julgados e arquivados. Solicitarei à Polícia Federal que, se for o caso, instaure inquérito para apurar esses casos. A Polícia pode e tem condições de descobrir a origem desses recursos que mantêm centenas de militantes que, diuturnamente, atacam cidadãos de bem, que ficam a mercê de tantos dissabores.

Finalizo, Sr. Presidente, deixando aqui meu protesto e solicitando que aprovemos leis nesta Casa que tratem de assunto tão relevante, como a que penaliza quem fizer mau uso de um instrumento tão útil hoje em dia chamado Internet.

Termino ainda dizendo às pessoas que não conhecem o Dr. Olavo de Carvalho que entrem na Internet, percam um tempinho no Google e pesquisem sobre Olavo de Carvalho, pois vão conhecer uma das mentes mais brilhantes, que denuncia com força tudo aquilo que há de sordidez neste País, aqueles que lutam contra a família, contra os bons costumes e contra a moral judaico-cristã, que ainda está de pé no nosso País e, permitindo Deus, viverá para sempre.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Amauri Teixeira) – Vamos conceder a todos os Deputados presentes 1 minuto, rigorosamente, e vou encerrar a sessão.

Com a palavra o Deputado Arnaldo Jordy, por 1 minuto.

O SR. ARNALDO JORDY (PPS-PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu queria apenas fazer o registro de que, semana passada, saiu o resultado da atualização do Cadastro de Empregadores, feita Ministério do Trabalho e Emprego. São 579 nomes, entre pessoas físicas e jurídicas, que constituem aquela chamada lista suja do trabalho escravo. Lamentavelmente, 26% deles estão no Pará, de acordo com os indicadores de trabalho análogo ao de escravo divulgados pelo Ministério. São 579 nomes, entre pessoas físicas e jurídicas, que constituem aquela chamada lista suja do trabalho escravo.

Lamentavelmente, esse ainda é um flagelo que está muito presente na sociedade brasileira, Deputado Luiz Couto, com sintomas de medievalismo, o que nós precisamos superar.

Portanto, eu faço um apelo ao Ministério Público do Trabalho que continue sendo prestigiado nessa ação para acabar com esse registro que entristece a todos nós, principalmente da Região Amazônica.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR:

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, esta semana recebemos a informação de que novamente meu Estado, o Pará, encabeça a lista de Estados no qual o trabalho escravo contemporâneo está ainda presente, um flagelo de uma sociedade arcaica e medieval que ainda lamentavelmente perdura em nossos tempos.

Só na recente atualização do Cadastro de Empregadores, divulgada pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), há 579 nomes, entre pessoas físicas e jurídicas, que estão na lista suja do Ministério. Destes, 26% estão no Pará e concentram-se nas regiões sul e sudeste do Estado, onde estão carvoarias, fazendas e madeireiras, entre outros.

"Lista suja" é como é popularmente conhecido o Cadastro de Empregadores mantido pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), que relaciona pessoas físicas e jurídicas que tenham submetido trabalhadores a condições degradantes de trabalho e que muito se assemelham à escravidão. Os inscritos na lista são impedidos de fazer contratos com o poder público e têm o crédito restringido por bancos, especialmente os públicos, como Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal (CEF) e Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

Infelizmente o Pará tem o maior número de investigações em andamento sobre casos de trabalho escravo no País. Quase 20% das averiguações instauradas no Brasil a respeito do crime de reduzir qualquer pessoa à condição de escravo (art. 149) estão sendo executadas no Estado, cerca de 295 inquéritos.

Os procedimentos extrajudiciais instaurados a respeito do trabalho escravo aumentaram de 11 (2010) para 121 (2013) no Pará. As ações penais abertas, por outro lado, diminuíram, caindo de 50 (2011) para 18 (2013). O não cumprimento das leis trabalhistas, no Pará, causaram 3 procedimentos extrajudiciais e 2 Ações Penais, em 2013. O aliciamento de trabalhadores provocou o estabelecimento de um inquérito policial apenas.

No Brasil, o trabalho escravo é mais comum em áreas rurais, carvoarias, confecção de roupas, construção civil e para fins de exploração sexual. Conforme dados compilados em nota técnica da 2ª Câmara de Coordenação e Revisão do MPF, os Estados onde há o maior foco da prática do crime previsto no art. 149 do Código Penal são: Pará, com 295 investigações em andamento; Minas Gerais, com 174 investigações; Mato Grosso, com 135 casos; e São Paulo, com 125. Em todo o Brasil, 2.232 investigações em andamento referentes aos crimes relacionados à prática de trabalho escravo, ou seja, que abrangem os crimes previstos nos arts. 149, 203 e 207 do Código Penal (dados de dezembro de 2013).

Em São Paulo, verifica-se a prática dos principais casos de frustração de direitos assegurados por lei trabalhista (crime previsto no art. 203 do Código Penal), principalmente em razão da imigração ilegal. No Estado, há predominância de latino-americanos, sobretudo de bolivianos, e, mais recentemente, de asiáticos, que trabalham sem folga e com baixíssimos salários em oficinas de costura, carvoarias, construções civis e na agricultura (corte de cana-de-açúcar). Em 2013, dos 240 procedimentos extrajudiciais instaurados em todo o Brasil relacionados à frustração de direitos trabalhistas, 106 foram em São Paulo. E, num total de 179 inquéritos policiais instaurados, 61 casos foram em São Paulo e 33 no Rio de Janeiro.

Se restringirmos a análise ao crime de redução à condição análoga à de escravo, o Pará foi o Estado onde houve o maior número de procedimentos extrajudiciais. Dos 702 instaurados em 2013, 121 foram no Pará, deixando São Paulo na segunda posição, com 72 casos.

Chamo a atenção também para os flagrantes de escravos modernos em obras urbanas, que pela primeira vez superou em casos os do campo. Apesar de a pecuária continuar como atividade predominante dentre os nomes que compõem a última atualização da "lista suja" do trabalho escravo, as formas urbanas de escravidão têm cada vez mais presença. Das 110 inclusões do cadastro, dez são de empresas ou pessoas que exploraram em meio urbano – um total de 120 trabalhadores submetidos a pelo menos um dos quatro elementos definidos no art. 149 do Código Penal como caracterizantes de condições análogas às de escravos.

Dados da Comissão Pastoral da Terra (CPT) apontam 197 casos de trabalho escravo no Brasil em 2013, com 2.874 trabalhadores envolvidos e 2.208 resgatados. Esse número é inferior ao do ano de 2012, quando foram resgatados 2.730 trabalhadores, de um total de 3.680 envolvidos.

A Região Sudeste foi a que mais teve trabalhadores resgatados no ano passado, 1.186. Embora esse tipo de crime esteja associado a atividades agrícolas, a CPT aponta que 914 pessoas foram resgatadas trabalhando na construção civil só em 2013. Confecção e extração mineral estão entre os outros setores não rurais onde foi detectada exploração de mão de obra. Fatos que podem também ser observados em obras para a Copa do Mundo de 2014, onde a flexibilização dos contratos, através dos chamados RDCs (Regimes de Contratações Diferenciadas), e a carência na fiscalização permitem que empresas multinacionais, inclusive, lancem mão do aliciamento de trabalhadores e do oferecimento de más condições de trabalhos ou de alojamento sem as devidas garantias trabalhistas em canteiros de obras de aeroportos ou obras viárias, e até mesmo em obras federais do PAC, como hidrelétricas, ou no Programa Minha Casa, Minha Vida, já relatadas pela imprensa.

Esta Casa tem a responsabilidade de combater esse tipo de crime, que conta com a complacência e omissão muitas vezes de tribunais e órgãos de segurança pública, corroborados pela falta de capacidade do público em geral em identificar quando um trabalhador se encontra na condição análoga à de escravo. Devemos lutar por leis mais duras para aqueles que insistem na prática ilegal e fazer campanhas de esclarecimento que possibilitem que denúncias possam chegar às autoridades responsáveis pelo enfrentamento do problema.

Era o que tinha a dizer Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Amauri Teixeira) – Concedo a palavra ao Deputado Zé Geraldo, por 1 minuto. *(Pausa.)*

Enquanto o Deputado Zé Geraldo se posiciona, concedo a palavra ao Deputado Ricardo Izar. S.Exa. dispõe de 1 minuto.

O SR. RICARDO IZAR (PSD-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero deixar claro aqui que mais uma vez esta Casa preferiu não votar nada a votar a pauta em que estava incluída a criação da CPI para investigar maus-tratos aos animais.

Mais uma vez aqueles que não têm voz continuam sem ser ouvidos pelo Congresso Nacional, o que, para mim, é uma pena e uma vergonha.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Amauri Teixeira) – Concedo a palavra ao Deputado Zé Geraldo. S.Exa. dispõe de 1 minuto.

O SR. ZÉ GERALDO (PT-PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu fiz um registro nesta tribuna sobre a seleção que a Caixa Econômica fez para a construção de agências da Caixa no Brasil este ano. O Pará foi selecionado com dois Municípios: Santana do Araguaia e Breu Branco.

Acho que para um Estado como o Pará, pelo seu tamanho continental, pela sua economia, ter apenas duas agências da Caixa Econômica é insignificante, partindo da necessidade de que nós temos da instalação de agências bancárias naquele Estado.

Então, eu estou conversando com a Caixa Econômica, para ver se nós podemos abrir mais algumas agências, como, por exemplo, no Município do Pacajá, distante 220 quilômetros da cidade de Altamira.

É impossível que a Amazônia continue com esse olhar. Nós precisamos acabar com isso, e eu estou fazendo este debate. O Pará é a maior economia do Norte do Brasil, do Centro-Oeste e de parte do Nordeste e não pode se contentar com apenas duas agências da Caixa Econômica, numa seleção de duzentas para o Brasil.

Era isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Amauri Teixeira) – Concedo a palavra ao Deputado Dr. Ubiali. V.Exa. dispõe de 1 minuto.

O SR. DR. UBIALI (PSB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu havia feito um estudo para falar aqui com mais propriedade a respeito de um assunto que é do meu inteiro gosto, que são as Associações dos Pais e Amigos dos Excepcionais – APAEs. Como tenho pouco tempo, porém, vou fazer apenas algumas observações sobre tudo o que foi dito aqui hoje, principalmente sobre a Petrobras, que tem tido alguns problemas, como a planta comprada nos Estados Unidos, algo denunciado agora, mas que todo mundo sabe.

Foi dito aqui o tempo todo, no entanto, que a Petrobras é dos brasileiros. Quem está dizendo isso, na verdade, não conhece a composição acionária da Petrobras. O Governo, incluindo as ações do BNDES, tem apenas 39% das ações, sendo que 38,7% são de estrangeiros. Portanto, a Petrobras, na verdade, não é mais um patrimônio brasileiro como gostaríamos que fosse. Na verdade, desses 23 bilhões de lucro, o nosso Governo vai ficar apenas com 10 bilhões.

Então, é preciso colocar os pingos nos is para falarmos aquilo que realmente é. Hoje, a Petrobras, infelizmente, tem 39% do seu capital na mão de estrangeiros.

É verdade que o Governo tem 57% das ações com direito a voto e, por isso, mantém o controle da Petrobras. Mas é só isso! Infelizmente, precisamos de mais! A Petrobras tem que ser realmente protegida, avaliada. Vou dizer mais: tudo o que aconteceu não foi na Presidência da Sra. Maria das Graças Foster, uma mulher séria e que está, sim, dando todo o respaldo de que a Petrobras precisa.

Por isso, faço essas observações.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Amauri Teixeira) – Concedo a palavra ao último inscrito, Deputado João Caldas. S.Exa. dispõe de 1 minuto. Nós vamos encerrar logo após.

O SR. JOÃO CALDAS (SDD-AL. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, mais uma vez, eu venho à tribuna para ratificar, reiterar o pedido de intervenção federal no aparelho de segurança do Estado de Alagoas. Hoje, houve mais de cinco assassinatos. Vamos chegar ao sexto assassinato. Houve os de ontem, os de hoje, e haverá os de amanhã. Não é possível!

Então, mais uma vez, venho aqui dizer que Alagoas, hoje, está enlutada. Estão todos, neste momento, em comoção, lá no Parque das Flores, onde um jovem foi barbaramente assassinado.

Alagoas é a terra do Presidente do Congresso Nacional, que precisa se juntar aos alagoanos. A bancada federal – Senador Benedito de Lira, Senador Fernando Collor – precisa acordar e adotar uma providência.

Peço à Presidente Dilma Rousseff e ao Ministro José Eduardo Cardozo, que, pelo amor de Deus, façam essa intervenção, por amor ao povo de Alagoas. Não deixem que mais vítimas tombem no meio da rua! Os de amanhã já estão marcados para morrer! Que Alagoas não seja o laboratório do crime, pelo amor de Deus!

Precisamos de vida, de paz, o que só chegará com a intervenção federal, com a mão enérgica do Governo Federal.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

PRONUNCIAMENTOS ENCAMINHADOS À MESA PARA PUBLICAÇÃO

O SR. DR. JORGE SILVA (Bloco/PROS-ES. Pronunciamento encaminhado pelo orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o Brasil é um dos países mais violentos do mundo. Não apenas temos 14 cidades entre as 50 mais perigosas do mundo, para se morrer assassinado; temos, além da criminalidade, o trânsito, como causa de muitas mortes violentas.

Se considerarmos apenas os acidentes envolvendo motocicletas, o número de fatalidades aumentou 366%, entre 1998 e 2012. No Espírito Santo, em 2012, foram registradas 1.557 internações devido a esse tipo de ocorrência, e foi atingida a impressionante marca de 36,7% do total das mortes resultantes de acidente de motocicleta em todo o País.

Considerando todos os veículos, o Espírito Santo tem a sexta maior taxa de mortes do Brasil: em 2011, a cada 100 mil mortes no Estado, 32,7 eram devidas ao trânsito. Em 2001, já se registrava um número alto: 26,9.

Em uma década, a taxa aumentou 21,4%. Quando se consideram apenas os acidentes envolvendo automóveis, o Espírito Santo é o segundo Estado mais perigoso do Brasil. Não adianta culpar a serra capixaba pelo alto índice: isso é culpa da falta de educação no trânsito ou da falta de estradas construídas e sinalizadas de forma correta.

Uso de álcool, cansaço, falta de capacete ou cinto de segurança, desrespeito às leis de trânsito, condução perigosa ou falta de engenheiros de trânsito: todas essas causas da alta mortalidade nas estradas capixabas podem ser resumidas na falta de educação. Educar a população, portanto, é a melhor forma de se evitar futuras mortes.

Além de ser um problema de educação, a violência no trânsito é um problema de saúde, tratada como uma epidemia pela Secretaria Estadual de Saúde, que está empenhada em reduzir o número de mortes e lesões graves em acidentes nas rodovias.

O Projeto Vida no Trânsito foi apresentado à Secretaria Estadual pelo Ministério da Saúde, preocupado em reduzir a alta percentagem dos atendimentos a acidentes rodoviários realizados pelo Serviço de Assistência Médica de Urgência, o SAMU.

Vários órgãos municipais, estaduais e federais estão envolvidos no Projeto Vida no Trânsito: a Secretaria de Saúde e a Secretaria de Trânsito de Vitória, o Departamento Estadual de Trânsito, as Polícias Civil e Militar, o Centro Integrado Operacional de Defesa Social e a Universidade Federal do Espírito Santo, entre outros.

A Secretaria Estadual de Saúde planeja, com esse grupo interinstitucional, estratégias para prevenir acidentes de trânsito. Esse tipo de ação integrada está presente em todas as Capitais brasileiras e deve atingir também os outros Municípios, numa segunda fase.

O Município de Vitória recebeu 125 mil reais do Governo Federal e a Secretaria Estadual de Saúde recebeu outros 250 mil reais. Inicialmente, a ideia é unificar os bancos de dados da saúde, da polícia, dos serviços de emergência e dos hospitais particulares. A partir dessa providência básica, os dados assim consolidados serão estudados, para identificar onde e como ocorrem as mortes e acidentes graves e quais são os fatores de risco envolvidos: drogas legais e ilegais, falta de equipamento de segurança, falta de engenheiros de trânsito minimamente capacitados. Do estudo desses dados, surgirão propostas de caráter educativo ou punitivo.

O Projeto Vida no Trânsito é parte de uma ação coordenada pela Organização Mundial da Saúde em nove outros países que, como o Brasil, têm altíssimas taxas de mortalidade e lesões graves causadas pelo trânsito. Além do Brasil, Rússia, Turquia, China, Egito, Índia, Camboja, Quênia, México e Vietnã são os países que respondem por metade de todos os óbitos que ocorrem nas estradas do mundo.

Senhoras e senhores: se, por um lado, integramos o grupo de países emergentes, com mais força na economia mundial, os BRICS, por outro lado integramos também o grupo de países com mais violência no trânsito e fora dele. Precisamos deixar o grupo de países mais violentos do mundo, e o Projeto Vida no Trânsito, já iniciado em Vitória e em outras Capitais brasileiras, é uma esperança nesse sentido.

Obrigado.

A SRA. IRACEMA PORTELLA (Bloco/PP-PI. Pronunciamento encaminhado pela oradora.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, registro, nesta Casa, reportagem veiculada recentemente pelo jornal *O Globo* que trata de um problema gravíssimo: as condições de vida de crianças e adolescentes que estão hoje em abrigos no Brasil.

Segundo a matéria, pelo menos 46 mil crianças e adolescentes vivem atualmente em abrigos no nosso País. O jornal *O Globo* assinala que, nos últimos 2 anos, a cada dia 38 meninas e meninos de até 15 anos de idade foram vítimas de abandono ou negligência, conforme dados do Mapa da Violência 2014 – Crianças e Adolescentes.

Um dos maiores motivos para o abandono e a negligência é a dependência química dos pais. De acordo com levantamento do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), mais de 80% dos encaminhamentos de crianças e adolescentes a abrigos estão associados ao vício em drogas, especialmente o *crack*.

Trata-se de um quadro desolador. Um cenário que precisa de intervenções urgentes do poder público no sentido de intensificar as políticas de prevenção e enfrentamento às drogas, com apoio total às famílias que enfrentam esse drama.

De acordo com a reportagem veiculada pelo jornal *O Globo*, dos 27.625 casos de abandono e negligência nos últimos 2 anos, incluídos no Mapa da Violência, 61% são de crianças com até 4 anos. Ou seja: meninos e meninas que estão na primeira infância ainda, fase crucial para o desenvolvimento, em que ocorrem as principais sinapses, as ligações entre os neurônios.

Além do abandono, as crianças sofrem outros tipos de violação a seus direitos. Entre os meninos, trabalho infantil (58%) e violência física (53,8%) lideram a lista. As meninas sofrem violência sexual (81,2%) e são vítimas de tráfico humano (76,9%) e tortura (55,8%).

"Os números estão subestimados. Temos muitos problemas de subnotificação pelos Estados", disse ao jornal *O Globo* o sociólogo Julio Jacobo Waiselfisz, responsável pela elaboração do Mapa da Violência.

A situação dos órfãos do *crack* é especialmente preocupante. A reportagem chama a atenção para o fato de que somente 20% dos Municípios brasileiros têm abrigos cadastrados pelas autoridades, de acordo com o Censo 2012 do Sistema Único de Assistência Social. Muitas vezes, essas crianças são deixadas com vizinhos ou conhecidos.

Antonio Carlos Ozório Nunes, da Comissão da Infância e Juventude do CNMP, informou ao jornal que parentes de usuários de *crack* resistem em ficar com os filhos por terem receio do comportamento imprevisível dos pais.

"As famílias têm mais medo dos dependentes químicos de crack, tidos como mais agressivos. E quando a mãe é presa, como fazer? Às vezes, ninguém quer ficar com a criança", lamentou o especialista.

Segundo Fábio José Garcia Paes, do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA) e assessor da ONG Aldeias Infantis SOS, também ouvido pela reportagem de *O Globo*, na Região Sul os casos de abandono e negligência triplicaram nos últimos anos. Atualmente, de acordo com ele, 45% das cerca de 800 crianças atendidas foram abrigadas porque os responsáveis por elas entraram no mundo das drogas. *"O crack se destaca como elemento avassalador",* afirmou.

Os especialistas ressaltam outro ponto importante. O uso de *crack* pela mãe representa uma barreira na hora da adoção. Existe o temor, por parte dos interessados em adotar, de que os bebês abandonados sofram transtornos mentais no futuro, por conta do consumo da droga durante a gravidez.

Não são raros os casos de mulheres dependentes de *crack* que acabam deixando os hospitais sem os seus bebês. Além disso, existem problemas de abandono do tratamento durante o pré-natal, tudo por conta do vício.

Precisamos olhar com muita atenção, carinho e cuidado para essas situações. É fundamental aprimorarmos nossas políticas públicas de enfrentamento às drogas, colocando em prática ações coordenadas em várias áreas: prevenção, recuperação dos dependentes químicos, reinserção social, combate ao tráfico.

Nessa luta, temos que dar prioridade total ao apoio às famílias, para evitar que tantas crianças e adolescentes sejam abandonados ou vivam em situação de negligência e violência.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigada.

O SR. NELSON PELLEGRINO (PT-BA. Pronunciamento encaminhado pelo orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, com grande prazer, venho a esta tribuna parabenizar o Colégio ISBA pela passagem dos 50 anos de sua existência.

No dia 8 de março de 2014, o Colégio ISBA estará completando 50 anos de tradição em educação, com uma atuação extensa que tem continuidade nos cursos conceituados da Faculdade Social e nas ações junto à comunidade. Faz parte, ainda, da obra de uma congregação religiosa que ultrapassa dois séculos de história e está presente em mais de 30 países.

No Colégio ISBA a informação e formação caminham sempre juntas, com o objetivo comum da transformação do futuro, do indivíduo, da sociedade – isso afirmo por experiência própria pelo tempo que lá estudei. O ISBA tem como mantenedora a Associação Brasileira de Educação Familiar e Social (ABEFS), fundada na França em 1953, tendo como missão na Igreja a justiça social e a educação. As ações da instituição baseiam-se nos princípios de igualdade e respeito aos direitos e às diferenças, sem discriminação de gênero, etnia, credo político e religioso, com foco no resgate do ser humano e na sua inclusão social.

Neste quase meio século de atuação, o Colégio ISBA em muito já contribuiu para a formação integral da sociedade soteropolitana.

Solicito à Mesa Diretora desta sessão que a presente moção seja encaminhada ao Colégio ISBA, bem como seja registrada nos órgãos de comunicação da casa e divulgada no programa *A Voz do Brasil*.

Muito obrigado.

O SR. CARLOS SOUZA (PSD-AM. Pronunciamento encaminhado pelo orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, é da União Europeia que chega agora, para nós, amazonenses, e para todos os brasileiros, a ameaça à Zona Franca de Manaus (ZFM), esta que é uma conquista nacional, que possibilitou o desenvolvimento regional, impulsionou a industrialização da Amazônia, inclusive em direção ao interior, deu competitividade ao produto brasileiro, proporcionou o avanço tecnológico, melhorou a distribuição de renda e continua a gerar novos empregos todos os dias.

Pois bem, nobres colegas: a União Europeia acionou, em 19 de dezembro do ano passado, mecanismo de disputa contra o País, acusando o Governo brasileiro de ter adotado uma série de medidas fiscais discriminatórias contra produtos estrangeiros e assim fomentar práticas anticompetitivas de comércio.

As vantagens tributárias da Zona Franca estão neste momento – e mais uma vez – sob fogo cerrado. Vários programas foram incluídos como objeto de queixa, a exemplo dos incentivos à indústria de semicondutores, *smartphones* e TV digital, principalmente.

É um novo revés – desta feita, vindo da Europa – que a Amazônia está na iminência de sofrer. O atual vem se somar a outros atentados nefandos, felizmente não consumados, habituais provocações com vistas a

extinguir a Zona Franca vindas dos que ainda não assimilaram o fato de que tenhamos chegado a um ponto de não retorno, pela importância alcançada na economia, assim também no plano social.

Em resposta, a Presidente Dilma Rousseff disse que vai defender a prorrogação da Zona Franca de Manaus, criada há quase 50 anos, por mais 50, com manutenção do modelo de incentivos fiscais instalado a partir de 1967. A medida é hoje indispensável como garantia de um futuro melhor para todos. Na visão da Presidente, para *"transformar essa Zona Franca de Manaus em algo que ninguém mais vai destruir"*. Em visita à cidade, ela prometeu ir a todas as esferas, onde necessário for, para provar o quanto o Brasil precisa da Zona Franca e defender o modelo.

As empresas ali estabelecidas pagam menos impostos, é verdade. Para os países da União Europeia, os subsídios e os incentivos concedidos à Zona Franca prejudicam o comércio internacional. Na visão do bloco, os produtos importados estão sujeitos a mais impostos e, por isso, levam desvantagem em relação aos produzidos no Brasil.

Mas é assim que deverá continuar sendo, quer a União Europeia se incomode, quer não. Governos estrangeiros queixosos não vão destruir uma fórmula de sucesso como essa. Muitos, inclusive, esquecem de que se utilizam de práticas extremamente lesivas à maioria das nações, a exemplo dos subsídios concedidos a diversos de seus setores produtivos que por vezes também prejudicaram muitíssimo o Brasil. Aliás, tanto mais lesivas são essas práticas quanto mais periféricas são as nações lesadas. Historicamente, é claro, a corda sempre arrebentou do lado mais fraco, no caso, economias sem maior peso no contexto global.

Não é o caso do Brasil hoje, em absoluto, com toda a importância que ganhamos ultimamente perante o mundo e nossos parceiros comerciais!

Inconformada, no entanto, a União Europeia levou a questão à Organização Mundial do Comércio. O Brasil está se defendendo. Enviados do Governo deram explicações sobre o sistema aqui adotado, na sede da Organização Mundial do Comércio, em Genebra, Suíça. Representantes brasileiros e europeus deverão participar de encontros na OMC, com vistas a superar o impasse. Técnicos da própria SUFRAMA, a Superintendência da Zona Franca de Manaus, auxiliaram o Itamaraty na construção da defesa do Brasil e estão preparados para dar todo o apoio técnico necessário a esse pleito.

Se as negociações não avançarem nos próximos 60 dias, o prazo mínimo exigido em situações como essa, e se não houver acordo, a União Europeia poderá formalizar a queixa junto à OMC. Nessa hipótese, será aberto processo contra o Brasil, o que, claro, não será o melhor dos mundos.

Isso posto, Sr. Presidente, voltemos nossa atenção para esta Casa. O Congresso Nacional, neste momento, tem a si a responsabilidade de aprovar, o mais rápido possível, a prorrogação da Zona Franca de Manaus por outro período de 50 anos.

O que a bancada da Amazônia espera dos Parlamentares é que atentem para uma realidade incontestável: o Polo Industrial de Manaus é um dos mais modernos da América Latina, reunindo indústrias de ponta, nas áreas de eletroeletrônica, veículos de duas rodas, produtos ópticos, produtos de informática, indústria química, entre outras; um patrimônio inestimável, que não pode ser destruído, sequer abalado por chiliques de quem quer que seja.

Em 2013, foram mais de R$ 80 bilhões em faturamento, recordes de número de empregos diretos, em torno de 130 mil postos de trabalho diretos e recorde de produção de diversos itens, em especial de informática. Definitivamente, foi um bom ano para a Zona Franca, e com a realidade não se briga.

Vale aqui, a propósito, registrar as explicações do Conselheiro Executivo do Conselho Regional de Economia do Amazonas, Jose Laredo. Ele diz que o argumento utilizado para enquadrar os incentivos concedidos pela Zona Franca de Manaus, como quebra de acordos internacionais de comércio, não leva em consideração a realidade da Amazônia e a extensão territorial brasileira. É, portanto, dessa perspectiva *sui generis*, que abarca até mesmo a necessidade de recursos para preservação da Floresta Amazônica, planetariamente importante, diga-se de passagem, que deve ser vista a concessão de estímulos setoriais e regionais. Trata-se de uma justa contrapartida.

Ora, Sr. Presidente, zonas francas não são invenção brasileira. Elas estão espalhadas em todo o mundo, sempre em face de uma realidade inexorável: o mundo é desigual. Existem regiões onde o custo da produção é elevado e a infraestrutura indispensável à superação da pobreza jamais apareceria espontaneamente. A Amazônia é uma delas.

Defender a Zona Franca de Manaus não é apenas defender a Amazônia. É defender o Brasil!

Muito obrigado.

O SR. ROMÁRIO (PSB-RJ. Pronunciamento encaminhado pelo orador.) – Sr. Presidente, transcrevo o pronunciamento que proferi hoje no Seminário *Dia Mundial das Doenças Raras:*

"Boa tarde a todos.

É uma satisfação poder realizar, pelo terceiro ano consecutivo, com o apoio da AMAVI, este seminário que marca o Dia Mundial das Doenças Raras.

Para todos nós envolvidos com o tema essa data tem sido um momento de reflexão, de conscientização, e também de cobrança.

Na última edição, e também na primeira, nós cobramos das autoridades da saúde algumas providências básicas em relação ao atendimento às pessoas com doenças raras.

Foi dito aqui que a informação é um elemento fundamental e que a gente precisa, em primeiro lugar, de dados – pois sem eles é impossível fazer política pública.

O então Ministro Alexandre Padilha, quando esteve com a gente, admitiu que ainda não se sabia muito bem quantas são, onde vivem e como vivem as pessoas com doenças raras no Brasil. E assumiu, publicamente, o compromisso de resolver esse problema.

Eu acrescentei que a gente precisa saber, também, com que definição de doença rara o Governo brasileiro trabalha, até porque é fundamental ter um conceito baseado na nossa realidade.

Fico satisfeito em ver que as cobranças feitas por Parlamentares, pelas associações, pelas próprias pessoas com doenças raras resultaram em conquistas significativas.

Em 2012, o Ministério da Saúde se comprometeu a criar um grupo de trabalho dedicado a esse tema. No ano passado, anunciou o início da consulta pública para a elaboração de uma política específica voltada para as pessoas com doenças raras e suas famílias.

É muito importante isto: que o Governo, ouvindo a sociedade, assuma a coordenação do processo.

Hoje, a Portaria nº 199, publicada pelo Ministério da Saúde, que institui a Política Nacional de Atenção Integral às Pessoas com Doenças Raras, aprova as diretrizes para atenção a essas pessoas no SUS e também estabelece incentivos financeiros de custeio.

Essa Política, pela qual nós lutamos, tem o objetivo de reduzir a mortalidade e contribuir para a melhoria da qualidade de vida dessas pessoas. Isso por meio de 'ações de promoção, prevenção, detecção precoce, tratamento oportuno, redução da incapacidade e cuidados paliativos'.

A garantia do acesso à Rede de Atenção à Saúde e o diagnóstico em tempo hábil são objetivos da maior importância que essa nova Política pretende alcançar. Também me parece muito oportuno o esforço para qualificar os profissionais que prestam atendimento às pessoas com doenças raras.

Além disso, a Portaria prevê que os serviços de atenção tenham equipes multidisciplinares, compostas por enfermeiros, médicos geneticistas, pediatras, nutricionistas, psicólogos e outros.

Com certeza, não se atende às pessoas só com medicamento. É bom que isso fique bem claro.

Eu não poderia deixar de mencionar, por fim, como pontos positivos da Portaria a incorporação de novos exames de diagnóstico e a previsão de repasse de recursos para os serviços especializados, até porque a gente sabe que, sem dinheiro, muita coisa fica só nas boas intenções.

Aliás, é importante, agora, que as associações façam o seu papel, como têm feito, pressionando as secretarias de saúde para que implementem esses serviços nos Estados e Municípios.

Nós vivemos numa federação, e as pessoas de todas as regiões do País têm direito a informação e atendimento. A gente não pode permitir que algum Estado seja privilegiado em detrimento de outros porque dá mais voto ou coisa desse tipo.

A política eleitoral não é, com certeza, a melhor política de saúde.

Acho importante, também, que o Governo trate as associações de maneira equilibrada, sem privilegiar nenhuma, e reconhecendo que elas são as diversas vozes da sociedade brasileira exigindo políticas públicas decentes.

Para finalizar, quero dizer o seguinte: todos sabem que eu tenho um projeto em relação às pesquisas científicas. Ele busca dar celeridade e facilitar a importação de materiais destinados à pesquisa científica, desburocratizando o processo. São pesquisas que podem servir para a melhoria de vida de muita gente, inclusive as pessoas com doenças raras.

Neste momento, o Projeto de Lei nº 4.411, de 2012, está na Comissão de Seguridade Social e Família e está sob a relatoria da minha amiga Deputada Mara Gabrilli. Tenho certeza de que ele não poderia estar em melhores mãos, e contará com o apoio de todos nesta Casa para sua aprovação.

Eu disse, na edição passada, que o SUS e o programa de combate à AIDS são exemplos do que pode ser feito quando o Governo ouve a sociedade, e ela se organiza para encontrar soluções. Agora, com o lançamento da Política Nacional de Atenção Integral às Pessoas com Doenças Raras, tenho mais uma razão para acreditar nisso.

Este ano de 2014 começa, portanto, de maneira positiva. A partir de agora, todos nós temos a missão de acompanhar a implementação dessa nova política, apoiando os avanços, fazendo sugestões e também críticas, para que essa medidas não fiquem só no papel.

Já é hora de as pessoas com doenças raras e suas famílias terem mais acesso a informação, a diagnóstico, a medicamentos, a tratamento humanizado e eficaz.

A expectativa de todos nós é que isso se torne realidade a partir de agora.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado."

O SR. PADRE TON (PT-RO. Pronunciamento encaminhado pelo orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia aprovou, no último dia 11, em tempo recorde, o Projeto de Decreto Legislativo nº 143, de 2014, que desconstitui a Reserva Extrativista do Jaci-Paraná, que foi criada em 1996, por meio do Decreto nº 7.335.

A RESEX sempre foi alvo de tido tipo de invasão – pescadores, madeireiros e fazendeiros –, sem que o órgão ambiental responsável pela gestão da unidade assumisse o seu papel de fiscalização. As autoridades sempre fizeram vistas grossas às denúncias dos seringueiros que vivem legalmente na reserva.

O que fazem agora os Deputados diante do conflito estabelecido pelos invasores da área? Em vez de cobrarem da autoridade competente, no caso a SEDAM, uma posição enérgica a fim de retirar os ocupantes ilegais da reserva, simplesmente resolvem revogar o decreto que criou a unidade. Pior ainda: faz isso de uma forma totalmente obscura, sem transparência, sem ouvir os principais interessados. O projeto foi apresentado e aprovado no mesmo dia, sem tramitação nas Comissões, sem parecer sequer quanto a legalidade, sem fazer ao menos uma audiência pública, atendendo unicamente os interesses dos ocupantes ilegais.

Quero, pelo menos, registrar a minha indignação frente a esse absurdo, esse verdadeiro crime ambiental praticado pelos Deputados de Rondônia, e também registrar a nota divulgada pelo Grupo de Trabalho Amazônico – GTA/RO em protesto a essa decisão.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

NOTA A QUE SE REFERE O ORADOR:

Assembleia Legislativa de Rondônia aprova o fim da Reserva Extrativista Jaci-Paraná e vai se consolidando o processo de destruição das florestas de Rondônia.

Em afronta a uma decisão judicial para retirar invasores, no dia 11/02/14, a Assembleia Legislativa de Rondônia aprovou, a toque de caixa, o Projeto de Decreto Legislativo nº 143/14, acabando com a Reserva Extrativista (RESEX) Jaci-Paraná (199.623,20 ha).

Nas duas últimas décadas, foram em vão as inúmeras denúncias e apelos formulados pela Organização dos Seringueiros de Rondônia – OSR e associações de seringueiros aos órgãos públicos competentes.

Para tentar controlar a invasão, os seringueiros chegaram a aceitar a proposta de uma empresa de fazer um plano de manejo florestal no sul da reserva, próximo a Buritis. Após a invasão da primeira área que iriam manejar na divisa, o plano de manejo foi implantado mais interiorizado e mesmo assim foi invadido por madeireiros, sendo que os seringueiros tiveram que fugir da área. A gota d'água foi uma emboscada no Rio Jaci-Paraná, onde o seringueiro que pilotava uma voadeira foi alvejado e conseguiu se salvar mergulhando e escondendo-se na vegetação, seus algozes pensaram que ele tinha morrido. Nos anos seguintes a invasão explodiu e até mesmo as casas dos seringueiros eram queimadas para esconder a grilagem de suas terras.

Em Rondônia, os poucos remanescentes de populações tradicionais ribeirinhas e extrativistas que ainda resistem na floresta sofrem contínuo assédio e opressão de invasores. Além de pescadores, as áreas em contato com loteamentos/fazendas são fustigadas por madeireiros, caçadores e grileiros de terras, via de regra, acompanhada de ameaças de morte. Na mesma semana que os Parlamentares desafetavam a RESEX Jaci-Paraná, um morador da RESEX Aquariquara foi assassinado e provavelmente vai se juntar a outros casos de assassinatos em RESEX impunes em Rondônia.

O processo de grilagem de terras da RESEX Jaci-Paraná obedece à tática de "crime organizado" que está destruindo várias unidades de conservação do Estado. A indústria madeireira instalada em Rondônia, em número muito maior que o de florestas disponíveis, sobrevive em boa proporção de madeiras roubadas de unidades de conservação e terras indígenas, com toda sorte de fraudes e conivências para esquentar madeiras. No caso da RESEX Jaci-Paraná, além de madeireiras licenciadas vizinhas a RESEX, os madeireiros foram saqueando madeiras e no seu rastro deu-se a invasão por grileiros. A posse das terras, via de regra, se dá com a invasão em grande número de pessoas que destroem a floresta, vendem as madeiras, semeiam o capim e ficam de fora, incendiando anualmente a área. De um a dois anos, é possível transformar uma vasta região de floresta em fazendas pecuárias, e eles apostam na lógica do fato consumado, onde destruir floresta é aceito como "benfeitoria". É difícil responsabilizar os autores, uma vez que os grandes em geral agem com prepostos e mesmo os pequenos nos primeiros anos entram esporadicamente na reserva e em geral impera a "lei do silêncio", sendo corrente o jargão mafioso "quem dedurar morre".

Outro procedimento corrente nas duas últimas décadas é o enfrentamento com os órgãos de fiscalização, que em razão da agressividade dos invasores, demanda grandes contingentes de servidores nas missões (ambiental, policial e/ou Exército), tornando caras e raras as fiscalizações.

Na RESEX Jaci-Paraná foram reproduzidas as mesmas táticas empregadas anteriormente para destruir boa parte da vizinha Floresta Nacional do Bom Futuro, hoje em parte transformada em Área de Proteção Ambiental – APA, que de APA não tem nada, a maior parte são fazendas de pecuária de corte e o restante lotes de pequenos produtores, que continuam dizimando as florestas remanescentes impunemente.

Cabe destacar que parte da invasão da reserva extrativista partiu do interior da FLONA/APA Bom Futuro.

A frente parlamentar da grilagem em Rondônia emprega um discurso falacioso de que são pequenos produtores, mas há informações de que, tal qual na FLONA Bom Futuro, a maior parte das terras da RESEX Jaci-Paraná foram apossadas por fazendeiros, que grilaram as mesmas para pecuária de corte ou especulação fundiária. Basta uma análise na dinâmica do desmatamento da reserva, com inúmeros desmates anuais com polígonos de mais de 100 ha. Pelos menos uma dezena de imóveis tem mais de mil cabeças de gado bovino e várias dezenas de posses têm uma ou mais centenas de cabeças, ou seja, não se trata de pequenos produtores de origem humilde.

Como toda atividade de crime organizado, muitas fazendas estão divididas artificialmente para "enganar" os órgãos públicos, assim como é frequente o uso de nome de "laranjas", que acobertam os nomes de gente graúda que estão participando do butim, incluindo políticos ou seus parentes. Há muitas posses em nome de mulheres, no caso "companheiras", para ocultar os maridos (proprietários, empresários, funcionários públicos) ou já beneficiários de terras públicas.

Em tempos de mudanças climáticas contundentes, efeito estufa, é impressionante como os políticos de Rondônia fazem apologia à destruição da floresta e à invasão de unidades de conservação e tratam criminosos ambientais como heróis. É só ver as imagens de satélite no Google Earth para constatar que Rondônia abriga a maior área contínua de capim em área desflorestada da Amazônia internacional.

Nos mandatos de governador entre 2003 a 2010, ficava implícito o apoio aos invasores de unidades de conservação e áreas protegidas, contudo houve uma explosão de invasões e desmatamentos nas reservas. A exemplo, segundo dados do Programa PRODES, a Reserva Extrativista Jaci-Paraná saltou de um patamar de aproximadamente 1.500 hectares desmatados em 2002 para aproximadamente 55.000 hectares até 2012, tendo seus picos de desmatamento entre os anos de 2003 a 2010. No período, além de uma fantástica geração de créditos virtuais de madeiras no Estado, foram emitidos cadastros para invasores da RESEX Jaci-Paraná e algumas outras reservas estaduais, entendido pelos invasores como reconhecimento de suas posses e consequentemente estimulando novas invasões. Por sua vez, os Prefeitos colocam escolas, arrumam estradas e pontes, ou seja, em Rondônia a invasão de unidades de conservação é praticamente oficializada.

Neste ano eleitoral, o prêmio aos que invadiram a RESEX Jaci-Paraná é só o começo. A frente parlamentar da grilagem quer liquidar com várias unidades de conservação na 3ª aproximação do zoneamento (ZEE-RO) ou transformar as reservas de interesse dos grileiros em APAs, onde, além de premiar os invasores com o domínio da terra, o desmatamento é mais tolerado que em projeto de colonização. O zoneamento estadual, ao invés de cumprir seu propósito de ser um instrumento de planejamento das políticas públicas, está cumprindo a sina de reservar grandes áreas para a grilagem e politicagem. Como dizem alguns ruralistas, "foi financiado pelo Banco Mundial para inglês ver".

O pior de tudo é que os grupos madeireiro/pecuarista que estão destruindo as florestas e unidades de conservação de Rondônia estão avançando para todo o sul do Amazonas (de Lábrea a Apuí) e BR-319. Não é a toa que alguns membros da bancada ruralista de Rondônia estão na linha de frente pelo asfaltamento da BR-319, prenunciando uma nova frente para madeireiras nômades, formação de fazendas pecuárias e marginalização das comunidades tradicionais.

Enquanto "destruição de floresta em áreas protegidas" for tratada como benfeitoria e invasores, ao invés de serem obrigados a recuperar os danos, forem premiados com a posse das terras, não há perspectiva para as unidades de conservação neste País.

A rede GTA é formada por 20 coletivos regionais em nove Estados brasileiros, envolvendo mais de 600 entidades representativas de agricultores, seringueiros, indígenas, quilombolas, entidades ambientalistas, de direitos humanos, etc. A rede GTA repudia o ato legislativo, sendo solidária às lutas dos seringueiros de Rondônia. Solicita ao Governo do Estado de Rondônia e à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Ambiental – SEDAM um posicionamento oficial quanto aos fatos recentes narrados nesta carta.

Porto Velho, 18 de fevereiro de 2014.

O SR. FLAVIANO MELO (PMDB-AC. Pronunciamento encaminhado pelo orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero registrar nesta tribuna minha preocupação com o inexplicável aumento da tarifa aérea verificado no trecho Rio Branco-Porto Velho. A elevação nos preços das passagens ocorre exatamente no período em que as duas Capitais e sua população vêm sofrendo as consequências das inundações provocadas pelos rios que banham essas cidades.

Vale dizer que o preço da passagem entre as duas Capitais, que até recentemente oscilava entre R$120,00 e R$ 150,00 em nível de mercado, chega no início de março à casa dos R$486,90 pela Gol e impensáveis R$722,67

pela Azul. E isso ocorre justamente no momento em que o avião se torna um meio de transporte indispensável, em virtude da cheia dos rios.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, cabe lembrar que a cheia do Rio Madeira, confirmadamente a maior da história recente e de proporções ainda incalculáveis, vem dificultando enormemente a trafegabilidade da BR-364, única via de comunicação do Acre com o resto do País, o que coloca em risco não apenas a mobilidade da população como também ameaça o próprio abastecimento do Estado.

Em virtude dessa força maior da natureza, muitos passageiros, que retornavam ao Acre de outros Estados da Federação via BR-364, ficaram absolutamente isolados em Porto Velho. Tudo em razão dos preços proibitivos praticados por empresas aéreas, que ainda não conseguiram reconhecer o nível de utilidade pública que o avião tradicionalmente representou para o Acre.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, face a ameaça de inviabilização do tráfego via terrestre, cresce a importância da via aérea como garantia de elo rápido e imprescindível entre o Acre e as demais Unidades da Federação até como apoio fundamental às necessidades de momento. A situação, cada dia mais crítica, torna o transporte aéreo um meio não apenas necessário, mas absolutamente essencial e de utilidade pública para as ações emergenciais de toda sorte.

Portanto, um aumento extemporâneo e intempestivo no preço das tarifas aéreas se revela, no momento, não apenas inoportuno, mas decididamente inaceitável frente ao isolamento do Estado. Tenho a mais absoluta certeza de que a Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC), no bojo de suas atribuições legais, saberá agir de forma conveniente, até para dar uma necessária tranquilidade à população acreana, que atravessa um momento particularmente delicado em relação a sua ligação com o resto do País.

Muito obrigado.

O SR. JOSÉ CHAVES (PTB-PE. Pronunciamento encaminhado pelo orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, em seu discurso no Fórum Econômico Mundial de Davos, na sexta-feira, 24 de janeiro, entre as promessas de aprimorar as contas públicas e ampliar o investimento em infraestrutura, educação e inovação, a Presidenta Dilma Rousseff incluiu o compromisso de reduzir as exigências burocráticas para a criação das empresas como a primeira providência para aumentar a produtividade no País. Citou especificamente o Portal Empresa SIMPLES, que deve entrar no ar neste ano com a missão de permitir a abertura de uma empresa em apenas 5 dias.

O que a elite global do mundo dos negócios presente na plateia de Davos, Suíça, tem a ver com um portal para facilitar a vida das pequenas empresas brasileiras?

As mazelas da burocracia infernizam indistintamente companhias dos mais variados tamanhos. A diferença é que as maiores têm estrutura e recursos para driblar os obstáculos; já muitas das pequenas sucumbem no caminho.

Por isso, Sr. Presidente, o projeto do Portal está a cargo da recém-criada Secretaria da Micro e Pequena Empresa e seu objetivo é viabilizar a realização pela Internet de todas as etapas necessárias à constituição de uma empresa – desde a permissão da Prefeitura para o exercício da atividade, registro na Junta Comercial, até inscrição no CNPJ e nos departamentos fiscais dos Estados e Municípios.

Atualmente, a tarefa não é fácil, Sr. Presidente, e exige nada menos do que 107 dias e meio, numa grande cidade, para completar esse percurso, que compreende 13 procedimentos, de acordo com o levantamento mais recente do Banco Mundial.

O desempenho classifica o Brasil no 116º lugar entre 189 países analisados para o *ranking* Doing Business do organismo. No restante da América Latina e Caribe, a demora média para cumprir as nove etapas necessárias para se abrir uma empresa é de 36,1 dias.

Se o Brasil conseguir reduzir para 5 dias o prazo para a abertura de uma empresa, ficará à frente dos países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), que levam em média o dobro disso (11,1 dias) para apenas cinco procedimentos, e irá se igualar aos EUA.

A meta também parece muito ambiciosa, diante do histórico. O Brasil pouco avançou nos últimos tempos nessa área. No *ranking* de 2007, ele estava na 121ª colocação. A mais recente reforma feita para facilitar a vida das empresas brasileiras registrada pelo Banco Mundial foi em 2010, quando foi eliminada a licença do Corpo de Bombeiros para a obtenção de autorização da Prefeitura. Por outro lado, ficou mais complicada a transferência de propriedade pela exigência de se apresentar novo certificado de dívidas trabalhistas.

O próprio Banco Mundial, Sr. Presidente, constatou, ao longo dos 10 anos em que acompanha o tema, que os governos têm mais facilidade para realizar as mudanças necessárias para reduzir a burocracia das empresas no primeiro ano e meio de mandato.

Ainda assim, Sras. e Srs. Deputados, o Brasil tem algumas vantagens. Em toda a América Latina e Caribe, é no Brasil que uma empresa leva menos tempo para conseguir uma ligação de eletricidade: 58 dias em comparação com a média de 65 dias na região. Sua pior posição é na obtenção de alvarás de construção, tarefa que consome 400 dias, praticamente o dobro dos 215,5 dias médios da América Latina e Caribe.

No registro de propriedade, o Brasil também se sai bem na região, com 30 dias exigidos na tarefa, metade dos 65 dias em média da América Latina e Caribe e não muito distante dos 24 dias praticados na OCDE. Já o pagamento de impostos consome 2,6 mil horas por ano do empresário brasileiro, em comparação com 369 horas na América Latina e Caribe e 175 horas na OCDE.

O *ranking* do Banco Mundial não é um atestado definitivo e há críticos dentro do próprio organismo que questionam seus critérios, por induzirem ao sentimento de que quanto menos regulamentação, melhor. Além disso, o *ranking* concentra-se em aspectos regulatórios e não leva em conta pontos importantes para o desenvolvimento dos negócios, como a disponibilidade de infraestrutura, a qualidade da mão de obra etc.

Reduzir a burocracia é só uma parte da tarefa de incentivar os negócios, mas uma parte muito importante. O Brasil está atrasado nesta tarefa, e por mais que a meta de 5 dias seja mais propagandística que factível, qualquer avanço que for obtido nessa área será muito bem-vindo.

Como vimos, o tema não é novo e a firmeza da Presidenta em Davos deixou-nos a impressão de que sua promessa é realmente para valer.

E o Brasil agradece.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

VII – ENCERRAMENTO

O SR. PRESIDENTE (Amauri Teixeira) – Nada mais havendo a tratar, vou encerrar a sessão.

O SR. PRESIDENTE (Amauri Teixeira) – Encerro a sessão, convocando Sessão Deliberativa Extraordinária para quinta-feira, dia 27 de fevereiro, às 9 horas, e Sessão Não Deliberativa de Debates, às 14 horas, com as seguintes

ORDENS DO DIA

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

(DELIBERATIVA)
(Às 9 horas)

ORDEM DO DIA

MATÉRIA SOBRE A MESA

Requerimento nº 9.607/14, da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar o tráfico de pessoas no Brasil, suas causas, consequências e responsáveis no período de 2003 a 2011, compreendido na vigência da Convenção de Palermo e dá outras providências, que requer a **prorrogação do prazo de funcionamento da CPI, por trinta dias**.

URGÊNCIA
(Art. 151, I, "j", do Regimento Interno)

Discussão
ITEM ÚNICO

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 1.295-B, DE 2013
(Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional)

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 1.295-B, de 2013, que aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e a Organização Internacional para as Migrações, referente à Posição Legal, Privilégios e Imunidades da organização no Brasil, assinado em Brasília, em 13 de abril de 2010; tendo parecer: da Comissão de Finanças e Tributação, pela não implicação da matéria com aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária; e, no mérito, pela aprovação (Relator: Dep. Afonso Florence); e da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa (Relator: Dep. Almeida Lima).

SESSÃO DE DEBATES
(NÃO DELIBERATIVA)
(Às 14 horas)

GRANDE EXPEDIENTE

Oradores:
15h – Márcio Macêdo (PT – SE)
15h25 – George Hilton (PRB – MG)
15h50 – Giovanni Queiroz (PDT – PA)

AVISOS

PROPOSIÇÕES EM FASE DE RECEBIMENTO DE EMENDAS OU RECURSOS

I – EMENDAS

II- RECURSOS

Relação dos Deputados para o Grande Expediente
FEVEREIRO DE 2014

28	**6ª-feira**	10:00	Sandra Rosado (PSB - RN)
		10:50	Emanuel Fernandes (PSDB - SP)
		11:15	César Halum (PRB - TO)
		11:40	Efraim Filho (DEM - PB)

ORDEM DO DIA DAS COMISSÕES

I – COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA, ABASTECIMENTO E DESENVOLVIMENTO RURAL

AVISOS

PROPOSIÇÕES EM FASE DE RECEBIMENTO DE EMENDAS (5 SESSÕES)

DECURSO: 3ª SESSÃO
ÚLTIMA SESSÃO: 05-03-14

Substitutivo (Art. 119, II e §1º)

AS PROPOSIÇÕES ABAIXO SOMENTE RECEBERÃO EMENDAS APRESENTADAS POR MEMBROS DESTA COMISSÃO

PROJETO DE LEI Nº 5.979/13 – da Sra. Sandra Rosado – que "dispõe sobre o pagamento do couro bovino pelo abatedouro no ato da compra do animal".
RELATOR: Deputado BERNARDO SANTANA DE VASCONCELLOS.

COMISSÃO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

AVISOS

PROPOSIÇÕES EM FASE DE RECEBIMENTO DE EMENDAS A PARTIR DE AMANHÃ (DIA 28/02/2014)

Projetos de Lei (Art. 119, I e §1º)

PROJETO DE LEI Nº 4.047/01 – do Sr. Givaldo Carimbão – que "altera o art. 16 do Decreto-lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967, para definir os horários de veiculação e a duração dos programas educativos".
RELATOR: Deputado RUY CARNEIRO.

PROJETO DE LEI Nº 1.311/11 – do Sr. Rogério Peninha Mendonça – que "altera a redação do parágrafo único do art. 13 do Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967, para autorizar a veiculação de publicidade comercial na programação das emissoras de televisão educativa, limitada a 15% do tempo total destinado à programação dessas emissoras".
RELATOR: Deputado PAULO ABI-ACKEL.

PROJETO DE LEI Nº 7.004/13 – do Sr. Vicente Candido – que "altera a Lei nº 8.977, de 6 de janeiro de 1995, que "dispõe sobre o serviço de TV a Cabo e dá outras providências"".
RELATOR: Deputado ZEZÉU RIBEIRO.

PROJETO DE LEI Nº 7.079/14 – do Sr. Major Fábio – que "modifica a Lei nº 12.485, 12 de setembro de 2011, que trata da comunicação audiovisual de acesso condicionado, para vedar o uso de aparelho decodificador exclusivo".
RELATOR: Deputado SANDRO ALEX.

PROPOSIÇÕES EM FASE DE RECEBIMENTO DE EMENDAS (5 SESSÕES)

DECURSO: 3ª SESSÃO
ÚLTIMA SESSÃO: 05-03-14

Substitutivo (Art. 119, II e §1º)

AS PROPOSIÇÕES ABAIXO SOMENTE RECEBERÃO EMENDAS APRESENTADAS POR MEMBROS DESTA COMISSÃO

PROJETO DE LEI Nº 1.247/11 – do Sr. Silas Câmara – que "altera a Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, para permitir a expedição de autorização de operação, em caráter provisório, que perdurará até a apreciação, pelo Congresso Nacional, do ato de outorga de serviço de radiodifusão". (Apensado: PL 4336/2012)
RELATOR: Deputado JÚLIO CAMPOS.
DECURSO: 4ª SESSÃO
ÚLTIMA SESSÃO: 28-02-14

Substitutivo (Art. 119, II e §1º)

AS PROPOSIÇÕES ABAIXO SOMENTE RECEBERÃO EMENDAS APRESENTADAS POR MEMBROS DESTA COMISSÃO

PROJETO DE LEI Nº 3.684/04 – do Sr. Carlos Eduardo Cadoca – que "dispõe sobre medidas creditícias de incentivo às empresas de desenvolvimento de programas de computador livres" (Apensado: PL 2469/2007)
RELATOR: Deputado SANDRO ALEX.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

AVISOS

PROPOSIÇÕES EM FASE DE RECEBIMENTO DE EMENDAS (5 SESSÕES)

DECURSO: 2ª SESSÃO
ÚLTIMA SESSÃO: 06-03-14

Substitutivo (Art. 119, II e §1º)

AS PROPOSIÇÕES ABAIXO SOMENTE RECEBERÃO EMENDAS APRESENTADAS POR MEMBROS DESTA COMISSÃO

A – Da Análise da Constitucionalidade e Juridicidade (art. 54, I):

PROJETO DE LEI Nº 2.153/03 – do Sr. Coronel Alves – que "estabelece limites à exibição e comercialização de produtos e materiais eróticos e pornográficos, e dá outras providências". (Apensados: PL 6440/2005 e PL 862/2007)
RELATOR: Deputado ANDRE MOURA.

PROJETO DE LEI Nº 4.608/12 – do Sr. Edson Pimenta – que "dispõe sobre procedimentos para abordagem policial".
RELATOR: Deputado ALEXANDRE LEITE.
DECURSO: 3ª SESSÃO
ÚLTIMA SESSÃO: 05-03-14

Substitutivo (Art. 119, II e §1º)

AS PROPOSIÇÕES ABAIXO SOMENTE RECEBERÃO EMENDAS APRESENTADAS POR MEMBROS DESTA COMISSÃO

A – Da Análise da Constitucionalidade, Juridicidade e Mérito:

PROJETO DE LEI Nº 1.737/11 – do Sr. Geraldo Resende – que "acrescenta art. à Lei nº 1.060, de 5 de fevereiro de 1950, determinando que o direito à gratuidade da justiça não preclui e pode ser pleiteado a qualquer tempo".
RELATOR: Deputado ZEZÉU RIBEIRO.
DECURSO: 4ª SESSÃO
ÚLTIMA SESSÃO: 28-02-14

Substitutivo (Art. 119, II e §1º)

AS PROPOSIÇÕES ABAIXO SOMENTE RECEBERÃO EMENDAS APRESENTADAS POR MEMBROS DESTA COMISSÃO

A – Da Análise da Constitucionalidade, Juridicidade e Mérito:

PROJETO DE LEI Nº 119/11 – do Sr. Assis Melo – que "determina a inclusão do nome de devedor de alimentos em cadastro de inadimplentes".
RELATOR: Deputado NELSON MARCHEZAN JUNIOR.

PROJETO DE LEI Nº 3.976/12 – do Sr. Antonio Bulhões – que "determina a notificação da vítima de crime cuja pena máxima cominada seja superior a dois anos, quando da instauração de inquérito policial, do seu tombamneto pelo Poder Judiciário e de demais atos relativos ao processo criminal decorrente".
RELATOR: Deputado DR. GRILO.

COMISSÃO DE CULTURA

AVISOS

PROPOSIÇÕES EM FASE DE RECEBIMENTO DE EMENDAS (5 SESSÕES)

DECURSO: 3ª SESSÃO
ÚLTIMA SESSÃO: 05-03-14

Substitutivo (Art. 119, II e §1º)

AS PROPOSIÇÕES ABAIXO SOMENTE RECEBERÃO EMENDAS APRESENTADAS POR MEMBROS DESTA COMISSÃO

PROJETO DE LEI Nº 7.534/10 – do Sr. Angelo Vanhoni – que "cria o Dia Nacional da Diplomacia Cultural e dá outras providências".
RELATOR: Deputado ZEZÉU RIBEIRO.

PROJETO DE LEI Nº 3.727/12 – dos Srs. Jose Stédile e Jose Stédile – (PL 6959/2013) – que "dispõe sobre o princípio da universalização das bibliotecas públicas no País".
RELATOR: Deputado PINTO ITAMARATY.

COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

AVISOS

PROPOSIÇÕES EM FASE DE RECEBIMENTO DE EMENDAS (5 SESSÕES)

DECURSO: 4ª SESSÃO
ÚLTIMA SESSÃO: 28-02-14

Substitutivo (Art. 119, II e §1º)

AS PROPOSIÇÕES ABAIXO SOMENTE RECEBERÃO EMENDAS APRESENTADAS POR MEMBROS DESTA COMISSÃO

PROJETO DE LEI Nº 6.322/13 – do Sr. Carlos Bezerra – que "dispõe sobre a emissão de debêntures por sociedades limitadas".
RELATOR: Deputado GUILHERME CAMPOS.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

AVISOS

PROPOSIÇÕES EM FASE DE RECEBIMENTO DE EMENDAS (5 SESSÕES)

DECURSO: 2ª SESSÃO
ÚLTIMA SESSÃO: 06-03-14

Substitutivo (Art. 119, II e §1º)

AS PROPOSIÇÕES ABAIXO SOMENTE RECEBERÃO EMENDAS APRESENTADAS POR MEMBROS DESTA COMISSÃO

PROJETO DE LEI Nº 6.178/13 – do Sr. Vieira da Cunha – que "altera a Lei nº 7.398, de 4 de novembro de 1985, para assegurar aos estudantes da educação básica o direito de fundar, organizar e participar de Grêmios Estudantis, proíbe a transferência compulsória de seus dirigentes durante a vigência de seus mandatos, e dá outras providências".
RELATOR: Deputado CHICO ALENCAR.

COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

AVISOS

PROPOSIÇÕES EM FASE DE RECEBIMENTO DE EMENDAS (5 SESSÕES)

DECURSO: 1ª SESSÃO
ÚLTIMA SESSÃO: 07-03-14

Substitutivo (Art. 119, II e §1º)

AS PROPOSIÇÕES ABAIXO SOMENTE RECEBERÃO EMENDAS APRESENTADAS POR MEMBROS DESTA COMISSÃO

A – Da Análise da Adequação Financeira e Orçamentária e do Mérito:

PROJETO DE LEI Nº 1.735/11 – da Sra. Sandra Rosado – que "altera a redação dos arts. 134 e 260 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, e o art. 6º da Lei nº 8.242, de 12 de outubro de 1991, para determinar a alocação de recursos nos orçamentos da União, dos Estados e dos Municípios para o financiamento e a manutenção dos Conselhos Tutelares". (Apensados: PL 1993/2011 e PL 2544/2011)
RELATOR: Deputado DR. UBIALI.

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

AVISOS

PROPOSIÇÕES EM FASE DE RECEBIMENTO DE EMENDAS (5 SESSÕES)

DECURSO: 4ª SESSÃO
ÚLTIMA SESSÃO: 28-02-14

Substitutivo (Art. 119, II e §1º)

AS PROPOSIÇÕES ABAIXO SOMENTE RECEBERÃO EMENDAS APRESENTADAS POR MEMBROS DESTA COMISSÃO

PROJETO DE LEI Nº 4.611/12 – do Sr. Junji Abe – que "estabelece redução de IPI para produtos adequados à economia verde de baixo carbono".
RELATOR: Deputado RICARDO TRIPOLI.

COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA

AVISOS

PROPOSIÇÕES EM FASE DE RECEBIMENTO DE EMENDAS (5 SESSÕES)

DECURSO: 4ª SESSÃO
ÚLTIMA SESSÃO: 28-02-14

Substitutivo (Art. 119, II e §1º)

AS PROPOSIÇÕES ABAIXO SOMENTE RECEBERÃO EMENDAS APRESENTADAS POR MEMBROS DESTA COMISSÃO

PROJETO DE LEI Nº 1.075/11 – dos Srs. Penna e Sarney Filho – que "dispõe sobre a eliminação controlada das Bifenilas Policloradas – PCBs e dos seus resíduos, a descontaminação e a eliminação de transformadores, capacitores e demais equipamentos elétricos que contenham PCBs, e dá outras providências correlatas".
RELATOR: Deputado ARNALDO JARDIM.

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL

REUNIÃO ORDINÁRIA

AUDIÊNCIA PÚBLICA COM A PARTICIPAÇÃO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES DO SENADO FEDERAL

LOCAL: Senado Federal, Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário 7
HORÁRIO: 10h
A – Audiência Pública:
Participação na Audiência Pública realizada pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal.
Tema: Tratar do Projeto FX-2, da Força Aérea Brasileira, que consiste na aquisição de 36 aeronaves de caça de múltiplo emprego, incluindo a transferência de tecnologia necessária para a capacitação do parque industrial aeroespacial brasileiro.
Requerimento nº 14/2014, de autoria da Senadora Ana Amélia.

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA E COMBATE AO CRIME ORGANIZADO

AVISO

PROPOSIÇÃO EM FASE DE RECEBIMENTO DE EMENDAS A PARTIR DE AMANHÃ (DIA 28/02/2014)

Substitutivo (Art. 119, II e §1º)

A PROPOSIÇÃO ABAIXO SOMENTE RECEBERÁ EMENDAS APRESENTADAS POR MEMBROS DESTA COMISSÃO

PROJETO DE LEI Nº 4.546/12 – do Sr. Alexandre Leite – que "regulamenta os jogos de ação e seus equipamentos no Brasil".
RELATOR: Deputado ALESSANDRO MOLON.

COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA

AVISOS

PROPOSIÇÕES EM FASE DE RECEBIMENTO DE EMENDAS (5 SESSÕES)

DECURSO: 2ª SESSÃO
ÚLTIMA SESSÃO: 06-03-14

Substitutivo (Art. 119, II e §1º)

AS PROPOSIÇÕES ABAIXO SOMENTE RECEBERÃO EMENDAS APRESENTADAS POR MEMBROS DESTA COMISSÃO

PROJETO DE LEI Nº 5.482/13 – do Senado Federal – Arthur Virgílio – (PLS 316/2010) – que "acrescenta § 3º ao art. 115 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, que "dispõe sobre o Plano de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências", para dispor sobre penalidade administrativa em caso de consignação de mensalidades de associações e demais entidades de aposentados legalmente reconhecidas, sem a autorização de seus filiados".

RELATORA: Deputada ROSANE FERREIRA.
DECURSO: 3ª SESSÃO
ÚLTIMA SESSÃO: 05-03-14

Substitutivo (Art. 119, II e §1º)

AS PROPOSIÇÕES ABAIXO SOMENTE RECEBERÃO EMENDAS APRESENTADAS POR MEMBROS DESTA COMISSÃO

PROJETO DE LEI Nº 3.270/12 – do Sr. Carlos Souza – que "altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, para estabelecer tarifa social de passagens aéreas em voos domésticos regionais para passageiros carentes, priorizando o atendimento daqueles que necessitem de tratamento de saúde, nos termos que especifica".
RELATOR: Deputado GERALDO THADEU.

PROJETO DE LEI Nº 3.893/12 – do Sr. Geraldo Thadeu – que "dispõe sobre a obrigatoriedade de advertência sobre os riscos do consumo excessivo de cloreto de sódio nas embalagens e recipientes que especifica". (Apensado: PL 4452/2012)
RELATOR: Deputado CHICO DAS VERDURAS.

PROJETO DE LEI Nº 5.359/13 – dos Srs. Carlos Sampaio e Eduardo Barbosa – que "acrescenta parágrafo único ao art. 30 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para assegurar a matrícula em creches dos filhos e dependentes dos empregados domésticos e cuidadores de pessoa idosa, doente ou com deficiência, em cada Município brasileiro".

RELATORA: Deputada ROSANE FERREIRA.
DECURSO: 4ª SESSÃO
ÚLTIMA SESSÃO: 28-02-14

Substitutivo (Art. 119, II e §1º)

AS PROPOSIÇÕES ABAIXO SOMENTE RECEBERÃO EMENDAS APRESENTADAS POR MEMBROS DESTA COMISSÃO

PROJETO DE LEI Nº 3.113/12 – da Sra. Sandra Rosado – que "altera o art. 151 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências, para incluir a esclerose múltipla entre as doenças que permitem a concessão, sem período de carência, de auxílio-doença e aposentadoria por invalidez". (Apensado: PL 6416/2013)
RELATOR: Deputado ANTONIO BRITO.

PROJETO DE LEI Nº 3.697/12 – do Sr. Marco Tebaldi – que "dispõe sobre o programa de agendamento de consultas e entrega domiciliar de medicamentos de uso contínuo às pessoas portadoras de necessidades especiais e idosos em todo o território nacional, e dá outras providências". (Apensado: PL 5612/2013)
RELATOR: Deputado CHICO DAS VERDURAS.

PROJETO DE LEI Nº 6.191/13 – do Sr. Celso Jacob – que "acrescenta dispositivo à Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 (Estatuto do Idoso)".
RELATOR: Deputado DR. ROSINHA.

COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

AVISOS

PROPOSIÇÕES EM FASE DE RECEBIMENTO DE EMENDAS A PARTIR DE AMANHÃ (DIA 28/02/2014)

Substitutivo (Art. 119, II e §1º)

AS PROPOSIÇÕES ABAIXO SOMENTE RECEBERÃO EMENDAS APRESENTADAS POR MEMBROS DESTA COMISSÃO

PROJETO DE LEI Nº 1.809/11 – do Sr. Onofre Santo Agostini – que "altera o art. 3º da Lei nº 6.530, de 12 de maio de 1978, que regulamenta a profissão de Corretor de Imóveis, obrigando a inserção do nome do corretor de imóveis e seu respectivo número de registro junto ao CRECI nas transações imobiliárias". (Apensado: PL 6274/2013)
RELATOR: Deputado ARMANDO VERGÍLIO.

PROPOSIÇÕES EM FASE DE RECEBIMENTO DE EMENDAS (5 SESSÕES)

DECURSO: 3ª SESSÃO
ÚLTIMA SESSÃO: 05-03-14

Substitutivo (Art. 119, II e §1º)

AS PROPOSIÇÕES ABAIXO SOMENTE RECEBERÃO EMENDAS APRESENTADAS POR MEMBROS DESTA COMISSÃO

PROJETO DE LEI Nº 5.712/13 – do Sr. Luiz de Deus – que "estabelece a obrigação de os órgãos públicos federais, estaduais e municipais, dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, instalarem coletores de pilha e baterias portáteis usadas que contenham em suas composições chumbo, cádmio, mercúrio e seus compostos".
RELATOR: Deputado CHICO LOPES.
DECURSO: 4ª SESSÃO
ÚLTIMA SESSÃO: 28-02-14

Substitutivo (Art. 119, II e §1º)

AS PROPOSIÇÕES ABAIXO SOMENTE RECEBERÃO EMENDAS APRESENTADAS POR MEMBROS DESTA COMISSÃO

PROJETO DE LEI Nº 5.572/13 – do Sr. André Figueiredo – que "autoriza o Poder Executivo a instituir campus da Universidade Federal do Ceará no Município de Itapipoca, Estado do Ceará". (Apensado: PL 6619/2013)

RELATORA: Deputada GORETE PEREIRA.

PROJETO DE LEI Nº 5.755/13 – do Sr. Danrlei de Deus Hinterholz – que "dispõe sobre a jornada, condições de trabalho e piso salarial dos biólogos e dá outras providências".
RELATOR: Deputado POLICARPO.

COMISSÃO DE TURISMO

AVISOS

PROPOSIÇÕES EM FASE DE RECEBIMENTO DE EMENDAS (5 SESSÕES)

DECURSO: 4ª SESSÃO
ÚLTIMA SESSÃO: 28-02-14

Substitutivo (Art. 119, II e §1º)

AS PROPOSIÇÕES ABAIXO SOMENTE RECEBERÃO EMENDAS APRESENTADAS POR MEMBROS DESTA COMISSÃO

PROJETO DE LEI Nº 2.648/11 – do Sr. Jorginho Mello – que "dispõe sobre a instalação de equipamentos de vigilância nas arenas multiuso, ginásios e estádios de futebol, credenciados para a realização de jogos oficiais".
RELATOR: Deputado VICENTE CANDIDO.

COMISSÃO DE VIAÇÃO E TRANSPORTES

AVISOS

PROPOSIÇÕES EM FASE DE RECEBIMENTO DE EMENDAS (5 SESSÕES)

DECURSO: 3ª SESSÃO
ÚLTIMA SESSÃO: 05-03-14

Substitutivo (Art. 119, II e §1º)

AS PROPOSIÇÕES ABAIXO SOMENTE RECEBERÃO EMENDAS APRESENTADAS POR MEMBROS DESTA COMISSÃO

PROJETO DE LEI Nº 5.858/13 – do Senado Federal – Acir Gurgacz – (PLS 119/2011) – que "altera as Leis nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, que dispõe sobre o parcelamento do solo urbano, e nº 10.257, de 10 de julho de 2001 (Estatuto da Cidade), para dispor sobre a implantação de redes subterrâneas de infraestrutura básica previamente às obras de pavimentação e condicionar a concessão de financiamento federal para obras municipais ao cumprimento dessa disposição". (Apensado: PL 4931/2013)
RELATOR: Deputado JAIME MARTINS.

PROJETO DE LEI Nº 6.337/13 – do Sr. Pedro Uczai – que "altera o art. 212 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro (passagens de nível)".
RELATOR: Deputado LEONARDO QUINTÃO.
DECURSO: 4ª SESSÃO
ÚLTIMA SESSÃO: 28-02-14

Substitutivo (Art. 119, II e §1º)

AS PROPOSIÇÕES ABAIXO SOMENTE RECEBERÃO EMENDAS APRESENTADAS POR MEMBROS DESTA COMISSÃO

PROJETO DE LEI Nº 6.239/09 – do Sr. Ratinho Junior – que "acrescenta artigo à Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para dispor sobre o despachante de trânsito".
RELATOR: Deputado EDSON EZEQUIEL.

II – COMISSÕES TEMPORÁRIAS

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 358-A, DE 2013, DO SENADO FEDERAL, QUE "ALTERA OS ARTS. 165 E 166 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, PARA TORNAR OBRIGATÓRIA A EXECUÇÃO DA PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA QUE ESPECIFICA", E APENSADA

AVISOS

PROPOSIÇÕES EM FASE DE RECEBIMENTO DE EMENDAS (10 SESSÕES)

DECURSO: 4ª SESSÃO
ÚLTIMA SESSÃO: 11-03-14

Proposta de Emenda à Constituição (Art. 202, §3º)

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 358/13 – do Senado Federal – (PEC 353/2013) – que "altera os arts. 165 e 166 da Constituição Federal, para tornar obrigatória a execução da programação orçamentária que especifica". (Apensado: PEC 359/2013)
RELATOR: Deputado EDIO LOPES.

III – COMISSÕES MISTAS

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

AVISOS

PROPOSIÇÕES EM FASE DE RECEBIMENTO DE EMENDAS (15 DIAS)

DECURSO: 9º dia
ÚLTIMO DIA: 05/03/2014
RELATÓRIO E AO PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO apresentado às contas do Governo Federal, relativas ao exercicio financeiro de 2010 – AVISO (CN) Nº 16/11 – do Tribunal de Contas da União – que "encaminha ao Congresso Nacional, conforme dispõe o art. 71, inciso I, da Constituição Federal, o Relatório e sua síntese, sobre as Contas do Presidente da República, acompanhados de Votos e do Parecer Prévio Conclusivo, referentes ao exercícios de 2010". (Apensado: MCN 24/2011)
RELATOR: Senador RICARDO FERRAÇO.

RELATÓRIO E AO PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO apresentado às contas do Governo Federal, relativas ao exercicio financeiro de 2012 – AVISO (CN) Nº 12/13 – do Tribunal de Contas da União – que "encaminha, em conformidade com o Art. 71, inciso I, da Constituição Federal, documentos físicos, com o Relatório, sua síntese e o Voto sobre as contas da Presidenta da República referentes ao exercício de 2012, acompanhados das Declarações de Voto dos Ministros e do Parecer Prévio conclusivo aprovado pelo plenáro do Tribunal de Contas da União". (Apensado: MCN 25/2013)
RELATOR: Senador ACIR GURGACZ.

IV – COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES

ENCAMINHAMENTO DE MATÉRIA ÀS COMISSÕES

EM 26/02/2014:

Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania:

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 1.266/2013
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 1.303/2013
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 1.346/2013
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 1.369/2013
PROJETO DE LEI Nº 7.133/2014
PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 380/2014

Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio:

PROJETO DE LEI Nº 7.139/2014

Comissão de Seguridade Social e Família:

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 1.442/2014

Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público:

PROJETO DE LEI Nº 7.169/2014

(Encerra-se a sessão às 19 horas e 45 minutos.)

PROPOSIÇÕES APRESENTADAS

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR

Nº 375/2014 – do Sr. Jorge Corte Real – Altera a Lei Complementar n° 123, de 14 de dezembro de 2006, para conceder às microempresas e empresas de pequeno porte redução a zero das alíquotas do Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI e das contribuições para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público – PIS/PASEP e para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS sobre as receitas com a industrialização e comercialização de cestas básicas com as especificações regionais estabelecidas pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos – DIEESE.

PROJETO DE LEI

Nº 7.194/2014 – do Sr. Andre Moura – Dispõe sobre o reajuste periódico da tabela progressiva do imposto de renda das pessoas físicas com base no reajuste do salário mínimo.

Nº 7.195/2014 – do Sr. Marcus Pestana – Dispõe sobre as parcelas constitucionais, não indenizatórias, que não serão computadas para efeito dos limites remuneratórios de que trata o inciso XI do caput, e regulamenta o §11, ambos do art. 37, da Constituição da República.

Nº 7.196/2014 – do Sr. Cândido Vaccarezza – Confere ao Município de Tatuí, no Estado de São Paulo, o título de "Capital Nacional da Música".

Nº 7.197/2014 – do Sr. Gonzaga Patriota – Acrescenta § 4º ao Art. 58 do Decreto Lei 5.452 de 1943.

Nº 7.198/2014 – do Sr. Marcelo Almeida – Concede o nome de Parque Nacional Marinho Jorge Narozniak à unidade de conservação criada pela Lei 12.829, de 20 de junho de 2.013, originalmente designado Parque Nacional Marinho das Ilhas dos Currais.

Nº 7.199/2014 – do Sr. Hugo Leal – Altera a Lei nº 12.302, de 2 de agosto de 2010, que "Regulamenta o exercício da profissão de Instrutor de Trânsito", para suprimir a exigência da habilitação da categoria "D" para o exercício da atividade de instrutor de trânsito.

Nº 7.200/2014 – do Sr. Laercio Oliveira – Altera a Lei nº 6.Nº 7.29, de 28 de novembro de 1979.

Nº 7.201/2014 – do Sr. Carlos Souza – Dispõe sobre a responsabilidade criminal das pessoas jurídicas por condutas lesivas ao meio ambiente.

Nº 7.202/2014 – do Sr. Wolney Queiroz – Regula o disposto no inciso II do art. 20 da Constituição Federal, dispondo sobre as terras devolutas sob domínio da União.

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO

Nº 1447/2014 – da Srª. Mara Gabrilli – Susta o item "Procedimento: 03.01.01.022-66 – Aconselhamento Genético", do Anexo III, da Portaria Nº 199, de 30 de janeiro de 2014, do Ministério da Saúde, que institui a Política Nacional de Atenção Integral às Pessoas com Doenças Raras, aprova as Diretrizes para Atenção Integral às Pessoas com Doenças Raras no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS) e institui incentivos financeiros de custeio.

INDICAÇÃO

Nº 5.855/2014 – do Sr. Esperidião Amin – Sugere ao Ministro da Fazenda que sejam tomadas providências no sentido de revisar o normativo aplicável à prestação de serviços de pagamento de salários, aposentadorias e similares sem cobrança de tarifas

Nº 5.856/2014 – do Sr. Márcio Macêdo – Indicação ao Instituto Brasileiro de Meio Ambiente, IBAMA, sugerindo que sejam intensificadas as ações de controle de pesca, bem como a verificação da situação das licenças expedidas por este órgão para as empresas de pesca que atuam na Região do Distrito do Pontal do Ipiranga no Município de Linhares no norte do Estado do Espírito Santo.

Nº 5.857/2014 – do Sr. Márcio Macêdo – Indicação ao Ministério da Aquicultura e Pesca sugerindo que sejam intensificadas as ações de controle de pesca, bem como a verificação da situação das licenças expedidas por este órgão para as empresas de pesca que atuam na Região do Distrito do Pontal do Ipiranga no Município de Linhares no norte do Estado do Espírito Santo.

Nº 5.8Nº 5.8/2014 – do Sr. Paulo Ferreira – Requer ao Presidente da Câmara dos Deputados o envio de Indicação ao Poder Executivo (Ministério da Cultura), sugerindo a instalação de uma representação regional da Fundação Cultural Palmares (FCP) no estado do Rio Grande do Sul.

Nº 5.859/2014 – do Sr. Carlos Souza – Sugere que o Ministério de Minas e Energia adote providências definitivas para ultimar o reiterado desrespeito da empresa Eletrobrás Amazonas Energia contra os consumidores amazonenses.

Nº 5.860/2014 – do Sr. Carlos Souza – Sugere ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior a adoção de medidas que permitam a ultimação do movimento grevista encampado pelos servidores da Superintendência da Zona Franca de Manaus – SUFRAMA.

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO

Nº 4.011/2014 – do Sr. Mendonça Filho – Solicita informações à Sra. Ministra de Estado do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Tereza Campello, sobre a implementação do Programa "Crack, é possível vencer".

Nº 4.012/2014 – do Sr. Mendonça Filho – Solicita informações ao Sr. Ministro de Estado da Saúde, Arthur Chioro, sobre a implementação do Programa "Crack, é possível vencer".

Nº 4.013/2014 – do Sr. Mendonça Filho – Solicita informações ao Sr. Ministro de Estado da Justiça, José Eduardo Cardoso, sobre a implementação do Programa "Crack, é possível vencer".

Nº 4.014/2014 – do Sr. Raimundo Gomes de Matos – Requer à Ministra do Meio Ambiente informações sobre concessão à iniciativa privada de operações de serviços e infraestrutura no Parque Nacional e Jericoacoara.

Nº 4.015/2014 – do Sr. Raimundo Gomes de Matos – Requer à Ministra do Planejamento, Orçamento e Gestão-MPOG, sobre concessão à iniciativa privada de operações de serviços e infraestrutura no Parque Nacional e Jericoacoara

Nº 4.016/2014 – da Srª. Rosane Ferreira – Requer que sejam prestadas informações por parte do Senhor Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Antônio Eustáquio Andrade Ferreira, sobre pesquisas em toxicologia ambiental realizadas pela Embrapa e a dimensão das áreas degradadas no Brasil.

Nº 4.017/2014 – do Sr. Arolde de Oliveira – Solicito informações ao Ministro da Saúde acerca da importação de sangue, componentes e hemoderivados de Cuba.

Nº 4.018/2014 – do Sr. Izalci – Requer informações ao Ministro da Saúde Senhor Arthur Chioro acerca da execução do Programa Mais Médicos no que se refere à formação médica no País.

Nº 4.019/2014 – do Sr. Izalci – Requer sejam prestadas informações pela Ministra do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Sra. Tereza Campello, sobre a execução do Programa Erradicação do Trabalho Infantil (Peti).

Nº 4.020/2014 – do Sr. Izalci – Requer informações ao Ministro da Educação Senhor José Henrique Paim sobre o Programa Universidade para Todos (ProUni).

Nº 4.021/2014 – do Sr. Izalci – Requer informações ao Ministro da Educação Senhor José Henrique Paim sobre o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec).

Nº 4.022/2014 – do Sr. Antonio Carlos Mendes Thame – Requer informações ao Senhor Ministro de Estado da Fazenda, a cerca dos investimentos e dos custeios, em favor do setor citrícola.

Nº 4.023/2014 – do Sr. Antonio Carlos Mendes Thame – Requer informações ao Senhor Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), acerca dos investimentos e dos custeios, em favor do setor citrícola.

Nº 4.024/2014 – do Sr. Antonio Carlos Mendes Thame – Requer informações ao Senhor Ministro de Estado da Previdência Social, a cerca dos possíveis descontos em folha, em favor de entidades sindicais.

Nº 4.025/2014 – do Sr. Antonio Carlos Mendes Thame – Requer informações ao Senhor Ministro de Estado de Minas e Energia, a cerca de todos os projetos da Petrobras, referente ao plantio e a produção do óleo de palma, para a produção do biocombustível denominado ''"biopalma"".

Nº 4.026/2014 – do Sr. Mendonça Filho – Solicita ao Excelentíssimo Senhor Ministro de Minas e Energia, Edison Lobão, que esclareça repasse de recursos, pela Petrobras, a entidades ligadas ao Movimento dos Trabalhadores Sem Terra – MST.

Nº 4.027/2014 – do Sr. Beto Albuquerque – Requerimento de Informação ao Ministro de Estado da Defesa, sobre a convocação dos concluintes dos cursos de medicina, farmácia, odontologia e veterinária para prestarem serviço militar obrigatório.

REQUERIMENTO

Nº 9.607/2014 – do Sr. Arnaldo Jordy – Requer a prorrogação do prazo de funcionamento COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DESTINADA A INVESTIGAR O TRÁFICO DE PESSOAS NO BRASIL, SUAS CAUSAS, CONSEQUÊNCIAS E RESPONSÁVEIS NO PERÍODO DE 2003 A 2011, COMPREENDIDO NA VIGÊNCIA DA CONVENÇÃO DE PALERMO, por 30 (trinta) dias a contar do término efetivo dos trabalhos (31/03/2014).

Nº 9.608/2014 – do Sr. Eduardo Gomes – Requer a realização de Sessão Solene da Câmara dos Deputados em Homenagem Ao Dia Internacional da Síndrome de Down – 21.03

Nº 9.609/2014 – do Sr. Dr. Ubiali – Requer a criação de Comissão Especial de Acessibilidade na estrutura administrativa da Câmara dos Deputados.

Nº 9.610/2014 – do Sr. Dr. Jorge Silva – Requer a realização de Sessão Solene da Câmara dos Deputados destinada a homenagear o Movimento Novembro Azul e a Sociedade Brasileira de Urologia.

Nº 9.611/2014 – do Sr. Dr. Jorge Silva – Requer a realização de Sessão Solene do Congresso Nacional destinada a homenagear o Movimento Novembro Azul e a Sociedade Brasileira de Urologia.

Nº 9.612/2014 – do Sr. Delegado Protógenes – requer a realização de sessão solene da Câmara dos Deputados para homenagear a Comunidade Muçulmana,

Nº 9.613/2014 – do Sr. Costa Ferreira – Requer a inclusão na Ordem do Dia do PROJETO DE LEI Nº 1881/2011, apensado ao Projeto de Lei 2549/92, que altera o art. 192 da Consolidação das Leis do Trabalho para dispor sobre a base de cálculo do adicional de insalubridade.

Nº 9.614/2014 – do Sr. Padre Ton – Requer a inclusão do Projeto de Lei nº 2000/11, que concede anistia aos trabalhadores rurais de Rondônia punidos no episódio conhecido como Massacre de Corumbiara, na Ordem do Dia do Plenário.

Nº 9.615/2014 – do Sr. Paulo Foletto – Requer a retirada de seu nome constante no RCP 22/2013, destinada a investigar a atuação da Fundação Nacional do Índio – FUNAI e do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA na demarcação de terras indígenas e de remanescentes de quilombos.

Nº 9.616/2014 – do Sr. George Hilton – Requer a inclusão na Ordem do Dia do Plenário do Projeto de Lei nº 595/2003.

Nº 9.617/2014 – do Sr. Andre Moura – Requer a realização de Sessão Solene para homenagear o Dia Nacional da Defensoria Pública.

Nº 9.618/2014 – do Sr. Andre Moura – Requer a realização de Sessão Solene para homenagear o Dia da Indústria, celebrado no dia 25 de maio.

Nº 9.619/2014 – da Srª. Benedita da Silva – Requer a realização de Sessão Solene no dia 18 de novembro de 2014 para celebrar o Dia Nacional da Consciência Negra, que se comemora no dia 20 de novembro, e em homenagem a Zumbi dos Palmares.

PROPOSIÇÕES DESPACHADAS

MENSAGEM N.º 18, DE 2014

(Do Poder Executivo)

Aviso nº 46/2014 – C. Civil

Comunica a Excelentíssima Senhora Presidenta da República que se ausentará do País no período de 21 a 24 de fevereiro de 2014, nos dias 21 e 22, em visita às cidades do Vaticano e Roma e nos dias 23 e 24, em visita à cidade de Bruxelas.

DESPACHO: PUBLIQUE-SE E, APÓS, ARQUIVE-SE.

Senhores Membros da Câmara dos Deputados,

Informo a Vossas Excelências que me ausentarei do País no período de 21 a 24 de fevereiro de 2014, nos dias 21 e 22, em visita às cidades do Vaticano e de Roma, e nos dias 23 e 24, em visita à cidade de Bruxelas.

Brasília, 19 de fevereiro de 2014.

PROJETO DE LEI Nº 7.133, DE 2014

(Do Sr. Vicentinho)

Estende aos funcionários da Polícia Rodoviária Federal, ocupantes de cargos de atividade policial, o regime de prisão especial estabelecido pela Lei nº 4.878, de 3 de dezembro de 1965.

DESPACHO: À COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA (MÉRITO E ART. 54, RICD)

APRECIAÇÃO: Proposição sujeita à apreciação do Plenário

O Congresso Nacional Decreta:

Art. 1º Fica estendido aos funcionários da Polícia Rodoviária Federal, ocupantes de cargos de atividades policiais, o regime de prisão especial estabelecido pela Lei nº 4878, de 3 de dezembro de 1965 em seu artigo 40 e respectivos parágrafos.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

A Polícia Rodoviária Federal, a partir da promulgação da Constituição Federal em 1.988, passando a integrar os órgãos de segurança pública, teve suas atribuições expandidas, sendo incumbida de apoiar outras Instituições Policiais no combate às diversas modalidades de crime, que vai desde a prostituição infantil, roubo de carga e de veículos, adentrando o campo do tráfico de entorpecentes, armas, contrabando, descaminho, trabalho escravo, e outros tantos mais variados tipos de crimes.

A história recente e os estudos científicos nos mostram que o servidor policial trabalha sob forte pressão psicológica, principalmente nos grandes centros urbanos, pois, não raras as vezes o servidor deixa sua residência, sua família, para ir prestar o seu serviço, a sua contribuição para com a sociedade e a segurança pública representando o Estado, e não volta para casa, tombando no cumprimento da missão e isto é um fato gerador de altos estresses pela qual passam quaisquer um dos servidores policiais e por isso mesmo deve o Estado preservar o servidor policial, garantindo-lhe o direito de proteção enquanto cidadão especial que é.

Não obstante os percalços pelo qual passa o servidor policial para que possa cumprir o seu dever de ofício, o exercício da atividade policial força com que o policial interfira no exercício do direito das pessoas, impondo-lhes a aplicabilidade dos dispositivos legais, muitas vezes impedindo o cidadão de prosseguir sua viagem, noutras vezes efetuando prisões de criminosos e nessas atividades ocorrem também a necessidade de impor força coercitiva para conter aqueles mais afoitos que enveredam pelo lado do crime, inclusive com enfrentamento aos próprios policiais gerando baixas dos dois lados.

Vale lembrar que o policial, antes de ser um servidor público e que nessa condição tem o dever legal de cumprir e fazer cumprir a lei, ele é um Ser Humano como outro qualquer, a quem deve lhe ser garantido os Direitos Humanos cujos direitos são defendidos mundialmente, e então, na condição de policial, tem o servidor policial o direito de ter um tratamento especial, além daqueles direitos que são garantidos pelas normas internacionais de direitos humanos ao cidadão comum, porque o policial é um Ser Especial, em razão da árdua missão que assume diante da Instituição em que serve e diante da sociedade a qual se compromete a proteger. Prova maior dessa especialidade é o fato de a aposentadoria do servidor policial ser diferente das aposentadorias dos demais cidadãos comuns, pois, a aposentadoria em todos os servidores policiais ocorre mais cedo do que a aposentadoria das demais pessoas.

Ocorre que o Policial Rodoviário Federal, como outro servidor policial de qualquer instituição, pode passar por situações fáticas que o leve a ser recolhido preso preventivamente, e, tem ocorrido caso de detenções sem justificativas onde o policial é recolhido preso em unidades prisionais comuns, até mesmo junto com pessoas detidas por ele, e depois de certo tempo, depois de passar ele e sua família por constrangimento e humilhações é liberto por falta de provas ou por inexistência de ilicitude em seus atos. Há que atentar para o fato de que as normas constitucionais e infraconstitucionais estabelecem que ninguém é considerado culpado sem o devido processo legal e antes da sentença penal transitada em julgado, com a garantia de todos os meios de defesa e do direito ao contraditório.

A Lei nº 4878/65 estabelece em seu artigo 40 a prisão especial para os Policiais Civis da União e do Distrito Federal, e, na sequencia, veio a Lei nº 5350/67 estender este benefício às policias dos Estados e dos Terri-

tórios. O artigo 144 da Constituição Federal estabelece os órgãos integrantes da segurança pública definindo a competência de cada um daqueles órgãos, e dentre eles está também a Polícia Rodoviária Federal como órgão policial da União, razão pela qual deve o servidor policial da Polícia Rodoviária Federal também receber o benefício da prisão especial, a que se refere o citado artigo 40 da Lei nº 4878/65.

Posto isso, para garantia dos direitos inalienáveis da pessoa humana, da garantia do direito de ser tratado como Ser Especial que é, da garantia de ter tratamento igual ao que é deferido para as outras Instituições Policiais, roga à Vossa Excelência apresentar projeto de lei, cuja minuta do projeto vai em anexo, garantindo a extensão dos benefícios da prisão especial prevista no artigo 40 da Lei 4878/65 aos servidores Policiais Rodoviários Federais criados pela Lei nº 9654 de 2 de junho de 1998, colocando assim estes policiais em igualdade de direitos com as demais co-irmãs.

Brasília, 14 de fevereiro de 2014. – Deputado **Vicentinho.**

PROJETO DE LEI Nº 7.139, DE 2014

(Do Sr. Mauro Lopes)

Altera o Anexo I da Lei nº 12.546, de 14 de dezembro de 2011, que "altera a incidência das contribuições previdenciárias devidas pelas empresas que menciona".

DESPACHO: ÀS COMISSÕES DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO; FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO (MÉRITO E ART. 54, RICD) E CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA (ART. 54 RICD).

APRECIAÇÃO: PROPOSIÇÃO SUJEITA À APRECIAÇÃO CONCLUSIVA PELAS COMISSÕES – ART. 24 II

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei inclui a cadeia produtiva de joias e bijuterias no regime de desoneração da folha de pagamentos.

Art. 2º O Anexo I referido no *caput* do art. 8º da Lei nº 12.546, de 14 de dezembro de 2011, passa a vigorar acrescido dos produtos classificados nos seguintes códigos da Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados – TIPI, aprovada pelo Decreto no 7.660, de 23 de dezembro de 2011:

I – 71.03;

II – 7107.00.00;

III – 7109.00.00;

IV – 7111.00.00;

V – 71.13;

VI – 71.14;

VII – 71.16; e

VIII – 71.17.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 1º de janeiro do ano subsequente ao de sua publicação.

Justificação

Composta basicamente de micro e pequenas empresas e intensiva em mão de obra, a cadeia produtiva de joias e bijuterias no Brasil é a maior da América Latina e possui um enorme potencial de crescimento, devido a importantes vantagens comparativas, como as grandes jazidas de ouro e gemas e a inovação no design, que vem projetando o pais internacionalmente. No entanto, o setor apresenta dificuldades para exibir taxas compatíveis com essas vantagens comparativas.

Uma grave distorção no conjunto de impostos que incide sobre a cadeia do setor inibe as empresas de crescerem. Mesmo para empresas enquadradas no SUPERSIMPLES (a imensa maioria) a tributação segue a tabela do imposto com alíquota máxima de 12,11% sobre o faturamento.

Ocorre que, como o custo das matérias primas no setor joalheiro (ouro e gemas) é extremamente elevado, as empresas atingem rapidamente o teto de faturamento de R$ 3,6 milhões e, consequentemente, perdem o benefício. Neste caso a tributação total passa dos 12,11% do limite do SIMPLES para quase 50% no caso do lucro presumido, sem considerar a tributação adicional sobre a folha de pagamento. Sendo assim, as empresas relutam em crescer e abandonar o regime simplificado e são estimuladas a operar na informalidade nos valores que ultrapassam o limite do SIMPLES, ou mesmo desfazem a sociedade, com abertura de uma empresa para cada sócio ou familiar.

As empresas optantes pelo lucro presumido, por outro lado, estão inviabilizadas dado o diferencial da carga de tributos. Estas empresas sofrem hoje uma tripla concorrência desleal. Em primeiro lugar, do contra-

bando e das empresas informais de fundo de quintal, que nada recolhem aos cofres públicos; em segundo lugar, das empresas enquadradas no Super Simples que possuem uma tributação adequada ao seu porte e características, com uma alíquota total máxima de 12%; e, finalmente, das empresas sediadas em Manaus que não recolhem o IPI e possuem um ICMS mais baixo.

Dessa forma, nos últimos 12 anos o setor migrou em massa para o regime simplificado. As maiores empresas tiveram que reduzir seu quadro de empregados e diminuir sua estrutura; e as menores empresas, apesar de ampliar sua planta industrial, encontram-se proibidas de crescer.

Uma medida imprescindível para reverter o quadro de estagnação no setor é a desoneração da folha de pagamento, que passaria a ser paga pelo faturamento. Essa medida estimularia as empresas a migrarem para o regime tributário do lucro presumido; e a ampliarem sua escala e faturamento, aumentando, consequentemente, sua competitividade.

Essa medida foi aprovada no âmbito do Conselho de Competitividade de Calçados, Têxtil e Confecções, Gemas e Joias, do Plano Brasil Maior, mas somente os outros dois setores que compõem o referido Conselho já foram contemplados com a desoneração de suas folhas de pagamento por serem considerados intensivos em mão-de-obra.

Cabe ressaltar que a adoção desse beneficio para o setor não causará impacto tributário significante. Em razão do enorme número de empresas que optaram pelo SUPERSIMPLES, a expectativa é a de que, com a diminuição da carga tributaria, muitas delas retornem a sua condição de média empresa, contribuindo, assim, para o aumento da arrecadação.

Sala das Sessões, em 18 de fevereiro de 2014.

Deputado Mauro Lopes

PROJETO DE LEI Nº 7.169, DE 2014

(Do Senado Federal)

PLS 517/2011

Ofício nº 237/2014 (SF)

Dispõe sobre a mediação entre particulares como o meio alternativo de solução de controvérsias e sobre a composição de conflitos no âmbito da administração Pública; altera a Lei nº 9.469, de 10 de julho de 1997, e o Decreto nº 70.235, de 6 de março de 1972; e revoga o § 2º do art. 6º da Lei nº 9.469, de 10 de julho de 1997.

DESPACHO: ÀS COMISSÕES DE: TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO E CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA (MÉRITO E ART. 54, RICD).

APRECIAÇÃO: Proposição sujeita à apreciação conclusiva pelas Comissões – Art. 24 II

O **CONGRESSO NACIONAL** decreta:

Art. 1º Esta Lei dispõe sobre a mediação como meio alternativo de solução de controvérsias entre particulares e sobre a composição de conflitos no âmbito da Administração Pública.

§ 1º Considera-se mediação a atividade técnica exercida por terceiro imparcial e sem poder decisório, que, escolhido ou aceito pelas partes, as auxilia e estimula a identificar ou desenvolver soluções consensuais para a controvérsia.

§ 2º Aplica-se a mediação para a resolução consensual de conflitos envolvendo pessoas físicas ou pessoas jurídicas de direito privado, nos termos do que dispõe o Capítulo I desta Lei.

§ 3º A composição de conflito em que ao menos uma parte é pessoa jurídica de direito público seguirá o regramento estabelecido no Capítulo II desta Lei.

CAPÍTULO I

Da Mediação

Seção I

Disposições Gerais

Art. 2º A mediação será orientada pelos seguintes princípios:

I – imparcialidade do mediador;

II – isonomia entre as partes;

III – oralidade;

IV – informalidade;

V – autonomia da vontade das partes;

VI – busca do consenso;

VII – confidencialidade;

VIII – boa-fé.

Parágrafo único. Ninguém será obrigado a submeter-se a procedimento de mediação.

Art. 3º Somente pode ser objeto de mediação o conflito que verse sobre matéria que admita transação.

§ 1º A mediação pode versar sobre todo o conflito ou parte dele.

§ 2º Os acordos envolvendo direitos indisponíveis e transigíveis devem ser homologados em juízo, exigida a oitiva do Ministério Público quando houver interesse de incapazes.

§ 3º Não se submete à mediação o conflito em que se discute:

I – filiação, adoção, poder familiar ou invalidade de matrimônio;

II – interdição;

III – recuperação judicial ou falência.

Seção II

Dos Mediadores

Subseção I

Disposições Comuns

Art. 4º O mediador será escolhido pelas partes ou, se for indicado, deverá ser por elas aceito.

§ 1º O mediador conduzirá o processo de comunicação entre as partes, buscando o entendimento e o consenso e facilitando a resolução do conflito por acordo.

§ 2º No desempenho de sua função, o mediador procederá com imparcialidade, independência, diligência e discrição.

Art. 5º Aplicam-se ao mediador as mesmas hipóteses legais de impedimento e suspeição do juiz.

Art. 6º O mediador ficará impedido de assessorar, representar ou patrocinar qualquer parte que tenha se submetido a mediação por ele conduzida nos 2 (dois) anos anteriores.

Art. 7º Salvo acordo em sentido contrário, o mediador não poderá atuar como árbitro, nem funcionar como testemunha em processos judiciais ou arbitrais pertinentes a conflito em que tenha atuado como mediador.

Art. 8º O mediador e todos aqueles que o assessoram no procedimento de mediação, quando no exercício de suas funções ou em razão delas, são equiparados a servidor público, para os efeitos da legislação penal.

Subseção II

Dos Mediadores Extrajudiciais

Art. 9º Poderá funcionar como mediador extrajudicial qualquer pessoa capaz, que tenha a confiança das partes e que se considere capacitada para fazer mediação, independentemente de integrar qualquer tipo de conselho, ou associação, ou nele inscrever-se.

Subseção III

Dos Mediadores Judiciais

Art. 10. Poderá atuar como mediador judicial a pessoa capaz, graduada há pelo menos 2 (dois) anos em curso de ensino superior de instituição reconhecida pelo Ministério da Educação e que tenha obtido capacitação em escola ou entidade de formação de mediadores, reconhecida pelo Conselho Nacional de Justiça ou pela Escola Nacional de Mediação e Conciliação do Ministério da Justiça.

§ 1º Os tribunais manterão cadastros atualizados dos mediadores habilitados e autorizados a atuar em mediação judicial.

§ 2º A inscrição no cadastro de mediadores judiciais será requerida pelo interessado ao tribunal com jurisdição na área em que pretenda exercer a mediação.

§ 3º Será compulsoriamente excluído do cadastro o mediador que:

I – violar os princípios previstos nesta Lei;

II – sendo impedido ou suspeito, atuar em procedimento de mediação;

III – for condenado definitivamente em decorrência de ação penal ou de improbidade administrativa.

§ 4º Nos casos dos incisos I e II do § 3º, o procedimento disciplinar para a exclusão do cadastro de mediadores será processado e julgado perante o tribunal sob cuja jurisdição houver ocorrido a infração, assegurado o direito ao contraditório.

§ 5º O tribunal deverá informar o nome dos mediadores que forem excluídos de seu cadastro ao Conselho Nacional de Justiça, que encaminhará tal informação aos demais tribunais, para que procedam à imediata exclusão, sem necessidade de procedimento disciplinar.

§ 6º O mediador que for excluído compulsoriamente do cadastro de mediadores de um tribunal não será mais admitido em nenhum outro.

Art. 11. A remuneração devida aos mediadores judiciais será fixada pelos tribunais e será custeada pelas partes.

Parágrafo único. A gratuidade em relação à parte que alega ser juridicamente pobre dependerá da aceitação do mediador.

Seção III

Do Procedimento de Mediação

Subseção I

Disposições Comuns

Art. 12. A pessoa designada para funcionar como mediador tem o dever de revelar às partes, antes da aceitação da função, qualquer fato ou circunstância que possa suscitar dúvida justificada em relação à sua imparcialidade para mediar o conflito, oportunidade em que poderá ser recusado por qualquer delas.

Art. 13. No início da primeira reunião de mediação, e sempre que julgar necessário, o mediador deverá alertar as partes acerca das regras de confidencialidade aplicáveis ao procedimento.

Art. 14. A requerimento das partes ou do mediador, com anuência daquelas, poderão ser admitidos outros mediadores para funcionarem no mesmo procedimento, quando isso for recomendável em razão da natureza e da complexidade do conflito.

Art. 15. Ainda que haja processo arbitral ou judicial em curso, as partes poderão submeter-se a mediação, hipótese em que requererão ao juiz ou árbitro a suspensão do processo por prazo suficiente para a solução consensual do litígio.

§ 1º É irrecorrível a decisão que suspende o processo nos termos requeridos de comum acordo pelas partes.

§ 2º A suspensão do processo não obsta a concessão de medidas de urgência pelo juiz ou pelo árbitro.

Art. 16. As partes poderão ser assistidas por advogados.

Parágrafo único. Se apenas 1 (uma) das partes estiver assistida por profissional da advocacia, as outras poderão solicitar a nomeação de defensor ad hoc.

Art. 17. Considera-se instituída a mediação na data em que for firmado seu termo inicial.

§ 1º Constarão do termo inicial de mediação:

I – a qualificação das partes e dos seus procuradores, quando houver;

II – o nome, a profissão e o domicílio do mediador ou dos mediadores e, ainda, se for o caso, a identificação da entidade à qual as partes delegaram a indicação de mediadores;

III – a descrição do conflito submetido à mediação;

IV – a discriminação da responsabilidade pelo pagamento das despesas com a mediação e dos honorários do mediador, independentemente de se chegar a um consenso;

V – o local, a data e as assinaturas do mediador, das partes e dos seus procuradores, quando houver.

§ 2º As partes poderão incluir no termo inicial de mediação outras matérias que entendam relevantes, inclusive os limites do dever de confidencialidade aplicável a todos os envolvidos no procedimento, signatários do termo inicial de mediação.

§ 3º Enquanto transcorrer o procedimento de mediação, ficará suspenso o prazo prescricional a partir da data da assinatura do termo inicial.

Art. 18. Instituída a mediação, as reuniões posteriores com a presença das partes somente poderão ser marcadas com a sua anuência.

Art. 19. No desempenho da sua função, o mediador poderá reunir-se com as partes, em conjunto ou separadamente, ouvir terceiros e solicitar das partes as informações que entender necessárias para o esclarecimento dos fatos e para facilitar o entendimento entre as partes.

Art. 20. O procedimento de mediação será encerrado lavrando-se seu termo final, quando for celebrado acordo ou quando não se justificarem novos esforços para a obtenção de consenso, seja por declaração do mediador nesse sentido ou por manifestação de qualquer das partes.

§ 1º O termo final de mediação conterá:

I – a qualificação das partes e dos seus procuradores e prepostos, quando houver;

II – o resumo do conflito;

III – a descrição do acordo, com os direitos e obrigações de cada parte, ou a declaração ou manifestação de não ser mais possível a obtenção de solução consensual;

IV – o local, a data, a assinatura do mediador e, caso tenha sido celebrado acordo, as assinaturas das partes e dos seus procuradores, quando houver.

§ 2º O termo final de mediação, na hipótese de celebração de acordo, constitui título executivo extrajudicial e, quando homologado judicialmente, título executivo judicial.

Subseção II

Da Mediação Extrajudicial

Art. 21. O convite para iniciar o procedimento de mediação extrajudicial poderá ser feito por qualquer meio de comunicação.

Parágrafo único. O convite formulado por uma parte a outra considerar-se-á rejeitado se não for respondido no prazo estipulado em contrato ou, na falta deste, em até 30 (trinta) dias da data de seu recebimento.

Art. 22. Não havendo estipulação acerca do procedimento, caberá ao mediador discipliná-lo tendo em conta as circunstâncias do caso, os interesses expressados pelas partes e a necessidade de uma solução expedita para o conflito.

Art. 23. Se, no termo inicial de mediação, as partes se comprometerem a não iniciar procedimento arbitral ou processo judicial durante certo prazo ou até o implemento de determinada condição, o árbitro ou o juiz suspenderá o curso da arbitragem ou da ação pelo prazo previamente acordado ou até o implemento dessa condição.

Parágrafo único. O disposto no ***caput*** não se aplica às medidas de urgência em que o acesso ao Poder Judiciário seja necessário para evitar o perecimento de direito.

Subseção III

Da Mediação Judicial

Art. 24. Na mediação judicial, os mediadores serão designados por distribuição e submetidos à aceitação das partes.

Art. 25. Se o juiz, ao receber a petição inicial, verificar que a controvérsia é passível de solução pela via da mediação, encaminhará o processo ao mediador judicial, designado por distribuição, salvo se a petição estiver acompanhada de declaração em que o autor expresse recusa ao procedimento.

§ 1º Ao receber os autos, o mediador instará as partes, por qualquer meio de comunicação, a manifestarem-se no prazo de 15 (quinze) dias acerca de sua disposição para submeter-se ao procedimento e de sua aceitação ao mediador designado.

§ 2º Não havendo resposta de qualquer das partes, considerar-se-á rejeitado o procedimento de mediação, sem ônus, devendo o mediador devolver os autos imediatamente ao juiz, para que este dê seguimento ao processo.

§ 3º Decidindo as partes submeterem-se ao procedimento de mediação e restando aceito o mediador, este designará a sessão inicial de mediação, em dia e hora previamente acordados, respeitado o prazo de 30 (trinta) dias.

§ 4º Acatado o procedimento, mas recusado o mediador, este imediatamente comunicará a recusa ao cartório ou secretaria judicial, que procederá à redistribuição dos autos a outro mediador.

Art. 26. O procedimento de mediação judicial deverá ser concluído em até 60 (sessenta) dias, contados da primeira sessão, salvo quando as partes, de comum acordo, requererem sua prorrogação.

§ 1º Concluída a mediação sem a celebração de acordo, os termos inicial e final da mediação serão encaminhados ao juiz, que dará seguimento ao processo.

§ 2º Se houver acordo, os autos serão encaminhados ao juiz, que determinará o arquivamento da petição inicial e, desde que requerido pelas partes, homologará, por sentença irrecorrível, o termo final da mediação.

Art. 27. Solucionado o conflito pela mediação antes da citação do réu, não serão devidas custas judiciais finais.

Seção IV

Da Confidencialidade e suas Exceções

Art. 28. Toda e qualquer informação relativa ao procedimento de mediação será confidencial em relação a terceiros, não podendo ser revelada sequer em processo arbitral ou judicial, salvo se as partes expressamente

decidirem de forma diversa ou quando sua divulgação for exigida por lei ou necessária para o cumprimento do acordo obtido pela mediação.

§ 1º O dever de confidencialidade aplica-se ao mediador, às partes, a seus prepostos, advogados, assessores técnicos e a outras pessoas de sua confiança que tenham, direta ou indiretamente, participado do procedimento de mediação, alcançando:

I – declaração, opinião, sugestão, promessa ou proposta formulada por uma parte à outra na busca de entendimento para o conflito;

II – reconhecimento de fato por qualquer das partes no curso do procedimento de mediação;

III – manifestação de aceitação de proposta de acordo apresentada pelo mediador;

IV – documento preparado unicamente para os fins do procedimento de mediação.

§ 2º A prova apresentada em desacordo com o disposto neste artigo não será admitida em processo arbitral ou judicial.

§ 3º Não estará abrigada pela regra de confidencialidade a informação relativa à ocorrência de crime de ação pública.

Art. 29. Será confidencial a informação prestada por uma parte em sessão privada, não podendo o mediador revelá-la às demais, exceto se expressamente autorizado.

CAPÍTULO II
Da Composição de Conflitos em que for parte Pessoa Jurídica de Direito Público

Seção I
Disposições Comuns

Art. 30. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios poderão criar câmaras de prevenção e resolução administrativa de conflitos, com competência para:

I – dirimir conflitos entre órgãos e entidades da Administração Pública;

II – avaliar a admissibilidade dos pedidos de resolução de conflitos, por meio de composição, no caso de controvérsia entre particular e pessoa jurídica de direito público;

III – promover, quando couber, a celebração de termo de ajustamento de conduta.

§ 1º O modo de composição e o funcionamento das câmaras de que trata o ***caput*** serão estabelecidos em regulamento de cada ente federado.

§ 2º A submissão do conflito às câmaras de que trata o ***caput*** é facultativa e será cabível apenas nos casos previstos no regulamento do respectivo ente federado.

§ 3º Se houver consenso entre as partes, o acordo será reduzido a termo e, exceto no caso do inciso I, constituirá título executivo extrajudicial.

§ 4º Não se incluem na competência dos órgãos mencionados no ***caput*** deste artigo as controvérsias que somente possam ser resolvidas por atos ou concessão de direitos sujeitos a autorização do Poder Legislativo ou que possam acarretar onerosidade excessiva para a Administração Pública.

§ 5º Não se aplica o disposto nos incisos II e III do ***caput*** às controvérsias jurídicas em matéria tributária.

Art. 31. A instauração de procedimento administrativo para resolução consensual de conflito no âmbito da Administração Pública suspende a prescrição.

§ 1º Considera-se instaurado o procedimento quando o órgão ou entidade pública emitir juízo positivo de admissibilidade, retroagindo a suspensão da prescrição à data da formalização do pedido de resolução consensual do conflito.

§ 2º Em se tratando de matéria tributária, a suspensão da prescrição deverá observar o disposto na Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 (Código Tributário Nacional).

Seção II
Dos Conflitos Envolvendo a Administração Pública Federal Direta, suas Autarquias e Fundações

Art. 32. A solução de controvérsias jurídicas que envolvam a Administração Pública Federal direta, suas autarquias e fundações poderão ser objeto de transação por adesão, com fundamento em:

I – autorização do Advogado-Geral da União, com base na jurisprudência pacífica do Supremo Tribunal Federal ou de tribunais superiores; ou

II – parecer do Advogado-Geral da União, aprovado pelo Presidente da República.

§ 1º Os requisitos e as condições da transação por adesão serão definidos em resolução administrativa própria.

§ 2º Ao fazer o pedido de adesão, o interessado deverá juntar prova de atendimento aos requisitos e às condições estabelecidos na resolução administrativa.

§ 3º A resolução administrativa terá efeitos gerais e será aplicada aos casos idênticos, tempestivamente habilitados mediante pedido de adesão, ainda que solucione apenas parte da controvérsia.

§ 4º A adesão implicará renúncia do interessado ao direito sobre o qual se fundamenta a ação ou o recurso, eventualmente pendentes, de natureza administrativa ou judicial, no que tange aos pontos compreendidos pelo objeto da resolução administrativa.

§ 5º Se o interessado for parte em processo judicial inaugurado por ação coletiva, a renúncia ao direito sobre o qual se fundamenta a ação deverá ser expressa, mediante petição dirigida ao juiz da causa.

§ 6º A formalização de resolução administrativa destinada a transação por adesão não implica renúncia tácita à prescrição, nem sua interrupção ou suspensão.

Art. 33. No caso de conflitos que envolvam controvérsia jurídica entre órgãos ou entidades de direito público que integram a Administração Pública Federal, a Advocacia-Geral da União deverá realizar a composição extrajudicial do conflito, observados os procedimentos previstos em ato do Advogado-Geral da União.

§ 1º Na hipótese do ***caput***, se não houver acordo quanto à controvérsia jurídica, caberá ao Advogado-Geral da União dirimi-la, com fundamento na legislação.

§ 2º Nos casos em que a resolução da controvérsia implicar o reconhecimento da existência de créditos da União, de suas autarquias e fundações em face de pessoas jurídicas de direito público federais, a Advocacia-Geral da União solicitará ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão a adequação orçamentária para a quitação das dívidas reconhecidas como legítimas.

§ 3º A composição extrajudicial do conflito não afasta a apuração de responsabilidade do agente público que deu causa à dívida, sempre que se verificar que sua ação ou omissão constitui, em tese, infração disciplinar.

§ 4º Nas hipóteses em que a matéria objeto do litígio esteja sendo discutida em ação de improbidade administrativa ou sobre ela haja decisão do Tribunal de Contas da União, a conciliação de que trata o ***caput*** dependerá da anuência expressa do juiz da causa ou do Ministro relator.

Art. 34. É facultado aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, suas autarquias e fundações públicas, bem como às empresas públicas e sociedades de economia mista federais submeter seus litígios com órgãos ou entidades da Administração Pública Federal à Advocacia-Geral da União, para fins de composição extrajudicial do conflito.

Art. 35. Nos casos em que a controvérsia jurídica seja relativa a tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil ou a créditos inscritos em dívida ativa da União:

I – não se aplicam as disposições dos incisos II e III do ***caput*** do art. 30;

II – as empresas públicas, sociedades de economia mista e suas subsidiárias que explorem atividade econômica de produção ou comercialização de bens ou de prestação de serviços não poderão exercer a faculdade prevista no art. 34;

III – quando forem partes as pessoas a que alude o ***caput*** do art. 33:

a) a submissão do conflito à composição extrajudicial pela Advocacia-Geral da União implica renúncia ao direito de recorrer ao Conselho Administrativo de Recursos Fiscais;

b) a redução ou o cancelamento do crédito dependerá de manifestação conjunta do Advogado-Geral da União e do Ministro de Estado da Fazenda.

Art. 36. A propositura de ação judicial em que figurem nos polos ativo e passivo órgãos ou entidades de direito público que integrem a Administração Pública Federal deverá ser previamente autorizada pelo Advogado-Geral da União.

Parágrafo único. A competência de que trata o ***caput*** poderá ser delegada.

Art. 37. Os servidores e empregados públicos que participarem do processo de composição extrajudicial do conflito somente poderão ser responsabilizados civil, administrativa ou criminalmente quando, mediante dolo ou fraude, receberem qualquer vantagem patrimonial indevida, permitirem ou facilitarem sua recepção por terceiro, ou para tal concorrerem.

CAPÍTULO III
Disposições Finais

Art. 38. Os órgãos e entidades da Administração Pública poderão criar câmaras para a resolução de conflitos entre particulares, que versem sobre atividades por eles reguladas ou supervisionadas.

Art. 39. Os arts. 1º e 2º da Lei nº 9.469, de 10 de julho de 1997, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º O Advogado-Geral da União, diretamente ou mediante delegação, e os dirigentes máximos das empresas públicas federais, em conjunto com o dirigente estatutário da área afeta ao assunto, poderão autorizar a realização de acordos ou transações para prevenir ou terminar litígios, inclusive os judiciais.

§ 1º Poderão ser criadas câmaras especializadas, compostas por servidores públicos ou empregados públicos efetivos, com o objetivo de analisar e formular propostas de acordos ou transações.

§ 2º Regulamento disporá sobre a forma de composição das câmaras de que trata o § 1º, que deverão ter como integrante pelo menos 1 (um) membro efetivo da Advocacia-Geral da União ou, no caso das empresas públicas, de 1 (um) assistente jurídico ou ocupante de função equivalente.

§ 3º Quando o litígio envolver valores superiores aos fixados em regulamento, o acordo ou a transação, sob pena de nulidade, dependerá de prévia e expressa autorização do Advogado-Geral da União e do Ministro de Estado ou do titular da Secretaria da Presidência da República a cuja área de competência estiver afeto o assunto, ou ainda do Presidente da Câmara dos Deputados, do Senado Federal, do Tribunal de Contas da União, de Tribunal ou Conselho, ou do Procurador-Geral da República, no caso de interesse dos órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário ou do Ministério Público da União, excluídas as empresas públicas federais não dependentes, que necessitarão apenas de prévia e expressa autorização dos dirigentes de que trata o ***caput***.

§ 4º Na transação ou acordo celebrado diretamente pela parte ou por intermédio de procurador para extinguir ou encerrar processo judicial, inclusive nos casos de extensão administrativa de pagamentos postulados em juízo, as partes poderão definir a responsabilidade de cada uma pelo pagamento dos honorários de seus respectivos advogados." (NR)

"Art. 2º O Procurador-Geral da União, o Procurador-Geral Federal, o Procurador-Geral do Banco Central do Brasil e os dirigentes das empresas públicas federais mencionados no ***caput*** do art. 1º poderão autorizar, diretamente ou mediante delegação, a realização de acordos para prevenir ou terminar, judicial ou extrajudicialmente, litígio que envolver valores inferiores aos fixados em regulamento.

§ 1º No caso das empresas públicas federais, a delegação é restrita a órgão colegiado formalmente constituído composto por pelo menos 1 (um) dirigente estatutário.

§ 2º O acordo de que trata o ***caput*** poderá consistir no pagamento do débito em parcelas mensais e sucessivas, até o máximo de 60 (sessenta).

§ 3º O valor de cada prestação mensal, por ocasião do pagamento, será acrescido de juros equivalentes à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic) para títulos federais, acumulada mensalmente, calculados a partir do mês subsequente ao da consolidação até o mês anterior ao do pagamento, e de 1% (um por cento) relativamente ao mês em que o pagamento estiver sendo efetuado.

§ 4º Inadimplida qualquer parcela, após 30 (trinta) dias, instaurar-se-á o processo de execução ou nele prosseguir-se-á, pelo saldo." (NR)

Art. 40. O Decreto nº 70.235, de 6 de março de 1972, passa a vigorar acrescido do seguinte dispositivo:

> "Art. 14-A. No caso de determinação e exigência de créditos tributários da União cujo sujeito passivo seja órgão ou entidade de direito público da Administração Pública Federal, a submissão do litígio à composição extrajudicial pela Advocacia-Geral da União é considerada reclamação, para fins do disposto no art. 151, III, da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 (Código Tributário Nacional)."

Art. 41. Aplica-se esta Lei, no que couber, a outras formas consensuais de resolução de conflitos, tais como mediações comunitárias, escolares, penais, trabalhistas, bem como àquelas levadas a efeito nas serventias extrajudiciais.

Art. 42. A mediação poderá ser feita pela internet ou por outro meio de comunicação que permita a transação a distância, desde que as partes estejam de acordo.

Parágrafo único. É facultado à parte domiciliada no exterior submeter-se à mediação segundo as regras estabelecidas nesta Lei.

Art. 43. Revoga-se o § 2º do art. 6º da Lei Nº 9.469, de 10 de julho de 1997.

Art. 44. Esta Lei entra em vigor após decorridos 180 (cento e oitenta) dias de sua publicação oficial.

Senado Federal 19 de fevereiro de 2014. – Senador **Renan Calheiros,** Presidente do Senado Federal.

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 1.442, DE 2014
(Da Sra. Carmen Zanotto)

Susta a aplicação do art. 2º da Portaria do Ministério da Saúde nº 1.253, de 12 de novembro de 2013, que "Altera atributos de procedimentos na Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órteses, Próteses e Materiais Especiais do Sistema Único de Saúde".
DESPACHO: ÀS COMISSÕES DE: SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA E CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA (MÉRITO E ART. 54, RICD)
APRECIAÇÃO: Proposição sujeita à apreciação do Plenário

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica sustado o Art. 2º da Portaria do Ministério da Saúde nº 1.253, de 12 de novembro de 2013, que Altera atributos de procedimentos na Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órteses, Próteses e Materiais Especiais do Sistema Único de Saúde.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

Esse Projeto de Decreto Legislativo tem como objetivo sustar a aplicação do Art. 2º. da Portaria do Ministério da Saúde nº 1.253, de 12 de novembro de 2013, que Altera atributos de procedimentos na Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órteses, Próteses e Materiais Especiais do Sistema Único de Saúde. Tal dispositivo cria regra que condiciona o pagamento de Mamografia bilateral de rastreamento à sua realização em pessoa com idade entre 50 e 69 anos de idade.

O dispositivo citado enuncia:

Art. 2º Fica incluída na Tabela de Procedimentos do SUS a REGRA CONDICIONADA (código 005) que condiciona excepcionalmente o tipo de financiamento do procedimento 02.04.03.018-8 mamografia bilateral para rastreamento, pelo Fundo de Ações Estratégicas e Compensação (FAEC).

Parágrafo único. Esta regra será aplicada quando o procedimento de que trata o caput deste artigo for realizado em pessoa com a idade recomendada pelo Ministério da Saúde compreendida entre 50 a 69 anos.

Tal regra contraria o disposto na Lei nº 11.664 de 29 de abril de 2008 que "Dispõe sobre a efetivação de ações de saúde que assegurem a prevenção, a detecção, o tratamento e o seguimento dos cânceres do colo uterino e de mama, no âmbito do Sistema Único de Saúde". Essa lei em seu artigo 2º. inciso III estabelece a "realização de exame mamográfico a todas as mulheres a partir dos 40 (quarenta) anos de idade". Cabe ressaltar que a criação de uma condicionante como essa para o financiamento de tais ações pelo Fundo de Ações Estratégicas e Compensação (FAEC) equivale a restringir o acesso das mulheres a esses exames que tem se mostrado efetivo no diagnóstico precoce do câncer de mama.

Não pode uma norma administrativa do Ministério da Saúde contrariar um direito já expresso em Lei, restringindo o financiamento desse tipo de exame à mulheres com idade superior às já protegidas pela Lei. Trata-se, portanto, de ato que exorbita do poder de regulamentar.

Ademais, em 16 de maio de 2013, o Ministério da Saúde publicou a portaria nº 874, que regulamenta a Lei nº 12.732/12 e institui a Política Nacional para a Prevenção e Controle do Câncer na Rede de Atenção à Saúde das Pessoas com Doenças Crônicas no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). Em sua Seção III, tem-se o seguinte:

> "*Art. 9º São diretrizes relacionadas à prevenção do câncer no âmbito da Política Nacional para a Prevenção e Controle do Câncer:*
> III – implementação de ações de detecção precoce do câncer, por meio de rastreamento ("screening") e diagnóstico precoce, a partir de recomendações governamentais, com base em ATS e AE;"

Pelo exposto, não se pode acrescer em ações de detecção precoce limitando a idade, restringindo a faixa etária para 50 a 69 anos. As duas propostas são divergentes e não podem coincidir. Tampouco, a garantia constitucional está sendo respeitada, há o cerceamento do direito daquelas mulheres, limitando sua chance de cura caso haja a confirmação do câncer de mama.

Segundo o Instituto Nacional de Câncer José Alencar da Silva Gomes (Inca), em 2014, o Brasil terá 57.120 novos casos de câncer de mama. O número representa 20,8% dos casos em relação aos outros cânceres. Já o Câncer de Mama Avançado (CMA) está presente em mais da metade dos casos de câncer de mama. A fase metastástica, fase onde já há a propagação do tumor para outras partes do corpo, é responsável por 90% das

mortes relacionadas ao câncer de mama. A recorrência é mais frequente nos primeiros 5 anos após o tratamento, mas pode durar até 30 anos.

Dados do Atlas da Mortalidade de Mortalidade por Câncer do INCA apontam que, em 2011, considerando a taxa etária entre 40 e 49 anos, 8.844 mulheres morreram de câncer de mama. Isso equivale a um percentual de 10,7% em relação a todas as mortes de mulheres por câncer naquele ano.

Por esses motivos é que não podemos admitir tamanho retrocesso nas políticas públicas relacionadas à saúde da mulher, notadamente ao câncer de mama. O câncer de mama não pode ser preterido, principalmente na limitação ao acesso ao diagnóstico precoce, o que pode salvar milhares de vidas. Enquanto lutamos pela melhoria dos serviços e ampliação do acesso, não podemos aceitar que haja redução do rastreamento e do diagnóstico. Essa é uma luta para salvar vidas.

É dever, pois, do Congresso Nacional sustar este ato com base nos incisos V e XI, artigo 49 da Constituição Federal, ***in verbis***:

> "Art. 49 É da Competência exclusiva do Congresso Nacional:
>
> *(...)*
>
> V – sustar os atos normativos do Poder Executivo que exorbitem do poder regulamentar ou dos limites de delegação legislativa;
>
> (...)
>
> XI – zelar pela preservação de sua competência legislativa em face da atribuição normativa dos outros Poderes;"

Nesse sentido, o disposto pela Portaria do Ministério da Saúde nº 1.253, de 12 de novembro de 2013, revela-se ilegal, ferindo direitos e garantias apostas em Lei e deve ser sustado por este Congresso Nacional.

À vista do exposto, espero contar com o apoio de meus ilustres pares para aprovação do presente projeto.

Sala das Sessões, 6 de fevereiro de 2014. – **Carmen Zanotto,** PPS/SC.

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 1.443, DE 2014
(Do Sr. Cesar Colnago)

Susta a Portaria nº 1.253, de 12 de novembro de 2013, do Ministério da Saúde – Secretaria de Atenção à Saúde, que "Altera atributos de procedimentos, Medicamentos, Órteses, Próteses e Materiais Especiais do Sistema Único de Saúde".
DESPACHO: APENSE-SE À(AO) PDC-1442/2014.
APRECIAÇÃO: Proposição sujeita à apreciação do Plenário

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1° Fica sustada a Portaria nº 1.253, de 12 de novembro de 2013 do Ministério da Saúde – Secretaria de Atenção à Saúde, que "*Altera atributos de procedimentos na Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órteses, Próteses e Materiais Especiais do Sistema Único de Saúde*".

Art. 2° Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

Em novembro de 2013 o Ministério da Saúde publicou a Portaria nº 1.253, que traz novas regras de financiamento para os procedimentos de mamografia bilateral e unilateral. O texto define nova forma de financiamento do exame, estabelecendo o pagamento da mamografia de diagnóstico por *Teto de Financiamento de Média Alta Complexidade*, encaminhado aos estados mensalmente para o custeio de procedimentos.

Ocorre que a referida Portaria, de fato, diminui os repasses do governo federal para a realização de mamografias ao excluir o direito à mamografia bilateral para mulheres até 49 anos. Ou seja, o médico que prescrever o exame pelo Sistema Único de Saúde (SUS) terá que escolher uma das mamas da paciente, pois será custeada apenas a mamografia unilateral, ou seja, de uma das mamas.

De acordo com o parecer da Comissão Nacional de Mamografia, estudo internacional aponta redução de 26% a 29% na mortalidade em mulheres entre 40 e 49 anos de idade comparadas a pacientes não submetidas à mamografia preventiva. O câncer de mama é a principal causa de morte por câncer em mulheres no Brasil e o segundo tipo de câncer mais frequente no mundo. E obviamente a mamografia unilateral não é eficiente na prevenção ao câncer, não há como um médico selecionar apenas uma das mamas para o exame, posto que a lesão procurada muitas vezes não é palpável. A mamografia unilateral reduz pela metade o número de casos diagnosticados.

Vergonhosamente, a Portaria do Ministério da Saúde prioriza somente as mulheres a partir dos 50 anos de idade para realização de mamografia bilateral. Se estados e municípios quiserem garantir o mapeamento mamográfico nas mulheres entre 40 e 49 anos terão que arcar sozinhos com o custo, sendo remunerados pela União apenas pelo exame unilateral.

A Portaria do Ministério da Saúde é ilegal, contraria a lei nº 11.664, em vigor desde 2008, a qual determina que o Sistema Único de Saúde (SUS) deve assegurar "*a realização de exame mamográfico a todas as mulheres a partir dos 40 (quarenta) anos de idade*".

A decisão do governo é a de, por meio de uma Portaria condenar à morte, ou a um diagnóstico tardio, mulheres na faixa etária entre 40 e 49 anos, que correspondem a cerca de um terço dos diagnósticos de câncer de mama.

Num País onde uma mulher é a presidente da República e há várias mulheres ocupando o cargo de Ministras de Estado, é inaceitável o endosso a este tipo de Ato Normativo.

O próprio Ministério da Saúde divulgou, a partir de estudos do Instituto Nacional do Câncer (Inca), que 57.120 novos casos devem ser diagnosticados no Brasil em 2014, quadro esse que pode ser aumentado com a colaboração da Portaria nº 1.253.

Por ferir a legislação federal vigente, além da perversidade social de seu conteúdo, que visa apenas redução de custos para o SUS, a Portaria nº 1.253/2013 precisa ser sustada, e para tal contamos com o apoio dos nobres pares na aprovação deste Projeto de Decreto Legislativo.

Sala das Sessões, em 11 de fevereiro de 2014. – Deputado **Cesar Colnago,** PSDB – ES.

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 1.444, DE 2014

(Do Sr. Antonio Carlos Mendes Thame)

Susta a aplicação da Portaria nº 1.253, de 12 de novembro de 2013, da Secretaria de Atenção à Saúde do Ministério da Saúde, que estabelece que mulheres entre 50 e 69 anos terão prioridade para fazer o procedimento de mamografia bilateral de rastreamento.

DESPACHO: APENSE-SE AO PDC-1442/2014.

APRECIAÇÃO: Proposição sujeita à apreciação do Plenário

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º. Fica sustada a aplicação da Portaria nº 1.253, de 12 de novembro de 2013, da Secretaria de Atenção à Saúde do Ministério da Saúde, que estabelece que mulheres entre 50 e 69 anos terão prioridade para fazer o procedimento de mamografia bilateral de rastreamento.

Art. 2º. Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

A Secretaria de Atenção à Saúde do Ministério da Saúde recentemente publicou a Portaria nº 1.253, de 12 de novembro de 2013, que visa alterar atributos de procedimentos na Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órteses, Próteses e Materiais Especiais do Sistema Único de Saúde, para estabelecer o pagamento da mamografia unilateral por meio do Teto da Média e Alta Complexidade (MAC) e de rastreamento (bilateral), na faixa prioritária de 50 a 69 anos.

Entretanto, a Lei nº 11.664, de 29 de abril de 2008, que dispõe sobre a efetivação de ações que assegurem a prevenção, detecção, tratamento e seguimento dos cânceres de colo uterino e de mama, no âmbito do Sistema Único de Saúde, assegura a realização do exame mamográfico a todas as mulheres a partir dos 40 anos de idade, o que garante a detecção precoce do câncer de mama e aumenta as chances de cura.

É preciso destacar que a luta contra o câncer de mama tem sido marcada pelo empenho constante de atacar de forma agressiva essa doença assassina e ao mesmo tempo evitar os efeitos colaterais dolorosos e as deformações desnecessárias. Atualmente, as pacientes podem escolher dentre os vários tratamentos disponíveis, após receber os respectivos resultados dos exames mamográficos.

Por isso é fundamental destacar que estas mudanças nas faixas etárias poderão trazer riscos substanciais à saúde de muitas mulheres que, ao adiar a realização da mamografia de rastreamento em 10 anos, poderão receber diagnóstico tardio para um efetivo tratamento de contra o câncer de mama.

Diante do exposto, e no uso das atribuições que o art. 49, V, da Constituição Federal confere ao Congresso Nacional, para sustar atos do Poder Executivo que exorbitem do poder de regulamentar, ou dos limites da delegação legislativa, vimos propor o presente projeto de decreto legislativo, solicitando o valioso apoio de nossos

nobres pares desta Casa para a sua aprovação, garantindo, assim, a continuidade da realização do exame de procedimento de mamografia bilateral de rastreamento para todas as mulheres a partir dos 40 anos de idade.

Sala das Sessões, em 12 de fevereiro de 2014.

Deputado Antonio Carlos Mendes Thame

PSDB/SP

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 1.445, DE 2014
(Do Sr. Mandetta)

Susta a Portaria do Ministério da Saúde nº 1.253, de 12 de novembro de 2013, que altera atributos de procedimentos na Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órteses, Próteses e Materiais Especiais do Sistema Único de Saúde.
DESPACHO:APENSE-SE À(AO) PDC-1442/2014.
APRECIAÇÃO: PROPOSIÇÃO SUJEITA À APRECIAÇÃO DO PLENÁRIO

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Este Decreto Legislativo susta a Portaria do Ministério da Saúde nº 1.253, de 12 de novembro de 2013.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

O Ministério da Saúde através da Portaria nº 1.253, de 12 de novembro de 2013, restringiu o repasse de verbas da União aos municípios, para mamografias em pacientes na faixa etária de 50 (cinquenta) a 69 (sessenta e nove anos) anos. Além disso, fez referência a um procedimento condenável pelos médicos, a realização de mamografia unilateral, ou seja, em apenas uma das mamas. Os municípios têm a opção de arcar sozinhos com o custeio de mamografias para mulheres com até 49 (quarenta e nove) anos, mas podem remunerar apenas a mamografia unilateral.

A medida adotada pelo Ministério da Saúde contraria o disposto na Lei nº 11.664, de 29 de abril de 2008, que dispõe sobre a efetivação de ações de saúde que assegurem a prevenção, a detecção, o tratamento e o seguimento dos cânceres do colo uterino e de mama, no âmbito do Sistema Único de Saúde – SUS e, assegura, em seu inciso II, do art. 2º:

> "Art. 2º O Sistema Único de Saúde – SUS, por meio dos seus serviços, próprios, conveniados ou contratados, deve assegurar:
>
> .....
>
> III – a realização de exame mamográfico a todas as mulheres a partir dos 40 (quarenta) anos de idade;"

Ora, com o atual cenário de subfinanciamento do setor saúde por parte do Governo Federal, os municípios têm ficado cada vez mais sobrecarregados. Nesta ótica, a presente Portaria, na realidade, nega a prevenção e o tratamento precoce do câncer de mama às mulheres de até 49 (quarenta e nove) anos.

De acordo com parecer da Comissão Nacional de Mamografia, composta pelo Colégio Brasileiro de Radiologia e Diagnóstico por Imagem (CBR), pela Federação Brasileira das Associações de Ginecologia e Obstetrícia (Febrasgo) e pela Sociedade Brasileira de Mastologia (SBM), estudo internacional aponta redução de 26% (vinte e seis por cento) a 29% (vinte e nove por cento) na mortalidade em mulheres entre 40 (quarenta) e 49 (quarenta e nove) anos comparadas a pacientes não submetidas à mamografia preventiva.

Em nota de repúdio, a supracitada Comissão explica que "A mamografia é um exame que exige a comparação das duas mamas. Com a publicação da Portaria, pode-se interpretar que é possível realizar a mamografia unilateral. Mas não há como selecionar um dos lados a examinar sendo que a lesão procurada muitas vezes não é palpável. Tampouco se pode admitir a espera de que o tumor cresça para se examinar a mama com maior chance de câncer. Além disso, a chamada mamografia unilateral reduziria pela metade o número de casos diagnosticados. Se este impropério continuar, será inevitável o aumento de mortes e de retirada de seios (mastectomias) que poderiam ser evitadas.".

Solidário na preocupação dos efeitos desta Portaria, o Conselho Federal de Medicina ingressou na 21ª Vara Federal com a Ação Civil Pública nº 0010.893-79.2014.4.013400 contra a União em defesa da ampliação do acesso das mulheres aos exames de prevenção e de diagnóstico do câncer de mama, tendo como foco a referida Portaria.

Diante do exposto, com o intuito de proteger a saúde da mulher brasileira e defendendo, como já determinado por lei, o rastreamento mamográfico para todas as mulheres assintomáticas acima de 40 (quarenta) anos, é que espero o apoio dos meus ilustres pares para a provação do presente Projeto de Decreto Legislativo.

Sala das Sessões, em 19 de fevereiro de 2014. – Deputado **Mandetta,** DEM/MS.

REQUERIMENTO Nº 9.566, DE 2014

(Do Sr. Jean Wyllys)

Requer a desapensação do Projeto de Lei nº 5002, de 2013.

DESPACHO: Defiro o pedido contido no Requerimento n. 9.566/2014. Desapense-se o Projeto de Lei n. 5.002/2013 do Projeto de Lei n. 4.241/2012, o qual se encontra apensado ao Projeto de Lei n. 70/1995. Por conseguinte, distribua-se o Projeto de Lei n. 5.002/2013 às Comissões de Direitos Humanos e Minorias, de Seguridade Social e Família, de Finanças e Tributação (art. 54 do RICD) e de Constituição e Justiça e de Cidadania (mérito e art. 54). [AUTALIZAÇÃO DE DESPACHO NO PL N. 5.002/2013: Às CDHM, CSSF, CFT (art. 54, RICD) e CCJC (mérito e art. 54, RICD). Proposição sujeita à apreciação do Plenário. Regime de tramitação: Ordinário]

Senhor Presidente,

Nos termos do artigo 142, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requeiro a Vossa Excelência a desapensação do Projeto de Lei nº 5002/13, de minha autoria, ao Projeto de Lei nº 70, de 1995, do Sr. José Coimbra.

Apesar do despacho de apensação, o PL nº 70, de 1995, dispõe sobre intervenções cirúrgicas que visem à alteração de sexo. Já o PL 5002/2013, de minha autoria, trata de alteração da Lei de Registros Públicos, qual seja, Lei nº 6015/73, e versa sobre o direito à alteração de prenome em decorrência de reconhecimento de identidade de gênero de uma pessoa.

O PL 5002/2013 trata da necessidade de legislação federal que confira direitos de retificação de registro civil àquelas pessoas que se sentem, vivem, se comportam e são percebidas pelos outros como homens ou como mulheres, mas cuja identidade de gênero mostra-se negada pelo Estado. Ou seja, o objeto deste PL não se confunde com o PL 70, de 1995, não se confunde com intervenção cirúrgica, em qualquer de suas modalidades, seja para mudança de sexo ou adaptação do corpo à identidade de gênero definida pela pessoa.

Dessa forma, os projetos possuem objetos nitidamente diferenciados, motivo pelo qual entendo que se deva desapensar o PL 5002/13, de minha autoria, do PL nº 70/95, de autoria do Sr. José Coimbra.

Sala das Sessões, fevereiro de 2014. – Deputado **Jean Wyllys,** PSOL/RJ.

REQUERIMENTO Nº 9.578, DE 2014

(Do Sr. Wilson Filho)

Requeiro voto de louvor pela luta dos ativistas em defesa dos direitos dos animais, que desde segunda-feira, 17 de fevereiro de 2014, estão acampados no gramado em frente ao Congresso Nacional.

DESPACHO: Publique-se. Oficie-se. Arquive-se.

Senhor Presidente:

Nos termos do art. 117, XIX e § 3º, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, venho respeitosamente, solicitar a Vossa Excelência se digne registrar nos Anais desta Casa voto de louvor pela luta dos ativitas em defesa dos direitos dos animais, que desde segunda-feira, 17 de fevereiro de 2014, estão acampados no gramado em frente ao Congresso Nacional, nesta Capital.

Sala das Sessões, de fevereiro de 2014. – Deputado **Wilson Filho,** PTB/PB.

REQUERIMENTO Nº 9.584, DE 2014

(Da Srª. Keiko Ota)

Solicita a retirada do Projeto de Lei nº 7154 de 2014.

DESPACHO: Defiro a retirada do Projeto de Lei n. 7.154/2014, nos termos do art. 104 combinado com o art. 114, VII, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados. Publique-se.

Senhor Presidente,

Requeiro a V.Exª, nos termos do art. 104, *caput*, do Regimento Interno, a retirada do Projeto de Lei nº 7154 de 2014, de minha autoria, que "Altera artigos da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente, no que tange às medidas socioeducativas.".

Sala das Sessões, em de fevereiro de 2014. – **Keiko Ota,** Deputada Federal, PSB/SP.

REQUERIMENTO Nº 9.594, DE 2014

(Do Sr. Mendonça Filho)

Requer que a Câmara dos Deputados apoie Moção em favor do povo da Venezuela que vêm sofrendo graves violações aos direitos humanos perpetradas pelo atual Governo daquele país, instando este Parlamento a posicionar-se de acordo com os princípios basilares insculpidos na Constituição Federal de 1988.

DESPACHO: Devolva-se ao autor o Requerimento n. 9.594/2014, nos termos do art. 137, § 1º, inciso II, alínea "c", combinado com o art. 117, § 4º, todos do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, tendo em vista a restrição de iniciativa aplicável às manifestações concernentes a ato ou acontecimento internacional. Publique-se. Oficie-se.

MOÇÃO DE APOIO

Requer que a Câmara dos Deputados apoie Moção em favor do povo da Venezuela que vêm sofrendo graves violações aos direitos humanos perpetradas pelo atual Governo daquele país, instando este Parlamento a posicionar-se de acordo com os princípios basilares insculpidos na Constituição Federal de 1988.

Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara dos Deputados:

Nós, parlamentares da Câmara dos Deputados da República Federativa do Brasil,

Considerando que:

A Constituição Federal de 1988 estabelece, em seu artigo 1º, III, que "*a dignidade da pessoa humana*" é um dos fundamentos do Estado democrático de direito;

Os princípios constitucionais que regem as relações internacionais brasileiras, previstos no artigo 4º, II e VII são "*prevalência dos direitos humanos*" e "*solução pacífica dos conflitos*";

O disposto no artigo 5º, III, da Carta Magna, consubstancia que "*ninguém será submetido a tortura nem a tratamento desumano ou degradante*";

A Venezuela, como membro integrante da ONU, deve prezar pelo Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos que estabelece: *"Os Estados-partes no presente Pacto comprometem-se a garantir a todos os indivíduos que se encontrem em seu território e que estejam sujeitos à sua jurisdição os direitos reconhecidos no presente Pacto, sem discriminação alguma por motivo de raça, cor, sexo, língua, religião, opinião política ou de qualquer outra natureza, origem nacional ou social, situação"*;

No mesmo protocolo está estabelecido que os Estados devem promover a compreensão, a tolerância e a amizade entre todos os grupos raciais, étnicos ou religiosos, bem como atuar em prol da manutenção da paz.

O respeito aos fundamentais direitos da humanidade deve ser observado por países participantes do Pacto de San José da Costa Rica, que tem por objeto proteger a "integridade física, psíquica e moral", bem como a proibição de "torturas, nem a penas ou tratos cruéis, desumanos ou degradantes".

A Venezuela vem sofrendo, desde o final do Governo Chávez, sérios problemas em diversas áreas: altos índices de inflação que são camuflados pelo Governo e chegam a mais de 56%, prejudicando, sobretudo, a população mais carente; com o consequente enfraquecimento da economia que se baseia quase que exclusivamente na exportação de petróleo; a constante desvalorização da moeda nacional, o Bolívar Fuerte, frente ao dólar americano;

A escassez de produtos básicos nas prateleiras dos supermercados é grave óbice à paz social. Faltam produtos básicos como leite e papel higiênico e, quando disponíveis, obrigam os venezuelanos a fazerem longas filas e a adquirirem com limitações esses produtos.

Os índices de criminalidade também dispararam. Houve incremento de mais de 316% de 1999 até o ano de 2013. Segundo notícias veiculadas pela imprensa, milícias armadas, com o apoio do Governo, realizaram, juntamente com a polícia, diversas violações de direitos humanos

Desde o dia 04 de fevereiro, diante de um caso de estupro de uma estudante no campus universitário de San Cristobál, milhares de estudantes se juntaram aos inúmeros descontentes com a alta criminalidade e o alto custo de vida e começaram revoltas em várias cidades do país tais como Caracas, Maracaibo e Barinas;

Os protestos pacíficos, organizados pelo líder oposicionista Leopoldo López, eclodiram em todo território venezuelano e encontraram resistência do militarizado Governo de Maduro, que promoveu uma repressão fortíssima, juntamente com o Exército e milícias urbanas.

O saldo da repressão pelo Governo venezuelano é de 13 mortos – entre eles a Miss Génesis Carmona – mais de 140 pessoas feridas e cerca de 539 pessoas presas, muitas sem acusação formal, entre elas o Líder da Oposição, Leopoldo López;

A prisão de López, além de ter sido feita de modo autoritário pelas autoridades venezuelanas, o foi de modo açodado, buscando abafar os protestos contrários ao Governo Maduro, fato que até agora, só serviu para inflar a parcela descontente com os rumos da economia e política venezuelanas;

As acusações sobre a conduta de López, até o presente momento, não foram provadas junto ao Poder Judiciário;

Inúmeros relatos de desrespeito aos direitos humanos vêm sendo reportados por organismos internacionais e veículos de comunicação estrangeiros. As cenas de tortura por parte da polícia venezuelana também são amplamente divulgadas em sítios estrangeiros como o *YouTube*.

É de conhecimento da comunidade internacional o cerceamento à liberdade de imprensa no país. Foram inúmeras ameaças ao canal norte-americano CNN, bem como a não-renovação da concessão de funcionamento das emissoras contrárias ao Governo Maduro, entre elas a RCTV.

A Venezuela é um estratégico país da América do Sul, com importante papel na produção e exportação de Petróleo, com mais de 2 milhões de barris de produção por dia sendo, inclusive, membro da Organização dos Países Exportadores de Petróleo – OPEP;

A Venezuela é país membro do Mercado Comum do Sul – Mercosul desde o dia 31 de julho de 2012, sendo inclusive o atual Presidente do bloco econômico o Presidente da Venezuela, o Sr. Nicolás Maduro;

Diante de todo exposto, venho à presença de Vossa Excelência propor a aprovação da presente **Moção de Apoio** ao sofrido povo da Venezuela – que de forma corajosa vem posicionando-se de maneira pacífica contra a crescente criminalidade e inflação que acometem aquele país – e, assim, instar a Câmara dos Deputados a posicionar-se de acordo com os princípios basilares insculpidos em nossa Carta Magna.

Sala das Sessões, 25 de fevereiro de 2014. – Deputado **Mendonça Filho,** DEM/PE.

DESPACHOS DO PRESIDENTE

Expediente

PRESIDÊNCIA/SGM

Ofícios n. 4.224/2014, n. 4.447/2014 e n. 4.465/2014, do Supremo Tribunal Federal. Comunicação das decisões nos Mandados de Injunção n. 6.045, n. 6.160 e n. 6.049.

Publique-se.

Em 26-2-2014. – **Henrique Eduardo Alves,** Presidente.

PRESIDÊNCIA/SGM

OF. 015/2014/OAB/4ªSUB/Pres, do Senhor FELIPE CAZUO AZUMA, Presidente da 4ª Subseção da Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional do Mato Grosso do Sul (OAB/MS). Encaminhamento de cópia do "Relatório de atendimento a familiares de presidiários, e de visita e entrevista com internos recolhidos na PHAC (Penitenciária Harry Amorin Costa), realizado em 10/02/2014", da Comissão de Direitos Humanos daquela Subseção.

Encaminhe-se, por cópia, às Comissões de Constituição e Justiça e de Cidadania e de Direitos Humanos e Minorias. **Publique-se**. Oficie-se.

Em 26-2-2014. – **Henrique Eduardo Alves,** Presidente.

PRESIDÊNCIA/SGM

Petição do Senhor Clemente Salomão de Oliveira Filho. Impugnação ao exercício de mandato de Deputado Federal pelo Senhor Edmar Moreira, suplente da coligação PP/PR/PPS/DEM/PSDB, de Minas Gerais. Alegação de que ele se teria filiado ao Partido Trabalhista Brasileiro – PTB e de que, por essa razão, não poderia ter sido empossado em vaga pertencente à coligação.

Oficie-se ao autor do expediente em epígrafe, esclarecendo-lhe que a convocação do Senhor Edmar Moreira para o exercício do mandato de Deputado Federal obedeceu à ordem de suplência da

coligação PP/PR/PPS/DEM/PSDB, de Minas Gerais, estabelecida pelo respectivo Tribunal Regional Eleitoral, nos termos dos arts. 158, II, 197, IV, e 215 do Código Eleitoral. **Publique-se.** Arquive-se.

Em 26-2-2014. – **Henrique Eduardo Alves,** Presidente.

PRESIDÊNCIA / SGM

Ofício nº 44/2014, da Liderança do Bloco PR, PTdoB, PRP – indica o Deputado Wellington Fagundes (PR/MT) para suplente da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática.

Defiro. Publique-se.

Em 26-2-2014. – **Henrique Eduardo Alves**, Presidente.

PRESIDÊNCIA / SGM

Ofício nº 68/2014, da Liderança do PTB – indica o Deputado Alex Canziani (PTB/PR) para titular e indica o Deputado Eros Biondini (PTB/MG) para suplente da Comissão de Cultura.

Defiro. Publique-se.

Em 26-2-2014. – **Henrique Eduardo Alves**, Presidente.

PRESIDÊNCIA / SGM

Ofício nº 63/2014, da Liderança do PTB – indica o Deputado Josué Bengtson (PTB/PA) para titular e indica os Deputados Nelson Marquezelli (PTB/SP) e Nilton Capixaba (PTB/RO) para suplentes da Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural.

Defiro. Publique-se.

Em 26-2-2014. – **Henrique Eduardo Alves**, Presidente.

PRESIDÊNCIA / SGM

Ofício nº 70/2014, da Liderança do PDT – indica o Deputado Giovanni Queiroz (PDT/PA) para titular e indica o Deputado Félix Mendonça Júnior (PDT/BA) para suplente da Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural.

Defiro. Publique-se.

Em 26-2-2014. – **Henrique Eduardo Alves**, Presidente.

PRESIDÊNCIA / SGM

Ofício nº 29/2014, da Liderança do Bloco PV, PPS – desliga o Deputado Renzo Braz (PP/MG) e indica o Deputado Guilherme Mussi (PP/SP) para suplente da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público.

Defiro. Publique-se.

Em 26-2-2014. – **Henrique Eduardo Alves**, Presidente.

PRESIDÊNCIA / SGM

Ofício nº 71/2014, da Liderança do DEM – desliga o Deputado Efraim Filho (DEM/PB) e indica a Deputada Flávia Morais (PDT/GO) para suplente da Comissão de Desenvolvimento Urbano.

Defiro. Publique-se.

Em 26-2-2014. – **Henrique Eduardo Alves**, Presidente.

PRESIDÊNCIA / SGM

Ofício nº 70/2014, da Liderança do DEM – desliga o Deputado Beto Albuquerque (PSB/RS) como suplente da Comissão de Direitos Humanos e Minorias.

Defiro. Publique-se.

Em 26-2-2014. – **Henrique Eduardo Alves**, Presidente.

PRESIDÊNCIA / SGM

Ofício nº 29/2014, da Liderança do Bloco PV, PPS – desliga o Deputado Renzo Braz (PP/MG) e indica o Deputado Guilherme Mussi (PP/SP) para suplente da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público.

Defiro. Publique-se.

Em 26-2-2014. – **Henrique Eduardo Alves**, Presidente.

PRESIDÊNCIA / SGM

Ofício nº 72/2014, da Liderança do PDT – indica a Deputada Professora Dorinha Seabra Rezende (DEM/TO) para suplente da Comissão de Cultura.

Defiro. Publique-se.

Em 26-2-2014. – **Henrique Eduardo Alves**, Presidente.

PRESIDÊNCIA / SGM

Ofício nº 45/2014, da Liderança do Bloco PR, PTdoB, PRP – indica o Deputado Pastor Eurico (PSB/PE) para suplente da Comissão de Direitos Humanos e Minorias.

Defiro. Publique-se.

Em 26-2-2014. – **Henrique Eduardo Alves**, Presidente.

PRESIDÊNCIA / SGM

Ofício nº 114/2014, da Liderança do PMDB – indica o Deputado Eduardo Cunha (PMDB/RJ) para suplente da Comissão de Finanças e Tributação.

Defiro. Publique-se.

Em 26-2-2014. – **Henrique Eduardo Alves**, Presidente.

PRESIDÊNCIA / SGM

Ofício nº 115/2014, da Liderança do PMDB – indica os Deputados Amir Lando (PMDB/RO), Celso Maldaner (PMDB/SC), Leandro Vilela (PMDB/GO), Odílio Balbinotti (PMDB/PR) e Silas Brasileiro (PMDB/MG) para titulares e indica os Deputados Alceu Moreira (PMDB/RS), Carlos Bezerra (PMDB/MT), Diego Andrade (PSD/MG), Edinho Araújo (PMDB/SP), Pedro Chaves (PMDB/GO) e Valdir Colatto (PMDB/SC) para suplentes da Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural.

Defiro. Publique-se.

Em 26-2-2014. – **Henrique Eduardo Alves**, Presidente.

PRESIDÊNCIA / SGM

Ofício nº 116/2014, da Liderança do PMDB – indica o Deputado Danilo Forte (PMDB/CE) para suplente da Comissão de Seguridade Social e Família.

Defiro. Publique-se.

Em 26-2-2014. – **Henrique Eduardo Alves**, Presidente.

PRESIDÊNCIA / SGM

Ofício nº 21/2014, da Liderança do SDD – desliga o Deputado Pastor Marco Feliciano (PSC/SP) e indica o Deputado Takayama (PSC/PR) para suplente da Comissão de Direitos Humanos e Minorias.

Defiro. Publique-se.

Em 26-2-2014. – **Henrique Eduardo Alves**, Presidente.

PRESIDÊNCIA / SGM

Ofício nº 11/2014, da Liderança do Bloco PP, PROS – indica o Deputado Dr. Jorge Silva (PROS/ES) para suplente da Comissão do Esporte.

Defiro. Publique-se.

Em 26-2-2014. – **Henrique Eduardo Alves**, Presidente.

PRESIDÊNCIA / SGM

Ofício nº 10/2014, da Liderança do Bloco PP, PROS – desliga o Deputado José Augusto Maia (PROS/PE) e indica o Deputado Jorge Boeira (PP/SC) para suplente da Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio.

Defiro. Publique-se.

Em 26-2-2014. – **Henrique Eduardo Alves**, Presidente.

PRESIDÊNCIA / SGM

Ofício nº 117/2014, da Liderança do PMDB – desliga a Deputada Antônia Lúcia (PSC/AC) e indica o Deputado Pastor Marco Feliciano (PSC/SP) como titular da Comissão de Direitos Humanos e Minorias.

Defiro. Publique-se.

Em 26-2-2014. – **Henrique Eduardo Alves**, Presidente.

PRESIDÊNCIA / SGM

Ofício nº 58/2014, da Liderança do PSC – desliga o Deputado Pastor Marco Feliciano (PSC/SP) e indica a Deputada Antônia Lúcia (PSC/AC) como titular da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania.

Defiro. Publique-se.

Em 26-2-2014. – **Henrique Eduardo Alves**, Presidente.

PRESIDÊNCIA / SGM

Ofício nº 119/2014, da Liderança do PMDB – indica o Deputado Professor Setimo (PMDB/MA) para suplente da Comissão de Direitos Humanos e Minorias.

Em 26 / 2 /2014.

Defiro. Publique-se.

Em 26-2-2014. – **Henrique Eduardo Alves**, Presidente.

PRESIDÊNCIA / SGM

Ofício nº 118/2014, da Liderança do PMDB – indica a Deputada Nilda Gondim (PMDB/PB) para suplente da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania.

Em 26 / 2 /2014.

Defiro. Publique-se.

Em 26-2-2014. – **Henrique Eduardo Alves**, Presidente.

PRESIDÊNCIA / SGM

Ofício nº 126/2014, da Liderança do PT – indica o Deputado Fernando Marroni (PT/RS) para suplente da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável.

Em 26 / 2 /2014.

Defiro. Publique-se.

Em 26-2-2014. – **Henrique Eduardo Alves**, Presidente.

PRESIDÊNCIA / SGM

Ofício nº 124/2014, da Liderança do PT – indica o Deputado Marcio Junqueira (PROS/RR) para suplente da Comissão de Integração Nacional, Desenvolvimento Regional e da Amazônia.

Em 26 / 2 /2014.

Defiro. Publique-se.

Em 26-2-2014. – **Henrique Eduardo Alves**, Presidente.

PRESIDÊNCIA / SGM

Ofício nº 26/2014, da Liderança do Bloco PV, PPS – indica o Deputado Arnaldo Jardim (PPS/SP) para suplente da Comissão Especial destinada a proferir parecer ao Projeto de Lei nº 5335, de 2009, do Senado Federal, que "altera as Leis nº 9.074, de 7 de julho de 1995, 9.433, de 8 de janeiro de 1997, 9.984, de 17 de julho de 2000, e 10.233, de 5 de junho de 2001, para tratar dos dispositivos de transposição hidroviária de níveis".

Em 26 / 2 /2014.

Defiro. Publique-se.

Em 26-2-2014. – **Henrique Eduardo Alves**, Presidente.

PRESIDÊNCIA / SGM

Ofício nº 30/2014, da Liderança do Bloco PV, PPS – indica o Deputado Arnaldo Jardim (PPS/SP) para titular do Grupo de Trabalho para análise, estudo e formulação de proposições relacionadas à Reforma da Legislação Tributária Nacional.

Em 26 / 2 /2014.

Defiro. Publique-se.

Em 26-2-2014. – **Henrique Eduardo Alves**, Presidente.

PRESIDÊNCIA / SGM

Ofício nº 146/2014, da Liderança do PSD – indica o Deputado Silas Câmara (PSD/AM) para suplente da Comissão Especial destinada a proferir parecer ao Projeto de Lei nº 6667, de 2013, do Sr. Acelino Popó e outros, que "regulamenta o marketing multinível, estabelece normas de proteção aos empreendedores de marketing multinível, e dá outras providências" e apensado.

Em 26 / 2 /2014.

Defiro. Publique-se.

Em 26-2-2014. – **Henrique Eduardo Alves**, Presidente.

PRESIDÊNCIA / SGM

Ofício nº 143/2014, da Liderança do PSD – indica o Deputado Reinaldo Azambuja (PSDB/MS) para suplente da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável.

Defiro. Publique-se.

Em 26-2-2014. – **Henrique Eduardo Alves**, Presidente.

PRESIDÊNCIA / SGM

Ofício nº 148/2014, da Liderança do PSD – indica o Deputado André Figueiredo (PDT/CE) para suplente da Comissão de Finanças e Tributação.

Defiro. Publique-se.

Em 26-2-2014. – **Henrique Eduardo Alves**, Presidente.

PRESIDÊNCIA / SGM

Ofício nº 71/2014, da Liderança do PTB – indica o Deputado Dr. Paulo César (PR/RJ) para titular da Comissão de Turismo.

Defiro. Publique-se.

Em 26-2-2014. – **Henrique Eduardo Alves**, Presidente.

PRESIDÊNCIA / SGM

Ofício nº 67/2014, da Liderança do PTB – indica o Deputado Josué Bengtson para titular da Comissão de Legislação Participativa em substituição ao Dep. Nelson Marquezelli.

Defiro. Publique-se.

Em 26-2-2014. – **Henrique Eduardo Alves**, Presidente.

Presidente

PRESIDÊNCIA / SGM

Ofício nº 67/2014, da Liderança do PTB – indica o Deputado Josué Bengtson para titular e o Dep. Nelson Marquezelli para Suplente da Comissão de Legislação Participativa.

Defiro. Publique-se.

Em 26-2-2014. – **Henrique Eduardo Alves**, Presidente.

PRESIDÊNCIA / SGM

Ofício nº 09/2014, da Liderança do PROS – indica o Dep. Hugo Leal (PROS/RJ) para suplente da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania em substituição ao Dep. Dudimar Paxiúba (PROS/PA).

Defiro. Publique-se.

Em 26-2-2014. – **Henrique Eduardo Alves**, Presidente.

PRESIDÊNCIA / SGM

Ofício nº 129/2014, da Liderança do PT – indica o Dep. Renato Simões em substituição como titular à Dep. Erika Kokay para CDU

Defiro. Publique-se.

Em 26-2-2014. – **Henrique Eduardo Alves**, Presidente.

PRESIDÊNCIA / SGM

Ofício nº 74/2014, da Liderança do DEM- indica a Dep. Erika Kokay em substituição como titular ao Dep. Renato Simões na CDHM.

Defiro. Publique-se.

Em 26-2-2014. – **Henrique Eduardo Alves**, Presidente.

PRESIDÊNCIA / SGM

Of. S/N/2014, do Dep. Tiririca – renuncia à vaga de titular na Comissão de Educação.

Publique-se.

Em 26-2-2014. – **Henrique Eduardo Alves**, Presidente.

Proposição

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 380, DE 2014
(Do Sr. Marcus Pestana)

Modifica a forma de escolha dos juízes do Tribunal Superior Eleitoral – TSE e dos Tribunais Regionais Eleitorais – TREs, a partir da sistemática já adotada no art. 94 da Constituição da República
(APENSE-SE À(AO) PEC-79/2011.PROPOSIÇÃO SUJEITA À APRECIAÇÃO DO PLENÁRIOREGIME DE TRAMITAÇÃO: ESPECIAL)

COMISSÕES

ATA

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 170-A, DE 2012, DA SRª ANDREIA ZITO E OUTROS, QUE "DÁ NOVA REDAÇÃO AO INCISO I DO § 1º DO ART. 40 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL" (GARANTE PROVENTOS INTEGRAIS AO SERVIDOR QUE SE APOSENTAR POR INVALIDEZ)

54ª Legislatura – 3ª Sessão Legislativa Ordinária

ATA DA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 19 DE FEVEREIRO DE 2014.

Às quinze horas e vinte e nove minutos do dia dezenove de fevereiro de dois mil e quatorze, reuniu-se a Comissão Especial destinada a proferir parecer à Proposta de Emenda à Constituição nº 170-A, de 2012, da Srª Andreia Zito e outros, que "dá nova redação ao inciso I do § 1º do art. 40 da Constituição Federal" (garante proventos integrais ao servidor que se aposentar por invalidez), no Anexo II, Plenário 13 da Câmara dos Deputados. Estiveram presentes os Deputados Alexandre Roso – Presidente; Andre Moura – Vice-Presidente; Marçal Filho – Relator; Andreia Zito, Arnaldo Faria de Sá, Junji Abe, Margarida Salomão, Onofre Santo Agostini e Rubens Bueno – Titulares; e os Deputados Amauri Teixeira, Edinho Araújo, Jô Moraes, Nilson Leitão, Policarpo e Ronaldo Nogueira – Suplentes. Deixaram registrar presença os Deputados Aline Corrêa, Efraim Filho, Gorete Pereira, Ivan Valente, Jandira Feghali, João Campos, Mauro Benevides, Professor Setimo, Rogério Carvalho, Rose de Freitas, Ságuas Moraes, Sueli Vidigal e Vilson Covatti. **ABERTURA:** Havendo número regimental, o Presidente declarou abertos os trabalhos e colocou em apreciação a Ata da 3ª reunião, realizada no dia 12 de fevereiro de 2014. A pedido do Deputado Marçal Filho, foi dispensada a leitura e, em votação, a Ata foi aprovada. **EXPEDIENTE:** O Presidente deu conhecimento dos seguintes expedientes: 1) Processo nº 2014/000435, encaminhando Petição Pública com dois requerimentos apresentados por José Antonio Milet Freitas e Fábio Denis Amaral, com cerca de 1.100 assinaturas, constando de uma breve retrospectiva da PEC 270/08 e da atual PEC 170/12, solicitando apoio dos Deputados à causa e que a documentação seja encaminhada aos membros da Comissão Especial; 2) Ofício nº 33/2014, do Líder do PTB, Deputado Jovair Arantes, indicando o Deputado Ronaldo Nogueira (PTB/RS) como suplente da Comissão. O Presidente ainda informou que, encerrado o prazo para recebimento de emendas à PEC, nenhuma havia sido apresentada. **ORDEM DO DIA:** O Presidente deu início **Audiência Pública**, primeiro item da Pauta, convocada em atendimento ao Requerimento nº 2, de 2014, de autoria do Deputado Marçal Filho, com os seguintes palestrantes, a quem convidou a tomar lugar à Mesa: Sr. **LEONARDO JOSÉ ROLIM GUIMARÃES**, Secretário de Políticas da Previdência, representando o Sr. Garibaldi Alves Filho, Ministro da Previdência Social; Sr. **SÉRGIO RONALDO DA SILVA**, Secretário-Geral da Confederação dos Trabalhadores no Serviço Público Federal – CONDSEF. Sr. **JARBAS SIMAS,** Presidente da Associação Nacional dos Médicos Peritos da Previdência Social – ANMP. Antes de dar início às exposições, o Presidente informou que Sra. MARIA CECÍLIA S. S. LANDIM, Presidente da Associação Nacional dos Servidores Ativos, Aposentados e Pensionistas do Serviço Público Federal – APSEF, convidada a participar da Audiência, não pôde comparecer por estar fora do País. Na sequência, o Presidente passou a palavra aos palestrantes e, concluídas as explanações, ao Relator, Deputado Marçal Filho. Usaram da palavra, nos debates, a Deputada Andreia Zito e os Deputados Arnaldo Faria de Sá e Ronaldo Nogueira. O Presidente ainda concedeu a palavra aos palestrantes para suas considerações finais e, na sequência, deu início ao segundo item da Pauta: **Deliberação de Requerimentos.** 1 – **REQUERIMENTO Nº 3/14** – do Sr. Arnaldo Faria de Sá – (PEC 170/2012) – que a "realização de Audiência Pública onde será ouvida a Presidente da ANFIP, Dra. Margarida Lopes de Araújo". Durante o encaminhamento, o Deputado Ronaldo Nogueira sugeriu incluir o SINDIRECEITA no requerimento, sugestão acatada pelo Autor. Em votação, foi **APROVADO O REQUERIMENTO, COM A INCLUSÃO DO NOME DA SRA. SÍLVIA HELENA DE ALENCAR, PRESIDENTE DO SINDIRECEITA.** 2 – **REQUERIMENTO Nº 4/14** – do Sr. Policarpo – (PEC 170/2012) – que "requer a inclusão do SINAIT – Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho, SINAL – Sindicato Nacional dos Funcionários do Banco Central, e SINDIFISCO NACIONAL – Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais da Receita federal do Brasil no rol dos debatedores da Audiência Pública sobre a PEC 170/2012, a qual dá nova redação ao inciso I do § 1º do art. 40 da Constituição Federal para garantir proventos integrais ao servidor que se aposentar por invalidez". O Deputado Arnaldo Faria de Sá subscreveu o Requerimento e, em seguida, fez o encaminhamento. Em votação, o Requerimento foi **APROVADO.** 3 – **REQUERIMENTO Nº 5/14** – do Sr. Alexandre Roso – que "Requer a realização de Audiência Pública onde será ouvido o Presidente do Sindicato Nacional dos auditores – fiscais da Receita Federal do Brasil – Sindifisco, o senhor Cláudio Márcio Oliveira Damasceno". **PREJUDICA-**

DO, POR TER SIDO CONTEMPLADO NO REQUERIMENTO Nº 4/14. Nada mais havendo a tratar, o Presidente encerrou os trabalhos às dezessete horas e sete minutos, antes convocando Reunião da Comissão para o próximo dia 25 de fevereiro, terça-feira, para ouvir outros convidados indicados nos Requerimentos aprovados. E, para constar, eu _____, Eugênia Kimie Suda Camacho Pestana, Secretária Executiva, lavrei a presente Ata, que após ter sido lida e aprovada, será assinada pelo Presidente, Deputado Alexandre Roso _____, e publicada no **Diário da Câmara dos Deputados.** O inteiro teor da Reunião foi gravado, passando o arquivo de áudio correspondente a integrar o acervo documental da Comissão.

DESIGNAÇÃO

COMISSÃO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

DESIGNAÇÃO DE RELATOR

Faço, nesta data, a(s) seguinte(s) designação(ões) de relatoria:

Ao Deputado Abelardo Camarinha

TVR Nº 766/13 – do Poder Executivo – (MSC 366/2013) – que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante do Decreto de 28 de agosto de 2013, que outorga concessão à Fundação Vila Jaguary para explorar, pelo prazo de quinze anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão de sons e imagens, com fins exclusivamente educativos, no município de Jaguariúna, Estado de São Paulo".

TVR Nº 780/13 – do Poder Executivo – (MSC 368/2013) – que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante do Decreto de 28 de agosto de 2013, que outorga concessão à TV Oeste Paulista Ltda. para explorar, pelo prazo de quinze anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão de sons e imagens, no município de Marília, Estado de São Paulo".

À Deputada Antônia Lúcia

TVR Nº 768/13 – do Poder Executivo – (MSC 368/2013) – que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante do Decreto de 28 de agosto de 2013, que outorga concessão à X-Mediagroup S.A. para explorar, pelo prazo de quinze anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão de sons e imagens, no município de Mâncio Lima, Estado do Acre".

Ao Deputado Arlindo Chinaglia

TVR Nº 211/12 – do Poder Executivo – (MSC 287/2012) – que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 787, de 26 de agosto de 2010, que autoriza à Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Astorga executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Astorga, Estado do Paraná".

Ao Deputado Arolde de Oliveira

TVR Nº 776/13 – do Poder Executivo – (MSC 368/2013) – que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante do Decreto de 28 de agosto de 2013, que outorga concessão à Rede Brasil de Radiodifusão Ltda. para explorar, pelo prazo de quinze anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão de sons e imagens, no município de São João da Barra, Estado do Rio de Janeiro".

TVR Nº 779/13 – do Poder Executivo – (MSC 368/2013) – que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante do Decreto de 28 de agosto de 2013, que outorga concessão à Televisão Altamar Ltda. para explorar, pelo prazo de quinze anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão de sons e imagens, no município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina".

Ao Deputado Beto Mansur

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 1.419/13 – do Sr. Jovair Arantes – que "susta os efeitos de dispositivos das Resoluções nº 523, de 2008, e nº 568, de 2011, da Agência Nacional de Telecomunicações, que vedam a renovação de autorização de frequências na faixa de 148 MHz a 174 MHz, para uso exclusivamente em serviço prestado com tecnologia analógica".

Ao Deputado Bonifácio de Andrada

PROJETO DE LEI Nº 3.558/12 – do Sr. Armando Vergílio – que "dispõe sobre a utilização de sistemas biométricos, a proteção de dados pessoais e dá outras providências".

TVR Nº 368/13 – do Poder Executivo – (MSC 58/2013) – que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante do Decreto de 18 de fevereiro de 2013, que renova a concessão outorgada à Rádio Cultura

de Poços de Caldas Ltda. para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média, no município de Poços de Caldas, Estado de Minas Gerais".

Ao Deputado Bruno Araújo

PROJETO DE LEI Nº 5.059/09 – do Sr. Otavio Leite – que "estabelece procedimento facilitador para a acessibilidade na comunicação telefônica, através de SMP – Serviço Móvel Pessoal, para pessoa com deficiência auditiva e da fala em cumprimento ao inciso XIV do art. 24 da Constituição Federal". (Apensado: PL 4764/2012)

TVR Nº 244/13 – do Poder Executivo – (MSC 42/2013) – que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 139, de 24 de maio de 2011, que autoriza a Associação de Radiodifusão de Afogados da Ingazeira a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Afogados da Ingazeira, Estado de Pernambuco".

Ao Deputado Camilo Cola

TVR Nº 471/13 – do Poder Executivo – (MSC 133/2013) – que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 1233, de 30 de novembro de 2010, que autoriza a Associação Comunitária dos Radioperadores Grupo Mercosul de Comunicação e Rádio Emissão a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Rio Negro, Estado do Paraná".

Ao Deputado Henrique Oliveira

PROJETO DE LEI Nº 6.595/13 – do Sr. Jorge Corte Real – que "acrescenta dispositivos ao Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal; à Lei nº 1.079, de 10 de abril de 1950, que "Define os crimes de responsabilidade e regula o respectivo processo de julgamento"; e ao Decreto-Lei nº 201, de 27 de fevereiro de 1967, que "Dispõe sobre a responsabilidade dos Prefeitos e Vereadores, e dá outras providências", para tipificar a supressão de dados e programas de sistema de informações da Administração Pública".

TVR Nº 777/13 – do Poder Executivo – (MSC 368/2013) – que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante do Decreto de 28 de agosto de 2013, que outorga concessão à Capra-Publicidade e Promoções Ltda. para explorar, pelo prazo de quinze anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão de sons e imagens, no município de Bento Gonçalves, Estado do Rio Grande do Sul".

À Deputada Iara Bernardi

TVR Nº 234/13 – do Poder Executivo – (MSC 42/2013) – que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 1239, de 30 de novembro de 2010, que autoriza à Associação de Radiodifusão e Proteção Ambiental de Rio Azul executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Rio Azul, Estado do Paraná".

Ao Deputado Jorge Bittar

PROJETO DE LEI Nº 2.393/11 – do Sr. Francisco Araújo – que "obriga as empresas prestadoras de telefonia móvel a disponibilizar o sinal de radiofrequência do serviço em um raio de trinta quilômetros das sedes dos municípios abrangidos pela área de concessão". (Apensados: PL 3143/2012, PL 3967/2012 (Apensado: PL 5286/2013), PL 4437/2012 e PL 5291/2013)

TVR Nº 426/13 – do Poder Executivo – (MSC 132/2013) – que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 1036, de 08 de novembro de 2010, que autoriza a Associação Comunitária Para Divulgação da Cultura de Campina do Simão a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Campina do Simão, Estado do Paraná".

Ao Deputado Júlio Cesar

TVR Nº 774/13 – do Poder Executivo – (MSC 368/2013) – que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante do Decreto de 28 de agosto de 2013, que outorga concessão à Rede Brasil de Radiodifusão Ltda. para explorar, pelo prazo de quinze anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão de sons e imagens, no município de São Raimundo Nonato, Estado do Piauí".

À Deputada Luiza Erundina

PROJETO DE LEI Nº 4.133/12 – do Senado Federal – Marcelo Crivella – (PLS 556/2007) – que "dispõe sobre a concessão de financiamento às entidades detentoras de autorização para a exploração de Serviço de Radiodifusão Comunitária".

Ao Deputado Marçal Filho

TVR Nº 718/13 – do Poder Executivo – (MSC 146/2013) – que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 795, de 25 de outubro de 2006, o qual revoga a Portaria nº 122, de 03 de abril de 2000, que outorga permissão à União Caixeiral de Lajes para executar serviços de radiodifusão comunitária, na cidade de Lajes, Estado do Rio Grande do Norte".

À Deputada Margarida Salomão

TVR Nº 772/13 – do Poder Executivo – (MSC 368/2013) – que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante do Decreto de 28 de agosto de 2013, que outorga concessão à TV Topázio Comunicações Ltda. para explorar, pelo prazo de quinze anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão de sons e imagens, no município de Passos, Estado de Minas Gerais".

Ao Deputado Nazareno Fonteles

TVR Nº 594/13 – do Poder Executivo – (MSC 136/2013) – que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 63, de 03 de março de 2011, que renova a permissão outorgada à Rádio Menina do Paraná Ltda. para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Campo Largo, Estado do Paraná".

Ao Deputado Nelson Marchezan Junior

TVR Nº 321/13 – do Poder Executivo – (MSC 46/2013) – que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 24, de 17 de fevereiro de 2011, que autoriza à Associação Comunitária Desenvolver Sagradense – ASSCOM SAGRADENSE executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Sagrada Família, Estado do Rio Grande do Sul".

TVR Nº 672/13 – do Poder Executivo – (MSC 140/2013) – que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 719, de 03 de agosto de 2010, que outorga permissão à Inhandava Promoções Ltda. para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de São José do Ouro, Estado do Rio Grande do Sul".

TVR Nº 714/13 – do Poder Executivo – (MSC 145/2013) – que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 439, de 13 de outubro de 2011, que renova a permissão outorgada à Fundação Mãe de Deus para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, no município de Caxias do Sul, Estado do Rio Grande do Sul".

Ao Deputado Newton Lima

TVR Nº 595/13 – do Poder Executivo – (MSC 136/2013) – que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 96, de 28 de abril de 2011, que renova a permissão outorgada à Rádio FM 104 Ltda. para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Cornélio Procópio, Estado do Paraná".

Ao Deputado Paulo Abi-Ackel

PROJETO DE LEI Nº 4.026/04 – do Sr. Cláudio Magrão – que "dispõe sobre os limites à concentração econômica nos meios de comunicação social, e dá outras providências". (Apensado: PL 6667/2009)

PROJETO DE LEI Nº 1.311/11 – do Sr. Rogério Peninha Mendonça – que "altera a redação do parágrafo único do art. 13 do Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967, para autorizar a veiculação de publicidade comercial na programação das emissoras de televisão educativa, limitada a 15% do tempo total destinado à programação dessas emissoras".

PROJETO DE LEI Nº 3.655/12 – do Sr. Eduardo Barbosa – que "altera a Tabela de Valores da Taxa de Fiscalização de Instalação, objeto da Lei nº 5.070, de 7 de julho de 1966; Lei nº 9.472, de 16 de julho de 2007, e Lei nº 9.691, de 22 de julho de 1998; altera a Tabela de Valores da Contribuição para o Fomento da Radiodifusão Pública, objeto da Lei nº 11.652, de 07 de abril de 2008; altera a Tabela de Valores da Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica Nacional – CONDECINE, objeto da Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001; e Lei nº 12.485, de 12 de setembro de 2011; e dá outras providências".

TVR Nº 764/13 – do Poder Executivo – (MSC 364/2013) – que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante do Decreto de 28 de agosto de 2013, que outorga concessão à Fundação de Apoio e Desenvolvimento ao Ensino, Pesquisa e Extensão-FADEPE/JF para explorar, pelo prazo de quinze anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão de sons e imagens, no município de JUIZ DE FORA, Estado de Minas Gerais".

TVR Nº 773/13 – do Poder Executivo – (MSC 368/2013) – que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante do Decreto de 28 de agosto de 2013, que outorga concessão à Sistema Patense de Radiodifusão Ltda. para explorar, pelo prazo de quinze anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão de sons e imagens, no município de Patos de Minas, Estado de Minas Gerais".

PROJETO DE LEI Nº 6.965/13 – da Comissão Externa, com ônus para esta Casa, objetivando visitar a região serrana do Rio de Janeiro, para averiguar os danos sociais, ambientais e econômicos, decorrentes das enchentes, inundações e desmoronamentos, bem como verificar as providências que estão sendo tomadas no sentindo de atender as populações afetadas – que "altera a Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012, que institui a

Política Nacional de Proteção e Defesa Civil (PNPDEC), disciplina o Plano de Contingência de Proteção e Defesa Civil e dá outras providências".

Ao Deputado Professor Sérgio de Oliveira

TVR Nº 35/12 – do Poder Executivo – (MSC 104/2012) – que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 266, de 08 de julho de 2011, que outorga autorização à Associação Comunitária da Rádio Líder FM, para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Santa Cecília do Pavão, Estado do Paraná"

À Deputada Rebecca Garcia

PROJETO DE LEI Nº 6.304/13 – do Sr. João Arruda – que "institui Regime Especial de Tributação para instalação e manutenção de Centros de Processamento de Dados – Data Centers".

TVR Nº 767/13 – do Poder Executivo – (MSC 367/2013) – que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante do Decreto de 28 de agosto de 2013, que outorga concessão à Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas para explorar, pelo prazo de quinze anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão de sons e imagens, no município de Manaus, Estado do Amazonas".

Ao Deputado Ricardo Tripoli

TVR Nº 458/13 – do Poder Executivo – (MSC 133/2013) – que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 1166, de 24 de novembro de 2010, que autoriza a Associação Ação Social Comunitária do Jardim Vitória e Adjacência a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Espírito Santo do Pinhal, Estado de São Paulo".

Ao Deputado Rogério Peninha Mendonça

TVR Nº 443/13 – do Poder Executivo – (MSC 132/2013) – que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 1060, de 08 de novembro de 2010, que autoriza a Associação Comunitária Para o Desenvolvimento Social de Itapuca a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Itapuca, Estado do Rio Grande do Sul".

Ao Deputado Ruy Carneiro

PROJETO DE LEI Nº 4.047/01 – do Sr. Givaldo Carimbão – que "altera o art. 16 do Decreto-lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967, para definir os horários de veiculação e a duração dos programas educativos".

TVR Nº 775/13 – do Poder Executivo – (MSC 368/2013) – que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante do Decreto de 28 de agosto de 2013, que outorga concessão à Martins Fayad Radiodifusão Ltda. para explorar, pelo prazo de quinze anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão de sons e imagens, no município de Nova Esperança, Estado do Paraná".

Ao Deputado Salvador Zimbaldi

TVR Nº 778/13 – do Poder Executivo – (MSC 368/2013) – que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante do Decreto de 28 de agosto de 2013, que outorga concessão à MMA Comunicações Ltda. para explorar, pelo prazo de quinze anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão de sons e imagens, no município de Sobradinho, Estado do Rio Grande do Sul".

Ao Deputado Sandro Alex

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 1.428/13 – do Sr. Nelson Marquezelli – que "susta o art. 13 da Resolução normativa nº 479, de 3 de abril de 2012 , da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, que repassa aos municípios a elaboração de projeto, a implantação, expansão, operação e manutenção das instalações de iluminação pública ".

PROJETO DE LEI Nº 7.079/14 – do Sr. Major Fábio – que "modifica a Lei nº 12.485, 12 de setembro de 2011, que trata da comunicação audiovisual de acesso condicionado, para vedar o uso de aparelho decodificador exclusivo".

Ao Deputado Silas Câmara

TVR Nº 781/13 – do Poder Executivo – (MSC 368/2013) – que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante do Decreto de 28 de agosto de 2013, que outorga concessão à Televisão Brasil Limitada para explorar, pelo prazo de quinze anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão de sons e imagens, no município de São José dos Campos, Estado de São Paulo".

Ao Deputado Waldir Maranhão

TVR Nº 770/13 – do Poder Executivo – (MSC 368/2013) – que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante do Decreto de 28 de agosto de 2013, que outorga concessão à Ocan Comunicação Digital SE Ltda. para explorar, pelo prazo de quinze anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão de sons e imagens, no município de Santa Quitéria, Estado do Maranhão".

Ao Deputado Zezéu Ribeiro

TVR Nº 624/13 – do Poder Executivo – (MSC 137/2013) – que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 353, de 17 de agosto de 2011, que outorga permissão à Rádio Capelista Ltda. para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Matelândia, Estado do Paraná".

PROJETO DE LEI Nº 7.004/13 – do Sr. Vicente Candido – que "altera a Lei nº 8.977, de 6 de janeiro de 1995, que "dispõe sobre o serviço de TV a Cabo e dá outras providências"".

Sala da Comissão, 26 de fevereiro de 2014. – **Ricardo Tripoli,** Presidente.

PARECER

DESPACHO DO PRESIDENTE

PUBLICAÇÃO DE PARECER DE COMISSÃO

PEC 247-C/2013 – Redação para o Segundo Turno.

PRESIDÊNCIA/SGM

Publique-se.

Em 26-2-2014. – **Henrique Eduardo Alves**, Presidente.

Presidente

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 247-C, DE 2013

(Dos Sr. Mauro Benevides e outros)

REDAÇÃO PARA O SEGUNDO TURNO DE DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 247-B, DE 2013, do Sr. Mauro Benevides e outros que "altera o "Capítulo IV – Das Funções Essenciais à Justiça" do "Título IV – Da Organização dos Poderes" e acrescenta artigo ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal".

AS MESAS DA CÂMARA DOS DEPUTADOS E DO SENADO FEDERAL, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda ao texto constitucional:

Art. 1º O "Capítulo IV – Das Funções Essenciais à Justiça" do "Título IV – Da Organização dos Poderes" passa a vigorar com a seguinte redação:

"TÍTULO IV

Da Organização dos Poderes

.....

CAPÍTULO IV

DAS FUNÇÕES ESSENCIAIS À JUSTIÇA

.....

Seção III

DA ADVOCACIA

Art. 133. .....

.....

Seção IV

DA DEFENSORIA PÚBLICA

Art. 134. A Defensoria Pública é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe, como expressão e instrumento do regime democrático, fundamentalmente, a orientação jurídica, a promoção dos direitos humanos e a defesa, em todos os graus, judicial e extrajudicial, dos direitos individuais e coletivos, de forma integral e gratuita, aos necessitados, na forma do inciso LXXIV do art. 5º desta Constituição.

.....

§ 4º São princípios institucionais da Defensoria Pública a unidade, a indivisibilidade e a independência funcional, aplicando-se também, no que couber, o disposto no art. 93 e no art. 96, II, desta Constituição." (NR)

Art. 2º O Ato das Disposições Constitucionais Transitórias passa a vigorar acrescido dos seguintes artigos:

"Art. 98. O número de defensores públicos na unidade jurisdicional será proporcional à efetiva demanda pelo serviço da Defensoria Pública e à respectiva população.

§ 1º No prazo de oito anos, a União, os Estados e o Distrito Federal deverão contar com defensores públicos em todas as unidades jurisdicionais, observado o disposto no caput deste artigo.

§ 2º Durante o decurso do prazo previsto no § 1º deste artigo, a lotação dos defensores públicos ocorrerá, prioritariamente, atendendo as regiões com maiores índices de exclusão social e adensamento populacional."

Art. 3º Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, de de 2014. – Deputado **Andre Moura,** Presidente, Deputado **Amauri Teixeira,** Relator.

PARECER DA COMISSÃO

A Comissão Especial destinada a apreciar e proferir parecer à Proposta de Emenda à Constituição nº 247-B, de 2013, do Sr. Alessandro Molon, que "altera o Capítulo IV, Das Funções Essenciais à Justiça, do Título IV, Da Organização dos Poderes, e acrescenta artigo ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal", em reunião ordinária realizada hoje, aprovou, por unanimidade, a redação para o segundo turno de discussão e votação da Proposta de Emenda à Constituição nº 247-B, de 2013, oferecida pelo relator, Deputado Amauri Teixeira.

Participaram da votação os Senhores Deputados:

Andre Moura – Presidente; Amauri Teixeira – Relator; Fábio Trad, Lincoln Portela, Luiz Couto, Mauro Benevides, Paulo Foletto, Vilson Covatti – Titulares; Alessandro Molon, Chico Lopes, Onofre Santo Agostini e Vieira da Cunha – Suplentes.

Sala da Comissão, 25 de fevereiro de 2014. – Deputado **Andre Moura,** Presidente, Deputado **Amauri Teixeira,** Relator.

SEÇÃO II

ATOS DO PRESIDENTE

O PRESIDENTE DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 1º, inciso I, alínea "a", do Ato da Mesa nº 205, de 28 de junho de 1990, resolve:

DISPENSAR, de acordo com o artigo 35, inciso I, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, **ALYSON GOMES PEREIRA,** ponto nº 7667, ocupante de cargo da Categoria Funcional de Analista Legislativo – atribuição Técnica Legislativa, Classe A, Padrão 01, da função comissionada de Assistente de Gabinete, FC-01, do Gabinete do Líder do Solidariedade, do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados, a partir de 25 de fevereiro de 2014.

DISPENSAR, de acordo com o artigo 35, inciso I, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, **LUIZ VICENTE DA COSTA BRAGA,** ponto nº 6803, ocupante de cargo da Categoria Funcional de Analista Legislativo – atribuição Técnica Legislativa, Classe Especial, Padrão 10, da função comissionada de Chefe da Seção de Atendimento, FC-01, da Coordenação de Histórico de Debates, do Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação, do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados, a partir de 21 de fevereiro de 2014.

DISPENSAR, de acordo com o artigo 35, inciso I, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, **REGINA PEREIRA GAMES,** ponto nº 6595, ocupante de cargo da Categoria Funcional de Analista Legislativo – atribuição Técnica Legislativa, Classe Especial, Padrão 10, da função comissionada de Secretário-Executivo de Comissão, FC-03, da Secretaria da Comissão de Educação, da Coordenação de Comissões Permanentes, do Departamento de Comissões, do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados, a partir de 19 de fevereiro de 2014.

DISPENSAR, de acordo com o artigo 35, inciso I, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, **RICARDO MODESTO VIEIRA,** ponto nº 6600, ocupante de cargo da Categoria Funcional de Analista Legislativo – atribuição Técnica Legislativa, Classe Especial, Padrão 10, da função comissionada de Assistente Técnico, FC-02, da Assessoria de Projetos e Gestão, da Diretoria-Geral, do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados, a partir de 24 de fevereiro de 2014.

DISPENSAR, de acordo com o artigo 35, inciso I, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, **WELLINGTON FERREIRA GONÇALVES,** ponto nº 5150, ocupante de cargo da Categoria Funcional de Analista Legislativo – atribuição Técnico em Material e Patrimônio, Classe Especial, Padrão 10, da função comissionada de Chefe de Seção, FC-01, do Departamento de Finanças, Orçamento e Contabilidade, do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados, a partir de 21 de fevereiro de 2014.

O PRESIDENTE DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 1º, inciso I, alínea "a", do Ato da Mesa nº 205, de 28 de junho de 1990, e o artigo 6º da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, resolve:

DESIGNAR, na forma do artigo 13 da Resolução nº 21, de 4 de novembro de 1992, **ALYSON GOMES PEREIRA,** ponto nº 7667, ocupante de cargo da Categoria Funcional de Analista Legislativo – atribuição Técnica Legislativa, Classe A, Padrão 01, para exercer, a partir de 25 de fevereiro de 2014, a função comissionada de Assessor Técnico de Plenário, FC-03, do Líder do Solidariedade, do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados.

DESIGNAR, na forma do artigo 13 da Resolução nº 21, de 4 de novembro de 1992, **MARIA CLARICE DE SIQUEIRA CABRAL DIAS,** ponto nº 6893, ocupante de cargo da Categoria Funcional de Analista Legislativo – atribuição Técnico em Comunicação Social – Imprensa Escrita, Classe Especial, Padrão 09, para exercer, a partir de 24 de fevereiro de 2014, a função comissionada de Assistente de Gabinete, FC-01, do Gabinete do Líder do Partido Republicano da Ordem Social, do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados.

DESIGNAR, na forma do artigo 13 da Resolução nº 21, de 4 de novembro de 1992, **MARIA DE FÁTIMA MORBACH DE MEDEIROS,** ponto nº 6793, ocupante de cargo da Categoria Funcional de Analista Legislativo – atribuição Técnica Legislativa, Classe Especial, Padrão 10, para exercer, a partir de 21 de fevereiro de 2014, a função comissionada de Chefe da Seção de Atendimento, FC-01, da Coordenação de Histórico de Debates, do Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação, do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados.

DESIGNAR, na forma do artigo 13 da Resolução nº 21, de 4 de novembro de 1992, **PATRICIA MARIA NOGUEIRA,** ponto nº 6585, ocupante de cargo da Categoria Funcional de Analista Legislativo – atribuição Técnica Legislativa, Classe Especial, Padrão 09, para exercer, a partir de 25 de fevereiro de 2014, a função comissionada de Assistente de Gabinete, FC-01, do Gabinete do Líder do Partido Popular Socialista, do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados.

DESIGNAR, na forma do artigo 13 da Resolução nº 21, de 4 de novembro de 1992, **RAQUEL SILVA DE FARIA,** ponto nº 7821, ocupante de cargo da Categoria Funcional de Analista Legislativo – atribuição Técnica Legislativa, Classe A, Padrão 01, para exercer, a partir de 25 de fevereiro de 2014, a função comissionada de Assistente de Gabinete, FC-01, do Gabinete do Líder do Partido Social Democrático, do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados.

DESIGNAR, na forma do artigo 13 da Resolução nº 21, de 4 de novembro de 1992, **REGINA PEREIRA GAMES,** ponto nº 6595, ocupante de cargo da Categoria Funcional de Analista Legislativo – atribuição Técnica Legislativa, Classe Especial, Padrão 10, para exercer, a partir de 19 de fevereiro de 2014, a função comissionada de Secretário-Executivo de Comissão, FC-03, da Coordenação de Comissões Temporárias, do Departamento de Comissões, do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados.

DESIGNAR, na forma do artigo 13 da Resolução nº 21, de 4 de novembro de 1992, **RICARDO MODESTO VIEIRA,** ponto nº 6600, ocupante de cargo da Categoria Funcional de Analista Legislativo – atribuição Técnica Legislativa, Classe Especial, Padrão 10, para exercer, a partir de 24 de fevereiro de 2014, a função comissionada de Chefe de Gabinete do Líder do Partido Republicano da Ordem Social, FC-04, do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados.

DESIGNAR, na forma do artigo 13 da Resolução nº 21, de 4 de novembro de 1992, **VITOR BRITO GOMES DE SOUZA,** ponto nº 7617, ocupante de cargo da Categoria Funcional de Analista Legislativo – atribuição Técnico em Material e Patrimônio, Classe A, Padrão 02, para exercer, a partir de 21 de fevereiro de 2014, a função comissionada de Chefe de Seção, FC-01, do Departamento de Finanças, Orçamento e Contabilidade, do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados.

CÂMARA DOS DEPUTADOS, 26 de fevereiro de 2014. – **Henrique Eduardo Alves**, Presidente. **Presidente**

FUNDO ROTATIVO

CÂMARA DOS DEPUTADOS
FUNDO ROTATIVO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS
CNPJ 26.994.574/0001-16

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO: Cumprindo o disposto na Resolução nº 60, de 1994, apresentamos a Prestação de Contas Analítica do Fundo Rotativo da Câmara dos Deputados relativa ao mês de janeiro de 2014. A Administração do Fundo prestará os esclarecimentos que se fizerem necessários à perfeita compreensão das demonstrações.

BALANÇO FINANCEIRO

RECEITAS CORRENTES	591.595,15	DESPESAS CORRENTES	2.570,25
Receita Patrimonial	136.043,67	Outras Despesas Correntes	2.570,25
Receita de Serviços	8.697,92	Outras Despesas	2.570,25
Outras Receitas Correntes	446.853,56	DISPÊNDIOS EXTRA-ORÇAMENTÁRIOS	392.028.241,24
DEDUÇÕES DA RECEITA	(327,07)	Valores em Circulação	386.064.030,38
TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS	146,07	Recursos Especiais a Receber	386.064.030,38
Transferências Extra-Orçamentárias	146,07	Depósitos	4.395,45
Transferências Diversas Recebidas	146,07	Depósitos de Diversas Origens	4.395,45
INGRESSOS EXTRA-ORÇAMENTÁRIOS	391.439.397,34	Obrigações em Circulação	5.959.669,34
Valores em Circulação	385.627.622,93	RP's Não Processados - Inscrição	5.959.669,34
Recursos Especiais a Receber	385.627.622,93	Ajustes de Direitos e Obrigações	146,07
Depósitos	7.139,13	Incorporação de Obrigações	146,07
Depósitos de Diversas Origens	7.139,13	Outras Incorporações de Obrigações	146,07
Obrigações em Circulação	5.804.635,28		
Fornecedores	8.312,59		
de Exercícios Anteriores	8.312,59		
Restos a Pagar	5.793.752,44		
Não Processados a Liquidar	1.935.221,71		
Não Processados Liquidados	3.852.678,48		
Cancelado	5.852,25		
Outros Débitos	2.570,25		
TOTAL DE INGRESSOS	392.030.811,49	TOTAL DE DISPÊNDIOS	392.030.811,49

BALANÇO PATRIMONIAL

ATIVO FINANCEIRO	386.064.030,38	PASSIVO FINANCEIRO	5.805.922,16
Créditos em Circulação	386.064.030,38	Depósitos	7.139,13
Limite de Saque c/ Vinc. Pagamento	386.064.030,38	Depósitos de Diversas Origens	7.139,13
ATIVO NÃO FINANCEIRO	2.837.904,03	Obrigações em Circulação	5.798.783,03
Realizável a Curto Prazo	2.837.904,03	Restos a Pagar Processados	10.882,84
Créditos em Circulação	2.837.904,03	Fornecedores - De Exercícios Anteriores	8.312,59
Outros Créditos em Circulação	4.054.148,62	Débitos Diversos a Pagar	2.570,25
Provisão Para Devedores Duvidosos	(1.216.244,59)	Restos a Pagar Não Processados	5.787.900,19
ATIVO REAL	388.901.934,41	A Liquidar	1.935.221,71
ATIVO COMPENSADO	3.623.961,34	Liquidados	3.852.678,48
Compensações Ativas Diversas	3.623.961,34	PASSIVO NÃO FINANCEIRO	(1.935.221,71)
Responsabilidades Por Valores, Títulos e Bens	19.217,52	Obrigações em Circulação	(1.935.221,71)
Direitos e Obrigações Contratuais	3.604.743,82	Retificação de RP Não Processados a Liquidar	(1.935.221,71)
		PASSIVO REAL	3.870.700,45
		PATRIMÔNIO LÍQUIDO	385.031.233,96
		Patrimônio/Capital	384.488.571,35
		Patrimônio	384.488.571,35
		Resultado do Período	542.662,61
		Situação Patrimonial Ativa	388.901.934,41
		Situação Patrimonial Passiva	(388.359.271,80)
		PASSIVO COMPENSADO	3.623.961,34
		Compensações Passivas Diversas	3.623.961,34
		Valores, Títulos e Bens Sob Responsabilidade	19.217,52
		Direitos e Obrigações Contratadas	3.604.743,82
ATIVO TOTAL	392.525.895,75	PASSIVO TOTAL	392.525.895,75

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

ORÇAMENTÁRIAS	591.268,08	ORÇAMENTÁRIAS	2.570,25
Receitas Correntes	591.595,15	Despesas Correntes	2.570,25
Receita Patrimonial	136.043,67	Outras Despesas Correntes	2.570,25
Receita de Serviços	8.697,92	RESULTADO EXTRA-ORÇAMENTÁRIO	195.673,55
Outras Receitas Correntes	446.853,56	Interferências Passivas	110.411,95
Deduções da Receita	(327,07)	Transferências de Bens e Valores Concedidos	61.651,55
RESULTADO EXTRA-ORÇAMENTÁRIO	149.638,33	Movimento de Fundos a Crédito	48.760,40
Interferências Ativas	146,07	Decréscimos Patrimoniais	85.261,60
Movimento de Fundos a Débito	146,07	Desincorporações de Ativos	2.390,22
Acréscimos Patrimoniais	149.492,26	Baixa de Direitos	2.390,22
Incorporações de Ativos	143.604,88	Ajustes de Bens, Valores e Créditos	9.251,36
Incorporação de Bens Móveis	110.411,95	Ajustes de Créditos	9.251,36
Incorporação de Direitos	33.192,93	Incorporação de Passivos	73.620,02
Ajustes de Bens, Valores e Créditos	35,13	RESULTADO PATRIMONIAL	542.662,61
Ajustes de Créditos	35,13	Superávit	542.662,61
Desincorporação de Passivos	5.852,25		
VARIAÇÕES ATIVAS	740.906,41	VARIAÇÕES PASSIVAS	740.906,41

NOTAS EXPLICATIVAS

NOTA 1 – Contexto Operacional – O objetivo do Fundo Rotativo é prover recursos adicionais visando o cumprimento integral da função legislativa da Câmara dos Deputados.

NOTA 2 – Elaboração das Demonstrações – As demonstrações contábeis foram preparadas com base nos critérios estabelecidos pela Lei Nº 4.320, de 1964, consubstanciados no Plano de Contas da Administração Pública Federal.

NOTA 3 – Resumo das Principais Práticas Contábeis – a) Disponibilidades – representadas, exclusivamente, pelo saldo da conta limite de saque com vinculação de pagamento, conforme orientação da Mensagem n.º 2001/688.650 da COFIN/CCONT. b) Receitas e Despesas Orçamentárias – registradas obedecendo ao disposto no art. 35 da Lei Nº 4.320/64.

NOTA 4 – Resultado Patrimonial – Apresenta no mês de janeiro de 2014 um superávit de R$542.662,61

SÉRGIO SAMPAIO CONTREIRAS DE ALMEIDA
Diretor-Geral
EVANDRO LOPES COSTA
Diretor do Departamento de Finanças, Orçamento e Contabilidade
Contador – CRC/DF 7.504/O-8
GÉRSON GUIMARÃES JÚNIOR
Diretor da Coordenação de Contabilidade
Contador – CRC/DF 10.119
FRANCISCO DE ASSIS PINHEIRO MARQUES
Chefe do Serviço de Controle do FRCD
Contador – CRC/MT 9.016

ERRATA

COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES

No DCD nº 06, de 05/02/2014:
Na página 950,
Onde se lê:

.....

EMENDAS ADOTADAS PELA COMISSÃO DE RELAÇÕES

EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL AO PROJETO DE LEI Nº 2.715, DE 2011

EMENDA Nº 01: EMENDA MODIFICATIVA

Disciplina a decretação de medidas de defesa do Estado e das instituições democráticas, regulamentando o art. 136, § 1º e o art. 139, inciso III, da Constituição Federal e dá providências correlatas.

Dê-se ao art. 2º, à designação da Seção II do Capítulo I, ao art. 4º, ao parágrafo único do art. 5º, ao parágrafo único do art. 6º, ao inciso IV do art. 7º, aos incisos I e II do art. 12, ao parágrafo único e inciso I e sua alínea "c" e incisos II e III do art. 13, aos § 1º e 2º e seu inciso I do art. 17, ao *caput* e inciso I do art. 19, ao parágrafo único do art. 20, ao § 1º, 3º e 4º do art. 22, ao *caput* e § 2º do art. 23, ao art. 24 e seu parágrafo único, ao *caput* do art. 25, ao art. 27, ao *caput* do art. 29 e seus incisos I e VII, ao parágrafo único do art. 30, ao *caput* do art. 32 e seus incisos I e II, ao *caput* do art. 33, ao art. 34, ao *caput* do 38 e seu § 2º, aos §§ 1º e 3º do art. 40, ao *caput* do art. 41, aos 42, 43 e 44, aos §§ 1º e 2º do art. 45, ao parágrafo único do art. 47, à designação da Seção IX do Capítulo IV, ao § 1º do art. 49, e à designação da Seção X do Capítulo IV, do projeto, com a seguinte redação, passando-se os arts. 50 e 51 para a Seção XI do Capítulo IV, renumerados para arts. 52 e 53 e estes, constituindo a Seção X, renumerados para arts. 50 e 51, respectivamente:

> "Art. 2º. O estado de defesa e o estado de sítio, decretados pela forma prevista na Constituição, regem-se pelo princípio da corresponsabilidade de todos, segundo as normas constitucionais aplicáveis e o disposto nesta lei."

"Seção II
Das definições

Art. 4º. Considera-se instabilidade institucional, para efeito desta lei, o risco a que estejam sujeitos os fundamentos da República Federativa do Brasil, estabelecidos nos incisos ao caput do art. 1º da Constituição Federal de 1988, bem como a ineficácia de medida de intervenção da União nos Estados, no Distrito Federal ou nos Municípios localizados em Território Federal, nos termos dos arts. 34 a 36 da Constituição."

"Art. 5º .....
Parágrafo único. Para efeito desta lei, calamidade de grande proporção na natureza, ainda que antropogênica, é aquela que fuja ao controle das medidas adotadas para sua debelação pelo sistema nacional de defesa civil.
Art. 6º .....
Parágrafo único. As áreas a ser abrangidas pelo estado de defesa devem coincidir com as áreas territoriais dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios atingidos, podendo ser inferior ao território de um Município, mas não abranger todo o território nacional."
"Art. 7º .....
.....
IV – na situação prevista no art. 3º, inciso II, ocupação das instalações e uso temporário dos bens e serviços dos órgãos e entidades da administração pública federal, estadual, municipal ou do Distrito Federal, direta e indireta, ou de serviços públicos por elas concedidos, respondendo a União pelos danos e custos decorrentes."
"Art. 12. .....
I – a prisão por crime contra o Estado, determinada pelo executor da medida, será por este comunicada dentro de vinte e quatro horas ao juiz competente, que a relaxará, se não for legal, sendo obrigatória a realização do exame de corpo de delito, vedado à autoridade deixar de requisitá-lo, bem como de entregar ao preso, gratuitamente, cópia do laudo respectivo, salvo impossibilidade justificada;
II – a comunicação ao juiz será acompanhada de declaração, pela autoridade, com as assinaturas de duas testemunhas identificadas, do estado físico e mental do detido no momento de sua autuação;
.....
"Art. 13. .....
Parágrafo único. Considera-se comoção grave aquela que envolve uma ou mais das seguintes situações, sem prejuízo de outra eventualmente indicada pelo Conselho de Defesa Nacional:
I – atos terroristas, assim entendidos os atos ilegais, tentados ou consumados que, visando à intimidação ou coação do poder público, por qualquer motivação, possam causar perturbação da ordem ou calamidade, pelo emprego de meios ou artifícios que por sua natureza premeditada, imprevisível, clandestina, insidiosa ou violenta:
.....
c) destruam ou danifiquem o patrimônio público ou privado;
II – atos criminosos reiterados, que alterem substancialmente os índices de criminalidade, especialmente as taxas de homicídio, ou coloquem em risco a incolumidade da população, por atos de corrupção que causem prejuízos ao erário, promovam desabastecimento, calamidades socioambientais ou diminuam a capacidade de atendimento de saúde, previdência e assistência social; ou
III – rebelião, insurreição ou qualquer modalidade de guerra irregular que constitua usurpação, tentada ou consumada, do poder constitucionalmente investido, por sublevação armada."
"Art. 17. .....
.....
§ 1º A localidade determinada pode consistir na área de todo o Município, de toda a sua zona urbana ou rural, de bairro ou de povoação ou comunidade isolada do Município.
§ 2º Quando se estabelecer o condicionamento ou a interdição do trânsito de pessoas e da circulação de veículos:
I – a permanência não pode restringir o direito de ir e vir no âmbito da localidade determinada ressalvado o disposto no art. 22; e
....."
"Art. 19. A evacuação de prédio ou área sob risco poderá ser executada se ocorrer uma ou mais das seguintes situações:

I – qualquer daquelas mencionadas no art. 18, salvo na hipótese de doença em que os atingidos permaneçam isolados, nos termos do disposto no art. 17, inciso I, sem que tal permanência coloque em risco a população circundante ou promova a disseminação da doença;

.....”

“Art. 20. .....

Parágrafo único. Tendo ou não havido demolição, a área contaminada pode ter sua destinação alterada, mediante decreto específico e averbação da nova destinação no registro de imóveis.”

“Art. 22. .....

§ 1º A instituição do horário noturno de locomoção restrita:

I – será precedida de alerta redundante, com difusão por período mínimo de vinte e quatro horas, incluindo as informações acerca das sanções repressivas pertinentes; e

II – sujeitará o infrator apenas a medidas de caráter protetivo, ainda que coercitivas.

.....

§ 3º O horário noturno de locomoção restrita pressupõe a vigilância contínua da área atingida, cujos agentes poderão abordar e proceder a busca pessoal de quem for encontrado nos espaços públicos durante o horário estipulado, sem prejuízo do imediato recolhimento do infrator a sua residência ou abrigo e da aplicação das demais sanções cabíveis.

§ 4º Em situações justificadamente necessárias o executor poderá conceder salvo-conduto para o interessado, no qual se estipulem as áreas e horários de locomoção livre, presumindo-se possuí-lo em plenitude, quando em serviço, os agentes de execução do decreto e os integrantes das forças legais e dos serviços de atendimento de emergência e urgência e de serviços públicos essenciais.”

“Art. 23. A detenção não pode consistir em confinamento em compartimento trancado, salvo razões de saúde pública ou necessidade de proteção do detido, por solicitação sua, assegurada, em qualquer caso, a preferência de coabitação dos familiares.

.....

§ 2º Aplica-se o disposto no § 1º quando o prédio se tratar de abrigo de desalojados ou de minorias e outros grupos sob ameaça de agressão vinda de populares ou facções sublevadas, ainda que não estejam sob regime de detenção ou confinamento.”

“Art. 24. Aplicam-se, na vigência do estado de sítio, as restrições dispostas no art. 7º, inciso II, quanto ao sigilo da correspondência.

Parágrafo único. A restrição ao sigilo das comunicações pode incluir, além da quebra, a interceptação e o registro, por determinação do executor do decreto, que comunicará a medida ao juiz competente dentro de vinte e quatro horas.

Art. 25. A restrição do direito de divulgar notícias por meio de impressos, radiodifusão, televisão e telemática pode dar-se mediante suspensão das atividades, cassação do direito concedido ou encampação do veículo de divulgação nos casos de ofensa às leis que regem a segurança nacional ou a proteção civil, ou os dispositivos pertinentes dos diplomas penais, nos termos neles previstos.

.....”

“Art. 27. Não se inclui nas restrições do art. 16, inciso III, a difusão de pronunciamentos de parlamentares efetuados em suas Casas Legislativas, desde que liberada pela respectiva Mesa.”

“Art. 29. A busca em domicílio pode ser determinada pelo executor do decreto, desde que haja relação com a causa determinante ou superveniente relativamente independente do objeto da decretação, para apreensão em caso de suspeita de ocultação ou recusa em atendimento à ordem de entrega, por parte do procurado ou detentor de:

I – pessoa contra a qual exista mandado ou ordem de prisão, apreensão, detenção ou confinamento;

.....

VII – arma, munição, explosivo, acessório ou insumo pertinente, de posse clandestina ou, no caso de sublevação armada, mesmo de posse autorizada; ou

.....”

“Art. 30. .....

Parágrafo único. A busca será reduzida a auto circunstanciado, ainda que manuscrito e mesmo que resulte negativa, assegurado o fornecimento de cópia a quem a houver sofrido, bem como de cópia do mandado, com a justificativa da diligência.”

“Art. 32. A requisição de bem móvel ou imóvel de pessoa jurídica ou física, para o esforço de retorno à normalidade, é admitida desde que:”

I – não impeça a continuidade das atividades lícitas da pessoa jurídica, salvo se o poder público oferecer alternativa econômica compatível e imediatamente executável;
II – não comprometa a subsistência da pessoa física que dele depender licitamente, salvo se o poder público oferecer alternativa econômica compatível e imediatamente executável ou garantir a subsistência familiar integralmente, nos termos do § 1º do art. 23;
....."
"Art. 33. Durante o estado de sítio todos são obrigados a prestar às autoridades as informações relativas à sua identidade, local de moradia e meios de subsistência, sempre que solicitadas.
....."
"Art. 34. No caso do art. 13, inciso II, os direitos e garantias fundamentais poderão ser suspensas ou restringidas, nos termos do decreto, salvo os direitos de igualdade, de não ser discriminado, de não ser escravizado, de não ser torturado, de liberdade de consciência e de crença, de recorrer ao Poder Judiciário, de anterioridade da lei penal, do devido processo legal, do contraditório e da ampla defesa, da vedação de provas ilícitas, do *habeas corpus* e dos demais direitos e garantias fundamentais cujo exercício não seja incompatível com o disposto nesta lei."
"Art. 38. Cessado o estado de defesa ou o estado de sítio, por decurso de prazo ou revogação, cessarão também seus efeitos, sem prejuízo da responsabilidade pelos atos ilícitos cometidos por seus executores ou agentes.
.....
§ 2º Ao analisar o relatório o Congresso Nacional poderá, mediante resolução, sem prejuízo da atuação externa no exercício da atribuição de investigar as medidas executivas:
....."
"Art. 40. .....
§ 1º Sempre que as circunstâncias o permitam, deve a renovação da decretação do estado de sítio ser substituída por conversão em estado de defesa.
.....
§ 3º A alteração da medida de exceção, no sentido da redução das restrições impostas, da conversão do estado de sítio em estado de defesa, bem como da sua revogação, em caso de cessação das circunstâncias que a tiverem determinado, operam-se por decreto do Presidente da República, independentemente de audiência prévia do Conselho da República e do Conselho de Defesa Nacional, ou de aprovação ou autorização do Congresso Nacional."
"Art. 41. O executor do decreto que instituir o estado de defesa será, preferencialmente, o chefe do Poder Executivo no âmbito do Estado ou Município afetado, ressalvada a hipótese de prévia intervenção, em que recairá preferencialmente no interventor, se nomeado, sem prejuízo da designação de executor principal para todos os Estados ou Municípios atingidos.
.....
"Art. 42. A designação do executor do decreto que instituir o estado de sítio recairá, preferencialmente, na autoridade militar que tenha responsabilidade de defesa territorial da área atingida, podendo ser, ainda, outra autoridade por ela indicada.
Art. 43. Durante a execução das ações repressivas contra não-combatentes, as forças legais aplicarão as regras de engajamento ou de compromisso, utilizarão inicialmente armas menos letais e empregarão a força, necessária e suficiente, de forma progressiva."
"Art. 44. A execução do estado de defesa ou do estado de sítio não pode afetar a competência e o funcionamento dos órgãos dos Poderes constituídos e seus órgãos e entidades não atingidos pelo decreto respectivo e bem assim os direitos e imunidades dos respectivos titulares, ressalvada, nesse caso, a hipótese dos afastados por intervenção prévia.
Art. 45. .....
§ 1º Poderão funcionar ininterruptamente os demais órgãos e entidades dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, necessários para o esforço de retorno à normalidade, a critério de seus titulares ou por determinação do executor, no âmbito de suas atribuições.
§ 2º Durante estado de sítio que não abranja todo o território nacional e durante estado de defesa manter-se-ão em sessão permanente o Congresso Nacional, o Conselho da República, o Conselho de Defesa Nacional e os órgãos e entidades dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, que tenham jurisdição, circunscrição ou competência de atuação sobre a área afetada, aplicando-se o disposto no § 1º quanto aos demais."
"Art. 47. .....

Parágrafo único. O juiz competente decidirá, se houver dúvida quanto à legitimidade da posse dos bens passíveis de restituição."

"Seção IX
Da jurisdição militar

Art. 49. .....
§ 1º Aos tribunais militares caberá igualmente, nos termos do *caput*, a instrução e o julgamento dos crimes dolosos diretamente relacionados com os fatos que, nos termos do respectivo decreto, caracterizem e fundamentem a decretação do estado de sítio, bem assim os praticados durante a sua vigência, contra a vida, a integridade física e a liberdade das pessoas, o direito de informação, a segurança das comunicações, o patrimônio, a ordem e a tranquilidade públicas.
.....
....."

"Seção X
Da jurisdição comum"

"Art. 50. Com salvaguarda do disposto no art. 49, bem como do que sobre esta matéria constar da decretação do estado de defesa ou do estado de sítio quanto aos direitos, liberdades e garantias cujo exercício tiver sido suspenso ou restringido, nos termos da Constituição e desta lei, os tribunais comuns mantêm-se, na vigência desses estados de exceção, no pleno exercício das suas competências e funções.
Art. 51. Os crimes comuns cometidos no território em que vigorar o estado de exceção terão as penas aumentadas de um quarto no caso de estado de defesa e de um terço no caso de estado de sítio."

"Seção XI
Das disposições finais"

Sala da Comissão, em 11 de dezembro de 2013. – Deputado **Nelson Pellegrino,** Presidente.

EMENDA nº 02: EMENDA ADITIVA

Disciplina a decretação de medidas de defesa do Estado e das instituições democráticas, regulamentando o art. 136, § 1º e o art. 139, inciso III, da Constituição Federal e dá providências correlatas.

Inclua-se a "Seção XI – Das disposições finais", no Capítulo IV constituída pelos arts. 52 a 55 e o parágrafo único ao art. 52 do projeto, renumerado do art. 50, com a seguinte redação:

"Seção XI
Das disposições finais

Art. 52. .....
Parágrafo único. Para efeito do disposto no *caput* as empresas permissionárias ou autorizatárias, bem assim aquelas que operem livremente no país atenderão às requisições emanadas do executor do decreto com prioridade em relação às demais."

Sala da Comissão, em 11 de dezembro de 2013. – Deputado **Nelson Pellegrino,** Presidente.

.....

Leia-se:

". .....

EMENDAS ADOTADAS PELA COMISSÃO DE RELAÇÕES

EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL AO PROJETO DE LEI Nº 2.715, DE 2011

EMENDA Nº 1: EMENDA MODIFICATIVA

Dê-se ao art. 2º do projeto a seguinte redação:

"Art. 2º. O estado de defesa e o estado de sítio, decretados pela forma prevista na Constituição, regem-se pelo princípio da corresponsabilidade de todos, segundo as normas constitucionais aplicáveis e o disposto nesta lei."

Sala da Comissão, em 11 de dezembro de 2013. – Deputado **Nelson Pellegrino,** Presidente.

EMENDA Nº 02: EMENDA MODIFICATIVA

Dê-se à designação da Seção II do Capítulo II do projeto a seguinte redação:

"CAPÍTULO II

.....

Seção II
Das definições

....." "

Sala da Comissão, em 11 de dezembro de 2013. – Deputado **Nelson Pellegrino,** Presidente.

EMENDA Nº 03: EMENDA MODIFICATIVA

Dê-se ao art. 4º do projeto a seguinte redação:

"Art. 4º Considera-se instabilidade institucional, para efeito desta lei, o risco a que estejam sujeitos os fundamentos da República Federativa do Brasil, estabelecidos nos incisos ao caput do art. 1º da Constituição Federal de 1988, bem como a ineficácia de medida de intervenção da União nos Estados, no Distrito Federal ou nos Municípios localizados em Território Federal, nos termos dos arts. 34 a 36 da Constituição."

Sala da Comissão, em 11 de dezembro de 2013. – Deputado **Nelson Pellegrino,** Presidente.

EMENDA Nº 04: EMENDA MODIFICATIVA

Dê-se ao parágrafo único do art. 5º do projeto a seguinte redação:

"Art. 5º .....
Parágrafo único. Para efeito desta lei, calamidade de grande proporção na natureza, ainda que antropogênica, é aquela que fuja ao controle das medidas adotadas para sua debelação pelo sistema nacional de defesa civil."

Sala da Comissão, em 11 de dezembro de 2013. – Deputado **Nelson Pellegrino,** Presidente.

EMENDA Nº 05: EMENDA MODIFICATIVA

Dê-se ao parágrafo único do art. 6º do projeto a seguinte redação:

"Art. 6º .....
Parágrafo único. As áreas a serem abrangidas pelo estado de defesa devem coincidir com as áreas territoriais dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios atingidos, podendo ser inferior ao território de um Município, mas não abranger todo o território nacional."

Sala da Comissão, em 11 de dezembro de 2013. – Deputado **Nelson Pellegrino,** Presidente.

EMENDA Nº 6: EMENDA MODIFICATIVA

Dê-se ao inciso IV do art. 7º do projeto a seguinte redação:

"Art. 7º .....
.....
IV – na situação prevista no art. 3º, inciso II, ocupação das instalações e uso temporário dos bens e serviços dos órgãos e entidades da administração pública federal, estadual, municipal ou do Distrito Federal, direta e indireta, ou de serviços públicos por elas concedidos, respondendo a União pelos danos e custos decorrentes.".

Sala da Comissão, em 11 de dezembro de 2013. – Deputado **Nelson Pellegrino,** Presidente.

EMENDA Nº 07: EMENDA MODIFICATIVA

Dê-se aos incisos I e II do art. 12 do projeto a seguinte redação:

"Art. 12. .....

I – a prisão por crime contra o Estado, determinada pelo executor da medida, será por este comunicada dentro de vinte e quatro horas ao juiz competente, que a relaxará, se não for legal, sendo obrigatória a realização do exame de corpo de delito, vedado à autoridade deixar de requisitá-lo, bem como de entregar ao preso, gratuitamente, cópia do laudo respectivo, salvo impossibilidade justificada;

II – a comunicação ao juiz será acompanhada de declaração, pela autoridade, com as assinaturas de duas testemunhas identificadas, do estado físico e mental do detido no momento de sua autuação;

....."

Sala da Comissão, em 11 de dezembro de 2013. – Deputado **Nelson Pellegrino,** Presidente.

EMENDA Nº 08: EMENDA MODIFICATIVA

Dê-se ao parágrafo único e inciso I e sua alínea "c" e incisos II e III do art. 13 do projeto a seguinte redação:

"Art. 13. .....

Parágrafo único. Considera-se comoção grave aquela que envolve uma ou mais das seguintes situações, sem prejuízo de outra eventualmente indicada pelo Conselho de Defesa Nacional:

I – atos terroristas, assim entendidos os atos ilegais, tentados ou consumados que, visando à intimidação ou coação do poder público, por qualquer motivação, possam causar perturbação da ordem ou calamidade, pelo emprego de meios ou artifícios que por sua natureza premeditada, imprevisível, clandestina, insidiosa ou violenta:

.....

c) destruam ou danifiquem o patrimônio público ou privado;

II – atos criminosos reiterados, que alterem substancialmente os índices de criminalidade, especialmente as taxas de homicídio, ou coloquem em risco a incolumidade da população, por atos de corrupção que causem prejuízos ao erário, promovam desabastecimento, calamidades socioambientais ou diminuam a capacidade de atendimento de saúde, previdência e assistência social; ou

III – rebelião, insurreição ou qualquer modalidade de guerra irregular que constitua usurpação, tentada ou consumada, do poder constitucionalmente investido, por sublevação armada.".

Sala da Comissão, em 11 de dezembro de 2013. – Deputado **Nelson Pellegrino,** Presidente.

EMENDA Nº 09: EMENDA MODIFICATIVA

Dê-se aos parágrafos 1º e 2º e seu inciso I do art. 17 do projeto a seguinte redação:

"Art. 17. .....

§ 1º A localidade determinada pode consistir na área de todo o Município, de toda a sua zona urbana ou rural, de bairro ou de povoação ou comunidade isolada do Município.

§ 2º Quando se estabelecer o condicionamento ou a interdição do trânsito de pessoas e da circulação de veículos:

I – a permanência não pode restringir o direito de ir e vir no âmbito da localidade determinada ressalvado o disposto no art. 22; e

....."

Sala da Comissão, em 11 de dezembro de 2013. – Deputado **Nelson Pellegrino,** Presidente.

EMENDA Nº 10: EMENDA MODIFICATIVA

Dê-se ao *caput* e inciso I do art. 19 do projeto a seguinte redação:

"Art. 19. A evacuação de prédio ou área sob risco poderá ser executada se ocorrer uma ou mais das seguintes situações:

I – qualquer daquelas mencionadas no art. 18, salvo na hipótese de doença em que os atingidos permaneçam isolados, nos termos do disposto no art. 17, inciso I, sem que tal permanência coloque em risco a população circundante ou promova a disseminação da doença;

....."

Sala da Comissão, em 11 de dezembro de 2013. – Deputado **Nelson Pellegrino,** Presidente.

EMENDA Nº 11: EMENDA MODIFICATIVA

Dê-se ao parágrafo único do art. 20 do projeto a seguinte redação:

"Art. 20. .....

Parágrafo único. Tendo ou não havido demolição, a área contaminada pode ter sua destinação alterada, mediante decreto específico e averbação da nova destinação no registro de imóveis."

Sala da Comissão, em 11 de dezembro de 2013. – Deputado **Nelson Pellegrino,** Presidente.

EMENDA Nº 12: EMENDA MODIFICATIVA

Dê-se aos parágrafos 1º, 3º e 4º do art. 22 do projeto a seguinte redação:

"Art. 22. .....

§ 1º A instituição do horário noturno de locomoção restrita:

I – será precedida de alerta redundante, com difusão por período mínimo de vinte e quatro horas, incluindo as informações acerca das sanções repressivas pertinentes; e

II – sujeitará o infrator apenas a medidas de caráter protetivo, ainda que coercitivas.

.....

§ 3º O horário noturno de locomoção restrita pressupõe a vigilância contínua da área atingida, cujos agentes poderão abordar e proceder a busca pessoal de quem for encontrado nos espaços públicos durante o horário estipulado, sem prejuízo do imediato recolhimento do infrator a sua residência ou abrigo e da aplicação das demais sanções cabíveis.

§ 4º Em situações justificadamente necessárias o executor poderá conceder salvo-conduto para o interessado, no qual se estipulem as áreas e horários de locomoção livre, presumindo-se possuí-lo em plenitude, quando em serviço, os agentes de execução do decreto e os integrantes das forças legais e dos serviços de atendimento de emergência e urgência e de serviços públicos essenciais."

Sala da Comissão, em 11 de dezembro de 2013. – Deputado **Nelson Pellegrino,** Presidente.

EMENDA Nº 13: EMENDA MODIFICATIVA

Dê-se ao *caput* e § 2º do art. 23 do projeto a seguinte redação:

"Art. 23. A detenção não pode consistir em confinamento em compartimento trancado, salvo razões de saúde pública ou necessidade de proteção do detido, por solicitação sua, assegurada, em qualquer caso, a preferência de coabitação dos familiares.

.....

§ 2º Aplica-se o disposto no § 1º quando o prédio se tratar de abrigo de desalojados ou de minorias e outros grupos sob ameaça de agressão vinda de populares ou facções sublevadas, ainda que não estejam sob regime de detenção ou confinamento."

Sala da Comissão, em 11 de dezembro de 2013. – Deputado **Nelson Pellegrino,** Presidente.

EMENDA Nº 14: EMENDA MODIFICATIVA

Dê-se ao art. 24 e seu parágrafo único do projeto a seguinte redação:

"Art. 24. Aplicam-se, na vigência do estado de sítio, as restrições dispostas no art. 7º, inciso II, quanto ao sigilo da correspondência.

Parágrafo único. A restrição ao sigilo das comunicações pode incluir, além da quebra, a interceptação e o registro, por determinação do executor do decreto, que comunicará a medida ao juiz competente dentro de vinte e quatro horas."

Sala da Comissão, em 11 de dezembro de 2013. – Deputado **Nelson Pellegrino,** Presidente.

EMENDA Nº 15: EMENDA MODIFICATIVA

Dê-se ao *caput* do art. 25 do projeto a seguinte redação:

"Art. 25. A restrição do direito de divulgar notícias por meio de impressos, radiodifusão, televisão e telemática pode dar-se mediante suspensão das atividades, cassação do direito concedido ou en-

campação do veículo de divulgação nos casos de ofensa às leis que regem a segurança nacional ou a proteção civil, ou os dispositivos pertinentes dos diplomas penais, nos termos neles previstos.

....."

Sala da Comissão, em 11 de dezembro de 2013. – Deputado **Nelson Pellegrino,** Presidente.

EMENDA Nº 16: EMENDA MODIFICATIVA

Dê-se ao art. 27 do projeto a seguinte redação:

"Art. 27. Não se inclui nas restrições do art. 16, inciso III, a difusão de pronunciamentos de parlamentares efetuados em suas Casas Legislativas, desde que liberada pela respectiva Mesa."

Sala da Comissão, em 11 de dezembro de 2013. – Deputado **Nelson Pellegrino,** Presidente.

EMENDA Nº 17: EMENDA MODIFICATIVA

Dê-se ao *caput* do art. 29 e seus incisos I e VII do projeto a seguinte redação:

"Art. 29. A busca em domicílio pode ser determinada pelo executor do decreto, desde que haja relação com a causa determinante ou superveniente relativamente independente do objeto da decretação, para apreensão em caso de suspeita de ocultação ou recusa em atendimento à ordem de entrega, por parte do procurado ou detentor de:

I – pessoa contra a qual exista mandado ou ordem de prisão, apreensão, detenção ou confinamento;

.....

VII – arma, munição, explosivo, acessório ou insumo pertinente, de posse clandestina ou, no caso de sublevação armada, mesmo de posse autorizada; ou

....."

Sala da Comissão, em 11 de dezembro de 2013. – Deputado **Nelson Pellegrino,** Presidente.

EMENDA Nº 18: EMENDA MODIFICATIVA

Dê-se ao parágrafo único do art. 30 do projeto a seguinte redação:

"Art. 30. .....

Parágrafo único. A busca será reduzida a auto circunstanciado, ainda que manuscrito e mesmo que resulte negativa, assegurado o fornecimento de cópia a quem a houver sofrido, bem como de cópia do mandado, com a justificativa da diligência."

Sala da Comissão, em 11 de dezembro de 2013. – Deputado **Nelson Pellegrino,** Presidente.

EMENDA Nº 19: EMENDA MODIFICATIVA

Dê-se ao *caput* do art. 32 e seus incisos I e II do projeto a seguinte redação:

"Art. 32. A requisição de bem móvel ou imóvel de pessoa jurídica ou física, para o esforço de retorno à normalidade, é admitida desde que:"

I – não impeça a continuidade das atividades lícitas da pessoa jurídica, salvo se o poder público oferecer alternativa econômica compatível e imediatamente executável;

II – não comprometa a subsistência da pessoa física que dele depender licitamente, salvo se o poder público oferecer alternativa econômica compatível e imediatamente executável ou garantir a subsistência familiar integralmente, nos termos do § 1º do art. 23;

....."

Sala da Comissão, em 11 de dezembro de 2013. – Deputado **Nelson Pellegrino,** Presidente.

EMENDA Nº 20: EMENDA MODIFICATIVA

Dê-se ao *caput* do art. 33 do projeto a seguinte redação:

"Art. 33. Durante o estado de sítio todos são obrigados a prestar às autoridades as informações relativas à sua identidade, local de moradia e meios de subsistência, sempre que solicitadas.

....."

Sala da Comissão, em 11 de dezembro de 2013. – Deputado **Nelson Pellegrino,** Presidente.

EMENDA Nº 21: EMENDA MODIFICATIVA

Dê-se ao art. 34 do projeto a seguinte redação:

"Art. 34. No caso do art. 13, inciso II, os direitos e garantias fundamentais poderão ser suspensas ou restringidas, nos termos do decreto, salvo os direitos de igualdade, de não ser discriminado, de não ser escravizado, de não ser torturado, de liberdade de consciência e de crença, de recorrer ao Poder Judiciário, de anterioridade da lei penal, do devido processo legal, do contraditório e da ampla defesa, da vedação de provas ilícitas, do *habeas corpus* e dos demais direitos e garantias fundamentais cujo exercício não seja incompatível com o disposto nesta lei."

Sala da Comissão, em 11 de dezembro de 2013. – Deputado **Nelson Pellegrino,** Presidente.

EMENDA Nº 22: EMENDA MODIFICATIVA

Dê-se ao *caput* do art. 38 e seu § 2º do projeto a seguinte redação:

"Art. 38. Cessado o estado de defesa ou o estado de sítio, por decurso de prazo ou revogação, cessarão também seus efeitos, sem prejuízo da responsabilidade pelos atos ilícitos cometidos por seus executores ou agentes.

.....

§ 2º Ao analisar o relatório o Congresso Nacional poderá, mediante resolução, sem prejuízo da atuação externa no exercício da atribuição de investigar as medidas executivas:

....."

Sala da Comissão, em 11 de dezembro de 2013. – Deputado **Nelson Pellegrino,** Presidente.

EMENDA Nº 23: EMENDA MODIFICATIVA

Dê-se aos §§ 1º e 3º do art. 40 do projeto a seguinte redação:

"Art. 40. .....

§ 1º Sempre que as circunstâncias o permitam, deve a renovação da decretação do estado de sítio ser substituída por conversão em estado de defesa.

.....

§ 3º A alteração da medida de exceção, no sentido da redução das restrições impostas, da conversão do estado de sítio em estado de defesa, bem como da sua revogação, em caso de cessação das circunstâncias que a tiverem determinado, operam-se por decreto do Presidente da República, independentemente de audiência prévia do Conselho da República e do Conselho de Defesa Nacional, ou de aprovação ou autorização do Congresso Nacional."

Sala da Comissão, em 11 de dezembro de 2013. – Deputado **Nelson Pellegrino,** Presidente.

EMENDA Nº 24: EMENDA MODIFICATIVA

Dê-se ao *caput* do art. 41 do projeto a seguinte redação:

"Art. 41. O executor do decreto que instituir o estado de defesa será, preferencialmente, o chefe do Poder Executivo no âmbito do Estado ou Município afetado, ressalvada a hipótese de prévia intervenção, em que recairá preferencialmente no interventor, se nomeado, sem prejuízo da designação de executor principal para todos os Estados ou Municípios atingidos.

....."

Sala da Comissão, em 11 de dezembro de 2013. – Deputado **Nelson Pellegrino,** Presidente.

EMENDA Nº 25: EMENDA MODIFICATIVA

Dê-se ao art. 42 do projeto a seguinte redação:

"Art. 42. A designação do executor do decreto que instituir o estado de sítio recairá, preferencialmente, na autoridade militar que tenha responsabilidade de defesa territorial da área atingida, podendo ser, ainda, outra autoridade por ela indicada."

Sala da Comissão, em 11 de dezembro de 2013. – Deputado **Nelson Pellegrino,** Presidente.

EMENDA Nº 26: EMENDA MODIFICATIVA

Dê-se ao art. 43 do projeto a seguinte redação:

"Art. 43. Durante a execução das ações repressivas contra não-combatentes, as forças legais aplicarão as regras de engajamento ou de compromisso, utilizarão inicialmente armas menos letais e empregarão a força, necessária e suficiente, de forma progressiva."

Sala da Comissão, em 11 de dezembro de 2013. – Deputado **Nelson Pellegrino,** Presidente.

EMENDA Nº 27: EMENDA MODIFICATIVA

Dê-se ao art. 44 do projeto a seguinte redação:

"Art. 44. A execução do estado de defesa ou do estado de sítio não pode afetar a competência e o funcionamento dos órgãos dos Poderes constituídos e seus órgãos e entidades não atingidos pelo decreto respectivo e bem assim os direitos e imunidades dos respectivos titulares, ressalvada, nesse caso, a hipótese dos afastados por intervenção prévia."

Sala da Comissão, em 11 de dezembro de 2013. – Deputado **Nelson Pellegrino,** Presidente.

EMENDA Nº 28: EMENDA MODIFICATIVA

Dê-se aos §§ 1º e 2º do art. 45 do projeto a seguinte redação:

"Art. 45. .....
§ 1º Poderão funcionar ininterruptamente os demais órgãos e entidades dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, necessários para o esforço de retorno à normalidade, a critério de seus titulares ou por determinação do executor, no âmbito de suas atribuições.
§ 2º Durante estado de sítio que não abranja todo o território nacional e durante estado de defesa manter-se-ão em sessão permanente o Congresso Nacional, o Conselho da República, o Conselho de Defesa Nacional e os órgãos e entidades dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, que tenham jurisdição, circunscrição ou competência de atuação sobre a área afetada, aplicando-se o disposto no § 1º quanto aos demais."

Sala da Comissão, em 11 de dezembro de 2013. – Deputado **Nelson Pellegrino,** Presidente.

EMENDA Nº 29: EMENDA MODIFICATIVA

Dê-se ao parágrafo único do art. 47 do projeto a seguinte redação:

"Art. 47. .....
Parágrafo único. O juiz competente decidirá, se houver dúvida quanto à legitimidade da posse dos bens passíveis de restituição."

Sala da Comissão, em 11 de dezembro de 2013. – Deputado **Nelson Pellegrino,** Presidente.

EMENDA Nº 30: EMENDA MODIFICATIVA

Dê-se à designação da Seção IX do Capítulo IV do projeto a seguinte redação:

"CAPÍTULO IV

.....

Seção IX
Da jurisdição militar

....."

Sala da Comissão, em 11 de dezembro de 2013. – Deputado **Nelson Pellegrino,** Presidente.

EMENDA Nº 31: EMENDA MODIFICATIVA

Dê-se ao § 1º do art. 49 do projeto a seguinte redação:

"Art. 49. .....

§ 1º Aos tribunais militares caberá igualmente, nos termos do *caput*, a instrução e o julgamento dos crimes dolosos diretamente relacionados com os fatos que, nos termos do respectivo decreto, caracterizem e fundamentem a decretação do estado de sítio, bem assim os praticados durante a sua vigência, contra a vida, a integridade física e a liberdade das pessoas, o direito de informação, a segurança das comunicações, o patrimônio, a ordem e a tranquilidade públicas.

....."

Sala da Comissão, em 11 de dezembro de 2013. – Deputado **Nelson Pellegrino,** Presidente.

EMENDA Nº 32: EMENDA MODIFICATIVA

Dê-se à designação da Seção X do Capítulo IV do projeto a seguinte redação:

"CAPÍTULO IV

.....

Seção X

Da jurisdição comum

....."

Sala da Comissão, em 11 de dezembro de 2013. – Deputado **Nelson Pellegrino,** Presidente.

EMENDA Nº 33: EMENDA SUBSTITUTIVA

Dê-se ao art. 50 do projeto a seguinte redação, renumerando-se o atual art. 50 para art. 52:

"Art. 50. Com salvaguarda do disposto no art. 49, bem como do que sobre esta matéria constar da decretação do estado de defesa ou do estado de sítio quanto aos direitos, liberdades e garantias cujo exercício tiver sido suspenso ou restringido, nos termos da Constituição e desta lei, os tribunais comuns mantêm-se, na vigência desses estados de exceção, no pleno exercício das suas competências e funções."

Sala da Comissão, em 11 de dezembro de 2013. – Deputado **Nelson Pellegrino,** Presidente.

EMENDA Nº 34: EMENDA SUBSTITUTIVA

Dê-se ao art. 51 do projeto a seguinte redação, renumerando-se o atual art. 51 para art. 53:

"Art. 51. Os crimes comuns cometidos no território em que vigorar o estado de exceção terão as penas aumentadas de um quarto no caso de estado de defesa e de um terço no caso de estado de sítio."

Sala da Comissão, em 11 de dezembro de 2013. – Deputado **Nelson Pellegrino,** Presidente.

EMENDA Nº 35: EMENDA ADITIVA

Inclua-se o "Capítulo V – Das disposições finais", constituído pelos arts. 52 a 55 do projeto, com a seguinte redação:

"CAPÍTULO V

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS"

Sala da Comissão, em 11 de dezembro de 2013. – Deputado **Nelson Pellegrino,** Presidente.

EMENDA Nº 36: EMENDA ADITIVA

Inclua-se parágrafo único ao art. 50 do projeto, renumerado para art. 52, com a seguinte redação:

"Art. 52. .....

Parágrafo único. Para efeito do disposto no *caput* as empresas permissionárias ou autorizatárias, bem assim aquelas que operem livremente no país atenderão às requisições emanadas do executor do decreto com prioridade em relação às demais."

Sala da Comissão, em 11 de dezembro de 2013. – Deputado **Nelson Pellegrino,** Presidente.

MESA DIRETORA

Presidente:
HENRIQUE EDUARDO ALVES - PMDB - RN

1º Vice-Presidente:
ANDRE VARGAS - PT - PR

2º Vice-Presidente:
FÁBIO FARIA - PSD - RN

1º Secretário:
MARCIO BITTAR - PSDB - AC

2º Secretário:
SIMÃO SESSIM - PP - RJ

3º Secretário:
MAURÍCIO QUINTELLA LESSA - PR - AL

4º Secretário:
BIFFI - PT - MS

1º Suplente de Secretário:
GONZAGA PATRIOTA - PSB - PE

2º Suplente de Secretário:
WOLNEY QUEIROZ - PDT - PE

3º Suplente de Secretário:
VITOR PENIDO - DEM - MG

4º Suplente de Secretário:
TAKAYAMA - PSC - PR

LÍDERES E VICE-LÍDERES

Liderança do Governo
Líder: ARLINDO CHINAGLIA
Vice-Líderes:
Osmar Serraglio, Luciano Castro, Alex Canziani, José Guimarães, Waldir Maranhão, Hugo Leal, Rebecca Garcia e Henrique Fontana.

Liderança da Minoria
Líder: DOMINGOS SÁVIO
Vice-Líderes:
Laercio Oliveira, Luiz Pitiman, Felipe Maia e Sandro Alex.

PT
Líder: VICENTINHO
Vice-Líderes:
Valmir Assunção, Sibá Machado, Luiz Couto, Bohn Gass, Amauri Teixeira, Fernando Ferro, Vanderlei Siraque, Afonso Florence, Benedita da Silva, Erika Kokay, Eudes Xavier, Fátima Bezerra, Jorge Bittar, Josias Gomes, Marcon, Margarida Salomão, Pedro Uczai, Policarpo, Zé Geraldo, Zeca Dirceu, Márcio Macêdo e Padre João.

PMDB
Líder: EDUARDO CUNHA
Vice-Líderes:
Marcelo Castro (1º Vice), Darcísio Perondi, Edinho Araújo, Mauro Benevides, Marllos Sampaio, Lucio Vieira Lima, Francisco Escórcio, Eliseu Padilha, Fábio Trad, Edio Lopes, Colbert Martins, Danilo Forte, Júnior Coimbra, Manoel Junior, Alexandre Santos, Leonardo Picciani, André Zacharow, Fátima Pelaes, Rogério Peninha Mendonça e Sandro Mabel.

Bloco PP, PROS
Líder: EDUARDO DA FONTE
Vice-Líderes:
Givaldo Carimbão (1º Vice), Waldir Maranhão, Rebecca Garcia, Marcio Junqueira, Renato Molling, Esperidião Amin, Iracema Portella, Betinho Rosado, Sandes Júnior, Dimas Fabiano, Roberto Balestra, Valtenir Pereira, Ronaldo Fonseca, Salvador Zimbaldi e Antonio Balhmann.

PSDB
Líder: ANTONIO IMBASSAHY
Vice-Líderes:
Vanderlei Macris (1º Vice), Vaz de Lima, Nilson Leitão, Cesar Colnago, Izalci, Nilson Pinto, Antonio Carlos Mendes Thame, Luiz Carlos Hauly, João Campos e Marcus Pestana.

PSD
Líder: MOREIRA MENDES
Vice-Líderes:
Eleuses Paiva (1º Vice), Guilherme Campos, Heuler Cruvinel, Hugo Napoleão, Edson Pimenta, Sergio Zveiter, Marcos Montes, Silas Câmara, Onofre Santo Agostini, Jefferson Campos, Irajá Abreu e Eduardo Sciarra.

Bloco PR, PTdoB, PRP
Líder: ANTHONY GAROTINHO
Vice-Líderes:
Bernardo Santana de Vasconcellos (1º Vice), Gorete Pereira, Wellington Roberto, Milton Monti, Wellington Fagundes, Lourival Mendes, Lincoln Portela, Paulo Feijó, Anderson Ferreira e Paulo Freire.

DEM
Líder: MENDONÇA FILHO
Vice-Líderes:
Ronaldo Caiado, Abelardo Lupion, Alexandre Leite, Professora Dorinha Seabra Rezende, Mendonça Prado, Onyx Lorenzoni, Rodrigo Maia, Efraim Filho, Lira Maia, Mandetta e Fábio Souto.

PSB
Líder: BETO ALBUQUERQUE
Vice-Líderes:
Glauber Braga (1º Vice), Paulo Foletto, Luiza Erundina, Severino Ninho, Alfredo Sirkis e Dr. Ubiali.

SDD
Líder: FERNANDO FRANCISCHINI
Vice-Líderes:
Arthur Oliveira Maia (1º Vice), João Dado, Luiz Argôlo, Sebastião Bala Rocha, Armando Vergílio e Aureo.

PDT
Líder: VIEIRA DA CUNHA
Vice-Líderes:
Félix Mendonça Júnior (1º Vice), Ângelo Agnolin, Giovani Cherini, Marcos Rogério e Sueli Vidigal.

PTB
Líder: JOVAIR ARANTES
Vice-Líderes:
Antonio Brito (1º Vice), Arnaldo Faria de Sá, Josué Bengtson, Ronaldo Nogueira, Paes Landim e Walney Rocha.

PCdoB

Líder: JANDIRA FEGHALI
Vice-Líderes:
Manuela D'ávila (1° Vice), João Ananias, Perpétua Almeida e Evandro Milhomen.

PSC
Líder: ANDRE MOURA
Vice-Líderes:
Leonardo Gadelha (1° Vice) e Nelson Padovani.

PRB
Líder: GEORGE HILTON
Vice-Líderes:
César Halum (1° Vice), Beto Mansur e Cleber Verde.

PV
Líder: SARNEY FILHO
Vice-Líderes:
Rosane Ferreira, Antônio Roberto, Henrique Afonso e Roberto de Lucena.

PPS
Líder: RUBENS BUENO
Vice-Líderes:
Arnaldo Jordy, Arnaldo Jardim e Carmen Zanotto.

Parágrafo 4°, Artigo 9° do RICD

PSOL
Líder: IVAN VALENTE
Vice-Líderes:
Jean Wyllys.

PMN
Repr.: FRANCISCO TENÓRIO

Líderes de Partidos que participam de Bloco Parlamentar

PP
Líder: EDUARDO DA FONTE
PR
Líder: ANTHONY GAROTINHO
PROS
Líder: GIVALDO CARIMBÃO
PTdoB
Repr.: LUIS TIBÉ
PRP
Repr.: CHICO DAS VERDURAS

DEPUTADOS EM EXERCÍCIO

Roraima

Chico das Verduras - PRP
Edio Lopes - PMDB
Jhonatan de Jesus - PRB
Luciano Castro - PR
Marcio Junqueira - PROS
Paulo Cesar Quartiero - DEM
Raul Lima - PP
Urzeni Rocha - PSD

Amapá

Dalva Figueiredo - PT
Davi Alcolumbre - DEM
Evandro Milhomen - PCdoB
Fátima Pelaes - PMDB
Janete Capiberibe - PSB
Luiz Carlos - PSDB
Sebastião Bala Rocha - SDD
Vinicius Gurgel - PR

Pará

Amaldo Jordy - PPS
Asdrubal Bentes - PMDB
Beto Faro - PT
Cláudio Puty - PT
Dudimar Paxiuba - PROS
Elcione Barbalho - PMDB
Giovanni Queiroz - PDT
José Priante - PMDB
Josué Bengtson - PTB
Lira Maia - DEM
Lúcio Vale - PR
Miriquinho Batista - PT
Nilson Pinto - PSDB
Wandenkolk Gonçalves - PSDB
Wladimir Costa - SDD
Zé Geraldo - PT
Zequinha Marinho - PSC

Amazonas

Átila Lins - PSD
Carlos Souza - PSD
Francisco Praciano - PT
Henrique Oliveira - SDD
Paudemey Avelino - DEM
Rebecca Garcia - PP
Sabino Castelo Branco - PTB
Silas Câmara - PSD

Rondônia

Amir Lando - PMDB
Anselmo de Jesus - PT
Carlos Magno - PP
Marcos Rogério - PDT
Marinha Raupp - PMDB
Moreira Mendes - PSD
Nilton Capixaba - PTB
Padre Ton - PT

Acre

Antônia Lúcia - PSC
Flaviano Melo - PMDB
Gladson Cameli - PP
Henrique Afonso - PV
Marcio Bittar - PSDB
Perpétua Almeida - PCdoB
Sibá Machado - PT
Taumaturgo Lima - PT

Tocantins

Ângelo Agnolin - PDT
César Halum - PRB
Eduardo Gomes - SDD
Irajá Abreu - PSD
Júnior Coimbra - PMDB
Lázaro Botelho - PP
Osvaldo Reis - PMDB
Professora Dorinha Seabra Rezende - DEM

Maranhão

Alberto Filho - PMDB
Carlos Brandão - PSDB
Cleber Verde - PRB
Costa Ferreira - PSC
Davi Alves Silva Júnior - PR
Domingos Dutra - SDD
Francisco Escórcio - PMDB
Hélio Santos - PSDB
Lourival Mendes - PTdoB
Nice Lobão - PSD
Pedro Novais - PMDB
Pinto Itamaraty - PSDB
Professor Setimo - PMDB
Sarney Filho - PV
Simplício Araújo - SDD
Waldir Maranhão - PP
Weverton Rocha - PDT
Zé Vieira - PROS

Ceará

André Figueiredo - PDT
Aníbal Gomes - PMDB
Antonio Balhmann - PROS
Ariosto Holanda - PROS
Arnon Bezerra - PTB
Artur Bruno - PT
Chico Lopes - PCdoB
Danilo Forte - PMDB
Domingos Neto - PROS
Edson Silva - PROS
Eudes Xavier - PT
Genecias Noronha - SDD
Gorete Pereira - PR
João Ananias - PCdoB
José Airton - PT
José Guimarães - PT
José Linhares - PP
Manoel Salviano - PSD
Mário Feitoza - PMDB
Mauro Benevides - PMDB
Raimundo Gomes de Matos - PSDB
Vicente Arruda - PROS

Piauí

Assis Carvalho - PT
Hugo Napoleão - PSD
Iracema Portella - PP
Jesus Rodrigues - PT
Júlio Cesar - PSD
Marcelo Castro - PMDB
Marllos Sampaio - PMDB
Nazareno Fonteles - PT
Osmar Júnior - PCdoB
Paes Landim - PTB

Rio Grande do Norte

Betinho Rosado - PP
Fábio Faria - PSD
Fátima Bezerra - PT
Felipe Maia - DEM
Henrique Eduardo Alves - PMDB
João Maia - PR
Paulo Wagner - PV
Sandra Rosado - PSB

Paraíba

Benjamin Maranhão - SDD
Damião Feliciano - PDT
Efraim Filho - DEM
Hugo Motta - PMDB
Leonardo Gadelha - PSC
Luiz Couto - PT
Major Fábio - PROS
Manoel Junior - PMDB
Nilda Gondim - PMDB
Ruy Carneiro - PSDB
Wellington Roberto - PR
Wilson Filho - PTB

Pernambuco

Anderson Ferreira - PR
Augusto Coutinho - SDD
Bruno Araújo - PSDB
Carlos Eduardo Cadoca - PCdoB
Eduardo da Fonte - PP
Fernando Coelho Filho - PSB
Fernando Ferro - PT
Gonzaga Patriota - PSB
Inocêncio Oliveira - PR
João Paulo Lima - PT
Jorge Corte Real - PTB
José Augusto Maia - PROS
José Chaves - PTB
Luciana Santos - PCdoB
Mendonça Filho - DEM
Pastor Eurico - PSB
Paulo Rubem Santiago - PDT
Pedro Eugênio - PT
Raul Henry - PMDB
Roberto Teixeira - PP
Sergio Guerra - PSDB
Severino Ninho - PSB
Silvio Costa - PSC
Vilalba - PP
Wolney Queiroz - PDT

Alagoas

Alexandre Toledo - PSB
Francisco Tenório - PMN
Givaldo Carimbão - PROS
João Caldas - SDD
João Lyra - PSD
Maurício Quintella Lessa - PR
Paulão - PT
Renan Filho - PMDB
Rosinha da Adefal - PTdoB

Sergipe

Almeida Lima - PMDB
Andre Moura - PSC
Fabio Reis - PMDB
Laercio Oliveira - SDD
Márcio Macêdo - PT
Mendonça Prado - DEM
Rogério Carvalho - PT
Valadares Filho - PSB

Bahia

Acelino Popó - PRB
Afonso Florence - PT
Alice Portugal - PCdoB
Amauri Teixeira - PT
Antonio Brito - PTB
Antonio Imbassahy - PSDB
Arthur Oliveira Maia - SDD
Claudio Cajado - DEM
Colbert Martins - PMDB
Daniel Almeida - PCdoB
Edson Pimenta - PSD
Erivelton Santana - PSC
Fábio Souto - DEM
Félix Mendonça Júnior - PDT
Fernando Torres - PSD
Geraldo Simões - PT
Jânio Natal - PRP
João Carlos Bacelar - PR
João Leão - PP
José Carlos Araújo - PSD
José Nunes - PSD
José Rocha - PR
Josias Gomes - PT
Jutahy Junior - PSDB
Lucio Vieira Lima - PMDB
Luiz Alberto - PT
Luiz Argôlo - SDD
Luiz de Deus - DEM
Márcio Marinho - PRB
Marcos Medrado - SDD
Mário Negromonte - PP
Nelson Pellegrino - PT
Oziel Oliveira - PDT
Paulo Magalhães - PSD
Roberto Britto - PP
Sérgio Brito - PSD
Valmir Assunção - PT
Waldenor Pereira - PT
Zezéu Ribeiro - PT

Minas Gerais

Ademir Camilo - PROS
Aelton Freitas - PR
Antônio Roberto - PV
Aracely de Paula - PR
Bernardo Santana de Vasconcellos - PR
Bonifácio de Andrada - PSDB
Diego Andrade - PSD
Dimas Fabiano - PP
Domingos Sávio - PSDB
Dr. Grilo - SDD
Edmar Moreira - PR
Eduardo Barbosa - PSDB
Eros Biondini - PTB
Fábio Ramalho - PV
Gabriel Guimarães - PT
George Hilton - PRB
Geraldo Thadeu - PSD
Humberto Souto - PPS
Jaime Martins - PSD
Jairo Ataíde - DEM
Jô Moraes - PCdoB
João Bittar - DEM
João Magalhães - PMDB
José Humberto - PSD
Júlio Delgado - PSB
Lael Varella - DEM
Leonardo Monteiro - PT
Leonardo Quintão - PMDB
Lincoln Portela - PR
Luis Tibé - PTdoB
Luiz Fernando Faria - PP
Marcos Montes - PSD
Marcus Pestana - PSDB
Margarida Salomão - PT
Mário Heringer - PDT
Mauro Lopes - PMDB
Miguel Corrêa - PT
Newton Cardoso - PMDB
Nilmário Miranda - PT
Odair Cunha - PT
Padre João - PT
Paulo Abi-ackel - PSDB
Reginaldo Lopes - PT
Renato Andrade - PP
Renzo Braz - PP
Rodrigo de Castro - PSDB
Saraiva Felipe - PMDB
Silas Brasileiro - PMDB
Stefano Aguiar - PSB
Toninho Pinheiro - PP
Vitor Penido - DEM
Walter Tosta - PSD
Weliton Prado - PT

Espírito Santo

Camilo Cola - PMDB
Cesar Colnago - PSDB
Dr. Jorge Silva - PROS
Iriny Lopes - PT
Lauriete - PSC
Lelo Coimbra - PMDB
Manato - SDD
Paulo Foletto - PSB
Rose de Freitas - PMDB
Sueli Vidigal - PDT

Rio de Janeiro

Adrian - PMDB
Alessandro Molon - PT
Alexandre Santos - PMDB
Alfredo Sirkis - PSB
Andreia Zito - PSDB
Anthony Garotinho - PR
Arolde de Oliveira - PSD
Aureo - SDD
Benedita da Silva - PT
Celso Jacob - PMDB
Chico Alencar - PSOL
Deley - PTB
Dr. Adilson Soares - PR
Dr. Carlos Alberto - PMN
Dr. Paulo César - PR
Edson Ezequiel - PMDB
Edson Santos - PT
Eduardo Cunha - PMDB
Eurico Júnior - PV
Felipe Bornier - PSD
Fernando Jordão - PMDB
Fernando Lopes - PMDB
Francisco Floriano - PR
Glauber Braga - PSB
Hugo Leal - PROS
Jair Bolsonaro - PP
Jandira Feghali - PCdoB
Jean Wyllys - PSOL
Jorge Bittar - PT
Leonardo Picciani - PMDB
Liliam Sá - PROS
Luiz Sérgio - PT
Manuel Rosa Neca - PR
Marcelo Matos - PDT
Miro Teixeira - PROS
Otavio Leite - PSDB
Paulo Feijó - PR
Rodrigo Maia - DEM
Romário - PSB
Sergio Zveiter - PSD
Simão Sessim - PP
Stepan Nercessian - PPS
Vitor Paulo - PRB
Walney Rocha - PTB
Washington Reis - PMDB
Zoinho - PR

São Paulo

Abelardo Camarinha - PSB
Alexandre Leite - DEM
Aline Corrêa - PP
Antonio Bulhões - PRB
Antonio Carlos Mendes Thame - PSDB
Arlindo Chinaglia - PT
Arnaldo Faria de Sá - PTB
Arnaldo Jardim - PPS
Beto Mansur - PRB
Bruna Furlan - PSDB
Cândido Vaccarezza - PT
Carlos Roberto - PSDB
Carlos Sampaio - PSDB
Carlos Zarattini - PT
Delegado Protógenes - PCdoB
Devanir Ribeiro - PT
Dr. Ubiali - PSB
Duarte Nogueira - PSDB
Edinho Araújo - PMDB
Eleuses Paiva - PSD
Eli Correa Filho - DEM

Emanuel Fernandes - PSDB
Francisco Chagas - PT
Gabriel Chalita - PMDB
Guilherme Campos - PSD
Guilherme Mussi - PP
Gustavo Petta - PCdoB
Helcio Silva - PT
Iara Bernardi - PT
Ivan Valente - PSOL
Janete Rocha Pietá - PT
Jefferson Campos - PSD
João Dado - SDD
Jorge Tadeu Mudalen - DEM
José Mentor - PT
Junji Abe - PSD
Keiko Ota - PSB
Luiz Fernando Machado - PSDB
Luiza Erundina - PSB
Mara Gabrilli - PSDB
Marcelo Aguiar - DEM
Márcio França - PSB
Milton Monti - PR
Missionário José Olimpio - PP
Nelson Marquezelli - PTB
Newton Lima - PT
Otoniel Lima - PRB
Pastor Marco Feliciano - PSC
Paulo Freire - PR
Paulo Maluf - PP
Paulo Pereira da Silva - SDD
Paulo Teixeira - PT
Penna - PV
Renato Simões - PT
Ricardo Berzoini - PT
Ricardo Izar - PSD
Ricardo Tripoli - PSDB
Roberto de Lucena - PV
Roberto Freire - PPS
Roberto Santiago - PSD
Salvador Zimbaldi - PROS
Tiririca - PR
Vanderlei Macris - PSDB
Vanderlei Siraque - PT
Vaz de Lima - PSDB
Vicente Candido - PT
Vicentinho - PT
Walter Ihoshi - PSD
William Dib - PSDB

Mato Grosso

Carlos Bezerra - PMDB
Eliene Lima - PSD
Júlio Campos - DEM
Nilson Leitão - PSDB
Roberto Dorner - PSD
Ságuas Moraes - PT
Valtenir Pereira - PROS
Wellington Fagundes - PR

Distrito Federal

Augusto Carvalho - SDD
Erika Kokay - PT
Izalci - PSDB
Jaqueline Roriz - PMN
Luiz Pitiman - PSDB
Policarpo - PT
Reguffe - PDT
Ronaldo Fonseca - PROS

Goiás

Armando Vergílio - SDD
Carlos Alberto Leréia - PSDB
Flávia Morais - PDT
Heuler Cruvinel - PSD
Íris de Araújo - PMDB
João Campos - PSDB
Jovair Arantes - PTB
Leandro Vilela - PMDB
Magda Mofatto - PR
Pedro Chaves - PMDB
Roberto Balestra - PP
Ronaldo Caiado - DEM
Rubens Otoni - PT
Sandes Júnior - PP
Sandro Mabel - PMDB
Thiago Peixoto - PSD
Vilmar Rocha - PSD

Mato Grosso do Sul

Akira Otsubo - PMDB
Biffi - PT
Fábio Trad - PMDB
Geraldo Resende - PMDB
Mandetta - DEM
Marçal Filho - PMDB
Reinaldo Azambuja - PSDB
Vander Loubet - PT

Paraná

Abelardo Lupion - DEM
Alex Canziani - PTB
Alfredo Kaefer - PSDB
Andre Vargas - PT
André Zacharow - PMDB
Angelo Vanhoni - PT
Assis do Couto - PT
Cida Borghetti - PROS
Dilceu Sperafico - PP
Dr. Rosinha - PT
Edmar Arruda - PSC
Eduardo Sciarra - PSD
Fernando Francischini - SDD
Giacobo - PR
Hermes Parcianello - PMDB
João Arruda - PMDB
Leopoldo Meyer - PSB
Luiz Carlos Hauly - PSDB
Luiz Nishimori - PR
Marcelo Almeida - PMDB
Nelson Meurer - PP
Nelson Padovani - PSC
Odílio Balbinotti - PMDB
Osmar Serraglio - PMDB
Professor Sérgio de Oliveira - PSC
Rosane Ferreira - PV
Rubens Bueno - PPS
Sandro Alex - PPS
Takayama - PSC
Zeca Dirceu - PT

Santa Catarina

Carmen Zanotto - PPS
Celso Maldaner - PMDB
Décio Lima - PT
Edinho Bez - PMDB
Esperidião Amin - PP
João Pizzolatti - PP
Jorge Boeira - PP
Jorginho Mello - PR
Luci Choinacki - PT
Marco Tebaldi - PSDB
Mauro Mariani - PMDB
Onofre Santo Agostini - PSD
Pedro Uczai - PT
Rogério Peninha Mendonça - PMDB
Ronaldo Benedet - PMDB
Valdir Colatto - PMDB

Rio Grande do Sul

Afonso Hamm - PP
Alceu Moreira - PMDB
Alexandre Roso - PSB
Assis Melo - PCdoB
Beto Albuquerque - PSB
Bohn Gass - PT
Danrlei de Deus Hinterholz - PSD
Darcísio Perondi - PMDB
Eliseu Padilha - PMDB
Enio Bacci - PDT
Fernando Marroni - PT
Giovani Cherini - PDT
Henrique Fontana - PT
Jerônimo Goergen - PP
José Otávio Germano - PP
Jose Stédile - PSB
Luis Carlos Heinze - PP
Manuela D'ávila - PCdoB
Marco Maia - PT
Marcon - PT
Nelson Marchezan Junior - PSDB
Onyx Lorenzoni - DEM
Osmar Terra - PMDB
Paulo Ferreira - PT
Paulo Pimenta - PT
Renato Molling - PP
Ronaldo Nogueira - PTB
Ronaldo Zulke - PT
Sérgio Moraes - PTB
Vieira da Cunha - PDT
Vilson Covatti - PP

COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA, ABASTECIMENTO E DESENVOLVIMENTO RURAL

Presidente: Paulo Feijó (PR)
1º Vice-Presidente: Onyx Lorenzoni (DEM)
2º Vice-Presidente: Carlos Magno (PP)
3º Vice-Presidente:

Titulares	Suplentes
PT	
Anselmo de Jesus	Bohn Gass
Beto Faro	Jesus Rodrigues
Fernando Marroni	Josias Gomes
Luci Choinacki	Nazareno Fonteles
Marcon	Vander Loubet
Padre João	Waldenor Pereira
Valmir Assunção	1 vaga
PMDB	
Amir Lando	Alceu Moreira
Celso Maldaner	Carlos Bezerra
Leandro Vilela	Edinho Araújo
Odílio Balbinotti	Fernando Lopes vaga do PSC
Silas Brasileiro	Pedro Chaves
(Dep. do PR ocupa a vaga)	Valdir Colatto
	(Dep. do PSD ocupa a vaga)
PSDB	
Domingos Sávio	Alfredo Kaefer
Hélio Santos	Duarte Nogueira
Nilson Leitão	Wandenkolk Gonçalves
Raimundo Gomes de Matos vaga do PTB	(Dep. do PSD ocupa a vaga)
Reinaldo Azambuja	
PSD	
Heuler Cruvinel	Diego Andrade vaga do PMDB
Junji Abe	Edson Pimenta vaga do PSDB
Moreira Mendes	Eduardo Sciarra
Roberto Dorner	Eleuses Paiva vaga do Bloco PV, PPS
	Eliene Lima vaga do SDD
	Irajá Abreu
	José Humberto
	Marcos Montes
PP	
Carlos Magno	Afonso Hamm
Dilceu Sperafico	Betinho Rosado
Jorge Boeira	Vilson Covatti
Luis Carlos Heinze vaga do PHOS	
PR	
Giacobo	Aelton Freitas
Luiz Nishimori	Lúcio Vale
Paulo Feijó	Magda Mofatto
Wellington Roberto vaga do PMDB	
PSB	
Alexandre Toledo	Beto Albuquerque
(Dep. do DEM ocupa a vaga)	Fernando Coelho Filho
DEM	
Abelardo Lupion	Mendonça Filho
Jairo Ataíde vaga do PSB	Vitor Penido
Lira Maia vaga do PCdoB	
Onyx Lorenzoni	
Paulo Cesar Quartiero vaga do SDD	
PDT	
Giovanni Queiroz	Félix Mendonça Júnior
Oziel Oliveira vaga do PTdoB	
PTB	
Josué Bengtson	Nelson Marquezelli
(Dep. do PSDB ocupa a vaga)	Nilton Capixaba
Bloco PV, PPS	
Humberto Souto	(Dep. do PSD ocupa a vaga)
PSC	
Nelson Padovani	(Dep. do PMDB ocupa a vaga)
PCdoB	
(Dep. do DEM ocupa a vaga)	Daniel Almeida
PRB	
César Halum	1 vaga
PTdoB	
(Dep. do PDT ocupa a vaga)	(Dep. do PRP ocupa a vaga)
PROS	
(Dep. do PP ocupa a vaga)	Zé Vieira
SDD	
Augusto Carvalho	Luiz Argôlo
(Dep. do DEM ocupa a vaga)	(Dep. do PSD ocupa a vaga)
PRP	
	Jânio Natal vaga do PTdoB

Secretário(a): Moizes Lobo da Cunha
Local: Anexo II, Térreo, Ala C, sala 34
Telefones: 3216-6403/6404/6406
FAX: 3216-6415

COMISSÃO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

Presidente: Ricardo Tripoli (PSDB)
1º Vice-Presidente: Eduardo Gomes (SDD)
2º Vice-Presidente:
3º Vice-Presidente:

Titulares	Suplentes
PT	
Arlindo Chinaglia	Beto Faro
Iara Bernardi	Fernando Ferro
Jorge Bittar	Iriny Lopes
Margarida Salomão	Reginaldo Lopes
Miriquinho Batista vaga do PTdoB	Ricardo Berzoini
Nazareno Fonteles	Sibá Machado
Newton Lima	Valmir Assunção
Zezéu Ribeiro	
PMDB	
Camilo Cola	Colbert Martins
Marçal Filho	Flaviano Melo
Rogério Peninha Mendonça	(Dep. do PSDB ocupa a vaga)
(Dep. do PSB ocupa a vaga)	3 vagas
(Dep. do SDD ocupa a vaga)	
(Dep. do PROS ocupa a vaga)	
PSDB	
Bonifácio de Andrada	Duarte Nogueira vaga do PMDB
Bruno Araújo	Izalci
Ricardo Tripoli	Nelson Marchezan Junior
Ruy Carneiro	Nilson Pinto
	Paulo Abi-ackel
PSD	
Arolde de Oliveira	José Carlos Araújo
Silas Câmara	Júlio Cesar
Thiago Peixoto	Manoel Salviano
(Dep. do PTB ocupa a vaga)	Walter Ihoshi
PP	
Eduardo da Fonte	Rebecca Garcia
Missionário José Olimpio	Waldir Maranhão
Sandes Júnior	1 vaga
PR	
Dr. Adilson Soares	Francisco Floriano
(Dep. do DEM ocupa a vaga)	José Rocha vaga do PTdoB

	Milton Monti
	Wellington Fagundes vaga do PHP
PSB	
Abelardo Camarinha vaga do PMDB	Pastor Eurico
Luiza Erundina	Paulo Foletto
Severino Ninho	
DEM	
Jorge Tadeu Mudalen vaga do PR	Efraim Filho
Júlio Campos	Mendonça Filho
Marcelo Aguiar	
PDT	
Wolney Queiroz	Oziel Oliveira
PTB	
Sabino Castelo Branco vaga do PSD	Josué Bengtson
(Dep. do SDD ocupa a vaga)	
Bloco PV, PPS	
Sandro Alex	Arnaldo Jardim vaga do PSOL
	Fábio Ramalho
PSC	
Professor Sérgio de Oliveira	Antônia Lúcia
PCdoB	
Luciana Santos	Evandro Milhomen
PRB	
Beto Mansur	1 vaga
PSOL	
(Dep. do SDD ocupa a vaga)	(Dep. do Bloco PV, PPS ocupa a vaga)
PTdoB	
(Dep. do PT ocupa a vaga)	(Dep. do PR ocupa a vaga)
PRP	
Chico das Verduras	(Dep. do PR ocupa a vaga)
PROS	
Ariosto Holanda	Edson Silva
Salvador Zimbaldi vaga do PMDB	
SDD	
Benjamin Maranhão vaga do PSOL	Augusto Carvalho
Eduardo Gomes	1 vaga
Henrique Oliveira vaga do PMDB	
João Caldas	
Wladimir Costa vaga do PTB	

Secretário(a): Myriam Gonçalves Teixeira de Oliveira
Local: Anexo II, Térreo, Ala A, sala 51
Telefones: 3216-6452 A 6458
FAX: 3216-6465

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

Presidente: Vicente Candido (PT)
1º Vice-Presidente:
2º Vice-Presidente: Fábio Trad (PMDB)
3º Vice-Presidente:

Titulares	**Suplentes**
PT	
Alessandro Molon	Amauri Teixeira
Cândido Vaccarezza	Fátima Bezerra
Décio Lima	Francisco Chagas
Iriny Lopes	Gabriel Guimarães
João Paulo Lima	Geraldo Simões
José Guimarães	Márcio Macêdo
José Mentor	Miguel Corrêa
Luiz Couto	Nelson Pellegrino
Odair Cunha	Padre João
Ricardo Berzoini	Zezéu Ribeiro
Vicente Candido	(Dep. do DEM ocupa a vaga)
PMDB	
Alceu Moreira	Amir Lando
Carlos Bezerra vaga do PTB	Francisco Escórcio
Danilo Forte	João Magalhães
Eduardo Cunha	Júnior Coimbra
Eliseu Padilha	Nilda Gondim
Fábio Trad	Odílio Balbinotti vaga do PCdoB
Leonardo Picciani	Renan Filho
Marcelo Almeida	Sandro Mabel
Mauro Benevides	Washington Reis
Osmar Serraglio	1 vaga
PSDB	
Cesar Colnago	Bonifácio de Andrada
João Campos	Nelson Marchezan Junior
Jutahy Junior	Reinaldo Azambuja
Luiz Carlos	Rodrigo de Castro
Luiz Pitiman	(Dep. do PSD ocupa a vaga)
William Dib	(Dep. do PSD ocupa a vaga)
PSD	
Átila Lins	Felipe Bornier
Eduardo Sciarra	Jaime Martins
Onofre Santo Agostini	Jefferson Campos
Paulo Magalhães	João Lyra vaga do PSDB
Sergio Zveiter	José Nunes
Vilmar Rocha	Moreira Mendes
	Silas Câmara
	Walter Tosta vaga do PSDB
PP	
Esperidião Amin	Dilceu Sperafico
Paulo Maluf	Eduardo da Fonte
Renato Andrade	Jerônimo Goergen
Vilson Covatti	Lázaro Botelho
(Dep. do PROS ocupa a vaga)	Sandes Júnior
PR	
Anthony Garotinho	Gorete Pereira
Jorginho Mello	Luciano Castro
Lincoln Portela	Manuel Rosa Neca
Paulo Freire vaga do PTdoB	(Dep. do SDD ocupa a vaga)
(Dep. do PTdoB ocupa a vaga)	
PSB	
Beto Albuquerque	Gonzaga Patriota
Pastor Eurico	Jose Stédile
Sandra Rosado	Júlio Delgado
(Dep. do PRB ocupa a vaga)	Keiko Ota
DEM	
Felipe Maia	Alexandre Leite
Luiz de Deus	Efraim Filho vaga do PT
Mendonça Prado	Eli Correa Filho
	Onyx Lorenzoni
PDT	
Félix Mendonça Júnior	Oziel Oliveira vaga do PTB
Marcos Rogério	Vieira da Cunha
	Weverton Rocha
PTB	
Paes Landim	Arnaldo Faria de Sá
(Dep. do PMDB ocupa a vaga)	(Dep. do PDT ocupa a vaga)
Bloco PV, PPS	
Fábio Ramalho	Rosane Ferreira vaga do PSOL
Roberto Freire	Sandro Alex
	Sarney Filho
PSC	
Andre Moura	Edmar Arruda
Antônia Lúcia	Professor Sérgio de Oliveira
PCdoB	
Delegado Protógenes	Assis Melo
Evandro Milhomen	(Dep. do PMDB ocupa a vaga)

PRB

Antonio Bulhões — 1 vaga
Vitor Paulo vaga do PSB

PSOL

Chico Alencar — (Dep. do Bloco PV, PPS ocupa a vaga)

PTdoB

Lourival Mendes vaga do PH — Luis Tibé
(Dep. do PR ocupa a vaga)

PROS

Edson Silva — Hugo Leal
Ronaldo Fonseca vaga do PP — Valtenir Pereira
Vicente Arruda

SDD

Arthur Oliveira Maia — Armando Vergílio
Dr. Grilo — Benjamin Maranhão
Marcos Medrado — Fernando Francischini vaga do PH
Paulo Pereira da Silva

Secretário(a): Alexandra Zaban Bittencourt
Local: Anexo II,Térreo, Ala A, sala 19
Telefones: 3216-6494
FAX: 3216-6499

COMISSÃO DE CULTURA

Presidente: Alice Portugal (PCdoB)
1º Vice-Presidente: Luciana Santos (PCdoB)
2º Vice-Presidente: Onofre Santo Agostini (PSD)
3º Vice-Presidente: Evandro Milhomen (PCdoB)

Titulares	Suplentes
PT	
Angelo Vanhoni	Artur Bruno
Fernando Marroni	Iriny Lopes
Paulão	Newton Lima
PMDB	
Gabriel Chalita	Marinha Raupp
Marcelo Almeida	Raul Henry
Rose de Freitas	1 vaga
PSDB	
Pinto Itamaraty	2 vagas
Raimundo Gomes de Matos	
PSD	
Arolde de Oliveira	2 vagas
Onofre Santo Agostini	
PP	
(Dep. do PCdoB ocupa a vaga)	1 vaga
PR	
Tiririca	1 vaga
PSB	
(Dep. do PSOL ocupa a vaga)	Leopoldo Meyer
DEM	
(Dep. do PCdoB ocupa a vaga)	Professora Dorinha Seabra Rezende vaga do PDT
	(Dep. do Bloco PV, PPS ocupa a vaga)
PDT	
Paulo Rubem Santiago	(Dep. do DEM ocupa a vaga)
PTB	
Alex Canziani	Eros Biondini
Bloco PV, PPS	
Stepan Nercessian	Antônio Roberto vaga do DEM
	Penna
PCdoB	
Alice Portugal	Jandira Feghali
Evandro Milhomen vaga do PP	
Luciana Santos vaga do DEM	
PROS	
Domingos Neto	1 vaga
SDD	
Wladimir Costa	Aureo
PSOL	
Jean Wyllys vaga do PSB	

Secretário(a): Nádia Lúcia das Neves Raposo
Local: Anexo II - Pavimento Superior - salas 168/169-C
Telefones: 3216-6942 a 6947

COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR

Presidente: Sérgio Brito (PSD)
1º Vice-Presidente: José Carlos Araújo (PSD)
2º Vice-Presidente:
3º Vice-Presidente:

Titulares	Suplentes
PT	
José Airton	Assis do Couto
Rubens Otoni	Paulo Pimenta
Weliton Prado	1 vaga
PMDB	
(Dep. do PSC ocupa a vaga)	Leandro Vilela
(Dep. do PRB ocupa a vaga)	(Dep. do PSC ocupa a vaga)
(Dep. do PSD ocupa a vaga)	(Dep. do PSC ocupa a vaga)
PSDB	
Bruna Furlan	Carlos Sampaio
Marco Tebaldi	Luiz Carlos vaga do PH
	Nelson Marchezan Junior vaga do PSD
	Sergio Guerra
PSD	
Carlos Souza	Hugo Napoleão
José Carlos Araújo vaga do PH	(Dep. do PSDB ocupa a vaga)
Ricardo Izar vaga do SDD	
Sérgio Brito vaga do PMDB	
Walter Ihoshi	
PP	
Iracema Portella	Guilherme Mussi
Roberto Teixeira	Waldir Maranhão
PR	
(Dep. do PSD ocupa a vaga)	(Dep. do PSDB ocupa a vaga)
PSB	
Júlio Delgado	Severino Ninho
DEM	
Eli Correa Filho	Felipe Maia
PDT	
Reguffe	Wolney Queiroz
PTB	
Jovair Arantes	Eros Biondini
Bloco PV, PPS	
Paulo Wagner	(Dep. do PSOL ocupa a vaga)
PCdoB	
Chico Lopes	Carlos Eduardo Cadoca
PROS	
Ademir Camilo	(Dep. do PRB ocupa a vaga)
SDD	
(Dep. do PSD ocupa a vaga)	Arthur Oliveira Maia
PSC	
Lauriete vaga do PMDB	Erivelton Santana vaga do PMDB
	Silvio Costa vaga do PMDB
PRB	
Márcio Marinho vaga do PMDB	César Halum vaga do PHOS
PSOL	

Ivan Valente vaga do Bloco PV, PPS

Secretário(a): Lilian de Cássia Albuquerque Santos
Local: Anexo II, Pav. Superior, Ala C, sala 152
Telefones: 3216-6920 A 6922
FAX: 3216-6925

COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Presidente: Augusto Coutinho (SDD)
1º Vice-Presidente: Aureo (SDD)
2º Vice-Presidente:
3º Vice-Presidente:

Titulares	Suplentes
PT	
Devanir Ribeiro	Afonso Florence
Miguel Corrêa	Odair Cunha
Ronaldo Zulke	Pedro Eugênio
PMDB	
Renan Filho	Osmar Terra
(Dep. do PROS ocupa a vaga)	1 vaga
PSDB	
Carlos Roberto	Carlos Brandão
(Dep. do DEM ocupa a vaga)	Marco Tebaldi vaga do Bloco PV, PPS
	Otavio Leite
PSD	
Edson Pimenta	Fernando Torres
Walter Tosta	Guilherme Campos
PP	
Rebecca Garcia	Dimas Fabiano
Renato Molling vaga do PSC	Jorge Boeira vaga do PHOS
PR	
João Maia	Luiz Nishimori
PSB	
(Dep. do SDD ocupa a vaga)	(Dep. do SDD ocupa a vaga)
DEM	
Mendonça Filho vaga do PSDB	Mandetta
(Dep. do PRP ocupa a vaga)	
PTB	
(Dep. do SDD ocupa a vaga)	(Dep. do PDT ocupa a vaga)
Bloco PV, PPS	
(Dep. do PTdoB ocupa a vaga)	(Dep. do PSDB ocupa a vaga)
PSC	
(Dep. do PP ocupa a vaga)	(Dep. do SDD ocupa a vaga)
PROS	
Antonio Balhmann	(Dep. do PP ocupa a vaga)
Zé Vieira vaga do PMDB	
SDD	
Augusto Coutinho	Henrique Oliveira
Aureo vaga do PSB	Laercio Oliveira vaga do PSB
Sebastião Bala Rocha vaga do PTB	Simplício Araújo vaga do PSC
PDT	
	Ângelo Agnolin vaga do PTB
PTdoB	
Luis Tibé vaga do Bloco PV, PPS	
PRP	
Jânio Natal vaga do DEM	

Secretário(a): Anamélia Lima Rocha Fernandes
Local: Anexo II, Térreo, Ala A, sala T33
Telefones: 3216-6601 A 6609
FAX: 3216-6610

COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO URBANO

Presidente: Mauro Lopes (PMDB)
1º Vice-Presidente: Alberto Filho (PMDB)
2º Vice-Presidente: Sérgio Moraes (PTB)
3º Vice-Presidente: Roberto Britto (PP)

Titulares	Suplentes
PT	
Helcio Silva	Edson Santos
Renato Simões	Jorge Bittar
Zé Geraldo	Nilmário Miranda
PMDB	
Alberto Filho	Mauro Mariani
Fernando Lopes vaga do PSDB	(Dep. do PTB ocupa a vaga)
Flaviano Melo	1 vaga
Júnior Coimbra vaga do PHOS	
Mauro Lopes	
PSDB	
(Dep. do PMDB ocupa a vaga)	Bruna Furlan
1 vaga	1 vaga
PSD	
José Nunes	Heuler Cruvinel
(Dep. do PROS ocupa a vaga)	Junji Abe
PP	
Roberto Britto	1 vaga
PR	
Magda Mofatto	João Carlos Bacelar
PSB	
Paulo Foletto	(Dep. do PDT ocupa a vaga)
DEM	
Fábio Souto	(Dep. do PDT ocupa a vaga)
PTB	
Sérgio Moraes	Jorge Corte Real
	José Chaves vaga do PMDB
Bloco PV, PPS	
Eurico Júnior	Arnaldo Jardim
PROS	
Domingos Neto vaga do PSD	(Dep. do PCdoB ocupa a vaga)
(Dep. do PMDB ocupa a vaga)	
SDD	
1 vaga	Genecias Noronha
PDT	
	Flávia Morais vaga do DEM
	Weverton Rocha vaga do PSB
PCdoB	
	Luciana Santos vaga do PHOS

Secretário(a): Hérica Pimentel Brito de Souza
Local: Anexo II, Pavimento Superior, Ala C, Sala 188
Telefones: 3216-6551/ 6554
FAX: 3216-6560

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E MINORIAS

Presidente: Assis do Couto (PT)
1º Vice-Presidente: Nilmário Miranda (PT)
2º Vice-Presidente:
3º Vice-Presidente:

Titulares	Suplentes
PT	
Assis do Couto	Janete Rocha Pietá
Erika Kokay vaga do DEM	João Paulo Lima
Nilmário Miranda	Luiz Couto
Padre Ton	
PMDB	
(Dep. do Bloco PV, PPS ocupa a vaga)	Professor Setimo
(Dep. do PSC ocupa a vaga)	(Dep. do PCdoB ocupa a vaga)

PSDB

(Dep. do PSB ocupa a vaga) (Dep. do Bloco PV, PPS ocupa a vaga)
(Dep. do PDT ocupa a vaga) (Dep. do PDT ocupa a vaga)

PSD

(Dep. do PDT ocupa a vaga) Walter Tosta

PP

Jair Bolsonaro (Dep. do PROS ocupa a vaga)

PR

Anderson Ferreira (Dep. do PSB ocupa a vaga)

PSB

Janete Capiberibe Luiza Erundina
Keiko Ota vaga do PSDB Pastor Eurico vaga do PH

DEM

(Dep. do PT ocupa a vaga) 1 vaga

PTB

(Dep. do PMN ocupa a vaga) 1 vaga

Bloco PV, PPS

Henrique Afonso vaga do PMDB Arnaldo Jordy vaga do PSDB
(Dep. do PSOL ocupa a vaga) Roberto de Lucena

PTC

(Dep. do PRB ocupa a vaga) 1 vaga

PSC

Costa Ferreira Leonardo Gadelha
Pastor Marco Feliciano vaga do PMDB Takayama vaga do SDD

PROS

Liliam Sá Cida Borghetti vaga do PP
Ronaldo Fonseca

SDD

Domingos Dutra (Dep. do PSC ocupa a vaga)

PDT

Enio Bacci vaga do PSD Marcos Rogério vaga do PSDB
Mário Heringer vaga do PSDB

PCdoB

Manuela D'ávila vaga do PMDB

PRB

Otoniel Lima vaga do PTC

PSOL

Jean Wyllys vaga do Bloco PV, PPS

PMN

Dr. Carlos Alberto vaga do PTB

Secretário(a): Giovanna Francesca Mascarenhas Puricelli
Local: Anexo II, Pav. Superior, Ala A, sala 185
Telefones: 3216-6571
FAX: 3216-6580

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

Presidente: Glauber Braga (PSB)
1º Vice-Presidente: Dr. Ubiali (PSB)
2º Vice-Presidente: Paulo Rubem Santiago (PDT)
3º Vice-Presidente: Lelo Coimbra (PMDB)

Titulares	Suplentes
PT	
Angelo Vanhoni	Alessandro Molon
Artur Bruno	Iara Bernardi
Dalva Figueiredo vaga do PHS	Leonardo Monteiro
Fátima Bezerra	Margarida Salomão
Francisco Praciano vaga do PH	Miriquinho Batista
Pedro Uczai vaga do PMDB	Padre Ton vaga do PCdoB
Reginaldo Lopes	
Ságuas Moraes vaga do PSD	
Waldenor Pereira	
PMDB	
Gabriel Chalita	Celso Jacob
Lelo Coimbra	Mauro Benevides
Professor Setimo vaga do PSC	Osmar Serraglio
Raul Henry	Rogério Peninha Mendonça
(Dep. do PT ocupa a vaga)	
PSDB	
Izalci	Mara Gabrilli
Nilson Pinto	Nilson Leitão
(Dep. do PSB ocupa a vaga)	Pinto Itamaraty
PSD	
Eliene Lima	Danrlei de Deus Hinterholz
Manoel Salviano	Thiago Peixoto
(Dep. do PT ocupa a vaga)	Vilmar Rocha
PP	
Aline Corrêa	Esperidião Amin
Waldir Maranhão	José Linhares
PR	
(Dep. do PCdoB ocupa a vaga)	Jorginho Mello
(Dep. do PT ocupa a vaga)	Paulo Freire
PSB	
Dr. Ubiali	Júlio Delgado
Glauber Braga	Keiko Ota vaga do DEM
Leopoldo Meyer vaga do PSDB	Severino Ninho
DEM	
Professora Dorinha Seabra Rezende	(Dep. do PSB ocupa a vaga)
PDT	
Paulo Rubem Santiago	Oziel Oliveira
PTB	
Alex Canziani	Paes Landim
Wilson Filho vaga do SDD	
Bloco PV, PPS	
Stepan Nercessian	Eurico Júnior
PSC	
(Dep. do PMDB ocupa a vaga)	Pastor Marco Feliciano
PCdoB	
Alice Portugal vaga do PH	(Dep. do PT ocupa a vaga)
Gustavo Petta	
PRB	
(Dep. do PT ocupa a vaga)	1 vaga
PMN	
1 vaga	1 vaga
PHS	
(Dep. do PROS ocupa a vaga)	1 vaga
PROS	
José Augusto Maia vaga do PHS	Ariosto Holanda
Valtenir Pereira	
SDD	
(Dep. do PTB ocupa a vaga)	Laercio Oliveira

Secretário(a): Regina Pereira Games
Local: Anexo II, Pav. Superior, Ala C, sala T170
Telefones: 3216-6621/6622/6628
FAX: 3216-6635

COMISSÃO DO ESPORTE

Presidente: Damião Feliciano (PDT)
1º Vice-Presidente: Afonso Hamm (PP)
2º Vice-Presidente: Romário (PSB)
3º Vice-Presidente: Marcelo Matos (PDT)

Titulares	Suplentes
PT	
Paulo Pimenta	Eudes Xavier
(Dep. do PRB ocupa a vaga)	Policarpo
(Dep. do PCdoB ocupa a vaga)	Vicente Candido
PMDB	
Asdrubal Bentes vaga do PH	3 vagas
Edinho Bez	
Fabio Reis	

Francisco Escórcio
Marllos Sampaio vaga do PSD
Pedro Chaves vaga do PSDB

PSDB

(Dep. do PTB ocupa a vaga) Hélio Santos
(Dep. do PMDB ocupa a vaga) (Dep. do PDT ocupa a vaga)

PSD

Danrlei de Deus Hinterholz Marcos Montes
(Dep. do PMDB ocupa a vaga) Roberto Santiago

PP

Afonso Hamm Renzo Braz
(Dep. do PDT ocupa a vaga) (Dep. do PCdoB ocupa a vaga)

PR

(Dep. do PMDB ocupa a vaga) Edmar Moreira vaga do PTB
José Rocha

PSB

Romário Alexandre Roso
Valadares Filho vaga do DEM

DEM

(Dep. do PSB ocupa a vaga) Efraim Filho

SDD

Simplício Araújo Benjamin Maranhão

PTB

Amon Bezerra vaga do PSDB (Dep. do PR ocupa a vaga)
Deley

Bloco PV, PPS

Rubens Bueno Arnaldo Jordy

PROS

Cida Borghetti Dr. Jorge Silva

PDT

Damião Feliciano André Figueiredo
Marcelo Matos vaga do PP Flávia Morais vaga do PSDB

PCdoB

Carlos Eduardo Cadoca vaga do PT Delegado Protógenes
Jô Moraes Gustavo Petta vaga do PP

PRB

Acelino Popó vaga do PT

Secretário(a):

COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

Presidente: Mário Feitoza (PMDB)
1º Vice-Presidente: Lucio Vieira Lima (PMDB)
2º Vice-Presidente: Pedro Eugênio (PT)
3º Vice-Presidente: Jose Stédile (PSB)

Titulares **Suplentes**

PT

Afonso Florence Assis Carvalho
Cláudio Puty Devanir Ribeiro
Paulo Ferreira José Mentor
Paulo Teixeira Pedro Uczai
Pedro Eugênio Rogério Carvalho
Zeca Dirceu vaga do PROS

PMDB

Akira Otsubo vaga do PTB Celso Maldaner
Aníbal Gomes vaga do PSB Eduardo Cunha
João Magalhães vaga do PHS Leonardo Quintão
José Priante Silas Brasileiro
Lucio Vieira Lima 1 vaga
Manoel Junior vaga do PCdoB
Marcelo Castro
Mário Feitoza
Pedro Novais

PSDB

Alfredo Kaefer Emanuel Fernandes
Luiz Carlos Hauly Luiz Pitiman
Sergio Guerra vaga do PDT Marcus Pestana
Vaz de Lima Otavio Leite vaga do PTB

PSD

Guilherme Campos Diego Andrade
João Lyra vaga do Bloco PV, PPS Eleuses Paiva
José Humberto (Dep. do PDT ocupa a vaga)
Júlio Cesar

PP

Jerônimo Goergen Luis Carlos Heinze
José Otávio Germano Paulo Maluf
Nelson Meurer Toninho Pinheiro

PR

Aelton Freitas João Carlos Bacelar
Davi Alves Silva Júnior João Maia

PSB

Jose Stédile Dr. Ubiali
(Dep. do PMDB ocupa a vaga) (Dep. do DEM ocupa a vaga)

DEM

Efraim Filho Jairo Ataíde vaga do PSB
Pauderney Avelino Mendonça Prado
Rodrigo Maia

PDT

(Dep. do PSDB ocupa a vaga) André Figueiredo vaga do PSD
Giovani Cherini

PTB

(Dep. do PMDB ocupa a vaga) (Dep. do PSDB ocupa a vaga)

Bloco PV, PPS

(Dep. do PSD ocupa a vaga) Arnaldo Jardim

PSC

Edmar Arruda Andre Moura

PCdoB

(Dep. do PMDB ocupa a vaga) Osmar Júnior

PRB

(Dep. do PMDB ocupa a vaga) 1 vaga

PROS

Miro Teixeira (Dep. do PT ocupa a vaga)

SDD

Genecias Noronha João Dado

Secretário(a): Aparecida de Moura Andrade
Local: Anexo II, Pav. Superior, Ala C, sala 136
Telefones: 3216-6652/6655/6657
FAX: 3216-6660

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E CONTROLE

Presidente: Hugo Motta (PMDB)
1º Vice-Presidente: João Arruda (PMDB)
2º Vice-Presidente: Felipe Bornier (PSD)
3º Vice-Presidente: Manuel Rosa Neca (PR)

Titulares **Suplentes**

PT

Edson Santos Décio Lima
Sibá Machado José Guimarães
Vanderlei Siraque Renato Simões

PMDB

Alexandre Santos Akira Otsubo
Edio Lopes vaga do Bloco PV, PPS Aníbal Gomes
Hugo Motta Eduardo Cunha
João Arruda

PSDB

Antonio Carlos Mendes Thame vaga do PTB
Carlos Brandão
Luiz Fernando Machado Carlos Sampaio vaga do PSB
Vanderlei Macris
Vaz de Lima

PSD

Felipe Bornier	Irajá Abreu
(Dep. do PMN ocupa a vaga)	Sérgio Brito
PP	
João Pizzolatti	Carlos Magno
PR	
Manuel Rosa Neca vaga do PDT	Anthony Garotinho
(Dep. do PSC ocupa a vaga)	Davi Alves Silva Júnior vaga do PCdoB
	Zoinho vaga do PHOS
PSB	
Márcio França	(Dep. do PSDB ocupa a vaga)
DEM	
Alexandre Leite	Mendonça Filho
PDT	
(Dep. do PR ocupa a vaga)	Marcelo Matos
PTB	
Nilton Capixaba	(Dep. do PSDB ocupa a vaga)
Bloco PV, PPS	
(Dep. do PMDB ocupa a vaga)	Stepan Nercessian
PCdoB	
Jandira Feghali	(Dep. do PR ocupa a vaga)
PROS	
Marcio Junqueira	(Dep. do PR ocupa a vaga)
SDD	
Fernando Francischini	Simplício Araújo
PSC	
Zequinha Marinho vaga do PH	
PMN	
Francisco Tenório vaga do PSD	

Secretário(a): Luiz Paulo Pieri
Local: Anexo II, Pav. Superior, Ala A, sala 161
Telefones: 3216-6671 A 6675
FAX: 3216-6676

COMISSÃO DE INTEGRAÇÃO NACIONAL, DESENVOLVIMENTO REGIONAL E DA AMAZÔNIA

Presidente: Domingos Neto (PROS)
1º Vice-Presidente:
2º Vice-Presidente:
3º Vice-Presidente:

Titulares	**Suplentes**
PT	
Miriquinho Batista	Anselmo de Jesus
Taumaturgo Lima	Francisco Praciano
Zé Geraldo	(Dep. do PROS ocupa a vaga)
PMDB	
Asdrubal Bentes	Marinha Raupp
Marcelo Castro	Professor Setimo
(Dep. do PSC ocupa a vaga)	1 vaga
PSDB	
Nilson Leitão	2 vagas
Nilson Pinto	
PSD	
Moreira Mendes	Átila Lins
Urzeni Rocha	Silas Câmara
PP	
Gladson Cameli	Raul Lima
PR	
(Dep. do PROS ocupa a vaga)	Lúcio Vale
PSB	
(Dep. do PROS ocupa a vaga)	Janete Capiberibe
DEM	
Paulo Cesar Quartiero	Pauderney Avelino
PDT	
Weverton Rocha	Giovanni Queiroz
PTB	
Sérgio Moraes	Wilson Filho
Bloco PV, PPS	
Arnaldo Jordy	Paulo Wagner
PCdoB	
(Dep. do PROS ocupa a vaga)	(Dep. do PROS ocupa a vaga)
PROS	
Ademir Camilo vaga do PCdoB	José Augusto Maia
Domingos Neto	Major Fábio vaga do PCdoB
Dudimar Paxiuba vaga do PH	Marcio Junqueira vaga do PT
Givaldo Carimbão vaga do PSB	
SDD	
Sebastião Bala Rocha	Domingos Dutra
PSC	
Zequinha Marinho vaga do PMDB	

Secretário(a): Edna Maria Glória Dias Teixeira
Local: Anexo II, Sala 55, Ala A, Térreo
Telefones: 3216-6432
FAX: 3216-6440

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

Presidente:
1º Vice-Presidente:
2º Vice-Presidente:
3º Vice-Presidente:

Titulares	**Suplentes**
PT	
Eudes Xavier	Erika Kokay
Fernando Ferro	João Paulo Lima
Leonardo Monteiro	Nilmário Miranda
PMDB	
Celso Jacob vaga do PSD	Professor Setimo
(Dep. do PSC ocupa a vaga)	(Dep. do PSC ocupa a vaga)
(Dep. do PSC ocupa a vaga)	
PSDB	
Bonifácio de Andrada	2 vagas
Bruna Furlan	
PSD	
(Dep. do PMDB ocupa a vaga)	2 vagas
1 vaga	
PP	
Waldir Maranhão	1 vaga
PR	
Lincoln Portela	1 vaga
PSB	
Luiza Erundina	Glauber Braga
DEM	
Professora Dorinha Seabra Rezende	Efraim Filho
PDT	
1 vaga	1 vaga
PTB	
Josué Bengtson	Nelson Marquezelli
Bloco PV, PPS	
Arnaldo Jordy	Sarney Filho
PROS	
José Augusto Maia	1 vaga
SDD	
Dr. Grilo	Domingos Dutra
PSC	
Erivelton Santana vaga do PMDB	Costa Ferreira vaga do PMDB
Zequinha Marinho vaga do PMDB	

Secretário(a): Claudio Ribeiro Paes
Local: Anexo II, Pavimento Superior, Ala A, salas 121/122

Telefones: 3216-6692 / 6693
FAX: 3216-6699

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Presidente: Arnaldo Jordy (PPS)
1º Vice-Presidente: Penna (PV)
2º Vice-Presidente: Antônio Roberto (PV)
3º Vice-Presidente: Márcio Macêdo (PT)

Titulares	Suplentes
PT	
Bohn Gass	Anselmo de Jesus
Leonardo Monteiro	Fernando Marroni
Márcio Macêdo	Luci Choinacki
Taumaturgo Lima vaga do SDD	
PMDB	
Adrian	Fernando Jordão vaga do PTB
Valdir Colatto	2 vagas
PSDB	
Pinto Itamaraty	Reinaldo Azambuja vaga do PSD
(Dep. do PR ocupa a vaga)	Ricardo Tripoli (Dep. do DEM ocupa a vaga)
PSD	
Irajá Abreu	Moreira Mendes
Nice Lobão	(Dep. do PSDB ocupa a vaga)
PP	
(Dep. do Bloco PV, PPS ocupa a vaga)	Rebecca Garcia
PR	
Bernardo Santana de Vasconcellos vaga do PSDB	Dr. Paulo César
(Dep. do Bloco PV, PPS ocupa a vaga)	
PSB	
Stefano Aguiar	Alfredo Sirkis
DEM	
João Bittar	Abelardo Lupion
	Lira Maia vaga do PSDB
PDT	
Weverton Rocha	Giovani Cherini
PTB	
(Dep. do Bloco PV, PPS ocupa a vaga)	(Dep. do PMDB ocupa a vaga)
Bloco PV, PPS	
Antônio Roberto vaga do PP	(Dep. do PSOL ocupa a vaga)
Arnaldo Jordy	
Penna vaga do PH	
Sarney Filho vaga do PTB	
PROS	
Givaldo Carimbão	Antonio Balhmann
SDD	
(Dep. do PT ocupa a vaga)	(Dep. do PSC ocupa a vaga)
PSC	
	Nelson Padovani vaga do SDD
PSOL	
	Chico Alencar vaga do Bloco PV, PPS

Secretário(a): Aurenilton Araruna de Almeida
Local: Anexo II, Pav. Superior, Ala C, sala 142
Telefones: 3216-6521 A 6526
FAX: 3216-6535

COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA

Presidente: Geraldo Thadeu (PSD)
1º Vice-Presidente: Marcos Montes (PSD)
2º Vice-Presidente: Ronaldo Benedet (PMDB)
3º Vice-Presidente: Eros Biondini (PTB)

Titulares	Suplentes
PT	
Fernando Ferro	Carlos Zarattini
Gabriel Guimarães	Cláudio Puty
Luiz Alberto	Paulão
Luiz Sérgio	Ronaldo Zulke
Vander Loubet	Weliton Prado
PMDB	
Fernando Jordão	Edio Lopes vaga do PSC
Hermes Parcianello vaga do PSC	Eliseu Padilha
Leonardo Quintão	(Dep. do PSDB ocupa a vaga)
Ronaldo Benedet	2 vagas
Rose de Freitas	
PSDB	
Antonio Imbassahy	Bruno Araújo
Paulo Abi-ackel	Carlos Alberto Leréia vaga do PMDB
Rodrigo de Castro vaga do PSB	Domingos Sávio
Wandenkolk Gonçalves	Luiz Fernando Machado
	Nilson Leitão vaga do PDT
PSD	
Fernando Torres	Carlos Souza
Geraldo Thadeu	Eduardo Sciarra
Marcos Montes	Eliene Lima
	Paulo Magalhães vaga do DEM
PP	
Betinho Rosado	João Leão
Dimas Fabiano	Mário Negromonte
Gladson Cameli	Missionário José Olimpio
	Nelson Meurer vaga do PCdoB
PR	
João Carlos Bacelar	Gorete Pereira
José Rocha	Magda Mofatto
PSB	
Fernando Coelho Filho	Alexandre Toledo
(Dep. do PSDB ocupa a vaga)	Jose Stédile
DEM	
Davi Alcolumbre	Claudio Cajado
Vitor Penido	(Dep. do PSD ocupa a vaga)
PDT	
Giovani Cherini	(Dep. do PSDB ocupa a vaga)
PTB	
Eros Biondini	Ronaldo Nogueira
Bloco PV, PPS	
Arnaldo Jardim	Arnaldo Jordy
PSC	
(Dep. do PMDB ocupa a vaga)	(Dep. do PMDB ocupa a vaga)
PCdoB	
Osmar Júnior	(Dep. do PP ocupa a vaga)
PRB	
Cleber Verde	1 vaga
PROS	
Dudimar Paxiuba	Salvador Zimbaldi
SDD	
Luiz Argôlo	João Caldas

Secretário(a): Damaci Pires de Miranda
Local: Anexo II, Térreo, Ala C, sala 56
Telefones: 3216-6711 / 6713
FAX: 3216-6720

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL

Presidente: Eduardo Barbosa (PSDB)
1º Vice-Presidente: Duarte Nogueira (PSDB)
2º Vice-Presidente:
3º Vice-Presidente:

Titulares	Suplentes
PT	
Carlos Zarattini	Benedita da Silva
Henrique Fontana	Cândido Vaccarezza
Janete Rocha Pietá	Devanir Ribeiro
Josias Gomes	Dr. Rosinha
Marco Maia	Luiz Alberto
	Vanderlei Siraque vaga do PH
PMDB	
Almeida Lima	Adrian vaga do PTB
André Zacharow	Edson Ezequiel
Íris de Araújo	Pedro Novais
(Dep. do PSOL ocupa a vaga)	Raul Henry
(Dep. do PTB ocupa a vaga)	2 vagas
PSDB	
Antonio Carlos Mendes Thame vaga do PR	Cesar Colnago
Carlos Alberto Leréia vaga do DEM	Luiz Carlos Hauly
Carlos Sampaio	Mara Gabrilli
Duarte Nogueira vaga do PSB	
Eduardo Barbosa	
Emanuel Fernandes vaga do PSC	
Nelson Marchezan Junior	
PSD	
Hugo Napoleão	Átila Lins
Jefferson Campos	Moreira Mendes
Urzeni Rocha	1 vaga
PP	
Raul Lima	Dilceu Sperafico
Vilalba	Jair Bolsonaro
(Dep. do PR ocupa a vaga)	1 vaga
PR	
Aracely de Paula vaga do PP	(Dep. do PTdoB ocupa a vaga)
(Dep. do PSDB ocupa a vaga)	(Dep. do PT ocupa a vaga)
(Dep. do PMN ocupa a vaga)	
PSB	
Alfredo Sirkis	Abelardo Camarinha
(Dep. do PSDB ocupa a vaga)	Stefano Aguiar
DEM	
Claudio Cajado	Alexandre Leite
(Dep. do PSDB ocupa a vaga)	Paulo Cesar Quartiero
PDT	
Vieira da Cunha	(Dep. do PTB ocupa a vaga)
PTB	
José Chaves vaga do PMDB	Arnon Bezerra vaga do PDT
Nelson Marquezelli	(Dep. do PMDB ocupa a vaga)
Bloco PV, PPS	
Roberto de Lucena	Rubens Bueno
PSC	
(Dep. do PSDB ocupa a vaga)	Takayama
PCdoB	
Perpétua Almeida	João Ananias
PRB	
George Hilton	1 vaga
PROS	
Major Fábio	Vicente Arruda
SDD	
João Dado	Dr. Grilo
PTdoB	
	Lourival Mendes vaga do PH
PSOL	
Ivan Valente vaga do PMDB	
PMN	
Jaqueline Roriz vaga do PH	

Secretário(a): Edilson Holanda Silva
Local: Anexo II, Pav. Superior, Ala A, sala 125
Telefones: 3216-6739 / 6738 / 6737
FAX: 3216-6745

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA E COMBATE AO CRIME ORGANIZADO

Presidente: Paudemey Avelino (DEM)
1º Vice-Presidente: Lincoln Portela (PR)
2º Vice-Presidente: Weliton Prado (PT)
3º Vice-Presidente:

Titulares	Suplentes
PT	
Cândido Vaccarezza	Alessandro Molon
Renato Simões	Ricardo Berzoini
Weliton Prado	Sibá Machado
PMDB	
(Dep. do DEM ocupa a vaga)	Marllos Sampaio
(Dep. do PRB ocupa a vaga)	Osmar Terra
(Dep. do PSB ocupa a vaga)	1 vaga
PSDB	
João Campos	Otavio Leite
Pinto Itamaraty	William Dib
PSD	
Junji Abe	Guilherme Campos
(Dep. do DEM ocupa a vaga)	(Dep. do PSB ocupa a vaga)
PP	
Guilherme Mussi	Jair Bolsonaro
PR	
Lincoln Portela	(Dep. do PTdoB ocupa a vaga)
PSB	
Keiko Ota	Alfredo Sirkis vaga do PSD
Pastor Eurico vaga do PMDB	Severino Ninho
DEM	
Efraim Filho vaga do PSD	Alexandre Leite vaga do Bloco PV, PPS
Mendonça Prado vaga do PMDB	Onyx Lorenzoni vaga do SDD
Paudemey Avelino	Ronaldo Caiado
PDT	
Enio Bacci	(Dep. do PTB ocupa a vaga)
PTB	
Sabino Castelo Branco	Arnaldo Faria de Sá
	Wilson Filho vaga do PDT
Bloco PV, PPS	
Rosane Ferreira	(Dep. do DEM ocupa a vaga)
PCdoB	
Delegado Protógenes	Perpétua Almeida
PROS	
José Augusto Maia	Major Fábio
SDD	
Fernando Francischini	(Dep. do DEM ocupa a vaga)
PRB	
Otoniel Lima vaga do PMDB	
PTdoB	
	Lourival Mendes vaga do PH

Secretário(a): Ricardo Menezes Perpétuo
Local: Anexo II, Pavimento Superior - Sala 166-C
Telefones: 3216-6761 / 6762
FAX: 3216-6770

COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA

Presidente: Amauri Teixeira (PT)
1º Vice-Presidente:
2º Vice-Presidente:
3º Vice-Presidente:

Titulares	Suplentes
PT	
Amauri Teixeira	Erika Kokay
Assis Carvalho	Helcio Silva
Benedita da Silva	Henrique Fontana
Dr. Rosinha	Padre Ton
Rogério Carvalho	Ságuas Moraes
Zeca Dirceu	1 vaga
PMDB	
Colbert Martins vaga do PSOL	André Zacharow
Darcísio Perondi	Danilo Forte
Elcione Barbalho	Íris de Araújo
Geraldo Resende vaga do PSD	Rose de Freitas
Nilda Gondim	1 vaga
Osmar Terra	
Saraiva Felipe	
PSDB	
Mara Gabrilli	Cesar Colnago
Marcus Pestana	Eduardo Barbosa vaga do PSOL
Otavio Leite	João Campos
	Raimundo Gomes de Matos
PSD	
Eleuses Paiva	Geraldo Thadeu
(Dep. do Bloco PV, PPS ocupa a vaga)	Onofre Santo Agostini
(Dep. do PMDB ocupa a vaga)	Silas Câmara
PP	
José Linhares	Iracema Portella
Toninho Pinheiro	(Dep. do PCdoB ocupa a vaga)
(Dep. do PSC ocupa a vaga)	(Dep. do PSB ocupa a vaga)
PR	
Dr. Paulo César	Anderson Ferreira
Francisco Floriano vaga do PHP	Gorete Pereira
(Dep. do PTdoB ocupa a vaga)	
PSB	
Alexandre Roso	Pastor Eurico vaga do PP
(Dep. do DEM ocupa a vaga)	Paulo Foletto
	Sandra Rosado
DEM	
Lael Varella vaga do PSB	Luiz de Deus
Mandetta	(Dep. do Bloco PV, PPS ocupa a vaga)
Ronaldo Caiado	
PDT	
Sueli Vidigal	Paulo Rubem Santiago
PTB	
Antonio Brito	Arnaldo Faria de Sá
Bloco PV, PPS	
Carmen Zanotto vaga do PSD	Henrique Afonso
Rosane Ferreira	Roberto de Lucena vaga do DEM
PSC	
Leonardo Gadelha	Zequinha Marinho
Takayama vaga do PP	
PCdoB	
João Ananias	Jandira Feghali
	Jô Moraes vaga do PP
PRB	
Jhonatan de Jesus	1 vaga
PROS	
Dr. Jorge Silva	Cida Borghetti
SDD	
Manato	João Dado
PSOL	
(Dep. do PMDB ocupa a vaga)	(Dep. do PSDB ocupa a vaga)
PRP	
(Dep. do PR ocupa a vaga)	1 vaga
PTdoB	
Rosinha da Adefal vaga do PH	

Secretário(a): Rubens Gomes Carneiro Filho
Local: Anexo II, Pav. Superior, Ala A, sala 145
Telefones: 3216-6787 / 6781 A 6786
FAX: 3216-6790

COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

Presidente: Luiz Fernando Faria (PP)
1º Vice-Presidente: Flávia Morais (PDT)
2º Vice-Presidente: Gorete Pereira (PR)
3º Vice-Presidente: Sandro Mabel (PMDB)

Titulares	Suplentes
PT	
Eudes Xavier	Dalva Figueiredo
Francisco Chagas	Luiz Sérgio
Nelson Pellegrino	Marcon
Policarpo	2 vagas
Vicentinho	
PMDB	
Celso Jacob vaga do PSB	Darcísio Perondi
Sandro Mabel	Fátima Pelaes
(Dep. do PCdoB ocupa a vaga)	Leonardo Quintão
(Dep. do PTB ocupa a vaga)	1 vaga
(Dep. do PSC ocupa a vaga)	
PSDB	
Andreia Zito	João Campos
(Dep. do PDT ocupa a vaga)	(Dep. do PTB ocupa a vaga)
PSD	
Roberto Santiago	Sergio Zveiter
(Dep. do SDD ocupa a vaga)	(Dep. do SDD ocupa a vaga)
PP	
Luiz Fernando Faria	Guilherme Mussi vaga do Bloco PV, PPS
Roberto Balestra	José Otávio Germano
	Mário Negromonte vaga do PSB
	Sandes Júnior
PR	
Gorete Pereira	(Dep. do PCdoB ocupa a vaga)
Luciano Castro	(Dep. do PRP ocupa a vaga)
PSB	
(Dep. do PMDB ocupa a vaga)	(Dep. do PP ocupa a vaga)
DEM	
(Dep. do SDD ocupa a vaga)	Davi Alcolumbre
PDT	
André Figueiredo	(Dep. do PTB ocupa a vaga)
Flávia Morais vaga do PSDB	
PTB	
Jorge Corte Real	Alex Canziani vaga do PDT
Ronaldo Nogueira vaga do PMDB	Jovair Arantes
Walney Rocha vaga do Bloco PV, PPS	Sabino Castelo Branco vaga do PSDB
Bloco PV, PPS	
(Dep. do PTB ocupa a vaga)	(Dep. do PP ocupa a vaga)
PSC	
Erivelton Santana	(Dep. do SDD ocupa a vaga)
Silvio Costa vaga do PMDB	
PCdoB	
Assis Melo	Alice Portugal vaga do PH
Daniel Almeida vaga do PMDB	Chico Lopes
Manuela D'ávila vaga do PROS	
PROS	

(Dep. do PCdoB ocupa a vaga)	Marcio Junqueira
SDD	
Armando Vergílio vaga do PSD	Augusto Coutinho vaga do PSD
Laercio Oliveira vaga do DEM	Sebastião Bala Rocha
Paulo Pereira da Silva	Wladimir Costa vaga do PSC
PRP	
	Chico das Verduras vaga do PH

Secretário(a): José Mauro Meira Magalhães
Local: Anexo II, Sala T 50
Telefones: 3216-6805 / 6806 / 6807
FAX: 3216-6815

COMISSÃO DE TURISMO

Presidente: Renato Molling (PP)
1º Vice-Presidente: Vilalba (PP)
2º Vice-Presidente: Carlos Eduardo Cadoca (PCdoB)
3º Vice-Presidente:

Titulares	**Suplentes**
PT	
Amauri Teixeira	Luci Choinacki
José Airton	Luiz Sérgio
Paulo Pimenta	Policarpo
PMDB	
Aníbal Gomes	Hermes Parcianello
Francisco Escórcio	(Dep. do PSC ocupa a vaga)
Geraldo Resende	1 vaga
Marllos Sampaio vaga do PSD	
Pedro Chaves vaga do PSDB	
PSDB	
Andreia Zito	Nilson Leitão
(Dep. do PMDB ocupa a vaga)	1 vaga
PSD	
Danrlei de Deus Hinterholz	Roberto Santiago
(Dep. do PMDB ocupa a vaga)	1 vaga
PP	
Renato Molling	Renato Andrade vaga do PHOS
Vilalba vaga do PDT	Renzo Braz vaga do PCdoB
	Roberto Britto
PR	
Dr. Paulo César vaga do PTB	José Rocha
Magda Mofatto	
PSB	
Abelardo Camarinha	Alexandre Toledo vaga do PDT
Valadares Filho vaga do DEM	Júlio Delgado
	Stefano Aguiar vaga do Bloco PV, PPS
DEM	
	Professora Dorinha Seabra Rezende
(Dep. do PSB ocupa a vaga)	
PDT	
(Dep. do PP ocupa a vaga)	(Dep. do PSB ocupa a vaga)
PTB	
(Dep. do PR ocupa a vaga)	Deley
Bloco PV, PPS	
Rubens Bueno	(Dep. do PSB ocupa a vaga)
PCdoB	
Carlos Eduardo Cadoca	(Dep. do PP ocupa a vaga)
PROS	
Zé Vieira	(Dep. do PP ocupa a vaga)
SDD	
Benjamin Maranhão	(Dep. do PTdoB ocupa a vaga)
PSC	
	Lauriete vaga do PMDB
PTdoB	
	Rosinha da Adefal vaga do SDD

Secretário(a): Ana Katia Martins Bertholdo
Local: Anexo II, Ala A , Sala 5,Térreo
Telefones: 3216-6837 / 6832 / 6833
FAX: 3216-6835

COMISSÃO DE VIAÇÃO E TRANSPORTES

Presidente: Arnaldo Faria de Sá (PTB)
1º Vice-Presidente:
2º Vice-Presidente: Washington Reis (PMDB)
3º Vice-Presidente:

Titulares	**Suplentes**
PT	
Geraldo Simões	José Airton
Jesus Rodrigues	Rubens Otoni
Paulão	(Dep. do DEM ocupa a vaga)
(Dep. do PMDB ocupa a vaga)	2 vagas
(Dep. do PR ocupa a vaga)	
PMDB	
Edinho Araújo vaga do PT	Edinho Bez
Edson Ezequiel vaga do PSC	Fabio Reis
Fátima Pelaes	Mauro Lopes
Marinha Raupp	(Dep. do PTB ocupa a vaga)
Mauro Mariani vaga do PSDB	
Newton Cardoso	
Osvaldo Reis vaga do PSB	
Washington Reis	
PSDB	
Vanderlei Macris	Carlos Roberto
(Dep. do PR ocupa a vaga)	(Dep. do PR ocupa a vaga)
(Dep. do PMDB ocupa a vaga)	1 vaga
PSD	
Diego Andrade	Arolde de Oliveira
Jaime Martins	Ricardo Izar
(Dep. do PP ocupa a vaga)	Roberto Dorner
PP	
Guilherme Mussi vaga do PSD	Gladson Cameli
João Leão	Raul Lima
Lázaro Botelho	
Mário Negromonte vaga do Bloco PV, PPS	
Renzo Braz vaga do PHTB	
PR	
Edmar Moreira vaga do SDD	Aelton Freitas
Lúcio Vale vaga do PSDB	Paulo Feijó vaga do PSDB
Milton Monti	(Dep. do PRP ocupa a vaga)
Vinicius Gurgel vaga do PCdoB	
Wellington Fagundes	
Zoinho vaga do PT	
PSB	
Gonzaga Patriota	Jose Stédile
(Dep. do PMDB ocupa a vaga)	Leopoldo Meyer
DEM	
Rodrigo Maia	Jorge Tadeu Mudalen vaga do PT
	Lael Varella
PDT	
Ângelo Agnolin	Giovanni Queiroz
PTB	
Arnaldo Faria de Sá	Antonio Brito vaga do PMDB
	Walney Rocha
Bloco PV, PPS	
(Dep. do PP ocupa a vaga)	Fábio Ramalho
PSC	
(Dep. do PMDB ocupa a vaga)	1 vaga
PCdoB	
(Dep. do PR ocupa a vaga)	(Dep. do PTdoB ocupa a vaga)

PROS

Hugo Leal 1 vaga

SDD

(Dep. do PR ocupa a vaga) Luiz Argôlo

PRTB

(Dep. do PP ocupa a vaga) 1 vaga

PTdoB

Lourival Mendes vaga do PCdoB

PRP

Jânio Natal vaga do PH

Secretário(a): Admar Pires dos Santos
Local: Anexo II, Pav. Superior, Ala A, sala 175
Telefones: 3216-6853 A 6856
FAX: 3216-6860

COMISSÕES TEMPORÁRIAS

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A EFETUAR ESTUDOS E APRESENTAR PROPOSTAS COM RELAÇÃO AO PROJETO DE LEI Nº 4378, DE 1998, DO SR. MILTON MENDES, QUE "REGULA AS RELAÇÕES JURÍDICAS ENTRE A AGROINDÚSTRIA E O PRODUTOR RURAL INTEGRADO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

Presidente:
1º Vice-Presidente:
2º Vice-Presidente:
3º Vice-Presidente:

Titulares	Suplentes
PT	
Assis do Couto	Jesus Rodrigues
Bohn Gass	Marcon
Gabriel Guimarães	Rogério Carvalho
Pedro Uczai	1 vaga
PMDB	
Alceu Moreira	4 vagas
Antônio Andrade (Licenciado)	
Celso Maldaner	
Leandro Vilela	
PSDB	
Hélio Santos	Alfredo Kaefer
Reinaldo Azambuja	Domingos Sávio
Wandenkolk Gonçalves	(Dep. do PR ocupa a vaga)
PP	
Luis Carlos Heinze	Dilceu Sperafico
Roberto Balestra	Jerônimo Goergen
DEM	
Abelardo Lupion	Efraim Filho
1 vaga	1 vaga
PR	
Bernardo Santana de Vasconcellos	Luiz Nishimori vaga do PSDB
1 vaga	2 vagas
PSB	
(Dep. do PROS ocupa a vaga)	2 vagas
(Dep. do PROS ocupa a vaga)	
PDT	
(Dep. do SDD ocupa a vaga)	Giovani Cherini
Bloco PV, PPS	
(Dep. do PSD ocupa a vaga)	1 vaga
PTB	
Josué Bengtson	1 vaga
PSC	
Costa Ferreira	Nelson Padovani
PCdoB	
1 vaga	1 vaga
PRB	
1 vaga	1 vaga
PSL	
1 vaga	1 vaga
PSD	
Moreira Mendes vaga do Bloco PV, PPS	
SDD	
Zé Silva (Licenciado) vaga do PDT	
PROS	
Antonio Balhmann vaga do PSB	
Domingos Neto vaga do PSB	

Secretário(a): Ruthier de Sousa Silva
Local: Anexo II - Pavimento Superior - Sala 165-B
Telefones: (61) 3216-6201
FAX: (61) 3216-6225

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A EFETUAR ESTUDOS, LEVANTAR AS PROPOSIÇÕES EM TRAMITAÇÃO E APRESENTAR PROPOSTAS EM RELAÇÃO À TEMÁTICA ENVOLVENDO O APRIMORAMENTO DO ESTADO, DAS INSTITUIÇÕES E DA DEMOCRACIA BRASILEIRA

Presidente: Saraiva Felipe (PMDB)
1º Vice-Presidente: Leonardo Picciani (PMDB)
2º Vice-Presidente: Luiz Carlos (PSDB)
3º Vice-Presidente: José de Filippi (PT)
Relator: Rogério Carvalho (PT)

Titulares	Suplentes
PT	
Francisco Praciano	Afonso Florence
José de Filippi (Licenciado)	Assis do Couto
Paulo Teixeira	Márcio Macêdo
Rogério Carvalho	Nazareno Fonteles
PMDB	
Almeida Lima vaga do Bloco PV, PPS	Edinho Araújo
Leonardo Picciani	Fábio Trad
Osmar Serraglio	Marcelo Castro
Saraiva Felipe	Rogério Peninha Mendonça
(Dep. do PSDB ocupa a vaga)	
PSDB	
Bonifácio de Andrada	Alfredo Kaefer
João Campos	2 vagas
Luiz Carlos	
Luiz Pitiman vaga do PMDB	
PP	
Esperidião Amin	João Leão
(Dep. do PRB ocupa a vaga)	Paulo Maluf
DEM	
Mendonça Filho	2 vagas
Mendonça Prado	
PR	
(Dep. do SDD ocupa a vaga)	2 vagas
1 vaga	
PSB	
Valadares Filho	(Dep. do PROS ocupa a vaga)
1 vaga	1 vaga
PDT	
Paulo Rubem Santiago	1 vaga
Bloco PV, PPS	
(Dep. do PMDB ocupa a vaga)	1 vaga
PTB	
Paes Landim	1 vaga
PSC	
Costa Ferreira	Leonardo Gadelha
PCdoB	
João Ananias	1 vaga

PRB	
Beto Mansur vaga do PP	1 vaga
1 vaga	
PTdoB	
Rosinha da Adefal	1 vaga
PSD	
2 vagas	2 vagas
SDD	
Laercio Oliveira vaga do PH	
PROS	
	Ariosto Holanda vaga do PSB

Secretário(a): Maria Terezinha Donati
Local: Anexo II - Pavimento Superior - sala 165-B
Telefones: (61) 3216-6215
FAX: (61) 3216-6225

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A ACOMPANHAR A APLICAÇÃO DAS SEGUINTES LEIS DE ANISTIA: LEI Nº 8878/1994, QUE "DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE ANISTIA"; LEI Nº 10.790/2003, QUE "CONCEDE ANISTIA A DIRIGENTES OU REPRESENTANTES SINDICAIS E TRABALHADORES PUNIDOS POR PARTICIPAÇÃO EM MOVIMENTO REIVINDICATÓRIO"; LEI Nº 11.282/2006, QUE "ANISTIA OS TRABALHADORES DA EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS-ECT PUNIDOS EM RAZÃO DA PARTICIPAÇÃO EM MOVIMENTO GREVISTA"; E LEI Nº 10.559/2002, QUE "REGULAMENTA O ARTIGO 8º DO ATO DAS DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS TRANSITÓRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

Presidente: Chico Lopes (PCdoB)
1º Vice-Presidente:
2º Vice-Presidente:
3º Vice-Presidente:
Relator: Amaldo Faria de Sá (PTB)

Titulares	**Suplentes**
PT	
Erika Kokay	Devanir Ribeiro
Luiz Alberto	Edson Santos
Luiz Couto	Fátima Bezerra
Vicentinho	Renato Simões
PMDB	
Fátima Pelaes	Edinho Bez
Marllos Sampaio	Mauro Benevides
(Dep. do PSD ocupa a vaga)	2 vagas
1 vaga	
PSDB	
Andreia Zito	3 vagas
Otavio Leite	
Vanderlei Macris	
PP	
Sandes Júnior	Dilceu Sperafico
Vilson Covatti	Roberto Teixeira
DEM	
Alexandre Leite	2 vagas
Mendonça Prado	
PR	
Gorete Pereira	2 vagas
Zoinho	
PSB	
Sandra Rosado	2 vagas
1 vaga	
PDT	
(Dep. do SDD ocupa a vaga)	Giovani Cherini
Bloco PV, PPS	
1 vaga	1 vaga
PTB	
Amaldo Faria de Sá	Arnon Bezerra
PSC	
Filipe Pereira (Licenciado)	Pastor Marco Feliciano
PCdoB	
Chico Lopes	Daniel Almeida
PRB	
Jhonatan de Jesus	Cleber Verde
PHS	
(Dep. do PSD ocupa a vaga)	1 vaga
PSD	
Átila Lins vaga do PMDB	
Felipe Bornier vaga do PHS	
SDD	
Paulo Pereira da Silva vaga do PDT	

Secretário(a): Raquel Andrade
Local: Anexo II - Pavimento Superior - sala 165-B
Telefones: (61) 3216-6240
FAX: (61) 3216-6225

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A APRECIAR E PROFERIR PARECER À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 005-A, DE 2011, DO SR. NELSON MARQUEZELLI, QUE "ALTERA O INCISO XV DO ART. 48 E REVOGA OS INCISOS VII E VIII DO ART. 49 PARA ESTABELECER QUE OS SUBSÍDIOS DO PRESIDENTE E VICE-PRESIDENTE DA REPÚBLICA, MINISTROS DE ESTADO, SENADORES E DEPUTADOS FEDERAIS SÃO IDÊNTICOS AOS DOS MINISTROS DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL"

Presidente:
1º Vice-Presidente: Gorete Pereira (PR)
2º Vice-Presidente: Weliton Prado (PT)
3º Vice-Presidente: Zequinha Marinho (PSC)
Relator: Mauro Lopes (PMDB)

Titulares	**Suplentes**
PT	
Josias Gomes	Zé Geraldo
Weliton Prado	3 vagas
2 vagas	
PMDB	
Marcelo Castro	Darcísio Perondi
Mauro Lopes	3 vagas
(Dep. do SDD ocupa a vaga)	
(Dep. do SDD ocupa a vaga)	
PSDB	
Bonifácio de Andrada	3 vagas
João Campos	
(Dep. do PR ocupa a vaga)	
PP	
Carlos Magno	Dilceu Sperafico
Roberto Balestra	José Otávio Germano
DEM	
Alexandre Leite	2 vagas
(Dep. do SDD ocupa a vaga)	
PR	
Gorete Pereira	Aelton Freitas
Jorginho Mello vaga do PSDB	1 vaga
(Dep. do SDD ocupa a vaga)	
PSB	
Abelardo Camarinha	(Dep. do PROS ocupa a vaga)
Gonzaga Patriota	1 vaga
PDT	
(Dep. do SDD ocupa a vaga)	Damião Feliciano
Bloco PV, PPS	
1 vaga	1 vaga

PTB	
Nelson Marquezelli	Josué Bengtson
PSC	
Zequinha Marinho	1 vaga
PCdoB	
Evandro Milhomen	Osmar Júnior
PRB	
Antonio Bulhões	1 vaga
PRTB	
(Dep. do SDD ocupa a vaga)	1 vaga
PSD	
José Carlos Araújo	Jefferson Campos
Moreira Mendes	Onofre Santo Agostini
SDD	
Arthur Oliveira Maia vaga do PMDB	
Augusto Coutinho vaga do DEM	
Aureo vaga do PHTB	
João Dado vaga do PDT	
Laercio Oliveira vaga do PR	
Wladimir Costa vaga do PMDB	
PROS	
	Valtenir Pereira vaga do PSB

Secretário(a): Rosenildo Figueiredo Felinto
Local: Anexo II - Pavimento Superior - Sala 165-B
Telefones: (61) 3216-6205
FAX: (61) 3216-6225

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 10-A, DE 2011, DO SR. LUIZ FERNANDO MACHADO, QUE "ALTERA OS ARTS. 28, 29 E 84 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL PARA INSTITUIR A OBRIGATORIEDADE DE ELABORAÇÃO E CUMPRIMENTO DO PLANO DE METAS PELO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL, ESTADUAL E FEDERAL, COM BASE NAS PROPOSTAS DA CAMPANHA ELEITORAL"

Presidente: Leonardo Quintão (PMDB)
1º Vice-Presidente: Raul Henry (PMDB)
2º Vice-Presidente: Cesar Colnago (PSDB)
3º Vice-Presidente: Wellington Fagundes (PR)
Relator: João Paulo Lima (PT)

Titulares	**Suplentes**
PT	
João Paulo Lima	Iriny Lopes
Paulo Teixeira	3 vagas
Sibá Machado	
1 vaga	
PMDB	
José Priante	Edinho Bez
Leonardo Quintão	Geraldo Resende
Lucio Vieira Lima	Manoel Junior
Raul Henry	Sandro Mabel
PSDB	
Cesar Colnago	3 vagas
Izalci vaga do PR	
Luiz Fernando Machado	
Raimundo Gomes de Matos	
PP	
Esperidião Amin	Renato Molling
Paulo Maluf	Roberto Britto
DEM	
2 vagas	2 vagas
PR	
Wellington Fagundes	2 vagas
(Dep. do PSDB ocupa a vaga)	
PSB	
Dr. Ubiali	2 vagas
Júlio Delgado	
PDT	
(Dep. do SDD ocupa a vaga)	Marcos Rogério
Bloco PV, PPS	
Sandro Alex	1 vaga
PTB	
1 vaga	1 vaga
PSC	
Leonardo Gadelha	1 vaga
PCdoB	
1 vaga	1 vaga
PRB	
1 vaga	1 vaga
PSL	
(Dep. do SDD ocupa a vaga)	1 vaga
PSD	
Átila Lins	Junji Abe
Onofre Santo Agostini	1 vaga
SDD	
Dr. Grilo vaga do PSL	
Marcos Medrado vaga do PDT	

Secretário(a): Eveline de Carvalho Alminta
Local: Anexo II - Pavimento Superior - Sala 165-B
Telefones: (61) 3216-6211
FAX: (61) 3216-6225

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 10-A, DE 1995, DO SR. ADHEMAR DE BARROS FILHO, QUE "MODIFICA O ART. 45 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL E ACRESCENTA PARÁGRAFOS AO MESMO ARTIGO", CRIANDO O SISTEMA DISTRITAL MISTO

Presidente:
1º Vice-Presidente: Edinho Araújo (PMDB)
2º Vice-Presidente: William Dib (PSDB)
3º Vice-Presidente: Ronaldo Caiado (DEM)
Relator: Henrique Fontana (PT)

Titulares	**Suplentes**
PT	
Erika Kokay	Bohn Gass
Henrique Fontana	Fernando Ferro
João Paulo Lima	Luci Choinacki
José Guimarães	Luiz Alberto
Ricardo Berzoini	Sibá Machado
Rubens Otoni	Taumaturgo Lima
Waldenor Pereira	Vicente Candido
PMDB	
Alceu Moreira	Danilo Forte
Almeida Lima	Eduardo Cunha
Edinho Araújo	Íris de Araújo
Mauro Benevides	Marcelo Castro
Newton Cardoso	Raul Henry
Professor Setimo	1 vaga
PSDB	
Antonio Carlos Mendes Thame	Alfredo Kaefer
Marcus Pestana	Bonifácio de Andrada
William Dib	2 vagas
1 vaga	
PP	
Esperidião Amin	Jerônimo Goergen
José Otávio Germano	Roberto Balestra
Paulo Maluf	2 vagas
1 vaga	
DEM	

Efraim Filho	Felipe Maia
Paudemey Avelino	Mandetta
Ronaldo Caiado	Mendonça Filho
(Dep. do SDD ocupa a vaga)	Onyx Lorenzoni
PR	
Luciano Castro	(Dep. do PSD ocupa a vaga)
(Dep. do PSD ocupa a vaga)	2 vagas
(Dep. do PROS ocupa a vaga)	
PSB	
Alfredo Sirkis vaga do Bloco PV, PPS	Pastor Eurico
Luiza Erundina	Valadares Filho
(Dep. do PROS ocupa a vaga)	(Dep. do PSD ocupa a vaga)
1 vaga	
PDT	
Reguffe	Félix Mendonça Júnior
(Dep. do PROS ocupa a vaga)	Sueli Vidigal
Bloco PV, PPS	
Sandro Alex	Roberto Freire
(Dep. do PSB ocupa a vaga)	Rosane Ferreira
PTB	
Antonio Brito	Arnaldo Faria de Sá
Walney Rocha	Paes Landim
PSC	
(Dep. do PCdoB ocupa a vaga)	Edmar Arruda
PCdoB	
Carlos Eduardo Cadoca vaga do PSC	Delegado Protógenes
Daniel Almeida	
PRB	
George Hilton	Vitor Paulo
PTdoB	
Lourival Mendes	1 vaga
PSD	
Jaime Martins vaga do PH	Felipe Bornier vaga do PH
	Jefferson Campos vaga do PSB
SDD	
Augusto Coutinho vaga do DEM	
PROS	
Miro Teixeira vaga do PDT	
Valtenir Pereira vaga do PSB	
Vicente Arruda vaga do PH	

Secretário(a): Maria Terezinha Donati
Local: Anexo II - Pavimento Superior - sala 165-B
Telefones: (61) 3216-6215
FAX: (61) 3216-6225

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 11-A, DE 2011, DO SR. SANDRO ALEX, QUE "ALTERA E ACRESCENTA NOVOS DISPOSITIVOS À CONSTITUIÇÃO FEDERAL, VEDANDO A NOMEAÇÃO OU A DESIGNAÇÃO PARA OS CARGOS QUE MENCIONA DAQUELES CONSIDERADOS INELEGÍVEIS PELA JUSTIÇA ELEITORAL PARA QUALQUER CARGO" (PROÍBE A NOMEAÇÃO DAQUELES QUE TENHAM SIDO CONSIDERADOS INELEGÍVEIS PELA JUSTIÇA ELEITORAL PARA OS CARGOS DE MINISTRO DE ESTADO OU CARGO EQUIPARADO, SECRETÁRIO EXECUTIVO, CARGOS EM COMISSÃO E DESIGNAÇÃO PARA EXERCÍCIO DE FUNÇÃO DE CONFIANÇA)

Presidente:
1º Vice-Presidente:
2º Vice-Presidente:
3º Vice-Presidente:

Titulares	**Suplentes**
PT	
3 vagas	3 vagas
PMDB	
Danilo Forte	3 vagas
Osvaldo Reis	
Rose de Freitas	
PSDB	
Cesar Colnago	2 vagas
Nelson Marchezan Junior	
PSD	
(Dep. do SDD ocupa a vaga)	2 vagas
1 vaga	
PP	
Roberto Balestra	Lázaro Botelho
Roberto Britto	Roberto Teixeira
PR	
Lincoln Portela	1 vaga
PSB	
Glauber Braga	(Dep. do PROS ocupa a vaga)
DEM	
Onyx Lorenzoni	Vitor Penido
PDT	
Marcos Rogério	(Dep. do PROS ocupa a vaga)
PTB	
1 vaga	Arnaldo Faria de Sá
Bloco PV, PPS	
Sandro Alex	1 vaga
PSC	
Andre Moura	Leonardo Gadelha
PCdoB	
Perpétua Almeida	1 vaga
PSL	
(Dep. do SDD ocupa a vaga)	1 vaga
SDD	
Armando Vergílio vaga do PSD	
Dr. Grilo vaga do PSL	
PROS	
	Salvador Zimbaldi vaga do PDT
	Valtenir Pereira vaga do PSB

Secretário(a): Maria Terezinha Donati
Local: Anexo II - Pavimento Superior - Sala 165-B
Telefones: (61) 3216-6215
FAX: (61) 3216-6225

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 32-A, DE 1999, DO SR. POMPEO DE MATTOS, QUE "DETERMINA A CONCESSÃO DE BOLSAS DE ESTUDOS E CRÉDITO EDUCATIVO PARA O ENSINO MÉDIO E SUPERIOR AOS ESTUDANTES CARENTES EM INSTITUIÇÕES PRIVADAS, ACRESCENTANDO INCISO VIII AO ART. 208 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL"

Presidente: Alex Canziani (PTB)
1º Vice-Presidente: Cleber Verde (PRB)
2º Vice-Presidente:
3º Vice-Presidente: Nilda Gondim (PMDB)
Relator: Jorginho Mello (PR)

Titulares	**Suplentes**
PT	
Amauri Teixeira	Sibá Machado
Fernando Marroni	3 vagas
Márcio Macêdo	
Zeca Dirceu	
PMDB	
Marllos Sampaio	Francisco Escórcio
Nilda Gondim	Raul Henry

Rogério Peninha Mendonça 2 vagas
1 vaga

PSDB

Eduardo Barbosa 3 vagas
Izalci vaga do PH
Nilson Leitão
(Dep. do PR ocupa a vaga)

PP

Jerônimo Goergen Raul Lima vaga do PSD
José Linhares Roberto Teixeira
Waldir Maranhão

DEM

Efraim Filho 2 vagas
Professora Dorinha Seabra Rezende

PR

Jorginho Mello vaga do PSDB (Dep. do PRP ocupa a vaga)
Paulo Freire 1 vaga
(Dep. do PSDB ocupa a vaga)

PSB

Sandra Rosado 2 vagas
1 vaga

PDT

Marcos Rogério Paulo Rubem Santiago

Bloco PV, PPS

Antônio Roberto 1 vaga

PTB

Alex Canziani Paes Landim

PSC

Costa Ferreira Andre Moura

PCdoB

João Ananias 1 vaga

PRB

César Halum vaga do PSD Jhonatan de Jesus
Cleber Verde

PSOL

1 vaga 1 vaga

PSD

Carlos Souza Eleuses Paiva
(Dep. do PRB ocupa a vaga) (Dep. do PP ocupa a vaga)

PRP

Chico das Verduras vaga do PH

Secretário(a): Rosenildo Figueiredo Felinto
Local: Anexo II - Pavimento Superior - Sala 165-B
Telefones: (61) 3216-6205
FAX: (61) 3216-6225

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 55-A, DE 2011, DO SR. HUGO MOTTA, QUE "DÁ NOVA REDAÇÃO AO § 8º DO ART. 144, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, PARA DISCIPLINAR A CARREIRA DOS AGENTES PÚBLICOS RESPONSÁVEIS PELO POLICIAMENTO DE TRÂNSITO, EM ÂMBITO MUNICIPAL"

Presidente:
1º Vice-Presidente: Paulão (PT)
2º Vice-Presidente: João Campos (PSDB)
3º Vice-Presidente: Arnaldo Faria de Sá (PTB)
Relator: Efraim Filho (DEM)

Titulares **Suplentes**

PT

Afonso Florence Amauri Teixeira
Paulão Erika Kokay
Policarpo Luiz Couto
Weliton Prado Nelson Pellegrino

PMDB

Hugo Motta vaga do PH Fabio Reis
Leonardo Quintão Manoel Junior
Nilda Gondim Rogério Peninha Mendonça
(Dep. do SDD ocupa a vaga) (Dep. do PSDB ocupa a vaga)
(Dep. do SDD ocupa a vaga)

PSDB

Izalci Luiz Pitiman vaga do PMDB
João Campos Raimundo Gomes de Matos
Wandenkolk Gonçalves 2 vagas

PP

Dilceu Sperafico Jair Bolsonaro
1 vaga José Otávio Germano

DEM

Efraim Filho (Dep. do PROS ocupa a vaga)
Mendonça Prado 1 vaga

PR

Lincoln Portela Maurício Quintella Lessa
(Dep. do PMDB ocupa a vaga) (Dep. do PMN ocupa a vaga)

PSB

Gonzaga Patriota 2 vagas
(Dep. do PROS ocupa a vaga)

PDT

Enio Bacci (Dep. do SDD ocupa a vaga)

Bloco PV, PPS

(Dep. do SDD ocupa a vaga) 1 vaga

PTB

Arnaldo Faria de Sá (Dep. do PROS ocupa a vaga)

PSC

Andre Moura Leonardo Gadelha

PCdoB

Delegado Protógenes Chico Lopes

PRB

Márcio Marinho Acelino Popó

PSL

(Dep. do SDD ocupa a vaga) 1 vaga

PSD

Fernando Torres Edson Pimenta
Geraldo Thadeu (Dep. do PROS ocupa a vaga)

SDD

Arthur Oliveira Maia vaga do PMDB Paulo Pereira da Silva vaga do PDT
Benjamin Maranhão vaga do PMDB
Dr. Grilo vaga do PSL
Simplício Araújo vaga do Bloco PV, PPS

PROS

Valtenir Pereira vaga do PSB Ademir Camilo vaga do PSD
José Augusto Maia vaga do PTB
Major Fábio vaga do DEM

PMN

Dr. Carlos Alberto vaga do PH

Secretário(a): Ruthier de Souza
Local: Anexo II - Pavimento Superior - Sala 165-B
Telefones: (61) 3216-6201
FAX: (61) 3216-6225

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A APRECIAR E PROFERIR PARECER À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 70-A, DE 2011, DO SENADO FEDERAL, QUE "ALTERA O PROCEDIMENTO DE APRECIAÇÃO DAS MEDIDAS PROVISÓRIAS PELO CONGRESSO NACIONAL"

Presidente: Leonardo Picciani (PMDB)
1º Vice-Presidente:
2º Vice-Presidente: Marcus Pestana (PSDB)
3º Vice-Presidente: Arnaldo Faria de Sá (PTB)
Relator: Odair Cunha (PT)

Titulares **Suplentes**

PT	
Luiz Sérgio	Alessandro Molon
Odair Cunha	Assis Carvalho
Ricardo Berzoini	Dalva Figueiredo
PMDB	
Colbert Martins	Celso Jacob
João Arruda	Francisco Escórcio
Leonardo Picciani	Osmar Serraglio
PSDB	
Cesar Colnago	Alfredo Kaefer
Marcus Pestana	Bonifácio de Andrada
PSD	
José Humberto vaga do PHS	Moreira Mendes
Junji Abe	(Dep. do SDD ocupa a vaga)
1 vaga	
PP	
Esperidião Amin	João Pizzolatti
Roberto Britto	Nelson Meurer
PR	
(Dep. do SDD ocupa a vaga)	Bernardo Santana de Vasconcellos
PSB	
Márcio França	Glauber Braga
DEM	
Mendonça Prado	Onyx Lorenzoni
PDT	
(Dep. do PROS ocupa a vaga)	Marcos Rogério
PTB	
Arnaldo Faria de Sá	Alex Canziani
Bloco PV, PPS	
Roberto de Lucena	1 vaga
PSC	
(Dep. do PROS ocupa a vaga)	Leonardo Gadelha
PCdoB	
Osmar Júnior	Daniel Almeida
PHS	
(Dep. do PSD ocupa a vaga)	1 vaga
SDD	
Dr. Grilo vaga do PH	Armando Vergílio vaga do PSD
PROS	
Hugo Leal vaga do PSC	
Miro Teixeira vaga do PDT	

Secretário(a): Eugênia Kimie Suda Camacho Pestana
Local: Anexo II - Pavimento Superior - Sala 165-B
Telefones: (61) 3216-6218
FAX: (61) 3216-6225

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 82-A, DE 2007, DO SR. FLÁVIO DINO E OUTROS, QUE "ACRESCE OS ARTS. 132-A E 135-A E ALTERA O ART. 168 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL" (ATRIBUI AUTONOMIA FUNCIONAL E PRERROGATIVAS AOS MEMBROS DA DEFENSORIA PÚBLICA, ADVOCACIA DA UNIÃO, PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL, PROCURADORIA-GERAL FEDERAL, PROCURADORIAS DAS AUTARQUIAS E ÀS PROCURADORIAS DOS ESTADOS, DO DISTRITO FEDERAL E DOS MUNICÍPIOS) E APENSADA

Presidente: Alessandro Molon (PT)
1º Vice-Presidente: Efraim Filho (DEM)
2º Vice-Presidente: Luiz Carlos (PSDB)
3º Vice-Presidente: Jerônimo Goergen (PP)
Relator: Lelo Coimbra (PMDB)

Titulares	**Suplentes**
PT	
Alessandro Molon	Paulão
Ricardo Berzoini	Paulo Teixeira
Sibá Machado	Policarpo
PMDB	
Eliseu Padilha	Elcione Barbalho
Fábio Trad	Francisco Escórcio
Lelo Coimbra	Rose de Freitas
PSDB	
Cesar Colnago	Antonio Imbassahy
Luiz Carlos	João Campos
PSD	
Diego Andrade	José Carlos Araújo
Silas Câmara	Onofre Santo Agostini
PP	
Carlos Magno	Dilceu Sperafico
Jerônimo Goergen	Sandes Júnior
PR	
(Dep. do PTdoB ocupa a vaga)	Bernardo Santana de Vasconcellos
PSB	
Paulo Foletto	(Dep. do PROS ocupa a vaga)
DEM	
Efraim Filho	Eli Correa Filho
PDT	
Vieira da Cunha	Marcos Rogério
PTB	
(Dep. do PROS ocupa a vaga)	Arnaldo Faria de Sá
Bloco PV, PPS	
Antônio Roberto	Humberto Souto
PSC	
Antônia Lúcia	Leonardo Gadelha
PCdoB	
Alice Portugal	(Dep. do SDD ocupa a vaga)
PHS	
1 vaga	1 vaga
SDD	
	Simplício Araújo vaga do PCdoB
PROS	
José Augusto Maia vaga do PTB	Valtenir Pereira vaga do PSB
PTdoB	
Lourival Mendes vaga do PH	

Secretário(a): Cláudia Maria Borges Matias
Local: Anexo II - Pavimento Superior - Sala 165-B
Telefones: (61) 3216-6235
FAX: (61) 3216-6225

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 90-A, DE 2011, DA SRA LUIZA ERUNDINA, QUE "DÁ NOVA REDAÇÃO AO ART. 6º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, PARA INTRODUZIR O TRANSPORTE COMO DIREITO SOCIAL"

Presidente: Marçal Filho (PMDB)
1º Vice-Presidente:
2º Vice-Presidente:
3º Vice-Presidente:
Relator: Nilmário Miranda (PT)

Titulares	**Suplentes**
PT	
Fernando Marroni	Francisco Chagas
Janete Rocha Pietá	Paulão
Nilmário Miranda	Ronaldo Zulke
PMDB	
Alceu Moreira	Osvaldo Reis
Marçal Filho	2 vagas
Nilda Gondim	
PSDB	

Eduardo Barbosa 2 vagas
Mara Gabrilli

PSD

Silas Câmara Diego Andrade
(Dep. do SDD ocupa a vaga) 1 vaga

PP

Mário Negromonte Lázaro Botelho
Renzo Braz Roberto Britto
Vilalba vaga do PHB

PR

(Dep. do SDD ocupa a vaga) 1 vaga

PSB

Luiza Erundina Dr. Ubiali

DEM

Mendonça Filho Rodrigo Maia

PDT

Paulo Rubem Santiago Oziel Oliveira

PTB

Walney Rocha Deley vaga do PSC
Nelson Marquezelli

Bloco PV, PPS

1 vaga Rosane Ferreira

PSC

Costa Ferreira (Dep. do PTB ocupa a vaga)

PCdoB

Perpétua Almeida 1 vaga

PRB

(Dep. do PP ocupa a vaga) Acelino Popó

SDD

Armando Vergílio vaga do PSD
Henrique Oliveira vaga do PH

Secretário(a): Rosenildo Figueiredo Felinto
Local: Anexo II - Pavimento Superior - Sala 165-B
Telefones: (61) 3216-6205
FAX: (61) 3216-6225

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A APRECIAR E PROFERIR PARECER À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 111-A, DE 2011, DA SRA. DALVA FIGUEIREDO, QUE "ALTERA O ART. 31 DA EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 19, DE 4 DE JUNHO DE 1998, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

Presidente: Luiz Carlos (PSDB)
1º Vice-Presidente:
2º Vice-Presidente:
3º Vice-Presidente:
Relator: Luciano Castro (PR)

Titulares **Suplentes**

PT

Beto Faro Francisco Praciano
Dalva Figueiredo Jesus Rodrigues
Padre Ton Miriquinho Batista
Zé Geraldo Sibá Machado

PMDB

Fátima Pelaes Edio Lopes
Flaviano Melo Marinha Raupp
(Dep. S.PART. ocupa a vaga) 2 vagas
1 vaga

PSDB

Luiz Carlos 3 vagas
Reinaldo Azambuja
(Dep. do SDD ocupa a vaga)

PP

Carlos Magno Lázaro Botelho
Gladson Cameli Rebecca Garcia
Raul Lima vaga do PSD

DEM

Davi Alcolumbre Lira Maia
Paulo Cesar Quartiero Pauderney Avelino

PR

Luciano Castro 2 vagas
Vinicius Gurgel

PSB

Janete Capiberibe 2 vagas
(Dep. do PROS ocupa a vaga)

PDT

(Dep. do SDD ocupa a vaga) Marcos Rogério

Bloco PV, PPS

Samey Filho 1 vaga

PTB

Josué Bengtson Sabino Castelo Branco

PSC

Zequinha Marinho 1 vaga

PCdoB

Evandro Milhomen 1 vaga

PRB

Jhonatan de Jesus Cleber Verde

PMN

Jaqueline Roriz 1 vaga

PSD

(Dep. do PP ocupa a vaga) Moreira Mendes
1 vaga 1 vaga

SDD

Berinho Bantim (Licenciado) vaga do PSDB
Sebastião Bala Rocha vaga do PDT

PROS

Valtenir Pereira vaga do PSB

S.PART.

Natan Donadon vaga do PMDB

Secretário(a): Leila Machado Campos
Local: Anexo II - Pavimento Superior - Sala 165-B
Telefones: (61) 3216-6212
FAX: (61) 3216-6225

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 147-A, DE 2012, DO SR. AMAURI TEIXEIRA, QUE "FIXA PARÂMETROS PARA A REMUNERAÇÃO DOS AUDITORES FISCAIS DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, DOS AUDITORES FISCAIS DO TRABALHO E DO GRAU OU NÍVEL MÁXIMO DA CARREIRA DOS SERVIDORES DO BANCO CENTRAL DO BRASIL"

Presidente: José Mentor (PT)
1º Vice-Presidente:
2º Vice-Presidente:
3º Vice-Presidente:
Relator: Mauro Benevides (PMDB)

Titulares **Suplentes**

PT

Alessandro Molon Luiz Couto
Amauri Teixeira Nelson Pellegrino
Décio Lima Paulão
José Mentor Vicente Candido
Policarpo 1 vaga

PMDB

Manoel Junior Marçal Filho
Mauro Benevides Rogério Peninha Mendonça
Osmar Serraglio 2 vagas
(Dep. do PTB ocupa a vaga)

PSDB

Bonifácio de Andrada	Andreia Zito
Raimundo Gomes de Matos	Otavio Leite
Reinaldo Azambuja	1 vaga
PSD	
Felipe Bornier	Júlio Cesar
Roberto Santiago	Moreira Mendes
1 vaga	(Dep. do SDD ocupa a vaga)
PP	
Jerônimo Goergen	Luiz Fernando Faria
Roberto Balestra	1 vaga
PR	
Gorete Pereira	Bernardo Santana de Vasconcellos
(Dep. do PTdoB ocupa a vaga)	Lincoln Portela
PSB	
Valadares Filho	Glauber Braga
(Dep. do PROS ocupa a vaga)	Júlio Delgado
DEM	
Mendonça Prado	Eli Correa Filho
Rodrigo Maia	1 vaga
PDT	
Vieira da Cunha	1 vaga
PTB	
Arnaldo Faria de Sá	Antonio Brito
Wilson Filho vaga do PMDB	
Bloco PV, PPS	
(Dep. do SDD ocupa a vaga)	1 vaga
PSC	
Antônia Lúcia	Costa Ferreira
PCdoB	
Chico Lopes	1 vaga
PRB	
Cleber Verde	(Dep. do SDD ocupa a vaga)
PSOL	
Chico Alencar	1 vaga
SDD	
Augusto Carvalho vaga do Bloco PV, PPS	Armando Vergílio vaga do PSD
	João Dado vaga do PHS
PROS	
Valtenir Pereira vaga do PSB	
PTdoB	
Lourival Mendes vaga do PH	

Secretário(a): Leila Machado Campos
Local: Anexo II - Pavimento Superior - Sala 165-B
Telefones: (61) 3216-6212
FAX: (61) 3216-6225

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 170-A, DE 2012, DA SRª ANDREIA ZITO E OUTROS, QUE "DÁ NOVA REDAÇÃO AO INCISO I DO § 1º DO ART. 40 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL" (GARANTE PROVENTOS INTEGRAIS AO SERVIDOR QUE SE APOSENTAR POR INVALIDEZ)

Presidente: Alexandre Roso (PSB)
1º Vice-Presidente: Efraim Filho (DEM)
2º Vice-Presidente: João Campos (PSDB)
3º Vice-Presidente: Andre Moura (PSC)
Relator: Marçal Filho (PMDB)

Titulares	**Suplentes**
PT	
Margarida Salomão	Amauri Teixeira
Rogério Carvalho	Dalva Figueiredo
Ságuas Moraes	Policarpo
PMDB	
Mauro Benevides	Edinho Araújo
Professor Setimo	Marçal Filho
Rose de Freitas	Marllos Sampaio
PSDB	
Andreia Zito	Nilson Leitão
João Campos	1 vaga
PSD	
Junji Abe	Edson Pimenta
Onofre Santo Agostini	1 vaga
PP	
Aline Corrêa	José Linhares
Vilson Covatti	1 vaga
PR	
Gorete Pereira	Bernardo Santana de Vasconcellos
PSB	
Alexandre Roso	Paulo Foletto
DEM	
Efraim Filho	1 vaga
PDT	
Sueli Vidigal	Giovani Cherini
PTB	
Arnaldo Faria de Sá	Ronaldo Nogueira
Bloco PV, PPS	
Rubens Bueno	1 vaga
PSC	
Andre Moura	1 vaga
PCdoB	
Jô Moraes	Jandira Feghali
PSOL	
Ivan Valente	1 vaga

Secretário(a): Eugênia Kimie Suda Camacho Pestana
Local: Anexo II - Pavimento Superior - Sala 165-B
Telefones: (61) 3216-6218
FAX: (61) 3216-6225

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A APRECIAR E PROFERIR PARECER À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 186-A, DE 2007, DO SR. DÉCIO LIMA, QUE "ACRESCENTA OS § 13 E 14, AO ART. 37 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL" (DETERMINA QUE LEI COMPLEMENTAR DEFINIRÁ AS NORMAS GERAIS APLICÁVEIS À ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA DA UNIÃO, DOS ESTADOS, DO DISTRITO FEDERAL E DOS MUNICÍPIOS)

Presidente: Policarpo (PT)
1º Vice-Presidente: Amauri Teixeira (PT)
2º Vice-Presidente: Arnaldo Faria de Sá (PTB)
3º Vice-Presidente: Akira Otsubo (PMDB)
Relator: Rogério Peninha Mendonça (PMDB)

Titulares	**Suplentes**
PT	
Amauri Teixeira	Artur Bruno
Policarpo	João Paulo Lima
Vicente Candido	Weliton Prado
PMDB	
Akira Otsubo	Fábio Trad
Manoel Junior	Hugo Motta
Rogério Peninha Mendonça	(Dep. do PTB ocupa a vaga)
PSDB	
Cesar Colnago	Bonifácio de Andrada
João Campos	Wandenkolk Gonçalves
PSD	
Guilherme Campos	Geraldo Thadeu
Moreira Mendes	Sergio Zveiter
PP	

Paulo Maluf	Dimas Fabiano
Renato Molling	Renzo Braz
PR	
Gorete Pereira	Bernardo Santana de Vasconcellos
	Lincoln Portela vaga do PHTB
PSB	
Jose Stédile	Sandra Rosado
DEM	
Júlio Campos	Felipe Maia
PDT	
Marcos Rogério vaga do PHTB	Vieira da Cunha
(Dep. do SDD ocupa a vaga)	
PTB	
Amaldo Faria de Sá	Nelson Marquezelli
	Wilson Filho vaga do PMDB
Bloco PV, PPS	
Sandro Alex	Paulo Wagner
PSC	
Antônia Lúcia	Leonardo Gadelha
PCdoB	
Daniel Almeida	Jô Moraes
PRTB	
(Dep. do PDT ocupa a vaga)	(Dep. do PR ocupa a vaga)
SDD	
João Dado vaga do PDT	

Secretário(a): Leila Machado Campos
Local: Anexo II - Pavimento Superior - sala 165-B
Telefones: (61) 3216-6212
FAX: (61) 3216-6225

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 196-A, DE 2012, DO SENADO FEDERAL, QUE "ALTERA O § 2º DO ART. 55 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, PARA ESTABELECER QUE A PERDA DE MANDATO SERÁ DECIDIDA POR VOTO ABERTO NOS CASOS QUE ESPECIFICA"

Presidente: Sibá Machado (PT)
1º Vice-Presidente: Alessandro Molon (PT)
2º Vice-Presidente: Antonio Imbassahy (PSDB)
3º Vice-Presidente: Ivan Valente (PSOL)
Relator: Vanderlei Macris (PSDB)

Titulares	Suplentes
PT	
Alessandro Molon	Amauri Teixeira
Iara Bernardi	Márcio Macêdo
Sibá Machado	Renato Simões
PMDB	
Eduardo Cunha	3 vagas
Manoel Junior	
Marcelo Castro	
PSDB	
Antonio Imbassahy	Izalci
Vanderlei Macris	Luiz Carlos Hauly
PSD	
Onofre Santo Agostini	Arolde de Oliveira
Sergio Zveiter	(Dep. do SDD ocupa a vaga)
PP	
Roberto Britto	2 vagas
Sandes Júnior	
PR	
Lincoln Portela	Wellington Fagundes
PSB	
Júlio Delgado	Márcio França
DEM	
Luiz de Deus	Felipe Maia
PDT	
Paulo Rubem Santiago	Marcos Rogério
PTB	
Deley vaga do PSC	1 vaga
Jovair Arantes	
Bloco PV, PPS	
Antônio Roberto	Sandro Alex
PSC	
(Dep. do PTB ocupa a vaga)	Professor Sérgio de Oliveira
PCdoB	
Alice Portugal	1 vaga
PEN	
Ivan Valente	1 vaga
SDD	
	Armando Vergílio vaga do PSD

Secretário(a): Raquel Andrade De Figueiredo
Local: Anexo II - Pavimento Superior - Sala 165-B
Telefones: (61) 3216-6240
FAX: (61) 3216-6225

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 197-A, DE 2012, DO SENADO FEDERAL, QUE "ALTERA O § 2º DO ART. 155 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, PARA MODIFICAR A SISTEMÁTICA DE COBRANÇA DO IMPOSTO SOBRE OPERAÇÕES RELATIVAS À CIRCULAÇÃO DE MERCADORIAS E SOBRE PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE INTERESTADUAL E INTERMUNICIPAL E DE COMUNICAÇÃO INCIDENTE SOBRE AS OPERAÇÕES E PRESTAÇÕES REALIZADAS DE FORMA NÃO PRESENCIAL E QUE DESTINEM BENS E SERVIÇOS A CONSUMIDOR FINAL LOCALIZADO EM OUTRO ESTADO"

Presidente: Lucio Vieira Lima (PMDB)
1º Vice-Presidente: Guilherme Campos (PSD)
2º Vice-Presidente: Efraim Filho (DEM)
3º Vice-Presidente: Miriquinho Batista (PT)
Relator: Márcio Macêdo (PT)

Titulares	Suplentes
PT	
Assis Carvalho	Geraldo Simões
Cláudio Puty vaga do PSOL	Valmir Assunção
Márcio Macêdo	(Dep. do SDD ocupa a vaga)
Miriquinho Batista	1 vaga
Sibá Machado	
PMDB	
Alceu Moreira	Alberto Filho
Colbert Martins	Hugo Motta
Lucio Vieira Lima	2 vagas
Manoel Junior	
PSDB	
Luiz Carlos	Duarte Nogueira
Otavio Leite	Emanuel Fernandes
Vaz de Lima	Vanderlei Macris
PP	
Esperidião Amin	Dilceu Sperafico
Missionário José Olimpio	Roberto Teixeira
DEM	
Efraim Filho	2 vagas
Eli Correa Filho	
PR	
(Dep. do PSD ocupa a vaga)	João Maia
(Dep. do SDD ocupa a vaga)	1 vaga
PSB	
Alexandre Toledo	2 vagas
Fernando Coelho Filho	

PDT	
Paulo Rubem Santiago	Marcos Rogério
Bloco PV, PPS	
Arnaldo Jardim	1 vaga
PTB	
Jorge Corte Real	Arnaldo Faria de Sá
PSC	
Zequinha Marinho	(Dep. do PROS ocupa a vaga)
PCdoB	
Osmar Júnior	Delegado Protógenes
PRB	
Antonio Bulhões	1 vaga
PSOL	
(Dep. do PT ocupa a vaga)	Ivan Valente
PSD	
Guilherme Campos	Arolde de Oliveira
Jaime Martins vaga do PR	1 vaga
Júlio Cesar	
SDD	
Laercio Oliveira vaga do PR	Domingos Dutra vaga do PT
PROS	
	Hugo Leal vaga do PSC

Secretário(a): Cláudia Maria Borges Matias
Local: Anexo II - Pavimento Superior - Sala 165-B
Telefones: (61) 3216-6235
FAX: (61) 3216-6225

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 209-A, DE 2012, DA SRª ROSE DE FREITAS, DO SR. LUIZ PITIMAN E OUTROS, QUE "INSERE O § 1º AO ART. 105, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, E RENUMERA O PARÁGRAFO ÚNICO" (PARA ATRIBUIR REQUISITO DE ADMISSIBILIDADE AO RECURSO ESPECIAL NO ÂMBITO DO STJ)

Presidente: Paes Landim (PTB)
1º Vice-Presidente:
2º Vice-Presidente:
3º Vice-Presidente:
Relator: Sandro Mabel (PMDB)

Titulares	**Suplentes**
PT	
Gabriel Guimarães	3 vagas
Policarpo	
1 vaga	
PMDB	
Rose de Freitas	Fátima Pelaes
Sandro Mabel	Hugo Motta
(Dep. do PSDB ocupa a vaga)	(Dep. do PTB ocupa a vaga)
PSDB	
Bonifácio de Andrada	2 vagas
Luiz Carlos	
Luiz Pitiman vaga do PMDB	
PSD	
Hugo Napoleão	Moreira Mendes
(Dep. do SDD ocupa a vaga)	1 vaga
PP	
Dilceu Sperafico	Sandes Júnior
1 vaga	(Dep. do PRB ocupa a vaga)
PR	
Dr. Adilson Soares	Lincoln Portela
PSB	
Jose Stédile	Keiko Ota
DEM	
Mendonça Prado	Mendonça Filho
PDT	
(Dep. do PROS ocupa a vaga)	Marcos Rogério
PTB	
Paes Landim	Arnaldo Faria de Sá
	Wilson Filho vaga do PMDB
Bloco PV, PPS	
Sandro Alex	1 vaga
PSC	
Andre Moura	Nelson Padovani
PCdoB	
1 vaga	1 vaga
PRP	
Chico das Verduras	Jânio Natal
SDD	
Armando Vergílio vaga do PSD	
PROS	
Miro Teixeira vaga do PDT	
PRB	
	Beto Mansur vaga do PP

Secretário(a): Kátia da Consolação dos Santos Viana
Local: Anexo II - Pavimento Superior - Sala 165-B
Telefones: (61) 3216-6218
FAX: (61) 3216-6225

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A APRECIAR E PROFERIR PARECER À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 215-A, DE 2000, DO SR. ALMIR SÁ E OUTROS, QUE "ACRESCENTA O INCISO XVIII AO ART. 49; MODIFICA O § 4º E ACRESCENTA O § 8º AMBOS NO ART. 231, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL" (INCLUI DENTRE AS COMPETÊNCIAS EXCLUSIVAS DO CONGRESSO NACIONAL A APROVAÇÃO DE DEMARCAÇÃO DAS TERRAS TRADICIONALMENTE OCUPADAS PELOS ÍNDIOS E A RATIFICAÇÃO DAS DEMARCAÇÕES JÁ HOMOLOGADAS; ESTABELECENDO QUE OS CRITÉRIOS E PROCEDIMENTOS DE DEMARCAÇÃO SERÃO REGULAMENTADOS POR LEI), E APENSADAS

Presidente: Afonso Florence (PT)
1º Vice-Presidente: Nilson Leitão (PSDB)
2º Vice-Presidente: Luis Carlos Heinze (PP)
3º Vice-Presidente: Junji Abe (PSD)
Relator: Osmar Serraglio (PMDB)
Relator Substituto: Nelson Padovani (PSC)

Titulares	**Suplentes**
PT	
Afonso Florence	Anselmo de Jesus
Geraldo Simões	Dalva Figueiredo
Padre João	Valmir Assunção
PMDB	
Alceu Moreira	Amir Lando vaga do PSC
Asdrubal Bentes	Celso Maldaner
Osmar Serraglio	Marinha Raupp
	Valdir Colatto
PSDB	
Nilson Leitão	Domingos Sávio
Reinaldo Azambuja	Raimundo Gomes de Matos
PSD	
Junji Abe	Eliene Lima
Moreira Mendes	Marcos Montes
PP	
Luis Carlos Heinze	Dilceu Sperafico
Toninho Pinheiro vaga do PCdoB	Jerônimo Goergen
Vilson Covatti	
PR	
1 vaga	(Dep. do PSOL ocupa a vaga)
PSB	

Janete Capiberibe	Glauber Braga
DEM	
Paulo Cesar Quartiero	Mandetta
PDT	
Giovanni Queiroz	Oziel Oliveira
PTB	
Sabino Castelo Branco	Nelson Marquezelli
Bloco PV, PPS	
Samey Filho	Penna
PSC	
Nelson Padovani	(Dep. do PMDB ocupa a vaga)
PCdoB	
Perpétua Almeida	Evandro Milhomen
PTdoB	
(Dep. do PP ocupa a vaga)	1 vaga
PSOL	
	Ivan Valente vaga do PH

Secretário(a): José Maria Aguiar de Castro
Local: Anexo II - Pavimento Superior - Sala 165-B
Telefones: (61) 3216-6209
FAX: (61) 3216-6225

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 247-A DE 2013, DO SR. ALESSANDRO MOLON, QUE "ALTERA O CAPÍTULO IV, DAS FUNÇÕES ESSENCIAIS À JUSTIÇA, DO TÍTULO IV, DA ORGANIZAÇÃO DOS PODERES, E ACRESCENTA ARTIGO AO ATO DAS DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS TRANSITÓRIAS DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL" (PROPÕE A FIXAÇÃO DE UM PRAZO DE OITO ANOS, PARA QUE A UNIÃO, OS ESTADOS E O DISTRITO FEDERAL SE ORGANIZEM PARA PODER CONTAR COM DEFENSORES PÚBLICOS EM TODAS AS UNIDADES JURISDICIONAIS)

Presidente: Andre Moura (PSC)
1º Vice-Presidente: Nilmário Miranda (PT)
2º Vice-Presidente: Bonifácio de Andrada (PSDB)
3º Vice-Presidente: Jô Moraes (PCdoB)
Relator: Amauri Teixeira (PT)

Titulares	**Suplentes**
PT	
Amauri Teixeira	Alessandro Molon
Luiz Couto	Erika Kokay
Nilmário Miranda	1 vaga
PMDB	
Fábio Trad	(Dep. do PTB ocupa a vaga)
Manoel Junior	2 vagas
Mauro Benevides	
PSDB	
Bonifácio de Andrada	Mara Gabrilli
Luiz Carlos	1 vaga
PSD	
Sergio Zveiter	Onofre Santo Agostini
(Dep. do PROS ocupa a vaga)	1 vaga
PP	
Vilson Covatti	Dilceu Sperafico
(Dep. do PROS ocupa a vaga)	Roberto Britto
PR	
Lincoln Portela	Bernardo Santana de Vasconcellos
PSB	
Paulo Foletto	Glauber Braga
DEM	
Alexandre Leite	1 vaga
PDT	
(Dep. do PROS ocupa a vaga)	Vieira da Cunha
PTB	
Arnaldo Faria de Sá	Paes Landim
	Wilson Filho vaga do PMDB
Bloco PV, PPS	
(Dep. do SDD ocupa a vaga)	1 vaga
PSC	
Andre Moura	Antônia Lúcia
PCdoB	
Jô Moraes	Chico Lopes
PMN	
Francisco Tenório	1 vaga
SDD	
Simplício Araújo vaga do Bloco PV, PPS	
PROS	
Cida Borghetti vaga do PP	
Liliam Sá vaga do PSD	
Miro Teixeira vaga do PDT	

Secretário(a): Leila Machado Campos
Local: Anexo II - Pavimento Superior - Sala 165-B
Telefones: (61) 3216-6212
FAX: (61) 3216-6225

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 290-A, DE 2013, DA SRA. MARGARIDA SALOMÃO E OUTROS, QUE "ALTERA E ADICIONA DISPOSITIVOS NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL PARA ATUALIZAR O TRATAMENTO DAS ATIVIDADES DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO"

Presidente: Gabriel Chalita (PMDB)
1º Vice-Presidente: Sibá Machado (PT)
2º Vice-Presidente: Eliene Lima (PSD)
3º Vice-Presidente: Lelo Coimbra (PMDB)
Relator: Izalci (PSDB)

Titulares	**Suplentes**
PT	
Edson Santos	Iara Bernardi
Jorge Bittar	Iriny Lopes
Newton Lima	Margarida Salomão
Renato Simões	Vanderlei Siraque
Sibá Machado	Zezéu Ribeiro
PMDB	
Gabriel Chalita	Celso Jacob
Lelo Coimbra	Mauro Benevides
Professor Setimo	Osmar Serraglio
Raul Henry	Saraiva Felipe
PSDB	
Bruno Araújo	3 vagas
Izalci	
1 vaga	
PSD	
Eliene Lima	Júlio Cesar
Walter Ihoshi	2 vagas
1 vaga	
PP	
Esperidião Amin	Jerônimo Goergen
(Dep. do PRB ocupa a vaga)	Roberto Teixeira
PR	
Francisco Floriano	José Rocha
1 vaga	Milton Monti
PSB	
Paulo Foletto	2 vagas
(Dep. do PROS ocupa a vaga)	
DEM	

Júlio Campos	Efraim Filho
Mandetta	Eli Correa Filho
PDT	
(Dep. do PROS ocupa a vaga)	(Dep. do PROS ocupa a vaga)
PTB	
Alex Canziani	Ronaldo Nogueira
Bloco PV, PPS	
(Dep. do SDD ocupa a vaga)	1 vaga
PSC	
Leonardo Gadelha	Zequinha Marinho
PCdoB	
Luciana Santos	Jandira Feghali
PRB	
Beto Mansur vaga do PP	1 vaga
1 vaga	
PMN	
Dr. Carlos Alberto	1 vaga
SDD	
Simplício Araújo vaga do Bloco PV, PPS	
PROS	
Ariosto Holanda vaga do PSB	Salvador Zimbaldi vaga do PDT
Miro Teixeira vaga do PDT	

Secretário(a): Eveline de Carvalho Alminta
Local: Anexo II - Pavimento Superior - sala 165-B
Telefones: (61) 3216-6211
FAX: (61) 3216-6225

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 313-A, DE 2013, DO SENADO FEDERAL, QUE "ALTERA O ART. 55 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL PARA TORNAR AUTOMÁTICA A PERDA DO MANDATO DE PARLAMENTAR NAS HIPÓTESES DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA OU DE CONDENAÇÃO POR CRIME CONTRA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA", E APENSADA

Presidente: Sergio Zveiter (PSD)
1º Vice-Presidente: Sibá Machado (PT)
2º Vice-Presidente: Nelson Marchezan Junior (PSDB)
3º Vice-Presidente: Vieira da Cunha (PDT)
Relator: Raul Henry (PMDB)

Titulares	**Suplentes**
PT	
Josias Gomes	Dalva Figueiredo
Luiz Sérgio	Odair Cunha
Sibá Machado	Ricardo Berzoini
PMDB	
Amir Lando	Professor Setimo
Leonardo Picciani	Valdir Colatto
Raul Henry	1 vaga
PSDB	
Bruno Araújo	Izalci
Nelson Marchezan Junior	1 vaga
PSD	
Eleuses Paiva	Onofre Santo Agostini
Sergio Zveiter	1 vaga
PP	
Arthur Lira (Licenciado)	Nelson Meurer
Vilson Covatti	1 vaga
PR	
Paulo Freire	1 vaga
PSB	
Júlio Delgado	Beto Albuquerque
DEM	
Mendonça Filho	1 vaga
PDT	
Vieira da Cunha	Marcos Rogério
PTB	
Jorge Corte Real	Paes Landim
Bloco PV, PPS	
Rosane Ferreira	Stepan Nercessian
PSC	
Edmar Arruda	1 vaga
PCdoB	
Perpétua Almeida	1 vaga
PRP	
Chico das Verduras	Jânio Natal

Secretário(a): Raquel Andrade De Figueiredo
Local: Anexo II - Pavimento Superior - Sala 165-B
Telefones: (61) 3216-6240
FAX: (61) 3216-6225

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 339-A, DE 2009, DO SR. VICENTINHO, QUE "ALTERA A REDAÇÃO DO § 3º DO ART. 39 E DO § 1º DO ART. 42 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL " (ASSEGURA O DIREITO AO ADICIONAL NOTURNO AOS POLICIAIS MILITARES, BOMBEIROS MILITARES E AOS INTEGRANTES DOS ÓRGÃOS DE SEGURANÇA PÚBLICA)

Presidente: Lincoln Portela (PR)
1º Vice-Presidente: Efraim Filho (DEM)
2º Vice-Presidente: Izalci (PSDB)
3º Vice-Presidente: Marllos Sampaio (PMDB)
Relator: Manoel Junior (PMDB)

Titulares	**Suplentes**
PT	
João Paulo Lima	Dalva Figueiredo
Luci Choinacki	Erika Kokay
Miriquinho Batista	Luiz Couto
Paulão vaga do PDT	Taumaturgo Lima
Vicentinho	
PMDB	
Alberto Filho	Mauro Lopes
Manoel Junior	Ronaldo Benedet
Marllos Sampaio	2 vagas
(Dep. do PROS ocupa a vaga)	
PSDB	
Andreia Zito	3 vagas
Izalci	
João Campos	
PP	
Jair Bolsonaro	Raul Lima vaga do PSD
José Otávio Germano	Vilson Covatti
	1 vaga
DEM	
Abelardo Lupion	Mendonça Prado
Efraim Filho	1 vaga
PR	
Lincoln Portela	Bernardo Santana de Vasconcellos
Zoinho	(Dep. do PRP ocupa a vaga)
PSB	
Gonzaga Patriota	Keiko Ota
Paulo Foletto	(Dep. do PROS ocupa a vaga)
PDT	
(Dep. do PT ocupa a vaga)	(Dep. do SDD ocupa a vaga)
Bloco PV, PPS	
(Dep. do SDD ocupa a vaga)	Rosane Ferreira
PTB	
Arnaldo Faria de Sá	Paes Landim

PSC	
Andre Moura	Leonardo Gadelha
PCdoB	
João Ananias	Perpétua Almeida
PRB	
Otoniel Lima	Antonio Bulhões
PSOL	
1 vaga	1 vaga
PSD	
Átila Lins	(Dep. do PROS ocupa a vaga)
Carlos Souza	(Dep. do PP ocupa a vaga)
SDD	
Simplício Araújo vaga do Bloco PV, PPS	Zé Silva (Licenciado) vaga do PDT
PROS	
Hugo Leal vaga do PMDB	Givaldo Carimbão vaga do PSB
	Liliam Sá vaga do PSD
PRP	
	Chico das Verduras vaga do PH

Secretário(a): Valdivino Tolentino
Local: Anexo II - Pavimento Superior - sala 165-B
Telefones: (61) 3216-6206
FAX: (61) 3216-6225

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 358-A, DE 2013, DO SENADO FEDERAL, QUE "ALTERA OS ARTS. 165 E 166 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, PARA TORNAR OBRIGATÓRIA A EXECUÇÃO DA PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA QUE ESPECIFICA", E APENSADA

Presidente: Pedro Eugênio (PT)
1º Vice-Presidente: Alessandro Molon (PT)
2º Vice-Presidente: Luiz Fernando Machado (PSDB)
3º Vice-Presidente: Mandetta (DEM)
Relator: Edio Lopes (PMDB)

Titulares	**Suplentes**
PT	
Alessandro Molon	José Guimarães
Margarida Salomão	Paulo Ferreira
Pedro Eugênio	Pedro Uczai
Ricardo Berzoini	Zeca Dirceu
PMDB	
Colbert Martins	Danilo Forte
Edio Lopes	João Arruda
Pedro Novais	Manoel Junior
PSDB	
Andreia Zito	Domingos Sávio
Luiz Fernando Machado	William Dib
PSD	
Arolde de Oliveira	Eleuses Paiva
Moreira Mendes	Sérgio Brito
PP	
Esperidião Amin	Dilceu Sperafico
Nelson Meurer	João Leão
PR	
Anthony Garotinho	Bernardo Santana de Vasconcellos
PSB	
Márcio França	Severino Ninho
DEM	
Mandetta	Ronaldo Caiado
SDD	
Arthur Oliveira Maia	Sebastião Bala Rocha
PTB	
Nelson Marquezelli	Nilton Capixaba
Bloco PV, PPS	
Rosane Ferreira	Sandro Alex
PROS	
Valtenir Pereira	1 vaga
PDT	
Giovanni Queiroz	André Figueiredo
PCdoB	
Osmar Júnior	Daniel Almeida
PSC	
Leonardo Gadelha	Antônia Lúcia
PRB	
Cleber Verde	1 vaga

Secretário(a): Eveline de Carvalho Alminta
Local: Anexo II - Pavimento Superior - Sala 165-B
Telefones: (61) 3216-6211
FAX: (61) 3216-6225

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 368, DE 2009, DO SR. CARLOS BEZERRA, QUE "DÁ NOVA REDAÇÃO AO ART. 42 DO ATO DAS DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS TRANSITÓRIAS, AMPLIANDO O PRAZO EM QUE A UNIÃO DEVERÁ DESTINAR ÀS REGIÕES CENTRO-OESTE E NORDESTE PERCENTUAIS MÍNIMOS DOS RECURSOS DESTINADOS À IRRIGAÇÃO"

Presidente: Flávia Morais (PDT)
1º Vice-Presidente: Ronaldo Caiado (DEM)
2º Vice-Presidente: Reinaldo Azambuja (PSDB)
3º Vice-Presidente: Afonso Hamm (PP)
Relator: Assis Carvalho (PT)

Titulares	**Suplentes**
PT	
Amauri Teixeira	Erika Kokay
Assis Carvalho	Jesus Rodrigues
Fernando Ferro	Policarpo
Vander Loubet	Rubens Otoni
Zezéu Ribeiro vaga do PSB	
PMDB	
Alberto Filho	Fábio Trad
Carlos Bezerra	Pedro Chaves
Leandro Vilela	2 vagas
1 vaga	
PSDB	
Nilson Leitão	3 vagas
Reinaldo Azambuja	
1 vaga	
PP	
Afonso Hamm	Roberto Britto
Roberto Balestra	1 vaga
DEM	
Ronaldo Caiado	Abelardo Lupion
(Dep. do SDD ocupa a vaga)	Efraim Filho
PR	
Wellington Fagundes	Bernardo Santana de Vasconcellos
(Dep. do SDD ocupa a vaga)	1 vaga
PSB	
(Dep. do PROS ocupa a vaga)	2 vagas
(Dep. do PT ocupa a vaga)	
PDT	
Flávia Morais	Oziel Oliveira
Bloco PV, PPS	
1 vaga	1 vaga
PTB	
1 vaga	Arnon Bezerra
PSC	
Leonardo Gadelha	1 vaga

PCdoB	
João Ananias	1 vaga
PRB	
1 vaga	1 vaga
PTC	
1 vaga	1 vaga
PSD	
Júlio Cesar	Heuler Cruvinel
1 vaga	(Dep. do PROS ocupa a vaga)
SDD	
Augusto Coutinho vaga do DEM	
Laercio Oliveira vaga do PR	
PROS	
Valtenir Pereira vaga do PSB	Ademir Camilo vaga do PSD

Secretário(a): Kátia da Consolação dos Santos Viana
Local: Anexo II - Pavimento Superior - sala 165-B
Telefones: (61) 3216-6218
FAX: (61) 3216-6225

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 405-A, DE 2009, DO SR. CLEBER VERDE, QUE "ALTERA A REDAÇÃO DO § 8º DO ART. 195 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, PARA ASSEGURAR AO GARIMPEIRO E AO PEQUENO MINERADOR O DIREITO À APOSENTADORIA"

Presidente: Wandenkolk Gonçalves (PSDB)
1º Vice-Presidente:
2º Vice-Presidente: George Hilton (PRB)
3º Vice-Presidente: Antônia Lúcia (PSC)
Relator: Marçal Filho (PMDB)

Titulares	Suplentes
PT	
Dalva Figueiredo	Jesus Rodrigues
Miriquinho Batista	Josias Gomes
Odair Cunha	(Dep. do SDD ocupa a vaga)
1 vaga	1 vaga
PMDB	
Edio Lopes	Alberto Filho
Flaviano Melo	Elcione Barbalho
Marçal Filho	Pedro Chaves
Sandro Mabel	1 vaga
PSDB	
Hélio Santos	Carlos Alberto Leréia
João Campos	2 vagas
Wandenkolk Gonçalves	
PP	
Raul Lima	Aline Corrêa
Sandes Júnior	Lázaro Botelho
DEM	
Paulo Cesar Quartiero	Efraim Filho
(Dep. do PSD ocupa a vaga)	1 vaga
PR	
(Dep. do SDD ocupa a vaga)	2 vagas
(Dep. do PTdoB ocupa a vaga)	
PSB	
Janete Capiberibe	2 vagas
1 vaga	
PDT	
(Dep. do SDD ocupa a vaga)	Flávia Morais
Bloco PV, PPS	
1 vaga	Sarney Filho
PTB	
Nilton Capixaba	Arnaldo Faria de Sá
PSC	
Antônia Lúcia	Zequinha Marinho
PCdoB	
Evandro Milhomen	1 vaga
PRB	
George Hilton	Cleber Verde
PMN	
1 vaga	1 vaga
PSD	
Silas Câmara vaga do DEM	
SDD	
Laercio Oliveira vaga do PR	Domingos Dutra vaga do PT
Sebastião Bala Rocha vaga do PDT	
PTdoB	
Lourival Mendes vaga do PR	

Secretário(a): Ruthier de Sousa Silva
Local: Anexo II - Pavimento Superior - Sala 165-B
Telefones: (061) 3216- 6201
FAX: (061) 3216- 6225

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 443-A, DE 2009, DO SR. BONIFÁCIO DE ANDRADA, ESTABELECENDO QUE "O SUBSÍDIO DO GRAU OU NÍVEL MÁXIMO DAS CARREIRAS DA ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO, DAS PROCURADORIAS DOS ESTADOS E DO DISTRITO FEDERAL CORRESPONDERÁ A NOVENTA INTEIROS E VINTE E CINCO CENTÉSIMOS POR CENTO DO SUBSÍDIO MENSAL, FIXADO PARA OS MINISTROS DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, E OS SUBSÍDIOS DOS DEMAIS INTEGRANTES DAS RESPECTIVAS CATEGORIAS DA ESTRUTURA DA ADVOCACIA PÚBLICA SERÃO FIXADOS EM LEI E ESCALONADOS, NÃO PODENDO A DIFERENÇA ENTRE UM E OUTRO SER SUPERIOR A DEZ POR CENTRO OU INFERIOR A CINCO POR CENTO, NEM EXCEDER A NOVENTA INTEIROS E VINTE E CINCO CENTÉSIMOS POR CENTO DO SUBSÍDIO MENSAL FIXADO PARA OS MINISTROS DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, OBEDECIDO, EM QUALQUER CASO, O DISPOSTO NOS ARTIGOS 37, XI, E 39, § 4º"

Presidente: José Mentor (PT)
1º Vice-Presidente:
2º Vice-Presidente:
3º Vice-Presidente:
Relator: Mauro Benevides (PMDB)

Titulares	Suplentes
PT	
Alessandro Molon	Luiz Couto
Amauri Teixeira	Nelson Pellegrino
Décio Lima	Vander Loubet
José Mentor	Vicente Candido
PMDB	
Manoel Junior	Akira Otsubo
Mauro Benevides	Marçal Filho
Nilda Gondim	Rogério Peninha Mendonça
Osmar Serraglio	Valdir Colatto
PSDB	
Bonifácio de Andrada	Andreia Zito
Otavio Leite	João Campos
Reinaldo Azambuja	Wandenkolk Gonçalves
PP	
Dilceu Sperafico	Roberto Balestra
Jerônimo Goergen	Vilson Covatti
DEM	
Davi Alcolumbre	Mendonça Prado
Eli Correa Filho	(Dep. do PSD ocupa a vaga)
PR	

Gorete Pereira	Bernardo Santana de Vasconcellos
(Dep. do PTdoB ocupa a vaga)	Lincoln Portela
PSB	
Valadares Filho	Júlio Delgado
(Dep. do PMN ocupa a vaga)	Sandra Rosado
PDT	
Vieira da Cunha	Marcos Rogério
Bloco PV, PPS	
Amaldo Jordy	(Dep. do PSD ocupa a vaga)
PTB	
Amaldo Faria de Sá	Antonio Brito
PSC	
Antônia Lúcia	Zequinha Marinho
PCdoB	
Jô Moraes	Chico Lopes
PRB	
Cleber Verde	(Dep. do SDD ocupa a vaga)
PHS	
(Dep. do PSD ocupa a vaga)	(Dep. do PSD ocupa a vaga)
PSD	
Felipe Bornier vaga do PHS	Átila Lins vaga do PHS
	Júlio Cesar vaga do DEM
	Moreira Mendes vaga do Bloco PV, PPS
SDD	
	João Dado vaga do PHB
PTdoB	
Lourival Mendes vaga do PH	
PMN	
Francisco Tenório vaga do PSB	

Secretário(a): Leila Machado Campos
Local: Anexo II - Pavimento Superior - Sala 165-B
Telefones: (61) 3216-6212
FAX: (61) 3216-6225

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 454-A, DE 2009, DO SR. RONALDO CAIADO, QUE "ALTERA O TÍTULO VIII, CAPÍTULO II, SEÇÃO II - DA SAÚDE -, DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988" (ESTABELECENDO DIRETRIZES PARA A ORGANIZAÇÃO DA CARREIRA ÚNICA DE MÉDICO DE ESTADO)

Presidente: Saraiva Felipe (PMDB)
1º Vice-Presidente: Geraldo Resende (PMDB)
2º Vice-Presidente: Cesar Colnago (PSDB)
3º Vice-Presidente: Mandetta (DEM)
Relator: Eleuses Paiva (PSD)

Titulares	Suplentes
PT	
Dr. Rosinha	Henrique Fontana
Erika Kokay	Nazareno Fonteles
Policarpo	2 vagas
Rogério Carvalho	
PMDB	
Darcísio Perondi	Colbert Martins
Geraldo Resende	Lelo Coimbra
Osmar Terra	Marcelo Castro
Saraiva Felipe	1 vaga
PSDB	
Cesar Colnago	Raimundo Gomes de Matos
Marcus Pestana	2 vagas
William Dib	
PP	
José Linhares	Roberto Balestra
Roberto Britto	Toninho Pinheiro
DEM	
Mandetta	Lael Varella
Ronaldo Caiado	Mendonça Prado
PR	
Gorete Pereira	Dr. Paulo César vaga do PSD
(Dep. do SDD ocupa a vaga)	(Dep. do SDD ocupa a vaga)
	(Dep. do SDD ocupa a vaga)
PSB	
Alexandre Roso	2 vagas
Dr. Ubiali	
PDT	
(Dep. do SDD ocupa a vaga)	(Dep. do PROS ocupa a vaga)
Bloco PV, PPS	
Rosane Ferreira	1 vaga
PTB	
Antonio Brito	1 vaga
PSC	
Antônia Lúcia	Andre Moura
PCdoB	
Osmar Júnior	1 vaga
PRB	
Jhonatan de Jesus	1 vaga
PTdoB	
1 vaga	1 vaga
PSD	
Eleuses Paiva	(Dep. do PROS ocupa a vaga)
Marcos Montes	(Dep. do PR ocupa a vaga)
SDD	
Henrique Oliveira vaga do PH	Armando Vergílio vaga do PH
Sebastião Bala Rocha vaga do PDT	Dr. Grilo vaga do PH
PROS	
	Ademir Camilo vaga do PSD
	Dr. Jorge Silva vaga do PDT

Secretário(a): Mário Dráusio Coutinho
Local: Anexo II - Pavimento Superior - sala 165-B
Telefones: (61) 3216-6203
FAX: (61) 3216-6225

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 479-A, DE 2010, DO SR. SEBASTIÃO BALA ROCHA, QUE "ACRESCENTA O INCISO LXXIX AO ART. 5º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, PARA INCLUIR O ACESSO À INTERNET EM ALTA VELOCIDADE ENTRE OS DIREITOS FUNDAMENTAIS DO CIDADÃO"

Presidente: Sandes Júnior (PP)
1º Vice-Presidente: Antonio Imbassahy (PSDB)
2º Vice-Presidente: João Arruda (PMDB)
3º Vice-Presidente: Izalci (PSDB)
Relator: Amauri Teixeira (PT)

Titulares	Suplentes
PT	
Alessandro Molon	Josias Gomes
Amauri Teixeira	Rogério Carvalho
Bohn Gass	Sibá Machado
Devanir Ribeiro	Taumaturgo Lima
PMDB	
João Arruda	(Dep. do PTB ocupa a vaga)
Rogério Peninha Mendonça	3 vagas
(Dep. do SDD ocupa a vaga)	
1 vaga	
PSDB	
Antonio Imbassahy	3 vagas

Izalci vaga do PH
Luiz Carlos
Ruy Carneiro

PP

Sandes Júnior — Missionário José Olimpio
(Dep. do PRB ocupa a vaga) — 1 vaga

DEM

Eli Correa Filho — 2 vagas
Júlio Campos

PR

José Rocha — 2 vagas
(Dep. do PSDB ocupa a vaga)

PSB

(Dep. do PROS ocupa a vaga) — Gonzaga Patriota
(Dep. do PROS ocupa a vaga) — 1 vaga

PDT

(Dep. do PROS ocupa a vaga) — (Dep. do SDD ocupa a vaga)

Bloco PV, PPS

Sandro Alex — 1 vaga

PTB

Walney Rocha — Sabino Castelo Branco
Wilson Filho vaga do PMDB

PSC

Leonardo Gadelha — Zequinha Marinho

PCdoB

Evandro Milhomen — 1 vaga

PRB

Antonio Bulhões — 1 vaga
Beto Mansur vaga do PP
César Halum vaga do PSD

PRTB

1 vaga — 1 vaga

PSD

Arolde de Oliveira — Carlos Souza
(Dep. do PRB ocupa a vaga) — Eliene Lima

SDD

Wladimir Costa vaga do PMDB — Sebastião Bala Rocha vaga do PDT

PROS

Ariosto Holanda vaga do PSB
Edson Silva vaga do PSB
Miro Teixeira vaga do PDT

Secretário(a): Robson Luiz Fialho Coutinho
Local: Anexo II - Pavimento Superior - Sala 165-B
Telefones: (61) 3216-6214
FAX: (61) 3216-6225

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A APRECIAR E PROFERIR PARECER À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 506-A, DE 2010, DO SENADO FEDERAL, QUE "ACRESCENTA ARTIGO AO ATO DAS DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS TRANSITÓRIAS (ADCT), PARA DISPOR SOBRE A PRORROGAÇÃO DOS BENEFICIOS PARA A ZONA FRANCA DE MANAUS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS" (PRORROGA ATÉ 31 DE DEZEMBRO DE 2029)

Presidente: Edio Lopes (PMDB)
1º Vice-Presidente: Francisco Praciano (PT)
2º Vice-Presidente: Asdrubal Bentes (PMDB)
3º Vice-Presidente:
Relator: Átila Lins (PSD)

Titulares — **Suplentes**

PT

Cláudio Puty — 4 vagas
Francisco Praciano
Padre Ton
Sibá Machado

PMDB

Asdrubal Bentes — 4 vagas
Edio Lopes
Fátima Pelaes
Marinha Raupp

PSDB

Luiz Carlos — 3 vagas
(Dep. do PSD ocupa a vaga)
1 vaga

PP

Gladson Cameli — Carlos Magno
1 vaga — Lázaro Botelho

DEM

Davi Alcolumbre — 2 vagas
Lira Maia

PR

(Dep. do SDD ocupa a vaga) — (Dep. do PRP ocupa a vaga)
(Dep. do PSD ocupa a vaga) — 1 vaga

PSB

Janete Capiberibe — 2 vagas
(Dep. do PROS ocupa a vaga)

PDT

(Dep. do SDD ocupa a vaga) — Giovanni Queiroz

Bloco PV, PPS

Samey Filho — 1 vaga

PTB

Sabino Castelo Branco — Josué Bengtson

PSC

Leonardo Gadelha — 1 vaga

PCdoB

Evandro Milhomen — 1 vaga

PRB

Cleber Verde — 1 vaga

PRP

1 vaga — Chico das Verduras vaga do PH
1 vaga

PSD

Átila Lins — Moreira Mendes
Carlos Souza — 1 vaga
Silas Câmara vaga do PH
Urzeni Rocha vaga do PSDB

SDD

Henrique Oliveira vaga do PH
Sebastião Bala Rocha vaga do PDT

PROS

Valtenir Pereira vaga do PSB

Secretário(a): Raquel Andrade de Figueiredo
Local: Anexo II - Pavimento Superior - Sala 165-B
Telefones: (61) 3216-6240
FAX: (61) 3216-6225

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 37, DE 2011, DO SR. WELINTON PRADO, QUE "DISPÕE SOBRE O REGIME DE APROVEITAMENTO DAS SUBSTÂNCIAS MINERAIS, COM EXCEÇÃO DOS MINÉRIOS NUCLEARES, PETRÓLEO, GÁS NATURAL E OUTROS HIDROCARBONETOS FLUIDOS E DAS SUBSTÂNCIAS MINERAIS SUBMETIDAS AO REGIME DE LICENCIAMENTO DE QUE TRATA O INCISO III DO ART. 2º DO DECRETO-LEI Nº 227, DE 28 DE FEVEREIRO DE 1967"

Presidente: Gabriel Guimarães (PT)
1º Vice-Presidente: Marcos Montes (PSD)
2º Vice-Presidente: Rodrigo de Castro (PSDB)
3º Vice-Presidente: Aracely de Paula (PR)
Relator: Leonardo Quintão (PMDB)

Titulares	Suplentes
PT	
Beto Faro	Francisco Chagas
Fernando Ferro	Iriny Lopes
Gabriel Guimarães	Luiz Sérgio
Luiz Alberto	Padre João
Ronaldo Zulke	Weliton Prado
PMDB	
Colbert Martins	Edio Lopes
José Priante	Fátima Pelaes
Leonardo Quintão	João Magalhães
Rose de Freitas	Júnior Coimbra
(Dep. do PR ocupa a vaga)	(Dep. do PSDB ocupa a vaga)
PSDB	
Duarte Nogueira	Cesar Colnago
Rodrigo de Castro	Domingos Sávio vaga do PSC
Sergio Guerra	Nilson Leitão
	Paulo Abi-ackel vaga do PMDB
	Wandenkolk Gonçalves
PSD	
Eduardo Sciarra	Guilherme Campos
Jaime Martins	Júlio Cesar
Marcos Montes	(Dep. do PRB ocupa a vaga)
PP	
Guilherme Mussi	José Otávio Germano
Luiz Fernando Faria	Nelson Meurer
Mário Negromonte	(Dep. do PROS ocupa a vaga)
PR	
Aracely de Paula	Gorete Pereira
Bernardo Santana de Vasconcellos	José Rocha vaga do PSB
João Carlos Bacelar vaga do PMDB	(Dep. do SDD ocupa a vaga)
PSB	
Paulo Foletto	Leopoldo Meyer
(Dep. do PROS ocupa a vaga)	(Dep. do PR ocupa a vaga)
DEM	
Fábio Souto	Lira Maia
Vitor Penido	1 vaga
PDT	
1 vaga	Ângelo Agnolin
PTB	
Arnaldo Faria de Sá	1 vaga
Bloco PV, PPS	
Fábio Ramalho	Arnaldo Jardim
PSC	
Silvio Costa	(Dep. do PSDB ocupa a vaga)
PCdoB	
Osmar Júnior	Evandro Milhomen
PRB	
Cleber Verde	César Halum vaga do PSD
	1 vaga
PSOL	
Chico Alencar	Ivan Valente
SDD	
	Luiz Argôlo vaga do PH
PROS	
Antonio Balhmann vaga do PSB	Marcio Junqueira vaga do PP

Secretário(a): Kátia da Consolação dos Santos Viana
Local: Anexo II - Pavimento Superior - Sala 165-B
Telefones: (61) 3216-6218
FAX: (61) 3216-6225

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 1572, DE 2011, DO SR. VICENTE CANDIDO, QUE "INSTITUI O CÓDIGO COMERCIAL"

Presidente: Arthur Oliveira Maia (SDD)
1º Vice-Presidente: Junji Abe (PSD)
2º Vice-Presidente: Hugo Leal (PROS)
3º Vice-Presidente: Pedro Novais (PMDB)
Relator Substituto: Laercio Oliveira (SDD)
Relator-Geral: Paes Landim (PTB)
Relator-Parcial: Décio Lima (PT)
Relator-Parcial: Jerônimo Goergen (PP)
Relator-Parcial: Marcos Montes (PSD)
Relator-Parcial: Antonio Balhmann (PROS)

Titulares	Suplentes
PT	
Décio Lima	Alessandro Molon
Gabriel Guimarães	Francisco Chagas
Vanderlei Siraque	2 vagas
Vicente Candido	
PMDB	
Eduardo Cunha	João Magalhães
Pedro Novais	José Priante
(Dep. do SDD ocupa a vaga)	Lucio Vieira Lima
1 vaga	(Dep. do SDD ocupa a vaga)
PSDB	
Jutahy Junior	Alfredo Kaefer
Raimundo Gomes de Matos	Cesar Colnago
Reinaldo Azambuja	Nelson Marchezan Junior
PP	
Jerônimo Goergen	Renzo Braz
Renato Molling	Roberto Teixeira
DEM	
Eli Correa Filho	Efraim Filho
Rodrigo Maia	1 vaga
PR	
(Dep. do PSD ocupa a vaga)	2 vagas
(Dep. do SDD ocupa a vaga)	
PSB	
Severino Ninho	2 vagas
(Dep. do PROS ocupa a vaga)	
PDT	
André Figueiredo	Ângelo Agnolin
Bloco PV, PPS	
1 vaga	1 vaga
PTB	
Paes Landim	Arnaldo Faria de Sá
PSC	
(Dep. do PROS ocupa a vaga)	Filipe Pereira (Licenciado)
PCdoB	
Daniel Almeida	1 vaga
PRB	
Antonio Bulhões	1 vaga
PRTB	
(Dep. do SDD ocupa a vaga)	1 vaga
PSD	
Jaime Martins vaga do PH	Guilherme Campos
Junji Abe	Moreira Mendes
Marcos Montes	
SDD	
Arthur Oliveira Maia vaga do PMDB	Genecias Noronha vaga do PMDB
Aureo vaga do PHTB	
Laercio Oliveira vaga do PH	
PROS	
Antonio Balhmann vaga do PSB	
Hugo Leal vaga do PSC	

Secretário(a): Mária de Fátima de Moreira
Local: Anexo II - Pavimento Superior - Sala 165-B
Telefones: (61) 3216-6204
FAX: (61) 3216-6225

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 1610, DE 1996, DO SENADO FEDERAL, QUE "DISPÕE SOBRE A EXPLORAÇÃO E O

APROVEITAMENTO DE RECURSOS MINERAIS EM TERRAS INDÍGENAS, DE QUE TRATAM OS ARTS. 176, PARÁGRAFO PRIMEIRO, E 231, PARÁGRAFO TERCEIRO, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL"

Presidente: Padre Ton (PT)
1º Vice-Presidente: Fernando Ferro (PT)
2º Vice-Presidente:
3º Vice-Presidente: Cleber Verde (PRB)
Relator: Edio Lopes (PMDB)

Titulares	Suplentes
PT	
Fernando Ferro	Amauri Teixeira
Miriquinho Batista	João Paulo Lima
Padre Ton	Nazareno Fonteles
Valmir Assunção	Taumaturgo Lima
PMDB	
Akira Otsubo	Eduardo Cunha
Asdrubal Bentes	João Magalhães vaga do PH
Edio Lopes	Marinha Raupp
(Dep. do PRP ocupa a vaga)	Valdir Colatto
	(Dep. do PSD ocupa a vaga)
PSDB	
Bruno Araújo	Carlos Brandão
Nilson Leitão	Rodrigo de Castro
Reinaldo Azambuja	(Dep. do SDD ocupa a vaga)
PP	
Carlos Magno	José Otávio Germano
Vilson Covatti	1 vaga
DEM	
Davi Alcolumbre	(Dep. do PSD ocupa a vaga)
Paulo Cesar Quartiero	1 vaga
PR	
Bernardo Santana de Vasconcellos	José Rocha vaga do PSB
Luciano Castro	(Dep. do PMDB ocupa a vaga)
	(Dep. do SDD ocupa a vaga)
PSB	
Janete Capiberibe	(Dep. do PR ocupa a vaga)
1 vaga	1 vaga
PDT	
Giovanni Queiroz	Oziel Oliveira
Bloco PV, PPS	
Penna	Arnaldo Jordy
PTB	
Nilton Capixaba	1 vaga
PSC	
Filipe Pereira (Licenciado)	Nelson Padovani
PCdoB	
Perpétua Almeida	1 vaga
PRB	
Cleber Verde	1 vaga
PSOL	
Chico Alencar	1 vaga
PSD	
	Moreira Mendes vaga do PMDB
	Sérgio Brito vaga do DEM
SDD	
	Berinho Bantim (Licenciado) vaga do PSDB
	Laercio Oliveira vaga do PH
PRP	
Chico das Verduras vaga do PMDB	

Secretário(a): José Maria de Aguiar de Castro
Local: Anexo II - Pavimento Superior - Sala 165-B
Telefones: (61) 3216-6209
FAX: (61) 3216-6225

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 1.927, DE 2003, DO SR. FERNANDO DE FABINHO, QUE "ACRESCENTA DISPOSITIVO À LEI Nº 10.336, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2001, PARA ISENTAR AS EMPRESAS DE TRANSPORTE COLETIVO URBANO MUNICIPAL E TRANSPORTE COLETIVO URBANO ALTERNATIVO DA CONTRIBUIÇÃO DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÔMICO - CIDE"

Presidente: Mauro Lopes (PMDB)
1º Vice-Presidente: Leandro Vilela (PMDB)
2º Vice-Presidente: Vitor Penido (DEM)
3º Vice-Presidente: Mário Negromonte (PP)
Relator: Carlos Zarattini (PT)

Titulares	Suplentes
PT	
Carlos Zarattini	Márcio Macêdo
Jesus Rodrigues	Vicente Candido
Leonardo Monteiro	Weliton Prado
PMDB	
Leandro Vilela	Adrian
Leonardo Picciani	Danilo Forte
Mauro Lopes	1 vaga
PSDB	
Cesar Colnago	2 vagas
Raimundo Gomes de Matos	
PSD	
Felipe Bornier	2 vagas
Hugo Napoleão	
PP	
Mário Negromonte	João Leão
Renzo Braz	(Dep. do SDD ocupa a vaga)
PR	
Zoinho	1 vaga
PSB	
1 vaga	Jose Stédile
DEM	
Vitor Penido	Alexandre Leite
PDT	
Ângelo Agnolin	Marcos Rogério
PTB	
Ronaldo Nogueira	Arnaldo Faria de Sá
	Deley vaga do PSC
Bloco PV, PPS	
Antônio Roberto	1 vaga
PSC	
(Dep. do PROS ocupa a vaga)	(Dep. do PTB ocupa a vaga)
PCdoB	
Daniel Almeida	Assis Melo
PEN	
1 vaga	1 vaga
SDD	
	Luiz Argôlo vaga do PP
PROS	
Hugo Leal vaga do PSC	

Secretário(a): Maria de Fatima Moreira
Local: Anexo II - Pavimento Superior - Sala 165-B
Telefones: (61) 3216-6204
FAX: (61) 3216-6225

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 2.126, DE 2011, DO PODER EXECUTIVO, QUE "ESTABELECE PRINCÍPIOS, GARANTIAS, DIREITOS E DEVERES PARA O USO DA INTERNET NO BRASIL."

Presidente: João Arruda (PMDB)
1º Vice-Presidente: Manoel Junior (PMDB)
2º Vice-Presidente:
3º Vice-Presidente: Luiza Erundina (PSB)
Relator: Alessandro Molon (PT)

Titulares	Suplentes
PT	
Alessandro Molon	Newton Lima
Nazareno Fonteles	Rogério Carvalho
Paulo Pimenta	(Dep. do PMDB ocupa a vaga)
Paulo Teixeira	1 vaga
PMDB	
João Arruda	Flaviano Melo
Manoel Junior	Newton Cardoso vaga do PT
Marçal Filho	Osmar Serraglio
Rogério Peninha Mendonça	Ronaldo Benedet
	1 vaga
PSDB	
Antonio Imbassahy	João Campos
Izalci vaga do PR	(Dep. do PSB ocupa a vaga)
Vanderlei Macris	1 vaga
1 vaga	
PP	
Sandes Júnior	Dimas Fabiano
1 vaga	Missionário José Olimpio
DEM	
Eli Correa Filho	2 vagas
1 vaga	
PR	
José Rocha	Lincoln Portela
(Dep. do PSDB ocupa a vaga)	1 vaga
PSB	
Luiza Erundina	Walter Feldman (Licenciado) vaga do PSDB
(Dep. do PROS ocupa a vaga)	(Dep. do PROS ocupa a vaga)
	1 vaga
PDT	
(Dep. do PROS ocupa a vaga)	(Dep. do SDD ocupa a vaga)
Bloco PV, PPS	
Sandro Alex	1 vaga
PTB	
Alex Canziani	Arnaldo Faria de Sá
PSC	
Andre Moura	1 vaga
PCdoB	
Manuela D'ávila	Jandira Feghali
PRB	
Cleber Verde	1 vaga
PSOL	
Jean Wyllys	1 vaga
PSD	
Eleuses Paiva	Ricardo Izar
Jefferson Campos	1 vaga
SDD	
	Sebastião Bala Rocha vaga do PDT
PROS	
Ariosto Holanda vaga do PSB	Domingos Neto vaga do PSB
Miro Teixeira vaga do PDT	

Secretário(a): Ruthier de Sousa Silva
Local: Anexo II - Pavimento Superior - sala 165-B
Telefones: (61) 3216-6201
FAX: (61) 3216-6225

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 2.177, DE 2011, DO SR. BRUNO ARAÚJO, QUE "INSTITUI O CÓDIGO NACIONAL DE CIÊNCIA,TECNOLOGIA E INOVAÇÃO"

Presidente: Gabriel Chalita (PMDB)
1º Vice-Presidente: Izalci (PSDB)
2º Vice-Presidente: Eliene Lima (PSD)
3º Vice-Presidente: Lelo Coimbra (PMDB)
Relator: Sibá Machado (PT)

Titulares	Suplentes
PT	
Edson Santos	Iara Bernardi
Jorge Bittar	Iriny Lopes
Newton Lima	Margarida Salomão
Sibá Machado	Vanderlei Siraque
	Zezéu Ribeiro vaga do PSB
PMDB	
Gabriel Chalita	Celso Jacob
Lelo Coimbra	Mauro Benevides
Professor Setimo	Osmar Serraglio
Raul Henry	Saraiva Felipe
PSDB	
Bruno Araújo	3 vagas
Izalci	
1 vaga	
PP	
Esperidião Amin	Jerônimo Goergen
(Dep. do PRB ocupa a vaga)	Roberto Teixeira
DEM	
Júlio Campos	Efraim Filho
Mandetta	Eli Correa Filho
PR	
Francisco Floriano	José Rocha
1 vaga	Milton Monti
PSB	
Paulo Foletto	(Dep. do PT ocupa a vaga)
(Dep. do PROS ocupa a vaga)	1 vaga
PDT	
(Dep. do PROS ocupa a vaga)	(Dep. do PROS ocupa a vaga)
Bloco PV, PPS	
(Dep. do SDD ocupa a vaga)	1 vaga
PTB	
Alex Canziani	Ronaldo Nogueira
PSC	
Leonardo Gadelha	Zequinha Marinho
PCdoB	
Luciana Santos	Jandira Feghali
PRB	
Beto Mansur vaga do PP	1 vaga
1 vaga	
PMN	
Dr. Carlos Alberto	1 vaga
PSD	
Eliene Lima	Júlio Cesar
Walter Ihoshi	1 vaga
SDD	
Simplício Araújo vaga do Bloco PV, PPS	
PROS	
Ariosto Holanda vaga do PSB	Salvador Zimbaldi vaga do PDT
Miro Teixeira vaga do PDT	

Secretário(a): Eveline Alminta
Local: Anexo II - Pavimento Superior - sala 165-B
Telefones: (61) 3216-6211
FAX: (61) 3216-6225

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER

AO PROJETO DE LEI Nº 3460, DE 2004, DO SR. WALTER FELDMAN, QUE "INSTITUI DIRETRIZES PARA A POLÍTICA NACIONAL DE PLANEJAMENTO REGIONAL URBANO, CRIA O SISTEMA NACIONAL DE PLANEJAMENTO E INFORMAÇÕES REGIONAIS URBANAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS" (ESTATUTO DA METRÓPOLE)

Presidente: Mauro Mariani (PMDB)
1º Vice-Presidente: William Dib (PSDB)
2º Vice-Presidente: Heuler Cruvinel (PSD)
3º Vice-Presidente: Rosane Ferreira (PV)
Relator: Zezéu Ribeiro (PT)

Titulares	Suplentes
PT	
Cláudio Puty	Amauri Teixeira
Edson Santos	Carlos Zarattini
Rogério Carvalho	Iriny Lopes
Zezéu Ribeiro	1 vaga
PMDB	
Flaviano Melo	Adrian
Íris de Araújo	Hugo Motta
João Arruda	2 vagas
Leonardo Quintão vaga do PH	
Mauro Mariani	
PSDB	
Otavio Leite	Bruno Araújo
William Dib	Duarte Nogueira
(Dep. do PSB ocupa a vaga)	Raimundo Gomes de Matos
PP	
Rebecca Garcia	Roberto Teixeira
Roberto Britto	1 vaga
Vilalba vaga do PHB	
DEM	
(Dep. do PSD ocupa a vaga)	Professora Dorinha Seabra Rezende
1 vaga	(Dep. do PDT ocupa a vaga)
PR	
(Dep. do PSD ocupa a vaga)	João Carlos Bacelar
(Dep. do PMDB ocupa a vaga)	1 vaga
PSB	
Leopoldo Meyer	2 vagas
Walter Feldman (Licenciado) vaga do PSDB	
(Dep. do PROS ocupa a vaga)	
PDT	
Félix Mendonça Júnior	Flávia Morais vaga do DEM
	Weverton Rocha
Bloco PV, PPS	
Rosane Ferreira	1 vaga
PTB	
José Chaves	Arnaldo Faria de Sá
PSC	
Andre Moura	Edmar Arruda
PCdoB	
Manuela D'ávila	Luciana Santos
PRB	
(Dep. do PP ocupa a vaga)	Márcio Marinho
PTdoB	
1 vaga	1 vaga
PSD	
Eduardo Sciarra	Edson Pimenta
Heuler Cruvinel vaga do DEM	Ricardo Izar
Jaime Martins vaga do PR	
Júlio Cesar	
PROS	
Domingos Neto vaga do PSB	

Secretário(a): Eveline de Carvalho Alminta
Local: Anexo II - Pavimento Superior - Sala 165-B
Telefones: (61) 3216-6211
FAX: (61) 3216-6225

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A ANALISAR E PROFERIR PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 3555-A, DE 2004, DO SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO, QUE "ESTABELECE NORMAS GERAIS EM CONTRATOS DE SEGURO PRIVADO E REVOGA DISPOSITIVOS DO CÓDIGO CIVIL, DO CÓDIGO COMERCIAL BRASILEIRO E DO DECRETO-LEI Nº 73 DE 1966" (REVOGA DISPOSITIVOS DAS LEIS Nºs 556, DE 1850 E 10.406, DE 2002)

Presidente: Edinho Bez (PMDB)
1º Vice-Presidente:
2º Vice-Presidente: Osmar Serraglio (PMDB)
3º Vice-Presidente:
Relator: Armando Vergílio (SDD)

Titulares	Suplentes
PT	
Décio Lima	Paulo Teixeira
José Mentor	3 vagas
Luiz Sérgio	
Vicente Candido	
PMDB	
Darcísio Perondi	Eduardo Cunha
Edinho Araújo vaga do PMN	João Arruda
Edinho Bez	Júnior Coimbra
Lucio Vieira Lima	Ronaldo Benedet
Osmar Serraglio	Sandro Mabel vaga do PH
PSDB	
Bruno Araújo	Duarte Nogueira
Sergio Guerra	Otavio Leite
1 vaga	1 vaga
PP	
(Dep. do PRB ocupa a vaga)	Carlos Magno
(Dep. do PROS ocupa a vaga)	Esperidião Amin
DEM	
Felipe Maia	Mendonça Prado
Onyx Lorenzoni	1 vaga
PR	
João Carlos Bacelar	(Dep. do PMDB ocupa a vaga)
José Rocha	1 vaga
Luciano Castro vaga do PHB	
PSB	
Beto Albuquerque	2 vagas
Valadares Filho	
PDT	
Marcos Rogério	(Dep. do SDD ocupa a vaga)
Bloco PV, PPS	
Rubens Bueno	Roberto de Lucena
PTB	
Antonio Brito	Arnaldo Faria de Sá
PSC	
(Dep. do PROS ocupa a vaga)	1 vaga
PCdoB	
Daniel Almeida	Delegado Protógenes
PRB	
Beto Mansur vaga do PP	1 vaga
(Dep. do PR ocupa a vaga)	
PMN	
(Dep. do PMDB ocupa a vaga)	1 vaga
PSD	
Moreira Mendes	José Carlos Araújo
(Dep. do SDD ocupa a vaga)	Marcos Montes
SDD	
Armando Vergílio vaga do PSD	Sebastião Bala Rocha vaga do PDT
PROS	

Cida Borghetti vaga do PP
Hugo Leal vaga do PSC

Secretário(a): Eugênia S. Pestana
Local: Anexo II - Pavimento Superior - sala 165-B
Telefones: (61) 3216-6260
FAX: (61) 3216-6225

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 5013, DE 2013, DO SENADO FEDERAL, QUE "ESTABELECE NORMAS GERAIS DE POLÍTICA URBANA E DE PROTEÇÃO À SAÚDE E AO MEIO AMBIENTE ASSOCIADAS À IMPLANTAÇÃO E AO COMPARTILHAMENTO DA INFRAESTRUTURA DE TELECOMUNICAÇÕES" (ALTERA A LEI Nº 9.472, DE 1997 E A LEI Nº 11.934, DE 2009), E APENSADOS

Presidente: Hugo Motta (PMDB)
1º Vice-Presidente: Jerônimo Goergen (PP)
2º Vice-Presidente: Antonio Imbassahy (PSDB)
3º Vice-Presidente: Policarpo (PT)
Relator: Edson Santos (PT)

Titulares	Suplentes
PT	
Edson Santos	Margarida Salomão
Jorge Bittar	Miriquinho Batista
Policarpo	Newton Lima
PMDB	
Edinho Bez	Celso Jacob
Fábio Trad	Fabio Reis
Hugo Motta	(Dep. do PTB ocupa a vaga)
PSDB	
Antonio Imbassahy	Paulo Abi-ackel
Bruno Araújo	1 vaga
PSD	
Arolde de Oliveira	Eduardo Sciarra
Ricardo Izar vaga do PSC	Moreira Mendes
Silas Câmara	
PP	
Carlos Magno	Roberto Teixeira
Jerônimo Goergen	Sandes Júnior
PR	
Anthony Garotinho	Manuel Rosa Neca
PSB	
Paulo Foletto	1 vaga
DEM	
Eli Correa Filho	1 vaga
PDT	
Giovani Cherini	Paulo Rubem Santiago
PTB	
Sérgio Moraes	Wilson Filho vaga do PMDB
	1 vaga
Bloco PV, PPS	
Eurico Júnior	Sandro Alex
PSC	
(Dep. do PSD ocupa a vaga)	1 vaga
PCdoB	
Luciana Santos	1 vaga
PRB	
César Halum	1 vaga

Secretário(a): Rosenildo Figueiredo Felinto
Local: Anexo II - Pavimento Superior - Sala 165-B
Telefones: (61) 3216-6205
FAX: (61) 3216-6225

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 5201, DE 2013, DO SR. ANDRÉ FIGUEIREDO, QUE "ALTERA A LEI Nº 11.345, DE 14 DE SETEMBRO DE 2006, PARA MODIFICAR A DESTINAÇÃO DOS VALORES ARRECADADOS NO CONCURSO DE PROGNÓSTICO DENOMINADO TIMEMANIA COM O OBJETIVO DE TORNÁ-LA MAIS ATRAENTE PARA SEUS APOSTADORES E DE AUMENTAR A CAPACIDADE DE PAGAMENTO DAS ENTIDADES DESPORTIVAS QUANTO ÀS SUAS DÍVIDAS FISCAIS JUNTO À UNIÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS " E APENSADO

Presidente: Jovair Arantes (PTB)
1º Vice-Presidente: Vicente Candido (PT)
2º Vice-Presidente: Asdrubal Bentes (PMDB)
3º Vice-Presidente: Danrlei de Deus Hinterholz (PSD)
Relator: Otavio Leite (PSDB)

Titulares	Suplentes
PT	
Gabriel Guimarães	José Airton
Paulão	Márcio Macêdo
Vicente Candido	Policarpo
PMDB	
Asdrubal Bentes	Edinho Bez
Renan Filho	(Dep. do PTB ocupa a vaga)
(Dep. do PTB ocupa a vaga)	1 vaga
PSDB	
Alfredo Kaefer	Raimundo Gomes de Matos
Otavio Leite	1 vaga
PSD	
Danrlei de Deus Hinterholz	Guilherme Campos
Geraldo Thadeu	1 vaga
PP	
Afonso Hamm	Sandes Júnior
Guilherme Mussi	(Dep. do PROS ocupa a vaga)
PR	
José Rocha	1 vaga
PSB	
Romário	Júlio Delgado
DEM	
Rodrigo Maia	1 vaga
PDT	
André Figueiredo	Flávia Morais
PTB	
Deley vaga do PMDB	Arnaldo Faria de Sá vaga do PMDB
Jovair Arantes	Wilson Filho
Bloco PV, PPS	
Stepan Nercessian	Sarney Filho
PSC	
Andre Moura	1 vaga
PCdoB	
Evandro Milhomen	Osmar Júnior
PMN	
Francisco Tenório	(Dep. do PROS ocupa a vaga)
PROS	
	Hugo Leal vaga do PMN
	Marcio Junqueira vaga do PP

Secretário(a): Mima de Castela Carvalho Pessoa
Local: Anexo II - Pavimento Superior - Sala 165-B
Telefones: (61) 3216-6206
FAX: (61) 3216-6225

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A APRECIAR E PROFERIR PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 5332, DE 2009, DA SRA. ELCIONE BARBALHO, QUE "CRIA O 'PÃO

BRASILEIRO', A SER PRODUZIDO COM FARINHA DE TRIGO ADICIONADA DE FARINHA DE MANDIOCA REFINADA, DE FARINHA DE RASPA DE MANDIOCA OU DE FÉCULA DE MANDIOCA, ADQUIRIDOS PELO PODER PÚBLICO, E ESTABELECE REGIME TRIBUTÁRIO ESPECIAL PARA A FARINHA DE TRIGO MISTURADA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

Presidente: Lira Maia (DEM)
1º Vice-Presidente: Domingos Sávio (PSDB)
2º Vice-Presidente: Jesus Rodrigues (PT)
3º Vice-Presidente: Gorete Pereira (PR)
Relator: Nilda Gondim (PMDB)

Titulares	Suplentes
PT	
Benedita da Silva	Josias Gomes
Jesus Rodrigues	Leonardo Monteiro
Nazareno Fonteles	Sibá Machado
Vicente Candido	Taumaturgo Lima
PMDB	
Akira Otsubo	Alexandre Santos
Elcione Barbalho	3 vagas
Nilda Gondim	
1 vaga	
PSDB	
Andreia Zito	3 vagas
Domingos Sávio	
Reinaldo Azambuja	
PP	
Dilceu Sperafico	Carlos Magno
1 vaga	Luis Carlos Heinze
DEM	
Lira Maia	Mandetta
1 vaga	1 vaga
PR	
Bernardo Santana de Vasconcellos	(Dep. do PSD ocupa a vaga)
Gorete Pereira	1 vaga
PSB	
Alexandre Toledo	Dr. Ubiali
Janete Capiberibe	1 vaga
PDT	
(Dep. do SDD ocupa a vaga)	1 vaga
Bloco PV, PPS	
(Dep. do PSD ocupa a vaga)	1 vaga
PTB	
Arnaldo Faria de Sá	1 vaga
PSC	
Leonardo Gadelha	1 vaga
PCdoB	
Daniel Almeida	1 vaga
PRB	
1 vaga	César Halum vaga do PSD
	1 vaga
PMN	
1 vaga	1 vaga
PSD	
Moreira Mendes vaga do Bloco PV, PPS	José Humberto vaga do PH
2 vagas	(Dep. do PRB ocupa a vaga)
	1 vaga
SDD	
Sebastião Bala Rocha vaga do PDT	

Secretário(a): Jose Maria Aguiar de Castro
Local: Anexo II - Pavimento Superior - Sala 165-B
Telefones: (61) 3216-6209
FAX: (61) 3216-6225

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 5335, DE 2009, DO SENADO FEDERAL, QUE "ALTERA AS LEIS Nº 9.074, DE 7 DE JULHO DE 1995, 9.433, DE 8 DE JANEIRO DE 1997, 9.984, DE 17 DE JULHO DE 2000, E 10.233, DE 5 DE JUNHO DE 2001, PARA TRATAR DOS DISPOSITIVOS DE TRANSPOSIÇÃO HIDROVIÁRIA DE NÍVEIS"

Presidente: Bernardo Santana de Vasconcellos (PR)
1º Vice-Presidente: Nilson Leitão (PSDB)
2º Vice-Presidente: Jesus Rodrigues (PT)
3º Vice-Presidente: Nelson Padovani (PSC)
Relator: Eduardo Sciarra (PSD)

Titulares	Suplentes
PT	
Jesus Rodrigues	Gabriel Guimarães
Márcio Macêdo	2 vagas
Ságuas Moraes	
PMDB	
Flaviano Melo	3 vagas
Marcelo Almeida	
Pedro Chaves	
PSDB	
Nilson Leitão	Wandenkolk Gonçalves
Raimundo Gomes de Matos	(Dep. do SDD ocupa a vaga)
PSD	
Eduardo Sciarra	Irajá Abreu
Moreira Mendes	Jaime Martins
PP	
Dimas Fabiano	João Leão
José Otávio Germano	Luiz Fernando Faria
PR	
Bernardo Santana de Vasconcellos	Lúcio Vale
PSB	
Fernando Coelho Filho	Severino Ninho
DEM	
Lira Maia	1 vaga
PDT	
Weverton Rocha	1 vaga
PTB	
Nilton Capixaba	Josué Bengtson
Bloco PV, PPS	
Penna	Arnaldo Jardim
PSC	
Nelson Padovani	Zequinha Marinho
PCdoB	
1 vaga	1 vaga
PRP	
Chico das Verduras	Jânio Natal
SDD	
	Laercio Oliveira vaga do PSDB

Secretário(a): Mário Dráusio
Local: Anexo II - Pavimento Superior - Sala 165-B
Telefones: (61) 3216-6203
FAX: (61) 3216-6225

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 5627, DE 2013, DO PODER EXECUTIVO, QUE "ALTERA O DECRETO-LEI Nº 9.760, DE 5 DE SETEMBRO DE 1946, O DECRETO-LEI Nº 2.398, DE 21 DE DEZEMBRO DE 1987, A LEI Nº 9.636, DE 15 DE MAIO DE 1998, DISPÕE SOBRE O PARCELAMENTO E A REMISSÃO DE DÍVIDAS PATRIMONIAIS COM A UNIÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

Presidente: Lelo Coimbra (PMDB)
1º Vice-Presidente: Edson Santos (PT)
2º Vice-Presidente: Andreia Zito (PSDB)
3º Vice-Presidente: Arnaldo Jordy (PPS)
Relator: José Chaves (PTB)

Titulares	Suplentes
PT	
Edson Santos	Cláudio Puty
Iriny Lopes	Odair Cunha
João Paulo Lima	Paulo Teixeira
PMDB	
Alceu Moreira	Leonardo Picciani
Elcione Barbalho	Mauro Mariani
Lelo Coimbra	Raul Henry
PSDB	
Andreia Zito	(Dep. do SDD ocupa a vaga)
Cesar Colnago	1 vaga
PSD	
Onofre Santo Agostini	2 vagas
1 vaga	
PP	
João Pizzolatti	Carlos Magno
Renato Molling	Esperidião Amin vaga do Bloco PV, PPS
	Luis Carlos Heinze
PR	
João Maia	(Dep. do SDD ocupa a vaga)
Wellington Roberto vaga do PMN	
PSB	
(Dep. do PROS ocupa a vaga)	Leopoldo Meyer
DEM	
(Dep. do SDD ocupa a vaga)	(Dep. do PTB ocupa a vaga)
PDT	
Weverton Rocha	André Figueiredo
PTB	
José Chaves	Arnaldo Faria de Sá vaga do DEM
	Walney Rocha
Bloco PV, PPS	
Arnaldo Jordy	(Dep. do PP ocupa a vaga)
PSC	
(Dep. do PROS ocupa a vaga)	1 vaga
PCdoB	
1 vaga	1 vaga
PMN	
(Dep. do PR ocupa a vaga)	1 vaga
SDD	
Luiz Argôlo vaga do DEM	Aureo vaga do PH
	Laercio Oliveira vaga do PSDB
PROS	
Antonio Balhmann vaga do PSB	
Hugo Leal vaga do PSC	

Secretário(a): Rosenildo Figueiredo Felinto
Local: Anexo II - Pavimento Superior - Sala 165-B
Telefones: (61) 3216-6205
FAX: (61) 3216-6225

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 6025, DE 2005, AO PROJETO DE LEI Nº 8046, DE 2010, AMBOS DO SENADO FEDERAL, E OUTROS, QUE TRATAM DO "CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL" (REVOGAM A LEI Nº 5.869, DE 1973)

Presidente: Fábio Trad (PMDB)
1º Vice-Presidente:
2º Vice-Presidente:
3º Vice-Presidente:
Relator-Geral: Paulo Teixeira (PT)
Relator-Parcial: Efraim Filho (DEM)
Relator-Parcial: Jerônimo Goergen (PP)
Relator-Parcial: Arnaldo Faria de Sá (PTB)
Relator-Parcial: Bonifácio de Andrada (PSDB)
Relator-Parcial: Hugo Leal (PROS)

Titulares	Suplentes
PT	
Padre João	Assis do Couto
Paulo Teixeira	Francisco Praciano
Ricardo Berzoini	Odair Cunha
Vanderlei Siraque	Vicente Candido
PMDB	
Eduardo Cunha	Danilo Forte
Fábio Trad	Júnior Coimbra
(Dep. do SDD ocupa a vaga)	Sandro Mabel vaga do PH
1 vaga	(Dep. do SDD ocupa a vaga)
	1 vaga
PSDB	
Bonifácio de Andrada	Alfredo Kaefer
Luiz Carlos	Nelson Marchezan Junior
Reinaldo Azambuja	Paulo Abi-ackel
PP	
Esperidião Amin	Roberto Teixeira
Jerônimo Goergen	Vilson Covatti
DEM	
Efraim Filho	Abelardo Lupion
Felipe Maia	(Dep. do SDD ocupa a vaga)
PR	
(Dep. do PROS ocupa a vaga)	Anthony Garotinho
(Dep. do PROS ocupa a vaga)	(Dep. do PMDB ocupa a vaga)
PSB	
Severino Ninho	Gonzaga Patriota
(Dep. do PROS ocupa a vaga)	(Dep. do PROS ocupa a vaga)
PDT	
(Dep. do PROS ocupa a vaga)	(Dep. do SDD ocupa a vaga)
Bloco PV, PPS	
Samey Filho	(Dep. do PSD ocupa a vaga)
PTB	
Paes Landim	Arnaldo Faria de Sá
PSC	
(Dep. do PROS ocupa a vaga)	(Dep. do PSD ocupa a vaga)
PCdoB	
Delegado Protógenes	(Dep. do SDD ocupa a vaga)
PRB	
Antonio Bulhões	Márcio Marinho
PHS	
(Dep. do PSD ocupa a vaga)	(Dep. do PSD ocupa a vaga)
PSD	
Arolde de Oliveira vaga do PHS	José Humberto vaga do PHS
	Moreira Mendes vaga do Bloco PV, PPS
	Onofre Santo Agostini vaga do PSC
SDD	
Arthur Oliveira Maia vaga do PMDB	Augusto Coutinho vaga do DEM
	Benjamin Maranhão vaga do PMDB
	Dr. Grilo vaga do PCdoB
	Sebastião Bala Rocha vaga do PDT
PROS	
Hugo Leal vaga do PSC	Edson Silva vaga do PSB
Miro Teixeira vaga do PDT	
Ronaldo Fonseca vaga do PH	
Valtenir Pereira vaga do PSB	
Vicente Arruda vaga do PH	

Secretário(a): Cláudia Maria Borges Matias
Local: Anexo II - Pavimento Superior - Sala 165-B
Telefones: (61) 3216-6235
FAX: (61) 3216-6225

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 6667, DE 2013, DO SR. ACELINO POPÓ E OUTROS, QUE "REGULAMENTA O MARKETING MULTINÍVEL, ESTABELECE NORMAS DE PROTEÇÃO AOS EMPREENDEDORES DE MARKETING MULTINÍVEL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS" E APENSADO

Presidente: Roberto de Lucena (PV)
1º Vice-Presidente: Pastor Eurico (PSB)
2º Vice-Presidente: Luiz Carlos (PSDB)
3º Vice-Presidente: Efraim Filho (DEM)
Relator: Lourival Mendes (PTdoB)

Titulares	Suplentes
PT	
Jesus Rodrigues	3 vagas
Policarpo	
Ricardo Berzoini	
PMDB	
Hugo Motta	3 vagas
João Arruda	
Renan Filho	
PSDB	
João Campos	Reinaldo Azambuja
Luiz Carlos	(Dep. do SDD ocupa a vaga)
PSD	
Felipe Bornier	Silas Câmara
Onofre Santo Agostini	1 vaga
PP	
Afonso Hamm	Guilherme Mussi
Renato Molling	Sandes Júnior
PR	
(Dep. do PTdoB ocupa a vaga)	Anderson Ferreira
PSB	
Pastor Eurico	1 vaga
DEM	
Efraim Filho	1 vaga
PDT	
Marcelo Matos	Ângelo Agnolin
PTB	
Wilson Filho	Alex Canziani
Bloco PV, PPS	
Roberto de Lucena	1 vaga
PSC	
Antônia Lúcia	Silvio Costa
PCdoB	
Perpétua Almeida	1 vaga
PRB	
Acelino Popó	(Dep. do PTdoB ocupa a vaga)
SDD	
	Fernando Francischini vaga do PSDB
PTdoB	
Lourival Mendes vaga do PH	Rosinha da Adefal vaga do PHB

Secretário(a): Eveline de Carvalho Alminta
Local: Anexo II - Pavimento Superior - Sala 165-B
Telefones: (61) 3216-6211
FAX: (61) 3216-6225

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 7123, DE 2010, DO SR. ASSIS DO COUTO, QUE "INSTITUI A ESTRADA-PARQUE CAMINHO DO COLONO, NO PARQUE NACIONAL DO IGUAÇU"

Presidente: Eduardo Sciarra (PSD)
1º Vice-Presidente: Alfredo Kaefer (PSDB)
2º Vice-Presidente: Dilceu Sperafico (PP)
3º Vice-Presidente:
Relator: Nelson Padovani (PSC)

Titulares	Suplentes
PT	
Assis do Couto	Marcon
Beto Faro	Pedro Uczai
Luci Choinacki	Zeca Dirceu
1 vaga	1 vaga
PMDB	
Giroto (Licenciado) vaga do PH	Odílio Balbinotti
Hermes Parcianello	Valdir Colatto
João Arruda	2 vagas
Osmar Serraglio	
(Dep. do PSD ocupa a vaga)	
PSDB	
Alfredo Kaefer	3 vagas
(Dep. do PR ocupa a vaga)	
1 vaga	
PP	
Dilceu Sperafico	Sandes Júnior
Nelson Meurer	(Dep. do PROS ocupa a vaga)
DEM	
(Dep. do PSD ocupa a vaga)	2 vagas
1 vaga	
PR	
Luiz Nishimori vaga do PSDB	(Dep. do PSC ocupa a vaga)
(Dep. do PMDB ocupa a vaga)	1 vaga
1 vaga	
PSB	
Leopoldo Meyer	2 vagas
1 vaga	
PDT	
Oziel Oliveira	Giovani Cherini
Bloco PV, PPS	
Rubens Bueno	Rosane Ferreira
PTB	
Alex Canziani	1 vaga
PSC	
Nelson Padovani	Andre Moura vaga do PH
	1 vaga
PCdoB	
Evandro Milhomen	1 vaga
PRB	
1 vaga	1 vaga
PRTB	
1 vaga	1 vaga
PSD	
Eduardo Sciarra vaga do DEM	
Onofre Santo Agostini vaga do PMDB	
PROS	
	Cida Borghetti vaga do PP

Secretário(a): Leila Machado
Local: Anexo II - Pavimento Superior - Sala 165-B
Telefones: (61) 3216-6212
FAX: (61) 3216-6225

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 7197, DE 2002, DO SENADO FEDERAL, QUE "ACRESCENTA §§ AOS ARTS. 104 E 105 DA LEI Nº 8.069, DE 13 DE JULHO DE 1990, QUE DISPÕE SOBRE O ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS, PARA PERMITIR A APLICAÇÃO DE MEDIDAS SÓCIO-EDUCATIVAS AOS INFRATORES QUE ATINGIREM A MAIORIDADE PENAL"

Presidente: Vieira da Cunha (PDT)
1º Vice-Presidente: Gabriel Chalita (PMDB)
2º Vice-Presidente:
3º Vice-Presidente: Rosane Ferreira (PV)
Relator: Carlos Sampaio (PSDB)

Titulares	Suplentes
PT	
Erika Kokay	Iara Bernardi
Iriny Lopes	Padre João
Nilmário Miranda	1 vaga
PMDB	
Gabriel Chalita	Manoel Junior
João Arruda	Ronaldo Benedet
Marcelo Castro	1 vaga
PSDB	
Carlos Sampaio	Andreia Zito
Pinto Itamaraty	Domingos Sávio
PSD	
(Dep. do PP ocupa a vaga)	Junji Abe
(Dep. do PROS ocupa a vaga)	Onofre Santo Agostini
PP	
Aline Corrêa	Toninho Pinheiro
Guilherme Mussi vaga do PSD	1 vaga
Jair Bolsonaro	
PR	
(Dep. do PROS ocupa a vaga)	Jorginho Mello
PSB	
Luiza Erundina	Abelardo Camarinha
DEM	
Onyx Lorenzoni	Efraim Filho
PDT	
Vieira da Cunha	Paulo Rubem Santiago
PTB	
Nelson Marquezelli	Arnaldo Faria de Sá
Bloco PV, PPS	
Rosane Ferreira	1 vaga
PSC	
Antônia Lúcia	Andre Moura
PCdoB	
Alice Portugal	1 vaga
PRP	
Chico das Verduras	(Dep. do SDD ocupa a vaga)
SDD	
	Fernando Francischini vaga do PHP
PROS	
Liliam Sá vaga do PSD	
Ronaldo Fonseca vaga do PH	

Secretário(a): Mário Dráusio
Local: Anexo II - Pavimento Superior - Sala 165-B
Telefones: (61) 3216-6203
FAX: (61) 3216-6225

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 7420, DE 2006, DA SRA. PROFESSORA RAQUEL TEIXEIRA, QUE "DISPÕE SOBRE A QUALIDADE DA EDUCAÇÃO BÁSICA E A RESPONSABILIDADE DOS GESTORES PÚBLICOS NA SUA PROMOÇÃO"

Presidente: Waldenor Pereira (PT)
1º Vice-Presidente: Paulo Rubem Santiago (PDT)
2º Vice-Presidente: Professora Dorinha Seabra Rezende (DEM)
3º Vice-Presidente:
Relator: Raul Henry (PMDB)

Titulares	Suplentes
PT	
Fátima Bezerra vaga do PTC	Angelo Vanhoni vaga do PMDB
João Paulo Lima	Artur Bruno
Leonardo Monteiro	Dalva Figueiredo
Newton Lima	Fernando Ferro vaga do PH
Sibá Machado vaga do PHB	Margarida Salomão
Waldenor Pereira	Miriquinho Batista
PMDB	
Gabriel Chalita	Lelo Coimbra
Raul Henry	Renan Filho
2 vagas	(Dep. do PT ocupa a vaga)
	1 vaga
PSDB	
Eduardo Barbosa	Mara Gabrilli
Izalci vaga do PH	Nelson Marchezan Junior
Nilson Leitão	1 vaga
(Dep. do PR ocupa a vaga)	
PP	
Esperidião Amin	Aline Corrêa
José Linhares	(Dep. do PROS ocupa a vaga)
DEM	
Professora Dorinha Seabra Rezende	Efraim Filho
(Dep. do PSD ocupa a vaga)	1 vaga
PR	
Jorginho Mello vaga do PSDB	(Dep. do PT ocupa a vaga)
Paulo Freire	(Dep. do PSD ocupa a vaga)
(Dep. do PSDB ocupa a vaga)	
PSB	
Glauber Braga	Jose Stédile
Leopoldo Meyer	Severino Ninho
PDT	
Paulo Rubem Santiago	Weverton Rocha
Bloco PV, PPS	
Stepan Nercessian	1 vaga
PTB	
Alex Canziani	1 vaga
PSC	
Costa Ferreira	Andre Moura
PCdoB	
Alice Portugal	Jandira Feghali
PRB	
(Dep. do PT ocupa a vaga)	1 vaga
PTC	
(Dep. do PT ocupa a vaga)	1 vaga
PSD	
Thiago Peixoto vaga do DEM	José Humberto vaga do PH
PROS	
	Cida Borghetti vaga do PP

Secretário(a): Raquel Andrade de Figueiredo
Local: Anexo II - Pavimento Superior - Sala 165-B
Telefones: (61) 3216-6240
FAX: (61) 3216-6225

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 7495, DE 2006, DO SENADO FEDERAL, QUE "REGULAMENTA OS §§ 4º E 5º DO ART. 198 DA CONSTITUIÇÃO, DISPÕE SOBRE O APROVEITAMENTO DE PESSOAL AMPARADO PELO PARÁGRAFO ÚNICO DO ART. 2º DA EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 51, DE 14 DE FEVEREIRO DE 2006, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS" (CRIA 5.365 EMPREGOS PÚBLICOS DE AGENTE DE COMBATE ÀS ENDEMIAS, NO ÂMBITO DO QUADRO SUPLEMENTAR DE COMBATE ÀS ENDEMIAS DA FUNASA)

Presidente:
1º Vice-Presidente: Osmar Terra (PMDB)

2º Vice-Presidente: Valtenir Pereira (PROS)
3º Vice-Presidente: Raimundo Gomes de Matos (PSDB)
Relator: Domingos Dutra (SDD)

Titulares	Suplentes
PT	
Josias Gomes	Alessandro Molon
Padre Ton	Amauri Teixeira vaga do PMDB
(Dep. do PDT ocupa a vaga)	Fátima Bezerra vaga do PH
(Dep. do SDD ocupa a vaga)	Miriquinho Batista
	Vicentinho
	1 vaga
PMDB	
Geraldo Resende	Alberto Filho
Osmar Terra	André Zacharow
Pedro Chaves	Leandro Vilela
(Dep. do SDD ocupa a vaga)	(Dep. do PT ocupa a vaga)
PSDB	
João Campos	Andreia Zito
Raimundo Gomes de Matos	Antonio Imbassahy
1 vaga	Vaz de Lima
PP	
Aline Corrêa	José Linhares
Roberto Britto	Toninho Pinheiro
DEM	
Efraim Filho	Fábio Souto
Mendonça Prado	Mandetta
PR	
Dr. Paulo César	(Dep. do PT ocupa a vaga)
(Dep. do PSD ocupa a vaga)	(Dep. do PROS ocupa a vaga)
PSB	
(Dep. do PROS ocupa a vaga)	(Dep. do PROS ocupa a vaga)
1 vaga	1 vaga
PDT	
Ângelo Agnolin vaga do PI	(Dep. do PROS ocupa a vaga)
Flávia Morais	
Bloco PV, PPS	
1 vaga	Rosane Ferreira
PTB	
1 vaga	Arnaldo Faria de Sá
PSC	
(Dep. do PCdoB ocupa a vaga)	Andre Moura
PCdoB	
Carlos Eduardo Cadoca vaga do PSC	Alice Portugal
Jô Moraes	
PRB	
1 vaga	1 vaga
PRP	
Jânio Natal	1 vaga
PSD	
Felipe Bornier vaga do PH	
SDD	
Benjamin Maranhão vaga do PMDB	
Domingos Dutra vaga do PI	
PROS	
Valtenir Pereira vaga do PSB	Domingos Neto vaga do PSB
	Dr. Jorge Silva vaga do PDT
	Liliam Sá vaga do PH

Secretário(a): José Maria Aguiar de Castro
Local: Anexo II - Pavimento Superior - Sala 165-B
Telefones: (61) 3216-6209
FAX: (61) 3216-6225

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 7663, DE 2010, DO SR. OSMAR TERRA, QUE "ACRESCENTA E ALTERA DISPOSITIVOS À LEI Nº 11.343, DE 23 DE AGOSTO DE 2006, PARA TRATAR DO SISTEMA NACIONAL DE POLÍTICAS SOBRE DROGAS , DISPOR SOBRE A OBRIGATORIEDADE DA CLASSIFICAÇÃO DAS DROGAS, INTRODUZIR CIRCUNSTÂNCIAS QUALIFICADORAS DOS CRIMES PREVISTOS NOS ARTS. 33 A 37, DEFINIR AS CONDIÇÕES DE ATENÇÃO AOS USUÁRIOS OU DEPENDENTES DE DROGAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

Presidente:
1º Vice-Presidente: Reginaldo Lopes (PT)
2º Vice-Presidente: Arnaldo Faria de Sá (PTB)
3º Vice-Presidente: Antônia Lúcia (PSC)
Relator: Givaldo Carimbão (PROS)

Titulares	Suplentes
PT	
Artur Bruno	Nelson Pellegrino
Luiz Couto	3 vagas
Paulo Pimenta	
Reginaldo Lopes	
PMDB	
Marçal Filho	Darcísio Perondi
Osmar Terra	Fábio Trad
Rodrigo Bethlem (Licenciado)	(Dep. do PDT ocupa a vaga)
(Dep. do PTB ocupa a vaga)	1 vaga
PSDB	
Cesar Colnago	Andreia Zito
João Campos	Eduardo Barbosa
William Dib	Mara Gabrilli
PP	
Afonso Hamm	Aline Corrêa
Iracema Portella	José Linhares
DEM	
Marcelo Aguiar vaga do PSD	Mandetta
Mendonça Prado	1 vaga
Professora Dorinha Seabra Rezende	
PR	
Anderson Ferreira	(Dep. do PSD ocupa a vaga)
Dr. Paulo César vaga do PSD	(Dep. do PSC ocupa a vaga)
(Dep. do SDD ocupa a vaga)	
PSB	
Pastor Eurico	Sandra Rosado
(Dep. do PROS ocupa a vaga)	(Dep. do PROS ocupa a vaga)
PDT	
(Dep. do PROS ocupa a vaga)	Flávia Morais
	Sueli Vidigal vaga do PMDB
Bloco PV, PPS	
Rosane Ferreira	1 vaga
PTB	
Arnaldo Faria de Sá	1 vaga
Wilson Filho vaga do PMDB	
PSC	
Antônia Lúcia	Andre Moura
	Pastor Marco Feliciano vaga do PR
PCdoB	
João Ananias	1 vaga
PRB	
Acelino Popó	Otoniel Lima
PRP	
1 vaga	1 vaga
PSD	
(Dep. do PR ocupa a vaga)	Eleuses Paiva
(Dep. do DEM ocupa a vaga)	Jaime Martins vaga do PH
	Jefferson Campos
SDD	
Aureo vaga do PH	
PROS	
Dr. Jorge Silva vaga do PDT	Domingos Neto vaga do PSB

Givaldo Carimbão vaga do PSB

Secretário(a): Cláudio Ribeiro Paz
Local: Anexo II - Pavimento Superior - Sala 165-B
Telefones: (61) 3216-6287
FAX: (61) 3216-6225

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 7672, DE 2010, DO PODER EXECUTIVO, QUE "ALTERA A LEI Nº 8.069, DE 13 DE JULHO DE 1990, QUE DISPÕE SOBRE O ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, PARA ESTABELECER O DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE SEREM EDUCADOS E CUIDADOS SEM O USO DE CASTIGOS CORPORAIS OU DE TRATAMENTO CRUEL OU DEGRADANTE"

Presidente: Erika Kokay (PT)
1º Vice-Presidente:
2º Vice-Presidente: Eduardo Barbosa (PSDB)
3º Vice-Presidente: Professora Dorinha Seabra Rezende (DEM)

Titulares	Suplentes
PT	
Alessandro Molon	Fátima Bezerra
Erika Kokay	3 vagas
Luiz Couto	
Reginaldo Lopes	
PMDB	
Fátima Pelaes	Gastão Vieira (Licenciado)
Osmar Terra	3 vagas
2 vagas	
PSDB	
Andreia Zito	3 vagas
Eduardo Barbosa	
(Dep. do PR ocupa a vaga)	
PP	
Aline Corrêa	Iracema Portella
(Dep. do PROS ocupa a vaga)	Rebecca Garcia
DEM	
Efraim Filho	2 vagas
Professora Dorinha Seabra Rezende	
PR	
Jorginho Mello vaga do PSDB	2 vagas
Paulo Freire	
(Dep. do PROS ocupa a vaga)	
PSB	
Romário	Jose Stédile
Sandra Rosado	(Dep. do PROS ocupa a vaga)
PDT	
Sueli Vidigal	Flávia Morais
Bloco PV, PPS	
1 vaga	Antônio Roberto
PTB	
Josué Bengtson	1 vaga
PSC	
Pastor Marco Feliciano	Professor Sérgio de Oliveira
PCdoB	
Alice Portugal	1 vaga
PRB	
Vitor Paulo	Antonio Bulhões
PTdoB	
Rosinha da Adefal	1 vaga
PROS	
Cida Borghetti vaga do PP	Domingos Neto vaga do PSB
Liliam Sá vaga do PR	

Secretário(a): Saulo Augusto Pereira
Local: Anexo II - Pavimento Superior - Sala 165-B
Telefones: (61) 3216-6276
FAX: (61) 3216-6225

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 8035, DE 2010, DO PODER EXECUTIVO, QUE "APROVA O PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO PARA O DECÊNIO 2011-2020 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

Presidente: Lelo Coimbra (PMDB)
1º Vice-Presidente:
2º Vice-Presidente: Nelson Marchezan Junior (PSDB)
3º Vice-Presidente: Alex Canziani (PTB)
Relator: Angelo Vanhoni (PT)

Titulares	Suplentes
PT	
Angelo Vanhoni	Alessandro Molon
Fátima Bezerra	Artur Bruno
Margarida Salomão	Iara Bernardi
Newton Lima	Pedro Uczai
	Weliton Prado vaga do PHS
PMDB	
Lelo Coimbra	Gabriel Chalita
Professor Setimo vaga do PMN	Pedro Chaves
Raul Henry	2 vagas
Renan Filho	
1 vaga	
PSDB	
Eduardo Barbosa	Alfredo Kaefer
Izalci vaga do PR	Mara Gabrilli
Nelson Marchezan Junior	(Dep. do PR ocupa a vaga)
Nilson Pinto	
PP	
José Linhares	Esperidião Amin
Waldir Maranhão	(Dep. do PROS ocupa a vaga)
DEM	
Efraim Filho	Onyx Lorenzoni
Professora Dorinha Seabra Rezende	(Dep. do PSD ocupa a vaga)
PR	
Paulo Freire	Jorginho Mello vaga do PSDB
(Dep. do PSDB ocupa a vaga)	(Dep. do PSOL ocupa a vaga)
	1 vaga
PSB	
Dr. Ubiali	Leopoldo Meyer
Stefano Aguiar	Severino Ninho
PDT	
Paulo Rubem Santiago	André Figueiredo
	Marcos Rogério vaga do PSC
Bloco PV, PPS	
Antônio Roberto	Stepan Nercessian
PTB	
Alex Canziani	Paes Landim
PSC	
Andre Moura	(Dep. do PDT ocupa a vaga)
PCdoB	
Alice Portugal	Chico Lopes
PRB	
1 vaga	(Dep. do PT ocupa a vaga)
PMN	
(Dep. do PMDB ocupa a vaga)	(Dep. do PSOL ocupa a vaga)

PSD
Marcos Montes vaga do DEM
PROS
Ronaldo Fonseca vaga do PP
PSOL
Ivan Valente vaga do PH
Jean Wyllys vaga do PMN

Secretário(a): Maria Terezinha Donati
Local: Anexo II - Pavimento Superior - sala 165-B
Telefones: (61) 3216-6215
FAX: (61) 3216-6225

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER AO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 221, DE 2012, DO SR. VAZ DE LIMA, QUE "ALTERA OS ANEXOS DA LEI COMPLEMENTAR Nº 123, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2006, PARA PERMITIR O ABATIMENTO DE PARCELA DEDUTÍVEL DO VALOR DEVIDO MENSALMENTE PELO PAGAMENTO DO SIMPLES NACIONAL, CONFORME A FAIXA DE RENDA DA PESSOA JURÍDICA" (ALTERA TAMBÉM O ART. 18 DA LEI COMPLEMENTAR Nº 123, DE 2006), E APENSADO

Presidente: Armando Vergílio (SDD)
1º Vice-Presidente: Washington Reis (PMDB)
2º Vice-Presidente: Efraim Filho (DEM)
3º Vice-Presidente: Antonio Carlos Mendes Thame (PSDB)
Relator: Cláudio Puty (PT)

Titulares	Suplentes
PT	
Carlos Zarattini	Nazareno Fonteles
Cláudio Puty	Ronaldo Zulke
Pedro Eugênio	Sibá Machado
PMDB	
Leonardo Quintão	(Dep. do PTB ocupa a vaga)
Washington Reis (Dep. do PR ocupa a vaga)	2 vagas
PSDB	
Antonio Carlos Mendes Thame	Alfredo Kaefer
Otavio Leite	Izalci
PSD	
Guilherme Campos (Dep. do PP ocupa a vaga)	Marcos Montes Onofre Santo Agostini
PP	
Afonso Hamm	João Leão
Renato Molling	João Pizzolatti
Vilson Covatti vaga do PSD	
PR	
Jorginho Mello vaga do PMDB (Dep. do SDD ocupa a vaga)	1 vaga
PSB	
Beto Albuquerque	Júlio Delgado
DEM	
Efraim Filho	1 vaga
PDT	
Ângelo Agnolin	André Figueiredo
PTB	
Jorge Corte Real	Arnaldo Faria de Sá vaga do PMDB Walney Rocha
Bloco PV, PPS	
(Dep. do SDD ocupa a vaga)	1 vaga
PSC	
Andre Moura	Edmar Arruda
PCdoB	
(Dep. do SDD ocupa a vaga)	Daniel Almeida
PTdoB	
Luis Tibé	1 vaga
SDD	
Armando Vergílio vaga do PCdoB	
Laercio Oliveira vaga do PH	
Simplício Araújo vaga do Bloco PV, PPS	

Secretário(a): Ruthier de Sousa
Local: Anexo II - Pavimento Superior - sala 165-B
Telefones: (61) 3216-6201
FAX: (61) 3216-6225

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A EFETUAR ESTUDO E APRESENTAR PROPOSTAS EM RELAÇÃO À REFORMA DO CÓDIGO PENAL

Presidente:
1º Vice-Presidente:
2º Vice-Presidente:
3º Vice-Presidente:

Titulares	Suplentes
PT	
Alessandro Molon	Gabriel Guimarães
Luiz Alberto	Iriny Lopes
Vanderlei Siraque	Ricardo Berzoini
PMDB	
Fábio Trad	Edio Lopes
Osmar Serraglio	Leonardo Picciani
(Dep. do SDD ocupa a vaga)	Professor Setimo
PSDB	
João Campos (Dep. do SDD ocupa a vaga)	2 vagas
PSD	
Marcos Montes (Dep. do PP ocupa a vaga)	Arolde de Oliveira (Dep. do PROS ocupa a vaga)
PP	
Esperidião Amin	Vilson Covatti
Guilherme Mussi vaga do PSD	1 vaga
Jerônimo Goergen	
PR	
(Dep. do PROS ocupa a vaga)	Lincoln Portela Luciano Castro vaga do PSOL
PSB	
Keiko Ota	Márcio França
DEM	
Efraim Filho	Onyx Lorenzoni
PDT	
Vieira da Cunha	Marcos Rogério
PTB	
Arnaldo Faria de Sá	Paes Landim
Bloco PV, PPS	
Roberto Freire	Rosane Ferreira
PSC	
(Dep. do PROS ocupa a vaga)	Costa Ferreira
PCdoB	
Perpétua Almeida	1 vaga
PSOL	
Jean Wyllys	(Dep. do PR ocupa a vaga)
SDD	
Arthur Oliveira Maia vaga do PMDB	
Fernando Francischini vaga do PSDB	
PROS	
Hugo Leal vaga do PSC	Liliam Sá vaga do PSD
Ronaldo Fonseca vaga do PH	

Secretário(a): Claudia Maria Borges Matias
Local: Anexo II - Pavimento Superior - Sala 165-B
Telefones: (61) 3216-6235
FAX: (61) 3216-6225

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A EFETUAR ESTUDO E APRESENTAR PROPOSTAS EM RELAÇÃO À REFORMA POLÍTICA.

Presidente:
1º Vice-Presidente: Edinho Araújo (PMDB)
2º Vice-Presidente: William Dib (PSDB)
3º Vice-Presidente: Ronaldo Caiado (DEM)
Relator: Henrique Fontana (PT)

Titulares	Suplentes
PT	
Erika Kokay	Bohn Gass
Henrique Fontana	Dalva Figueiredo
João Paulo Lima	Fernando Ferro
José Guimarães	Luci Choinacki
Ricardo Berzoini	Luiz Alberto
Rubens Otoni	Sibá Machado
Waldenor Pereira	Vicente Candido
PMDB	
Alceu Moreira	Danilo Forte
Almeida Lima	Eduardo Cunha
Edinho Araújo	Íris de Araújo
Mauro Benevides	Marcelo Castro
Newton Cardoso	Professor Setimo
(Dep. do PSOL ocupa a vaga)	Raul Henry
PSDB	
Antonio Carlos Mendes Thame	Alfredo Kaefer
Marcus Pestana	Bonifácio de Andrada
William Dib	2 vagas
1 vaga	
PP	
Esperidião Amin	Roberto Balestra
José Otávio Germano	3 vagas
Paulo Maluf	
1 vaga	
DEM	
Efraim Filho	Felipe Maia
Paudemey Avelino	Mendonça Filho
Ronaldo Caiado	(Dep. do PSD ocupa a vaga)
(Dep. do SDD ocupa a vaga)	(Dep. do PSD ocupa a vaga)
PR	
Luciano Castro	(Dep. do PRP ocupa a vaga)
(Dep. do PROS ocupa a vaga)	(Dep. do PSD ocupa a vaga)
(Dep. do PROS ocupa a vaga)	(Dep. do PTdoB ocupa a vaga)
PSB	
Alfredo Sirkis vaga do Bloco PV, PPS	Pastor Eurico
Luiza Erundina	Valadares Filho
(Dep. do PROS ocupa a vaga)	(Dep. do PSD ocupa a vaga)
1 vaga	
PDT	
Reguffe	Félix Mendonça Júnior
(Dep. do PROS ocupa a vaga)	Sueli Vidigal
Bloco PV, PPS	
Sandro Alex	Penna
(Dep. do PSB ocupa a vaga)	Rosane Ferreira
PTB	
Arnaldo Faria de Sá	Eros Biondini
Jovair Arantes	Paes Landim
PSC	
Costa Ferreira	Edmar Arruda
PCdoB	
Daniel Almeida	Delegado Protógenes
PRB	
Vitor Paulo	George Hilton
PMN	
1 vaga	1 vaga
PSD	
	Eleuses Paiva vaga do DEM
	Felipe Bornier vaga do PH
	Jefferson Campos vaga do PSB
	Onofre Santo Agostini vaga do DEM
SDD	
Augusto Coutinho vaga do DEM	
PROS	
Miro Teixeira vaga do PDT	
Ronaldo Fonseca vaga do PH	
Valtenir Pereira vaga do PSB	
Vicente Arruda vaga do PH	
PTdoB	
	Lourival Mendes vaga do PH
PSOL	
Ivan Valente vaga do PMDB	
PRP	
	Chico das Verduras vaga do PH

Secretário(a): Maria Terezinha Donati
Local: Anexo II - Pavimento Superior - Sala 165-B
Telefones: (61) 3216-6215
FAX: (61) 3216-6225

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROMOVER ESTUDOS E PROPOSIÇÕES PARA A REFORMULAÇÃO DO ENSINO MÉDIO.

Presidente: Reginaldo Lopes (PT)
1º Vice-Presidente: Fátima Bezerra (PT)
2º Vice-Presidente: Alex Canziani (PTB)
3º Vice-Presidente: Professora Dorinha Seabra Rezende (DEM)
Relator: Wilson Filho (PTB)

Titulares	Suplentes
PT	
Fátima Bezerra	Afonso Florence
Francisco Praciano	Artur Bruno
Jesus Rodrigues	Gabriel Guimarães
Newton Lima vaga do PHS	Margarida Salomão
Reginaldo Lopes	
PMDB	
Lelo Coimbra	Gabriel Chalita
Professor Setimo	Geraldo Resende
Raul Henry	Osmar Serraglio
(Dep. do PTB ocupa a vaga)	Pedro Chaves
PSDB	
Izalci vaga do PH	Otavio Leite
3 vagas	2 vagas
PP	
José Linhares	Aline Corrêa
Waldir Maranhão	José Otávio Germano
DEM	
Alexandre Leite	Efraim Filho
Professora Dorinha Seabra Rezende	1 vaga
PR	
Anderson Ferreira	Jorginho Mello
(Dep. do PSDB ocupa a vaga)	1 vaga
PSB	
Glauber Braga	Jose Stédile
Leopoldo Meyer	Severino Ninho
PDT	
Paulo Rubem Santiago	Weverton Rocha
Bloco PV, PPS	
1 vaga	1 vaga
PTB	
Alex Canziani	Ronaldo Nogueira
Wilson Filho vaga do PMDB	
PSC	
Costa Ferreira	Zequinha Marinho

PCdoB

Chico Lopes — 1 vaga

PRB

César Halum vaga do PSD — 1 vaga
(Dep. do PT ocupa a vaga)

PSOL

Jean Wyllys — 1 vaga

PSD

Walter Tosta — Diego Andrade
(Dep. do PRB ocupa a vaga) — Junji Abe

Secretário(a): Robson Luiz Fialho Coutinho
Local: Anexo II - Pavimento Superior - sala 165-B
Telefones: (61) 3216-6214
FAX: (61) 3216-6225

COMISSÃO ESPECIAL PARA ANALISAR TODOS OS ARTIGOS AINDA NÃO REGULAMENTADOS DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988.

Presidente:
1º Vice-Presidente:
2º Vice-Presidente:
3º Vice-Presidente:

Titulares	Suplentes
PT	
Cândido Vaccarezza	
PMDB	
Edinho Araújo	
Osmar Serraglio	
PSDB	
Bruno Araújo	
SDD	
João Dado	
PROS	
Miro Teixeira	
PTB	
Arnaldo Faria de Sá	
PCdoB	
Alice Portugal	
PRB	
Cleber Verde	

Secretário(a): -

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A APRECIAR AS SOLICITAÇÕES DE ACESSO A INFORMAÇÕES SIGILOSAS PRODUZIDAS OU RECEBIDAS PELA CÂMARA DOS DEPUTADOS NO EXERCÍCIO DE SUAS FUNÇÕES PARLAMENTARES E ADMINISTRATIVAS, ASSIM COMO SOBRE O CANCELAMENTO OU REDUÇÃO DE PRAZOS DE SIGILO E OUTRAS ATRIBUIÇÕES PREVISTAS NA RESOLUÇÃO N º 29, DE 1993

Presidente: Fábio Trad (PMDB)
1º Vice-Presidente:
2º Vice-Presidente:
3º Vice-Presidente:

Titulares	Suplentes
PMDB	
Fábio Trad	
PSDB	
Nelson Marchezan Junior	
PDT	
Félix Mendonça Júnior	

Secretário(a): Tarciso Aparecido Higino de Carvalho
Local: Anexo II, CEDI, 1º Piso
Telefones: (61) 3216-5631
FAX: (61) 3216-5605

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A ANALISAR AS PROPOSTAS DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO QUE VERSEM SOBRE SEGURANÇA PÚBLICA.

Presidente: Arnaldo Faria de Sá (PTB)
1º Vice-Presidente:
2º Vice-Presidente:
3º Vice-Presidente:
Relator: Edio Lopes (PMDB)

Titulares	Suplentes
PT	
José Mentor	Dalva Figueiredo
Paulo Pimenta	Décio Lima
Rui Costa (Licenciado)	Miriquinho Batista
Zeca Dirceu	Vicentinho
PMDB	
Danilo Forte	Alceu Moreira
Edio Lopes	Fátima Pelaes
Ronaldo Benedet	Mendes Ribeiro Filho (Licenciado)
(Dep. do PSD ocupa a vaga)	1 vaga
PSDB	
João Campos	Wandenkolk Gonçalves
Reinaldo Azambuja	William Dib
1 vaga	(Dep. do SDD ocupa a vaga)
PP	
Jair Bolsonaro	Arthur Lira (Licenciado)
Vilson Covatti	Sandes Júnior
DEM	
Efraim Filho	2 vagas
Júlio Campos	
PR	
(Dep. do SDD ocupa a vaga)	Lincoln Portela
(Dep. do PROS ocupa a vaga)	(Dep. do PTdoB ocupa a vaga)
PSB	
(Dep. do PROS ocupa a vaga)	Gonzaga Patriota
(Dep. do PROS ocupa a vaga)	Pastor Eurico
PDT	
Vieira da Cunha	(Dep. do SDD ocupa a vaga)
Bloco PV, PPS	
Paulo Wagner	1 vaga
PTB	
Arnaldo Faria de Sá	(Dep. do PROS ocupa a vaga)
PSC	
Andre Moura	Antônia Lúcia
PCdoB	
Delegado Protógenes	Perpétua Almeida
PRB	
Otoniel Lima	1 vaga
PRP	
Jânio Natal	1 vaga
PSD	
Átila Lins vaga do PMDB	
SDD	
Laercio Oliveira vaga do PR	Fernando Francischini vaga do PSDB
	João Dado vaga do PDT
PROS	
Givaldo Carimbão vaga do PSB	José Augusto Maia vaga do PTB
Ronaldo Fonseca vaga do PR	
Valtenir Pereira vaga do PSB	
PTdoB	

Lourival Mendes vaga do PH

Secretário(a): Valdivino Tolentino Filho
Local: Anexo II - Pavimento Superior - sala 165-B
Telefones: (61) 3216-6206
FAX: (61) 3216-6225

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DESTINADA A APURAR DENÚNCIAS DE TURISMO SEXUAL E EXPLORAÇÃO SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES, CONFORME DIVERSAS MATÉRIAS PUBLICADAS PELA IMPRENSA.

Presidente: Erika Kokay (PT)
1º Vice-Presidente:
2º Vice-Presidente: Jean Wyllys (PSOL)
3º Vice-Presidente:
Relator: Liliam Sá (PROS)

Titulares	Suplentes
PT	
Dalva Figueiredo	Padre Ton
Erika Kokay	3 vagas
Fátima Bezerra	
Luiz Couto	
PMDB	
Geraldo Resende	Mauro Benevides
Marllos Sampaio	Mauro Lopes
Ronaldo Benedet	2 vagas
1 vaga	
PSDB	
João Campos	Vanderlei Macris
Marco Tebaldi	2 vagas
Nelson Marchezan Junior	
PP	
Iracema Portella	Guilherme Mussi vaga do PSD
José Linhares	Rebecca Garcia
	Roberto Britto
DEM	
Mandetta	Alexandre Leite
Professora Dorinha Seabra Rezende	Marcelo Aguiar vaga do PSD
	1 vaga
PR	
Gorete Pereira	2 vagas
(Dep. do PTdoB ocupa a vaga)	
PSB	
Keiko Ota	2 vagas
Sandra Rosado	
PDT	
Paulo Rubem Santiago	Flávia Morais
Bloco PV, PPS	
Amaldo Jordy	Carmen Zanotto
PTB	
Ronaldo Nogueira	Josué Bengtson
PSC	
Antônia Lúcia	Edmar Arruda
PCdoB	
João Ananias	1 vaga
PRB	
Acelino Popó	1 vaga
PSOL	
Jean Wyllys	1 vaga
PSD	
(Dep. do PROS ocupa a vaga)	(Dep. do PP ocupa a vaga)
1 vaga	(Dep. do DEM ocupa a vaga)
PROS	
Liliam Sá vaga do PSD	
PTdoB	

Lourival Mendes vaga do PH

Secretário(a): Francisco Diniz
Local: Anexo II - Pavimento Superior - sala 165-B
Telefones: (61) 3216-6213
FAX: (61) 3216-6225

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DESTINADA A APURAR A EXPLORAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL NO BRASIL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Presidente: Sandra Rosado (PSB)
1º Vice-Presidente: Jean Wyllys (PSOL)
2º Vice-Presidente: Andreia Zito (PSDB)
3º Vice-Presidente: Dr. Paulo César (PR)
Relator: Luciana Santos (PCdoB)

Titulares	Suplentes
PT	
Dalva Figueiredo	Cláudio Puty
Iara Bernardi	Janete Rocha Pietá
Nilmário Miranda	Renato Simões
PMDB	
Adrian	3 vagas
Nilda Gondim	
Osvaldo Reis	
PSDB	
Andreia Zito	Mara Gabrilli
1 vaga	1 vaga
PSD	
Sérgio Brito	2 vagas
(Dep. do PR ocupa a vaga)	
PP	
Aline Corrêa	José Linhares
Roberto Balestra	1 vaga
PR	
Dr. Paulo César vaga do PSD	(Dep. do PROS ocupa a vaga)
Gorete Pereira	
PSB	
Sandra Rosado	Alexandre Roso
DEM	
Professora Dorinha Seabra Rezende	1 vaga
PDT	
Oziel Oliveira	Flávia Morais
PTB	
Walney Rocha	1 vaga
Bloco PV, PPS	
1 vaga	Antônio Roberto
PSC	
Antônia Lúcia	Lauriete
PCdoB	
Luciana Santos	Alice Portugal
PSOL	
Jean Wyllys	1 vaga
PROS	
	Liliam Sá vaga do PH

Secretário(a): Saulo Augusto Pereira
Local: Anexo II - Pavimento Superior - sala 165-B
Telefones: (61) 3216-6276
FAX: (61) 3216-6225

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DESTINADA A INVESTIGAR O TRÁFICO DE PESSOAS NO BRASIL, SUAS CAUSAS, CONSEQUÊNCIAS E RESPONSÁVEIS NO PERÍODO

DE 2003 A 2011, COMPREENDIDO NA VIGÊNCIA DA CONVENÇÃO DE PALERMO.

Presidente: Arnaldo Jordy (PPS)
1º Vice-Presidente: Luiz Couto (PT)
2º Vice-Presidente:
3º Vice-Presidente: Asdrubal Bentes (PMDB)
Relator: Flávia Morais (PDT)

Titulares	Suplentes
PT	
Luiz Couto	4 vagas
Miriquinho Batista	
Nelson Pellegrino	
Sibá Machado	
PMDB	
Asdrubal Bentes	Eduardo Cunha
Edio Lopes	Eliseu Padilha
Flaviano Melo	Marinha Raupp
João Magalhães	(Dep. do PSD ocupa a vaga)
PSDB	
João Campos	Izalci
Paulo Abi-ackel	Nelson Marchezan Junior
(Dep. do SDD ocupa a vaga)	1 vaga
PP	
Missionário José Olimpio	Gladson Cameli
Roberto Teixeira	José Otávio Germano
DEM	
Mendonça Prado	Professora Dorinha Seabra Rezende
(Dep. do PROS ocupa a vaga)	1 vaga
PR	
José Rocha	Anderson Ferreira
Paulo Freire	Davi Alves Silva Júnior
PSB	
Janete Capiberibe	2 vagas
Severino Ninho	
PDT	
Flávia Morais	(Dep. do SDD ocupa a vaga)
Bloco PV, PPS	
Arnaldo Jordy	1 vaga
PTB	
(Dep. do PROS ocupa a vaga)	Josué Bengtson
PSC	
Antônia Lúcia	Leonardo Gadelha
PCdoB	
1 vaga	1 vaga
PRB	
Antonio Bulhões	Acelino Popó
PMN	
(Dep. do PSD ocupa a vaga)	1 vaga
PSD	
Marcos Montes vaga do PMN	Geraldo Thadeu vaga do PMDB
Moreira Mendes	2 vagas
(Dep. do PROS ocupa a vaga)	
SDD	
Fernando Francischini vaga do PSDB	Sebastião Bala Rocha vaga do PDT
PROS	
José Augusto Maia vaga do PTB	
Liliam Sá vaga do PSD	
Major Fábio vaga do DEM	

Secretário(a): Manoel Amaral Alvim de Paula
Local: Anexo II - Pavimento Superior - sala 165-B
Telefones: (61) 3216-6210
FAX: (61) 3216-6225

COMISSÃO EXTERNA PARA ACOMPANHAR AS INVESTIGAÇÕES SOBRE OS FATOS E AS CIRCUNSTÂNCIAS QUE ENVOLVEM OS DESVIOS DE RECURSOS PÚBLICOS OCORRIDOS NA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARÁ.

Coordenador: Cláudio Puty (PT)

Titulares	Suplentes
PT	
Cláudio Puty	
Francisco Praciano	
PCdoB	
Delegado Protógenes	
PSOL	
Jean Wyllys	

Secretário(a): -

COMISSÃO EXTERNA PARA ACOMPANHAR A SITUAÇÃO DAS 12 PESSOAS QUE ESTÃO CONFINADAS NA SEDE DO AERUS, NO RIO DE JANEIRO, COM ÔNUS PARA A CÂMARA DOS DEPUTADOS.

Coordenador: Rubens Bueno (PPS)

Titulares	Suplentes
PT	
Benedita da Silva	
PMDB	
Leonardo Picciani	
Osmar Serraglio	
PSDB	
Otavio Leite	
PR	
Manuel Rosa Neca	
PROS	
Miro Teixeira	
PPS	
Rubens Bueno	
Stepan Nercessian	
PSOL	
Chico Alencar	

Secretário(a): Eugênia S. Pestana
Local: Anexo II - Pavimento Superior - Sala 165-B
Telefones: (61) 3216-6260
FAX: (61) 3216-6225

COMISSÃO EXTERNA, SEM ÔNUS PARA ESTA CASA, DESTINADA A VERIFICAR DENÚNCIAS SOBRE O ASSASSINATO DE TRABALHADOR RURAL NO MUNICÍPIO DE SÃO FÉLIX DO XINGU - PA, BEM COMO, AVALIAR QUE PROVIDENCIAS ESTÃO SENDO TOMADAS SOBRE O CASO.

Coordenador: Cláudio Puty (PT)
Relator: Delegado Protógenes (PCdoB)

Titulares	Suplentes
PT	
Cláudio Puty	
PMDB	
Asdrubal Bentes	
DEM	

Paulo Cesar Quartiero

PDT

Giovanni Queiroz

PTB

Josué Bengtson

PCdoB

Delegado Protógenes

Secretário(a): Maria Terezinha Donati
Local: Anexo II - Pavimento Superior - Sala 165-B
Telefones: (61) 3216-6215
FAX: (61) 3216-6225

COMISSÃO EXTERNA, COM ÔNUS PARA ESTA CASA, OBJETIVANDO VISITAR A REGIÃO SERRANA DO RIO DE JANEIRO, PARA AVERIGUAR OS DANOS SOCIAIS, AMBIENTAIS E ECONÔMICOS, DECORRENTES DAS ENCHENTES, INUNDAÇÕES E DESMORONAMENTOS, BEM COMO VERIFICAR AS PROVIDÊNCIAS QUE ESTÃO SENDO TOMADAS NO SENTINDO DE ATENDER AS POPULAÇÕES AFETADAS

Coordenador: Samey Filho (PV)

Titulares	**Suplentes**
PT	
Benedita da Silva	
Luiz Sérgio	
PMDB	
Celso Jacob	
Fernando Jordão	
Washington Reis	
PSDB	
Otavio Leite	
PP	
Jerônimo Goergen	
Simão Sessim	
PR	
Anthony Garotinho	
Dr. Paulo César	
Manuel Rosa Neca	
Paulo Feijó	
Zoinho	
PSB	
Alfredo Sirkis	
Glauber Braga	
SDD	
Aureo	
PROS	
Hugo Leal	
PTB	
Deley	
PRB	
Vitor Paulo	
PV	
Eurico Júnior	
Samey Filho	

Secretário(a): Mário Dráusio Coutinho
Local: Anexo II - Pavimento Superior - Sala 165-B
Telefones: (61) 3216-6203
FAX: (61) 3216-6225

COMISSÃO EXTERNA COM O OBJETIVO DE ACOMPANHAR E FISCALIZAR AS INVESTIGAÇÕES ACERCA DOS AUTORES DOS DISPAROS CONTRA O JORNALISTA RICARDO GAMA , SEM ÔNUS PARA A CÂMARA DOS DEPUTADOS.

Titulares	**Suplentes**
PMDB	
Washington Reis	
PR	
Anthony Garotinho	
PROS	
Miro Teixeira	
PTB	
Walney Rocha	

Secretário(a): -

COMISSÃO EXTERNA DESTINADA A AVALIAR AS CAUSAS DA ENCHENTE DO RIO MADEIRA E ACOMPANHAR AS AÇÕES EMPREENDIDAS PELO GOVERNO FEDERAL, PELO GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA E PREFEITURAS DAS CIDADES DA REGIÃO AMAZÔNICA ATINGIDAS.

Titulares	**Suplentes**
PT	
Anselmo de Jesus	
Padre Ton	
Sibá Machado	
Taumaturgo Lima	
PMDB	
Amir Lando	
Flaviano Melo	
Marinha Raupp	
PSDB	
Marcio Bittar	
PSD	
Moreira Mendes	
PP	
Carlos Magno	
Gladson Cameli	
PDT	
Ângelo Agnolin	
Marcos Rogério	
PTB	
Nilton Capixaba	
PCdoB	
Perpétua Almeida	
PSC	
Antônia Lúcia	
PV	
Henrique Afonso	

Secretário(a): -

COMISSÃO EXTERNA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, SEM ÔNUS PARA ESTA CASA, DESTINADA A ANALISAR E DISCUTIR O LEGADO A SER DEIXADO PELA COPA DO MUNDO DE 2014 E DOS JOGOS OLÍMPICOS E PARAOLÍMPICOS DE 2016 PARA A CIDADE DO RIO DE JANEIRO E SUA REGIÃO METROPOLITANA.

Titulares	**Suplentes**
PT	
Alessandro Molon	
PSD	
Arolde de Oliveira	
PSB	
Glauber Braga	
PROS	

Liliam Sá

PDT

Marcelo Matos

PSC

Filipe Pereira (Licenciado)

PRB

Vitor Paulo

Secretário(a): Mário Dráusio
Local: Anexo II - Pavimento Superior - sala 165-B
Telefones: (61) 3216-6287
FAX: (61) 3216-6225

COMISSÃO EXTERNA PARA ACOMPANHAR E FISCALIZAR AS INVESTIGAÇÕES E AÇÕES QUE ESTÃO SENDO DESENVOLVIDAS NO ESTADO DE PERNAMBUCO ACERCA DAS APREENSÕES DE LIXO HOSPITALAR, NO PORTO DE SUAPE/PE, IMPORTADO DOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA POR UMA EMPRESA PERNAMBUCANA

Coordenador: José Augusto Maia (PROS)

Titulares	Suplentes
PT	
Fernando Ferro	
PMDB	
Marllos Sampaio	
PSDB	
João Campos	
PROS	
José Augusto Maia	
PCdoB	
Delegado Protógenes	

Secretário(a): Francisco Diniz
Local: Anexo II - Pavimento Superior - sala 165-B
Telefones: 3216-6213

COMISSÃO EXTERNA PARA ACOMPANHAR AS INVESTIGAÇÕES DOS POSSÍVEIS MAUS TRATOS DO LABORATÓRIO DO INSTITUTO ROYAL NA CIDADE DE SÃO ROQUE, SÃO PAULO, SEM ÔNUS PARA A CÂMARA DOS DEPUTADOS

Coordenador: Delegado Protógenes (PCdoB)
Relator: Ricardo Tripoli (PSDB)

Titulares	Suplentes
PT	
Iara Bernardi	
PMDB	
Gabriel Chalita	
PSDB	
Antonio Imbassahy	
Ricardo Tripoli	
PSD	
Ricardo Izar	
DEM	
Alexandre Leite	
PCdoB	
Delegado Protógenes	
PRB	
Antonio Bulhões	
Otoniel Lima	
PV	
Antônio Roberto	
Roberto de Lucena	

Secretário(a): Mirna de Castela Carvalho Pessoa
Local: Anexo II - Pavimento Superior - Sala 165-B
Telefones: (61) 3216-6206
FAX: (61) 3216-6225

COMISSÃO EXTERNA, SEM ÔNUS PARA A CÂMARA DOS DEPUTADOS, DESTINADA A ACOMPANHAR E SE INFORMAR DE TODO O ANDAMENTO DO PROCESSO EM RELAÇÃO AO CRIME QUE ACONTECEU COM O CINEGRAFISTA DA TV BANDEIRANTES, SANTIAGO ILÍDIO ANDRADE.

Coordenador: Francisco Floriano (PR)

Titulares	Suplentes
PT	
Jorge Bittar	
PMDB	
Adrian	
Celso Jacob	
Leonardo Picciani	
Washington Reis	
PSDB	
Otavio Leite	
PSD	
Arolde de Oliveira	
Felipe Bornier	
Sergio Zveiter	
PP	
Jair Bolsonaro	
Simão Sessim	
PR	
Anthony Garotinho	
Dr. Paulo César	
Francisco Floriano	
DEM	
Rodrigo Maia	
PSB	
Alfredo Sirkis	
Glauber Braga	
PTB	
Deley	
PCdoB	
Jandira Feghali	
PV	
Eurico Júnior	
PPS	
Stepan Nercessian	
PSOL	
Chico Alencar	
PMN	
Dr. Carlos Alberto	

Secretário(a): Eugênia S. Pestana
Local: Anexo II - Pavimento Superior - sala 165-B
Telefones: (61) 3216-6260
FAX: (61) 3216-6225

COMISSÃO EXTERNA PARA ACOMPANHAR AS AÇÕES E MEDIDAS QUE POSSAM ENVOLVER A EMPRESA ANGLO FERROUS AMAPÁ MINERAÇÃO LTDA, O ESTADO DO AMAPÁ E UNIÃO FEDERAL, PARA RECONSTRUÇÃO DO PORTO DE MINÉRIO DA ICOMI E DEMAIS DANOS ORIUNDOS DO GRAVE ACIDENTE OCORRIDO NO ESTADO DO AMAPÁ,

EM 28/03/2013, COM ÔNUS PARA A CÂMARA DOS DEPUTADOS

Coordenador: Fátima Pelaes (PMDB)
Relator: Luiz Carlos (PSDB)

Titulares	Suplentes
PT	
Dalva Figueiredo	
PMDB	
Fátima Pelaes	
Giroto (Licenciado)	
Leonardo Quintão	
PSDB	
Luiz Carlos	
PR	
Vinicius Gurgel	
PSB	
Janete Capiberibe	
SDD	
Sebastião Bala Rocha	
PCdoB	
Evandro Milhomen	

Secretário(a): Ruthier de Sousa
Local: Anexo II - Pavimento Superior - Sala 165-B
Telefones: (61) 3216-6201
FAX: (61) 3216-6225

COMISSÃO EXTERNA DESTINADA A ACOMPANHAR OS DESDOBRAMENTOS DA GRAVE SITUAÇÃO VIVENCIADA NA RESERVA SUIÁ-MISSÚ, LOCALIZADA NA REGIÃO ARAGUAIA DO ESTADO DE MATO GROSSO.

Coordenador: Wellington Fagundes (PR)

Titulares	Suplentes
PT	
Francisco Praciano	
Weliton Prado	
PMDB	
Leonardo Quintão	
PSDB	
João Campos	
Nilson Leitão	
PSD	
Carlos Souza	
PR	
Wellington Fagundes	
DEM	
Professora Dorinha Seabra Rezende	
SDD	
Eduardo Gomes	
Henrique Oliveira	
PROS	
Liliam Sá	
PV	
Roberto de Lucena	

Secretário(a):

COMISSÃO EXTERNA PARA ACOMPANHAR O PROCESSO QUE DENUNCIA A TORTURA E VIOLÊNCIA SOFRIDA POR MARA RÚBIA GUIMARÃES, NA CIDADE DE GOIÂNIA/GO.

Coordenador: Elcione Barbalho (PMDB)

Titulares	Suplentes
PT	
Benedita da Silva	
Dalva Figueiredo	
Erika Kokay	
Fátima Bezerra	
Iara Bernardi	
Iriny Lopes	
Janete Rocha Pietá	
Luci Choinacki	
Margarida Salomão	
PMDB	
Elcione Barbalho	
Fátima Pelaes	
Íris de Araújo	
Marinha Raupp	
Nilda Gondim	
Rose de Freitas	
PSDB	
Andreia Zito	
Bruna Furlan	
Mara Gabrilli	
PSD	
Nice Lobão	
PP	
Aline Corrêa	
Iracema Portella	
PR	
Gorete Pereira	
DEM	
Professora Dorinha Seabra Rezende	
PSB	
Janete Capiberibe	
Keiko Ota	
Luiza Erundina	
Sandra Rosado	
PROS	
Cida Borghetti	
Liliam Sá	
PDT	
Flávia Morais	
Sueli Vidigal	
PCdoB	
Alice Portugal	
Jandira Feghali	
Jô Moraes	
Luciana Santos	
Manuela D'ávila	
Perpétua Almeida	
PSC	
Antônia Lúcia	
Lauriete	
PV	
Rosane Ferreira	
PTdoB	
Rosinha da Adefal	
PMN	
Jaqueline Roriz	

Secretário(a):

COMISSÃO EXTERNA DESTINADA A ACOMPANHAR A APURAÇÃO DOS FATOS RELACIONADOS À TRAGÉDIA QUE VITIMOU CENTENAS DE JOVENS EM UM INCÊNDIO NO MUNICÍPIO DE SANTA MARIA, RIO GRANDE DO SUL, E OFERECER SUGESTÃO DE APERFEIÇOAMENTO DA LEGISLAÇÃO SOBRE O TEMA.

Coordenador: Paulo Pimenta (PT)

Titulares	Suplentes
PT	
Jorge Bittar	
Paulo Pimenta	
Pedro Uczai	
Ronaldo Zulke	
PMDB	
Elcione Barbalho	
Nilda Gondim	
PSDB	
Nelson Marchezan Junior	
Otavio Leite	
PSD	
Danrlei de Deus Hinterholz	
Junji Abe	
PP	
Jerônimo Goergen	
Luis Carlos Heinze	
SDD	
Armando Vergílio	
Augusto Coutinho	
PV	
Eurico Júnior	
Roberto de Lucena	

Secretário(a): Rosenildo Figueiredo Felinto
Local: Anexo II - Pavimento Superior - Sala 165-B
Telefones: (61) 3216-6205
FAX: (61) 3216-6225

COMISSÃO EXTERNA DESTINADA A ACOMPANHAR O PROCESSO DE ESTANCAMENTO DO VAZAMENTO DE ÓLEO OCORRIDO NO CAMPO DO FRADE NA BACIA DE CAMPOS, BEM COMO AVERIGUAR OS DANOS AMBIENTAIS E À SAÚDE DECORRENTES DO VAZAMENTO DO ÓLEO.

Titulares	Suplentes
PT	
Alessandro Molon	
PSD	
Fernando Torres	
PR	
Paulo Feijó	
PDT	
Marcelo Matos	
PCdoB	
Delegado Protógenes	

Secretário(a): -

COMISSÃO EXTERNA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS PARA REALIZAR LEVANTAMENTO IN LOCO SOBRE AS CAUSAS DA VIOLÊNCIA CONTRA O POVO INDÍGENA GUARANI-KAIOWÁ.

Coordenador: Padre Ton (PT)

Titulares	Suplentes
PT	
Biffi	
Erika Kokay	
Padre Ton	
SDD	
Domingos Dutra	

Secretário(a):

GRUPO DE TRABALHO PARA ELABORAÇÃO DE AGENDA COM APRESENTAÇÕES DE TRABALHOS LEGISLATIVOS E SUGESTÕES DE LEIS PARA SEREM APRESENTADOS NO FÓRUM MUNDIAL DE DIREITOS HUMANOS QUE SERÁ REALIZADO, EM BRASÍLIA, NO PERÍODO DE 10 A 13 DE DEZEMBRO DE 2013

Titulares	Suplentes
PT	
Fernando Ferro	
Padre Ton	
PR	
Anderson Ferreira	
DEM	
Professora Dorinha Seabra Rezende	
PSB	
Janete Capiberibe	
Keiko Ota	
Luiza Erundina	
Pastor Eurico	
SDD	
Simplício Araújo	
PROS	
Liliam Sá	
PSC	
Antônia Lúcia	
Pastor Marco Feliciano	
PRB	
Otoniel Lima	
PV	
Henrique Afonso	
PPS	
Arnaldo Jordy	
PSOL	
Chico Alencar	
PMN	
Dr. Carlos Alberto	

Secretário(a): -
Local: -
Telefones: -
FAX: -

GRUPO DE TRABALHO DE CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS

Coordenador: José Mentor (PT)

Titulares	Suplentes
PT	
Gabriel Guimarães	Alessandro Molon
José Mentor	Carlos Zarattini
1 vaga	Jilmar Tatto (Licenciado)
PMDB	
Carlos Bezerra	Edinho Bez
Fátima Pelaes	Leonardo Quintão
Mauro Benevides	1 vaga
Sandro Mabel vaga do PHS	
PSDB	
Carlos Sampaio	Bonifácio de Andrada
1 vaga	Marcus Pestana
PP	

Esperidião Amin — Roberto Balestra

DEM

Mendonça Filho — 1 vaga

PR

(Dep. do PMDB ocupa a vaga) — Milton Monti

PSB

(Dep. do PROS ocupa a vaga) — Sandra Rosado

PDT

(Dep. do PROS ocupa a vaga) — Wolney Queiroz

Bloco PV, PPS

Samey Filho — Arnaldo Jardim

PTB

Josué Bengtson — (Dep. do PROS ocupa a vaga)

PSC

(Dep. do PCdoB ocupa a vaga) — Andre Moura

PCdoB

Carlos Eduardo Cadoca vaga do PSC — 1 vaga

Delegado Protógenes

PROS

Miro Teixeira vaga do PDT — José Augusto Maia vaga do PTB

Valtenir Pereira vaga do PSB

Secretário(a):
Local: Anexo II - Pavimento Superior - Sala 153-A
Telefones: (61) 3216-6214
FAX: (61) 3216-6225

GRUPO DE TRABALHO PARA ANÁLISE, ESTUDO E FORMULAÇÃO DE PROPOSIÇÕES RELACIONADAS À REFORMA DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA NACIONAL

Coordenador: Alfredo Kaefer (PSDB)
Relator: José Guimarães (PT)

Titulares	Suplentes
PT	
Cláudio Puty	Renato Simões
José Guimarães	Vicente Candido
Ricardo Berzoini	Zeca Dirceu
PMDB	
Edinho Bez	3 vagas
Rose de Freitas	
Sandro Mabel	
PSDB	
Alfredo Kaefer	Luiz Carlos Hauly
Antonio Carlos Mendes Thame	1 vaga
PSD	
Guilherme Campos	2 vagas
Júlio Cesar	
PP	
Esperidião Amin	Jerônimo Goergen
1 vaga	Renato Molling
PR	
Milton Monti	Dr. Paulo César
PSB	
Márcio França	Júlio Delgado
DEM	
1 vaga	1 vaga
PDT	
Weverton Rocha	1 vaga
PTB	
Nelson Marquezelli	Jorge Corte Real
Bloco PV, PPS	
Arnaldo Jardim	1 vaga
PSC	
Edmar Arruda	1 vaga
PCdoB	
1 vaga	1 vaga
PRB	
Beto Mansur	1 vaga

Secretário(a): Ruthier de Sousa Silva
Local: Anexo II - Pavimento Superior - Sala 165-B
Telefones: (61) 3216-6201
FAX: (61) 3216-6225

GRUPO DE TRABALHO DESTINADO A DEBATER A QUESTÃO DAS TERRAS INDÍGENAS

Mediador: Lincoln Portela (PR)

Titulares	Suplentes
PT	
Padre Ton	
PMDB	
Edio Lopes	
PSDB	
Nilson Leitão	
Ricardo Tripoli	
PSD	
Moreira Mendes	
PP	
Luis Carlos Heinze	
PR	
Bernardo Santana de Vasconcellos	
Lincoln Portela	
DEM	
Mandetta	
PSB	
Janete Capiberibe	
SDD	
Domingos Dutra	
PV	
Samey Filho	
PSOL	
Chico Alencar	

Secretário(a): Claudio Ribeiro Paes
Telefones: (61) 3216-6695

Edição de hoje: 268 páginas

(O.S. 10773/2014)

Secretaria de Editoração
e Publicações – SEGRAF

SENADO
FEDERAL